

ATLAS DA

FILIAÇÃO

RELIGIOSA

E

INDICADORES

SOCIAIS

NO BRASIL

Cesar Romero Jacob
Dora Rodrigues Hees
Philippe Waniez
Violette Brustlein

EDITORA
PUC
RIO



ATLAS DA FILIAÇÃO
RELIGIOSA
E INDICADORES
SOCIAIS NO BRASIL



Reitor

Pe. Jesus Hortal Sánchez, S. J.

Vice-Reitor

Pe. Pedro Magalhães Guimarães Ferreira, S. J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. Danilo Marcondes de Souza Filho

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Roberto A. Cunha

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Engenheiro Nelson Janot Marinho

Decanos

Prof^a Eneida do Rego Monteiro Bomfim (CTCH)

Prof^a Gisele Cittadino (CCS)

Prof. José Alberto dos Reis Parise (CTC)

Prof. Francisco de Paula Amaral Neto (CCBM)

ATLAS DA FILIAÇÃO RELIGIOSA E INDICADORES SOCIAIS NO BRASIL

Cesar Romero Jacob

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio
Rio de Janeiro, Brasil

Dora Rodrigues Hees

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio
Rio de Janeiro, Brasil

Philippe Waniez

Institut de Recherche pour le Développement, IRD
École Normale Supérieure, ENS
Paris, França

Violette Brustlein

Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS
Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine, CREDAL
Paris, França



©Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Projeto Comunicar
Praça Alceu Amoroso Lima, casa V
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900
Telefax: (0xx21)3114-1609/3114-1610
Homepage: www.puc-rio.br/editorapucrio
E-mail: edpucrio@vrc.puc-rio.br

Conselho Editorial

Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Danilo Marcondes de Souza Filho,
Eneida do Rego Monteiro Bomfim, Fernando Sá, Gisele Cittadino,
José Alberto dos Reis Parise, Miguel Pereira.

Capa e Projeto Gráfico
José Antonio de Oliveira

©Edições Loyola
Rua 1822, nº 347 – Ipiranga
04216-000 São Paulo, SP
Caixa Postal: 42.335 – 04299-970 São Paulo – SP
Tel: (0xx11)6914-1922
Fax: (0xx11)6163-4275
Home page e vendas: www.loyola.com.br
Editorial: loyola@loyola.com.br
Vendas: vendas@loyola.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN: 85-15-02719-4
©Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil /
Cesar Romero Jacob... [et al.]. - Rio de Janeiro :
Ed. PUC-Rio ; São Paulo : Loyola, 2003.

240 p. ; 21 cm (Coleção Ciências Sociais ; 7)

Apoio: CNBB

Inclui referências bibliográficas.

1. Religiões - Indicadores. I. Jacob, Cesar
Romero. II. Série.

CDD: 291

Sumário

Prefácio	7
Introdução	9
Capítulo 1 - Os católicos	15
Capítulo 2 - A diversificação religiosa	33
Capítulo 3 - Os evangélicos pentecostais	39
Capítulo 4 - Os evangélicos de missão	69
Capítulo 5 - Outras religiões	101
Capítulo 6 - Os "sem religião"	115
Capítulo 7 - A síntese religiosa	127
Capítulo 8 - Os indicadores demográficos, sociais e econômicos	131
Conclusão	215
Bibliografia	219
Anexos	220

Prefácio

O estudo da crescente diversidade religiosa no Brasil tem se constituído num dos meus temas favoritos de pesquisa, especialmente desde que participei, nos anos 1980, a pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de um importante trabalho de coleta de dados e de reflexão, coordenado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), mas com o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), que acabou servindo de base para a publicação de três alentados volumes da coleção *Cadernos do ISER*, sob o título geral de *Sinais dos Tempos: Tradições Religiosas no Brasil*. Foi uma tentativa de retrato da nossa realidade religiosa, cada vez mais complexa. O maior problema que enfrentamos, naquela época, foi a falta de análises estatísticas profundas. Trabalhamos, em boa medida, com dados empíricos, hauridos da nossa experiência cotidiana e, por isso mesmo, bastante limitados.

Contudo, aquela nossa análise impulsionou a celebração de seminários, promovidos pelo Setor de Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso da CNBB, com a finalidade de oferecer subsídios para a ação pastoral dentro desse cenário crescentemente pluralista, que se desenhava no nosso horizonte. Sob o título geral de *A Igreja Católica diante do Pluralismo Religioso no Brasil*, a Coleção Estudos da CNBB reuniu, nos números 62, 69 e 71, os trabalhos apresentados nos três seminários celebrados.

O *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*, baseado no Censo Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e elaborado por professores da PUC-Rio e pesquisadores franceses do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD-Paris) e do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS-Paris), é um tesouro inestimável. Através dele poderemos

ver não somente os frios números de tabelas estatísticas, mas também um retrato detalhado da realidade religiosa e sócio-demográfica brasileira. E poderemos, ainda, refletir sobre os acertos e desacertos da nossa ação pastoral. Quais são a intensidade, os caminhos e os resultados da penetração dos grupos não católicos, numa população que, no início do século XX, se declarava 99% católica, porcentagem hoje reduzida a 74%? Que grupos se sentiram mais atraídos por outras crenças e que grupos ficaram mais firmes nas suas convicções tradicionais? Que relação existe entre cor, sexo, grau de instrução e rendimentos, por um lado, e o afastamento ou a permanência na Igreja Católica, por outro? Essas e outras perguntas precisam ser feitas. Quanto material para reflexão, para a avaliação dos nossos métodos pastorais, para a discussão entre teólogos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, pastores e outros estudiosos da religião.

Não podemos ficar na admiração de tão valioso instrumento de trabalho. É preciso trabalhar sobre ele! O nosso Atlas não foi elaborado como demonstração de erudição. O fato de retratar a realidade, não só no plano nacional, mas também no contexto das regiões metropolitanas, é uma prova de que poderá servir em todos os níveis: das assembleias dos bispos aos encontros de agentes de pastoral diocesana; dos professores de teologia aos simples fiéis que desejarem conhecer mais profundamente o que se passa na Igreja Católica e no Brasil.

Ao publicar este volume, em co-edição com as Edições Loyola e com a chancela da CNBB, a PUC-Rio sente estar cumprindo uma tarefa primordial numa Universidade Católica: inserir-se, com a sua especificidade acadêmica, de produtora e transmissora de conhecimento, na vida da Igreja do nosso país.

Pe. Jesus Hortal Sánchez, S. J.
Reitor da PUC-Rio

Introdução*

Ainda que o Brasil seja considerado *o maior país católico do mundo*, os resultados dos últimos recenseamentos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram um declínio progressivo da porcentagem de católicos na população total, e destacam o crescimento dos evangélicos e de pessoas que se declaram sem religião. Esses números, que traduzem tendências indiscutíveis, são apresentados normalmente sob a forma de médias nacionais, regionais ou estaduais e, por isso, não são capazes de dar conta da diversidade de situações que ocorrem no território brasileiro.

Num país continental como o Brasil, com os seus 8,5 milhões de km², no qual a questão da distância e da acessibilidade estão sempre presentes – 15 700 km de fronteiras terrestres, 7 600 km de costas, um milhão e meio de quilômetros de estradas – os problemas da sociedade devem ser vistos numa perspectiva geográfica, para serem corretamente analisados e compreendidos. Ora, o território, considerado como um produto da atividade social, muda continuamente, e a compreensão das suas recomposições é tão indispensável ao conhecimento das sociedades como a História, uma vez que o território é “elemento do sistema social, e revelador desse sistema”¹. Assim, as transformações por que passam as sociedades apresentam um componente espacial que precisa ser investigado, sobretudo num país de grandes dimensões como o Brasil.

Na prática cotidiana da pesquisa tende-se a ressaltar alguns problemas mais do que outros, em função de sua inserção nos grandes debates científicos e da atualidade mais ou menos candente de certas questões. Isto é verdadeiro para a economia, para o meio ambiente, para a urbanização, etc. Por que não seria verdadeiro também para as transformações que acontecem no campo religioso?

As religiões nos recenseamentos

Em relação às informações sobre a filiação religiosa na América Latina, J. P. Bastian observa que, de modo geral, “os dados estatísticos são de qualidade bastante irregular, pouco rigorosos, mas refletem uma tendência. Alguns recenseamentos nacionais de população dão conta do fator religioso (...) e constituem indicadores preciosos, sobretudo para estudos no nível municipal e regional”². Uma outra vantagem dos recenseamentos é o seu caráter exaustivo, o que tem como consequência uma excelente cobertura geográfica, qualidade que nenhuma outra pesquisa de campo é capaz de apresentar. No contexto lati-

no-americano, no entanto, o Brasil, país com tradição estatística, se destaca pela qualidade dos dados que nele são produzidos.

Como se sabe, os recenseamentos no país são feitos a cada dez anos pelo IBGE, e a única exceção na história dos censos brasileiros foi o de 1990, que só foi realizado em 1991. Assim, é com base nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 que foi realizado este *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*, cujos dados resultam de uma pergunta sobre *religião ou culto*, do questionário da Amostra. Este questionário é mais detalhado e só é respondido por um certo número de pessoas, enquanto o básico, de cunho universal, é respondido por toda a população.

A pergunta que é feita à pessoa recenseada, “Qual é a sua religião ou culto”, deixa total liberdade de resposta, tanto que não há no questionário nenhum limite quanto ao número de religiões a serem declaradas (Fig. 01), nem qualquer restrição sobre isso no manual do recenseador (Anexo 1). O entrevistado tem então três linhas para responder a essa pergunta, o que é suficiente para uma resposta detalhada a essa indagação. Aliás, convém observar que o Censo Demográfico de 2000 permitiu, pela primeira vez, que a pessoa recenseada declarasse mais de uma filiação religiosa.

Assim, um católico, por exemplo, que também frequente o candomblé passa a ter a possibilidade de expressar a sua dupla filiação religiosa. Em função disso, o sincretismo religioso, tão comum no Brasil, poderia agora ser captado pelo Censo. No entanto, ao se estudar os resultados do recenseamento de 2000, surpreende o fato de apenas 10 500 pessoas terem declarado pertencer a mais de uma religião, o que é um número insignificante levando-se em conta o total da população brasileira. Pode-se pensar então que os recenseados ainda não se sentem à vontade para assumir que possuem mais de uma filiação religiosa. Se isto for verdadeiro, continuaria a existir um superdimensionamento das religiões mais bem institucionalizadas, aquelas que as pessoas declaram sem nenhum tipo de constrangimento, em detrimento de grupos religiosos minoritários. Desse modo, os problemas de informação a respeito da dupla filiação religiosa não se devem mais a uma limitação do Censo, mas a uma dificuldade dos próprios recenseados.

Um outro problema colocado pela estatística da religião é a evolução, no tempo, da sua nomenclatura. De fato, o IBGE se aprimora a cada Censo e tenta captar, do melhor modo possível, as informações sobre essa área de

pesquisa. Aliás, para o recenseamento de 2000, o IBGE recorreu a especialistas para estabelecer adequadamente a nomenclatura das novas religiões, em função das mudanças que vêm ocorrendo nesse campo. Isto revela o interesse que o IBGE, os cientistas sociais e, de modo geral, a sociedade dão à questão religiosa no Brasil. Assim, o estudo da evolução da filiação religiosa de 1980 a 2000 é prejudicado pela inconstância da nomenclatura das religiões. O Anexo 2 mostra como a codificação tem evoluído a cada um dos três últimos recenseamentos: código com um dígito em 1980, dois dígitos em 1991, três dígitos em 2000. Felizmente, o IBGE manteve, em 2000, ao lado dos códigos de três dígitos, a nomenclatura de dois dígitos de 1991, o que permite a comparação dos dados resultantes desses dois últimos recenseamentos. Desse modo, pode-se estudar em detalhe o desenvolvimento das igrejas pentecostais, por exemplo, a partir de 1991. Em contrapartida, para o período de 1980 a 2000, só é possível fazer este trabalho considerando os grandes grupos religiosos.

Além das dificuldades relativas à nomenclatura existentes no Censo, os dados publicados nos *Anuários Estatísticos do IBGE* são muito limitados, para se analisar especificamente uma determinada religião, pois as categorias muito agregadas impedem qualquer pesquisa aprofundada sobre a importância das diferentes correntes no interior de um mesmo grupo, como é o caso dos evangélicos. Já os microdados do Censo contêm a indicação detalhada do grupo religioso declarado pelas pessoas recenseadas. Desse modo, a difusão pelo IBGE dos microdados dos recenseamentos demográficos permite uma análise minuciosa, num nível mais desagregado, das nomenclaturas religiosas. Esses microdados são resultantes da Amostra, cujo questionário é aplicado ao mesmo tempo em que é realizado o Censo Demográfico, e respondido por apenas uma parte da população. O questionário da Amostra é aplicado a 20% dos domicílios, em municípios com até 15 mil habitantes, e a 10% nos demais. Apesar dessa limitação, segue critérios de amostragem que garantem a representatividade das principais características demográficas da população, como sexo, idade e localização geográfica.

Dispõe-se assim de um conjunto de dados representativos da população, com as respostas de aproximadamente 20 milhões de questionários. Através de recursos de informática, foi possível elaborar tabelas que o IBGE não divulga de maneira *standard* e, assim, explorar o recenseamento em toda a sua riqueza. O trabalho apresentado aqui utiliza os microdados do Censo Demográfico de 2000, difundidos pelo IBGE no mês de dezembro de 2002.

Um programa de informática, funcionando em microcomputador PC/Windows, denominado MicroDa-

dos 2000, foi concebido e programado para a utilização dos dados da Amostra do Censo Demográfico com o objetivo de elaborar o presente *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. Este programa permitiu realizar tabelas de frequências simples (com uma só variável) e cruzadas (com duas ou três variáveis). Os resultados foram gravados em matrizes de informação espacial, cada linha correspondendo a uma unidade espacial (estado da Federação, microrregião, município, distrito ou subdistrito) e cada coluna a uma variável.

Os dados estatísticos e os mapas

Este *Atlas* se constitui numa tentativa de representação da filiação religiosa no Brasil, considerado em seu conjunto e em diversas regiões metropolitanas (RM) do país. Os mapas do Brasil, por uma questão de legibilidade gráfica, foram feitos segundo a malha das suas 558 microrregiões geográficas. Essas unidades territoriais foram definidas pelo IBGE por ocasião do Censo Demográfico de 1991, e agrupam municípios com base em critérios diversos, como a natureza das atividades econômicas, o grau de urbanização, etc. A experiência tem mostrado que as microrregiões geográficas representam um excelente nível de análise para pesquisas que considerem o país como um todo. Já os mapas das regiões metropolitanas foram feitos de acordo com uma malha mais detalhada que fosse compatível com os dados da Amostra do Censo de 2000, ou seja, a dos municípios, distritos ou subdistritos. Além desses, foram elaborados também mapas para algumas das cinco grandes regiões do país e para alguns dos vinte e seis estados da Federação, com base nos municípios, a fim de melhor visualizar a distribuição espacial de determinadas religiões, pela importância que alcançam nesta ou naquela área.

Os mapas que integram o *Atlas* são de dois tipos. Para representar a população de cada religião, utilizou-se a forma de representação por círculos, cujas superfícies são proporcionais aos efetivos. Este método exige que se faça uma calibragem dos círculos para que se possa representar melhor os efetivos mais numerosos. Uma vez que se tem efetivos muito diferentes de um mapa a outro, a calibragem dos círculos não pode ser sempre a mesma para todos os mapas e, assim, as superfícies dos círculos não são sempre comparáveis de um mapa a outro. Desta forma, para se evitar uma leitura equivocada dos mapas, é recomendável que se observe as legendas, para avaliar adequadamente a maior ou menor concentração geográfica das populações relacionadas.

O outro tipo de representação cartográfica utilizado no *Atlas* é o dos mapas *coropléticos*, quer dizer, mapas em gamas de cores ou em níveis de cinza, que permitem

visualizar a distribuição geográfica de índices ou de porcentagens. O indicador a ser mapeado é primeiramente dividido em classes recorrendo-se a um procedimento estatístico adequado, em seguida, uma gama de cores ou de níveis de cinza é atribuída a essas classes ordenadas, começando-se por aquela que apresenta os valores mais baixos. Obtém-se assim um mapa em classes que traduzem gradientes de intensidade.

Cabe lembrar que os mapas que compõem este *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil* foram realizados com a ajuda de Philcarto, programa de cartografia temática de autoria de Philippe Waniez, que pode ser encontrado gratuitamente no livro *Comunicação Cartográfica*³. Observe-se ainda que os nomes das religiões citados no *Atlas* são os da nomenclatura com dois dígitos utilizada no recenseamento de 2000 (Anexo 2).

O perfil demográfico e socioeconômico dos grupos religiosos

Uma informação complementar aos mapas é dada pelos gráficos com os perfis demográficos e socioeconômicos dos filiados às principais religiões. Esses perfis foram obtidos a partir dos microdados do Censo de 2000, através do cruzamento das respostas à pergunta “Qual é a sua religião ou culto”, com as respostas a um conjunto de perguntas que se referem a aspectos demográficos e socioeconômicos da população. Este cruzamento é estabelecido para o total da população envolvida na Amostra: população total, população não-estudante e população ativa. O perfil médio da população brasileira permite avaliar os diferentes percentuais de resposta a cada uma dessas questões (Fig. 02).

Para os aspectos demográficos, quatro indicadores foram escolhidos:

- **a situação do domicílio** (urbano ou rural): a população brasileira é majoritariamente urbana, mas a definição do que se considera urbano é motivo de controvérsia, por não dar conta, de um modo claro, dos espaços intermediários entre a cidade e o campo;
- **o sexo**: no Brasil, o número de mulheres é um pouco superior ao de homens;
- **a repartição por idade**: a população foi dividida em diversos grupos de idade; até 5 anos (crianças); de 6-15 anos (estudantes), de 16 a 20 anos (jovens), de 21-30 anos (jovens adultos), de 31-40 anos (adultos), de 41-60 anos (adultos mais velhos) e de 61 anos e mais (idosos);

- **a raça ou a cor**: trata-se de uma declaração baseada no julgamento da própria pessoa interrogada; por essa razão, pode-se duvidar da homogeneidade das respostas para o conjunto do país, sendo este indicador complementar aos outros, não devendo ser interpretado sozinho.

Os aspectos especificamente sociais são medidos por dois indicadores:

- **a natureza da última união** quando as pessoas vivem juntas como casal: distingue-se o casamento civil e religioso, o casamento somente civil, somente religioso, a união consensual ou a categoria “nunca viveu” como casal;
- **o nível de educação**: distingue-se desde a ausência de qualquer nível de instrução até o doutorado; para as pessoas mais velhas são indicados os nomes dos níveis educacionais adotados anteriormente no país.

Finalmente, os aspectos econômicos são avaliados através de quatro indicadores:

- **o setor de atividade**: foram estabelecidos seis setores resultantes do agrupamento das atividades econômicas detalhadas, fornecidas pelo recenseamento;
- **a posição na ocupação**: distingue os empregados domésticos e os empregados, com ou sem carteira de trabalho, os empregadores e as pessoas que trabalham por conta própria;
- **a natureza do trabalho**: distingue as pessoas que trabalham de forma remunerada ou não;
- **o rendimento total**: expresso em níveis de salários mínimos.

Assim como foi realizado o perfil demográfico e socioeconômico para o conjunto da população brasileira, foram elaborados também os mesmos perfis para a população pertencente a cada grande grupo religioso. Para cada resposta elaborou-se um indicador de distância em relação ao perfil médio do Brasil, através da diferença entre a porcentagem da religião considerada e a porcentagem média do Brasil. Esta diferença é em seguida expressa em porcentagem da porcentagem média do Brasil, ou seja: $[(\% \text{ religião} - \% \text{ Brasil}) / \% \text{ Brasil}] \times 100$. Os gráficos obtidos permitem caracterizar facilmente as religiões em função de suas distâncias em relação aos perfis médios da população brasileira.

Além de uma série de mapas sobre a filiação religiosa no Brasil, cada um desses temas demográficos e

socioeconômicos é objeto também de um conjunto de mapas, para o país considerado em sua totalidade, por microrregiões, e para cada uma das regiões metropolitanas, por municípios, distritos ou subdistritos. Assim, o leitor dispõe não somente de mapas das religiões, *stricto sensu*, mas também de uma série de mapas demográficos e socioeconômicos que permitem situar os fenômenos religiosos no seu contexto nacional e metropolitano.

Notas

* Os autores agradecem ao Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Pe. Jesus Hortal Sánchez, S.J., aos professores do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, Everardo Rocha, Fernando Sá, José Antonio de Oliveira e Miguel Pereira, e aos assessores da

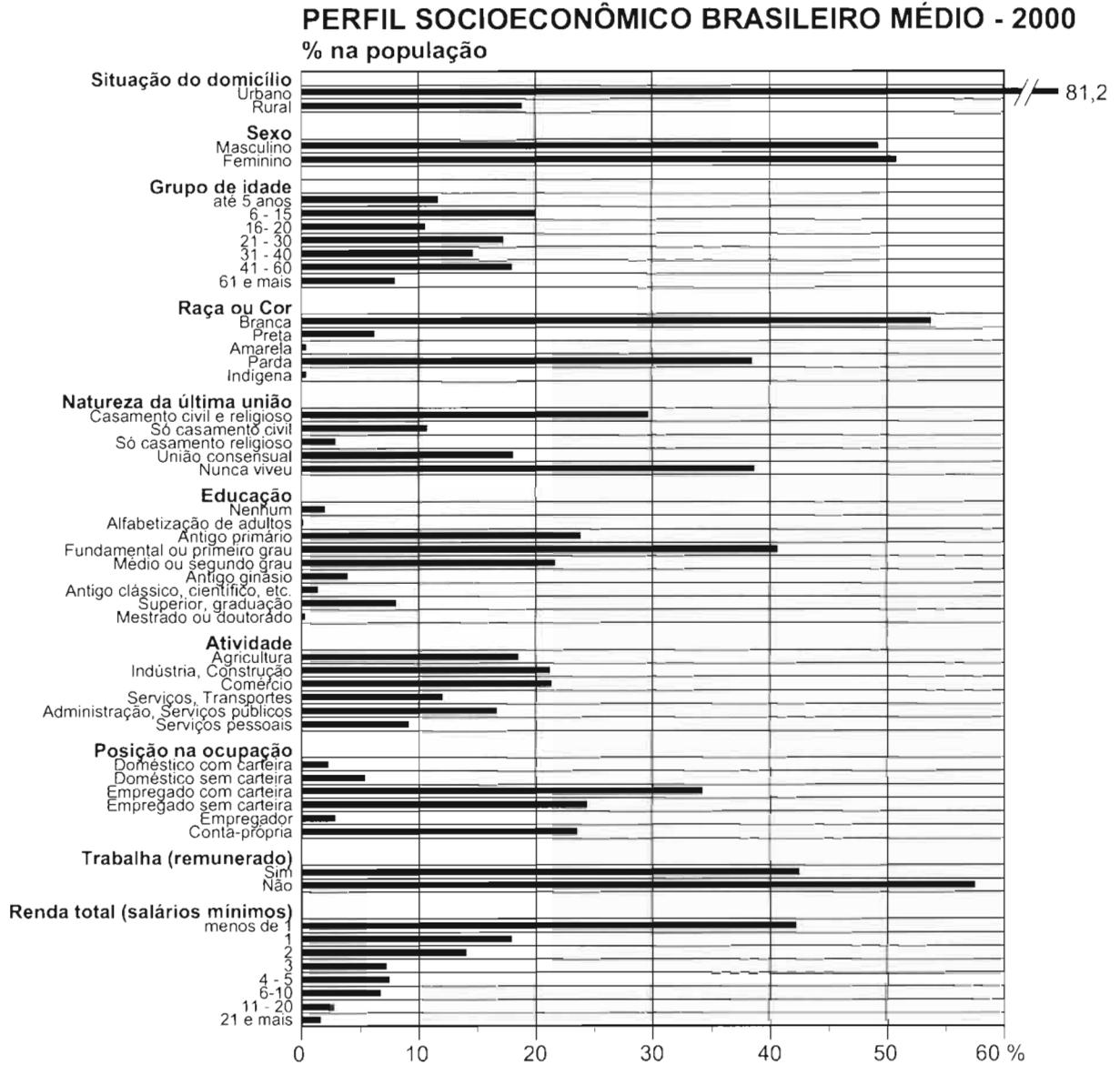
CNBB, Pe. Alberto Antoniazzi, Pe. Dimas Lara Barbosa e Pe. Manoel Godoy pela colaboração prestada à realização deste trabalho. Manifestam, ainda, seu agradecimento ao IBGE que, ao permitir o acesso aos microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, possibilitou a elaboração deste *Atlas*.

1. BRUNET, Roger. *Champs et contrechamps, raisons de géographie*. Paris: Belin, 1997.
2. BASTIAN, J. P. La dérégulation religieuse de l'Amérique Latine. In: *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, nº24, janvier-mars, 1997.
3. WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V. e HEES, D. *Comunicação Cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. PUC-Rio / Edições Loyola, 2002.

Figura 01



Figura 02



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Capítulo 1

Os católicos

O número de pessoas que se declaram católicas (Apostólica Romana, Brasileira e Ortodoxa) está em constante crescimento no Brasil: 85,8 milhões em 1970, 105,9 em 1980, 122,3 em 1991 e 125,5 milhões em 2000. Assim, de onde vem a idéia de que a religião católica estaria atravessando uma grave crise no Brasil, se os resultados dos recenseamentos dos últimos 30 anos mostram o aumento do número de fiéis?

Duas respostas poderiam ser dadas a esta indagação. Em primeiro lugar, é preciso observar que o crescimento do número de católicos se mostra mais lento do que o da população total do país. Sabe-se que, de 1970 a 2000, a taxa de crescimento médio anual dos católicos foi de 1,3%, enquanto a da população total atingiu 2%. De fato, o aumento do número de católicos, observado entre 1991 e 2000, de um pouco mais de 3 milhões de pessoas, esconde, na realidade, um diferencial de crescimento negativo de mais de 16 milhões, se o crescimento dos católicos tivesse se dado no mesmo ritmo que o da população brasileira, ao longo desse período.

Uma tal diminuição no ritmo de crescimento do número de católicos poderá acarretar uma perda de influência da Igreja Católica no país, se essa tendência continuar nos próximos anos. Assim, projetando-se para 2010 as taxas de crescimento observadas entre 1991 e 2000, os católicos representariam, no próximo Censo, em torno de 65% da população brasileira, percentual muito inferior ao registrado pelo Censo de 2000, da ordem de 74%. Desse modo, a perda de influência relativa dos católicos nos próximos anos ocorreria mesmo considerando-se que o crescimento demográfico brasileiro vá continuar em trajetória anual de queda (+2,4% de 1970 a 1980, +1,9% de 1980 a 1991 e +1,6% de 1991 a 2000).

A outra resposta possível, à idéia de que a Igreja Católica estaria atravessando uma crise decorrente da perda de fiéis, relaciona-se mais à sociologia da religião do que à demografia. Como veremos nos próximos capítulos, dois fatores estariam contribuindo para essa situação: de uma parte, o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais e, de outra, o aumento do número de pessoas que se declaram sem religião. Nos dois casos, trata-se de mudanças numericamente importantes que afetam praticamente todas as regiões do país.

A localização dos católicos, em 2000, guarda estreita semelhança com a distribuição da população total (Figs. 1.01 e 8.01), o que não poderia ser diferente, uma vez que eles representam três quartos da população bra-

sileira. Os contrastes existentes são então os mesmos apresentados pela distribuição da população no país: peso desproporcional das capitais estaduais, situando-se São Paulo e Rio de Janeiro em posição de destaque, seguidas por Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Salvador. Da mesma forma, a distribuição da população no interior das cinco grandes regiões se mostra bastante diferenciada: observa-se que a intensa ocupação do Sudeste e Sul do país faz contraste com os espaços relativamente vazios do Norte e Centro-Oeste. Finalmente, o Nordeste apresenta uma situação intermediária, pois observam-se nítidas diferenças entre as áreas muito povoadas, mais próximas do litoral, e as áreas de ocupação mais rarefeita, típicas do Sertão, como o sul do Maranhão e do Piauí.

É exatamente no interior nordestino que a influência da religião católica permanece mais viva (Fig. 1.02), como no sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, onde se observam as mais fortes porcentagens de habitantes que se declaram católicos: 94% na microrregião de Brejo Santo (Ceará), 96% em Barro (Ceará), 93% em Pio IX (Piauí) e 94% em Salgueiro (Pernambuco).

Um *zoom* sobre a Região Nordeste mostra que a Igreja Católica vem perdendo influência no litoral de Pernambuco e no nordeste de Alagoas (Fig. 1.03). Nessas áreas, os católicos representam freqüentemente menos de 60% da população total. Este é também o caso do litoral sul da Bahia e da região de Salvador. Se o vale do Rio São Francisco se mantém fiel ao catolicismo, boa parte do interior da Bahia parece estar progressivamente se distanciando da Igreja Católica. Esta situação é observada também no oeste do Maranhão.

Os territórios fiéis ao catolicismo não se limitam, no entanto, ao reduto sertanejo, uma vez que eles se estendem do Nordeste ao Sul do país (Fig. 1.02), de maneira mais ou menos contínua. Assim, áreas com elevados percentuais de católicos englobam a maior parte de Minas Gerais e um amplo espaço constituído pelo sul do Paraná, pela maior parte de Santa Catarina e pelo norte do Rio Grande do Sul. Cabe lembrar que essas áreas mais católicas da Região Sul correspondem, de modo geral, aos núcleos de implantação de colonos italianos do fim do século XIX (Fig. 1.04).

Noutras áreas do país, como na faixa litorânea que se estende do sul da Paraíba ao norte de Santa Catarina, com poucas exceções, a Igreja Católica apresenta uma forte redução do seu número de fiéis, particularmente em algumas das principais regiões metropolitanas do país, que

ali se localizam: o Rio de Janeiro, com 54% de católicos, Vitória, com 56%; Recife, com 62%, e São Paulo, com 68% (Fig. 1.02). Além dessa faixa, as Regiões Centro-Oeste e Norte também apresentam, na maior parte do seu espaço, percentuais de católicos inferiores à média nacional, destacando-se Brasília, com 66%, e ainda áreas de frentes *pioneiras* já consolidadas, como Dourados (69%), em Mato Grosso do Sul, ou em expansão, como Aripuanã (68%), em Mato Grosso.

A fim de se identificar as regiões onde foi mais intensa a perda de influência da Igreja Católica, ao longo da última década (1991-2000) estabeleceu-se uma comparação entre as porcentagens de católicos nesses dois recenseamentos (Fig. 1.05). As maiores reduções dos percentuais de católicos surpreendem pela sua concentração nas Regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente em algumas capitais estaduais: Rio Branco (-19,7 pontos percentuais), Porto Velho (-18,5 pontos) e Manaus (-16,5 pontos). Além desses espaços do interior do país, as reduções relativas do número de católicos são muito altas também numa franja litorânea que se estende do Rio Grande do Norte ao Paraná, como é o caso de Salvador (-16,3 pontos). Por coincidência ou não, as maiores reduções dos percentuais de católicos se dão em áreas onde se encontram instaladas repetidoras da Rede Record, canal de televisão de sinal aberto de propriedade do Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (Fig. 3.33).

O perfil demográfico e socioeconômico dos católicos

O perfil demográfico e socioeconômico dos católicos se assemelha em grande parte ao da população brasileira considerada em seu conjunto (Fig. 1.06). Observa-se, em primeiro lugar, que os desvios em relação à média brasileira de cada categoria que compõe o perfil demográfico e socioeconômico são relativamente fracos (entre -20% e +20%), o que é absolutamente normal, já que os católicos representam quase três quartos da população do país, proporção que aproxima o perfil dos brasileiros ao dos católicos.

Do ponto de vista demográfico, os católicos habitam mais as zonas rurais do que as urbanas, congregam mais homens do que mulheres, mais pessoas idosas do que adultos, e mais pessoas de cor branca do que negros, pardos e indígenas.

Quanto aos aspectos sociais, nota-se um desvio positivo em relação à média brasileira dos casamentos de tipo exclusivamente religioso e, em contrapartida, um desvio negativo no que diz respeito aos casamentos realizados somente no civil. Em matéria de educação, os católicos apresentam, de modo geral, níveis de estudo inferiores aos da média brasileira. Porém, o número de católicos que cursou

os antigos cursos clássico e científico é acima da média, o que se explicaria pela presença de pessoas mais velhas, com idade superior a 41 anos, nesse grupo religioso.

No que se refere aos aspectos econômicos, os católicos são caracterizados por um forte desvio positivo em relação à atividade agrícola, o que confirma a sua localização sobretudo no meio rural. A faixa de renda de “1 salário mínimo” apresenta um desvio positivo, bem como a de “21 salários mínimos e mais”. Isto traduz certamente a existência entre os católicos de pessoas com níveis sociais muito diferentes, que compreendem tanto pobres quanto ricos. Já o desvio positivo dos católicos em relação aos empregadores se explicaria pelo número de pessoas de níveis de renda mais altos.

Os católicos nas regiões metropolitanas

O modelo de organização do espaço que caracteriza as regiões metropolitanas brasileiras é do tipo centro-periferia, o que poderia explicar o fato de as porcentagens de católicos na população total decrescerem em função da distância em relação ao centro. Isto pode ser observado, particularmente, nos mapas das regiões metropolitanas de Belém, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo (Figs. 1.07, 1.09, 1.11, 1.13 e 1.15).

Em Belém, verifica-se claramente o maior percentual de católicos na parte central da capital e nos distritos limítrofes de Guamá e Sacramenta, para em seguida diminuir em direção à periferia, e depois crescer novamente em áreas mais distantes do centro, como Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará, ao norte, e Marituba, a sudeste.

Do mesmo modo, em Salvador, são os municípios de Camaçari, Dias d'Ávila e Candeias, situados ao nordeste da cidade, e mais afastados do centro histórico, os que apresentam menores percentuais de católicos.

Vitória possui um esquema de organização espacial semelhante ao de Salvador. Assim, o peso dos católicos é elevado na parte central da RM, sendo mais alto, porém, no distrito de Goiabeiras, do município de Vitória, e em Vila Velha, do que propriamente no distrito que corresponde ao centro da capital. A proporção de católicos diminui em seguida em direção à periferia próxima, para aumentar novamente em municípios da periferia mais distante, como Guarapari, ao sul, e Fundão, ao norte.

O Rio de Janeiro segue este mesmo modelo com a proporção de católicos mais elevada no município do Rio do que na sua periferia. É principalmente em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Queimados, na Baixada Fluminense, que os percentuais de católicos são mais reduzidos. Nesse contexto, Japeri, a noroeste, se constitui numa exceção, com uma porcentagem de católicos que

chega a 68%, comparável aos percentuais da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Encontra-se esta mesma configuração espacial na região metropolitana de São Paulo, que apresenta, no entanto, uma peculiaridade em relação aos casos anteriores: o peso dos católicos decresce muito a partir do centro em direção à periferia, mas ele torna a subir na periferia mais distante, como nos municípios de Salesópolis, Guararema e Santa Isabel, situados no extremo leste da RM.

Para os geógrafos, o modelo centro-periferia representa uma das modalidades de segregação social existentes nas grandes cidades, nas quais as classes trabalhadoras vão sendo empurradas para as periferias metropolitanas. Pode-se perguntar então se não há uma relação entre a redução do número de fiéis da Igreja Católica na periferia das regiões metropolitanas de Belém, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo, e a segregação socioespacial que caracteriza essas grandes cidades brasileiras. Esta situação pôde ser observada na escala das regiões metropolitanas, consideradas em seu conjunto, mas, naturalmente, outras formas de segregação social poderiam ser identificadas em outras escalas, em territórios menores, como os bairros, o que infelizmente os dados do IBGE relativos à religião não permitem fazer.

Uma forma de se medir essa discriminação urbana é através do nível educacional de sua população. Os mapas com as porcentagens das pessoas que tenham feito estudos superiores (graduação, mestrado e doutorado) lembram curiosamente os mapas da distribuição dos católicos (Figs. 1.08, 1.10, 1.12, 1.14 e 1.16). O modelo subjacente neste caso é também o do tipo centro-periferia, que pode ser enunciado da seguinte maneira: quanto maior o nível de educação, maior é a participação dos católicos na população total. Naturalmente, esta ligação não é automática, pois, para um grande número de brasileiros, abandonar o catolicismo, religião de nascimento, supõe a existência de catalisadores, entre os quais o proselitismo utilizado por certas igrejas pentecostais desempenha papel fundamental.

Assim, o modelo centro-periferia parece não deixar dúvidas de que é nos setores menos favorecidos das grandes cidades que a influência da Igreja Católica diminui mais. Essa relação, que vale para as regiões metropolitanas estudadas aqui, não é verificada, no entanto, em todo o território brasileiro onde intervêm outros fatores, como características socioeconômicas (tipo de atividade, história do povoamento, etc.) e também religiosas (diversidade da oferta de religiões). A evidência mostra que as periferias dos grandes centros urbanos poderiam ser consideradas, portanto, como as áreas de maior competição no campo religioso.

A análise dos mapas das regiões metropolitanas até agora estudadas permitiu definir o seguinte modelo

de organização do espaço: forte presença de católicos no município central, redução na periferia próxima e depois aumento em direção à periferia mais distante. Em outras regiões metropolitanas, no entanto, não se observa este modelo ternário, mas principalmente um modelo binário: menores percentuais de católicos no centro e maiores na periferia. Este é o caso de Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, Vale do Aço e Brasília (Figs. 1.17, 1.19, 1.21, 1.23 e 1.25). Todas essas regiões metropolitanas têm em comum o fato de serem muito extensas em relação ao território realmente urbanizado. De fato, essas RMs incluem alguns municípios rurais, assim considerados em função da porcentagem que eles possuem de população rural na sua população total (Figs. 1.18, 1.20, 1.22, 1.24 e 1.26).

Tomemos, por exemplo, o caso de Belo Horizonte (Fig. 1.21). Observa-se que toda a parte central da RM, que inclui, entre outros, os municípios de Belo Horizonte, Betim e Contagem, apresenta as mais baixas porcentagens de católicos da região metropolitana, que não ultrapassam 77% da população total. Em contrapartida, os municípios mais distantes do centro (Moeda, Belo Vale e Bonfim, ao sul; Caeté e Taquaruçu de Minas, a leste; e Pará de Minas e Fortuna de Minas, a oeste) revelam maior presença de católicos, que alcançam nessas áreas porcentagens superiores a 90%. O mapa da população rural mostra um padrão semelhante ao dos católicos quanto à distribuição dos percentuais (Fig. 1.22). Na realidade, apesar de se tratar de uma região metropolitana, a porcentagem de habitantes rurais ultrapassa frequentemente 26%, chegando, às vezes, a valores superiores a 57%.

O Vale do Aço mostra uma estrutura da mesma natureza, mas como a organização é do tipo linear, ou seja, orientada no sentido nordeste / sudoeste ao longo do Rio Doce, o modelo centro-periferia é transformado num outro onde a distância em relação ao Vale é que se constitui no elemento de organização do espaço. Assim, os católicos – bem como a população rural – aparecem em maiores proporções nos municípios mais distantes do Rio Doce, e se apresentam em menores proporções nos distritos mais urbanizados (Figs. 1.23 e 1.24).

Em Brasília observa-se um fenômeno semelhante, mas não idêntico à situação de Belo Horizonte e do Vale do Aço. Em toda a parte oeste do Distrito Federal, que compreende o Plano Piloto, verifica-se menor presença de católicos, cujas porcentagens são inferiores a 69% (Fig. 1.25). Em contrapartida, a porção leste de Brasília, que inclui o Lago Sul, apresenta valores um pouco mais elevados que tendem a aumentar à medida que se caminha em direção à periferia leste da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE). Quando se observa o mapa da população rural (Fig. 1.26), nota-se alguma semelhança

com o mapa dos católicos, principalmente a leste. Na parte oeste da RIDE, apesar do seu perfil mais rural, a presença dos pentecostais e dos sem religião é mais acentuada (Figs. 3.20 e 6.15). Desse modo, ao modelo centro-periferia se acrescentaria, no caso de Brasília, um modelo setorial leste-oeste.

Pode-se perguntar, pois, se existe uma diferença verdadeira entre o modelo ternário (porcentagem de católicos forte, fraca, forte, a partir do centro) e o binário (porcentagem de católicos fraca e forte, a partir do centro). É possível que exista entre esses dois modelos uma questão ligada à escala e à malha das regiões metropolitanas. Seria interessante conhecer a repartição dos católicos na parte central das regiões metropolitanas de tipo binário, numa malha mais detalhada, como a dos setores censitários, que é a unidade territorial utilizada pelos Censos Demográficos do IBGE. Infelizmente, os dados sobre religião, que são estimativas baseadas na Amostra, não estão disponíveis nesse nível por razões de representatividade estatística. Nota-se, no entanto, que Fortaleza apresenta uma estrutura intermediária entre esses dois modelos, onde o centro, apesar de não ser a parte da RM onde os católicos estão mais bem representados, também não é o lugar com menores porcentagens de católicos (Figs. 1.17 e 1.18).

Em resumo, a localização dos católicos nas regiões metropolitanas que seguem o modelo ternário revela as seguintes características:

- os católicos apresentam proporções mais elevadas da população total nos bairros com melhores níveis de condições de vida do município central;
- o peso dos católicos diminui na periferia metropolitana, à medida que aumenta a distância em relação ao centro da RM; é precisamente na periferia mais ou menos

próxima, nos bairros populares, que ocorre maior competição pela conquista de fiéis;

- a importância dos católicos cresce novamente na periferia mais distante, quando o caráter propriamente urbano das áreas mais centrais tende a desaparecer em detrimento de espaços intermediários entre o urbano e rural; este fenômeno está ligado, por sua vez, à capacidade da Igreja Católica de manter os seus fiéis e também a uma certa resistência à mudança existente entre as populações rurais.

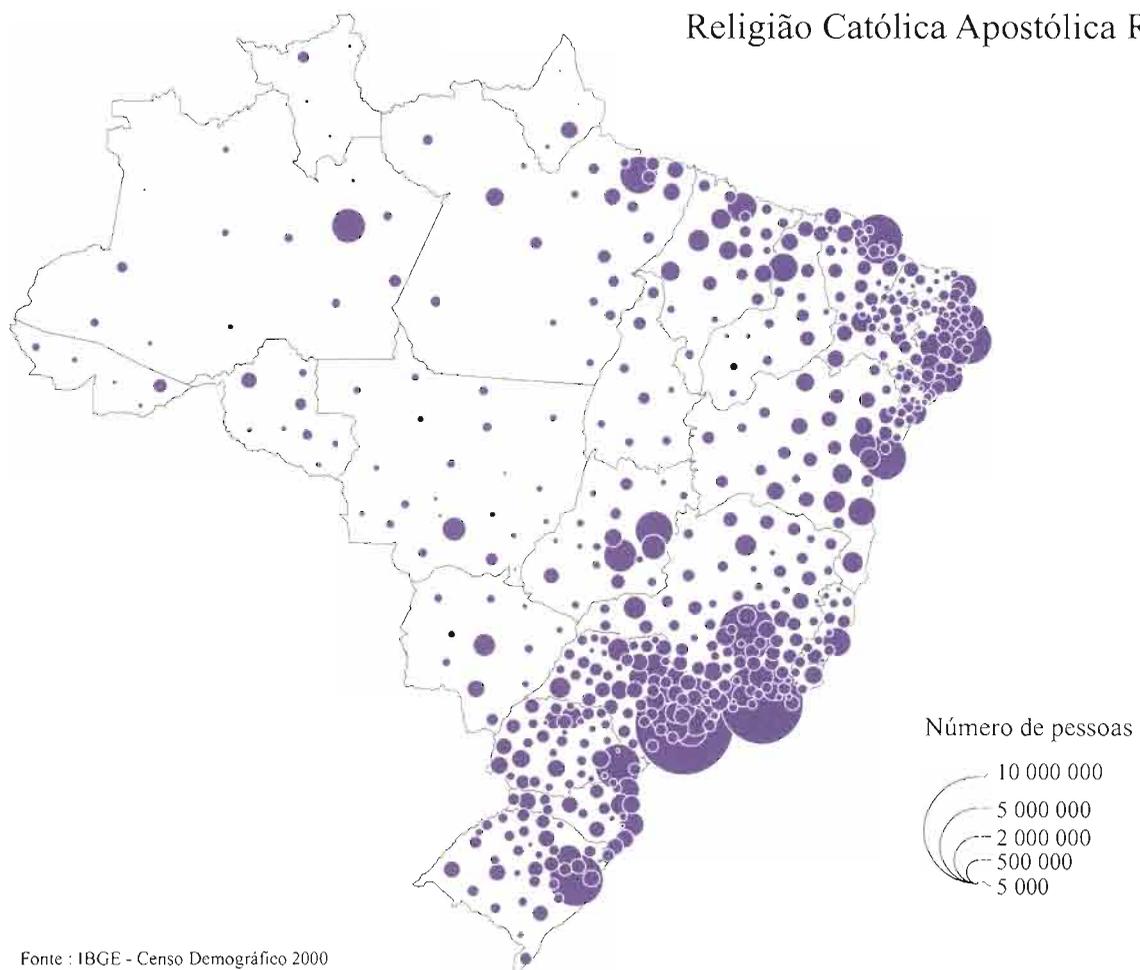
Duas outras religiões católicas

O grupo das religiões católicas compreende, além da Igreja Católica Apostólica Romana, que reúne 99,5% dos fiéis, outras duas religiões: a Igreja Católica Brasileira, que conta com meio milhão de fiéis, e a Igreja Católica Ortodoxa, que possui apenas 38 000 membros.

A Igreja Católica Brasileira está presente em todo o país, mas principalmente nas capitais estaduais (Fig. 1.27). No entanto a sua distribuição não corresponde à hierarquia urbana brasileira, uma vez que Salvador se situa num nível comparável ao do Rio de Janeiro, com cerca de 50 000 pessoas, seguido de longe por São Paulo e Belém, que possuem, respectivamente, 28 000 e 24 000 fiéis. Observa-se, ainda, uma presença significativa da Igreja Católica Brasileira na Bahia, Pará, metade-norte do Maranhão e sul do Rio Grande do Sul.

Com um reduzido número de fiéis, os católicos ortodoxos estão longe de cobrir a totalidade do território nacional (Fig. 1.28). Sua presença é significativa apenas em São Paulo, onde se encontram 8 000 adeptos, e no Rio de Janeiro, que registra 3 700 fiéis. Noutros lugares, e fora das capitais, verifica-se a existência de comunidades ortodoxas em Marabá, no Pará, Araisoses, no Maranhão, Itabuna, na Bahia, e Irati, no Paraná.

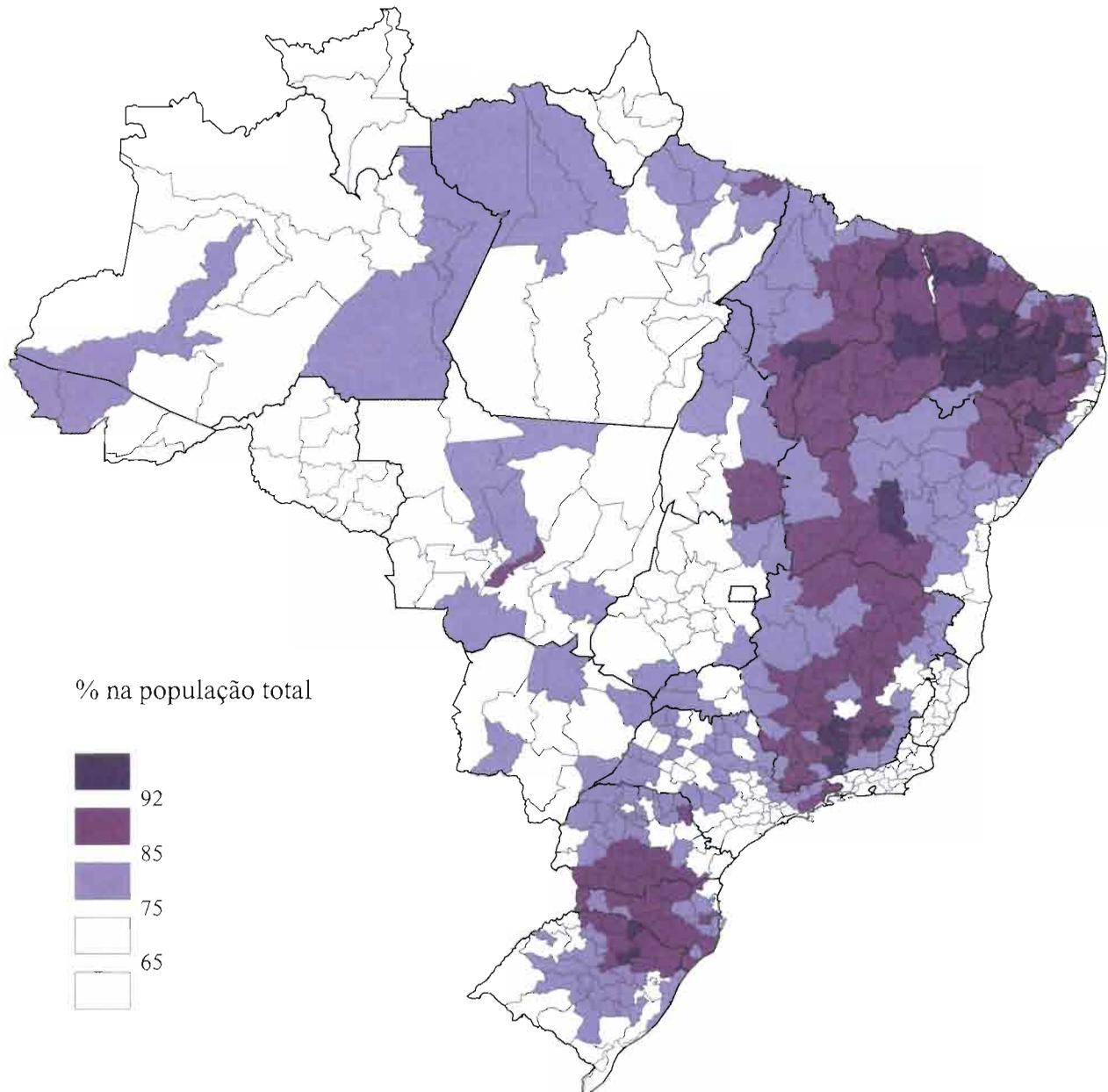
Figura 1.01



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 1.02

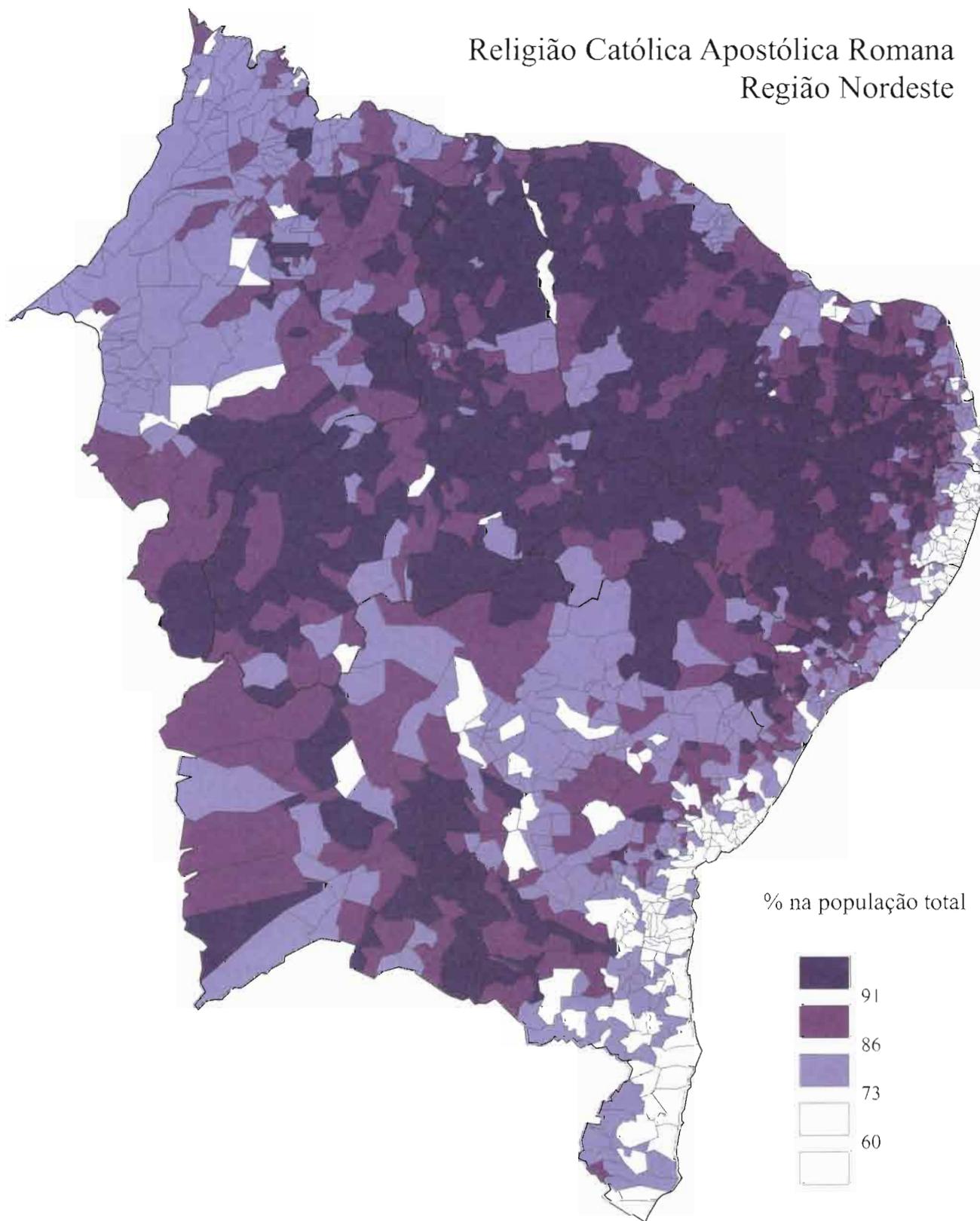
Religião Católica Apostólica Romana



Fonte . IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 1.03

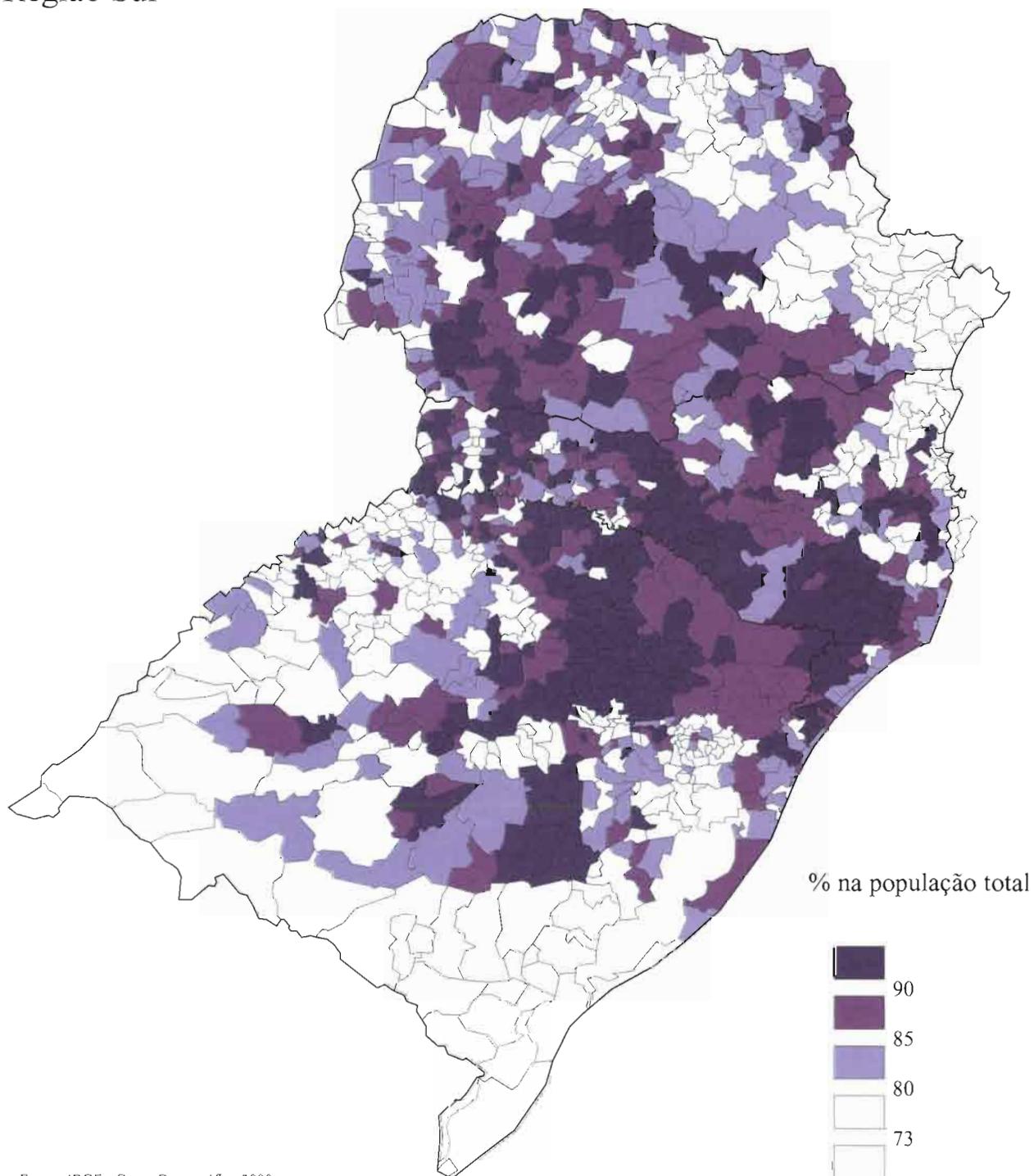
Religião Católica Apostólica Romana
Região Nordeste



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 1.04

Religião Católica Apostólica Romana
Região Sul



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 1.05

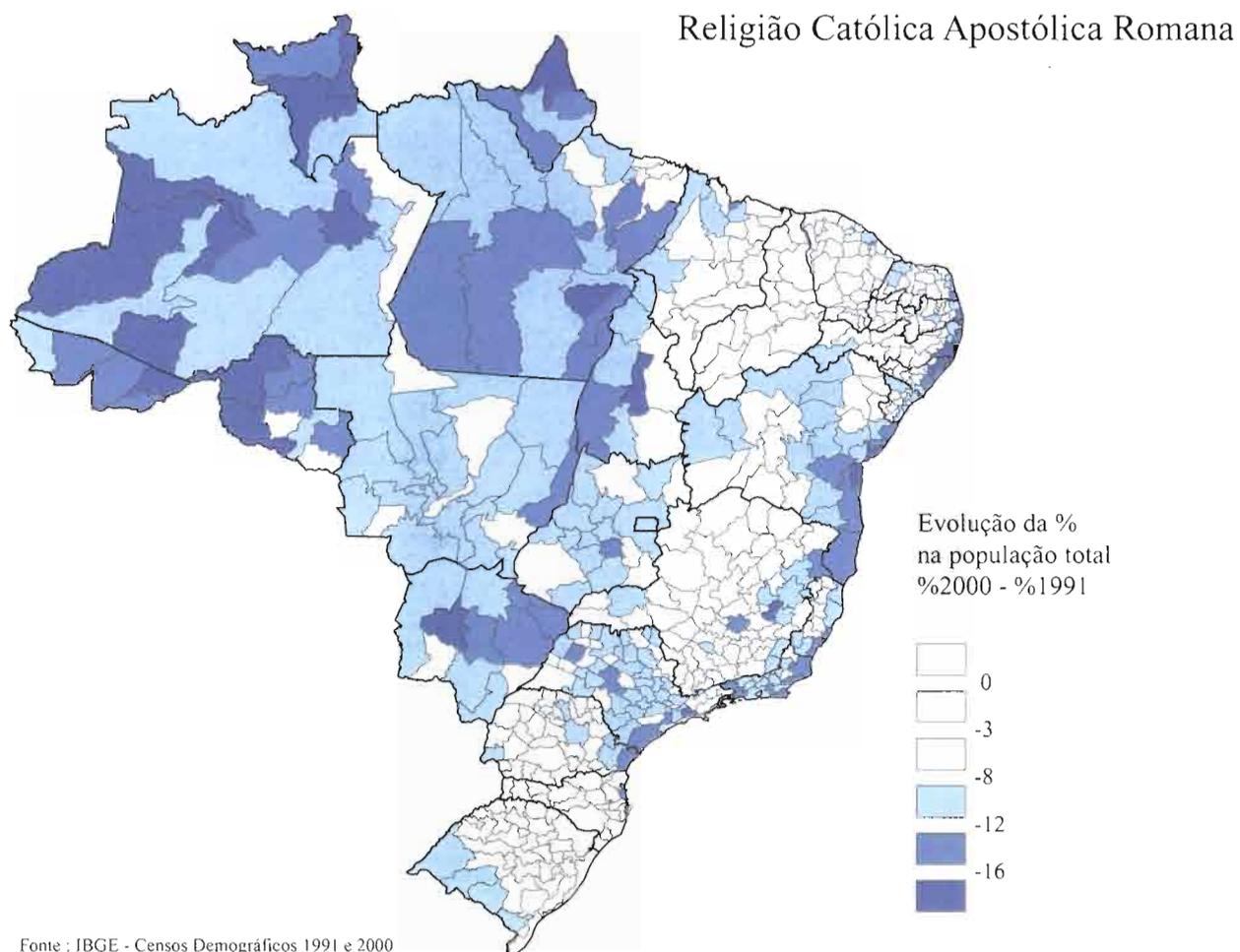
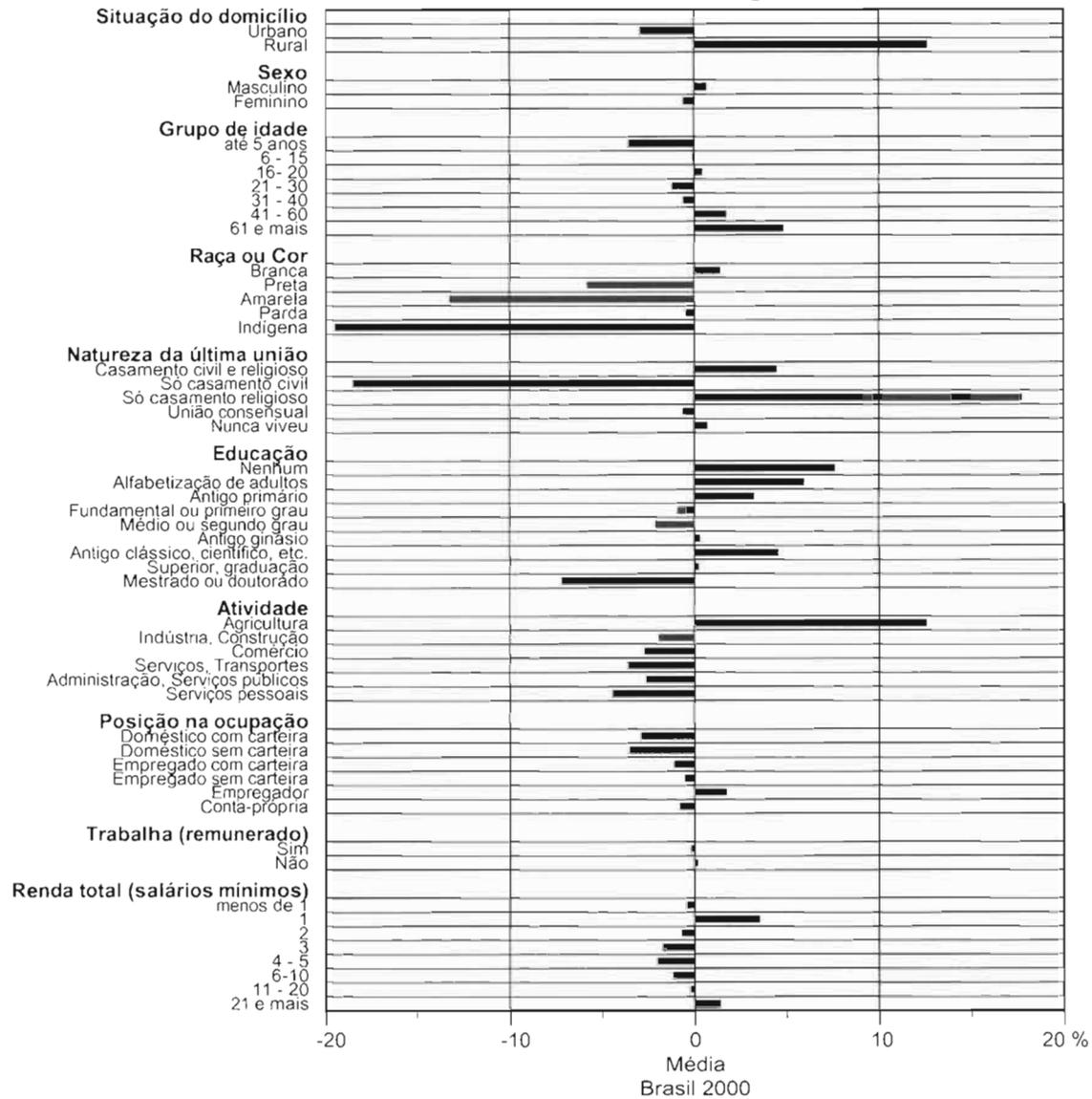


Figura 1.06

CATÓLICOS

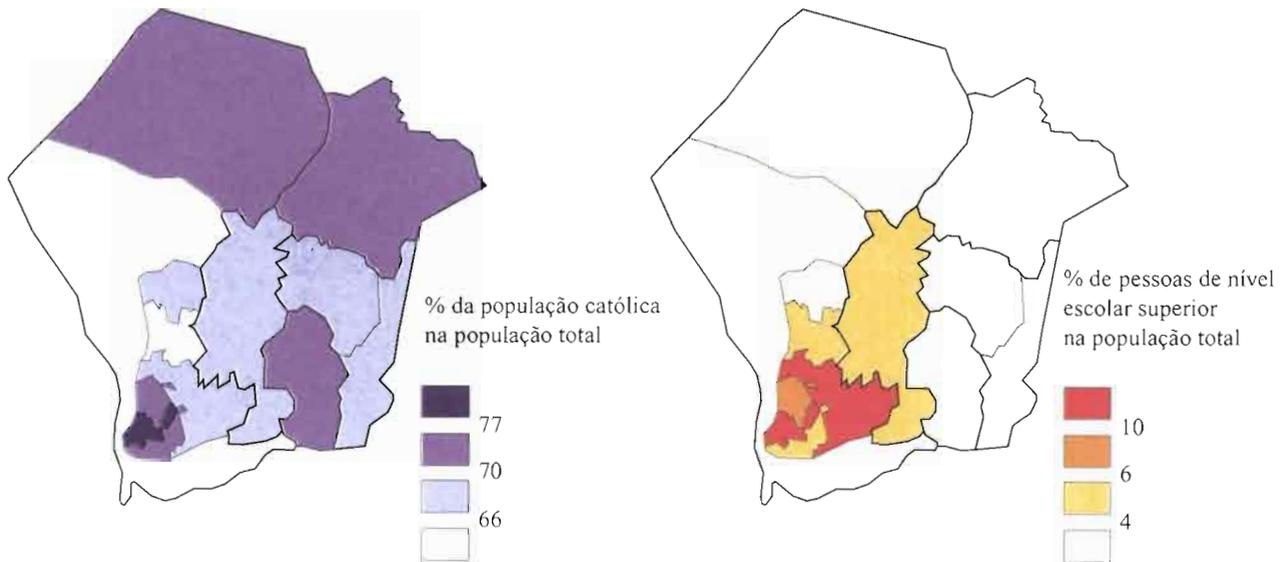
Desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro
% da média brasileira de cada categoria



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figuras 1.07 e 1.08

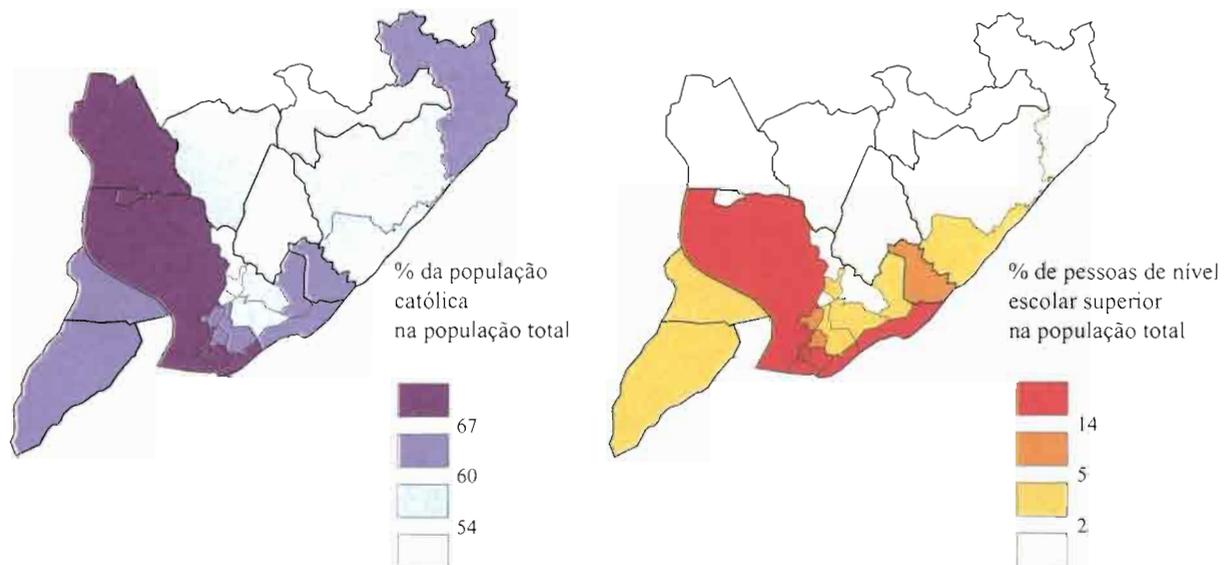
Religião Católica Apostólica Romana
Região Metropolitana de Belém



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

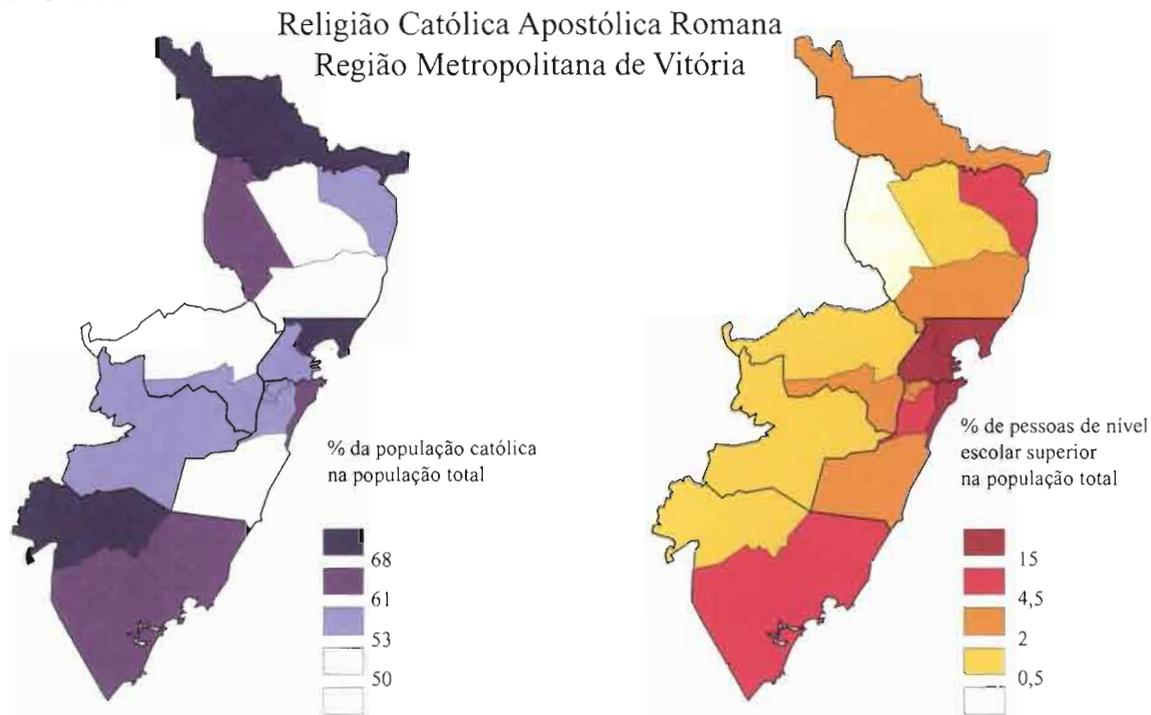
Figuras 1.09 e 1.10

Religião Católica Apostólica Romana
Região Metropolitana de Salvador



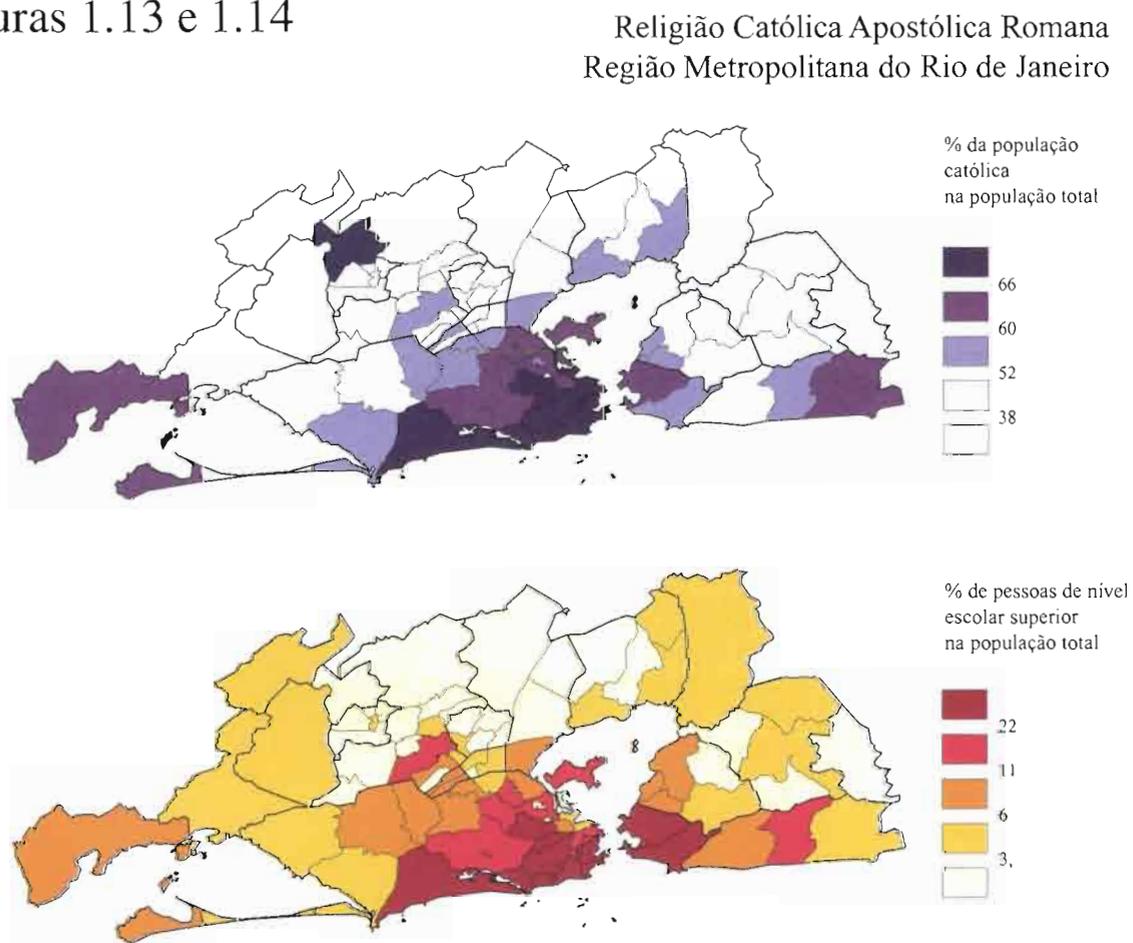
Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figuras 1.11 e 1.12



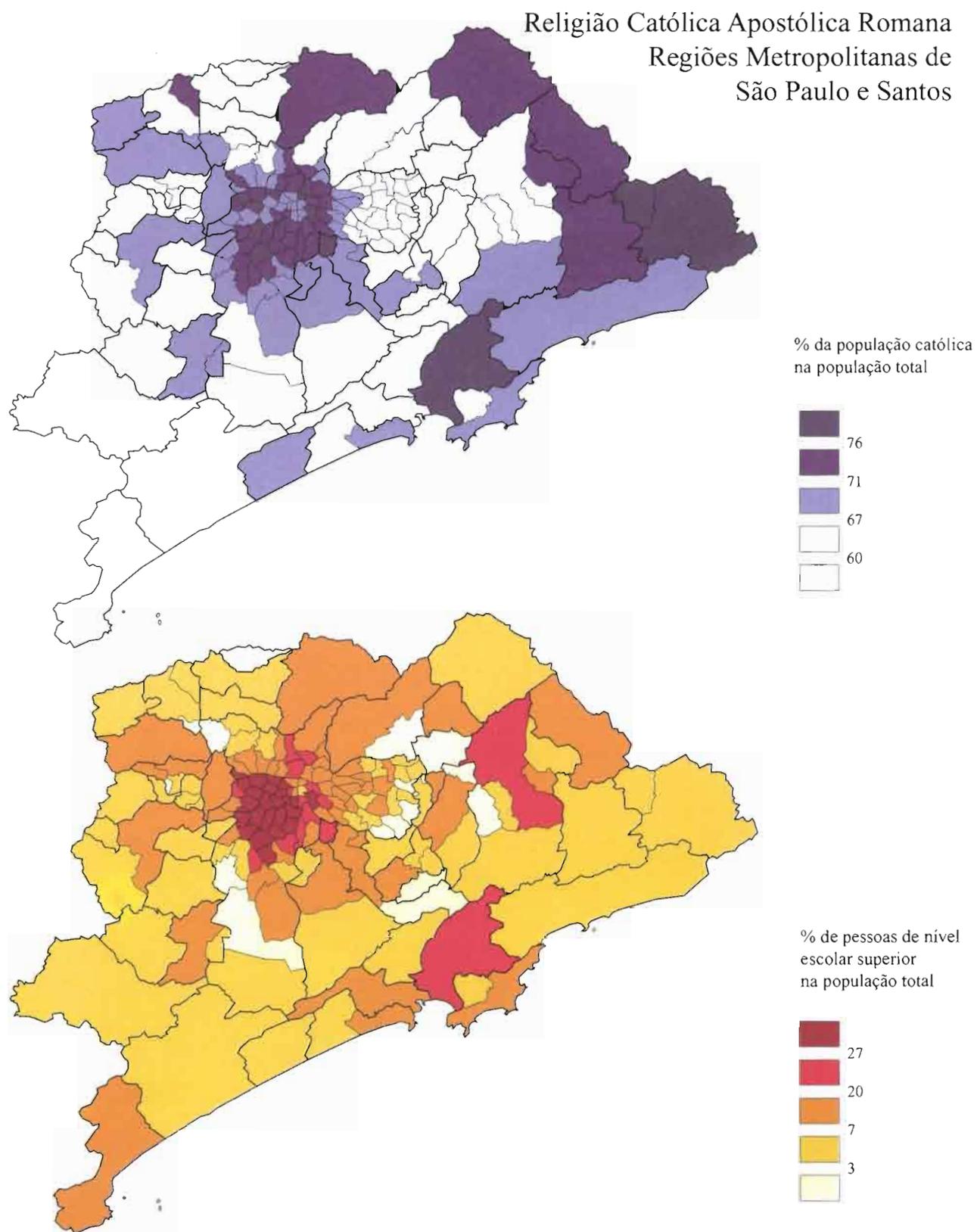
Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figuras 1.13 e 1.14



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

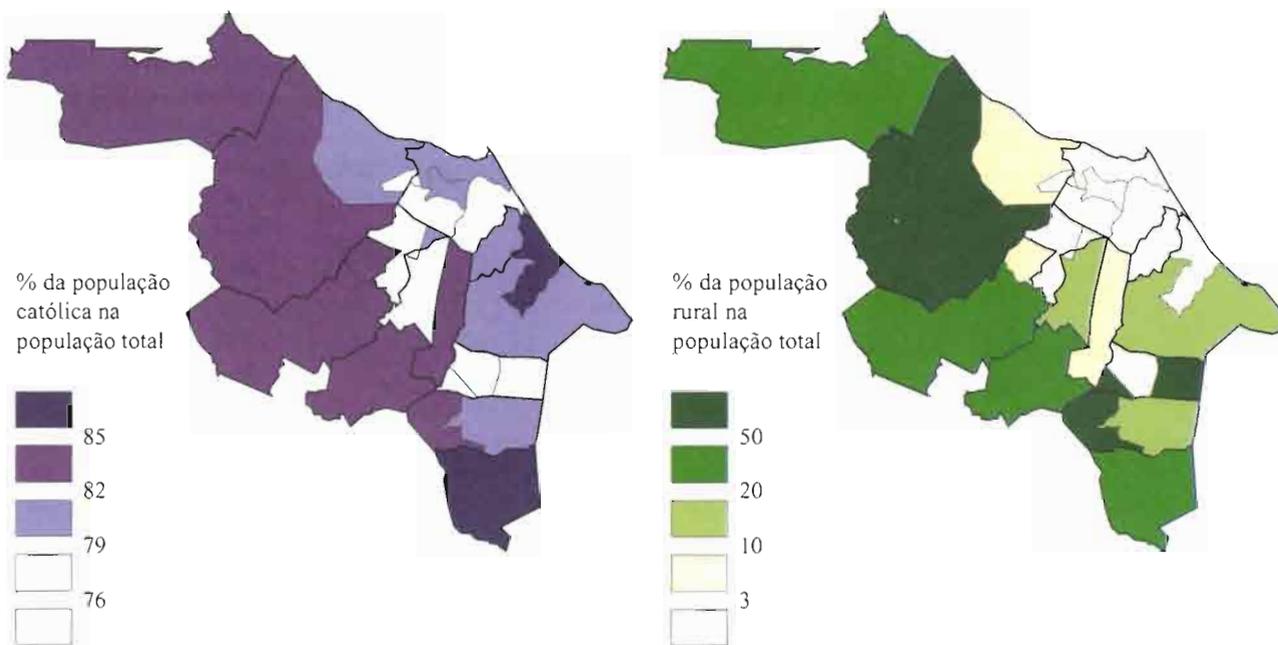
Figuras 1.15 e 1.16



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figuras 1.17 e 1.18

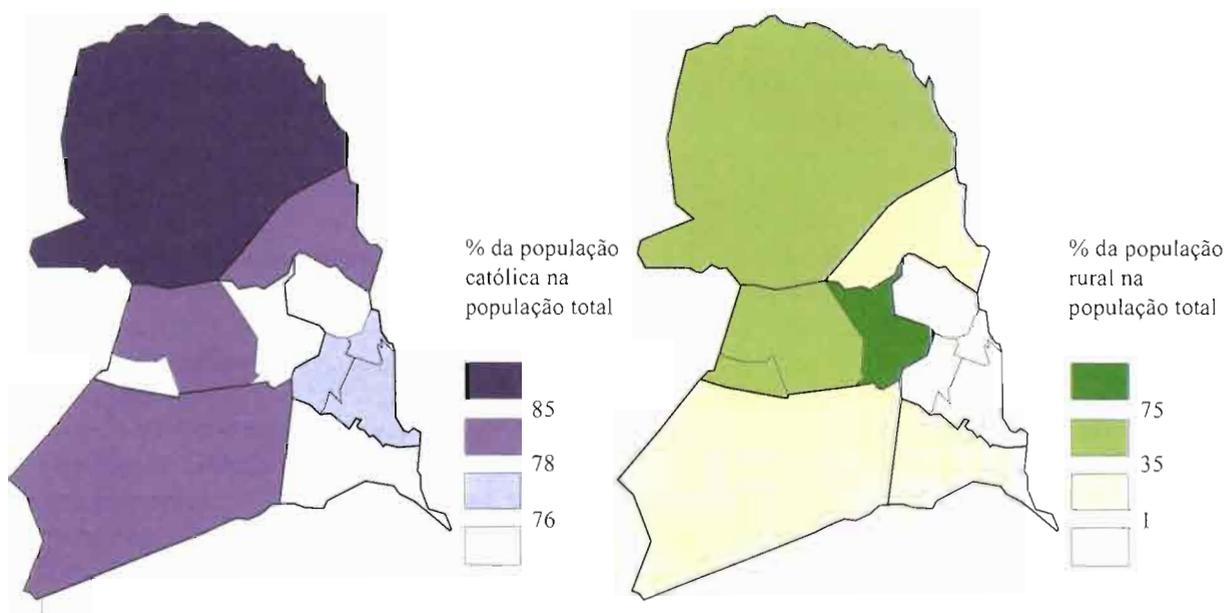
Religião Católica Apostólica Romana
Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

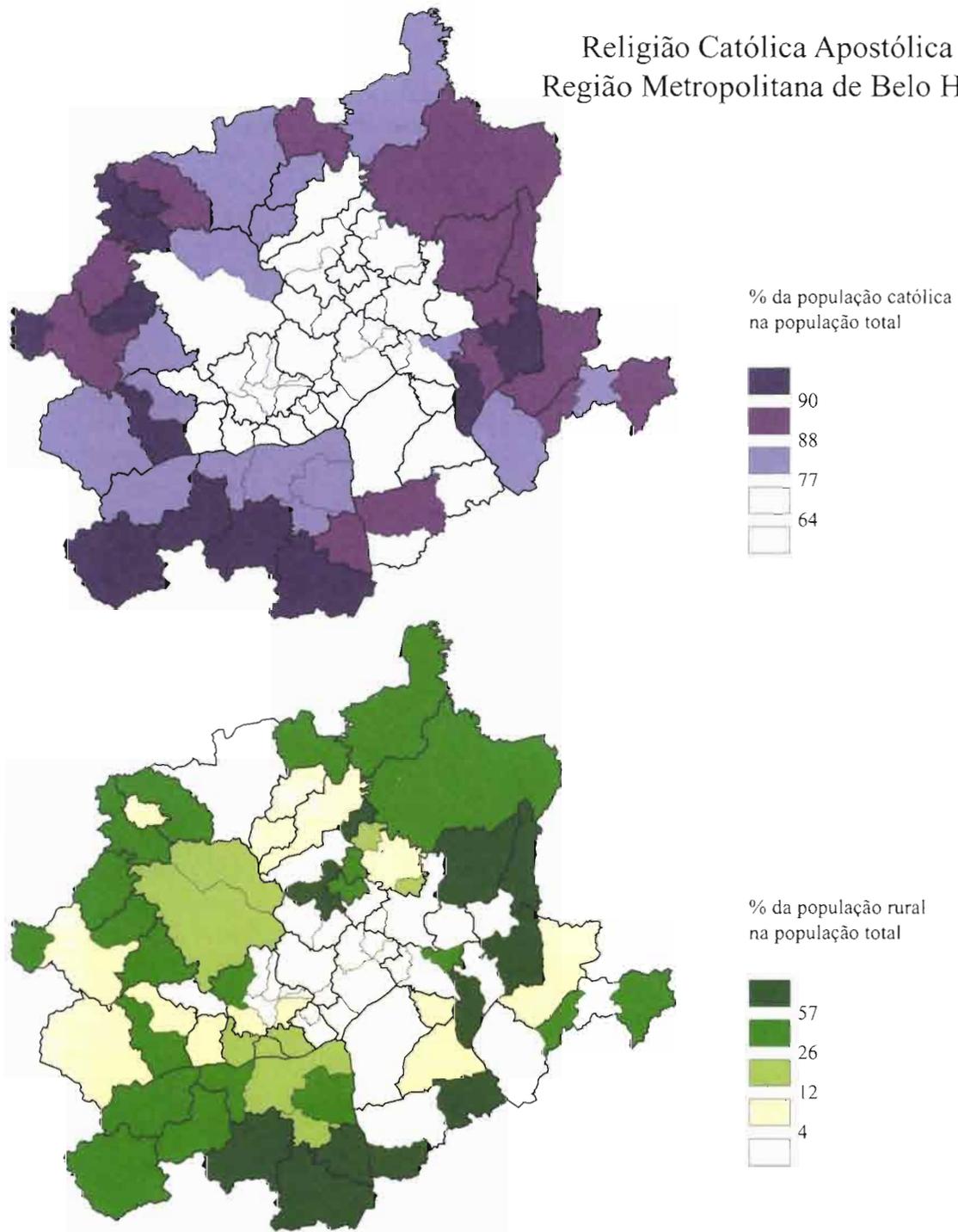
Figuras 1.19 e 1.20

Religião Católica Apostólica Romana
Região Metropolitana de Natal



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

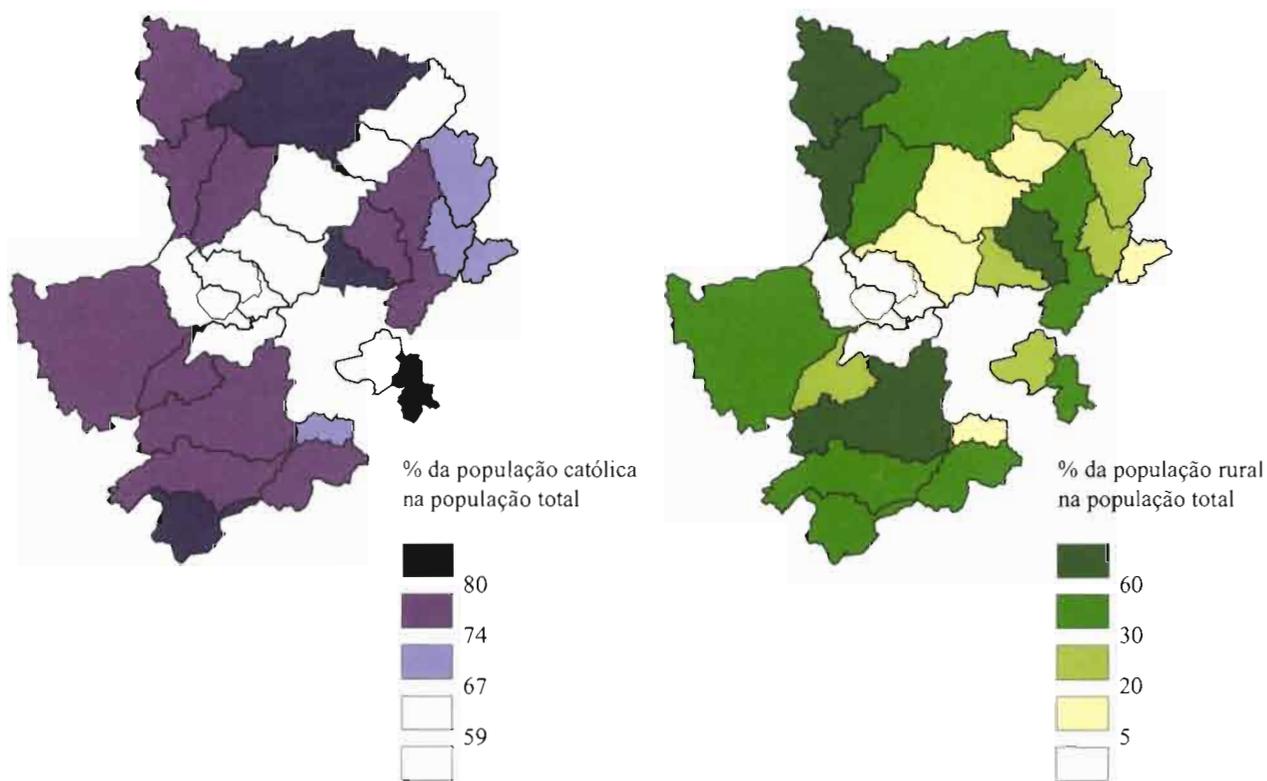
Figuras 1.21 e 1.22



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figuras 1.23 e 1.24

Religião Católica Apostólica Romana
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)

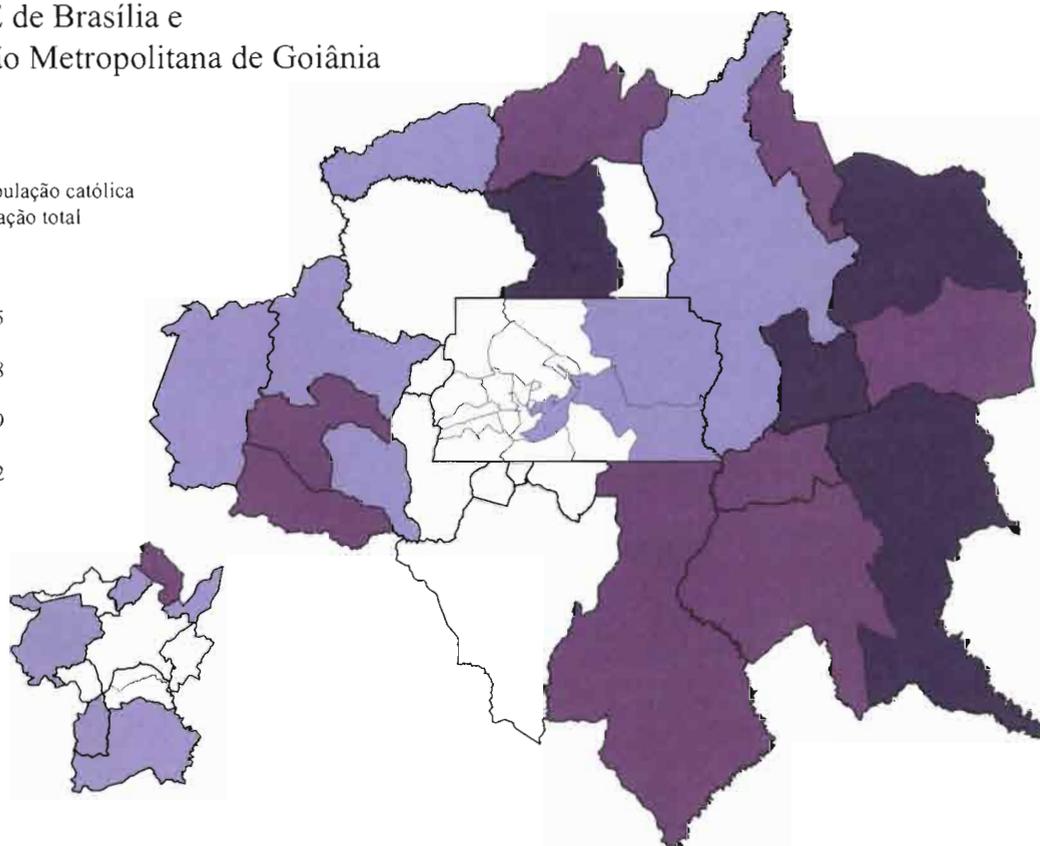


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

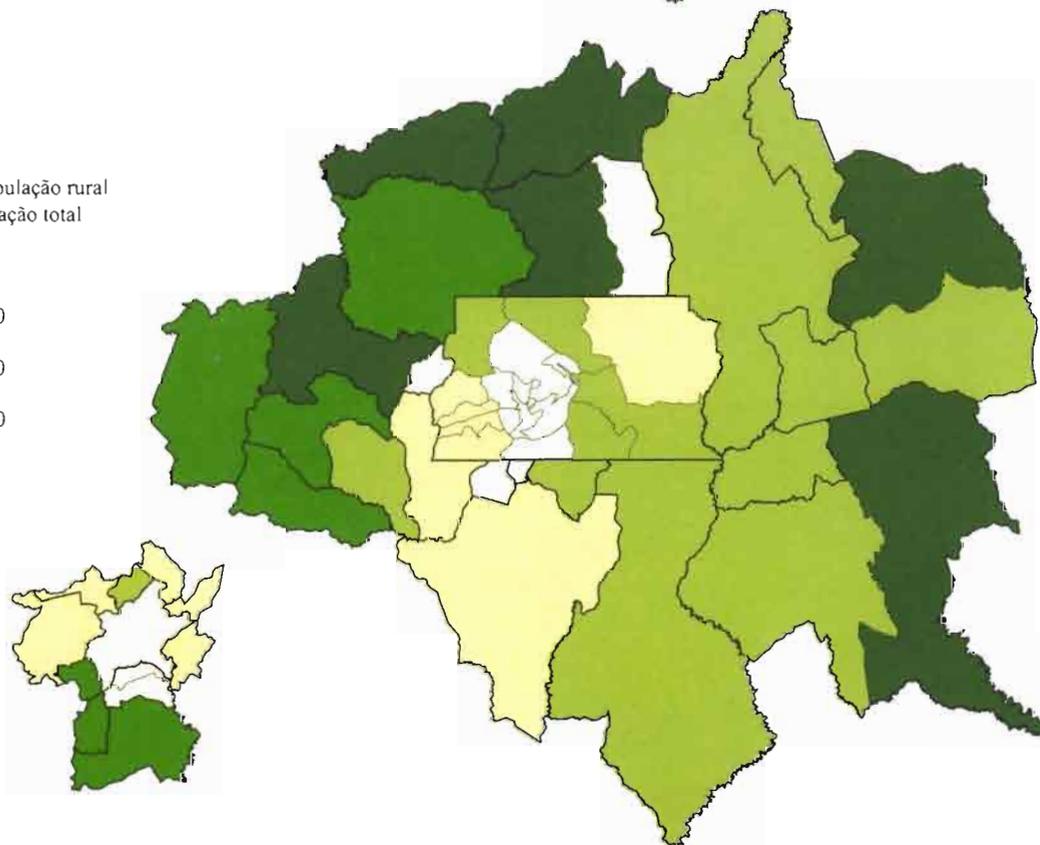
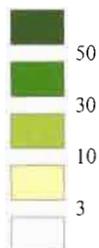
Figuras 1.25 e 1.26

Religião Católica Apostólica Romana
RIDE de Brasília e
Região Metropolitana de Goiânia

% da população católica
na população total



% da população rural
na população total



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 1.27

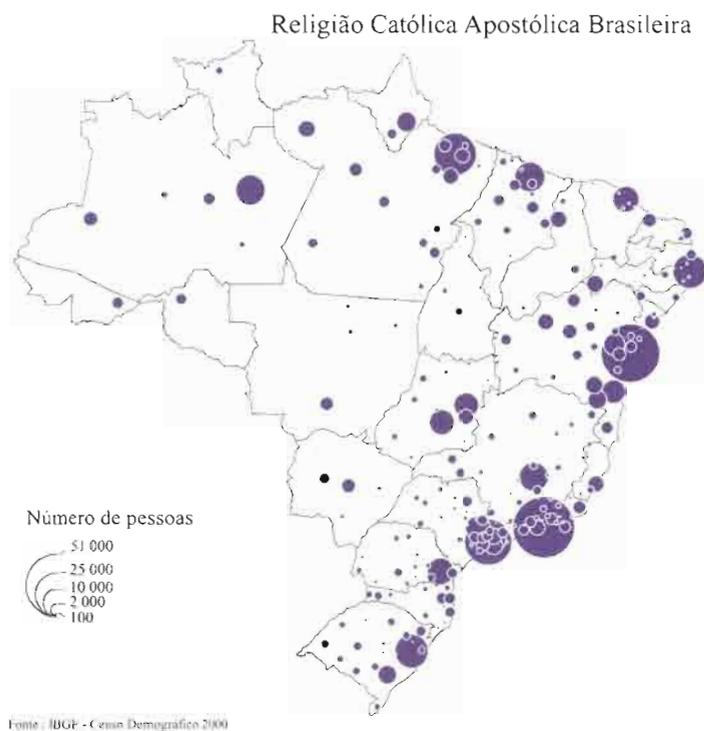
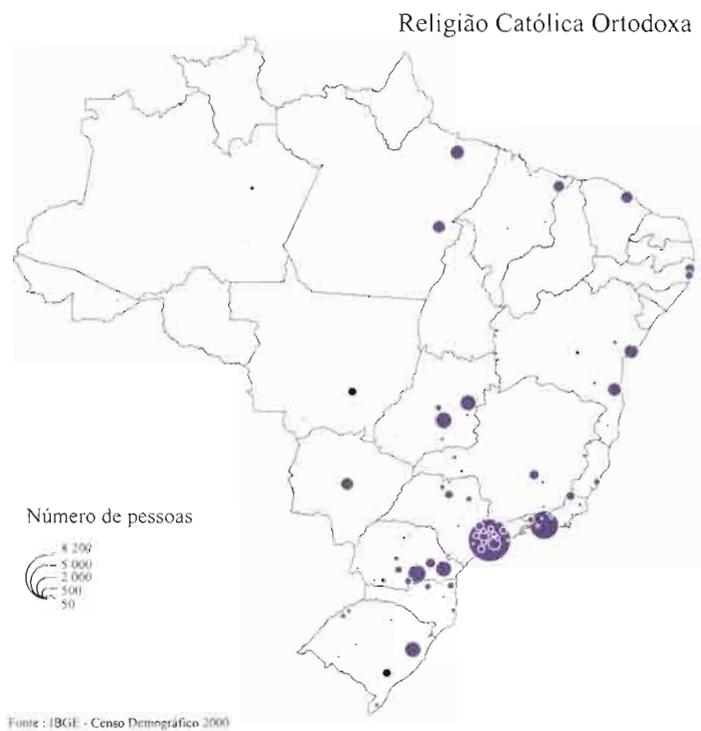


Figura 1.28



Capítulo 2

A diversificação religiosa

O processo de colonização do Brasil, baseado na convivência de brancos, índios e negros, fez com que houvesse, desde o período colonial, uma certa diversidade de religiões praticadas no país. Porém, as religiões dos índios e dos negros e, mais tarde, o protestantismo dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, bem como as religiões orientais dos imigrantes japoneses em São Paulo, representavam pouco em termos de população, nesse país que se dizia *o maior país católico do mundo*.

Até os anos 1980, o perfil religioso da população brasileira pouco se altera: a religião católica mantém a sua supremacia herdada da época colonial. Entre 1970 e 1980, nenhuma mudança significativa aparece nos recenseamentos (Tab.1). Pode-se notar, no máximo, a duplicação do número de pessoas que se declaram sem religião, que passa de 0,8% a 1,6%, mas isso é tão pouco expressivo que se poderia perguntar se não se trataria de uma flutuação aleatória.

No entanto, entre 1980 e 1991, a supremacia católica começa a sofrer fissuras. Nesse período, os católicos perdem 5,7 pontos percentuais, enquanto os evangélicos aumentam 2,4 pontos e os sem religião apresentam um crescimento relativamente alto, de 3,1 pontos. O recenseamento demográfico de 2000 não apenas confirma a tendência observada ao longo da década anterior (1980-1991), mas sobretudo revela a sua aceleração: os católicos perdem 9,4 pontos percentuais e representam agora 73,9%, ou seja, cerca de três quartos da população do país. Ao contrário, os evangélicos crescem 6,6 pontos, sendo os pentecostais o principal motor desta transformação. Já os sem religião registram um aumento de 2,7 pontos.

Assim, o período de 1980 a 2000 se caracteriza por um amplo movimento de diversificação religiosa, ligado à redução do número de católicos (-15,1 pontos percentuais), a um forte aumento do número de evangélicos (+9 pontos), principalmente dos pentecostais, e a um expressivo crescimento das pessoas sem religião (+5,8 pontos). Para avaliar a diversidade religiosa, a entropia se mostra um índice bastante eficaz. A fim de calculá-la para cada uma das microrregiões do país, com os dados dos recenseamentos de 1980, 1991 e 2000, a população foi repartida em quatro grandes grupos: católicos, evangélicos de missão, evangélicos pentecostais e sem religião. Esses agrupamentos tiveram que ser realizados em função das diferenças na nomenclatura utilizada pelo IBGE nesses três recenseamentos. A série de mapas resultante

desse índice permite avaliar as mudanças crono-espaciais da diversificação religiosa no Brasil, o que significa a perda de influência relativa da Igreja Católica.

Assim, em 1980 (Fig. 2.01), o país era maciçamente católico e a maior parte do território apresentava uma ausência total de diversidade. Observa-se aqui e ali algumas exceções a esta regra. A mais notável diz respeito a Rondônia onde os evangélicos representavam 17,2% da população, sendo 7,7% de evangélicos de missão e 9,5% de pentecostais, números bem mais elevados do que a média nacional. Observa-se um fenômeno do mesmo tipo, ainda que atenuado, no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Mato Grosso. Assim, a Amazônia aparece como uma das regiões precoces da diversificação religiosa, marcada pela presença dos pentecostais.

Pode-se identificar, ainda, áreas de diversificação religiosa no interior dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ao contrário do que acontece na Amazônia, os grupos religiosos responsáveis por essa diversificação não são, neste caso, os pentecostais, mas sim os evangélicos de missão, que apresentam 10,8% no Espírito Santo, e 4,5% no Rio de Janeiro. Sabe-se que, no caso capixaba, se trata de espaços ocupados por colonos de origem alemã e de religião evangélica de missão. Essa observação vale também para várias regiões dos estados da Região Sul: Toledo, no Paraná (13% de evangélicos de missão e 4,7% de pentecostais); Joinville, em Santa Catarina (17,4% e 4,2%), Ijuí (23,4% e 4,6%) e Gramado (25,5% e 1,5%), no Rio Grande do Sul.

Em resumo, o mapa do índice de entropia em 1980 mostra que a diversidade religiosa, antes das grandes mudanças que se darão nas duas décadas seguintes, dizia respeito apenas a algumas regiões do Brasil e estava ligada à colonização alemã do século XIX (evangélicos de missão no Sudeste e Sul) e à expansão das frentes pioneiras na Amazônia (evangélicos pentecostais em Rondônia).

O índice de diversidade calculado com os dados do recenseamento de 1991 mostra que a evolução da diversificação religiosa observada no país se relaciona, sobretudo, às regiões onde ela já ocorria antes, principalmente na Amazônia (Fig.2.02). Verifica-se, entretanto, um fenômeno de *contágio* em direção a espaços limítrofes até então pouco afetados por esse processo, como Goiás e Tocantins, ou o sul da Bahia, na fronteira com o Espírito Santo. Esse modo de difusão, no qual a proximidade desempenha um grande papel, não é de surpreender, uma vez que as religiões evangélicas têm como vetor pregado-

res que, de praça em praça, divulgam a sua religião, antes de fundar novos núcleos, que se consolidam pelo recrutamento de novos adeptos.

Um outro fenômeno é identificado no mapa de 1991, com a participação significativa de várias cidades grandes nesse movimento de diversificação religiosa: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Curitiba, a periferia de São Paulo e, sobretudo, o Rio de Janeiro. Essa diversificação nas metrópoles brasileiras se dá por um duplo movimento: de um lado, pelo rápido avanço do pentecostalismo, principalmente em Belo Horizonte (7,2%), Rio de Janeiro (8,3%), periferia de São Paulo (8,6%), Goiânia (8,9%), Curitiba (9,6%) e, de outro, pelo crescimento do número de pessoas que se declaram sem religião, sobretudo na periferia de São Paulo (8%), em Recife (9,7%), em Salvador (10,2%) e no Rio de Janeiro (14,8%).

Já em 2000 a maior parte do país se incorpora ao quadro de diversificação religiosa (Fig. 2.03). As mudanças mais notáveis foram registradas no litoral nordestino, desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, compreendendo as capitais João Pessoa, Recife, Maceió e Salvador. Observam-se ainda nesse mapa outros espaços de *contágio*, como várias microrregiões do interior da Bahia. A diversificação religiosa avança também na Região Cen-

tro-Oeste, inclusive no Distrito Federal. Integrando ainda este espaço de diversidade religiosa situam-se o Triângulo Mineiro, o estado de São Paulo, a parte mais desenvolvida do Paraná, a região industrial do nordeste de Santa Catarina até Florianópolis, bem como o sul do Rio Grande do Sul. Além dessas áreas, outras capitais continuam a se diversificar, principalmente Belém, Manaus, São Luís, Goiânia, Belo Horizonte e Campo Grande.

Somente alguns bastiões da Igreja Católica resistem ainda a esse processo de diversificação religiosa. Tal situação é observada, principalmente, no sertão nordestino e na maior parte de Minas Gerais, mas também no interior do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Do que foi observado nos três mapas de diversificação religiosa, pode-se concluir que esse processo, que teve início nos anos 1980, está relacionado a três elementos fundamentais da dinâmica da ocupação do território brasileiro: a preexistência de espaços não-católicos ligados à história do povoamento; o avanço de frentes *pioneiras*, onde os pastores pentecostais encontram terreno favorável junto a uma população migrante desenraizada; e a urbanização acelerada que favorece o surgimento de novas religiões, ou a difusão de religiões vindas do exterior.

Tabela 1
População Total e Grupos Religiosos no Brasil

Anos	População Total	Católicos	Evangélicos de Missão	Evangélicos Pentecostais	Evangélicos Total	Outras Religiões	Sem religião
1970	93 470 306	85 775 047 91,8	—	—	4 833 106 5,2	2 157 229 2,5	704 924 0,8
1980	119 009 778	105 860 063 89,0	4 022 330 3,4	3 863 320 3,2	7 885 650 6,6	3 310 980 3,1	1 953 085 1,6
1991	146 814 061	122 365 302 83,3	4 388 165 3,0	8 768 929 6,0	13 157 094 9,0	4 345 588 3,6	6 946 077 4,7
2000	169 870 803	125 517 222 73,9	8 477 068 5,0	17 975 106 10,6	26 452 174 15,6	5 409 218 3,2	12 492 189 7,4

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000, IBGE.

Figura 2.01

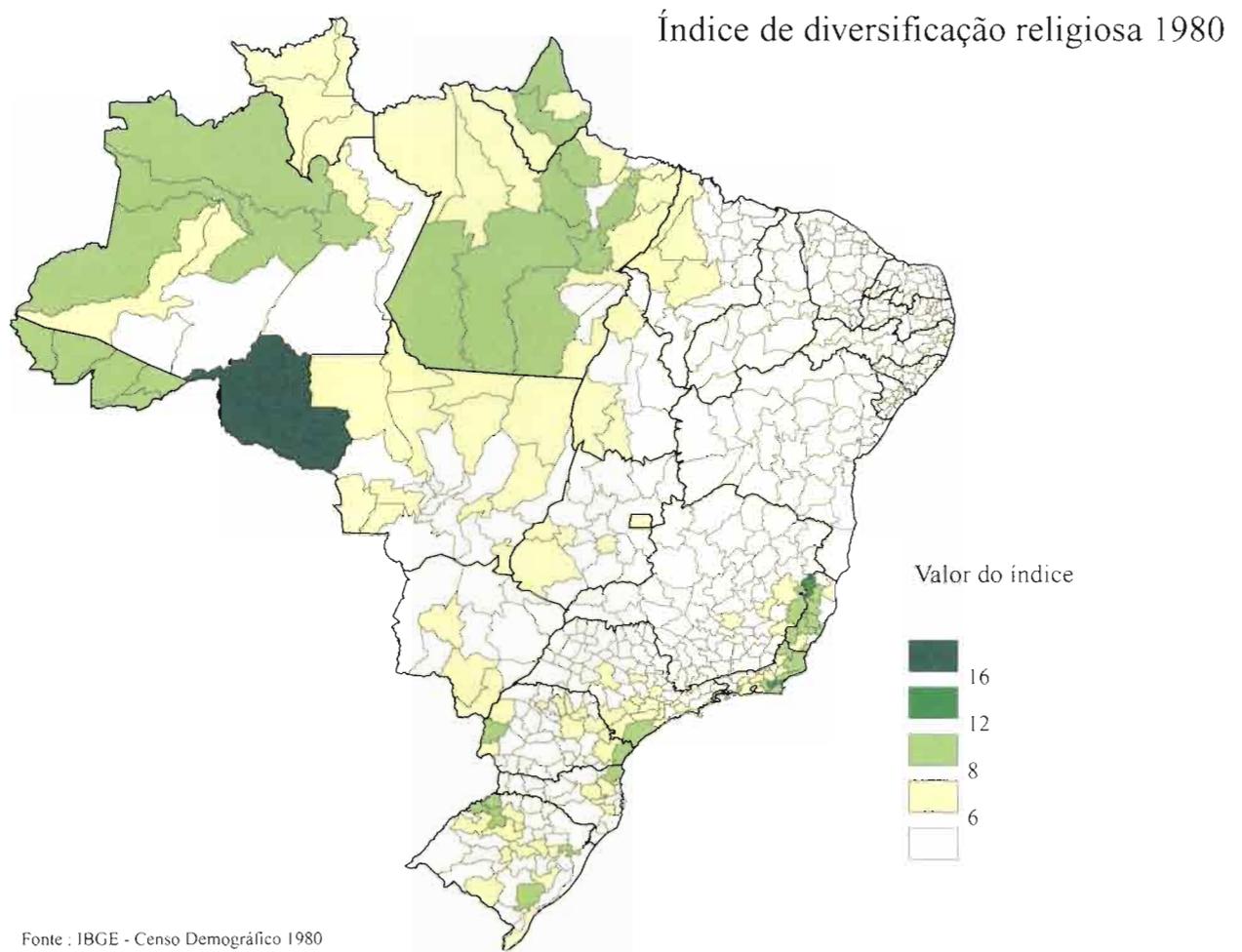


Figura 2.02

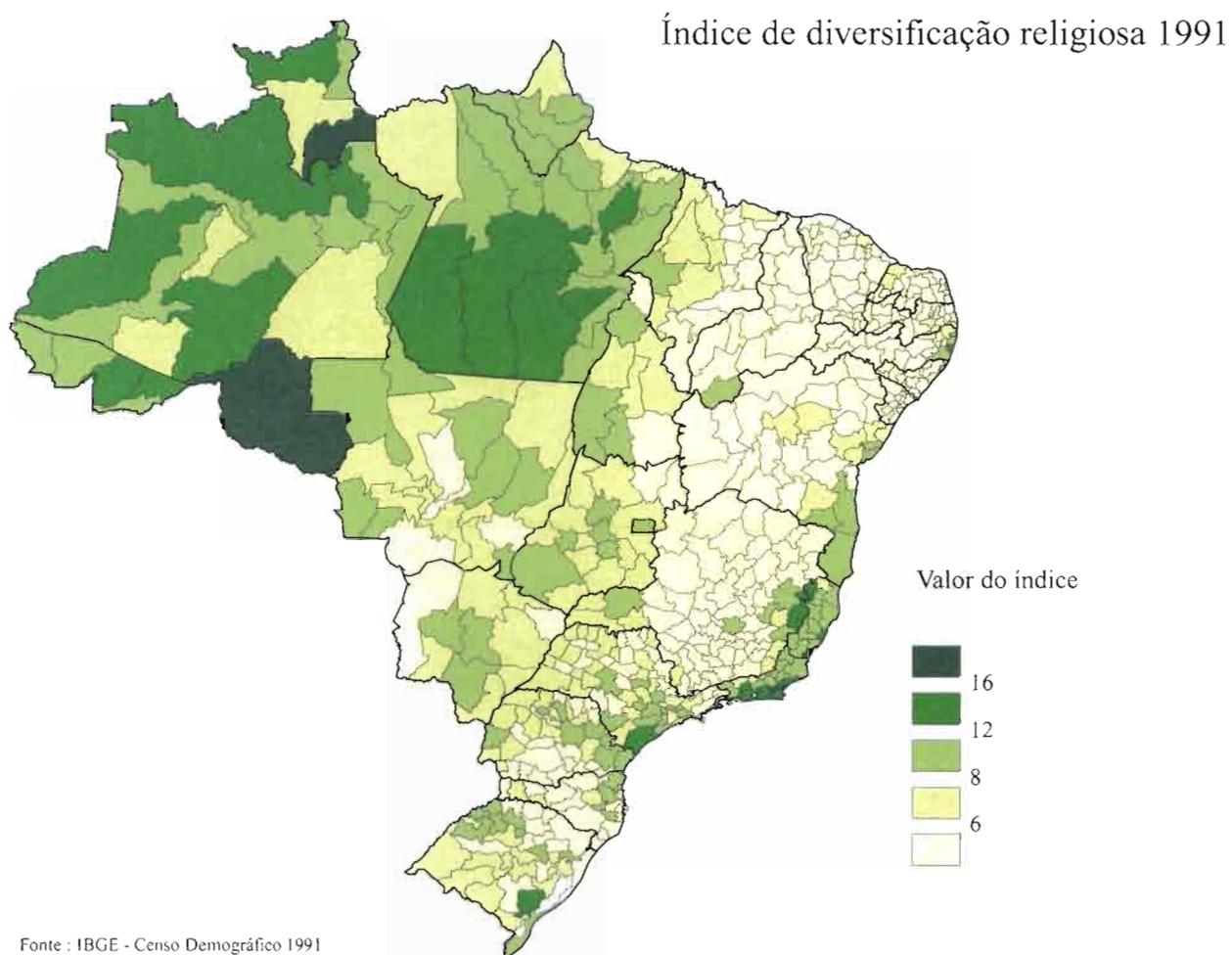
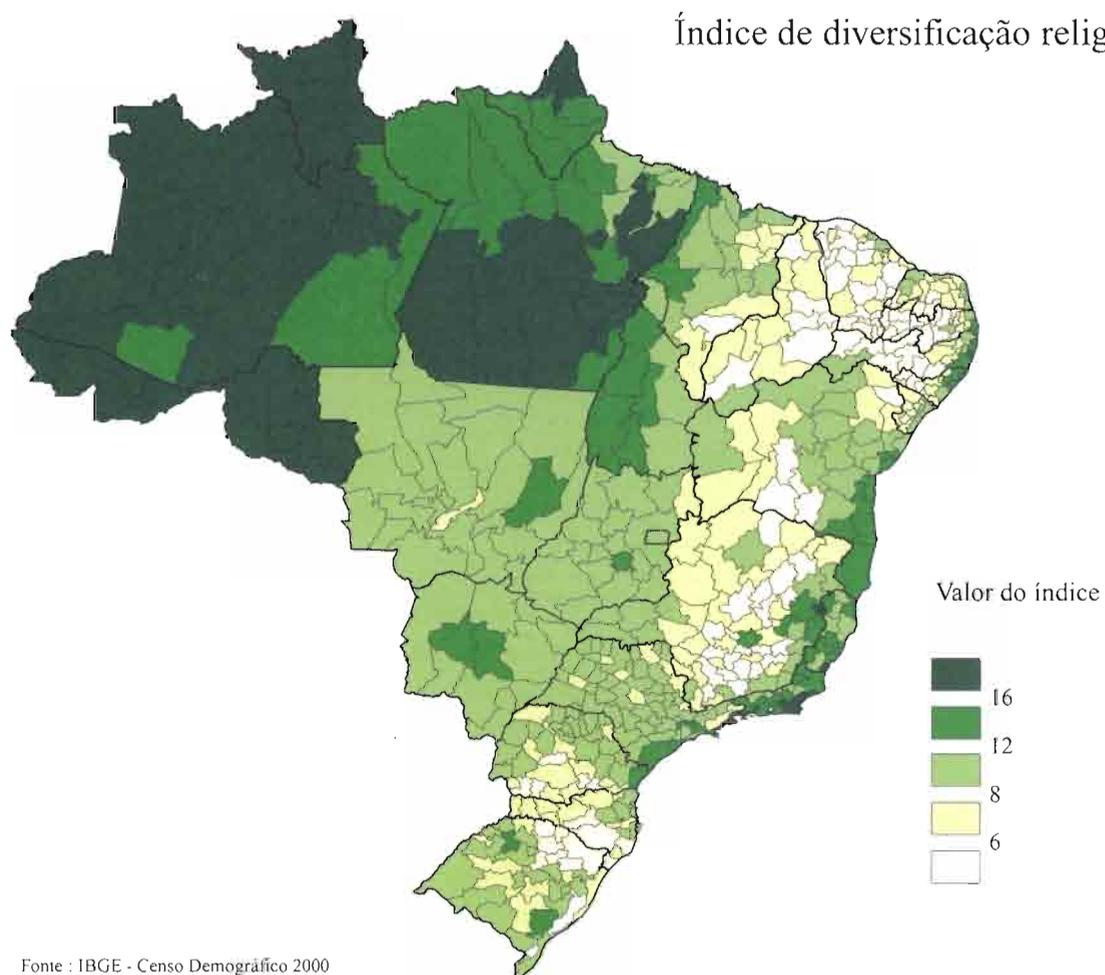


Figura 2.03



Capítulo 3

Os evangélicos pentecostais

O crescimento dos evangélicos pentecostais se constituiu no principal fator da diversificação religiosa que vem ocorrendo no Brasil, a partir dos anos 1980. Esta tendência tem a sua visibilidade aumentada pela natureza do proselitismo religioso dos pentecostais e pelo tipo de publicidade feita por essas igrejas. Este fato tem sido motivo de preocupação de parcela da população do país que vê, no crescimento dos pentecostais, uma forma de desvio em relação ao *ethos* católico, na formação da cultura brasileira.

O número de pessoas que declaram pertencer a uma das religiões do grupo pentecostal encontra-se em constante aumento no Brasil: 3,9 milhões em 1980, 8,8 milhões em 1991 e 18 milhões em 2000. Como se vê, a população pentecostal mais do que dobra a cada década. A taxa de variação média anual dos pentecostais observada de 1991 a 2000 cresce 8,3%, enquanto a população total aumenta apenas 2%, durante esse mesmo período. Corrigindo-se o crescimento dos pentecostais pela taxa de variação da população total, obtém-se um saldo líquido no valor considerável de mais 7,8 milhões de habitantes.

Assim como acontece com a população católica, a localização dos pentecostais em 2000 corresponde à da população total (Figs. 3.01 e 8.01). Desse modo, as microrregiões de São Paulo e do Rio de Janeiro são as que apresentam os maiores contingentes de pentecostais, com 1,7 milhões e 1,6 milhões de fiéis, respectivamente. Seguem-se em importância, pelo número de adeptos, Belo Horizonte, que registra cerca de 600 000, e Curitiba e Recife, com aproximadamente 400 000 pessoas.

Mas além da sua importância nas regiões urbanas, as igrejas pentecostais estão particularmente presentes nas Regiões Norte e Centro-Oeste. O mapa com as porcentagens de seus fiéis em 2000 (Fig. 3.02) e o da evolução dessa porcentagem entre 1991 e 2000 (Fig. 3.03) mostram uma configuração espacial semelhante, destacando a ligação que parece existir entre o crescimento dos pentecostais e os movimentos migratórios para essas regiões do país. Esses dois mapas se assemelham também com os da diversificação religiosa apresentados no Capítulo 2 (Figs. 2.01, 2.02 e 2.03), o que vem confirmar a importância dessas igrejas na mudança social nas regiões de frentes *pioneiras*.

O crescimento pentecostal não se limita, no entanto, às Regiões Norte e Centro-Oeste. Ele diz respeito também a diferentes áreas do país, como o estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, principalmente a sua região metropolitana, a metade-norte do Paraná até Curitiba, Minas

Gerais, em torno de Governador Valadares e de Belo Horizonte, e ainda o litoral e a zona da mata de Pernambuco. No entanto a maior parte da Região Nordeste e do estado de Minas Gerais continuam pouco afetadas por esse fenômeno, onde o catolicismo mantém a sua supremacia. Apesar do crescimento dos pentecostais observado em grande parte do país, nota-se uma perda relativa do seu peso, no período de 1991 a 2000, em algumas microrregiões de Rondônia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, ao longo dessa década, a expansão do pentecostalismo tomou a forma de uma grande onda que ocorreu nos espaços mais dinâmicos do país, tanto do ponto de vista econômico, quanto dos movimentos migratórios.

Além da expansão territorial dos pentecostais, deve-se registrar ainda o esforço que tem sido feito pelos evangélicos com o objetivo de se afirmarem na vida política brasileira. O melhor exemplo disso encontra-se no desempenho de Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro, que obteve 17,9% dos votos válidos no primeiro turno da eleição presidencial de 2002. Garotinho representa, de fato, um fenômeno político importante, na medida em que concretiza, de maneira exemplar, a tentativa dos pentecostais de conquistar a presidência da República.

Naturalmente, há muito são conhecidas as ligações da bancada de parlamentares evangélicos do Congresso Nacional com as igrejas pentecostais. Mas a eleição de um presidente da República, marcadamente evangélico, como parte de uma estratégia de poder político das igrejas pentecostais, não deixa de ser um projeto ambicioso. Como se sabe, Garotinho é presbiteriano e, portanto, não é protestante pentecostal. No entanto, ele soube utilizar com habilidade a palavra *evangélica* para atrair à sua candidatura uma grande parte do eleitorado pentecostal, o que representa milhões de eleitores.

Sem chegar a dizer que todos os pentecostais votaram em Garotinho, observa-se, no entanto, uma enorme semelhança entre o mapa das votações do candidato evangélico e o da porcentagem de pentecostais na população total (Figs. 3.04 e 3.02). Assim, é principalmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste que a boa implantação pentecostal se traduz numa votação expressiva em Garotinho, acima da sua média nacional. Observa-se, ainda, um fenômeno da mesma natureza no litoral de Pernambuco e também nos limites de Minas Gerais com o Espírito Santo, e no Paraná, na fronteira com São Paulo. Em contrapartida, no

interior do Nordeste e na maior parte de Minas Gerais, áreas de supremacia dos católicos, o desempenho de Garotinho é bastante fraco. Além da coincidência entre as boas votações para Garotinho e os elevados percentuais de pentecostais no Norte e Centro-Oeste, cabe observar o fato de ser exatamente nessas regiões que a Rede Record, da Igreja Universal do Reino de Deus, se apresenta mais bem instalada, com maior número de repetidoras (Fig. 3.33).

Um gráfico bivariado permite confirmar a existência da relação entre o peso dos pentecostais e a porcentagem de votos em favor de Garotinho (Fig. 3.05). Pode-se observar através desse gráfico a seguinte tendência: quanto maior a porcentagem de pentecostais na população total, maior o percentual de votos para Garotinho na eleição presidencial de 2002. Naturalmente, essa correlação não é perfeita, como bem mostra a dispersão dos pontos que representam as microrregiões, em torno da reta que expressa a correlação. Tal fato indica que outros critérios, além da filiação religiosa, teriam influenciado o eleitor na escolha do seu candidato a presidente (programa político, personalidade, alianças eleitorais, etc.).

Este gráfico mostra também que nas microrregiões do Rio de Janeiro os eleitores apresentaram um comportamento diferente do resto do Brasil, indicando que, nesse estado, Garotinho recebeu votos não apenas de pentecostais, mas também de pessoas não filiadas a essas confissões religiosas. Este fato não tem nada de surpreendente, pois, como se sabe, Garotinho, antes de ser candidato à presidência, foi governador do Rio de Janeiro. Aliás, Garotinho soube utilizar a política social do seu governo para estreitar as ligações que ele mantinha com as igrejas pentecostais. A política do “cheque-cidadão”, por exemplo, usou amplamente a rede de igrejas pentecostais, bem implantadas nos bairros mais pobres das cidades, para distribuir a quantia de R\$ 100,00 por mês a 48 500 famílias carentes.

O perfil demográfico e socioeconômico dos pentecostais

O perfil demográfico e socioeconômico dos pentecostais apresenta grandes desvios em relação à média brasileira (entre -85% e +85%). Do ponto de vista demográfico, os pentecostais habitam mais as zonas urbanas do que as rurais, congregam mais mulheres do que homens, mais crianças e adolescentes do que adultos, e mais negros, pardos e indígenas do que brancos (Fig. 3.06).

Em relação aos aspectos sociais, nota-se que os casamentos dos pentecostais são basicamente do tipo “somente civil”, enquanto todas as outras formas de união se apresentam inferiores ao perfil médio brasileiro. Em matéria de educação, se caracterizam por um nível muito

elementar, uma vez que os seus fiéis possuem, sobretudo, cursos de alfabetização de adultos, antigo primário e primeiro grau.

No que diz respeito às atividades econômicas, os pentecostais são caracterizados por um forte desvio positivo em relação aos “serviços pessoais” e, nesse setor, eles ocupam, freqüentemente, o emprego doméstico, com ou sem carteira de trabalho. Em consequência do predomínio dessa atividade, o seu nível de remuneração é muito baixo, uma vez que eles recebem basicamente até 3 salários mínimos.

Todos esses desvios do perfil demográfico e socioeconômico, em relação à média brasileira, revelam que o pentecostalismo se mostra particularmente bem implantado nas camadas mais populares que vivem nas cidades.

Os pentecostais nas regiões metropolitanas

De modo geral, os pentecostais se localizam na *primeira coroa*, quer dizer, na periferia imediata ao município central das regiões metropolitanas. Em muitas delas, entre as mais importantes do país, observa-se uma configuração em forma de anel que traduz uma forte implantação na quase totalidade dos distritos e subdistritos da periferia. Este é principalmente o caso de Belém, Recife, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Na região metropolitana de Belém, os pentecostais ultrapassam 18% da população total nos municípios de Ananindeua e Benevides, e chegam mesmo a alcançar cerca de 23% no distrito de Outeiro, do município da capital (Fig. 3.07).

Em Fortaleza, o anel pentecostal encontra-se ainda mal formado, mas percebe-se uma tendência à sua concretização (Fig. 3.08). No município central, o distrito de Mondubim apresenta quase 11% de pentecostais, enquanto no município limítrofe de Maracanaú eles ultrapassam este percentual. Esta mesma tendência pode ser verificada na região metropolitana de Natal (Fig. 3.09).

A situação é semelhante também na região metropolitana de Recife, onde os municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes apresentam menores percentuais de pentecostais do que os de Igarassu e Abreu Lima, ao norte, com cerca de 24%, e São Lourenço da Mata, Moreno, Cabo de Santo Agostinho, a leste, com mais de 17% (Fig. 3.10).

Em Salvador, o peso dos pentecostais aumenta segundo um eixo de orientação sudoeste/nordeste. Observa-se, assim, que as porcentagens de pentecostais são reduzidas na parte histórica de Salvador, mas ultrapassam 10% nos subdistritos de Valéria e São Cristóvão, para atingir quase 17% no município de Simões Filho (Fig. 3.11).

Verifica-se uma ressurgência pentecostal do outro lado da Baía de Todos os Santos, em Vera Cruz, o que nos leva a concluir que a estrutura em anéis da periferia de Salvador está se formando.

Na região metropolitana de Vitória, o anel pentecostal também está se estruturando e se estabelece nos limites do município central, possivelmente em função do seu tamanho relativamente modesto (Fig. 3.12). Assim, em Vila Velha, os distritos de Argolas e São Torquato apresentam mais de 20% da população fiel ao pentecostalismo. É, porém, nos municípios de Cariacica e de Serra que se encontram os percentuais mais elevados de pentecostais.

No caso do Rio de Janeiro, os pentecostais cercam o município por todos os lados. Assim, eles representam mais de 21% da população em municípios como Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Itaboraí (Fig. 3.13). Observa-se ainda a presença de pentecostais na própria cidade do Rio de Janeiro, nos distritos da Zona Oeste, sobretudo em Santa Cruz, Campo Grande e Bangu.

A região metropolitana de São Paulo e Santos apresenta também uma configuração espacial na qual os pentecostais estão solidamente implantados na periferia (Fig. 3.14). Somente os distritos mais centrais da cidade de São Paulo escapam a esse fenômeno. As mais fortes porcentagens de pentecostais, acima de 18% da população total, aparecem ao sul, nos municípios de Rio Grande da Serra, Santo André e Cubatão; a leste, em Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes; e a noroeste em Barueri, Itapevi e Jandira.

Em Belo Horizonte, o anel pentecostal se confunde praticamente com a totalidade da parte central da região metropolitana (Fig. 3.15). Até mesmo no distrito de Venda Nova da Capital, em Belo Horizonte, os pentecostais chegam a representar quase 15% da população total. Apenas os municípios mais rurais, situados no extremo sul da região metropolitana, apresentam reduzidos percentuais.

Nas outras regiões metropolitanas, os pentecostais encontram-se igualmente instalados na periferia, mas sob uma forma espacial setorial e não como um anel completo. Esta organização está naturalmente ligada às características geográficas das cidades em questão. Por exemplo, em São Luís, situada numa ilha, os pentecostais aparecem em proporção importante no distrito de Mata, a leste do centro da cidade (Fig. 3.16). Já em Maceió, um bairro pentecostal está em formação em dois distritos da capital, localizados na parte norte da cidade (Fig. 3.17).

Na região metropolitana de Curitiba, os pentecostais se concentram na periferia norte da cidade, com percentuais que ultrapassam 22% da população total de municípios como Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Cerro Azul

e Doutor Ulysses, em nítido contraste com a periferia sul da RM (Fig. 3.18).

Já em Porto Alegre, os pentecostais se localizam, sobretudo, na metade-oeste da região metropolitana, onde eles registram elevados percentuais em municípios como Eldorado do Sul, Guaíba, Charqueadas e Triunfo (Fig. 3.19).

A Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Brasília revela maior presença de pentecostais na sua porção sudoeste, particularmente nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Novo Gama, com percentuais entre 17,5% e 20% (Fig. 3.20). No Distrito Federal propriamente dito, os pentecostais se localizam no oeste da cidade, principalmente nos distritos de Brazlândia, Ceilândia, Riacho Fundo e Recanto das Emas, com porcentagens superiores a 14,5%.

Finalmente, na região industrial do Vale do Aço, em Minas Gerais, observa-se que os pentecostais se localizam sobretudo ao longo do Vale do Rio Doce, alcançando percentuais superiores a 20% da população total nos municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Santana do Paraíso, Naque e Periquito (Fig. 3.21).

Todos esses exemplos mostram que as igrejas pentecostais vêm conseguindo boa implantação na *primeira coroa* da periferia das regiões metropolitanas brasileiras, realizando assim a *ocupação religiosa* desses territórios e a conquista de populações de condições sociais mais modestas. A tendência desse crescimento em forma de anel indica uma propensão ao cerco aos municípios centrais, e mesmo ao avanço no âmbito de bairros populares das próprias capitais.

Um enorme fracionamento

É extremamente difícil ter uma visão completa do conjunto das igrejas pentecostais existentes no país, dado o seu enorme fracionamento (Tab. 2). Mesmo alguns especialistas no campo dos estudos religiosos se enganam, às vezes, ao afirmarem, por exemplo, que a Igreja Universal do Reino de Deus é a principal igreja pentecostal¹, o que não corresponde aos dados do IBGE.

O recenseamento de 2000 distingue 15 religiões pentecostais diferentes. Ao serem classificadas por ordem de importância, quanto ao número declarado de fiéis, apenas três religiões representam, cada uma delas, mais de 10% no total dos pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil e Universal do Reino de Deus), totalizando três quartos dos adeptos. O restante se divide em doze confissões diferentes, o que mostra a existência de uma verdadeira atomização.

A Assembléia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil se desenvolveram, em São Paulo, no início do sécu-

lo XX, sobretudo junto aos trabalhadores das plantações de café, e, posteriormente, nos principais centros urbanos do país, em particular nas Regiões Sudeste e Sul. Desta história comum, resulta uma forte implantação de ambas no estado de São Paulo, mas a geografia atual de cada uma delas revela dinâmicas diferentes.

A Assembléia de Deus

A Assembléia de Deus, com 8,4 milhões de fiéis, situa-se claramente em primeiro lugar entre as igrejas pentecostais do país, com 47% dos adeptos desse grupo religioso. Ela se encontra implantada na maior parte das grandes cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, onde reúne 760 000 fiéis, e em São Paulo, com 500 000 adeptos (Fig. 3.22). A terceira cidade em importância é Recife, onde os seus membros representam cerca de 300 000 mil pessoas. A taxa de crescimento média anual de 14,8%, entre 1991 e 2000, situa a Assembléia de Deus em terceiro lugar quanto ao aumento do número de fiéis das igrejas pentecostais.

Em relação ao conjunto das confissões pentecostais, a Assembléia de Deus domina toda a metade-norte do país (Fig. 3.23). Nos estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte, em média, em cada três pentecostais, dois são membros da Assembléia de Deus. Isto revela o quanto ela é incontestável nessas regiões, onde se afirmou consideravelmente ao longo da última década, ao obter ganhos que ultrapassam frequentemente 5 pontos percentuais (Fig. 3.24). Chega, inclusive, a registrar crescimentos de 10 a 20 pontos percentuais em algumas microrregiões do Amapá, Pará e Amazonas.

Um *zoom* sobre a Região Norte confirma a forte implantação da Assembléia de Deus nos pequenos municípios do interior, situados longe das capitais, sobretudo em Rondônia, no oeste do Amazonas e no sudeste do Pará (Fig. 3.25).

A Congregação Cristã do Brasil

A segunda igreja pentecostal mais importante do país é a Congregação Cristã do Brasil, que conta com 2,5 milhões de fiéis, o que representa 14% desse grupo religioso. Observa-se, porém, que essa igreja não tem se expandido de maneira muito significativa, uma vez que apresenta 4,8% de crescimento médio anual, taxa nitidamente inferior à de outras igrejas do grupo pentecostal.

Apesar de estar presente na maior parte do país, ela se concentra no estado de São Paulo e, em menor proporção, no Paraná (Fig. 3.26). Além desses núcleos origi-

nais, a Congregação se espalhou por numerosas regiões do país, ainda que apresente percentuais de pentecostais inferiores aos da Assembléia de Deus (Figs. 3.27 e 3.23).

Ao se focalizar o estado de São Paulo, percebe-se que a Congregação Cristã do Brasil é particularmente bem instalada no sudoeste do estado, num triângulo que inclui: Sorocaba, situada a oeste da capital, e Barra do Turvo e Itaporanga, na fronteira com o Paraná (Fig. 3.28). Trata-se, sem dúvida, da parte menos desenvolvida do estado de São Paulo.

As regiões limítrofes de Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro e Goiás formam a primeira área de expansão dessa igreja, que, posteriormente, se estendeu por quase toda a Região dos Cerrados, onde, a partir dos anos 1970, se deu intensa incorporação de suas terras para o plantio de soja. Sabendo-se que grande parte dos pioneiros que para lá se dirigiram eram do Paraná, não é de se estranhar que haja no Centro-Oeste uma forte presença da Congregação Cristã, sobretudo em Mato Grosso e em Rondônia (Fig. 3.26). Nota-se igualmente a presença dessa igreja na parte mais pobre de Minas Gerais, no norte, bem como no interior da Bahia.

A Igreja Universal do Reino de Deus

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é de origem mais recente, uma vez que ela foi criada em 1977, no bairro da Abolição, na cidade do Rio de Janeiro. Esta igreja tem recorrido amplamente aos meios de comunicação de massa para se desenvolver, principalmente a televisão. Ao que tudo indica, esta estratégia foi bem sucedida, uma vez que ela passou de 269 000 fiéis, em 1991, para 2,1 milhões, em 2000, o que representa 12% dos pentecostais. Mesmo que o recenseamento demográfico de 1991 possa ter subavaliado a IURD, o seu crescimento é espantoso, já que a taxa de variação média anual dos seus fiéis (25,7%) é quase três vezes superior à do conjunto dos pentecostais.

Os maiores contingentes de adeptos da Igreja Universal estão localizados nas capitais dos estados (Fig. 3.29). O Rio de Janeiro situa-se em primeiro lugar, com cerca de 350 000 pessoas, seguido por São Paulo, com 240 000. Observa-se que no estado do Rio de Janeiro, a IURD é particularmente bem instalada nos municípios que integram a sua região metropolitana, mas também em Cabo Frio, e no litoral norte, na região de Macaé e Campos (Fig. 3.30).

Na verdade, o Rio de Janeiro e São Paulo são as únicas grandes cidades com presença acentuada da Universal, uma vez que os seus contingentes são bem inferiores numericamente nas outras capitais, como em Belo Horizonte, com 83 000 fiéis, e em Salvador, com 75 000. As porcentagens dos membros da IURD no total dos pentecostais

refletem uma grande dispersão geográfica e, ao mesmo tempo, são poucas as microrregiões que revelam fortes percentuais, nunca superiores a 35% dos pentecostais (Fig. 3.31). Observa-se, no entanto, que a IURD está presente em grande parte do território brasileiro, já que só em alguns estados ela é inexpressiva. Com exceção do Acre, Amazonas, Maranhão e Tocantins, o sucesso de sua estratégia lhe permitiu alcançar uma implantação nacional.

O mapa da evolução das porcentagens dos fiéis da Igreja Universal na população total revela que, a partir das implantações nas capitais, como Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Porto Velho e Goiânia, a IURD se difunde nas regiões vizinhas (Fig. 3.32). Observa-se, ainda, que do mesmo modo que as outras igrejas pentecostais, a Universal se desenvolve particularmente nas frentes *pioneiras* da Região Centro-Oeste.

Sem dúvida, a capacidade da IURD de se estabelecer ao longo do território nacional está ligada à mídia que ela soube utilizar, principalmente o rádio e a televisão. Como se sabe, a Rede Record pertence a essa Igreja e o mapa da localização das suas afiliadas mostra bem a estratégia adotada de implantação diferenciada pelo país (Fig. 3.33). Pode-se distinguir, então, três modalidades dessa implantação. Em primeiro lugar, se procura conquistar as capitais dos estados, de onde é possível atingir a maior parte da sua população; todas as capitais estão incluídas na Rede Record, menos Aracaju. Em seguida, conquistam-se os principais centros de segundo nível, como Maringá, Londrina e Toledo, no Paraná, ou ainda Campinas, Santos e São José do Rio Preto, em São Paulo. Este segundo tipo de implantação diz respeito apenas a uma parte do Brasil, pois sobretudo a Região Nordeste e o estado de Minas Gerais não participam desse movimento, em razão de uma má receptividade das populações do interior às mensagens da IURD. Finalmente, pode-se notar que nos espaços particularmente favoráveis à Igreja Universal, a Rede Record apresenta uma malha densa no território, o que é principalmente o caso de Mato Grosso, Rondônia e Maranhão.

O Evangelho Quadrangular

O Evangelho Quadrangular é a quarta igreja entre as pentecostais, quanto ao número de fiéis. Com 1,3 milhões de pessoas ela representa 7% dos pentecostais brasileiros. Além das capitais Belo Horizonte e Curitiba, que reúnem, respectivamente, 150 mil e 80 mil fiéis, essa igreja se mostra bem implantada no estado de São Paulo, em Sorocaba, Campinas, Limeira, São José dos Campos e Bauru (Fig. 3.34).

A participação do Evangelho Quadrangular no movimento pentecostal é significativo ainda no interior

de Minas Gerais e no sul do Paraná, bem como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Fig. 3.35). É, portanto, uma igreja que diz respeito basicamente às Regiões Sudeste e Sul, apesar de o Espírito Santo e o Rio de Janeiro continuarem pouco atingidos por ela. Não se trata, assim, de uma igreja de envergadura nacional.

Deus é Amor

Deus é Amor agrupa menos de 800 000 brasileiros, o que representa somente 4% dos pentecostais. Assim como o Evangelho Quadrangular, ela se desenvolve sobretudo na metade-sul do país, particularmente nas quatro capitais da Região Sudeste (Fig. 3.36). Ela está presente também no interior dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (Fig. 3.37). Outros espaços do interior se destacam ainda, como microrregiões da Bahia e dos estados da Região Sul. Além dessas áreas, os seus fiéis se encontram distribuídos, de forma dispersa, em várias partes do país.

Outras igrejas pentecostais

É a propósito das demais igrejas pentecostais que se pode efetivamente falar de pulverização. As Igrejas Maranata e O Brasil para Cristo apresentam efetivos pequenos, mas ainda assim importantes, 277 000 e 176 000 pessoas, respectivamente, ou seja, 1,6% e 1% da população pentecostal. A Maranata forma uma comunidade que se restringe, do ponto de vista geográfico, ao leste de Minas Gerais, ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro (Fig. 3.38). Já O Brasil para Cristo revela uma configuração espacial mais dispersa. Apesar disso, seus fiéis se mostram mais concentrados na região metropolitana de São Paulo e em algumas microrregiões do interior do estado (Fig. 3.39). No Paraná, O Brasil para Cristo se apresenta bem implantado no nordeste, onde se destaca Londrina com quase 10 000 fiéis.

Finalmente, as demais igrejas pentecostais, Casa da Bênção, Nova Vida, Comunidade Evangélica, Comunidade Cristã, Casa da Oração, Avivamento Bíblico, Igreja do Nazareno e Cadeia da Prece representam, cada uma delas, menos de 1% dos pentecostais brasileiros (Figs. 3.40 a 3.47).

Nota

1. BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. Qu'est devenu l'ancien plus grand pays catholique du monde? In: *Problèmes d'Amérique Latine*, n° 46/47, 2002.

Tabela 2
Igrejas Evangélicas Pentecostais no Brasil - 2000

Igrejas	População	% dos pentecostais
Assembléia de Deus	8 418 154	47,47
Congregação Cristã do Brasil	2 489 079	14,04
Igreja Universal do Reino de Deus	2 101 884	11,85
Evangelho Quadrangular	1 318 812	7,44
Deus é Amor	774 827	4,37
Maranata	277 352	1,56
O Brasil para Cristo	175 609	0,99
Casa da Bênção	128 680	0,73
Nova Vida	92 312	0,52
Comunidade Evangélica	77 797	0,44
Comunidade Cristã	76 730	0,43
Casa da Oração	68 587	0,39
Avivamento Bíblico	59 034	0,33
Igreja do Nazareno	47 384	0,27
Cadeia da Prece	3 076	0,02
Não determinada	1 266 211	7,14
Sem vínculo institucional	357 949	2,02
Total	17 733 477	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Figura 3.01

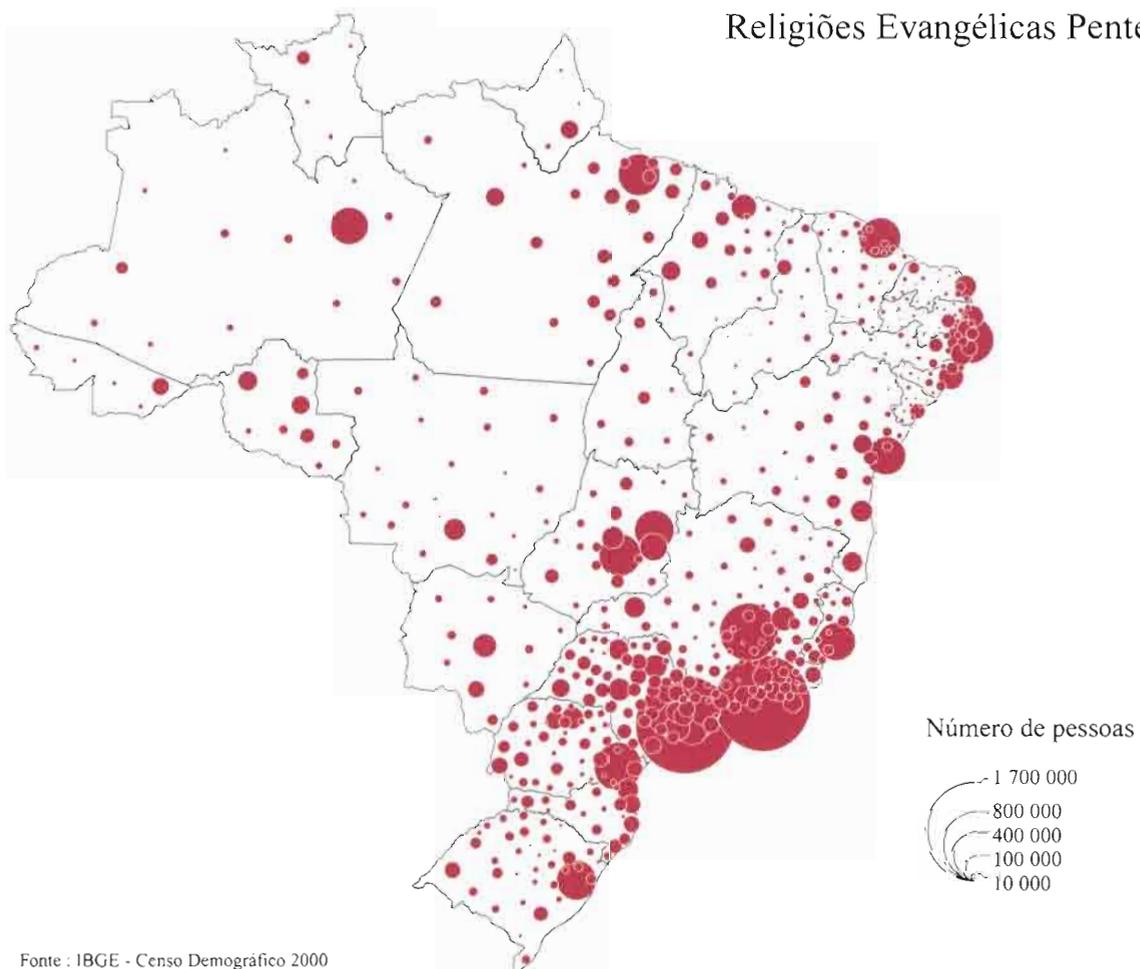
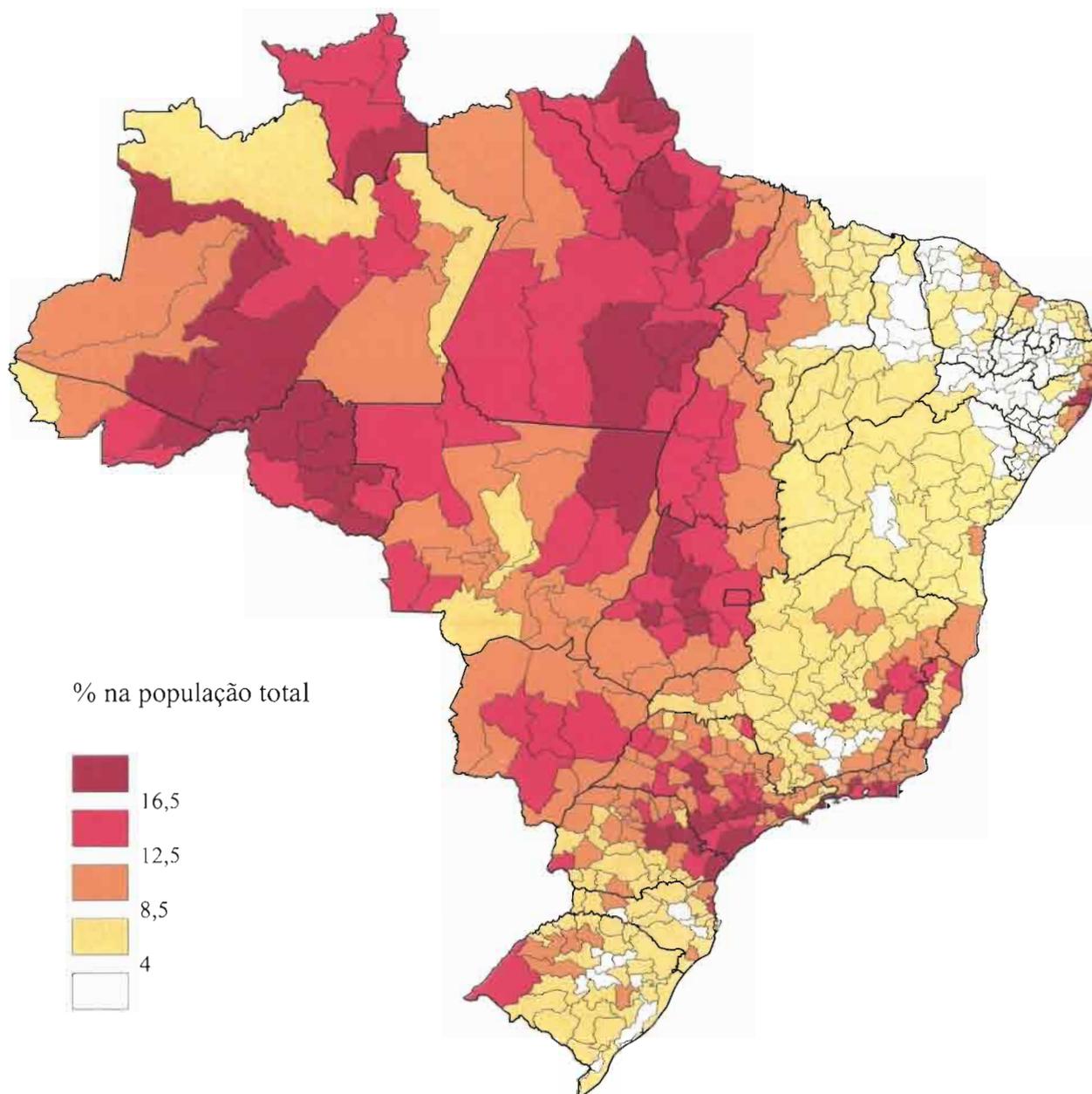


Figura 3.02

Religiões Evangélicas Pentecostais



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.03

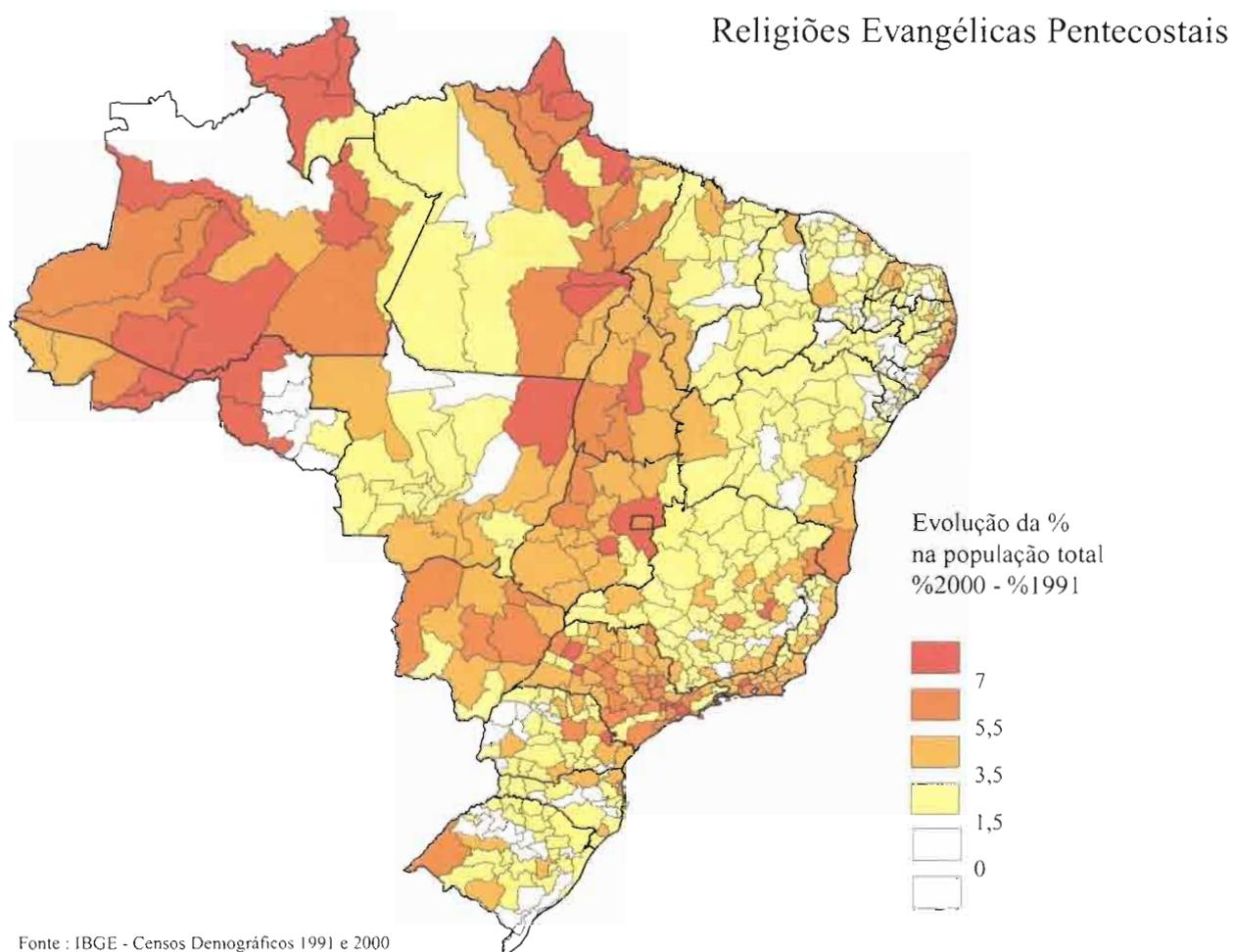


Figura 3.04

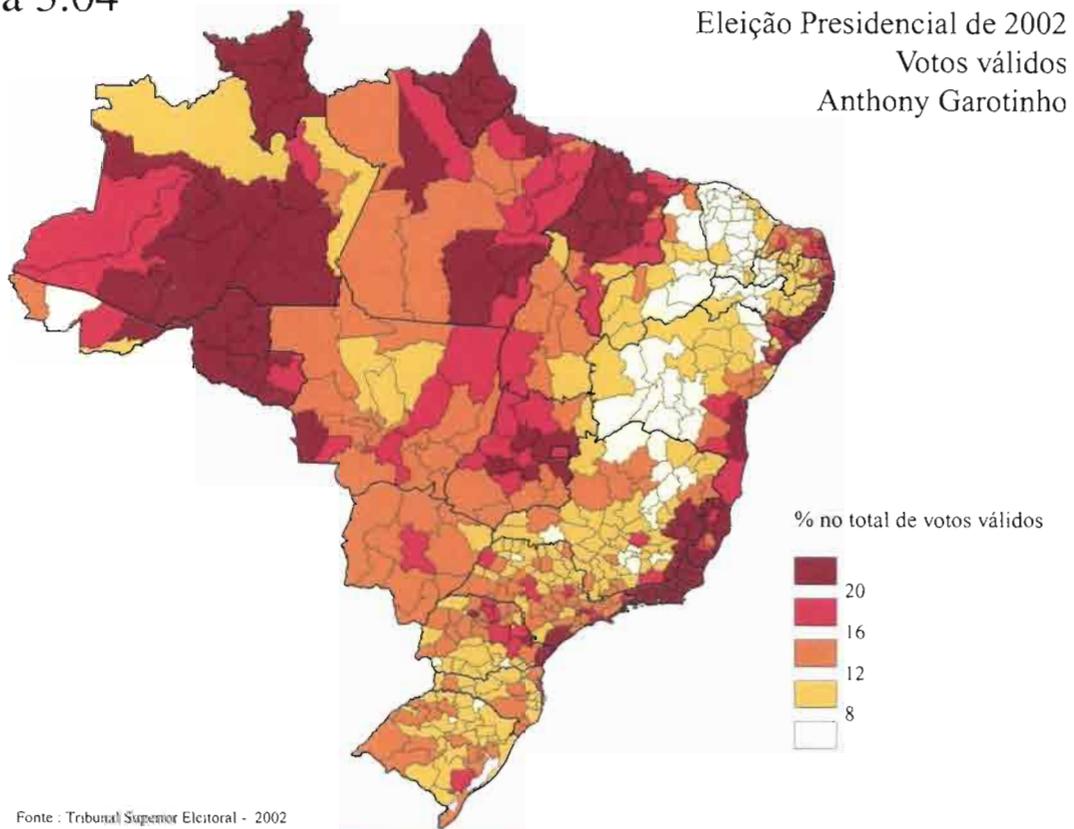


Figura 3.05

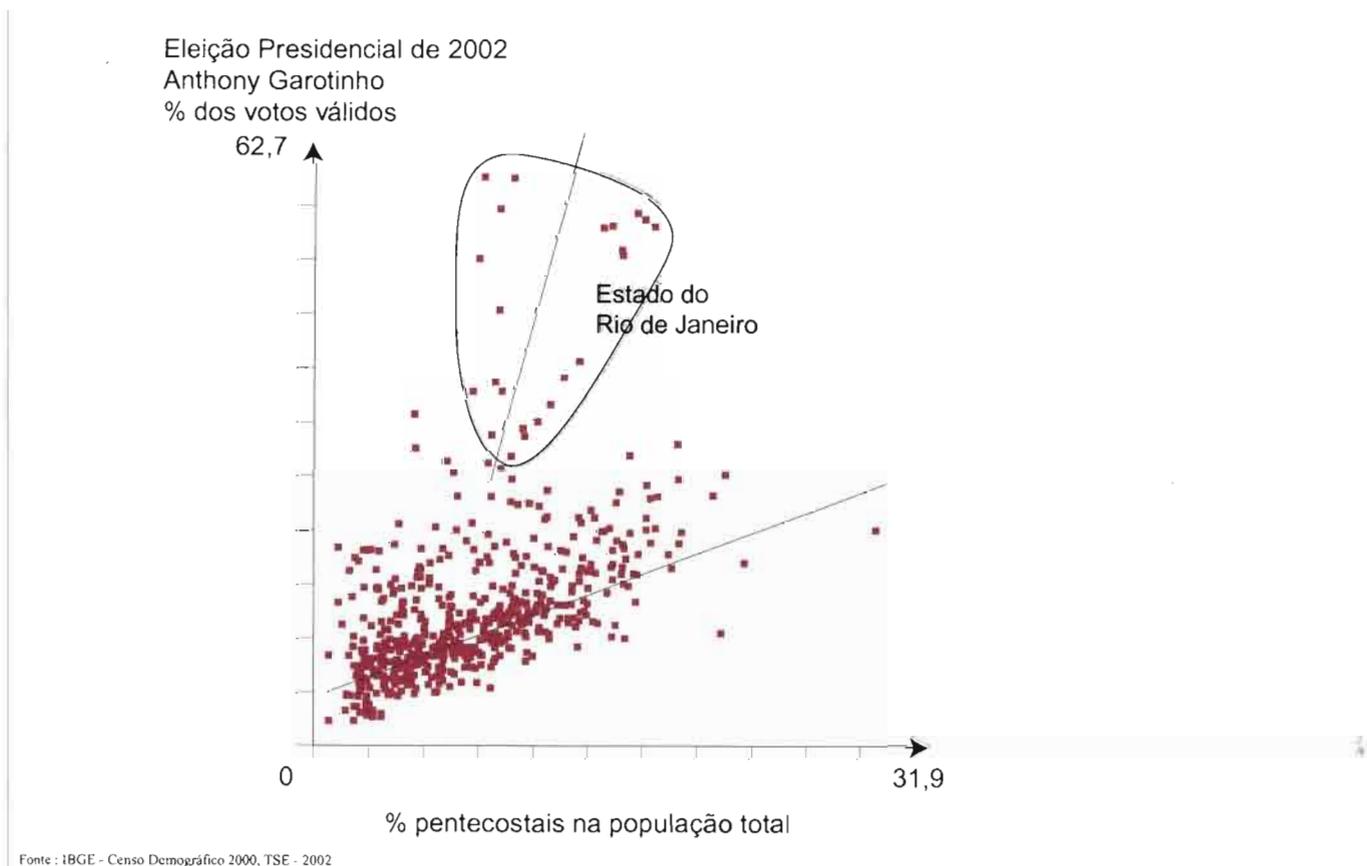
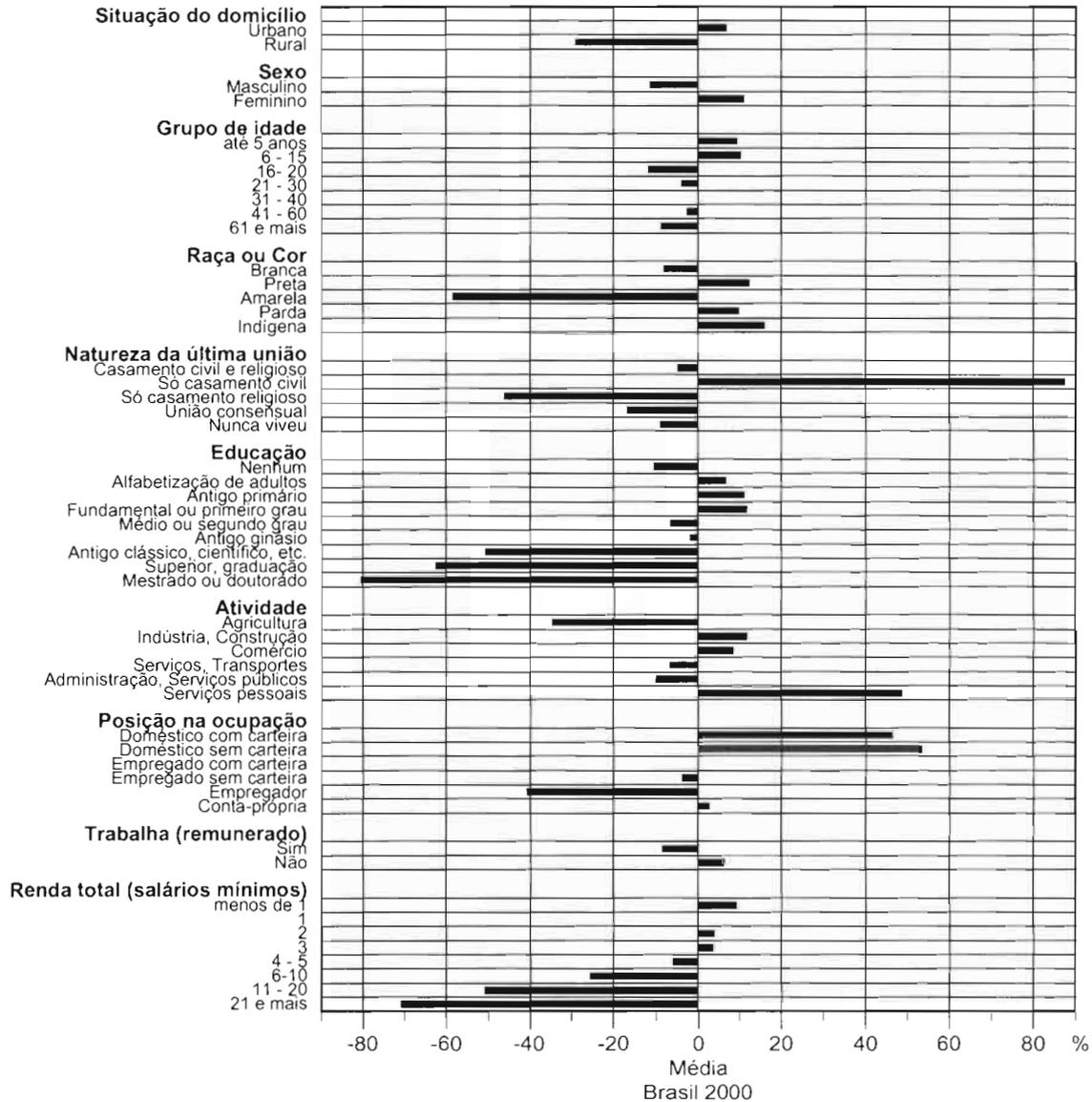


Figura 3.06

EVANGÉLICOS PENTECOSTAIS

Desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro
% da média brasileira de cada categoria



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.07

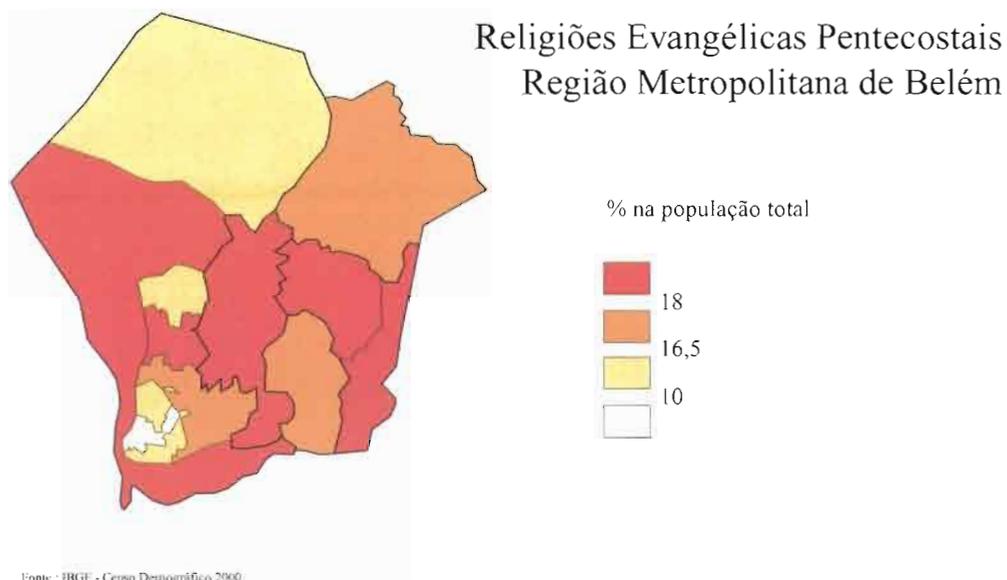


Figura 3.09

Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Natal

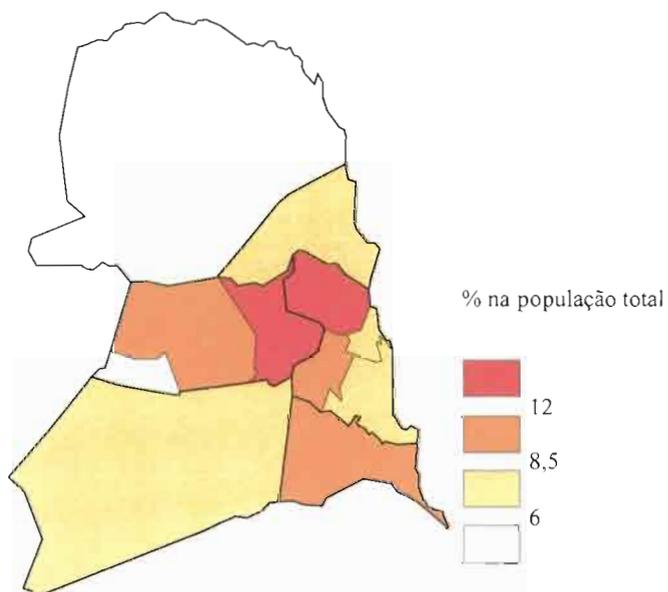


Figura 3.08

Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Fortaleza

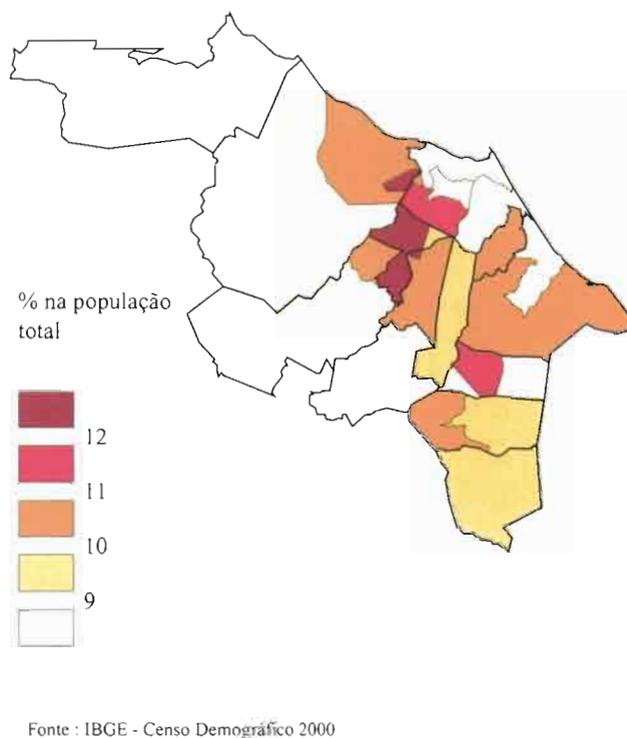
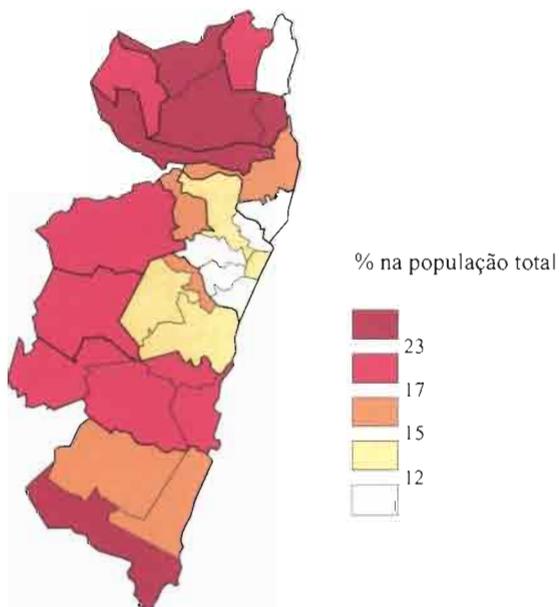


Figura 3.10

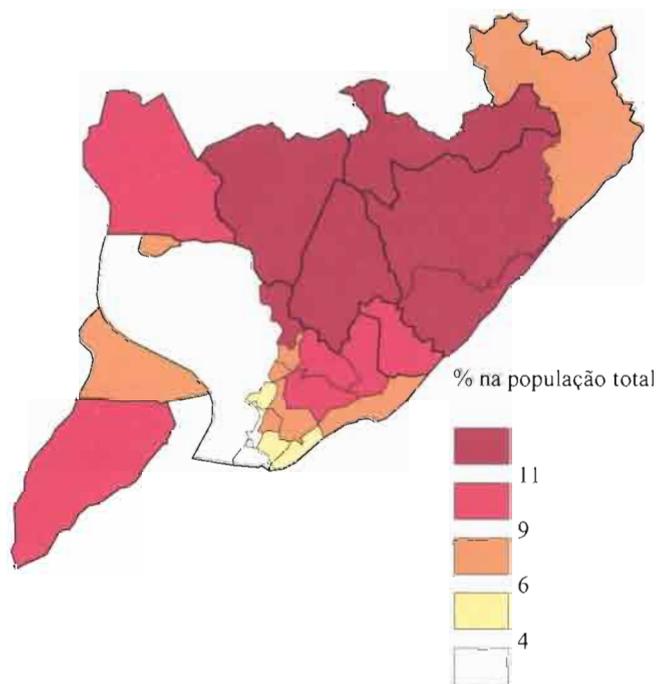
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Recife



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.11

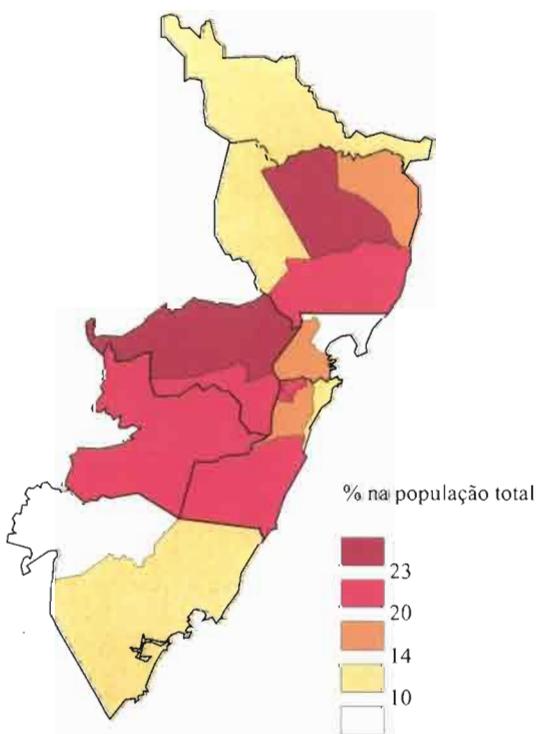
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Salvador



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.12

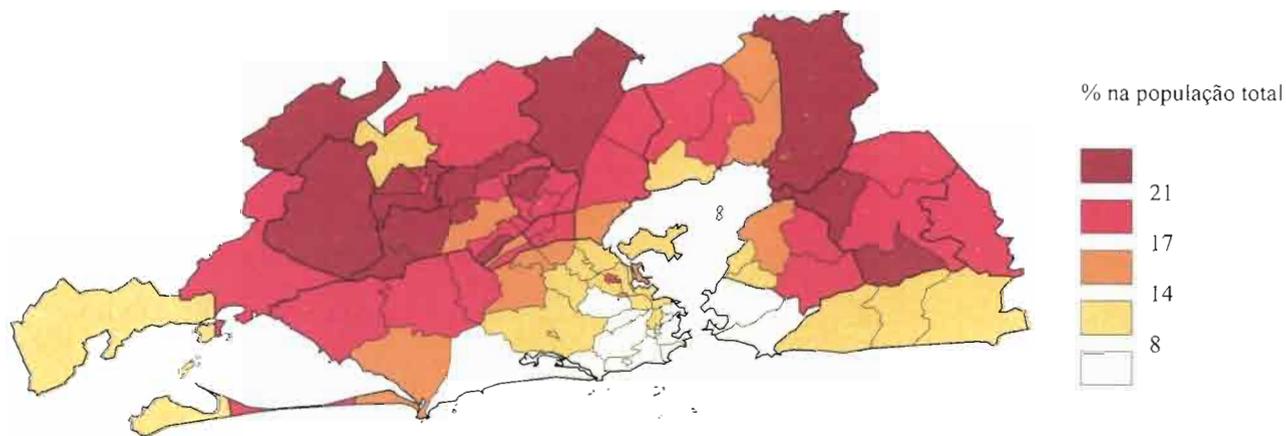
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Vitória



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.13

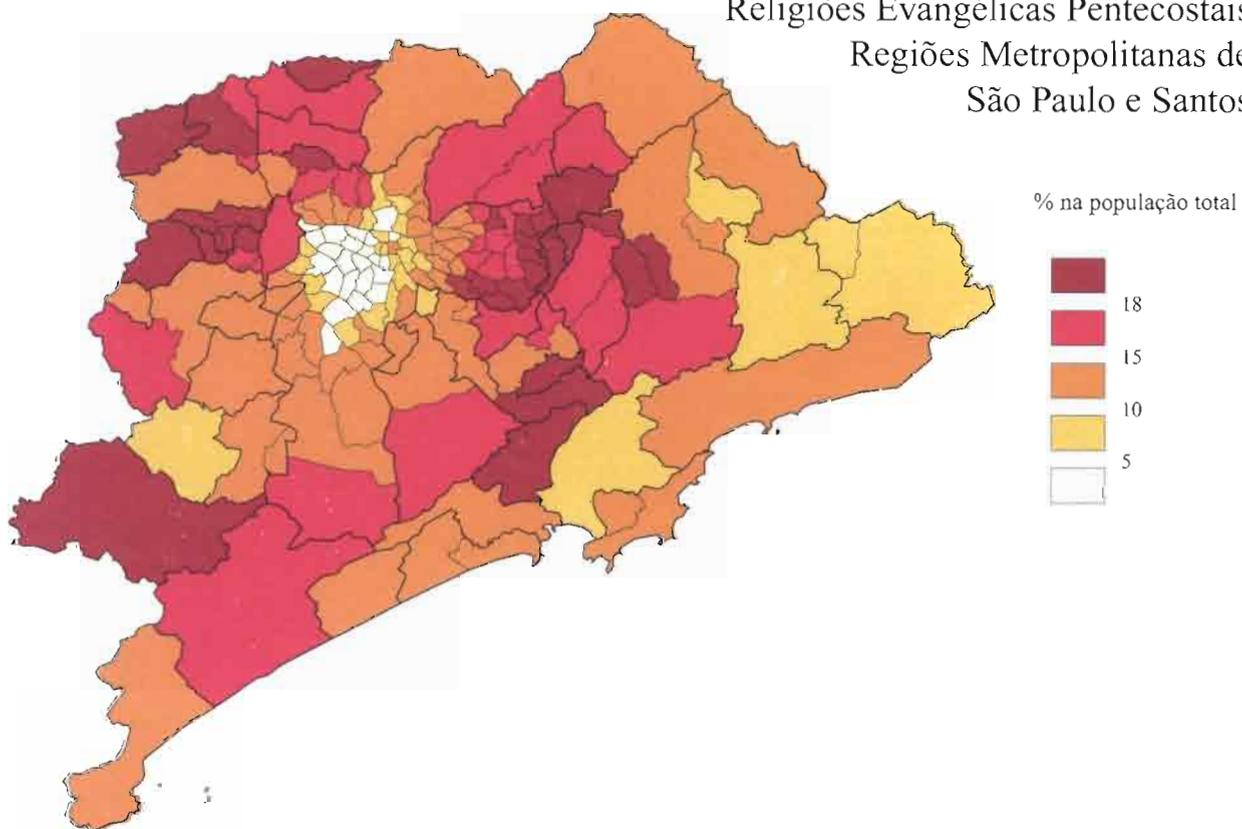
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE - Censo Demográfico/2000

Figura 3.14

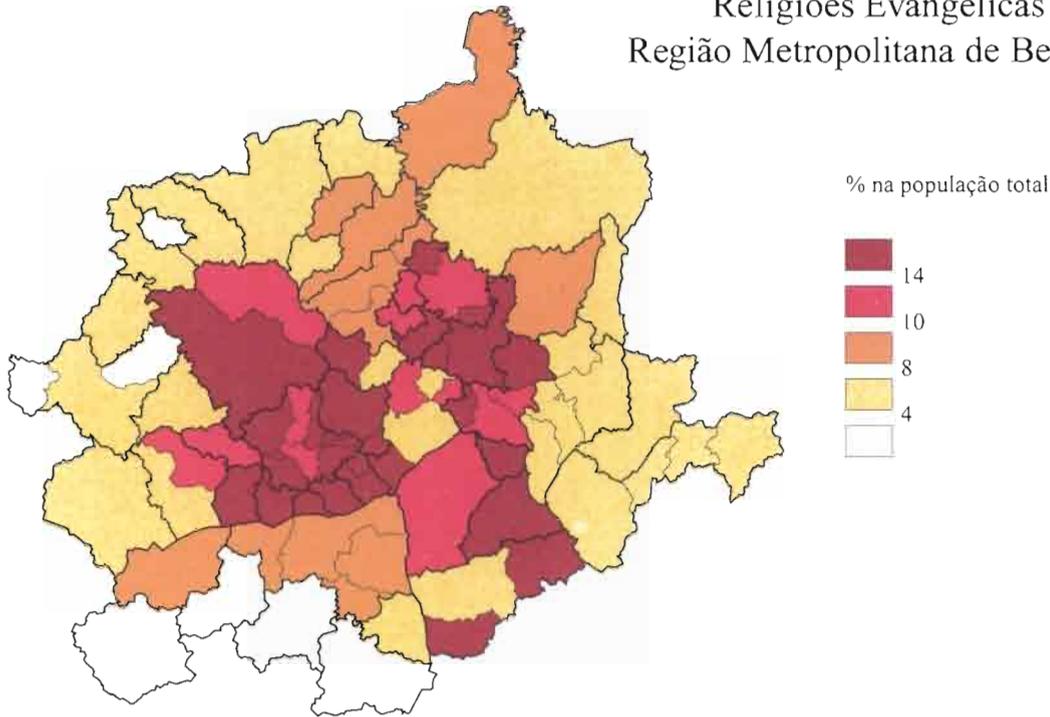
Religiões Evangélicas Pentecostais
Regiões Metropolitanas de
São Paulo e Santos



Fonte: IBGE - Censo Demográfico/2000

Figura 3.15

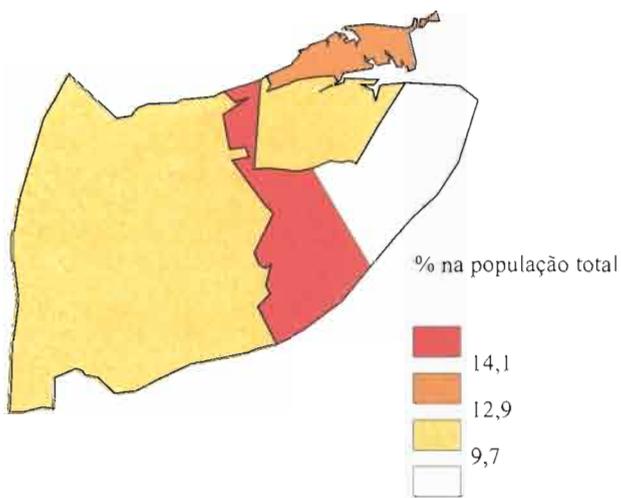
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.16

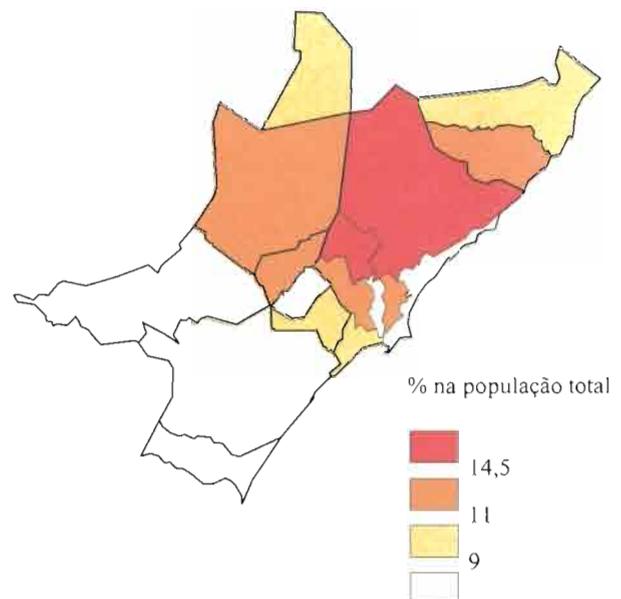
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de São Luís



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.17

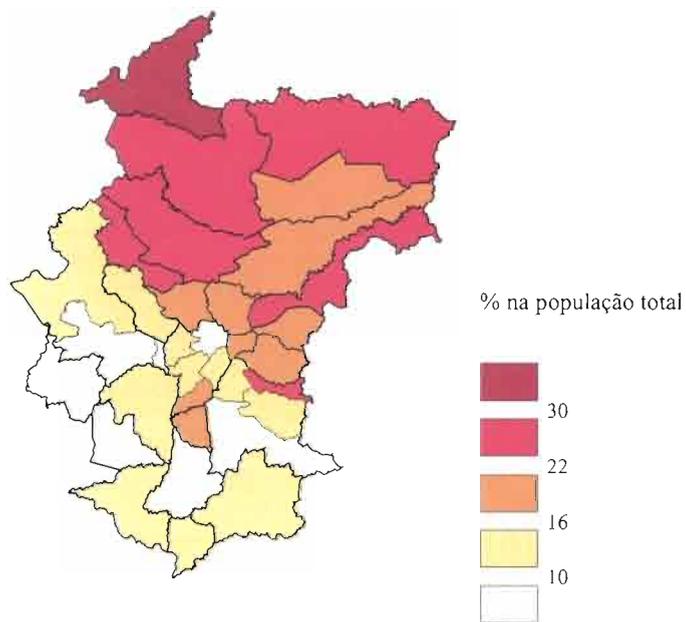
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Maceió



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.18

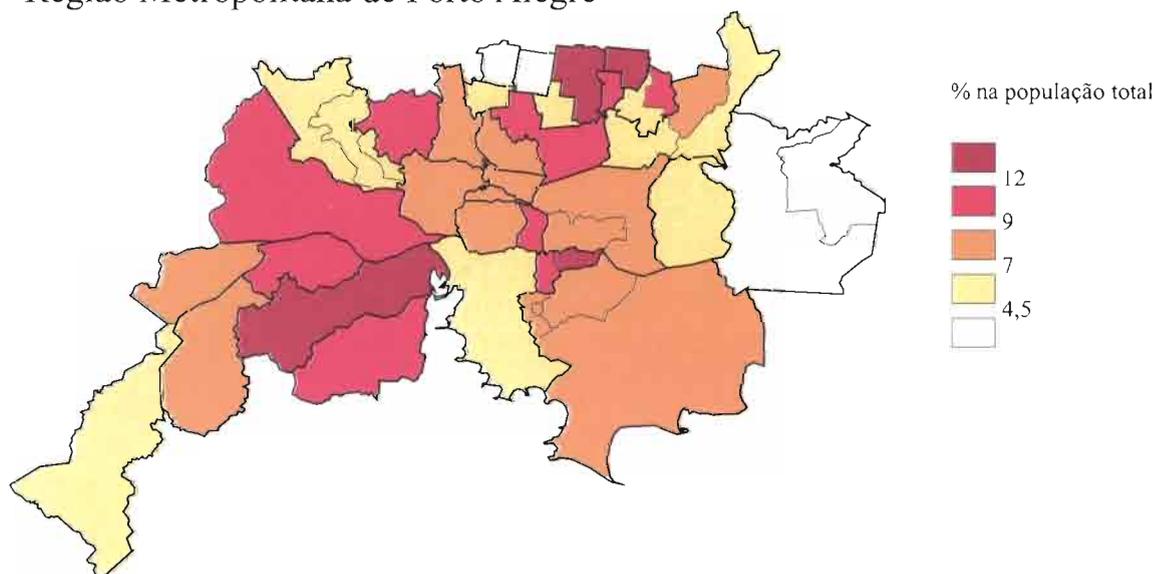
Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Curitiba



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.19

Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.20

Religiões Evangélicas Pentecostais
RIDE de Brasília

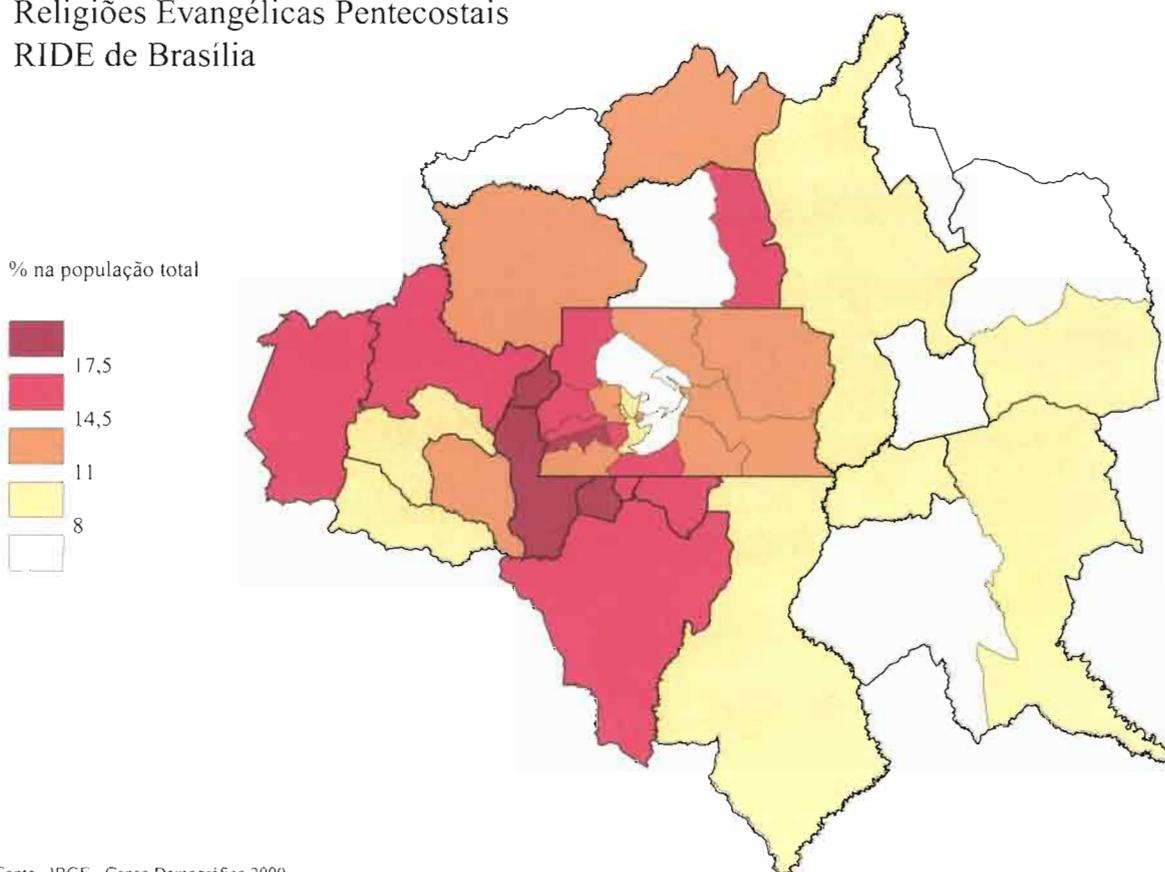


Figura 3.21

Religiões Evangélicas Pentecostais
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)

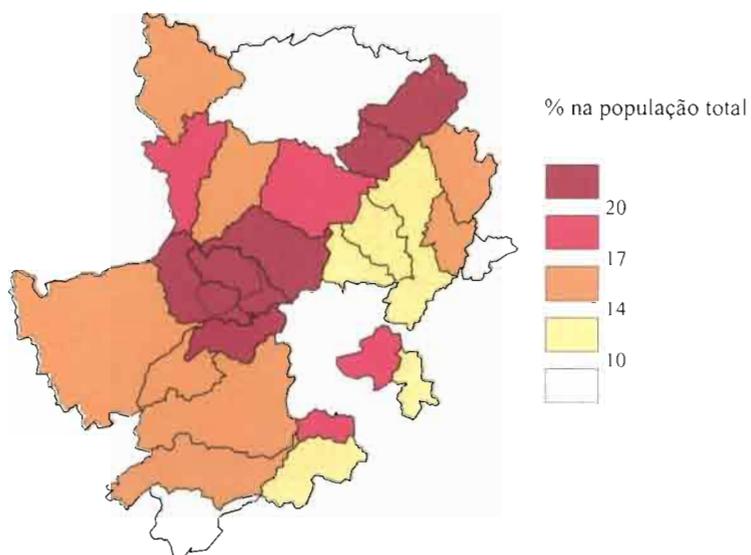


Figura 3.22

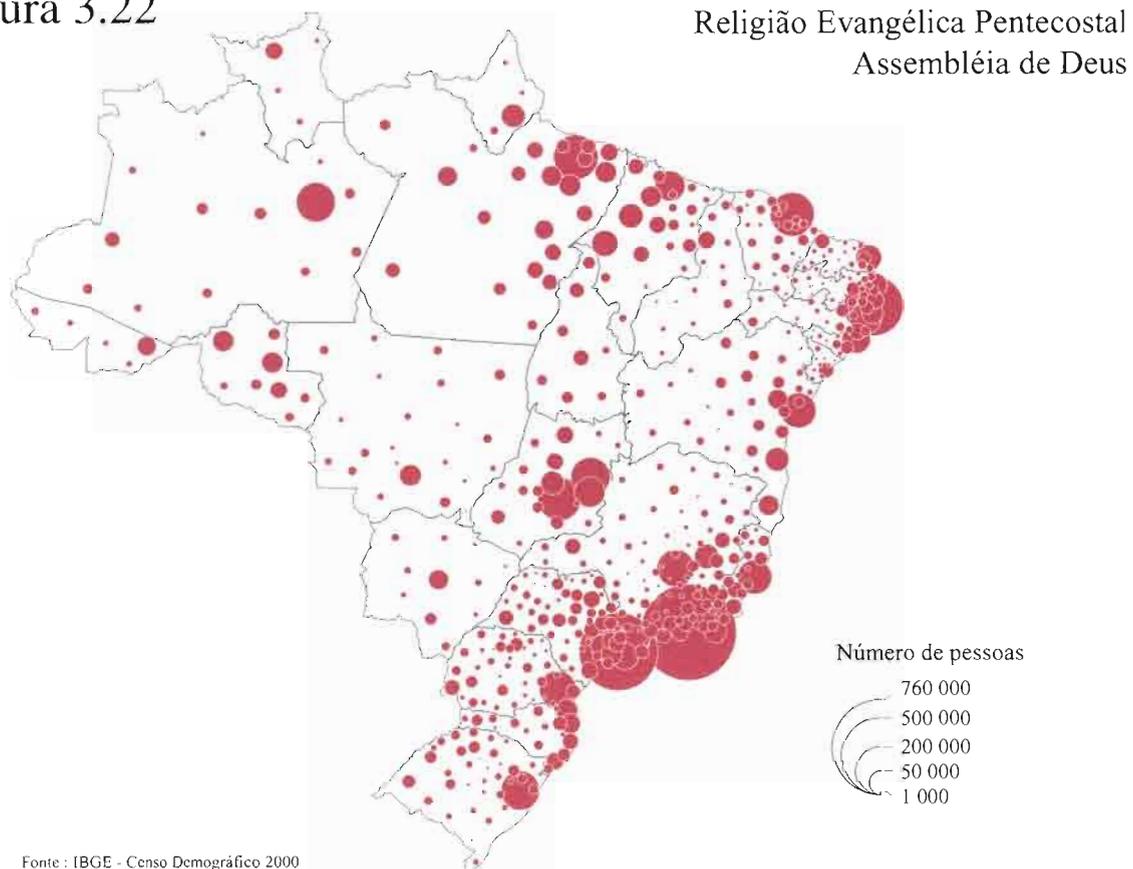


Figura 3.23

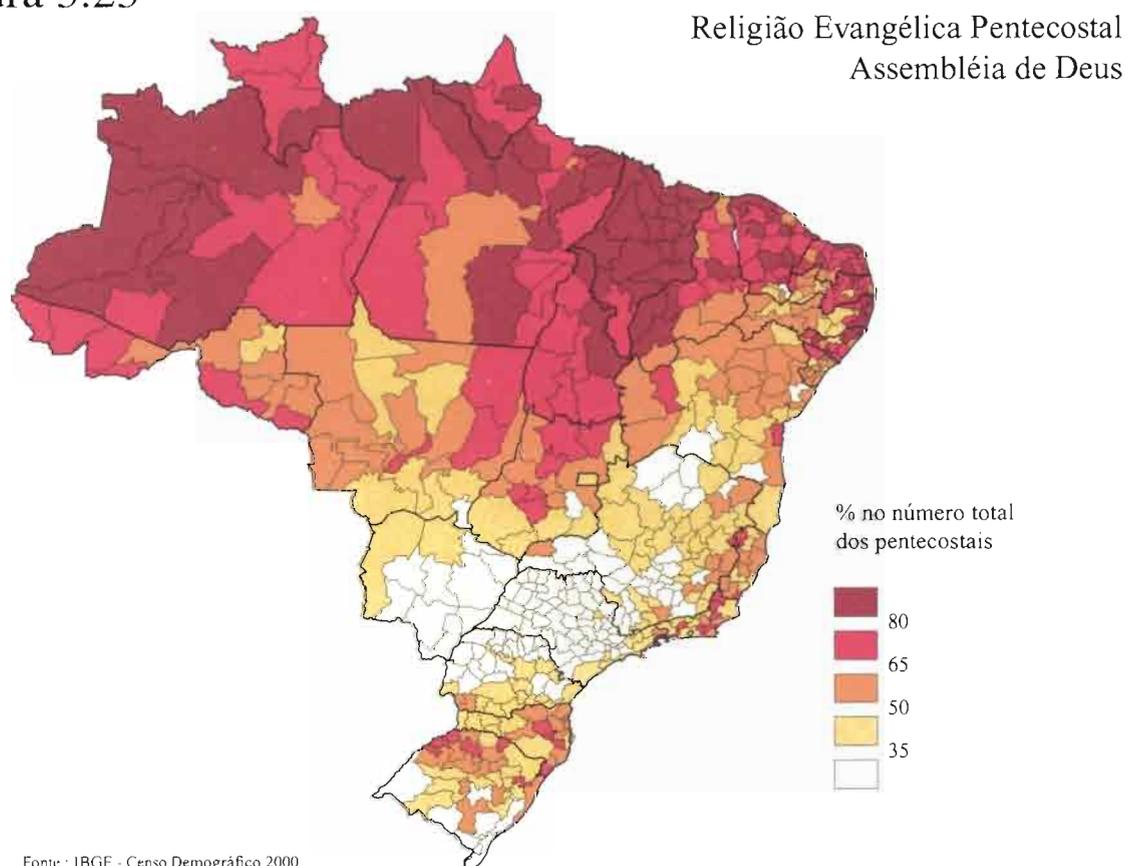


Figura 3.24

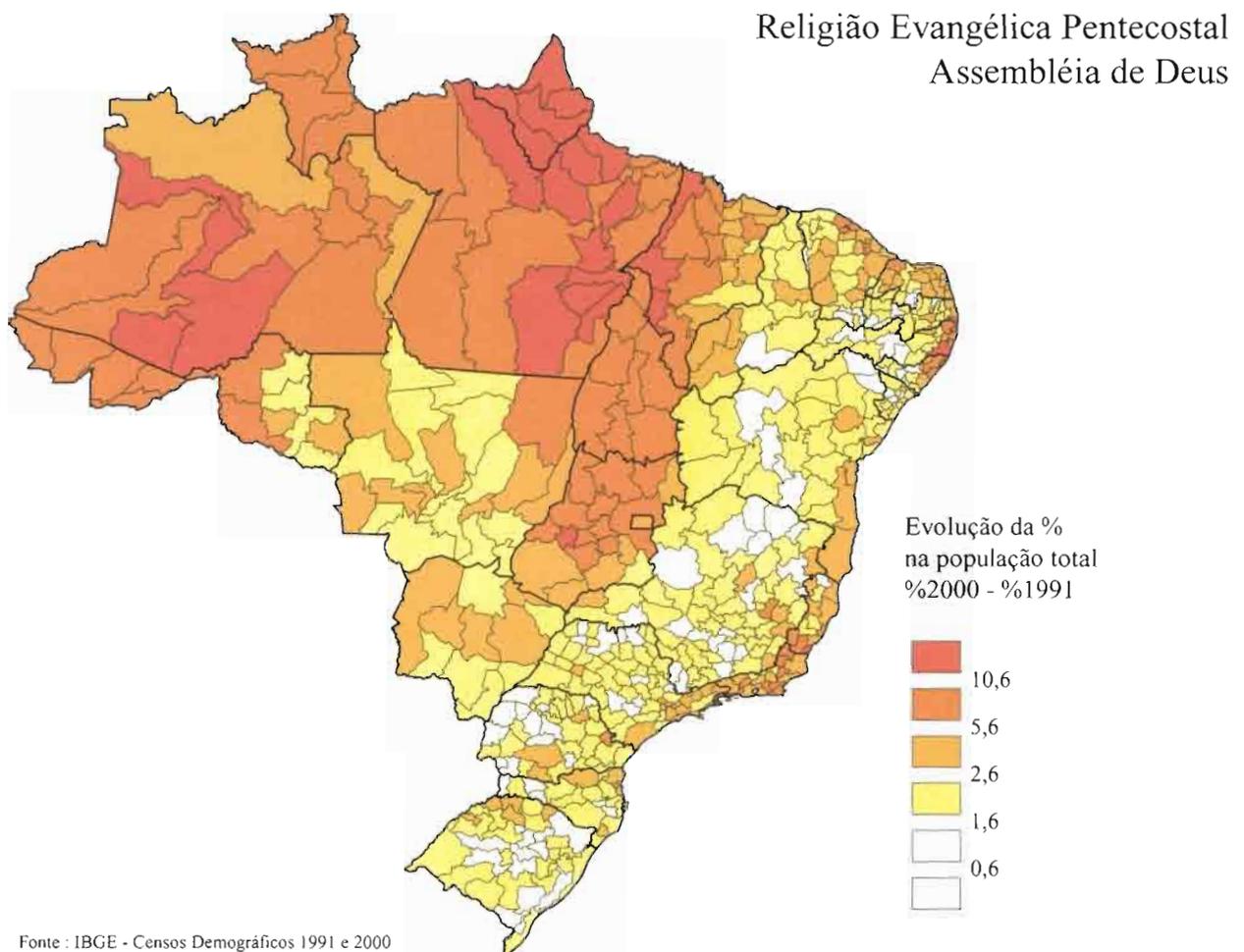
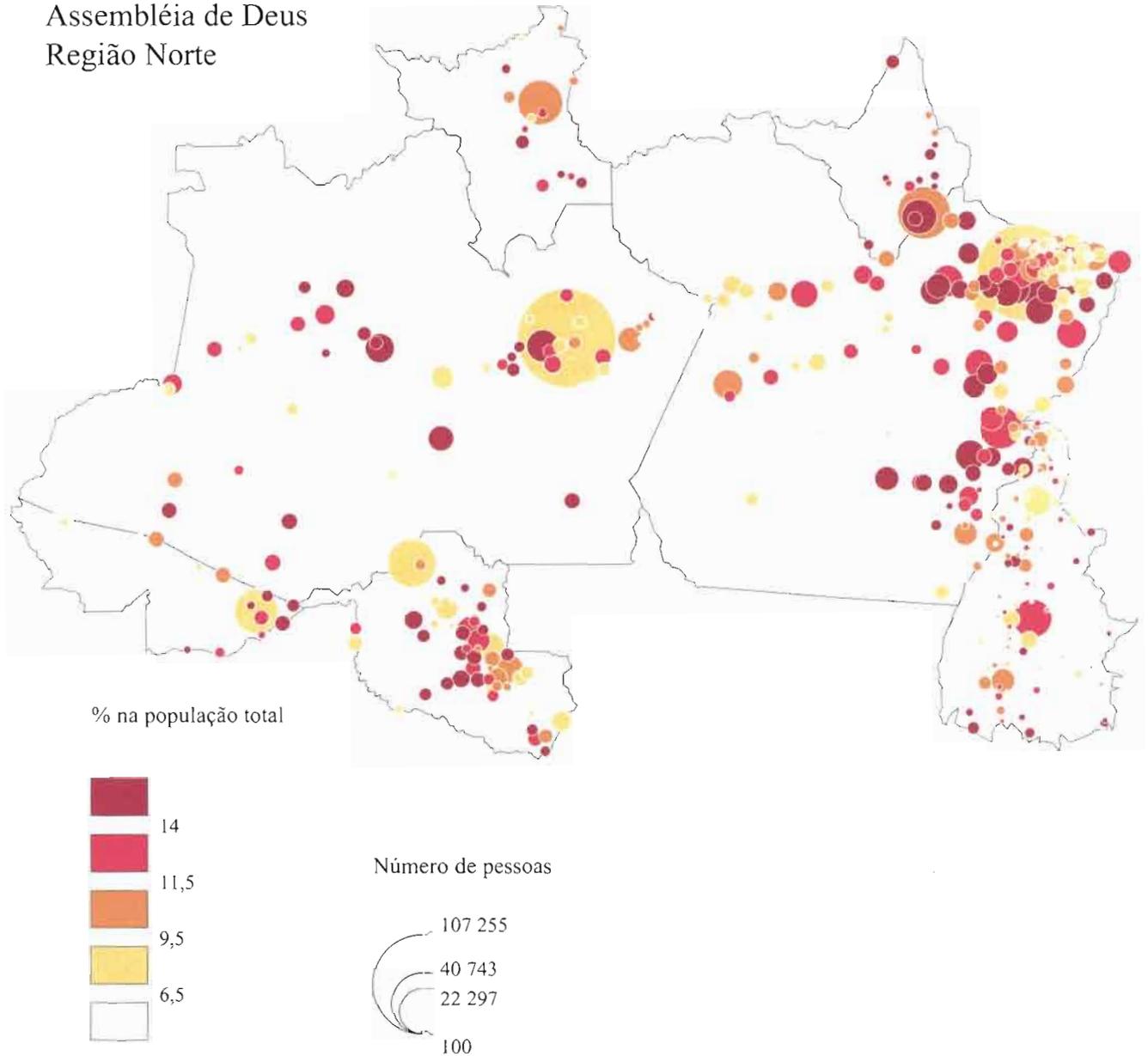


Figura 3.25

Religião Evangélica Pentecostal
Assembléia de Deus
Região Norte



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.26

Religião Evangélica Pentecostal
Congregação Cristã do Brasil

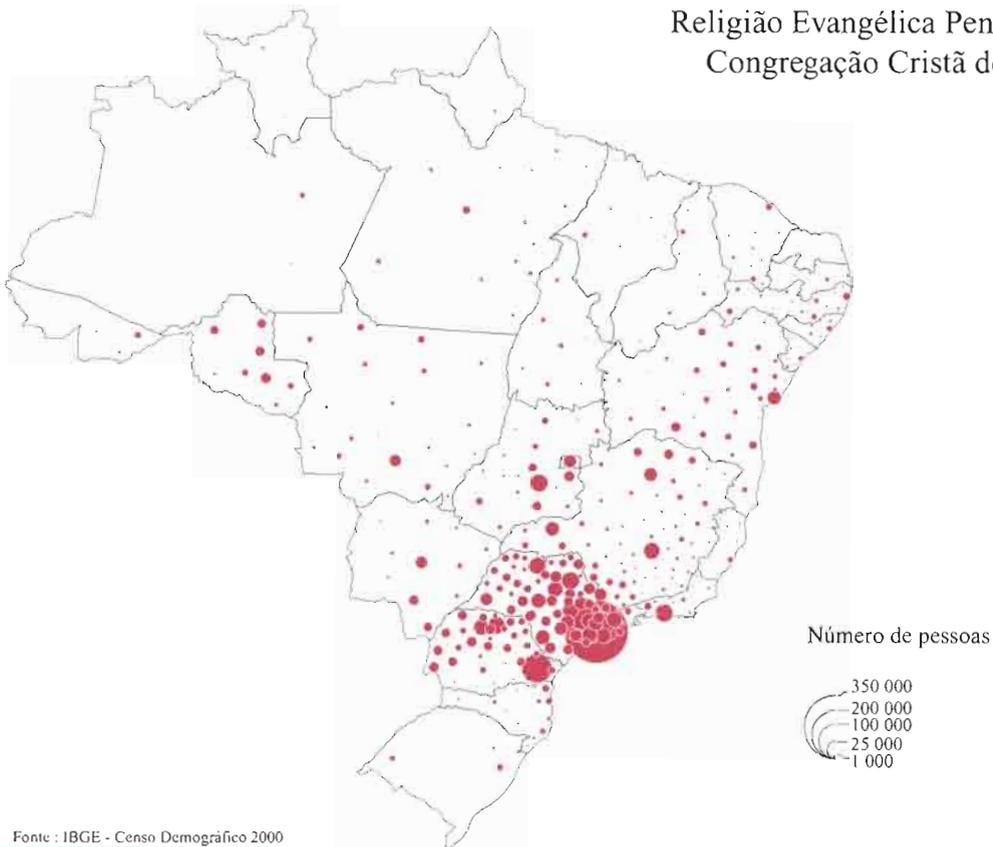


Figura 3.27

Religião Evangélica Pentecostal
Congregação Cristã do Brasil

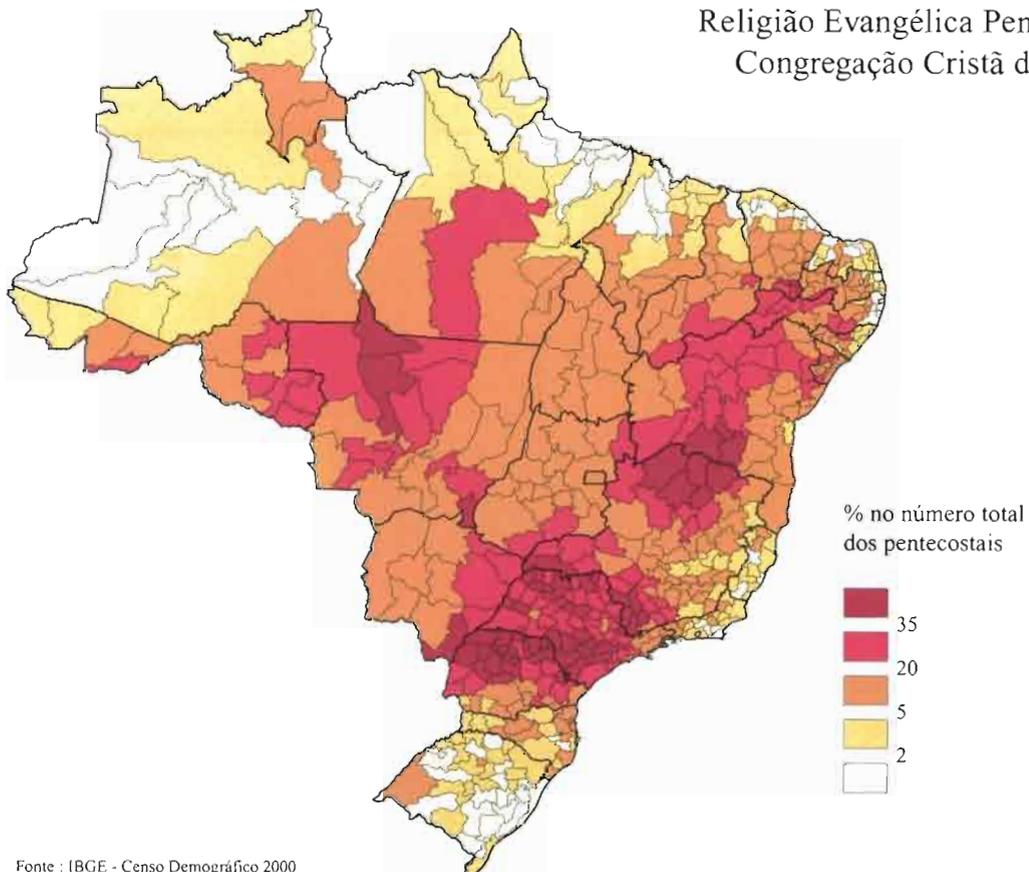


Figura 3.28

Religião Evangélica Pentecostal
Congregação Cristã do Brasil
Estado de São Paulo

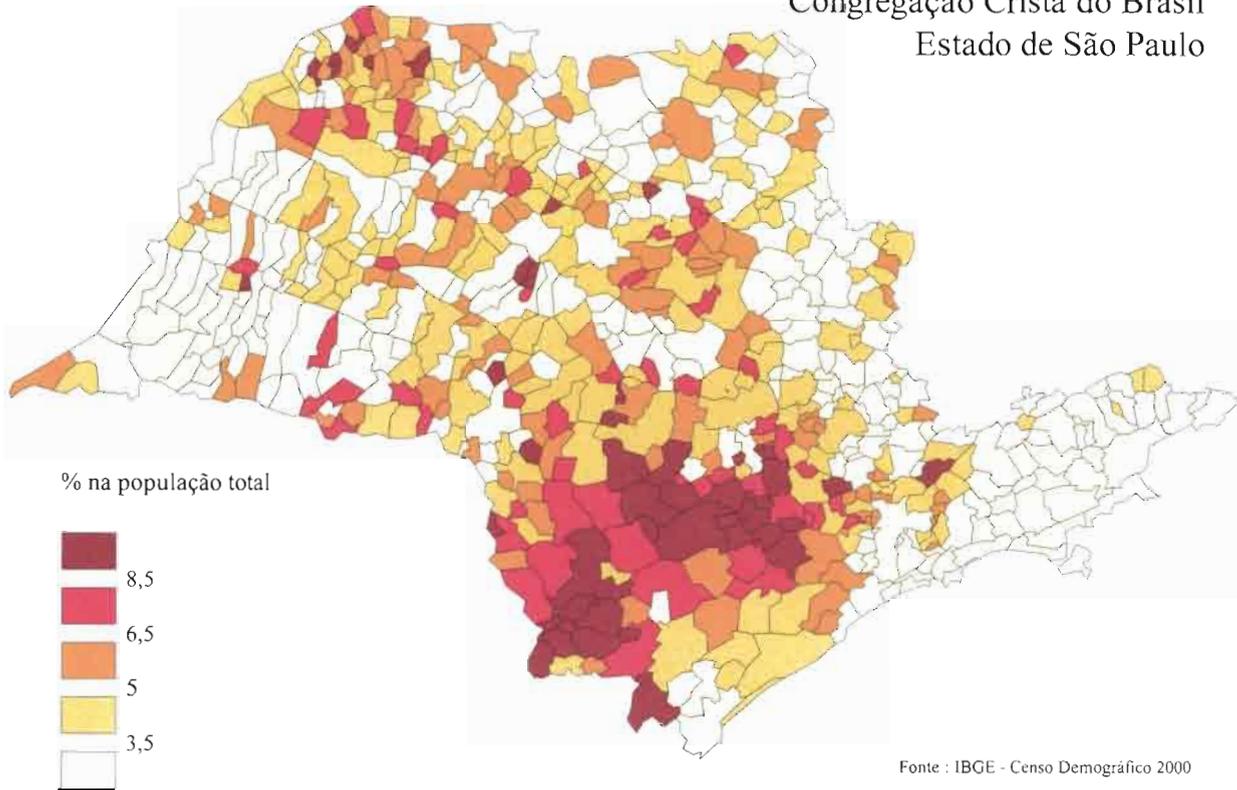
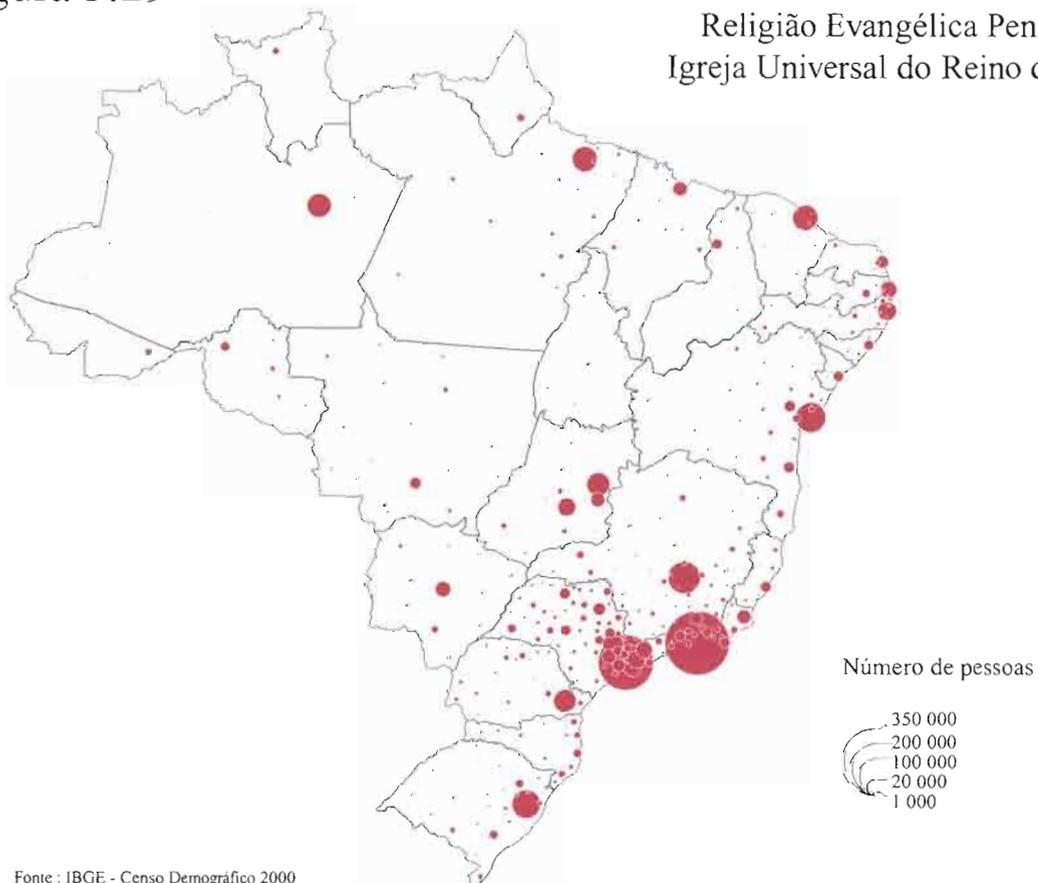


Figura 3.29

Religião Evangélica Pentecostal
Igreja Universal do Reino de Deus



Religião Evangélica Pentecostal
Igreja Universal do Reino de Deus
Estado do Rio de Janeiro

Figura 3.30

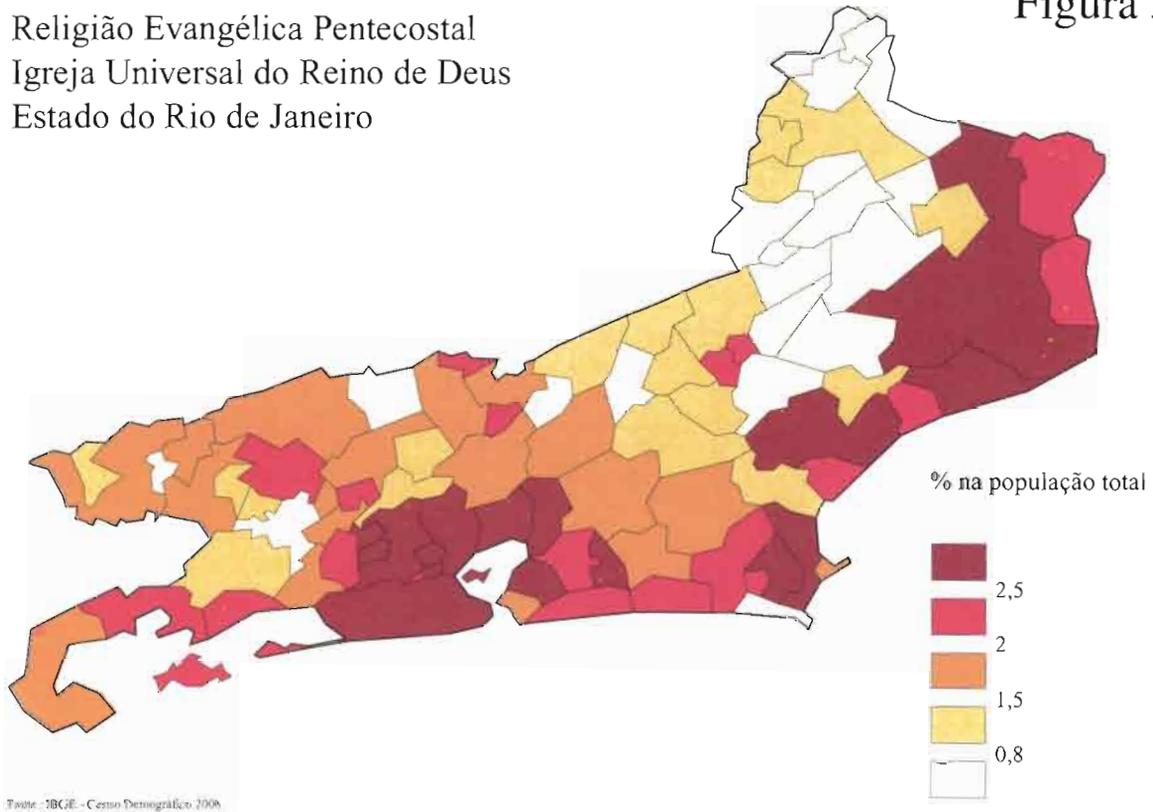


Figura 3.31

Religião Evangélica Pentecostal
Igreja Universal do Reino de Deus

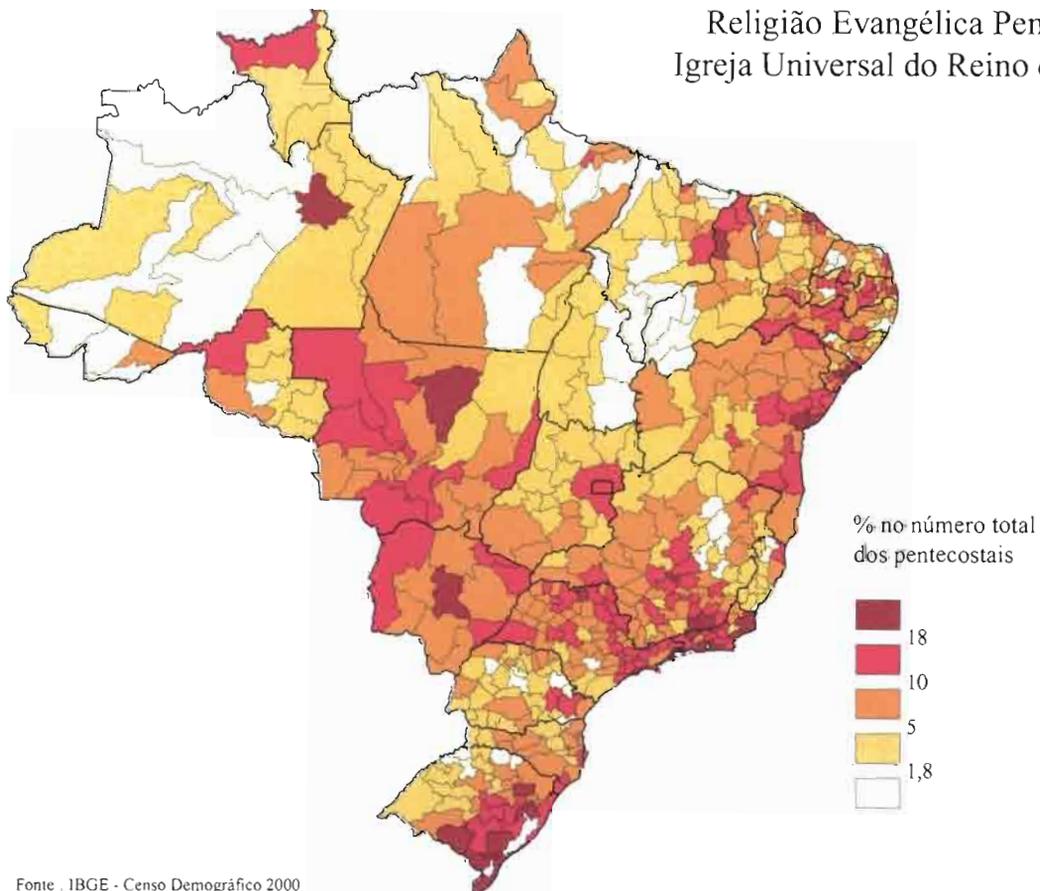


Figura 3.32

Religião Evangélica Pentecostal
Igreja Universal do Reino de Deus

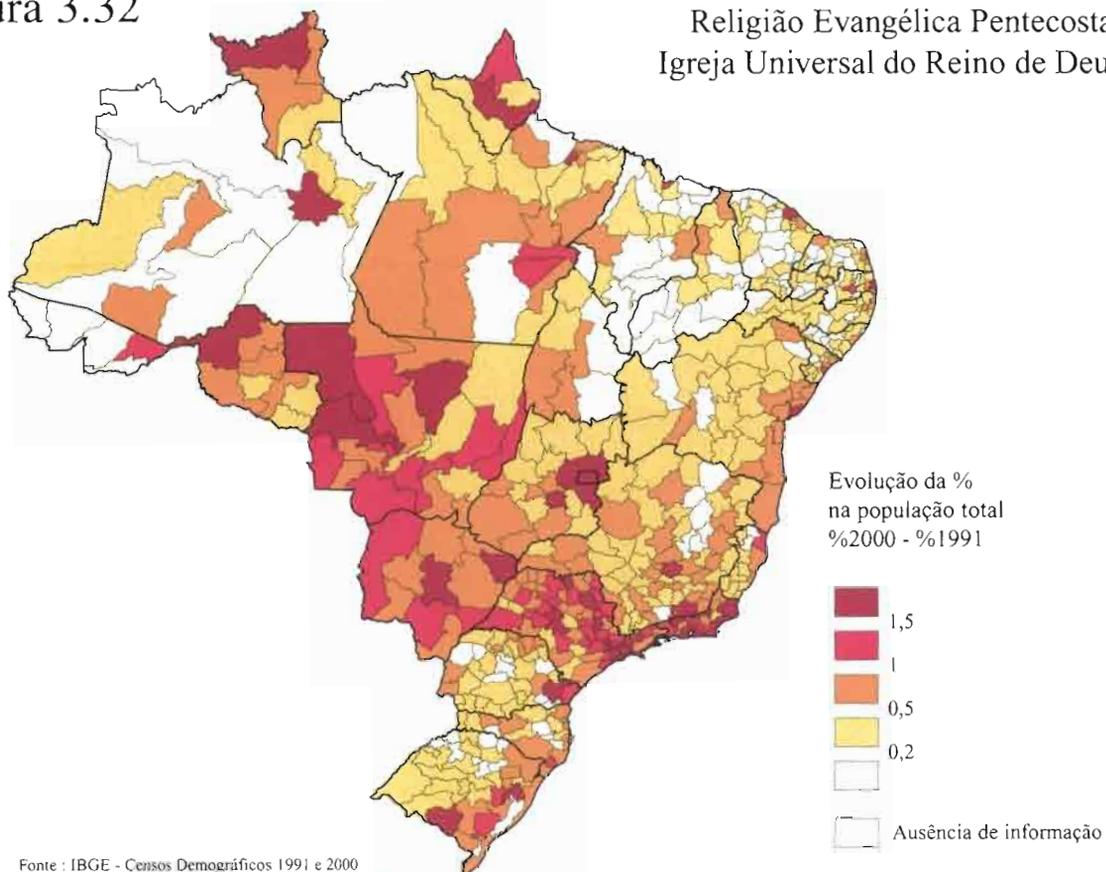


Figura 3.33

Rede Record

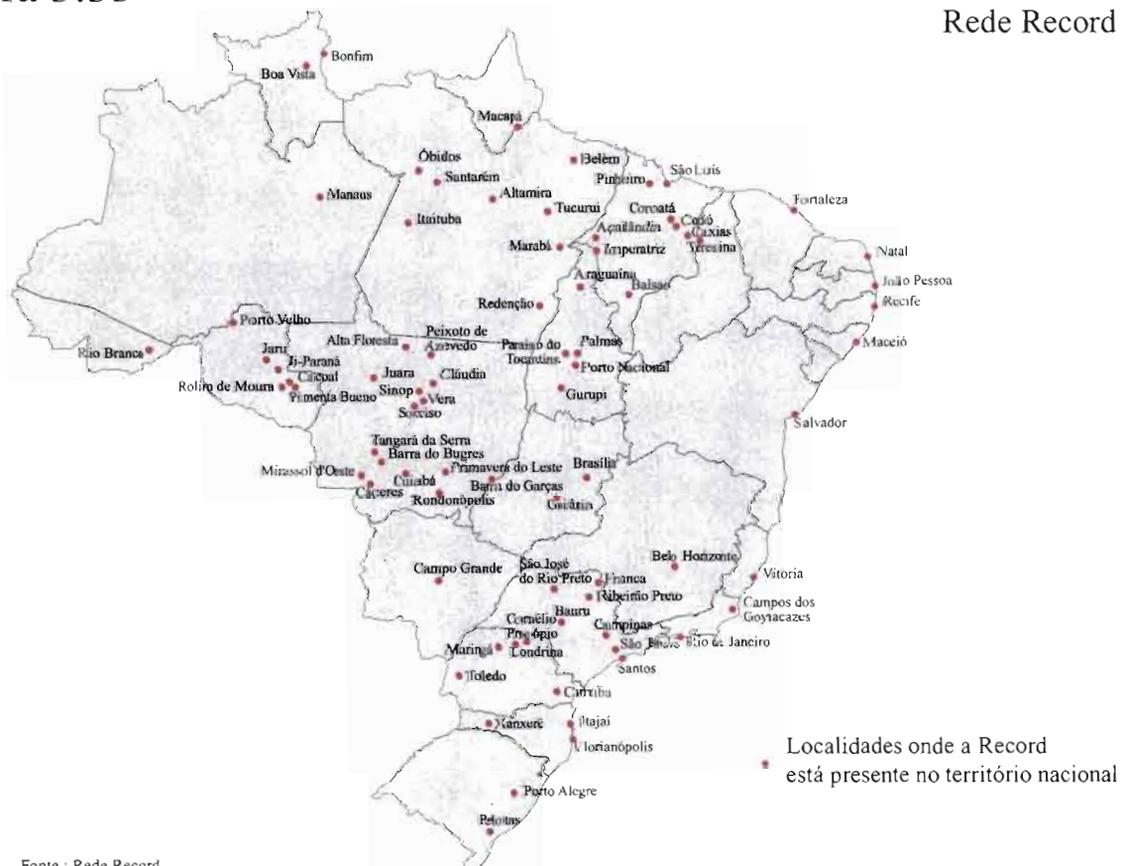
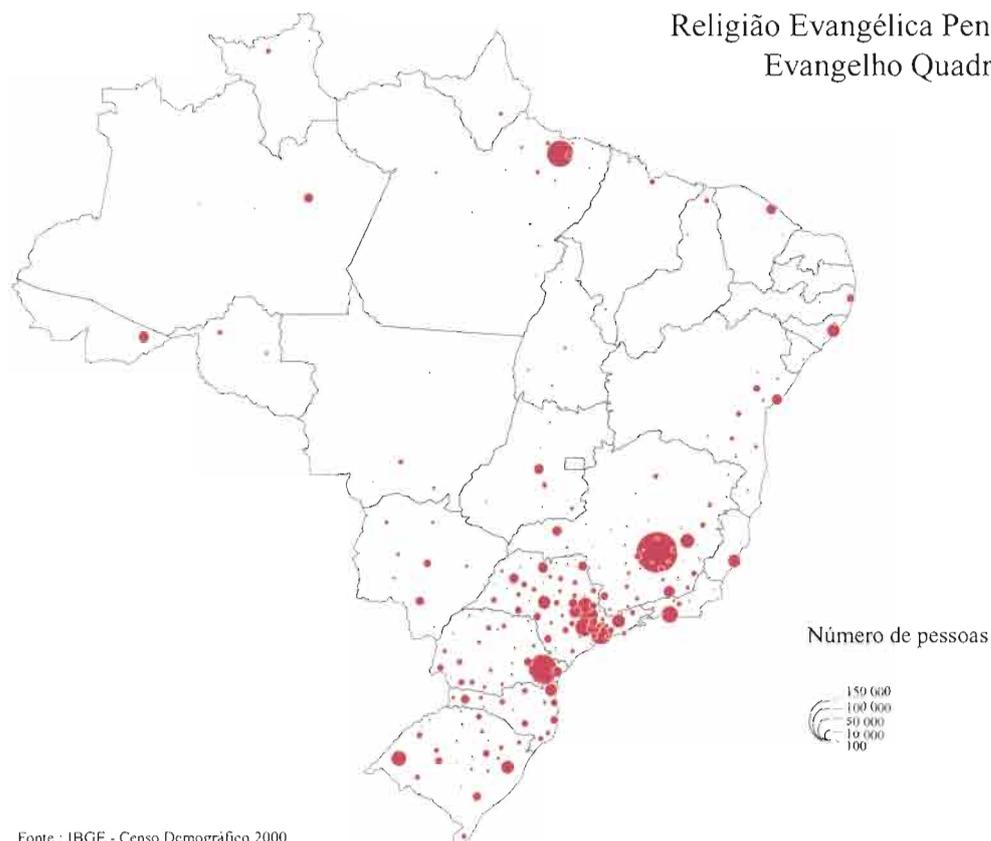


Figura 3.34

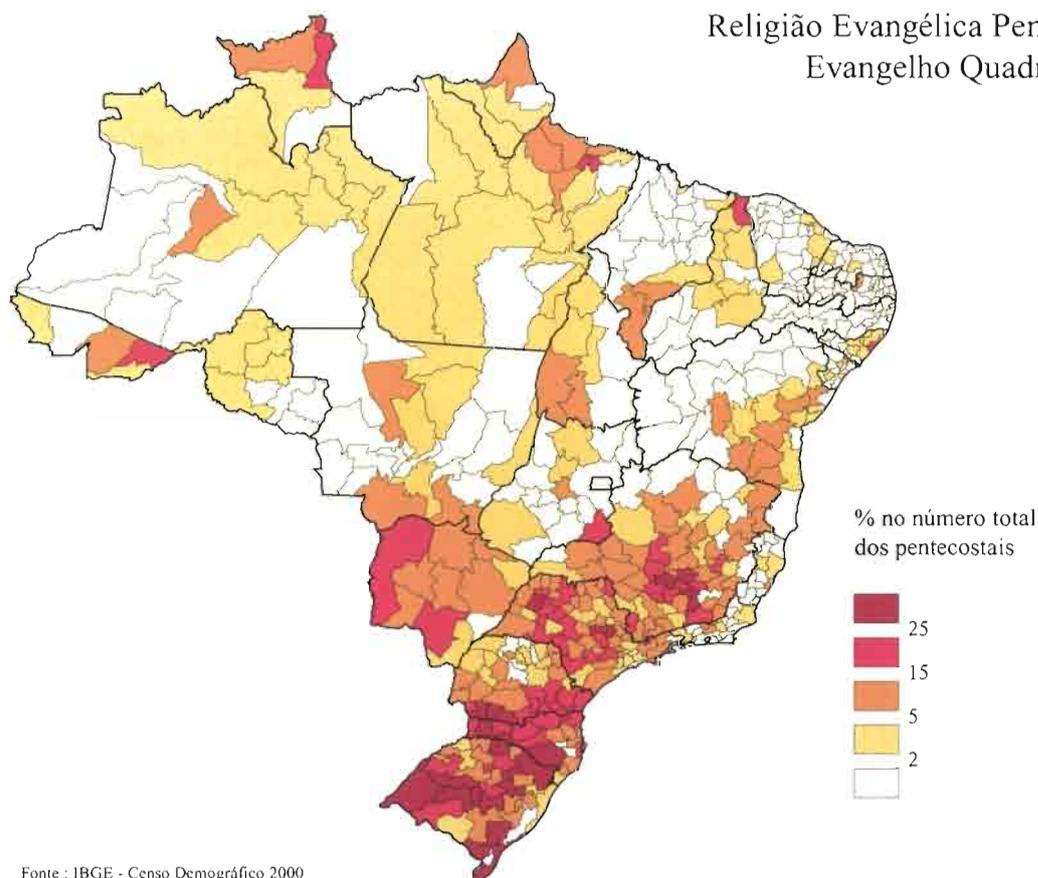
Religião Evangélica Pentecostal
Evangelho Quadrangular



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.35

Religião Evangélica Pentecostal
Evangelho Quadrangular



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 3.36

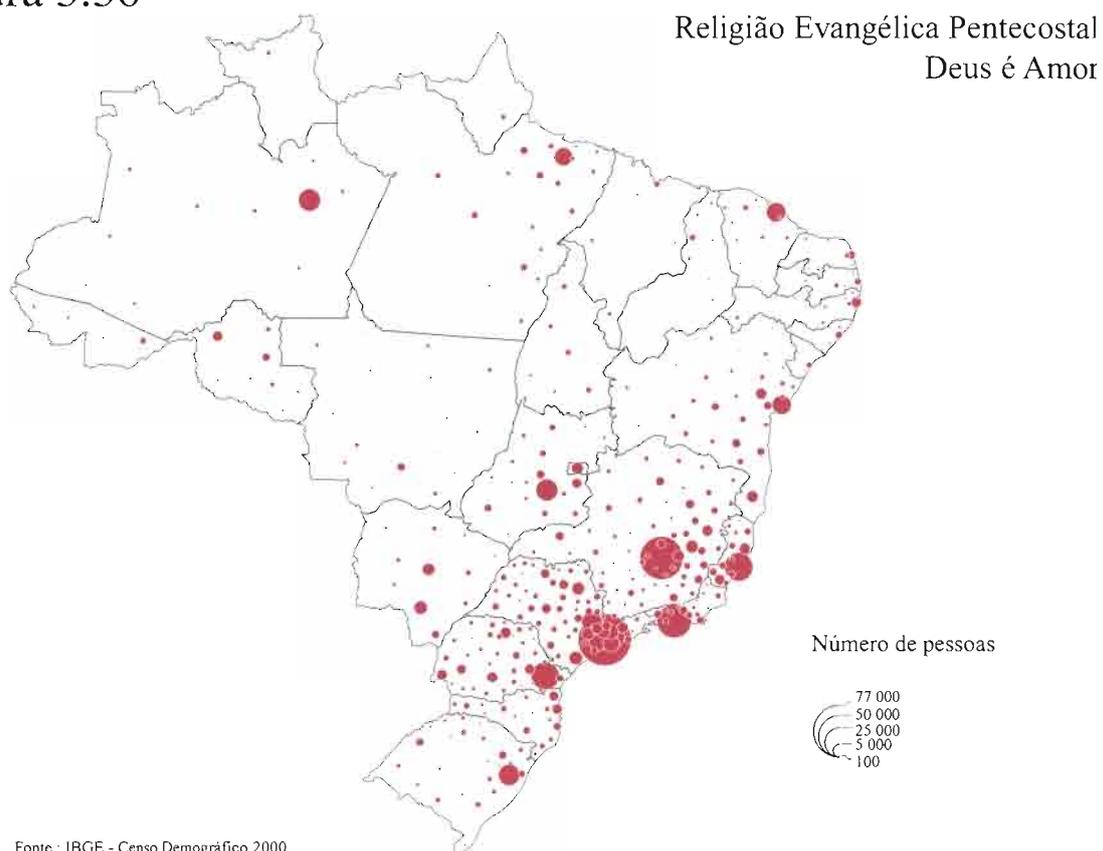


Figura 3.37

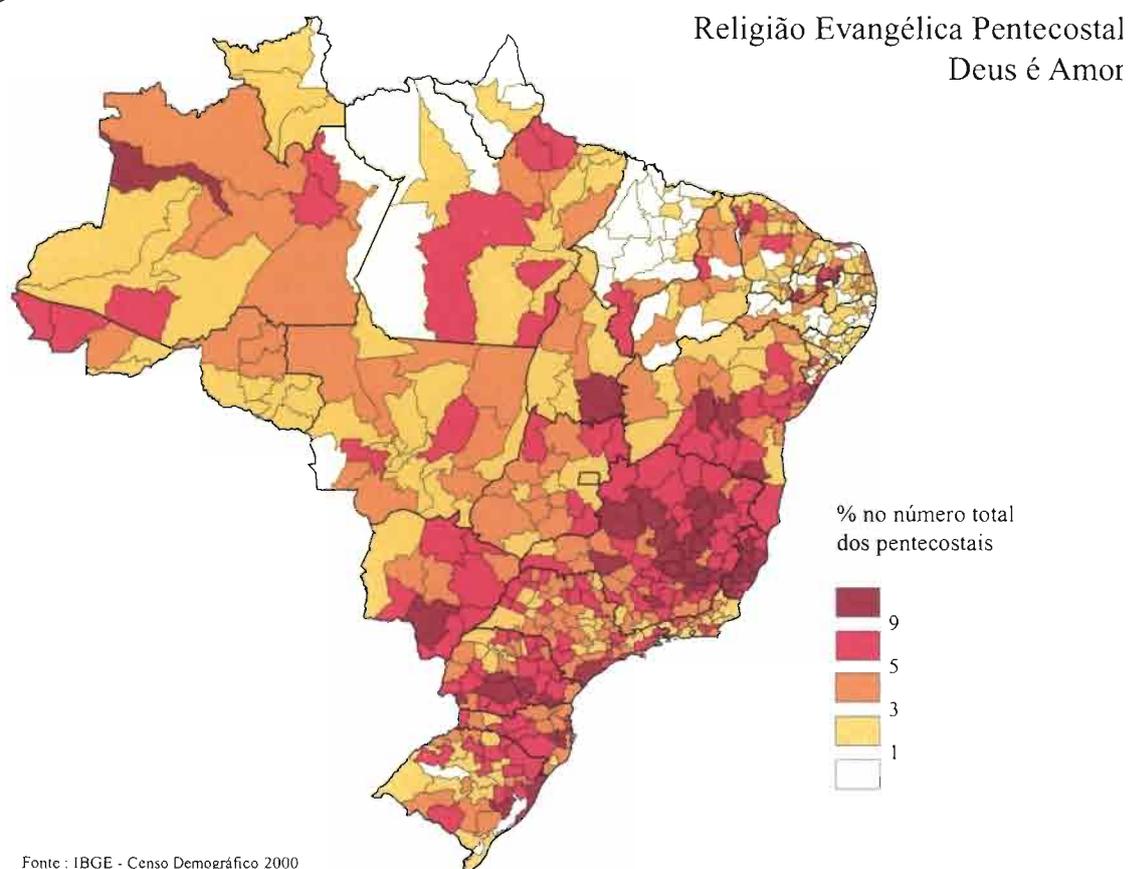


Figura 3.38

Religião Evangélica Pentecostal
Maranata



Figura 3.39

Religião Evangélica Pentecostal
O Brasil para Cristo

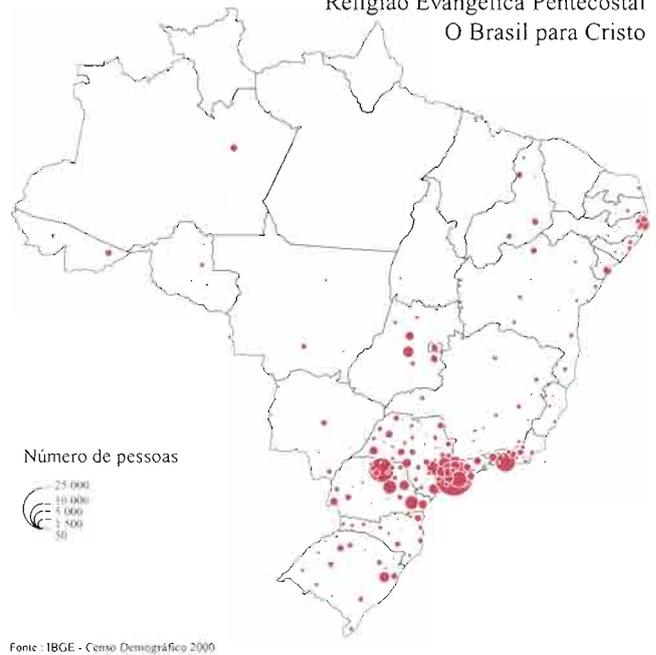


Figura 3.40

Religião Evangélica Pentecostal
Casa da Bênção

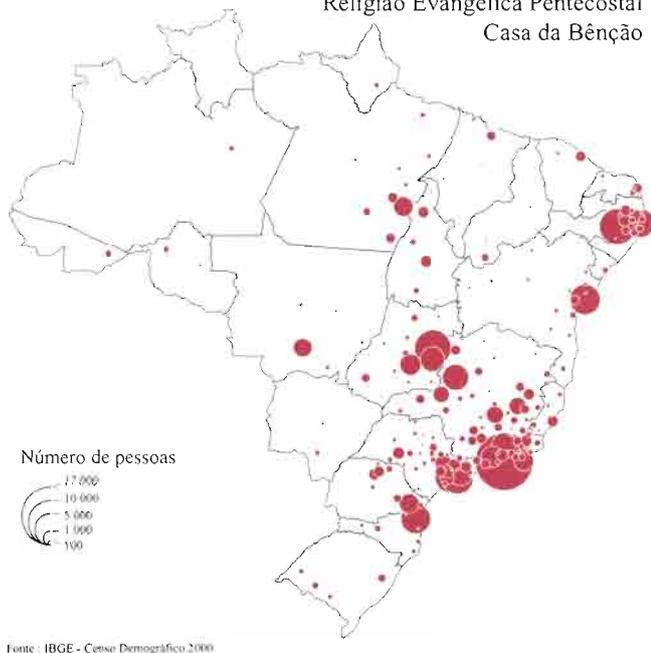


Figura 3.41



Figura 3.42

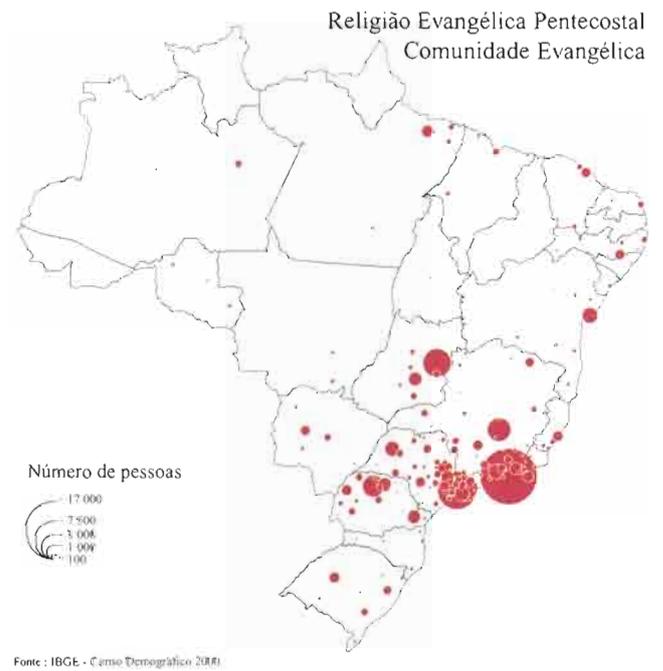


Figura 3.43

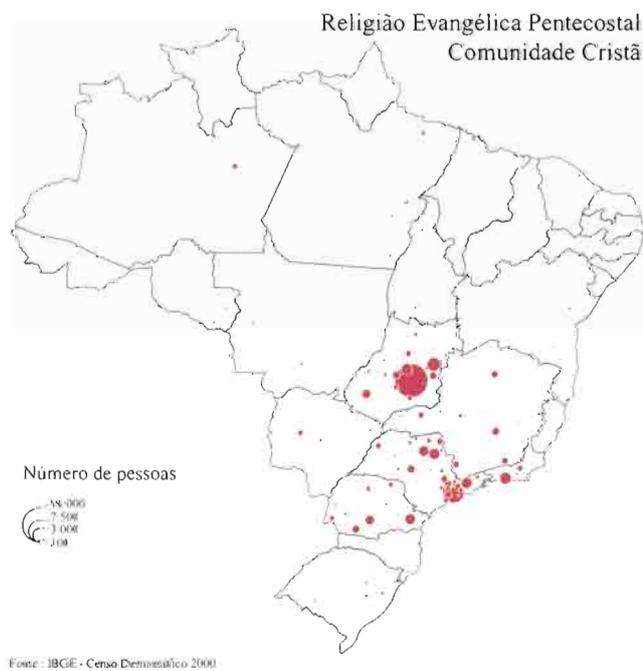


Figura 3.44

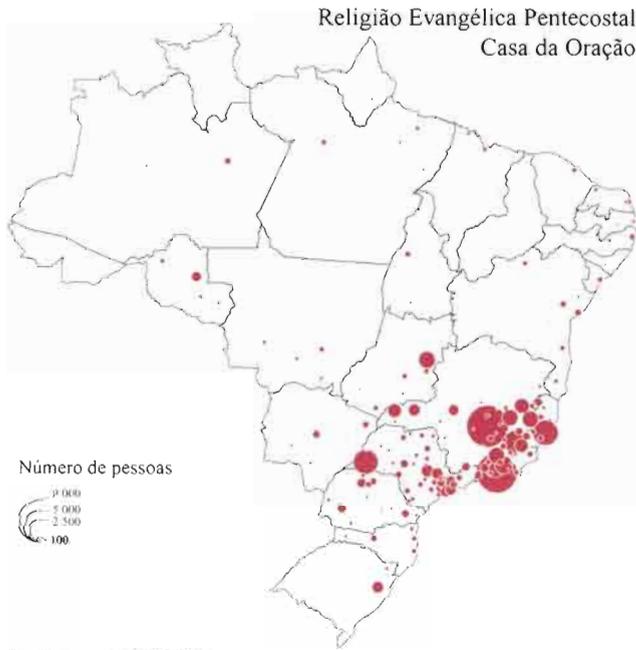


Figura 3.45

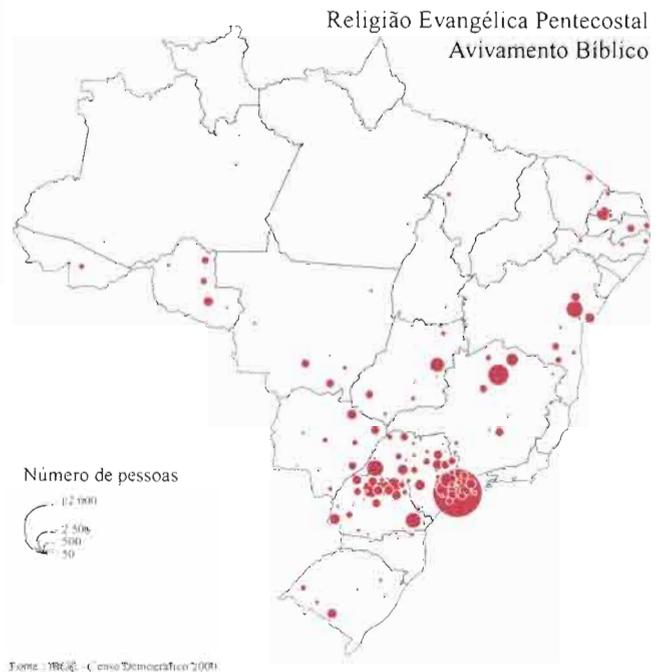


Figura 3.46



Figura 3.47



Capítulo 4

Os evangélicos de missão

Evangélico de missão é o novo nome dado aos evangélicos tradicionais ou protestantes tradicionais pela nomenclatura utilizada pelo IBGE para o recenseamento de 2000. Por ocasião da divulgação dos resultados preliminares do Censo, em maio de 2002¹, o número de evangélicos de missão era estimado em 8,5 milhões, ou seja, 5% da população total do país em 2000. No entanto, com base nos dados definitivos, liberados em dezembro de 2002, as nove igrejas protestantes tradicionais identificadas no recenseamento totalizam 6,9 milhões de pessoas, isto é, 4,1% dos brasileiros. A diferença em torno de 1,5 milhões de habitantes deve-se a uma categoria do Censo, “Evangélica não determinada”, que se imaginava, não sendo seus membros claramente definidos como pentecostais, serem evangélicos de missão (Tab. 3).

Qualquer que seja a população de referência, 8,5 milhões ou 6,9 milhões, a proporção dos evangélicos tradicionais na população total se mantém estável em relação aos outros grupos religiosos, no período de 1991 a 2000, uma vez que o seu aumento é de 1 a 2 pontos percentuais, dependendo do número que for considerado. Assim, a tendência à redução dos evangélicos tradicionais, verificada no período de 1980 a 1991 (-0,4 pontos percentuais), foi revertida na década seguinte (Tab. 1). Os mapas apresentados aqui fazem referência às nove igrejas protestantes tradicionais claramente definidas.

A distribuição da população evangélica de missão não corresponde exatamente à repartição da população total no país (Figs. 4.01 e 8.01). É bem verdade que este grupo religioso está presente em todo o território nacional, mas com diferenças significativas em relação à localização da população brasileira. Naturalmente, quanto ao número de fiéis, destacam-se as principais regiões urbanas do país: a cidade do Rio de Janeiro situa-se em primeiro lugar, com 706 000 pessoas, seguida por São Paulo, com 384 000, e por Recife, com 200 000.

Porém, o peso dos evangélicos de missão no conjunto da população não acompanha a lógica dos grandes centros urbanos (Fig. 4.02). Pode-se distinguir, então, 5 núcleos principais de comunidades protestantes tradicionais situadas no interior dos estados. Os três principais estão ligados ao processo de colonização do país: a região serrana do Espírito Santo, o nordeste de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Em diversas microrregiões desses núcleos, a porcentagem de protestantes tradicionais ultrapassa 12% da população total e atinge, às vezes,

muito mais, como em Santa Teresa, no Espírito Santo; Blumenau, em Santa Catarina; e Ijuí, Lajeado e Gramado, no Rio Grande do Sul.

A esses núcleos históricos do protestantismo no Brasil se acrescentam dois espaços de forte implantação mais recente: a microrregião de Cacoal, em Rondônia, e a de Japurá, no noroeste do Amazonas. Aliás, é no Amazonas que se nota o maior crescimento dos evangélicos de missão no Brasil (Fig. 4.03). Chama atenção ainda a expansão dos protestantes tradicionais nas frentes *pioneiras* da Região Centro-Oeste. Já as comunidades protestantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul crescem pouco, ou chegam mesmo a diminuir em termos relativos.

O perfil demográfico e socioeconômico dos evangélicos de missão

O perfil demográfico e socioeconômico dos evangélicos de missão apresenta grandes desvios em relação à média brasileira (entre -60% e +60%), o que é normal, já que esse grupo religioso corresponde a apenas 5% da população do país (Fig. 4.04).

Do ponto de vista demográfico, os protestantes tradicionais habitam mais as zonas urbanas do que as rurais, congregam mais mulheres do que homens, e mais adultos e idosos do que jovens. Além disso, observa-se que seus fiéis são, sobretudo, brancos e indígenas. No caso da população branca, isto se relaciona às imigrações de alemães, do século XIX, e no que se refere às populações indígenas, é o resultado da ação de missionários estrangeiros nas últimas décadas.

Quanto aos aspectos sociais, nota-se que os casamentos dos protestantes tradicionais são principalmente dos tipos “casamento civil e religioso” e “somente civil”, enquanto todas as outras formas de união se mostram inferiores ao perfil médio brasileiro. O nível de educação dos evangélicos de missão é nitidamente superior ao da média nacional, uma vez que os seus membros estão bem representados no segundo grau, na graduação, no mestrado e doutorado.

No que diz respeito às atividades econômicas, os protestantes tradicionais são caracterizados por um forte desvio positivo em relação à “administração e serviços públicos”. Além do setor terciário, eles são também trabalhadores por conta própria e, sobretudo, empregado-

res. Em consequência do predomínio dessas atividades, apresentam nível de remuneração mais elevado do que a média brasileira, já que as categorias mais significativas são as de 6 a 10 e de 11 a 20 salários mínimos.

Pode-se concluir, pelos desvios do perfil demográfico e socioeconômico, em relação à média do país, que os evangélicos de missão se encontram particularmente bem implantados nas camadas médias urbanas da população.

Os evangélicos de missão nas regiões metropolitanas

Os evangélicos de missão representam uma fração importante da população, no conjunto formado pela região metropolitana de Florianópolis e pelo Vale do Itajaí (Fig. 4.05), que engloba a maior parte do leste do estado de Santa Catarina. Contrariamente ao que se poderia imaginar, não é nos municípios de Joinville e Blumenau, os dois principais centros urbanos dessa região, que se encontra a mais forte proporção de evangélicos de missão, mas nos pequenos municípios de Benedito Novo, Timbó, Pomerode e Schroeder com porcentagens que variam entre 30% e 64% da população total. Na região metropolitana de Florianópolis, é na periferia distante que as porcentagens são mais elevadas, particularmente nos pequenos municípios de Angelina e Rancho Queimado, onde os protestantes tradicionais possuem percentuais da ordem de um terço dos habitantes. Como se vê, há nesses casos uma organização do tipo comunitária, que permite manter a população relativamente homogênea do ponto de vista religioso.

É, sem dúvida, esse mesmo tipo de organização territorial que faz com que os evangélicos de missão estejam concentrados na parte norte da região metropolitana de Porto Alegre (Fig. 4.06). As porcentagens são relativamente fracas na parte central da RM, incluindo-se a capital, mas ultrapassam freqüentemente 10% da população em Novo Hamburgo, Nova Hartz e em vários municípios vizinhos. Aliás, os nomes desses municípios indicam bem a origem germânica de tais núcleos de colonização.

No Rio de Janeiro, é principalmente nos municípios da periferia metropolitana que os protestantes tradicionais apresentam percentuais mais elevados, acima de 8%, chegando mesmo a registrar entre 10 e 14% da população total em São Gonçalo, Magé, Duque de Caxias e Seropédica (Fig. 4.07). Já no que diz respeito à capital e a Niterói, os evangélicos de missão são encontrados em proporções muito menores, pois, como se viu no primeiro capítulo, a Igreja Católica é muito bem implantada na parte central da RM. Esta é sem dúvida a razão pela qual a geografia dos evangélicos de missão se assemelha à dos pentecostais.

Em São Paulo, onde a presença dos protestantes tradicionais não é expressiva, eles são encontrados, sobretudo, nos subdistritos da capital, como Jaguará e Capão Redondo e, em menor proporção, em Bela Vista, Cambuci, Pari e Bom Retiro (Fig. 4.08). Sua participação diminui em função do afastamento em relação ao centro, para depois aumentar novamente nos subdistritos limítrofes da cidade de São Paulo com os municípios vizinhos de São Caetano do Sul, Santo André e Embu-Guaçu. Em Campinas, os protestantes tradicionais são mais expressivos em Nova Odessa e em Monte Mor, a oeste, e em Engenheiro Coelho, no extremo norte da RM, eles chegam mesmo a ultrapassar 15% da população total.

Na região metropolitana de Vitória, os protestantes tradicionais estão instalados na parte mais central da RM, porém menos na capital e mais nos municípios de Vila Velha e Serra, ao sul e ao norte de Vitória, respectivamente (Fig. 4.09). Seu peso na população total é da ordem de 10%. Assim, a sua localização difere da dos pentecostais, que se encontram mais bem implantados na periferia mais distante, e as suas proporções na população total são bem mais elevadas do que as dos tradicionais.

Em Belo Horizonte, os evangélicos de missão apresentam os seus percentuais mais elevados no centro da RM, na capital e em Contagem (Fig. 4.10). Além desses municípios, sua presença é significativa também mais ao sul, em Sarzedo e Mário Campos. Convém lembrar, no entanto, que na RM de Belo Horizonte esse grupo religioso não se destaca por fortes proporções na população total.

Mesmo na Região Nordeste onde os evangélicos de missão são pouco numerosos, a centralidade deles é confirmada em Fortaleza, em particular no distrito de Messejana (Fig. 4.11). Da mesma forma, em Natal, os tradicionais estão mais presentes nos distritos ao sul e a leste da cidade, e em Parnamirim, município vizinho situado ao sul da capital (Fig. 4.12).

O espaço da região metropolitana de Curitiba é bastante segmentado, uma vez que no município da capital estão localizados os protestantes tradicionais, principalmente nos subdistritos de Matriz e de Boqueirão (Fig. 4.13). Já na parte norte, concentram-se os pentecostais, enquanto no sul, os católicos.

Da mesma forma, no Vale do Aço, é também nos municípios mais importantes da RM que se observam as porcentagens mais elevadas de evangélicos de missão, principalmente em Ipatinga, onde alcançam cerca de 9% da população total (Fig. 4.14).

Finalmente, o caso da RIDE de Brasília confirma, mais uma vez, a tendência de os protestantes tradicionais se localizarem mais ao centro das regiões metropolitanas, como o Plano Piloto da capital, onde se destacam os dis-

tritos do Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro (Fig. 4.15). Apesar disso, observam-se também percentuais mais altos de protestantes tradicionais no distrito de Taguatinga.

Em resumo, a localização dos evangélicos de missão obedece a duas lógicas distintas: de um lado, são encontrados em municípios situados na periferia das regiões metropolitanas; e de outro, nos municípios-sede das RMs. Esta aparente contradição relaciona-se à própria história da implantação dos evangélicos de missão nas cidades brasileiras. Assim, parece ser em função de sua antigüidade no espaço urbano que os protestantes tradicionais se encontram em territórios mais ou menos centrais das RMs.

Uma multiplicidade de comunidades

De uma certa maneira, a multiplicidade de confissões protestantes tradicionais lembra a dos pentecostais: há uma igreja dominante, a dos batistas, seguida de três igrejas de importância semelhante, os adventistas, os presbiterianos e os luteranos, e, finalmente, várias outras igrejas de menor expressão. Há, portanto, uma verdadeira multiplicidade de confissões, sem atingir, no entanto, a atomização verificada entre os pentecostais.

Os batistas

A Igreja Batista, com 37,3% dos evangélicos de missão, possui 3,1 milhões de fiéis, distribuídos por todo o território nacional, apresentando, porém, muitos contrastes. Sua implantação principal se dá no município do Rio de Janeiro, que reúne quase 500 000 membros, contingente muito distante do de outras grandes cidades, onde os batistas também são numerosos, como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador, que reúnem de 130 000 a 200 000 adeptos. Mas, ao lado da presença expressiva nas capitais, os batistas se localizam em outras regiões do país, como no norte do Rio de Janeiro, no leste de Minas Gerais e no sudeste da Bahia (Fig. 4.16).

Em Minas Gerais, distinguem-se claramente duas áreas onde os batistas se destacam (Fig. 4.17). A primeira diz respeito a Belo Horizonte e aos municípios limítrofes de Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Sabará, com porcentagens entre 4% e 5%. A segunda área, que inclui Governador Valadares e municípios próximos, é bem mais extensa, e as porcentagens são mais elevadas, superiores a 3,5%, podendo atingir 10% da população total.

Na Bahia, os batistas se concentram no sudeste do estado, em Jequié e em municípios próximos, que se localizam entre as duas rodovias de grande circulação nacio-

nal, a BR116 e a BR101, que ligam as metrópoles do sul do país a Salvador (Fig. 4.18).

Fora dessas regiões, a Igreja Batista apresenta elevadas proporções no total dos evangélicos de missão, em outras microrregiões da Região Nordeste, sobretudo no estado do Piauí. Nessas áreas, os evangélicos de missão são pouco numerosos, mas quando existem, são em geral batistas (Fig. 4.19). Na Região Norte, sua influência é grande também nos estados do Amazonas e do Acre, onde eles efetuam um trabalho missionário junto às populações nativas.

O aumento das porcentagens dos batistas na população total, entre 1991 e 2000, é significativo no norte do Rio de Janeiro, no leste de Minas Gerais e no sudeste da Bahia (Fig. 4.20). A Igreja Batista cresce igualmente nas capitais nordestinas de Salvador, Recife e João Pessoa. É, porém, na Amazônia ocidental que se verificam os maiores crescimentos dos fiéis da Igreja Batista no país.

Os adventistas

Os adventistas, com 1,2 milhões de fiéis, representam 14,3% dos evangélicos de missão, quer dizer, menos da metade do número dos batistas. Apesar disso, a Igreja Adventista pode ser considerada também de dimensão nacional, pois está presente em todo o país, quer em capitais, como São Paulo, com 90 000 fiéis, quer em cidades do interior, como Ilhéus e Itabuna, na Bahia, Imperatriz, no Maranhão, Maringá e Londrina, no Paraná, ou ainda Ji-Paraná, em Rondônia (Fig. 4.21).

A Amazônia oriental é uma das principais regiões de missão dos adventistas, pois eles apresentam elevadas proporções no total dos evangélicos de missão no Pará e no Maranhão (Fig. 4.22). Ao longo do período 1991-2000, observa-se que os crescimentos mais significativos dos adventistas ocorrem na Região Norte, assim como acontece com os batistas (Figs. 4.23 e 4.20).

No estado do Pará, os adventistas se estabeleceram na região de Belém, mas é sobretudo ao longo da rodovia Transamazônica que eles estão mais presentes, formando um cordão de localidades que se distribuem entre Itaituba, Altamira e Marabá (Fig. 4.24). Pode-se pensar, portanto, que a importância dos adventistas no interior do Pará esteja ligada a uma ação missionária.

Os luteranos

Os luteranos, com pouco mais de um milhão de adeptos, que correspondem a 12,5% da população evangélica de missão, situam-se ligeiramente abaixo dos adventistas. A distribuição espacial do número dos seus

fiéis revela que os luteranos estão limitados às áreas de colonização alemã da Região Sul e do Espírito Santo (Fig. 4.25).

Na Região Sul, os luteranos se concentram sobretudo no nordeste de Santa Catarina e na metade-norte do Rio Grande do Sul (Fig. 4.26). Assim, tem-se uma organização em comunidades ligadas entre si por rios, como o Itajaí, em Santa Catarina, e o Ijuí, no Rio Grande do Sul, ou então por estradas. Em função disso, resulta uma organização mais ou menos reticulada que lembra a dos caminhos seguidos pelos imigrantes alemães do século XIX. Já no Espírito Santo, os luteranos formam uma comunidade solidamente instalada na serra capixaba, em torno de Domingos Martins e Santa Maria do Jetibá, com percentuais superiores a 25% da população total (Fig. 4.27).

Apesar de se mostrarem muito ligados aos seus redutos da Região Sul e do Espírito Santo, eles constituem uma parte importante dos protestantes tradicionais instalados na metade-norte de Mato Grosso. Como se sabe, essa área tem sido ocupada por migrantes sulistas, muitos deles luteranos, razão pela qual se observa a presença significativa dessa Igreja em Mato Grosso (Fig. 4.28). Ao longo da década de 1991-2000, não se conhece, porém, o mesmo elã missionário que caracteriza os batistas e os adventistas. Ao contrário, o seu peso na população total estaciona ou regride em grande parte do país, e o que caracteriza os luteranos é a ausência de conquista de novos fiéis (Fig. 4.29).

Os presbiterianos

Os presbiterianos, com 980 mil adeptos, que representam 11,5% dos evangélicos de missão, constituem a quarta igreja mais importante desse grupo. Ao contrário dos luteranos, que se mostram bem delimitados geograficamente, os presbiterianos estão presentes em grande parte do território brasileiro, assim como os batistas e os adventistas. Eles são mais numerosos, no entanto, na Região Sudeste e também no Paraná (Fig. 4.30).

Quando se comparam os percentuais de fiéis dos presbiterianos com os demais protestantes tradicionais, constata-se que é no sudoeste de São Paulo, no norte do Paraná, no sul e oeste de Minas Gerais e em Goiás que eles se mostram mais elevados (Fig. 4.31). Além dessas

áreas do centro-sul do país, encontram-se também algumas comunidades presbiterianas disseminadas pelo Nordeste. É, porém, na Região Centro-Oeste que a expansão presbiteriana se dá de maneira mais acentuada (Fig. 4.32). Observam-se, ainda, crescimentos igualmente significativos em microrregiões de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

As outras igrejas evangélicas de missão

Os metodistas, com 341 000 fiéis, representam 4% dos protestantes tradicionais e estão localizados principalmente no estado do Rio de Janeiro (Fig. 4.33). Além da capital, que reúne 75 000 adeptos, encontram-se também metodistas no Vale do Paraíba Fluminense, na região Serrana e na região dos Lagos, onde os efetivos variam de 12 000 a 25 000 pessoas.

Os congregacionistas totalizam 148 000 membros e a sua localização é extremamente pontual (Fig. 4.34). Seu principal reduto também é o Rio de Janeiro, que conta com 43 000 fiéis. Além do Rio de Janeiro, existem dois outros núcleos distintos: o primeiro, situado no Nordeste, que inclui Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, e Recife, Alto Capibaribe e Vale do Ipujoca, em Pernambuco, que perfazem mais de 25 000 congregacionistas; o segundo núcleo, menos importante, encontra-se em Três Passos e Ijuí, no Rio Grande do Sul.

Os menonitas, os anglicanos e os adeptos do Exército da Salvação, somados, contam com menos de 40 000 fiéis. Os menonitas são bastante dispersos pelo país, sendo Curitiba o seu principal reduto (Fig. 4.35). Já os anglicanos localizam-se, principalmente, em alguns importantes centros urbanos do país, como Recife, São Paulo, Porto Alegre e Pelotas (Fig. 4.36). Por último, os 3 743 membros do Exército da Salvação registrados pelo recenseamento de 2000 se dividem, de forma mais ou menos equilibrada entre Recife, Campos, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Uruguaiana (Fig. 4.37).

Nota

1. Tabulação Avançada do Censo Demográfico de 2000: resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

Tabela 3
Igrejas Evangélicas de Missão no Brasil - 2000

Igrejas	População	% dos evangélicos de missão
Batista	3 162 700	37,31
Adventista	1 209 835	14,27
Luterana	1 062 144	12,53
Presbiteriana	981 055	11,57
Metodista	340 967	4,02
Congregacional	148 840	1,76
Menonita	17 631	0,21
Anglicana	16 591	0,20
Exército da Salvação	3 743	0,04
Outros	1 533 562	18,09
Total	8 477 068	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Figura 4.01

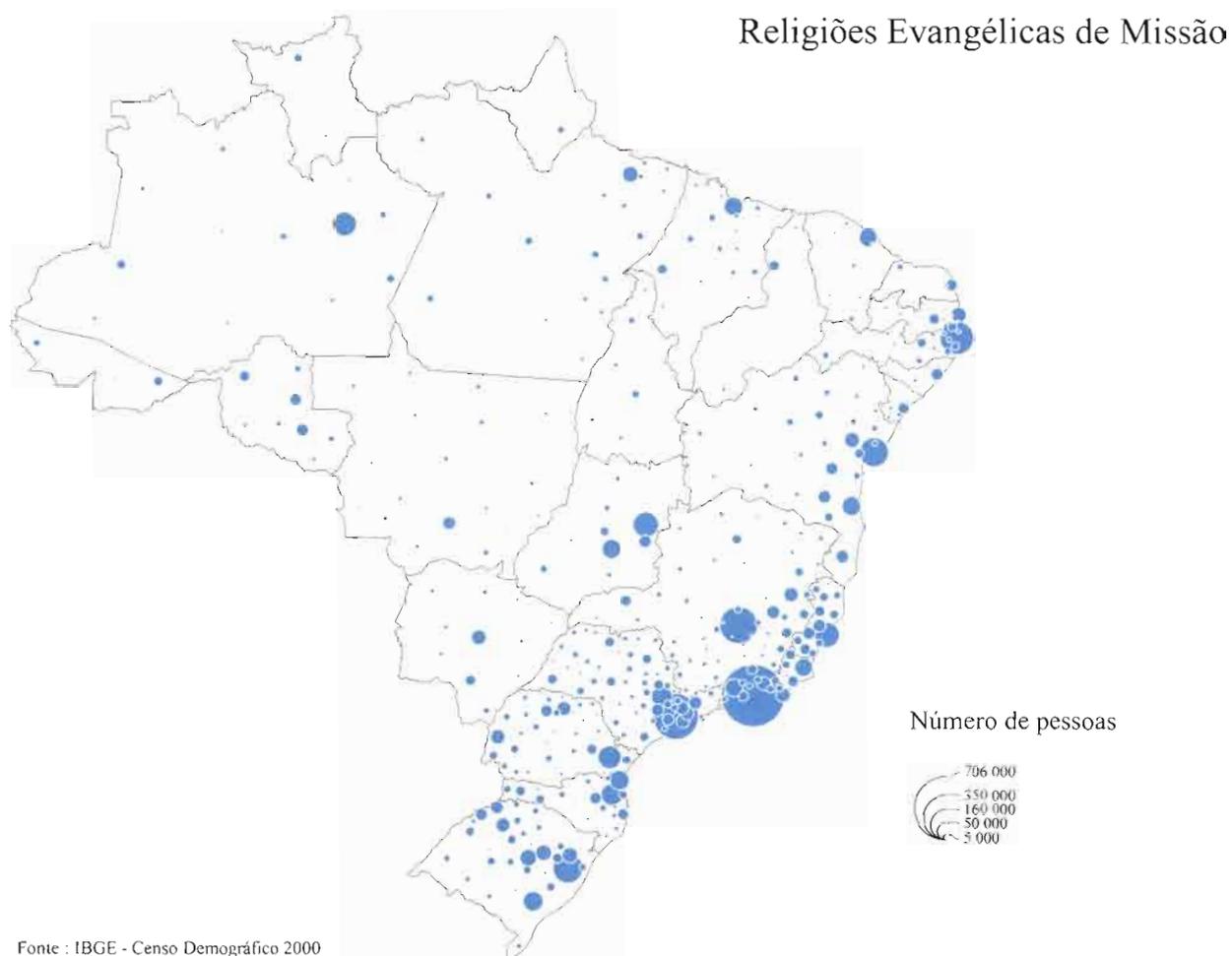
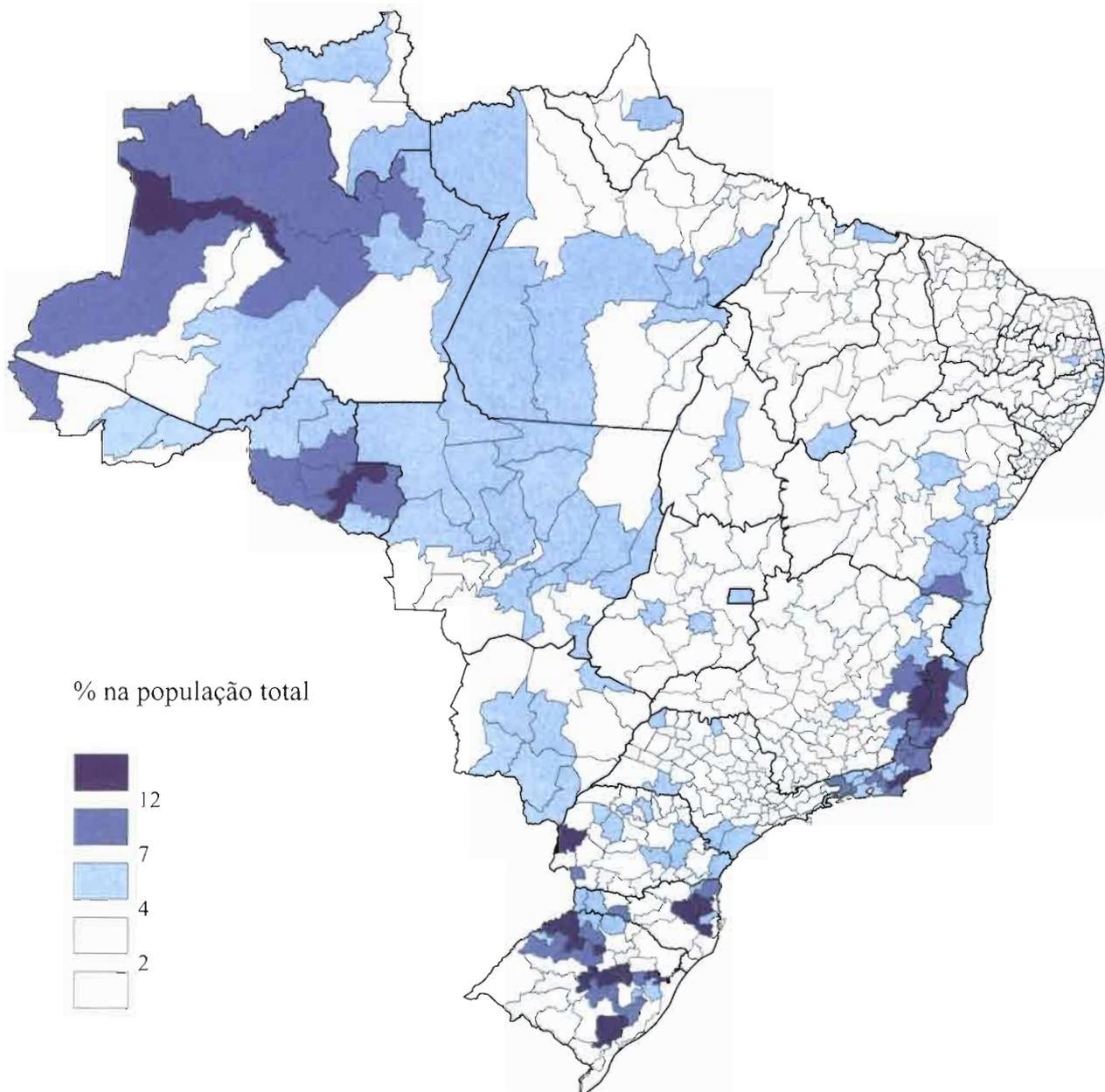


Figura 4.02

Religiões Evangélicas de Missão



Fonte · IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.03

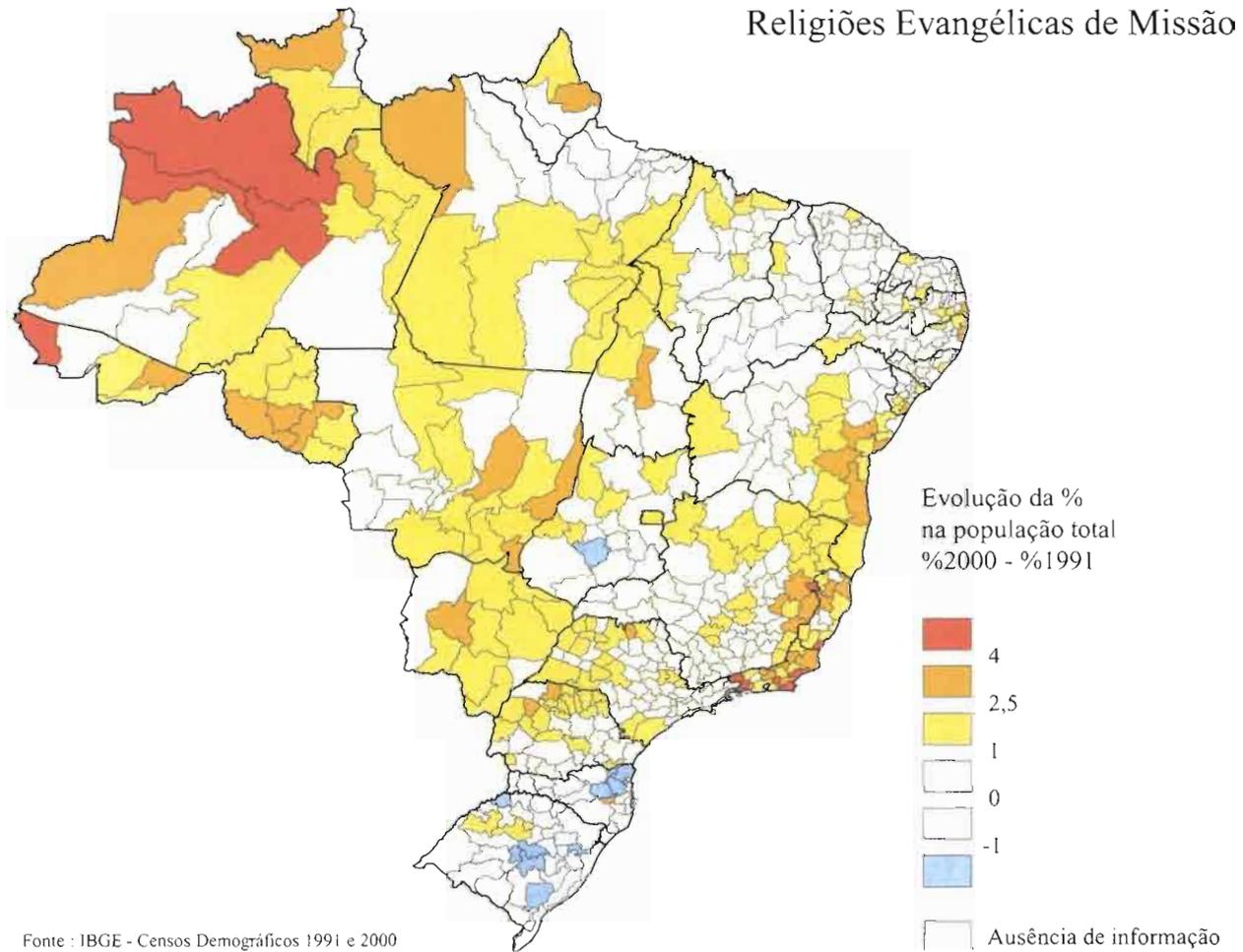
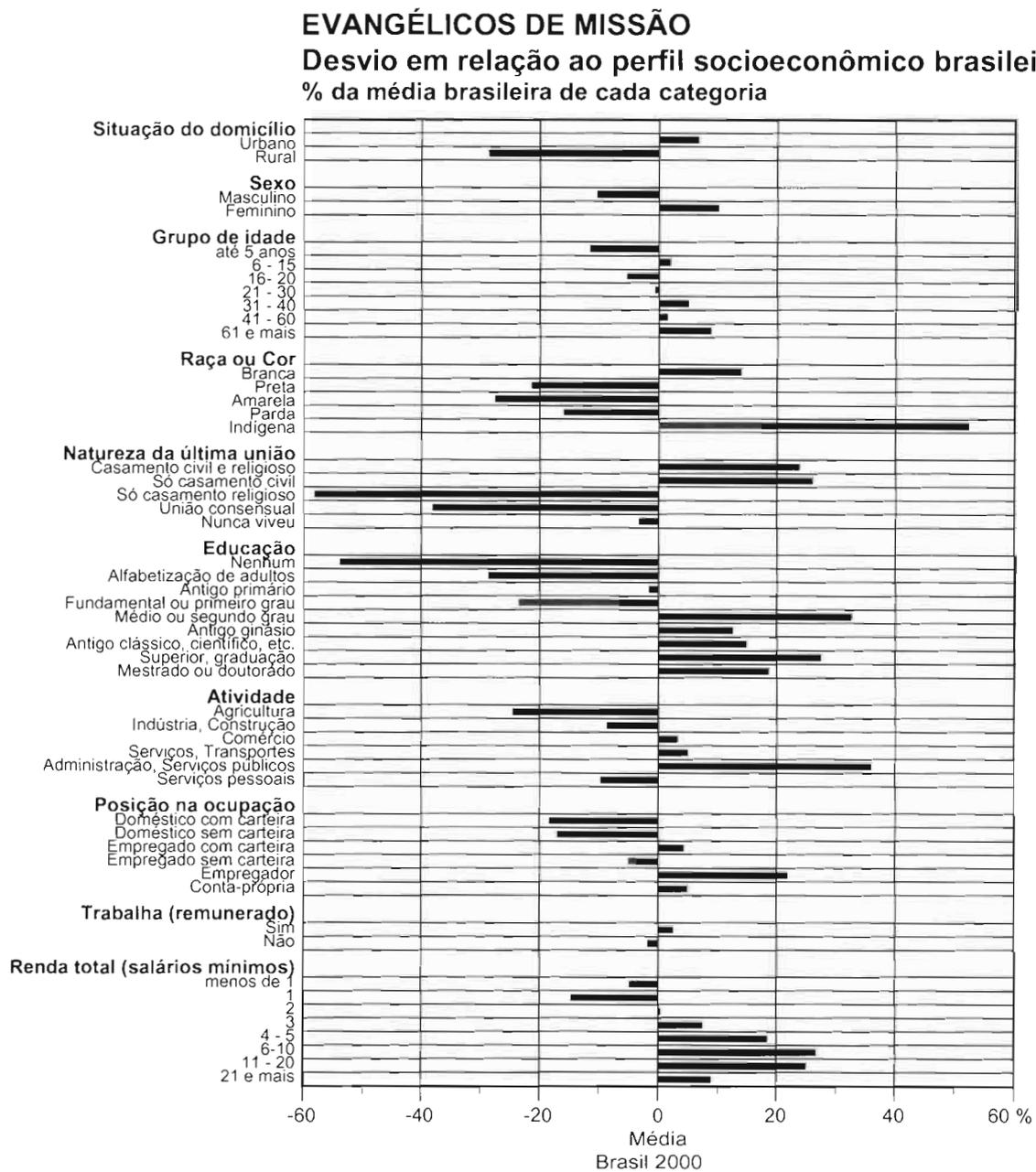


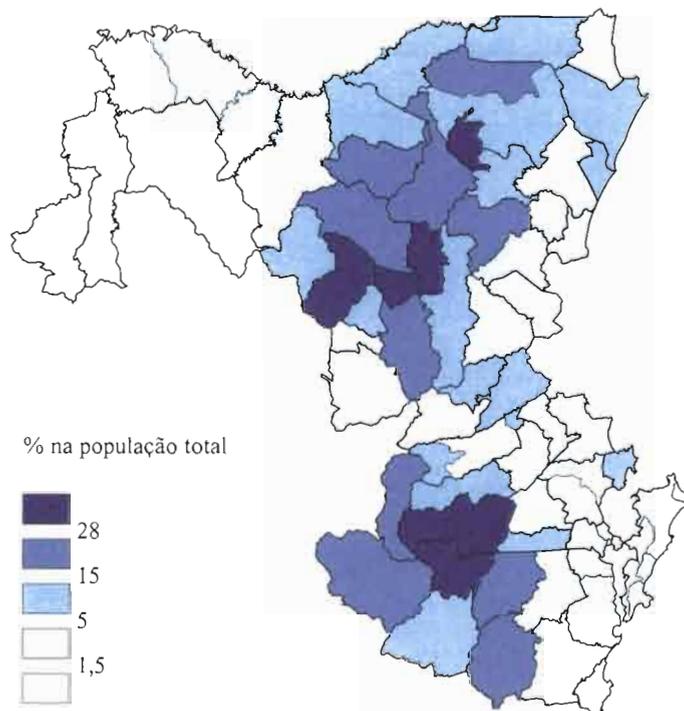
Figura 4.04



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.05

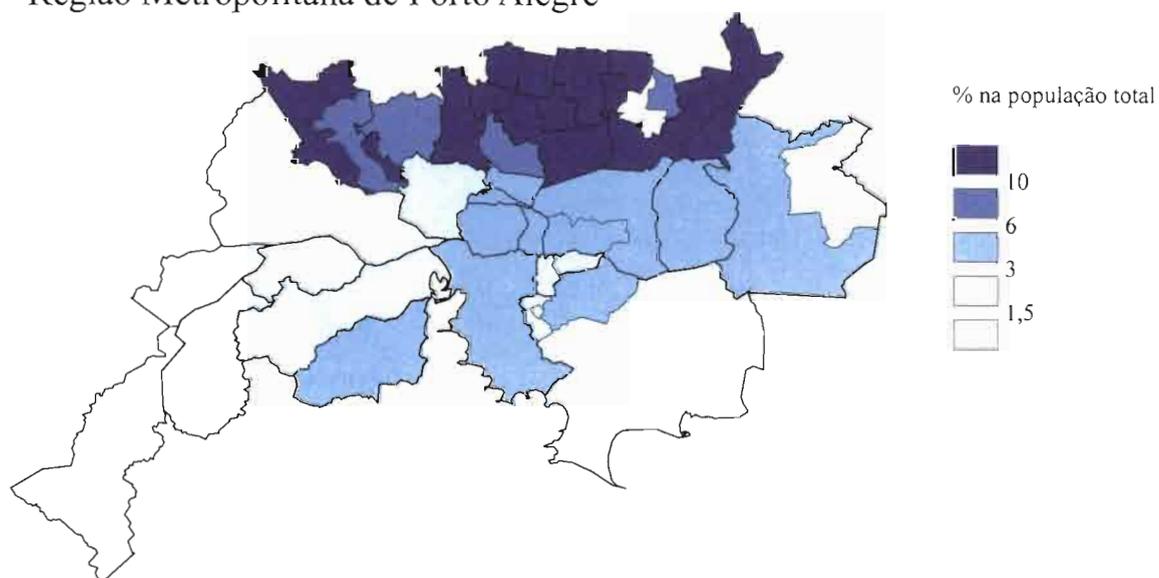
Religiões Evangélicas de Missão
Regiões Metropolitanas de Florianópolis
e do Vale do Itajaí



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.06

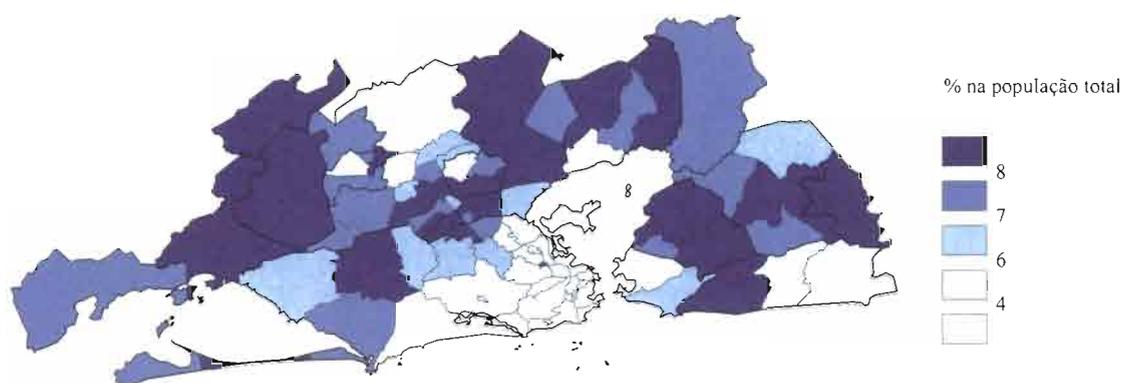
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.07

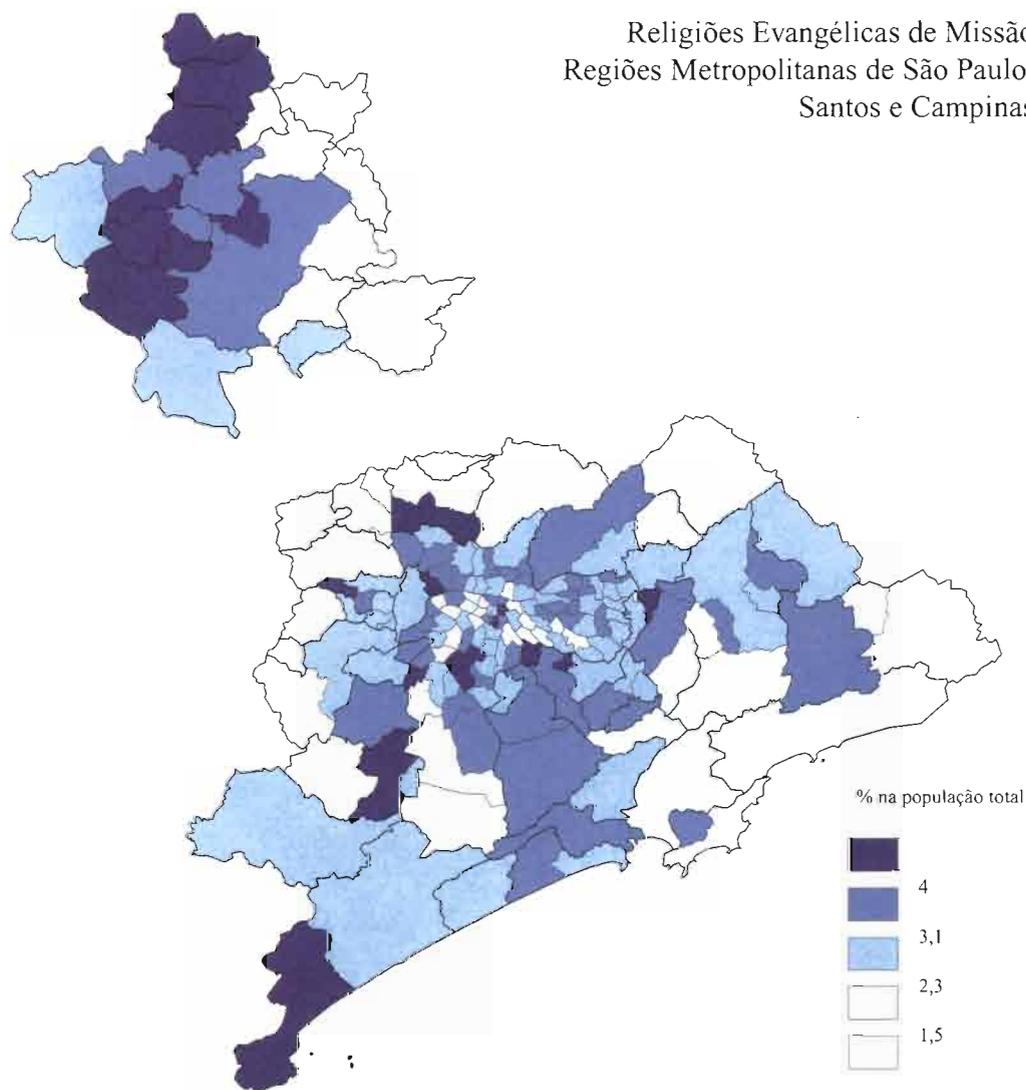
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.08

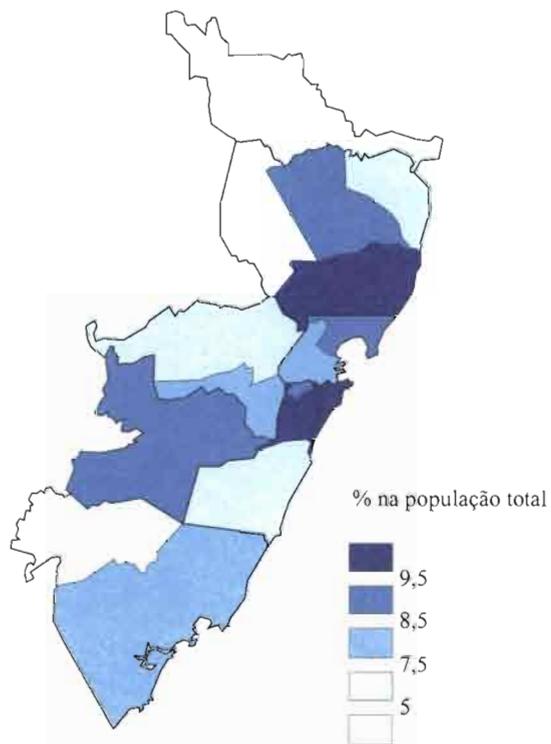
Religiões Evangélicas de Missão
Regiões Metropolitanas de São Paulo,
Santos e Campinas



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.09

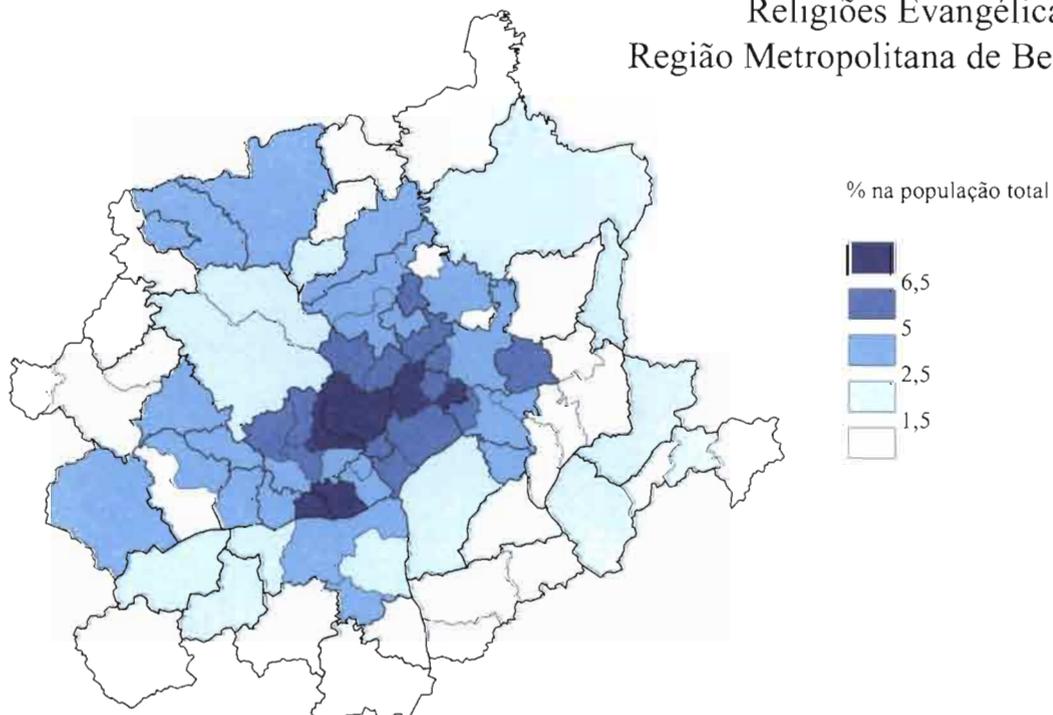
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Vitória



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.10

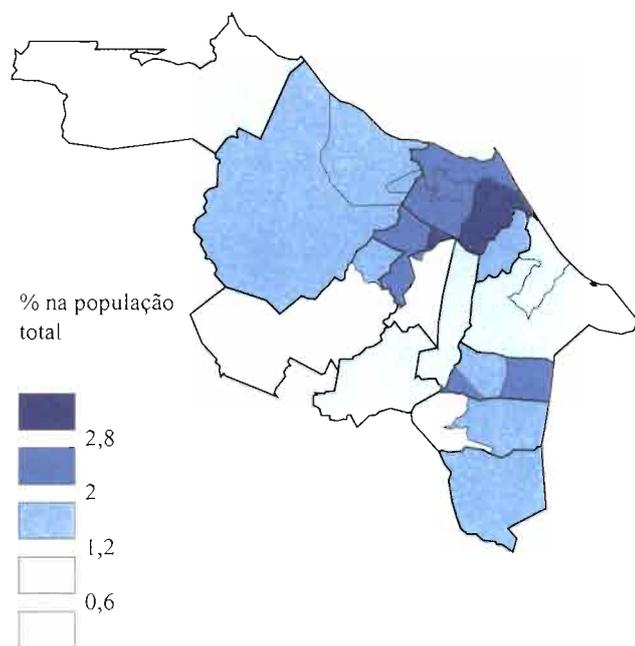
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.11

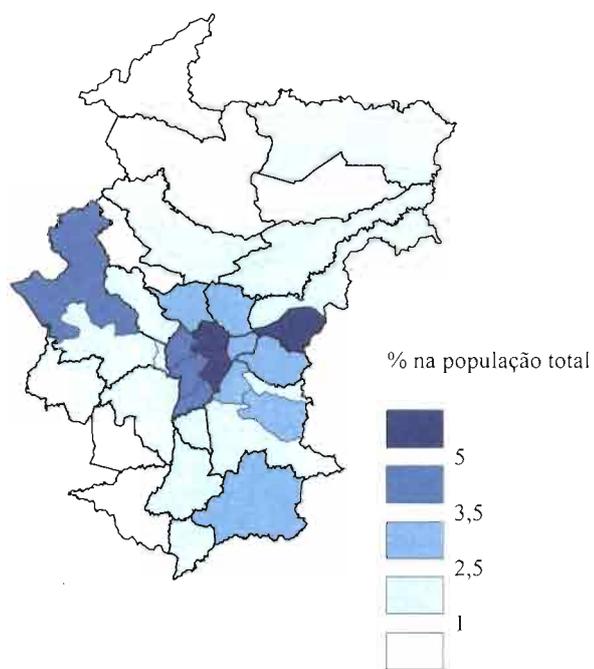
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.13

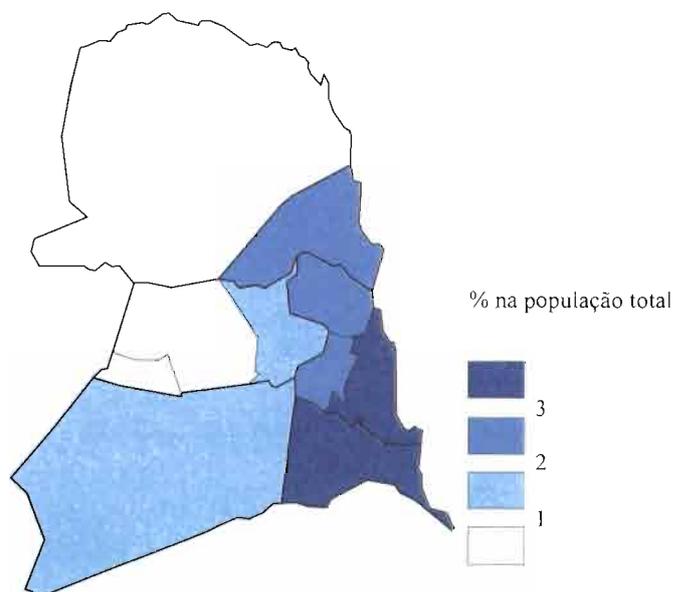
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Curitiba



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.12

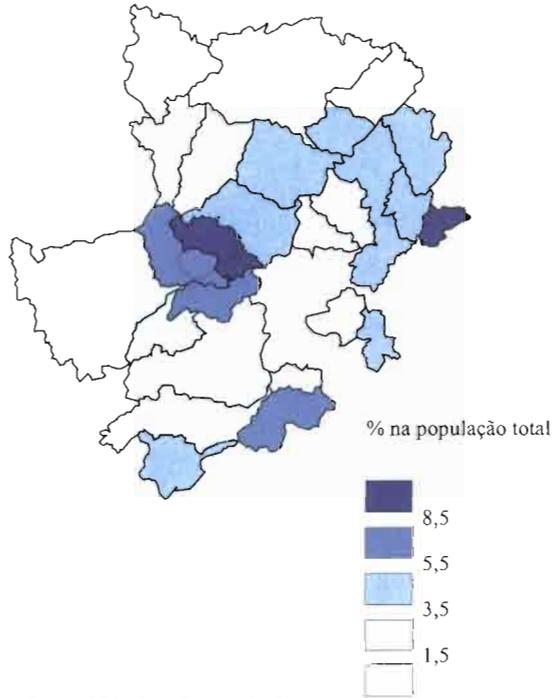
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana de Natal



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.14

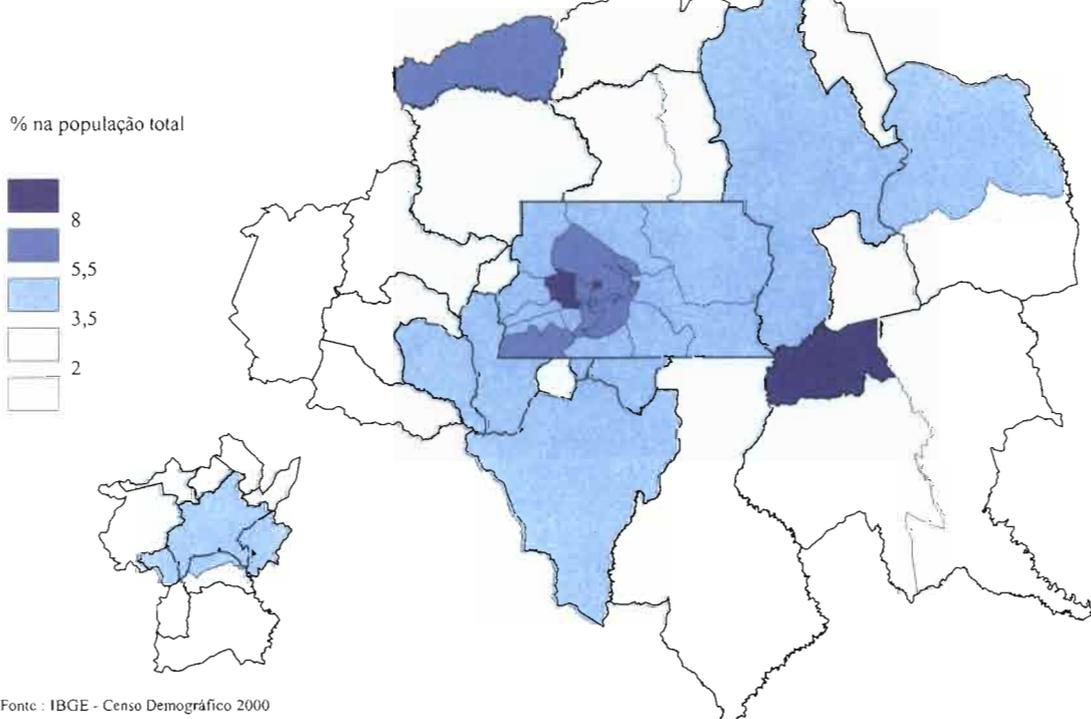
Religiões Evangélicas de Missão
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.15

Religiões Evangélicas de Missão
RIDE de Brasília e
Região Metropolitana de Goiânia



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.16

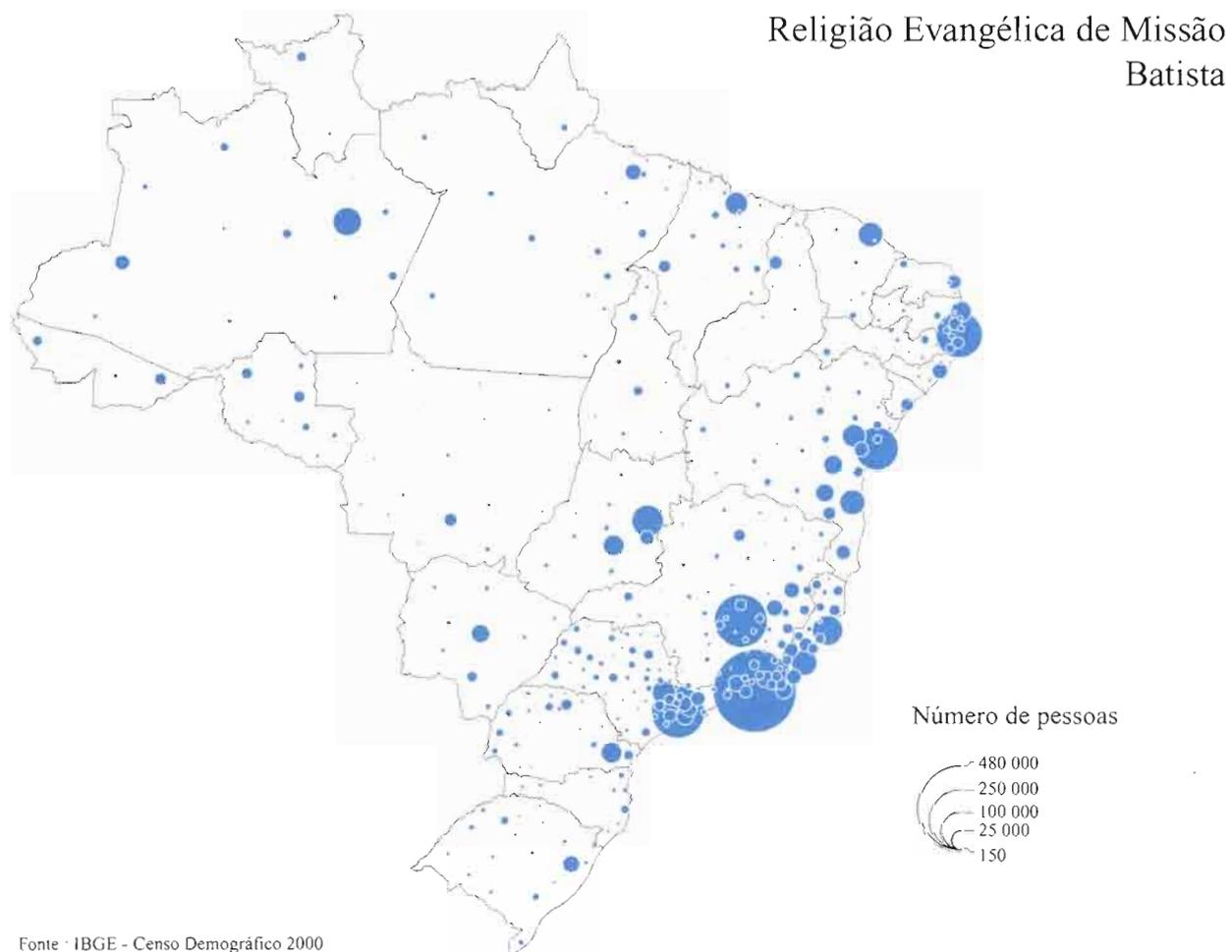


Figura 4.17

Religião Evangélica de Missão
Batista
Minas Gerais

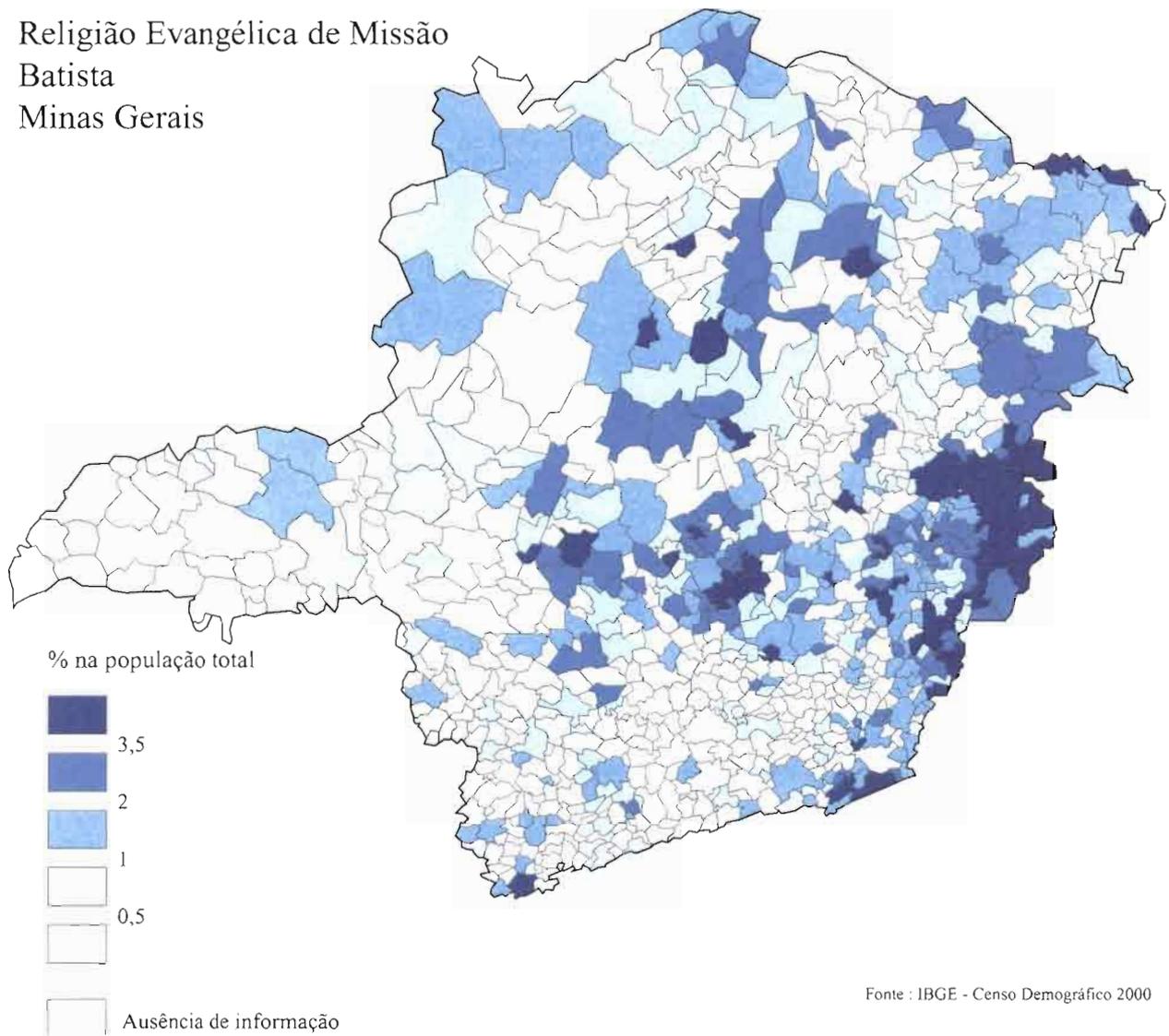


Figura 4.18

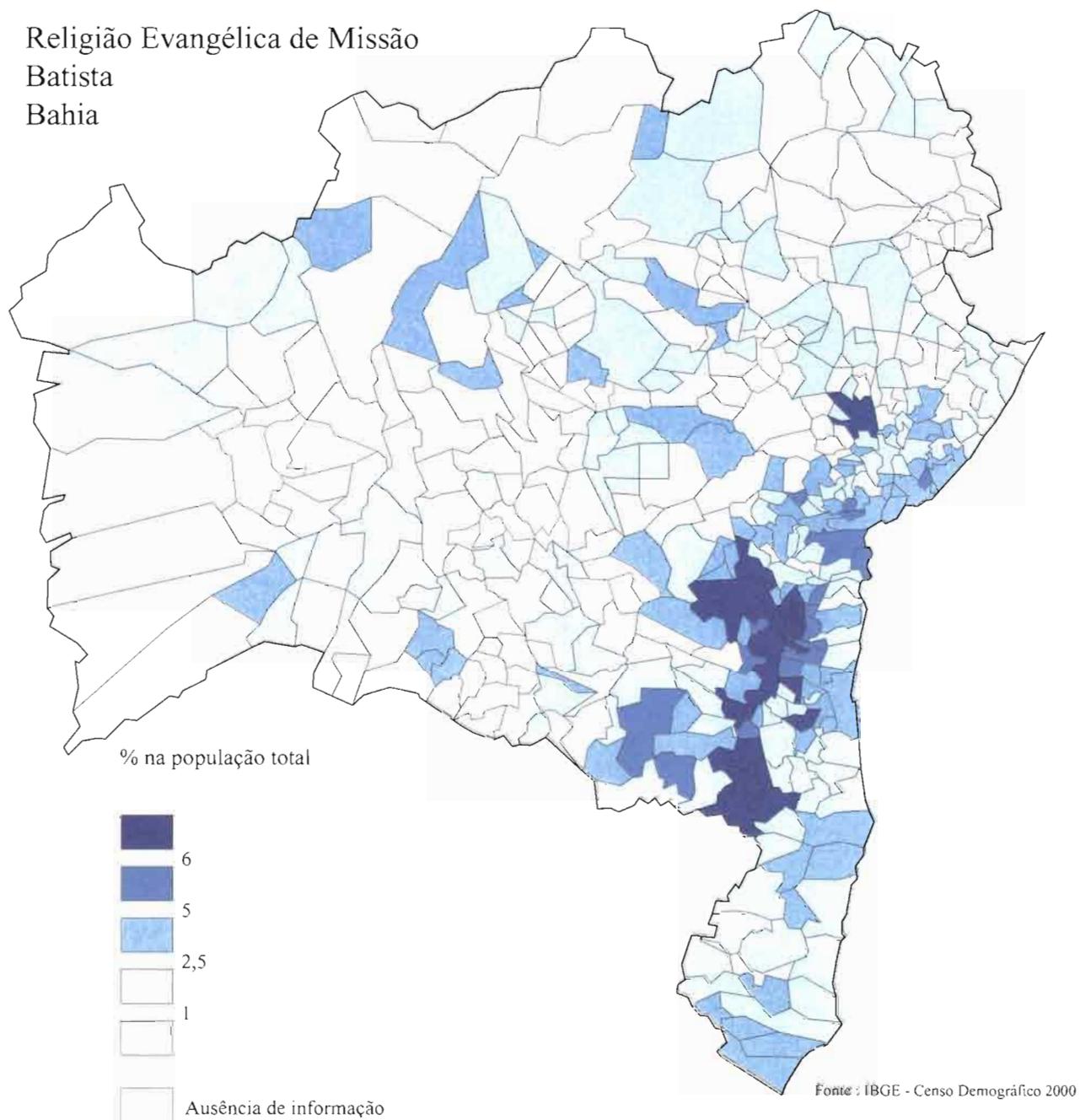
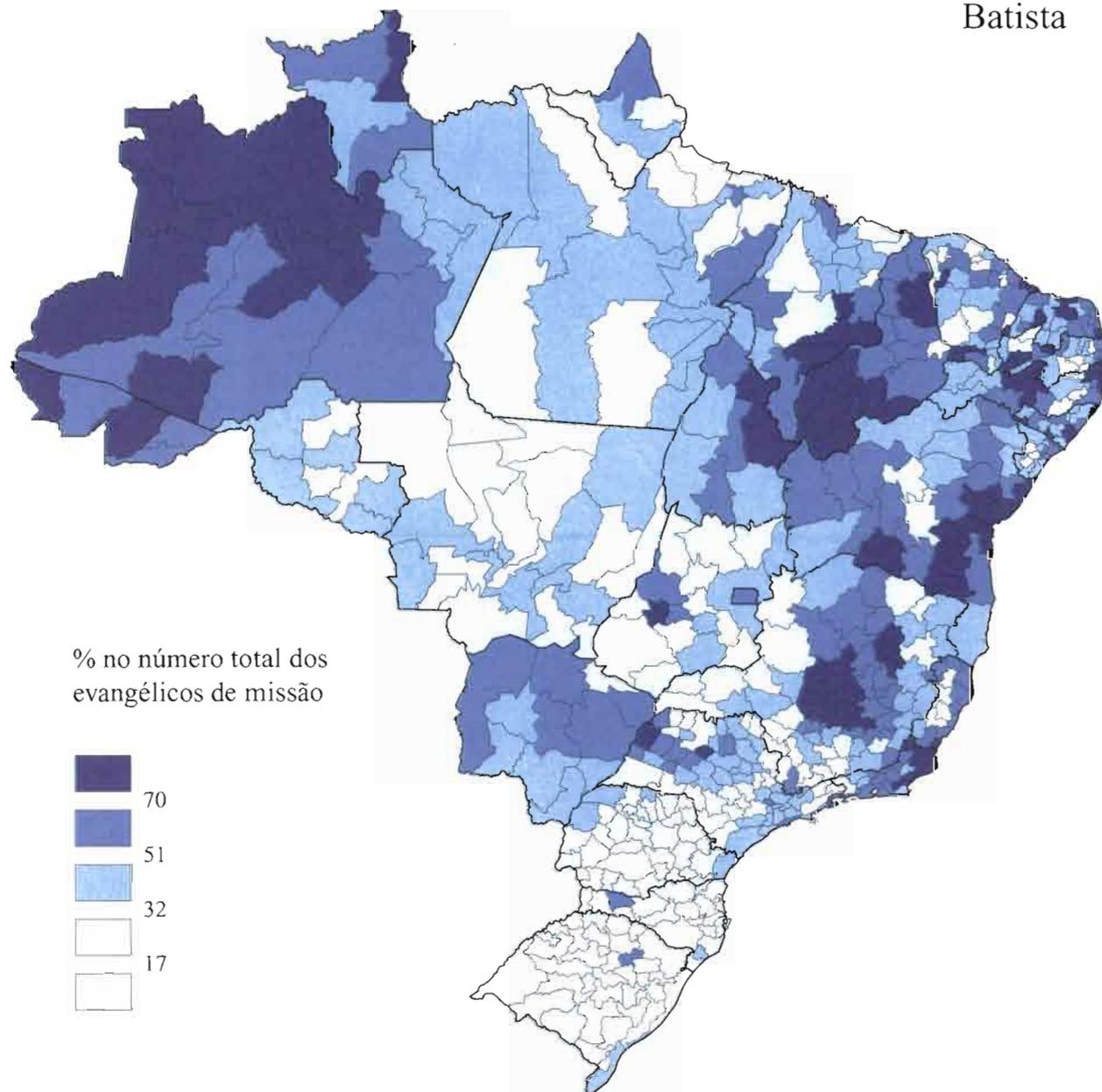


Figura 4.19

Religião Evangélica de Missão
Batista

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.20

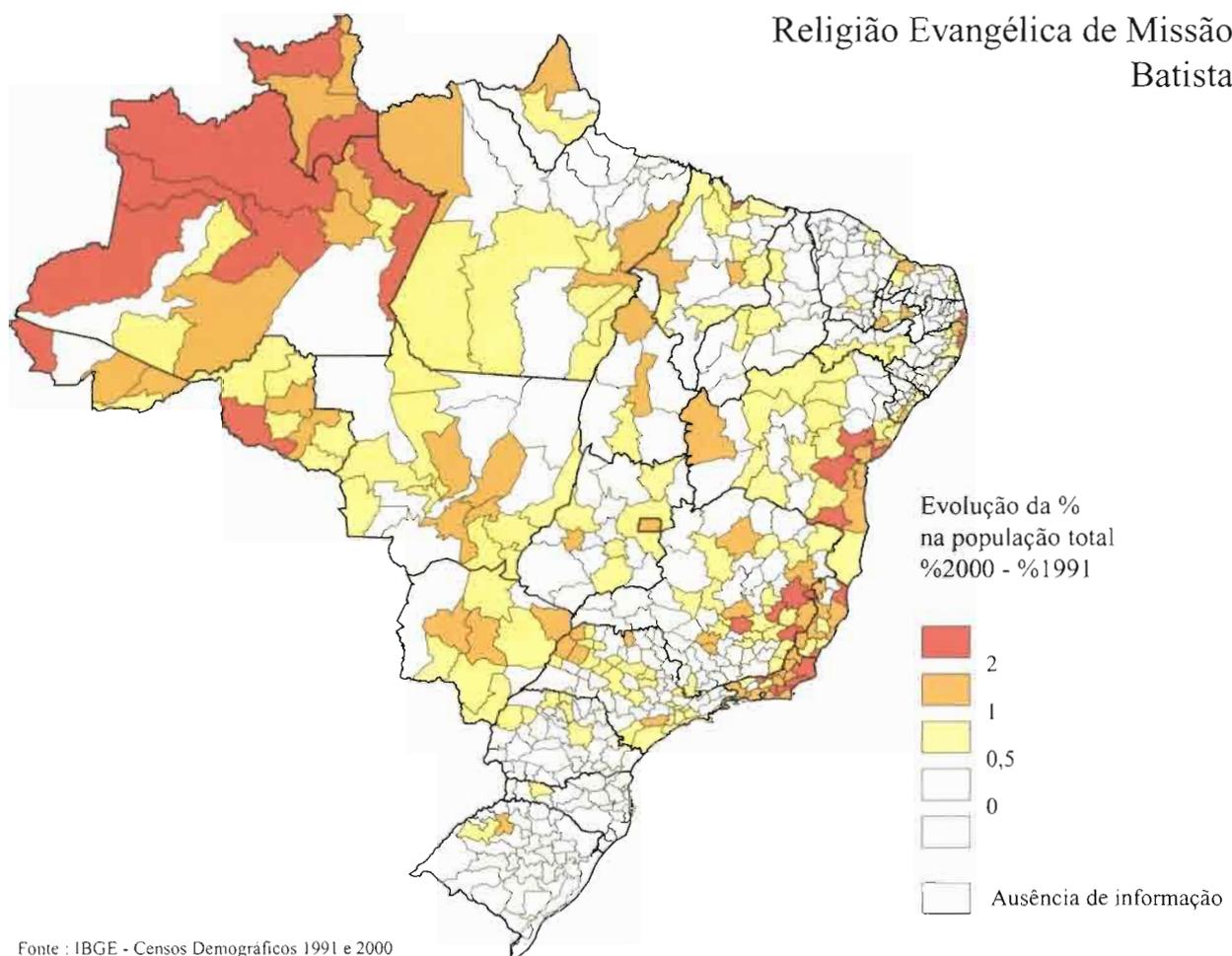


Figura 4.21

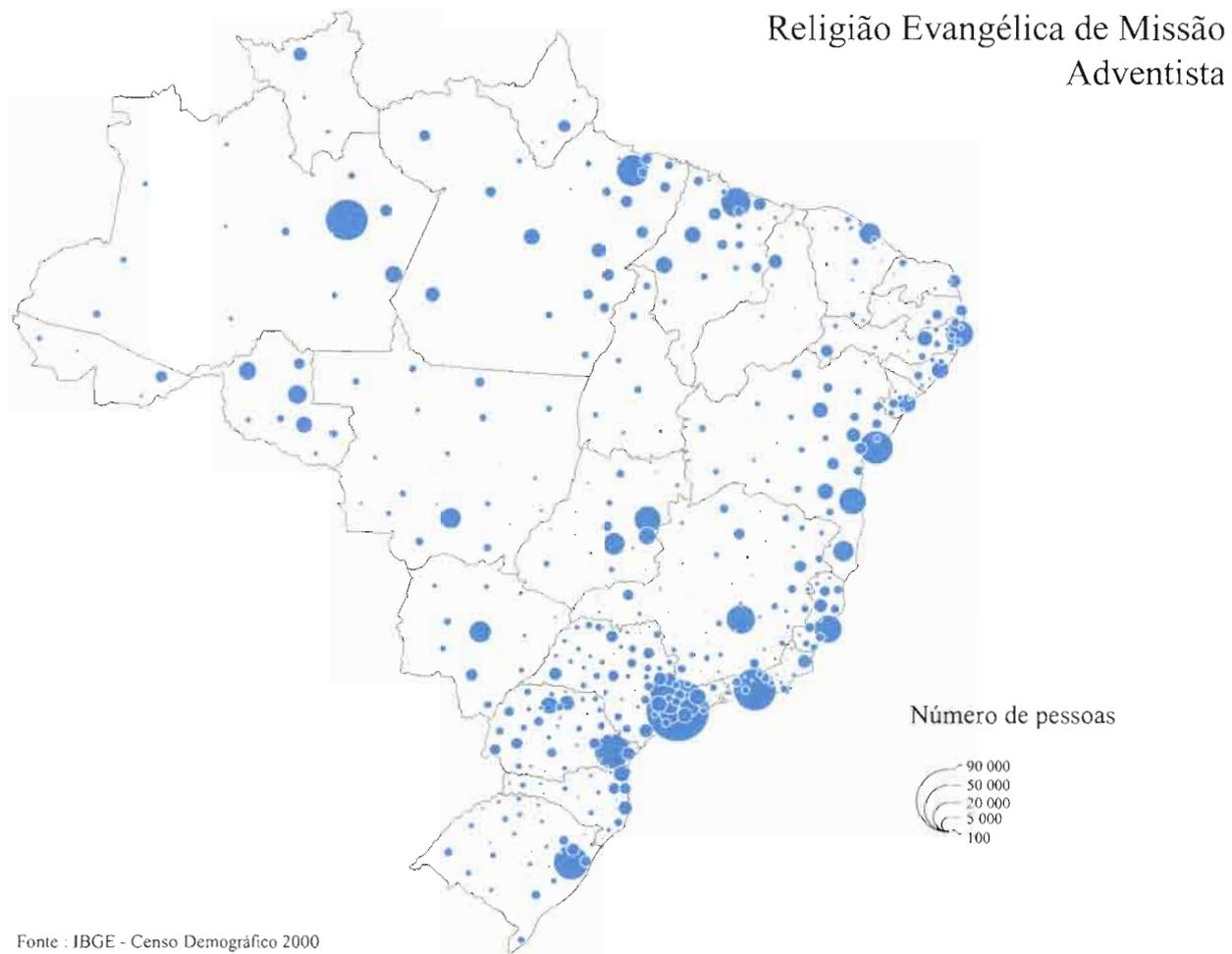
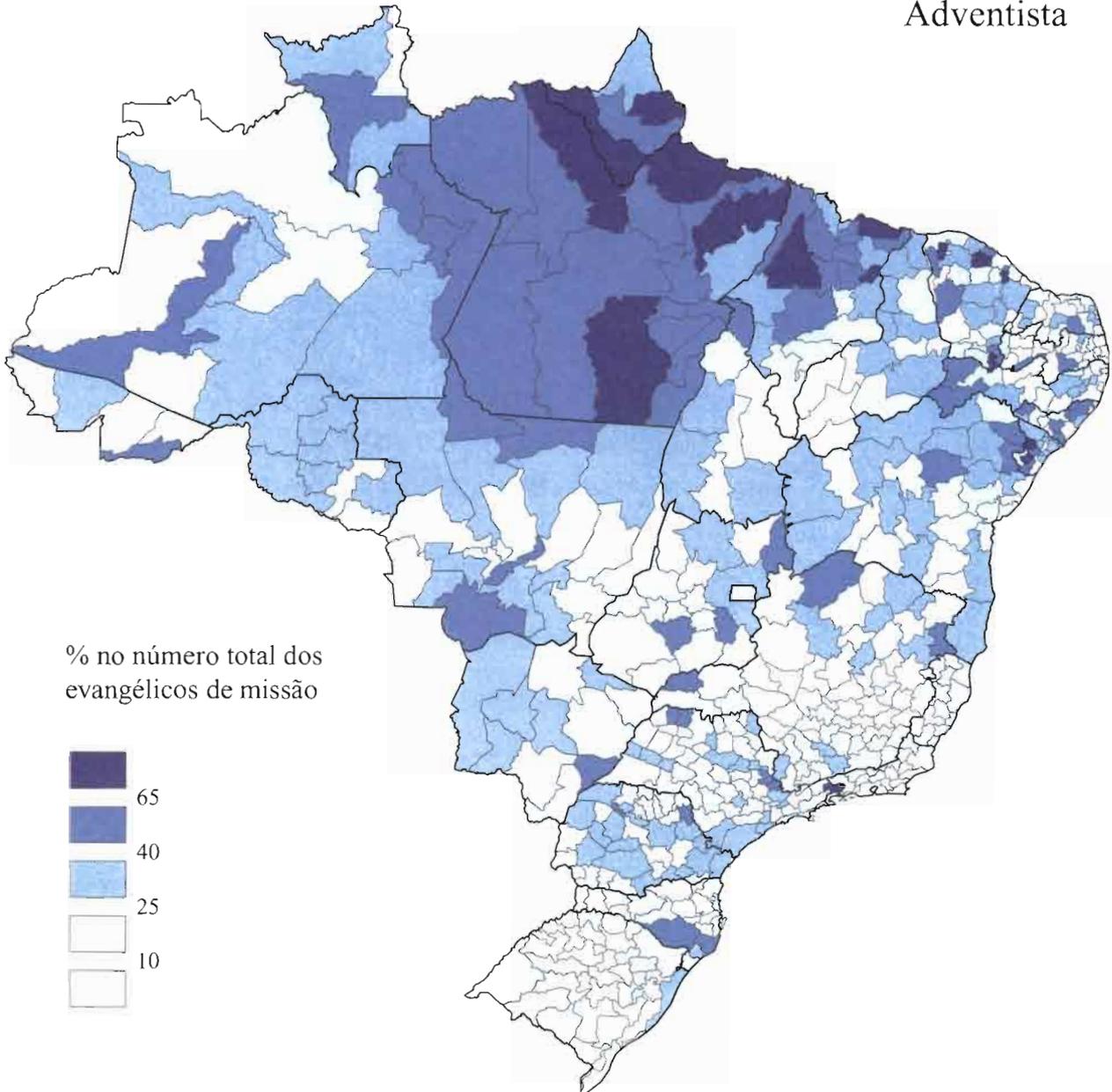


Figura 4.22

Religião Evangélica de Missão Adventista



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.23

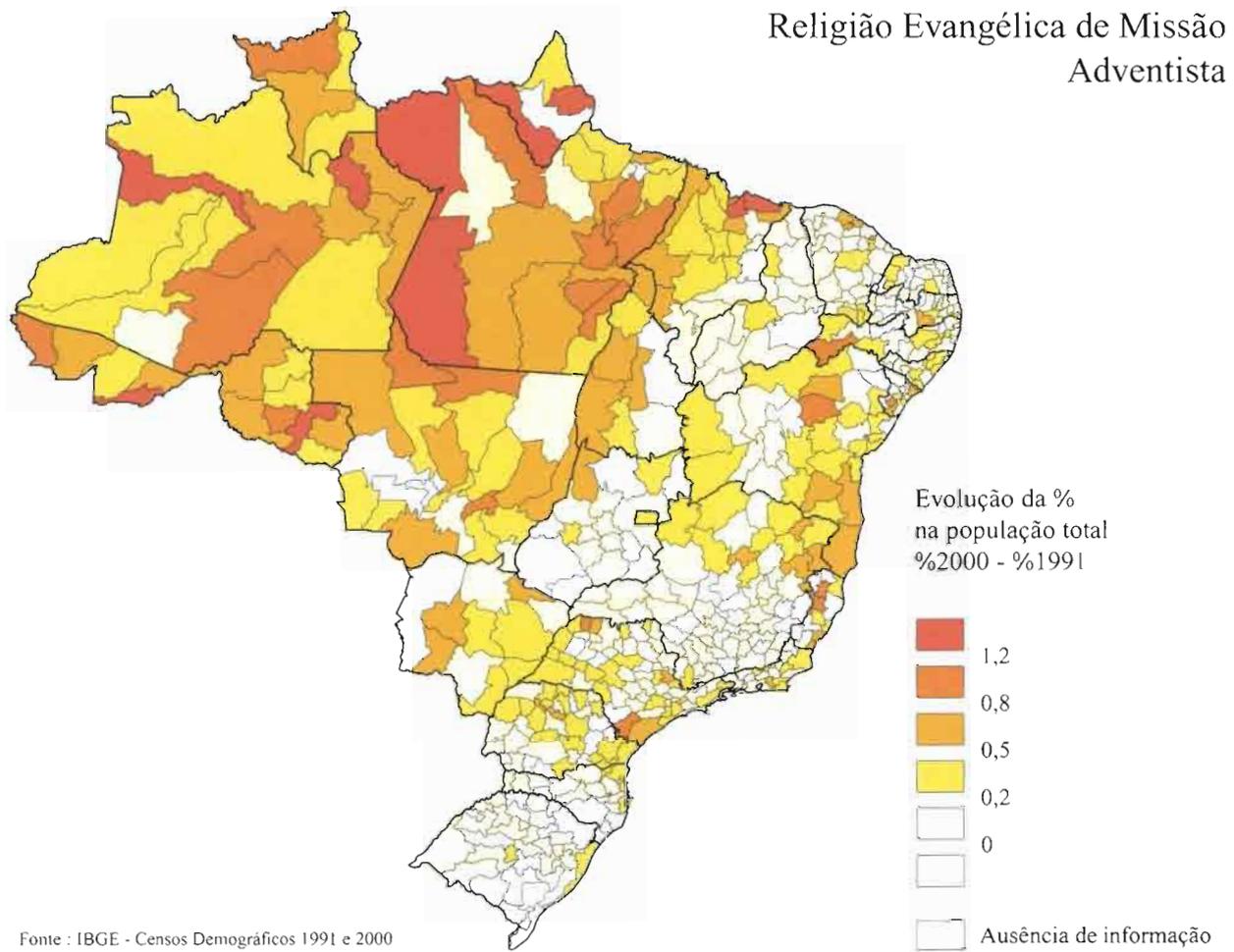


Figura 4.24

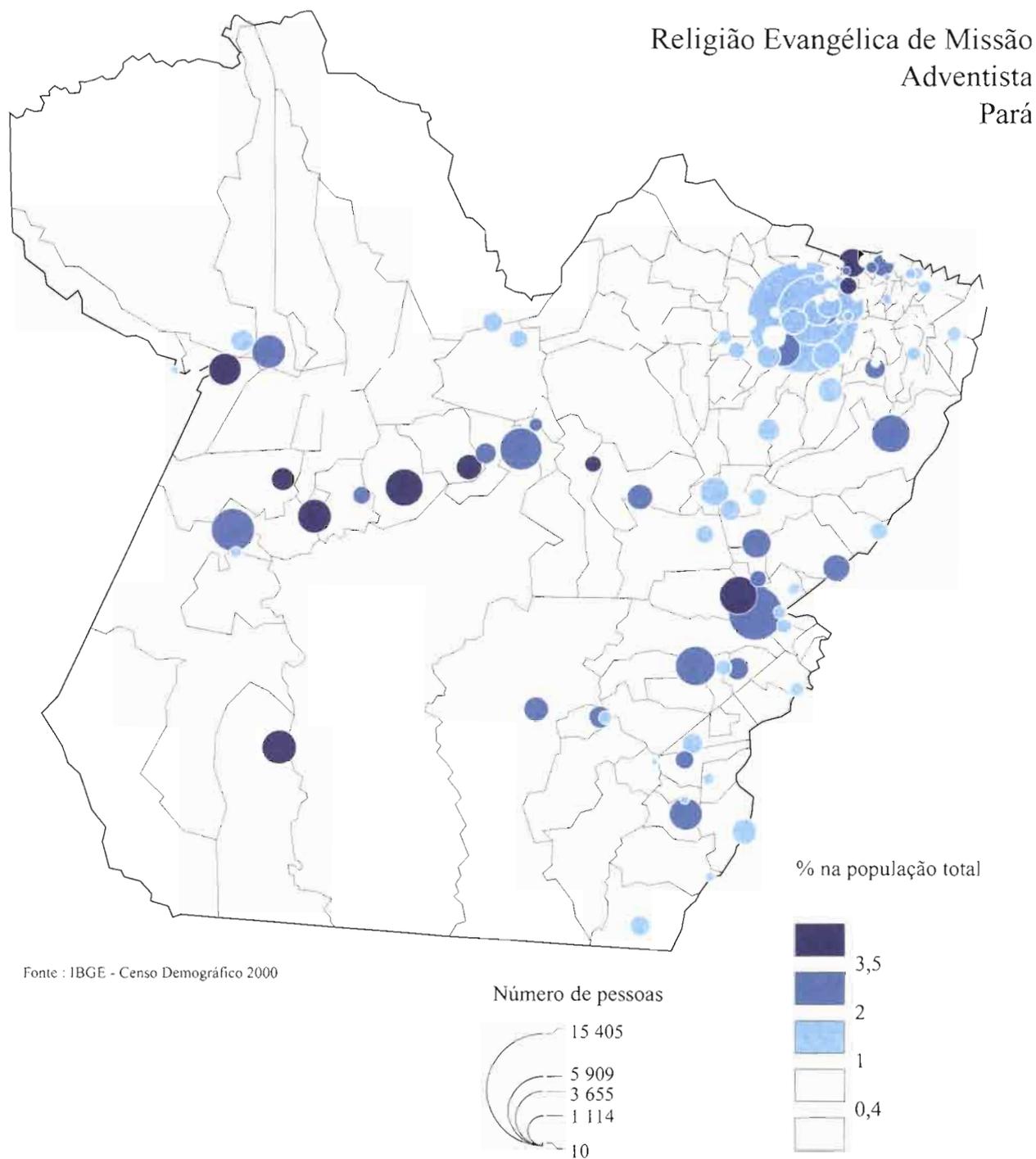


Figura 4.25

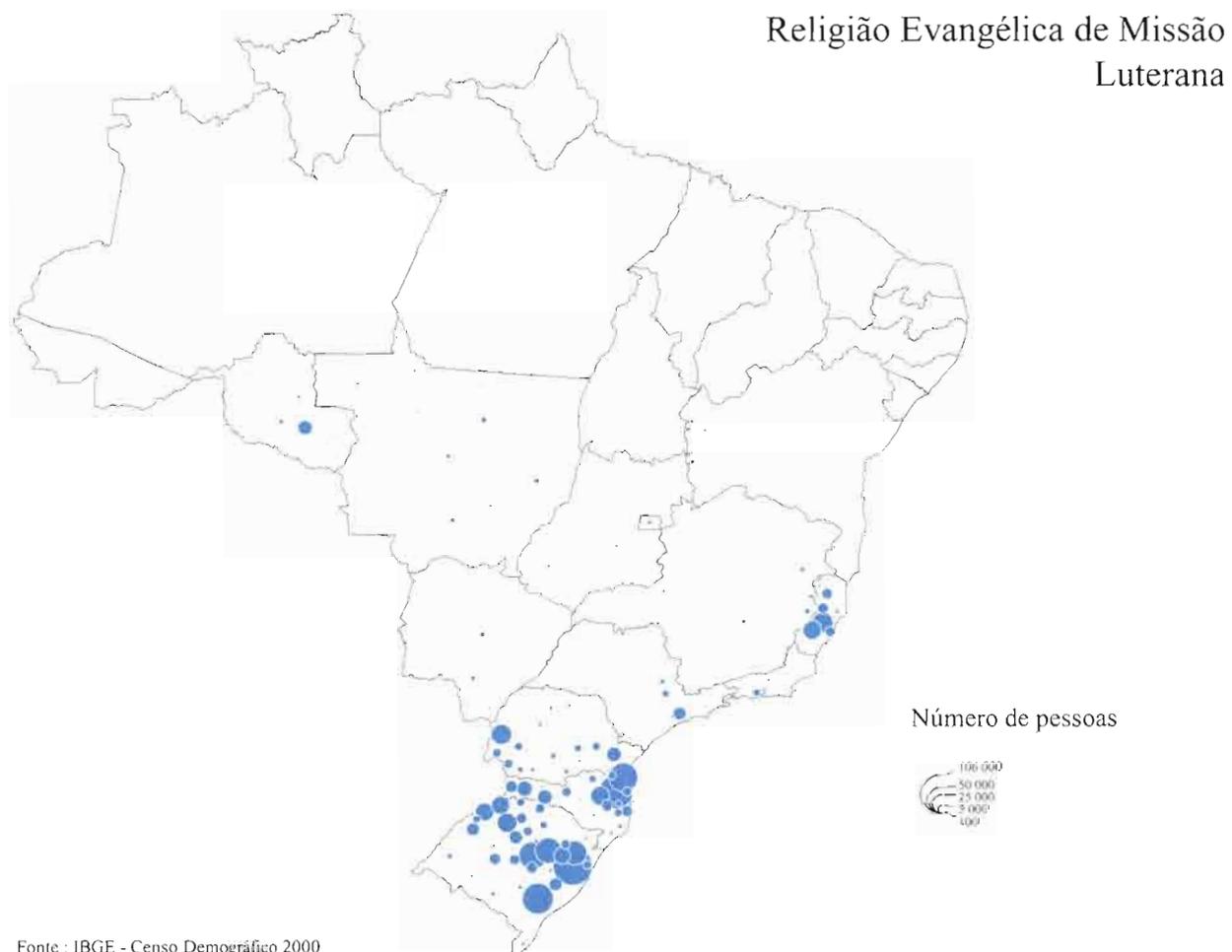


Figura 4.26

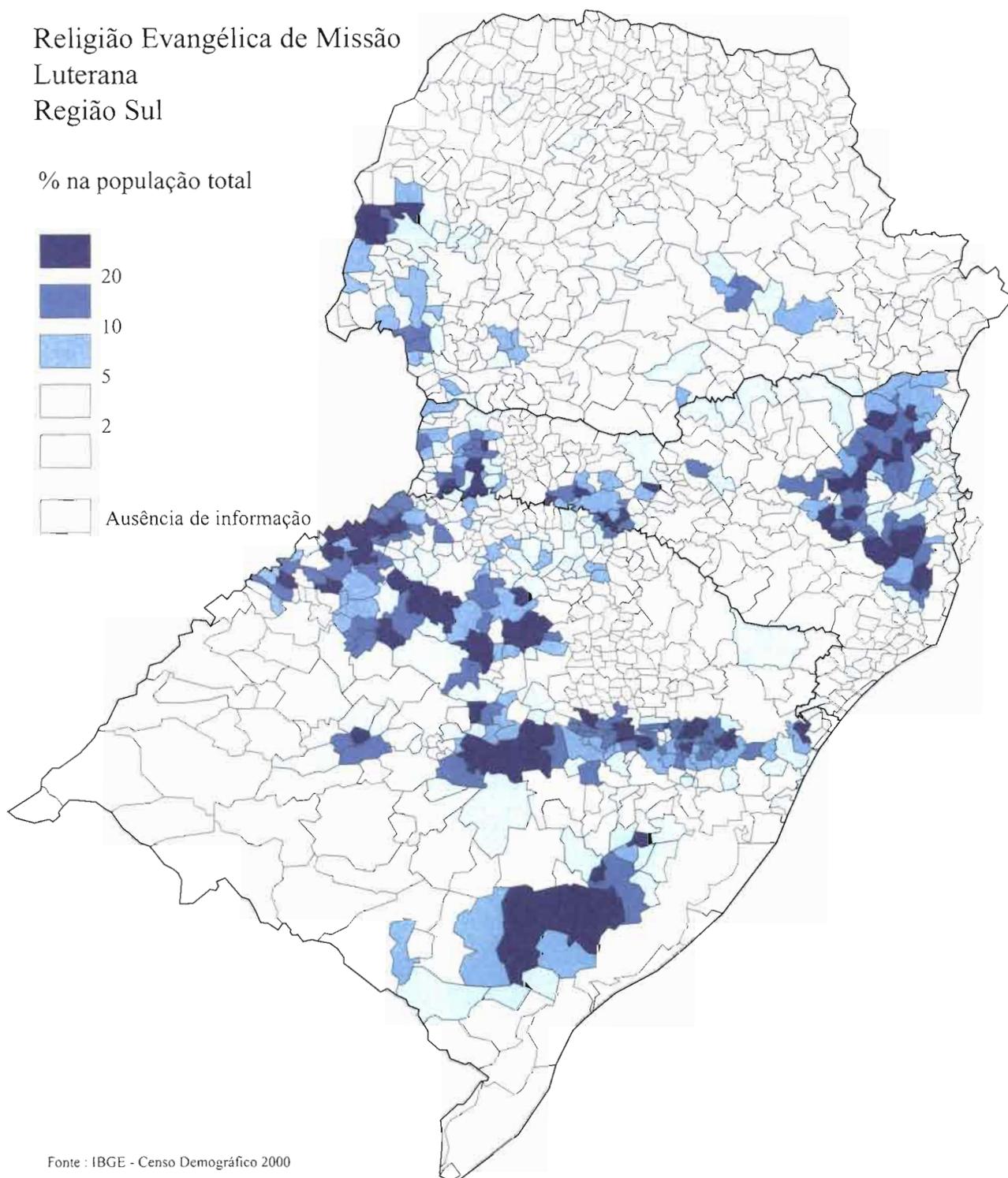


Figura 4.27

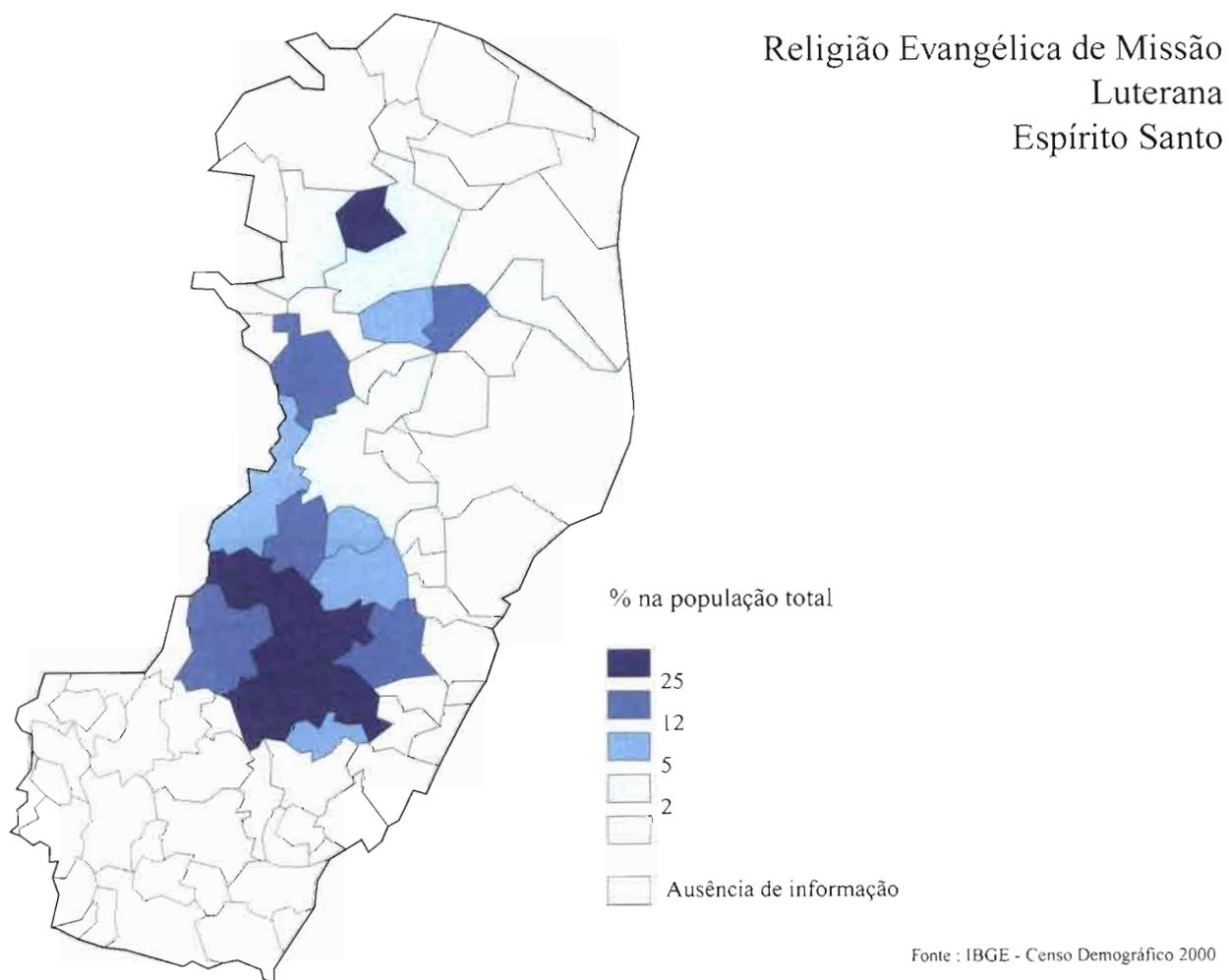
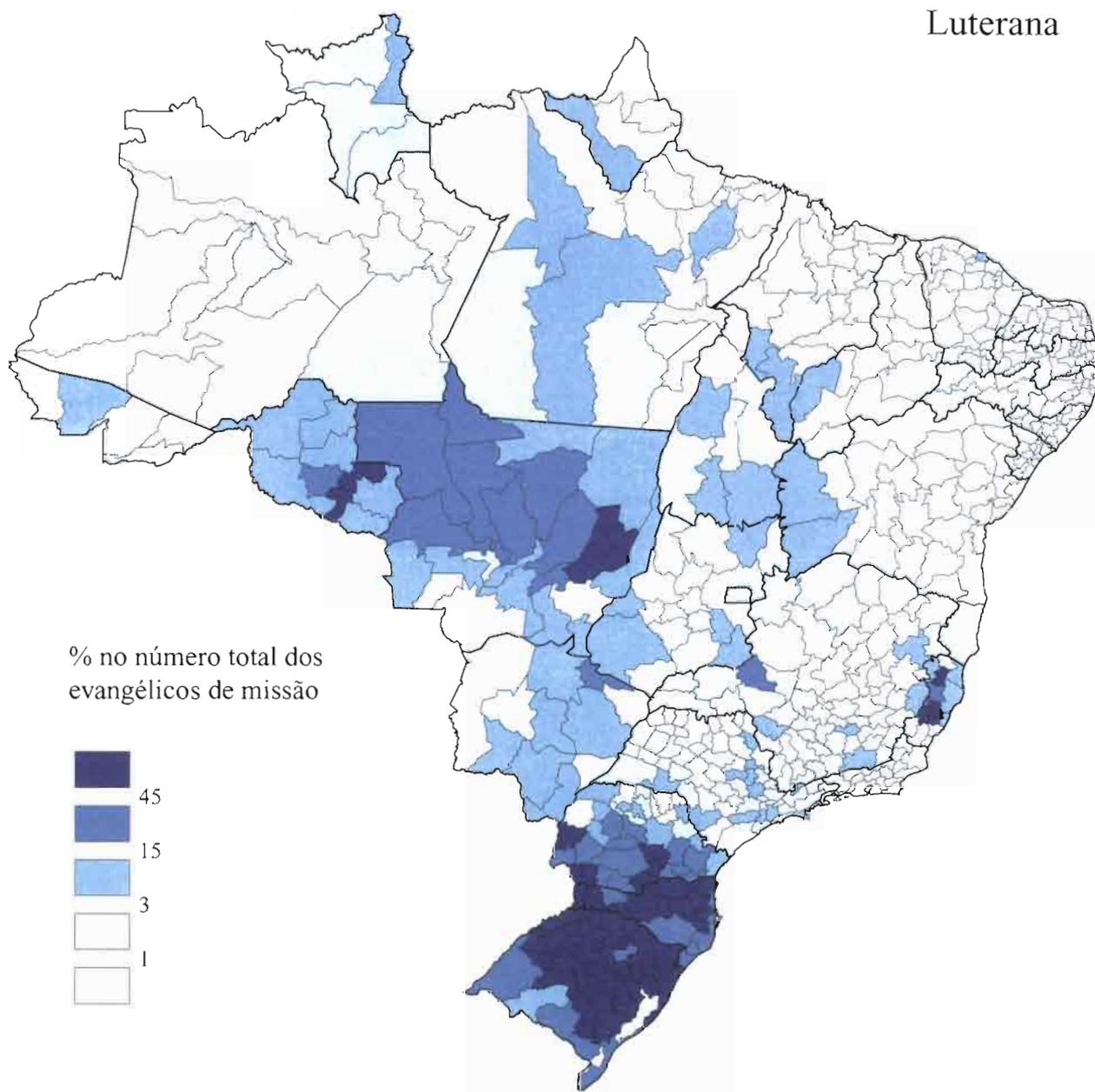


Figura 4.28

Religião Evangélica de Missão
Luterana

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.29

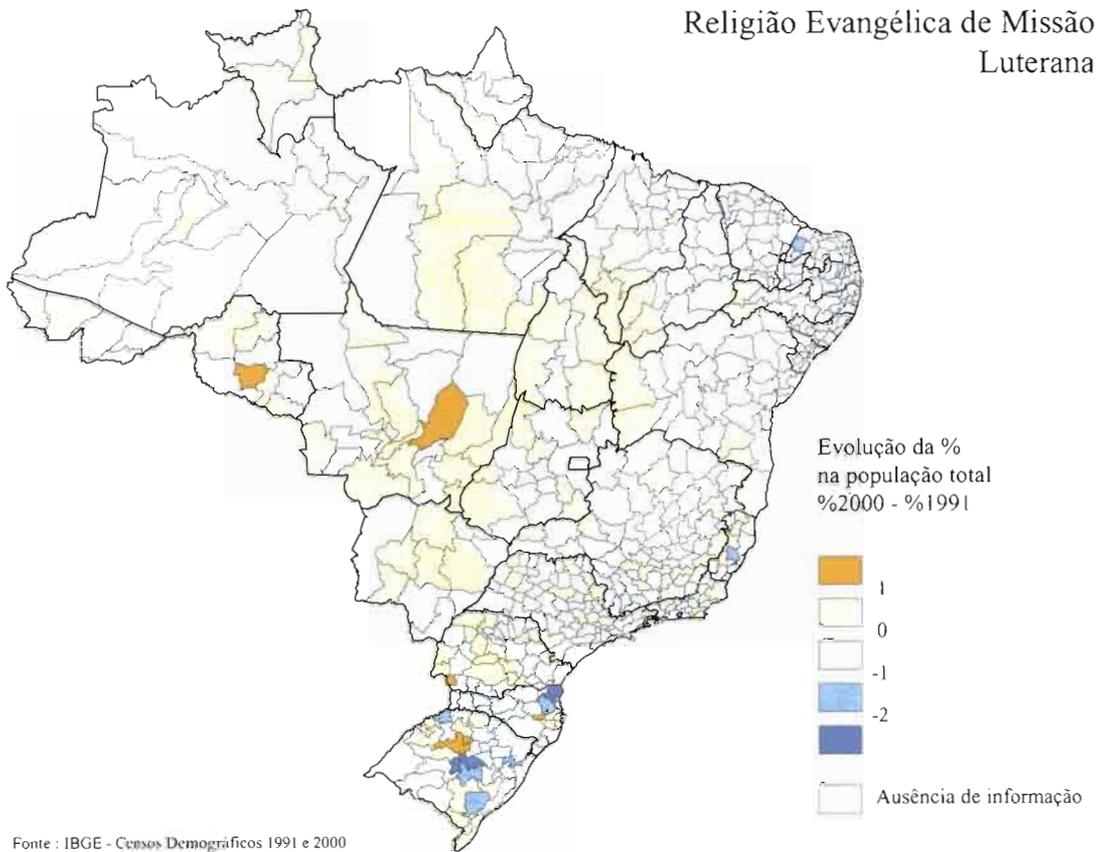


Figura 4.30

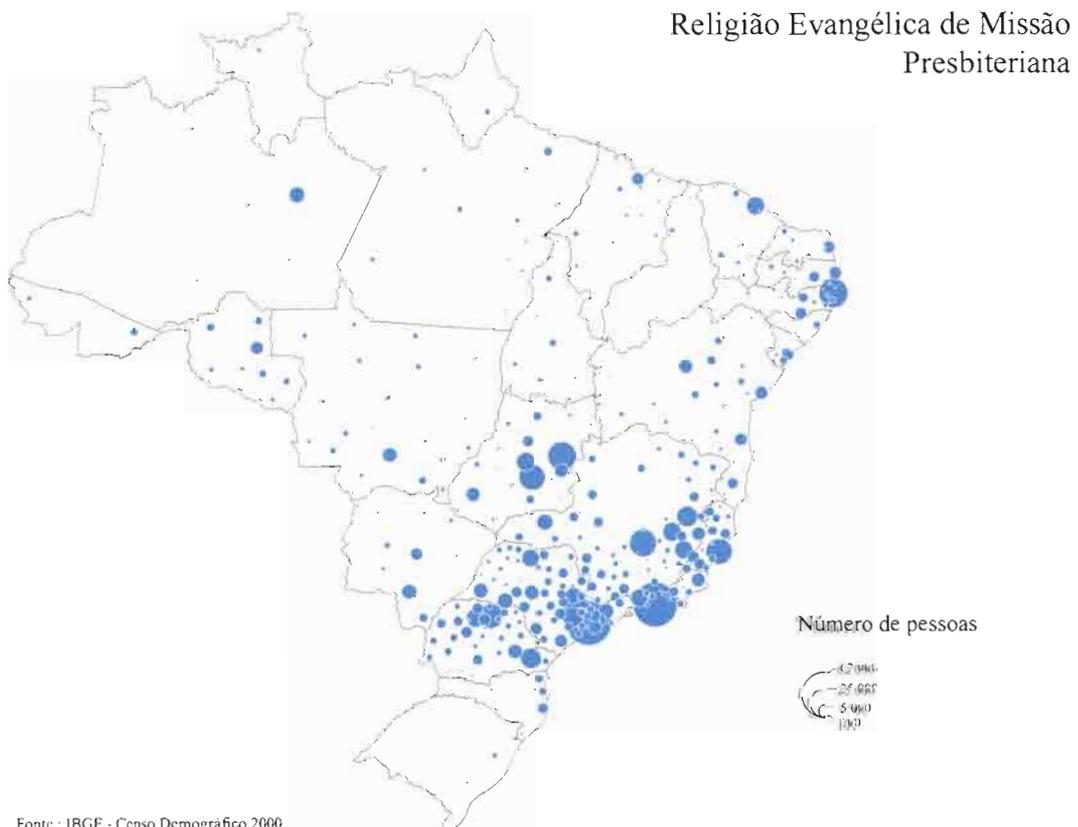
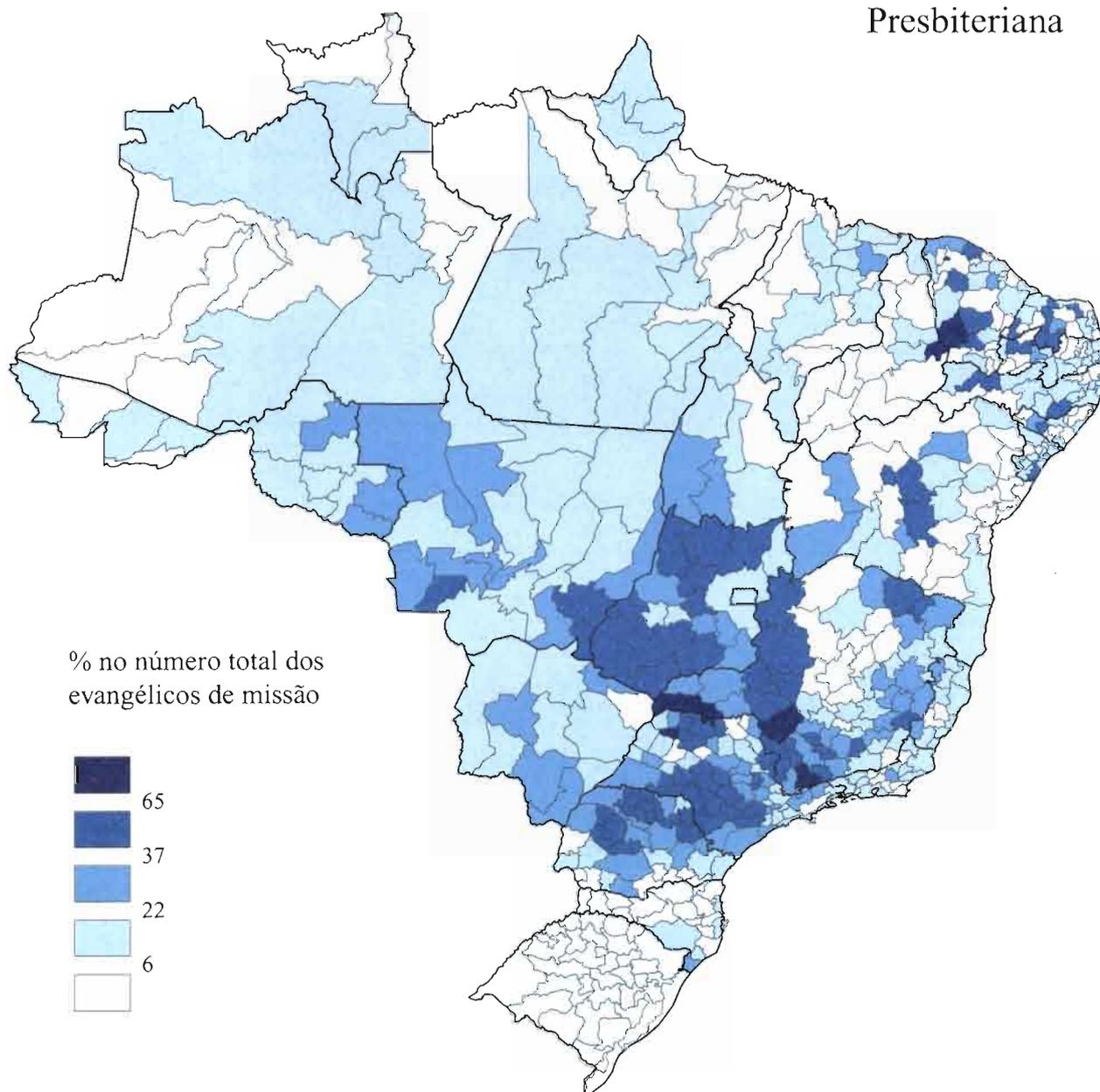


Figura 4.31

Religião Evangélica de Missão Presbiteriana



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.32

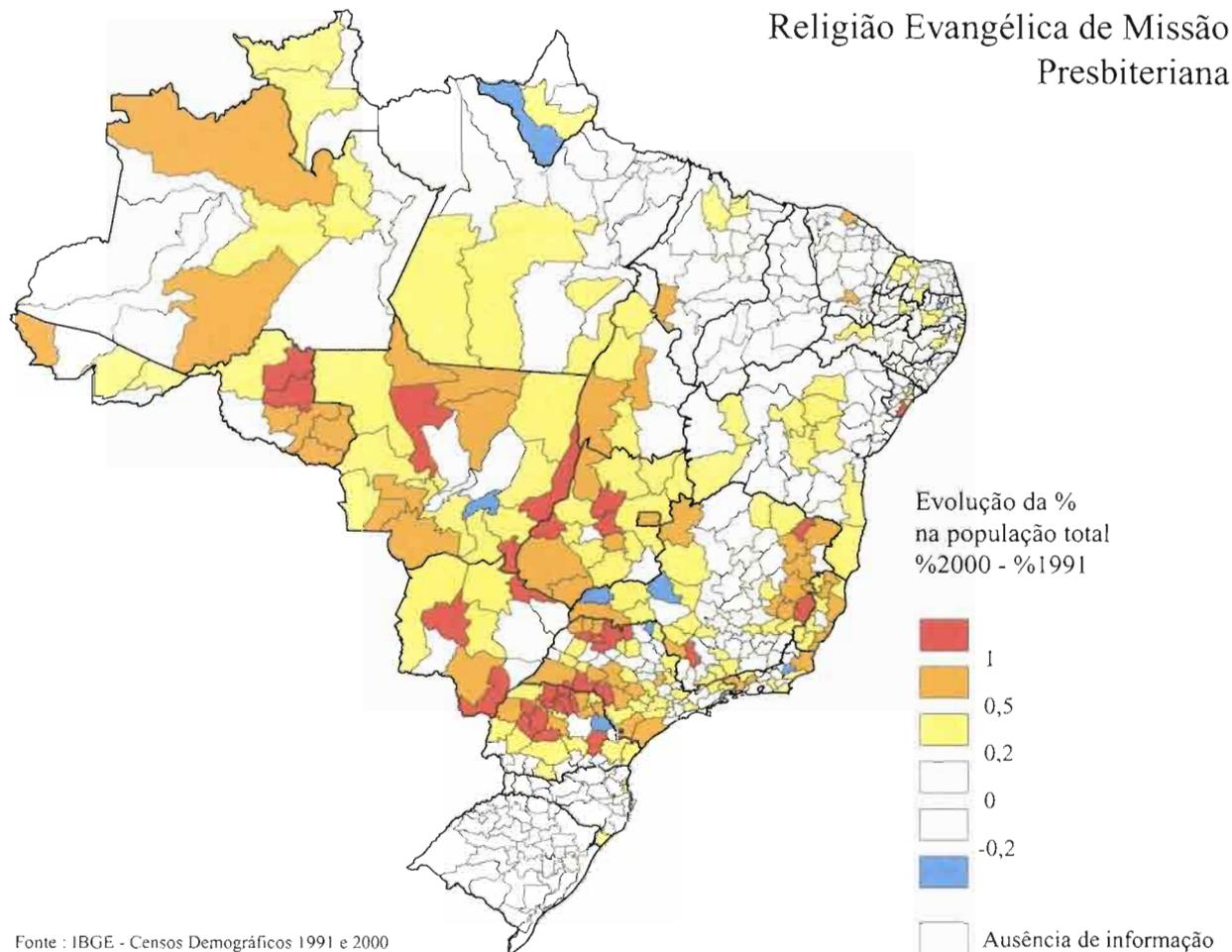


Figura 4.33

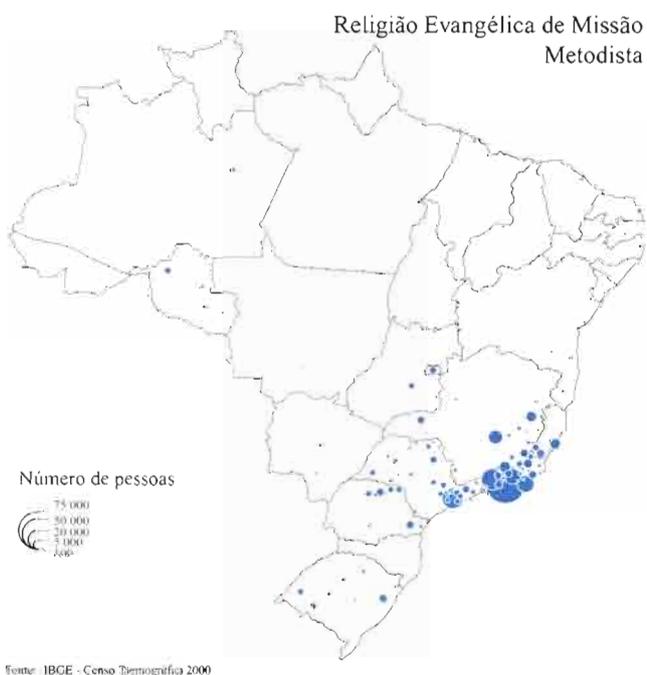
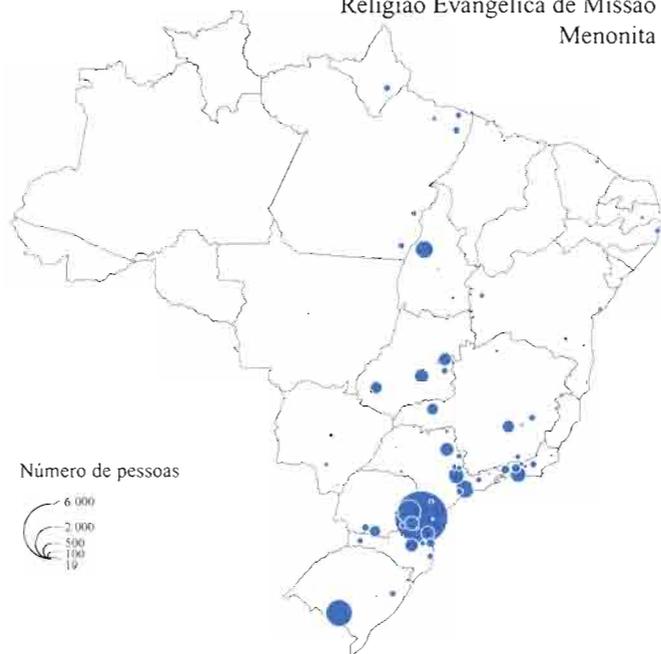


Figura 4.34



Figura 4.35

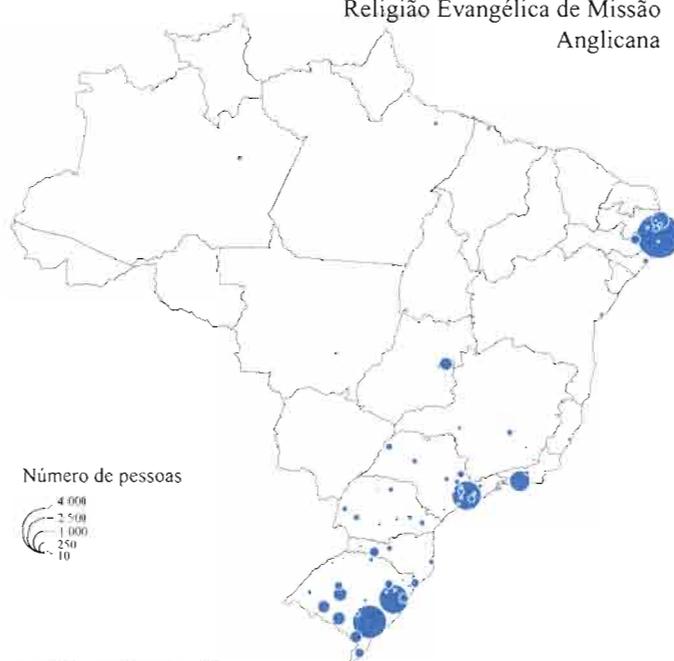
Religião Evangélica de Missão Menonita



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.36

Religião Evangélica de Missão Anglicana



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 4.37

Religião Evangélica de Missão Exército da Salvação



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Capítulo 5

Outras religiões

Além dos principais grupos religiosos – católicos, evangélicos pentecostais e evangélicos de missão – outras religiões são praticadas no país, cujo total representa 4,7 milhões de fiéis, que, no entanto, não chegam a 3% da população brasileira (Tab.4). As religiões judaica e muçulmana, duas das confissões religiosas mais praticadas no mundo, possuem poucos fiéis no Brasil, enquanto outras encontraram aqui um terreno favorável, como o espiritismo, fundado por Allan Kardec no século XIX, e as religiões neocristãs e afro-brasileiras.

Os espíritas

Os espíritas formam um grupo religioso importante, uma vez que eles contam com 2,2 milhões de fiéis. Trata-se basicamente de espíritas kardecistas, cuja localização principal é o estado de São Paulo. Observa-se, nesse estado, uma grande concentração de espíritas na capital, que reúne 340 000 pessoas, e em regiões próximas, como Santos, Campinas e São José dos Campos. Além dessas áreas, eles estão presentes também em microrregiões mais distantes da capital, como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Franca (Fig. 5.01).

Da mesma forma, no estado do Rio de Janeiro, eles existem em maior número na capital, que congrega 270 000 adeptos, e em microrregiões do Vale do Paraíba Fluminense. Já em Minas Gerais, este grupo religioso é mais expressivo em Uberaba e Uberlândia, no Triângulo Mineiro (em função da liderança de Chico Xavier, falecido recentemente), mas também em Belo Horizonte. Cabe destacar ainda pelo número de fiéis, Brasília, Goiânia, Salvador e Recife, além de Porto Alegre e microrregiões da metade-sul do Rio Grande do Sul, de Pelotas a Uruguaiana.

O perfil demográfico e socioeconômico dos espíritas apresenta grandes desvios em relação à média brasileira (entre -100% e +250%), o que é normal, já que esse grupo religioso corresponde a uma reduzida fração da população do país (Fig. 5.02). Do ponto de vista demográfico, os espíritas habitam mais as zonas urbanas do que as rurais, congregam mais mulheres do que homens e pessoas com mais de 31 anos, de cor branca.

Em relação aos aspectos sociais, nota-se que os casamentos dos espíritas são principalmente do tipo “somente civil” e o seu nível de educação é nitidamente superior ao da média nacional, uma vez que os seus membros estão bem representados no segundo grau, na gra-

duação, no mestrado e no doutorado. No que diz respeito às atividades econômicas, os espíritas se destacam pelo trabalho no setor terciário, mas não nos “serviços pessoais”. Na verdade, trata-se de “empregadores” que dispõem de rendimentos muito elevados, o que indica a sua presença entre as camadas mais altas da sociedade.

As religiões afro-brasileiras

O recenseamento distingue duas religiões afro-brasileiras, o Candomblé e a Umbanda, e compreende também a categoria “outras declarações de religiões afro-brasileiras”. Esses três grupos representam cerca de 500 000 habitantes, dos quais 397 000 pertencem à Umbanda.

O Rio de Janeiro, com 113 000 adeptos, concentra o maior número de membros da Umbanda do país (Fig. 5.03). Surpreende, no entanto, o fato de Porto Alegre ser o segundo centro em importância dessa prática religiosa, com mais de 60 000 fiéis, e que a sua influência se estenda ao sul do Rio Grande do Sul. Por fim, São Paulo situa-se em terceiro lugar, com apenas 41 000 membros.

Já o Candomblé conta oficialmente com 118 000 adeptos, o que parece pouco, pelo menos em relação ao peso que lhe é normalmente atribuído como um elemento importante da cultura brasileira. O Rio de Janeiro, com 51 000 fiéis, se destaca no país como o principal centro do Candomblé, seguido por São Paulo e Salvador, que apresentam, no entanto, contingentes bem menos expressivos (Fig. 5.04).

Um outro aspecto que chama atenção é a quase inexistência da Umbanda e do Candomblé no Nordeste. Pode-se imaginar que se trate de uma dificuldade das pessoas recenseadas em declarar suas práticas religiosas paralelas, já que o Censo de 2000 abre esta possibilidade.

Os neocristãos

O grupo dos neocristãos é composto pelas religiões Testemunhas de Jeová, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Mórmons, e pela Legião da Boa Vontade / Religião de Deus.

O perfil demográfico e socioeconômico dos neocristãos apresenta grandes desvios (entre -80% e +100%) em relação à média brasileira (Fig. 5.05). Do ponto de vista demográfico, eles habitam mais as áreas urbanas do que as rurais, incluem mais mulheres do que homens e mais pes-

soas de cor negra. No que diz respeito aos aspectos sociais, nota-se que os casamentos dos neocristãos são basicamente do tipo “somente civil” e o seu nível de educação indica o predomínio do segundo grau.

No que diz respeito às atividades econômicas, os neocristãos se dedicam aos “serviços pessoais” e também ao comércio e à indústria, ocupando nessas atividades as funções de “emprego doméstico” e “empregado”. Em consequência disso, o seu nível de remuneração situa-se entre 3 e 5 salários mínimos.

Dentre as religiões que integram o grupo dos neocristãos, os Testemunhas de Jeová são os mais numerosos, reunindo 1,1 milhões de fiéis que se distribuem por quase todo o território nacional (Fig. 5.06). Seus adeptos se encontram basicamente nas capitais estaduais, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Além das capitais, estão presentes também no interior do estado de São Paulo, no sul da Bahia e no leste de Santa Catarina.

Já o número de Mórmons, cerca de 200 000, é bem inferior ao dos Testemunhas de Jeová, mas, apesar disso, são muito bem distribuídos pelo país, principalmente pelas capitais dos estados (Fig. 5.07). Seus contingentes são mais significativos, no entanto, em São Paulo e nas regiões próximas, além da metade-sul do Rio Grande do Sul.

Por último, a Legião da Boa Vontade, com apenas 12 000 membros, se concentra em boa parte do centro-sul do país, particularmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (Fig. 5.08).

As religiões orientais

No Brasil as religiões orientais compreendem principalmente o Budismo, mas também novas religiões, como a Igreja Messiânica Mundial, Seicho No-Ie, etc. O perfil socioeconômico dos 370 000 adeptos dessas religiões mostra que elas dizem respeito sobretudo às pessoas de origem asiática, com idade superior a 40 anos. Tais características indicam que os fiéis das religiões orientais são pessoas de uma geração mais velha, que ainda conserva a identidade religiosa do seu país de origem (Fig. 5.09). Seu nível de educação é elevado, uma vez que é grande o número de pessoas com graduação, mestrado e doutorado. Quanto às atividades econômicas, se dedicam ao setor terciário e à categoria “empregador”. Observa-se que o nível de rendimento dos seus adeptos é muito mais elevado do que o da média brasileira.

Nesse grupo, são os budistas que reúnem o maior número de pessoas. Como é de se esperar, eles se localizam, sobretudo, na capital de São Paulo e em suas proxi-

midades, mas também no interior do estado (Fig. 5.10). A presença significativa de budistas em São Paulo deve-se ao fato de ali se encontrar a principal colônia asiática da América do Sul.

As novas religiões orientais englobam 151 000 pessoas. Ao contrário do Budismo, elas não estão tão concentradas em São Paulo, embora a sua presença seja muito expressiva nesse estado. O Rio de Janeiro se destaca também pelo número de membros das novas religiões orientais, que se encontram também em outras capitais do país (Fig. 5.11).

O Judaísmo e o Islamismo

O Judaísmo e o Islamismo, duas das três grandes religiões monoteístas nascidas no Oriente Médio, possuem pouca importância no Brasil, uma vez que o recenseamento de 2000 revelou a existência de apenas 87 000 israelitas e 27 000 muçulmanos.

Os perfis socioeconômicos dos israelitas e dos muçulmanos são muito parecidos e ambos apresentam acentuados desvios em relação à média brasileira (Figs. 5.12 e 5.13). Eles têm em comum um alto nível educacional, sendo, no entanto, mais elevado entre os israelitas do que entre os muçulmanos. Observa-se uma forte proporção de empregadores, com rendimentos muito superiores aos da média brasileira, sobretudo no caso dos israelitas. Apesar das semelhanças, notam-se, entretanto, algumas diferenças: o casamento do tipo “somente religioso” se pratica pouco entre os israelitas e mais entre os muçulmanos; as atividades econômicas dos muçulmanos são amplamente voltadas para o comércio, enquanto as dos israelitas dizem respeito mais aos serviços, transportes e administração.

Em relação à sua distribuição espacial, os israelitas vivem quase exclusivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro (Fig. 5.14). Já os muçulmanos se encontram na metade-sul do país, e se concentram, sobretudo, em São Paulo. De fato, é pelo porto de Santos que chegaram os imigrantes da Síria e do Líbano de 1860 até a Primeira Guerra Mundial e, apesar de esses imigrantes serem majoritariamente cristãos maronitas, havia também muçulmanos entre eles (Fig. 5.15). Outro importante núcleo muçulmano no país é Foz do Iguaçu, na fronteira com a Argentina e o Paraguai, lugar de intensa atividade comercial.

As tradições indígenas

O reduzido número de pessoas que declaram possuir tradição indígena (o recenseamento não emprega nes-

te caso a palavra religião) traduz inúmeros fenômenos próprios a essa categoria: o quase desaparecimento de certas etnias, a mestiçagem da população e o sucesso da catequese dos missionários católicos e evangélicos entre os indígenas. Assim as religiões de tradição indígena aparecem apenas residualmente, com 17 000 adeptos. Essas

religiões estão localizadas principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte (Fig. 5.16). Observam-se, assim, dois núcleos em Mato Grosso do Sul, que contam, cada um deles, com um pouco mais de 3 000 pessoas, em Iguatemi e em Dourados. O restante se distribui de forma dispersa por Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas.

Tabela 4
Outras Religiões no Brasil - 2000

Religiões	População
Mediúnica Espírita	2 262 378
Mediúnica Umbandista	397 421
Mediúnica Candomblecista	118 105
Outras religiões afro-brasileiras	9 485
Neo-Cristã / Testemunha de Jeová	1 104 879
Neo-Cristã / Mórmon	199 641
Neo-Cristã / LBV	12 115
Oriental Budista	214 861
Oriental Messiânica - Seicho No Ie	151 082
Hinduísmo	2 908
Judaica ou Israelita	86 819
Islamismo	27 233
Esotérica	58 443
Espiritualista	25 892
Indígena	17 092
Total	4 688 354

Fonte: Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Figura 5.01

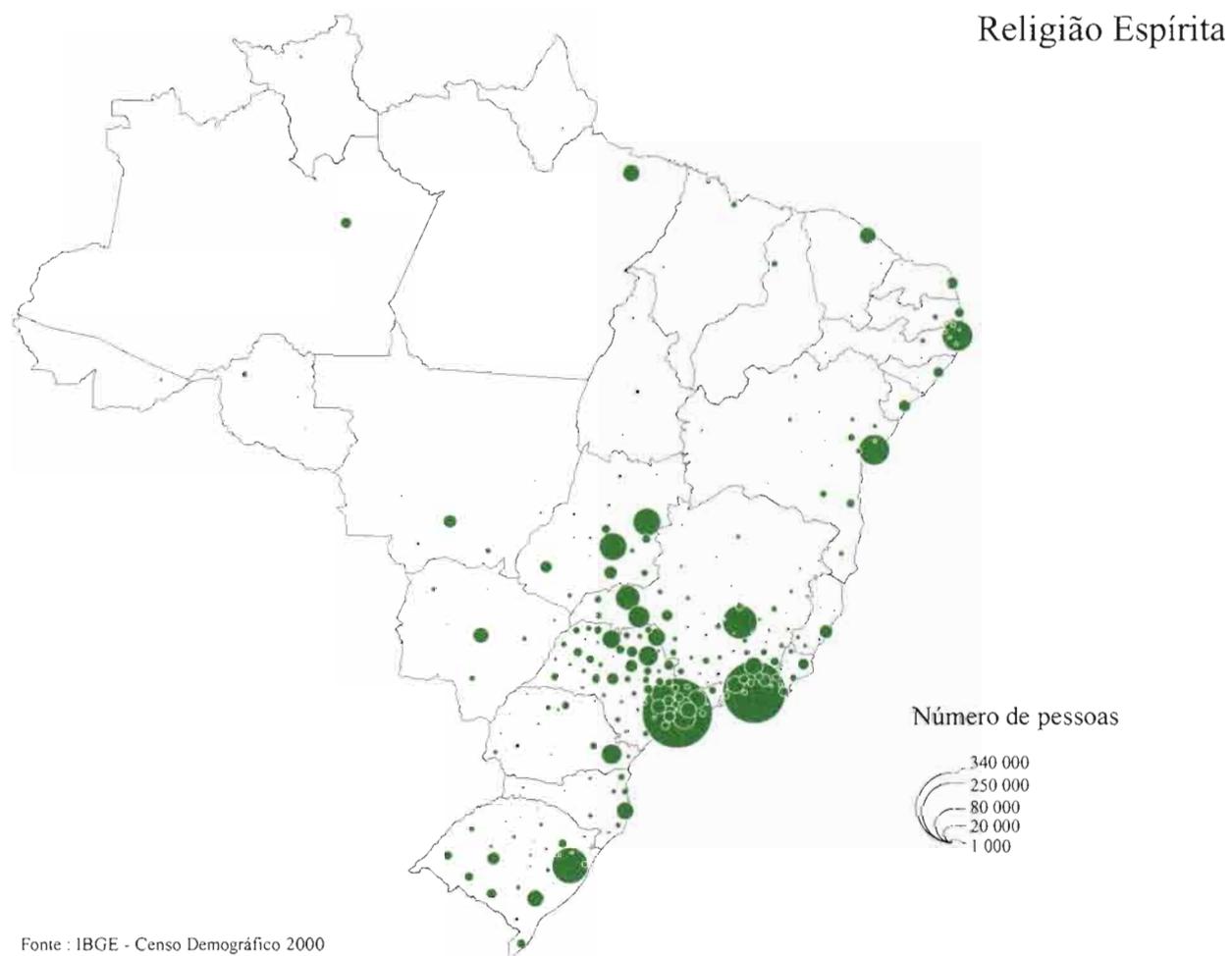
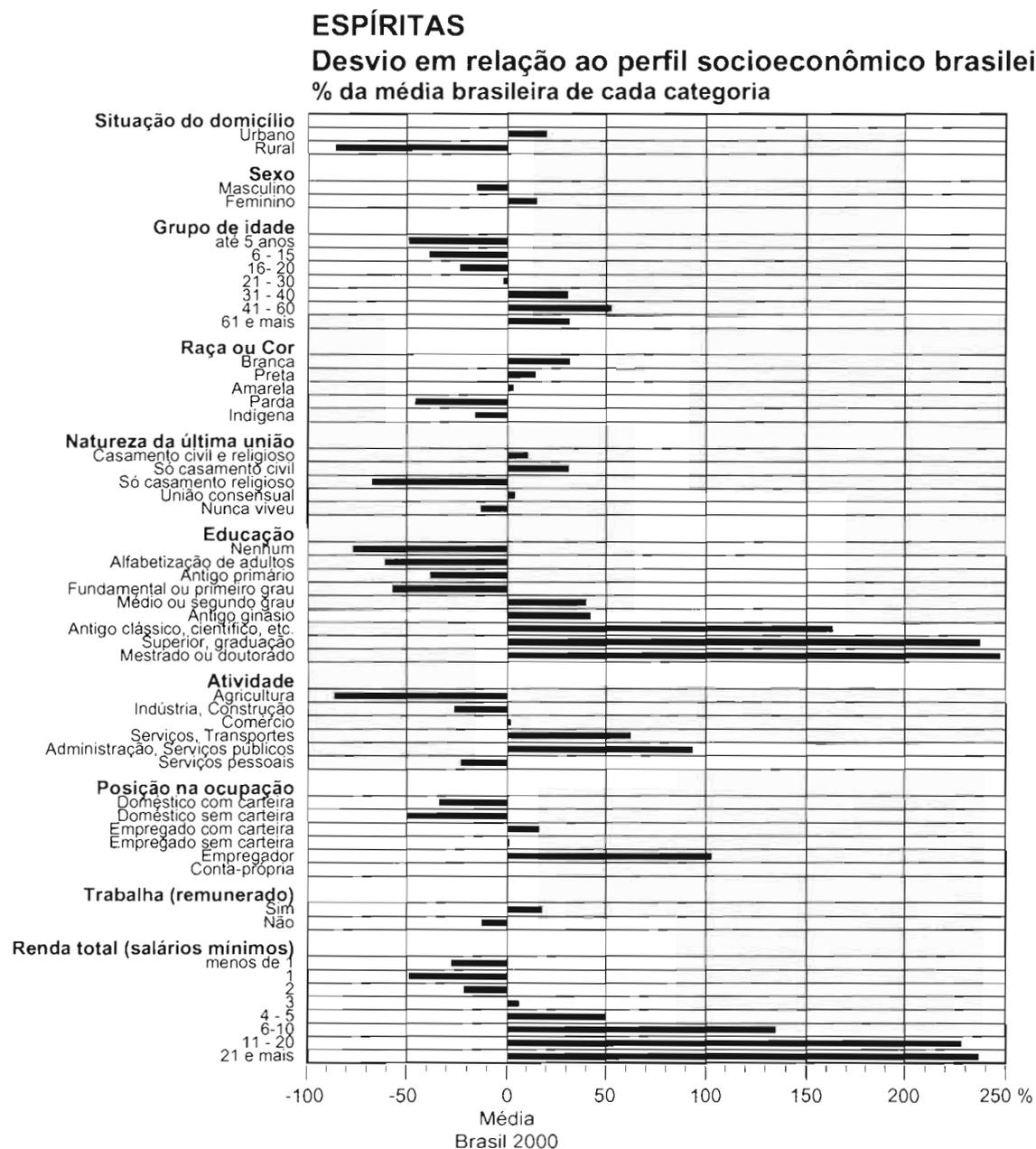


Figura 5.02



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.03

Religião Umbandista

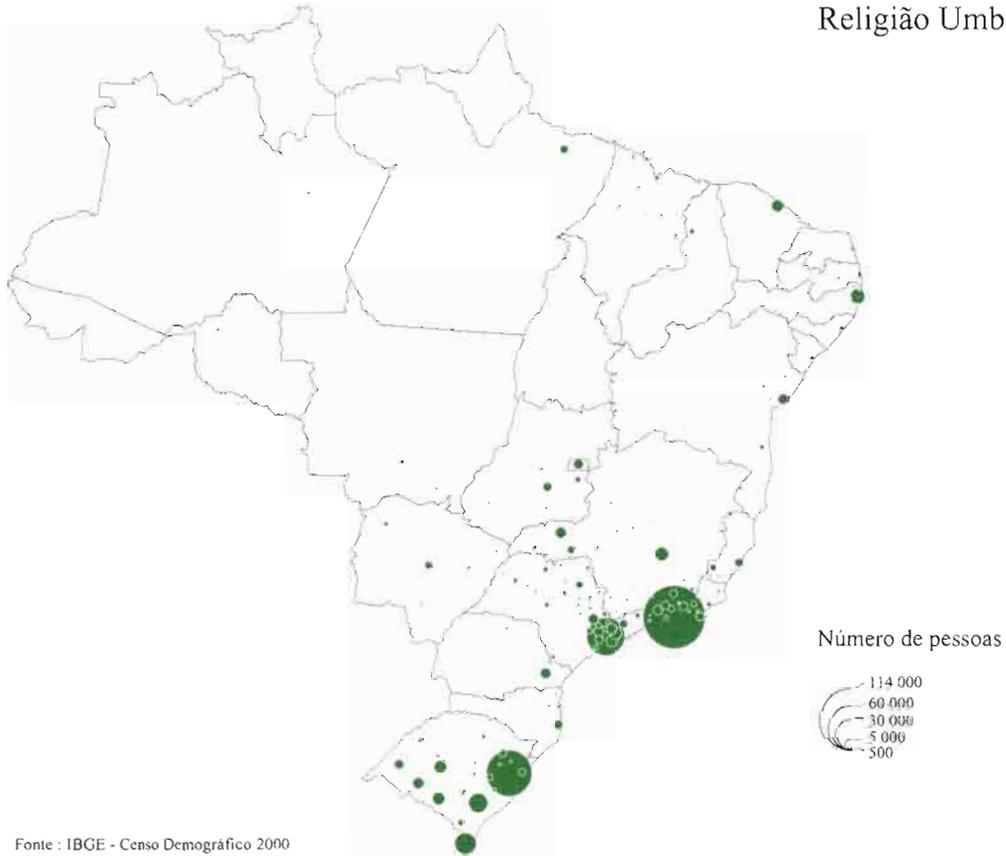


Figura 5.04

Religião Candomblecista

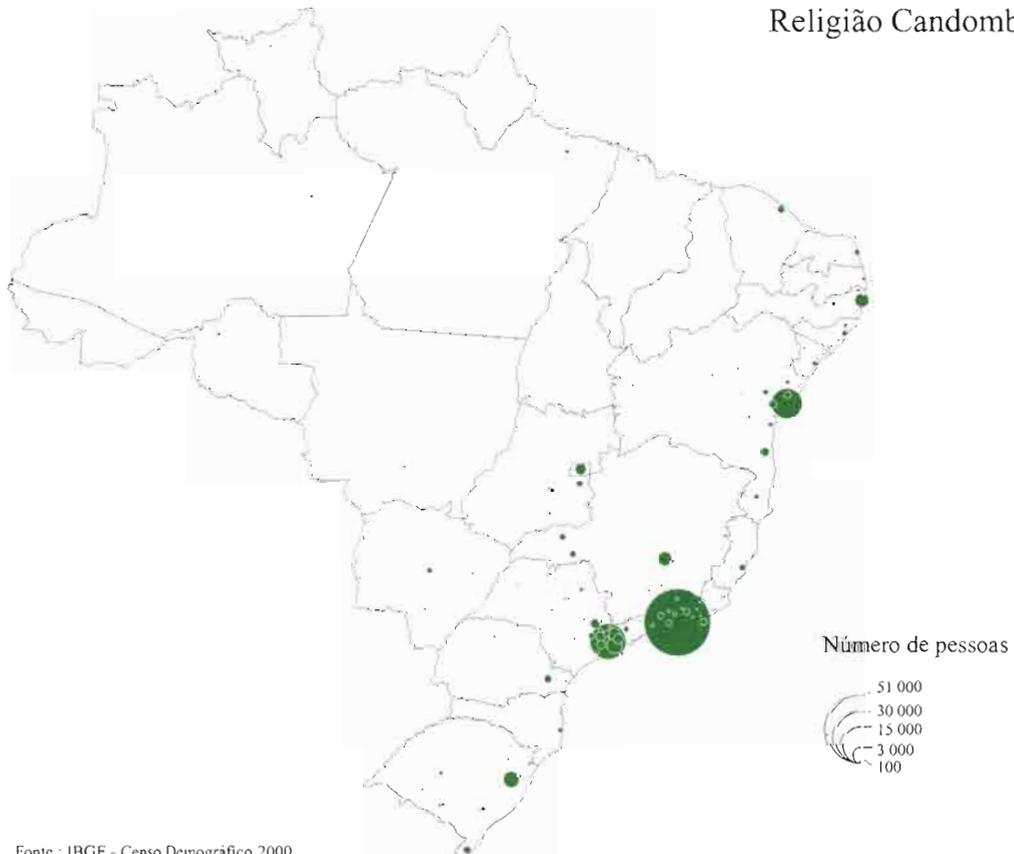
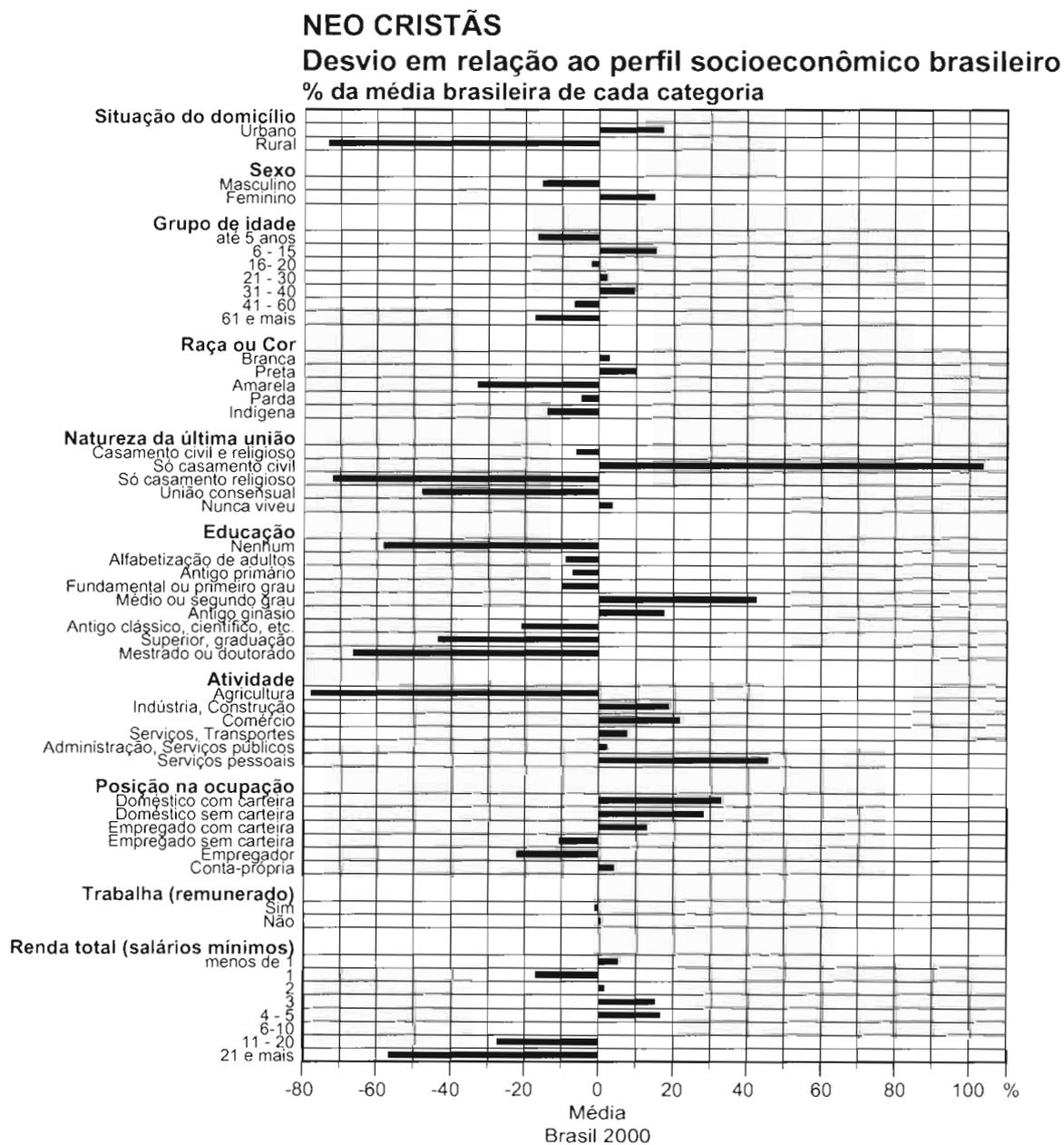


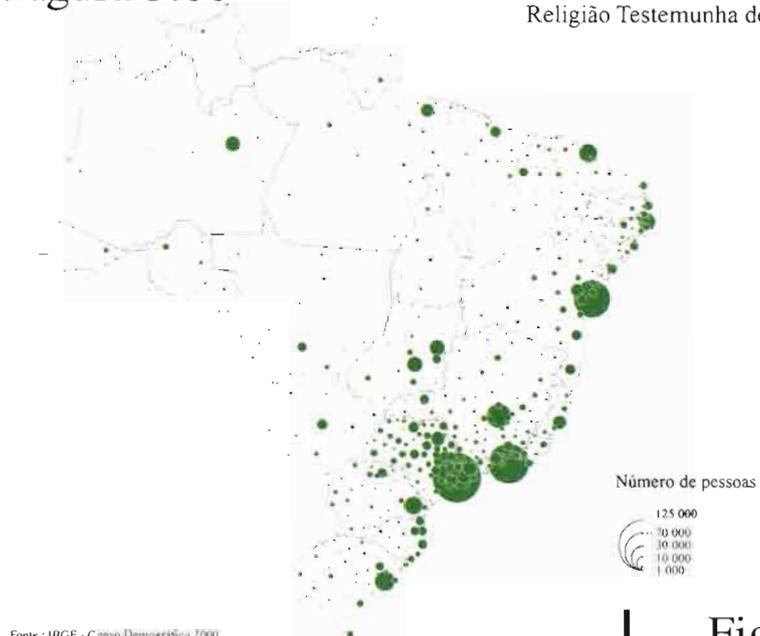
Figura 5.05



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.06

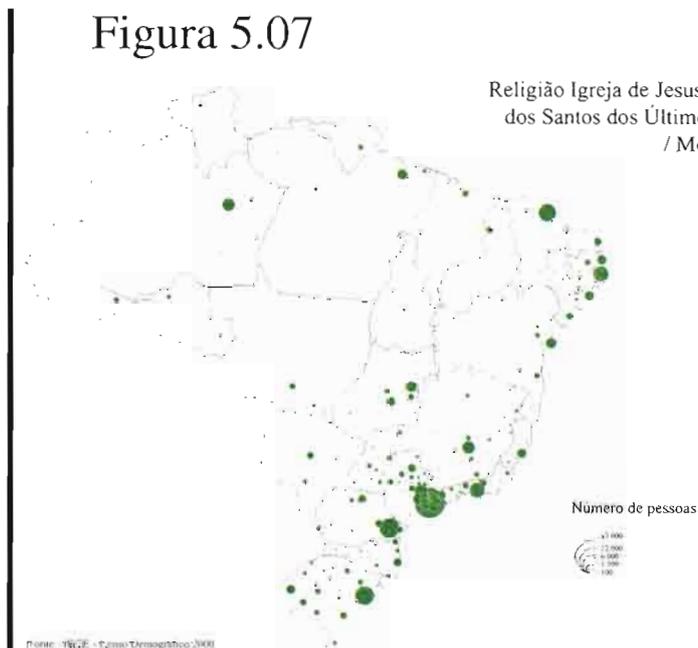
Religião Testemunha de Jeová



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.07

Religião Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias / Mórmons



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

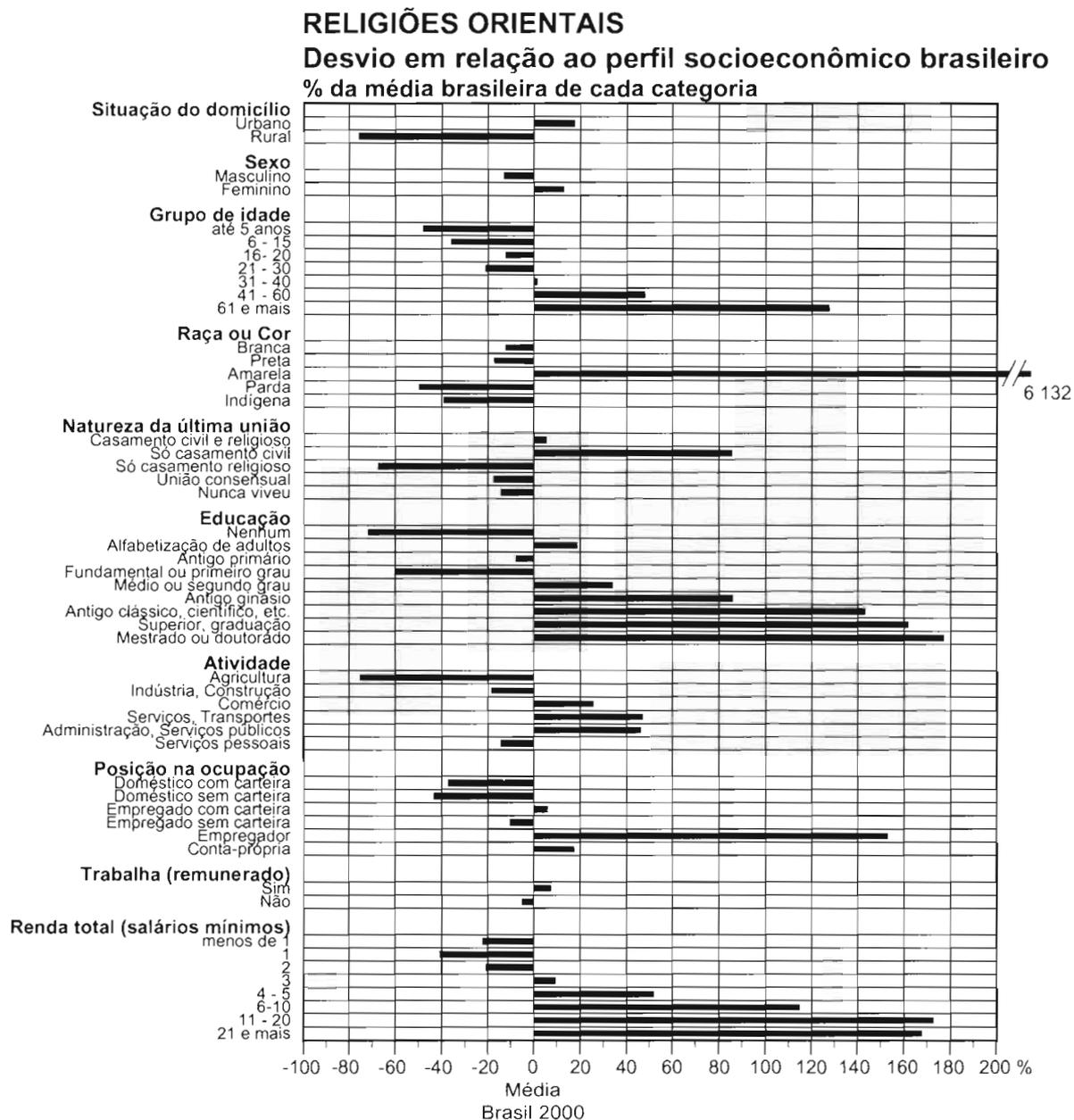
Figura 5.08

Religião Legião da Boa Vontade / Religião de Deus



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.09



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.10

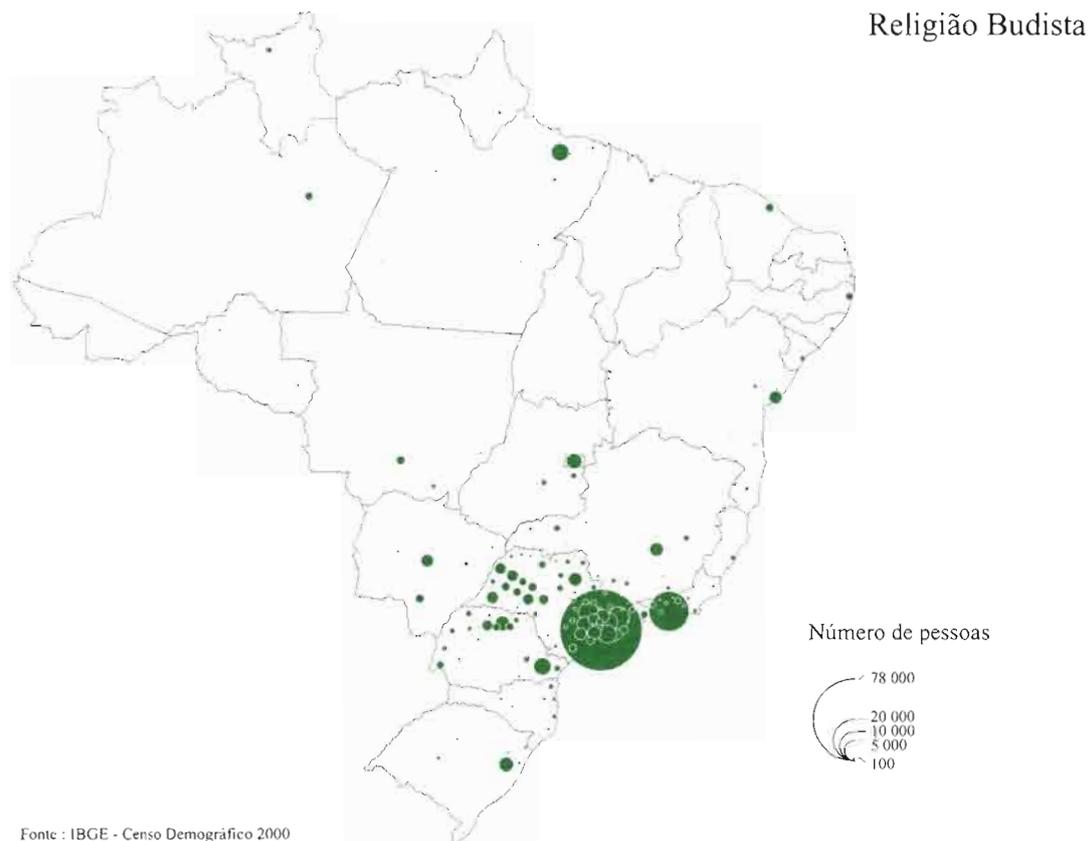


Figura 5.11

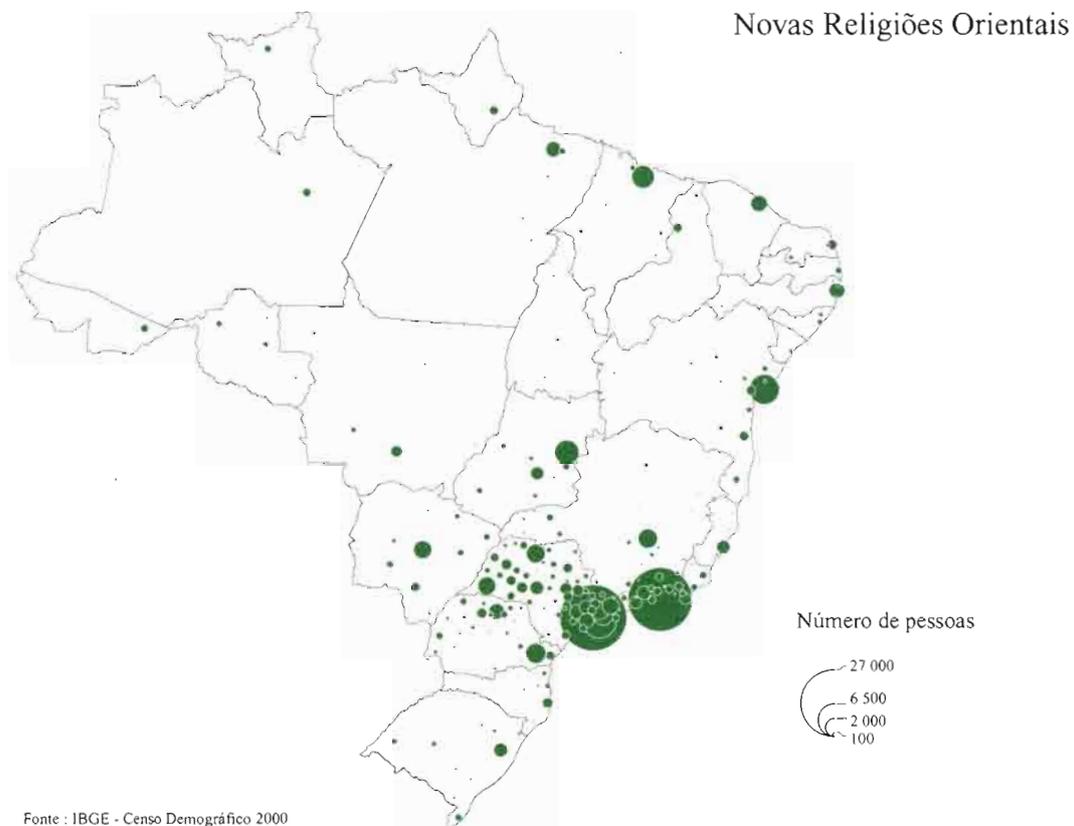
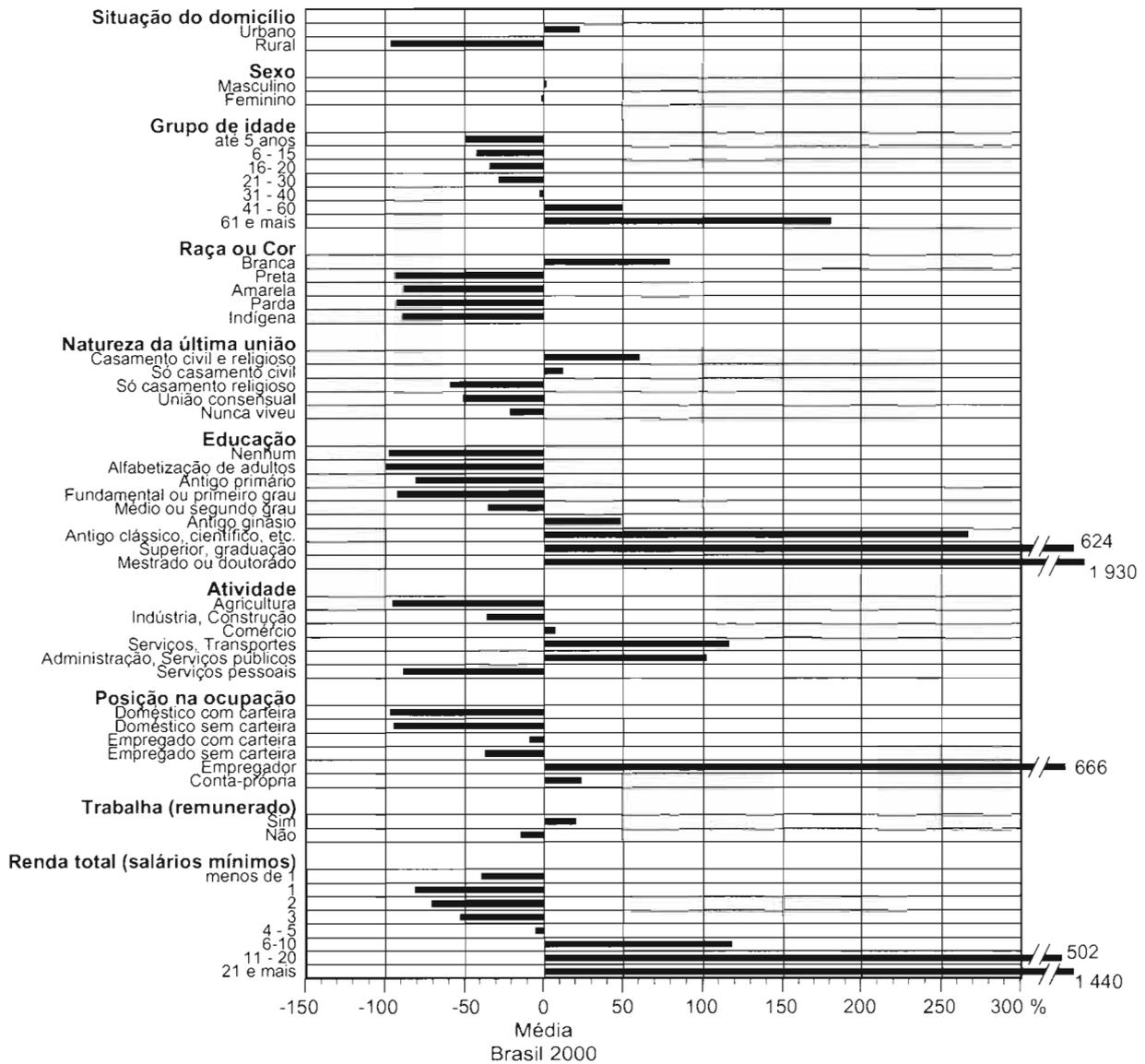


Figura 5.12

JUDAÍSMO

Desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro
 % da média brasileira de cada categoria

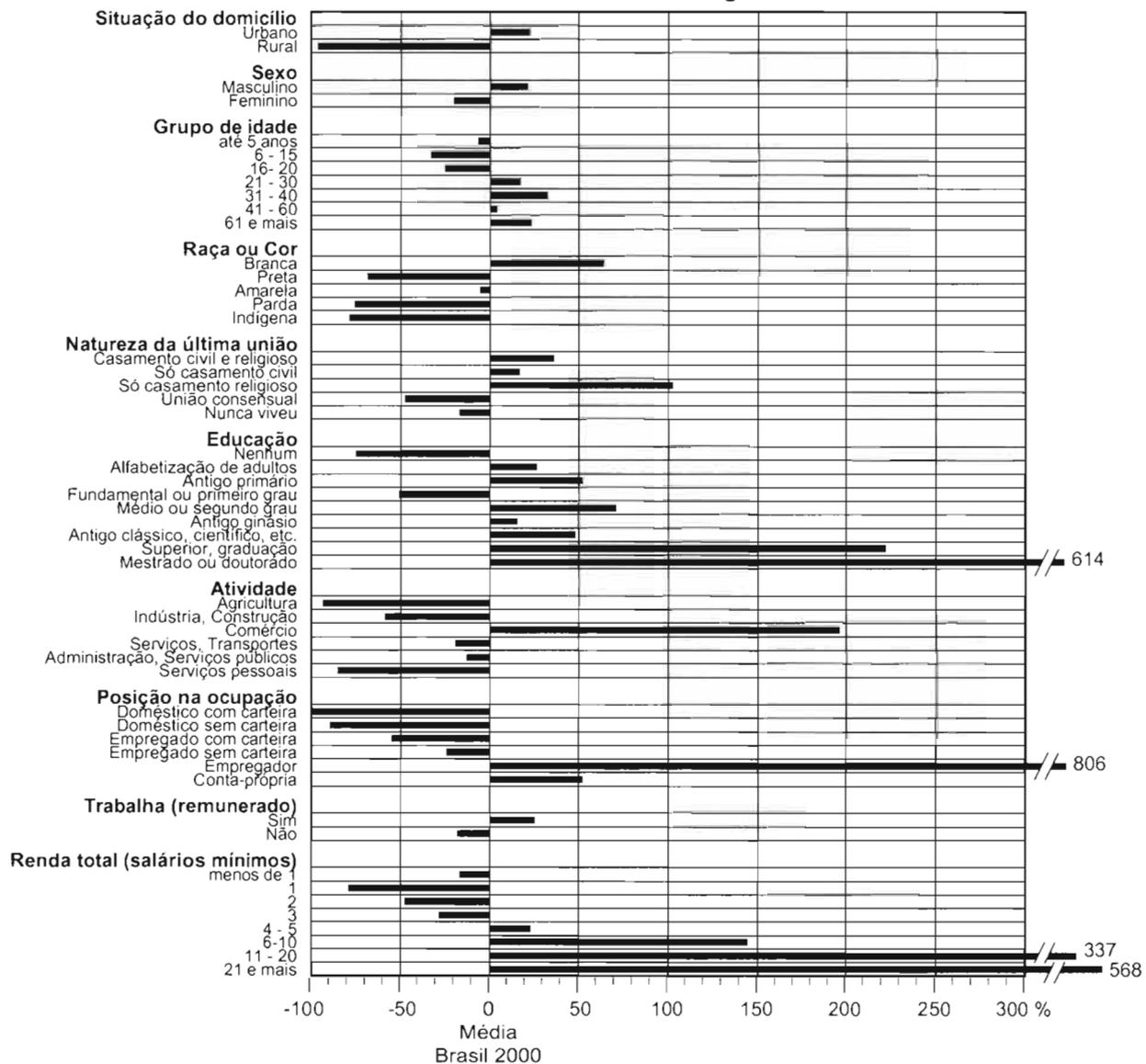


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.13

MUÇULMANOS

Desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro
 % da média brasileira de cada categoria



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 5.14
Religião Judaica



Figura 5.15
Religião Islâmica

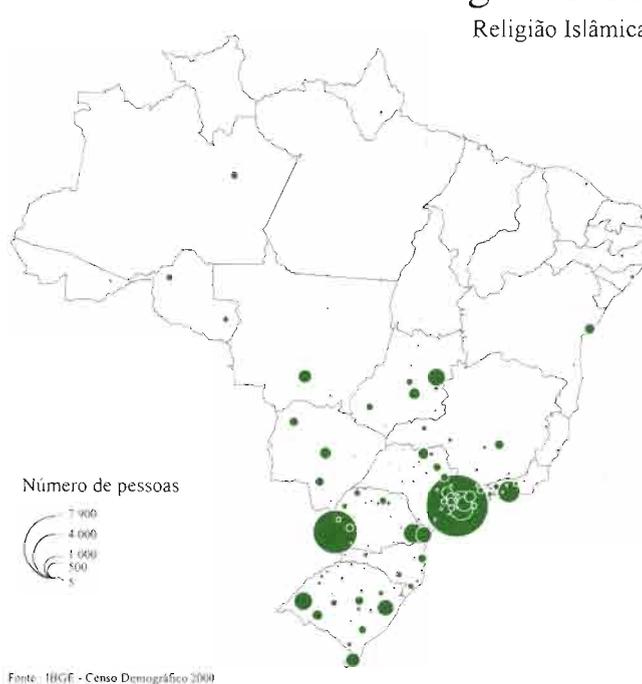


Figura 5.16
Tradições Indígenas



Capítulo 6

Os “sem religião”

O número de pessoas que se declaram sem religião encontra-se em constante crescimento no Brasil: 700 000 em 1970, 2 milhões em 1980, 7 milhões em 1991 e 12,5 milhões em 2000 (Tab. 1). Assim, o aumento observado entre 1991 e 2000 é excepcional, representando uma variação de 5,5 milhões de habitantes. No entanto, se fosse corrigido pela taxa de crescimento demográfico, o aumento dos “sem religião” seria da ordem de 4,4 milhões de pessoas, ou seja, menor do que o ocorrido entre 1991 e 2000, o que significa uma variação superior à taxa de crescimento demográfico do país. Em consequência, esta categoria ocupa o terceiro lugar no Brasil, em relação às declarações do Censo de 2000, situando-se após os católicos e os evangélicos pentecostais.

Uma tal evolução traz sérios problemas de interpretação. Observamos de imediato que esse crescimento resulta, além do aumento do número de habitantes, de dois movimentos opostos: de um lado, a inclusão nessa categoria de pessoas que abandonaram sua religião e não abraçaram uma nova; e de outro, a exclusão dessa categoria de pessoas que se declararam sem religião no recenseamento de 1991 e que, por ocasião do Censo de 2000, haviam adotado uma nova confissão de fé. Infelizmente, não é possível avaliar a amplitude de cada um desses movimentos, através dos dados censitários, uma vez que seria preciso seguir um grupo de indivíduos, através dos recenseamentos, o que é proibido pelo caráter confidencial das informações levantadas pelo Censo.

Além disso, pode-se pensar que o fato de um indivíduo se declarar sem religião não significa, *ipso facto*, que ele seja ateu. Apesar dessa tendência, não se deve desconhecer também a religiosidade do povo brasileiro, no sentido mais amplo do termo. Assim, sem dúvida, uma fração importante das pessoas que se dizem sem religião acredita em Deus, sem participar, no entanto, das instituições religiosas e sem se sentir pertencendo a uma comunidade confessional. Nesse sentido, mais do que o crescimento do ateísmo, trata-se, ao que tudo indica, de um enfraquecimento das religiões como instituições.

A localização da população sem religião em 2000 acompanha a dos principais centros urbanos do país (Figs. 6.01 e 8.01): o Rio de Janeiro aparece em primeiro lugar, seguido por São Paulo, Salvador e Recife. Observa-se, ainda, que as regiões próximas dessas grandes cidades apresentam também números expressivos de pessoas sem religião. Nas outras capitais, porém, os efetivos se mostram mais fracos. Nota-se, entretanto, contingentes

significativos no interior da Bahia e, de maneira menos acentuada, no oeste do Maranhão e no leste do Pará. Esse fenômeno está presente também, embora em menores proporções, no interior de São Paulo e no extremo sul do Rio Grande do Sul.

Ainda que o aumento do número de pessoas sem religião ocorra em todo o território nacional, a distribuição das suas porcentagens (Fig. 6.02) apresenta grandes contrastes que lembram o mapa da diversidade religiosa (Fig. 2.03). Assim, observa-se uma faixa contínua com elevados percentuais, ao longo do litoral, desde o Rio Grande do Norte até o Paraná. O estado da Bahia, porém, apresenta proporções mais altas dos “sem religião” em quase todo o seu território.

Esse fenômeno adquire ainda uma grande dimensão nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Observa-se, no entanto, algumas diferenças em relação ao mapa da diversidade, pois sobretudo a calha do rio Amazonas e o norte do Pará apresentam proporções relativamente pequenas de pessoas sem religião, apesar de a diversidade ali ser elevada. Isto significa que outras religiões, como a Assembléia de Deus, a Batista e a Adventista, vêm tomando o lugar da Igreja Católica. Já o sul do Piauí, boa parte do Ceará e da Paraíba, áreas com forte tradição católica, possuem reduzidas porcentagens de pessoas sem religião. Este também é o caso de praticamente todo o estado de Minas Gerais, do sul do Paraná, de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul.

Ao se analisar a diferença entre os percentuais de 2000 e os de 1991, verifica-se que as porcentagens de pessoas sem religião cresceram principalmente em Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Maranhão, Bahia e, em menores proporções, na Região Centro-Oeste (Fig. 6.03). Em contrapartida, na maior parte da Região Sudeste, onde os efetivos são muito elevados, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, a situação se manteve relativamente estável desde 1991.

O perfil demográfico e socioeconômico das pessoas sem religião

As pessoas sem religião residem sobretudo nas cidades e são principalmente do sexo masculino (Fig. 6.04). Trata-se fundamentalmente de adolescentes (16 a 20 anos) e adultos jovens (21 a 30 anos), que abrangem todos os grupos de “raça ou cor”, com exceção dos brancos.

As pessoas que se declaram sem religião são as que mais escolhem a “união consensual”, ficando as outras formas abaixo da média, a não ser o casamento do tipo “somente civil”. O nível de educação revela grandes diferenças: de um lado, há pessoas sem nenhuma instrução ou com primeiro grau, e de outro, há indivíduos com título de mestrado ou doutorado, o que explica, naturalmente, a existência de salários muito baixos e também muito elevados. Os “sem religião” trabalham mais do que a média brasileira nas atividades industriais, no comércio e nos serviços, mas se observa, no entanto, uma forte proporção de empregados sem carteira de trabalho.

As pessoas sem religião nas regiões metropolitanas

De um modo geral, as pessoas sem religião se localizam nas periferias das regiões metropolitanas. Trata-se, neste caso, de populações de nível socioeconômico bastante baixo, e por isso não é de se estranhar que se encontrem, muitas vezes, nas mesmas áreas em que se localizam os pentecostais. De fato, as pessoas pobres e marginalizadas das grandes cidades se constituem no alvo privilegiado do proselitismo pentecostal, que procura conquistá-las com promessas de novas formas de participação na vida social.

Assim, a localização simultânea de pessoas sem religião e de pentecostais é evidente em Belém (Fig. 6.05), Salvador (Fig. 6.06), Vitória (Fig. 6.07), Rio de Janeiro (Fig. 6.08) e São Paulo (Fig. 6.09). Este mesmo fenômeno pode ser observado, de certo modo, em Maceió (Fig. 6.10). De um modo geral, esses espaços correspondem à primeira periferia, em relação ao município central, das regiões metropolitanas.

Naturalmente, os mapas das pessoas sem religião e os dos pentecostais não são exatamente iguais, o que acontece por diversas razões. Em primeiro lugar, a feitura dos mapas implica em cortes nas distribuições estatísticas para a delimitação das classes. Levando-se em conta a especificidade dos dados encontrados na Amostra do Censo, os cortes foram realizados em função de descontinuidades nas distribuições estatísticas. Assim, é possível que esta ou aquela unidade espacial conste numa classe para os pentecostais e noutra para as pessoas sem religião. Este efeito dos cortes nas distribuições estatísticas é uma das limitações do método cartográfico.

Em segundo lugar, é importante lembrar que se trabalha aqui com uma amostra, de grande tamanho, é bem verdade, mas ainda assim uma amostra. É, portanto, im-

portante destacar as principais clivagens ou as principais tendências reveladas pelos mapas, e assim evitar dar muita importância a eventuais diferenças pontuais. Finalmente, não se deve esquecer que a realidade social é muito diversificada para ser reduzida a esquemas simplificados, e mesmo que se possa identificar algumas tendências gerais, é normal que os fenômenos estudados sejam mais complexos do que uma mera relação entre duas variáveis. O perfil socioeconômico das pessoas sem religião, por exemplo, nos mostra a existência de populações muito diferentes quanto aos níveis de educação e de rendimentos. Compreende-se neste caso que os mapas dos sem religião não sejam idênticos aos dos pentecostais.

Em Belo Horizonte, a presença das pessoas sem religião é mais acentuada no município central e suas proximidades, do que na periferia distante, ao contrário do que foi observado nas regiões metropolitanas anteriores (Fig. 6.11). Reconhece-se aqui novamente o modelo de localização dos pentecostais. Já no Vale do Aço, as pessoas sem religião representam uma proporção maior da população em Ipatinga e nos municípios situados ao longo do Rio Doce, o que é igualmente o caso dos pentecostais (Fig. 6.12).

Os “sem religião” alcançam em Porto Alegre seus mais elevados percentuais na capital e no município vizinho de Viamão, situado a leste (Fig. 6.13). Há, porém, uma gradativa redução dos percentuais em função do afastamento em relação ao centro, como foi observado para Belo Horizonte.

A região metropolitana de Florianópolis apresenta também uma configuração espacial na qual as pessoas sem religião estão localizadas na parte mais urbanizada, particularmente na ilha de Florianópolis e, em menor proporção, no litoral continental diante dela (Fig. 6.14). Ao que tudo indica, trata-se aqui de pessoas de diferentes níveis sociais, uma vez que estão incluídos o centro da capital e também áreas da periferia metropolitana.

Em Brasília, as pessoas sem religião pertencem tanto às classes mais abastadas, que se aglomeram nos subdistritos do Lago Norte e do Lago Sul, quanto às camadas menos favorecidas da população, que moram em Ceilândia, no Distrito Federal, e nos municípios de Santo Antônio do Descoberto e Novo Gama, no estado de Goiás (Fig. 6.15). Como se sabe, algumas dessas áreas se caracterizam também pela presença de pentecostais. Assim, Brasília aparece como uma síntese dos dois níveis sociais típicos das pessoas sem religião: baixos na periferia oeste do Plano Piloto e elevados nos bairros residenciais do Lago Norte e do Lago Sul.

Figura 6.01

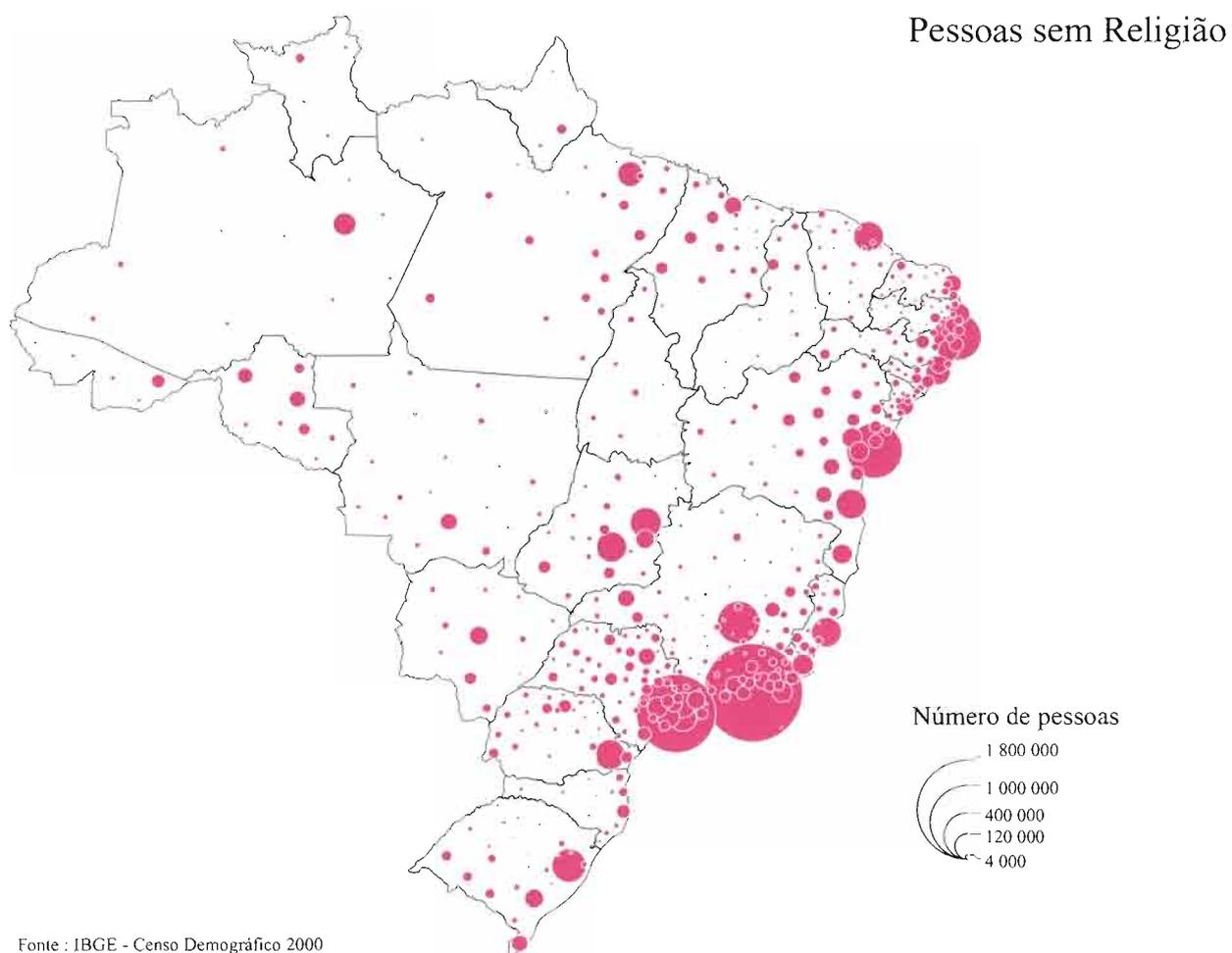
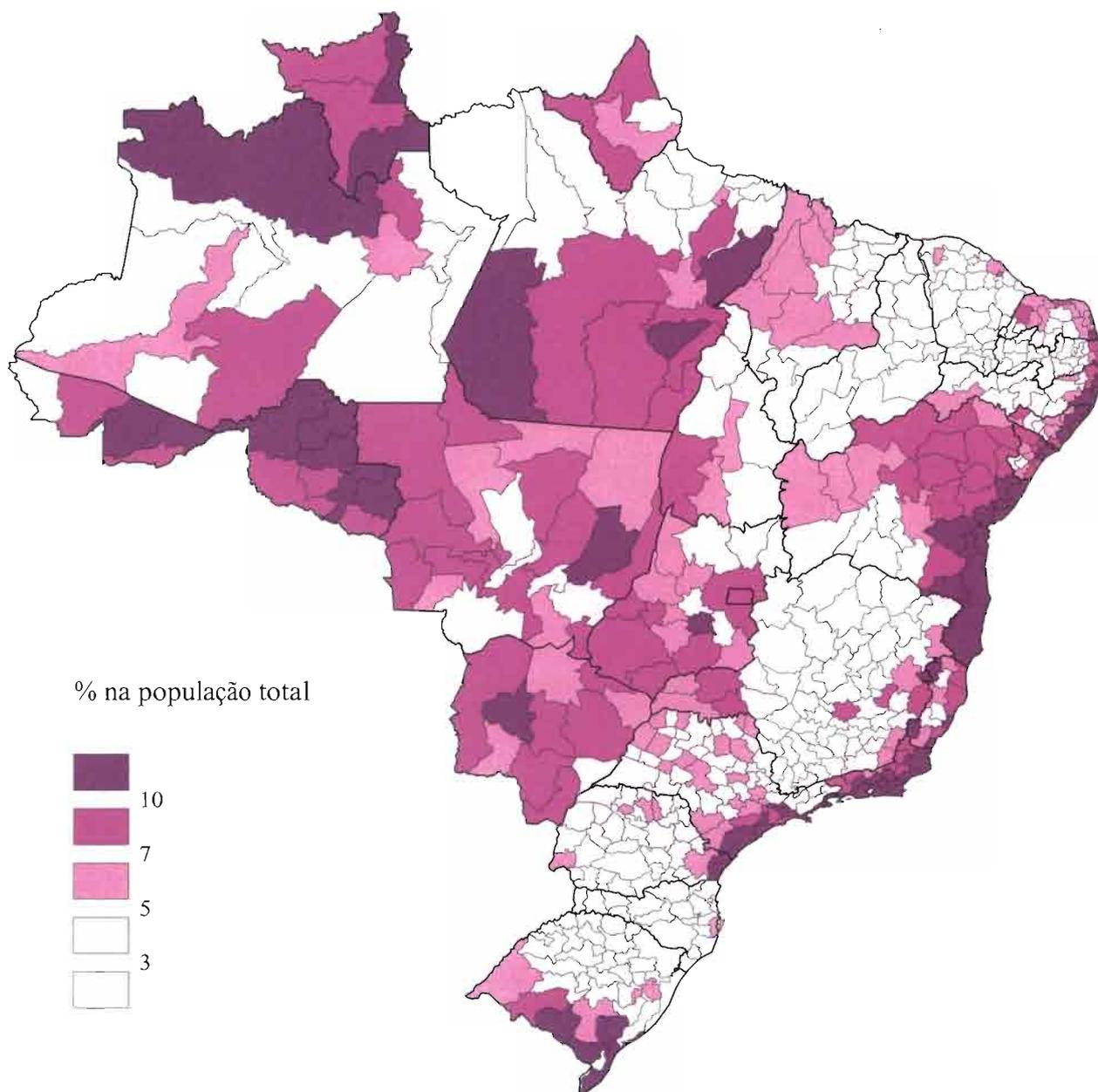


Figura 6.02

Pessoas sem Religião



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.03

Pessoas sem Religião

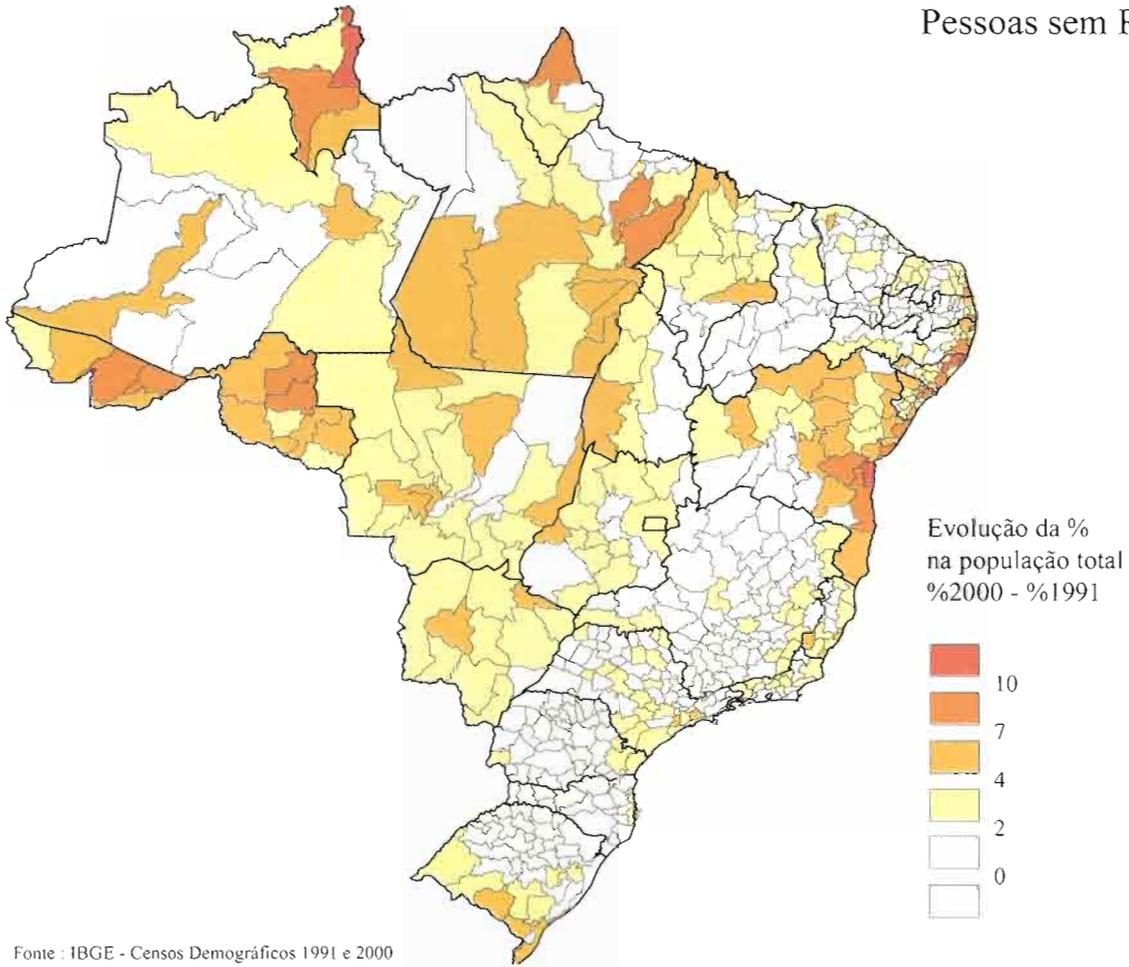
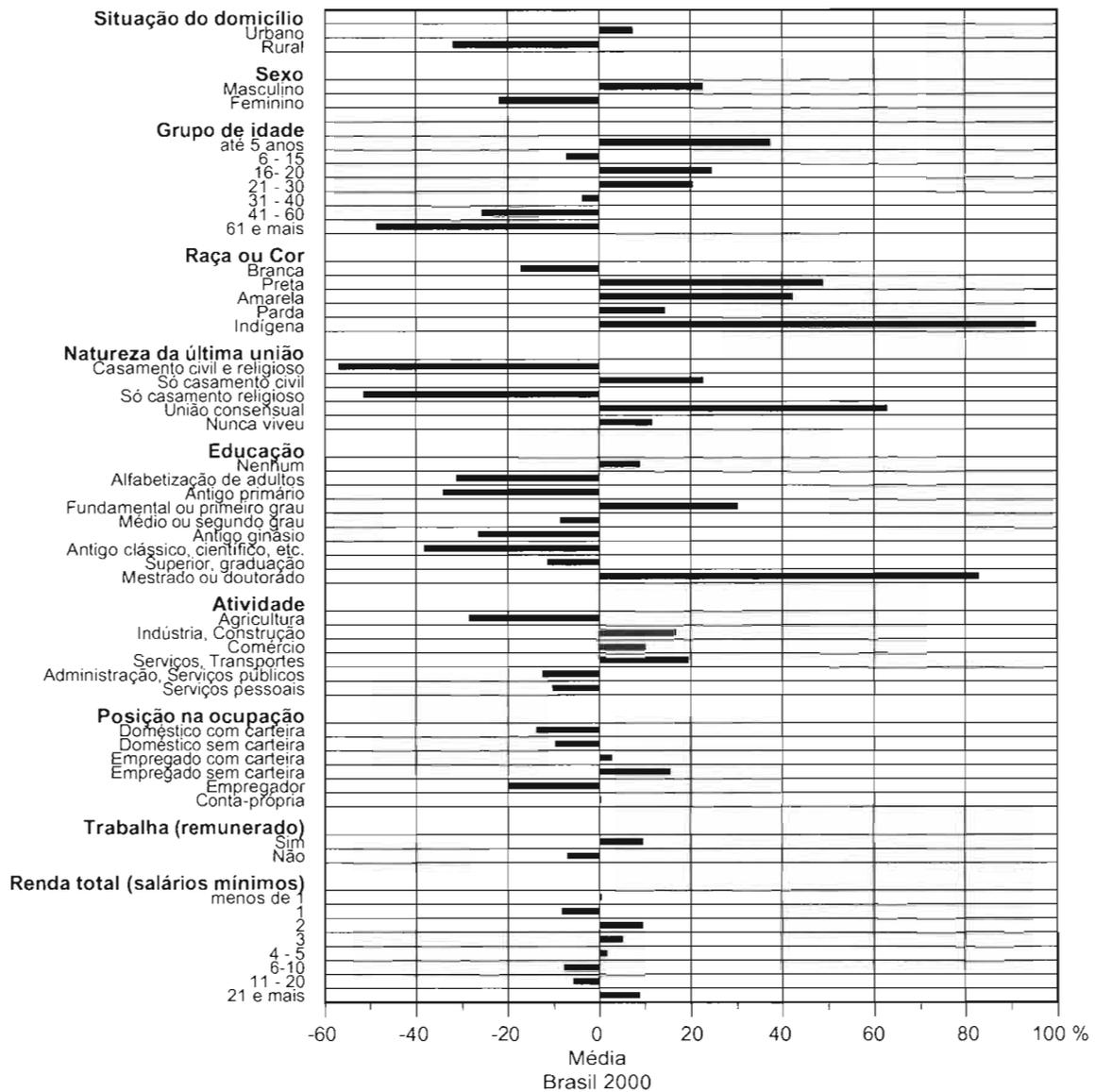


Figura 6.04

PESSOAS "SEM RELIGIÃO"

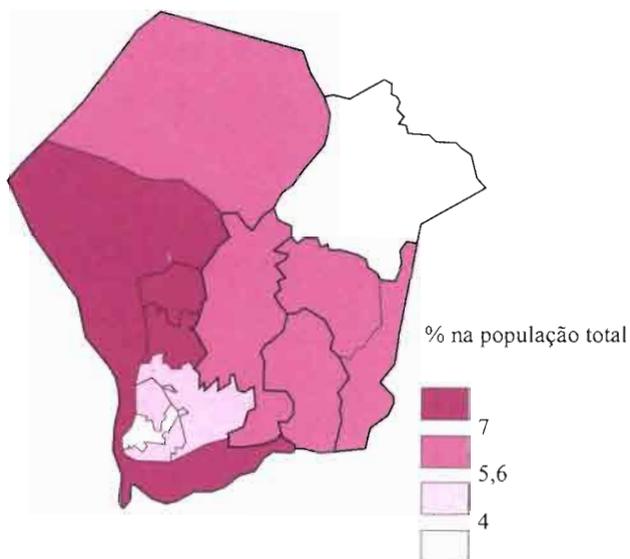
Desvio em relação ao perfil socioeconômico brasileiro
% da média brasileira de cada categoria



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.05

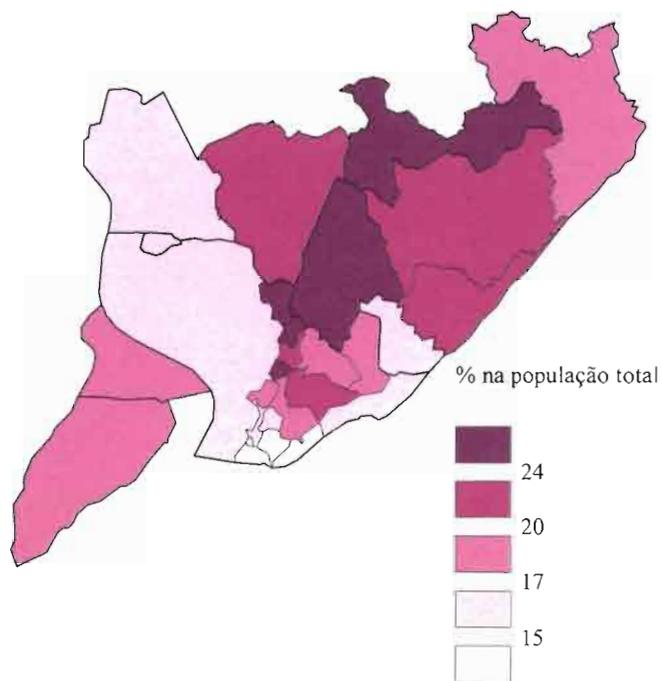
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Belém



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.06

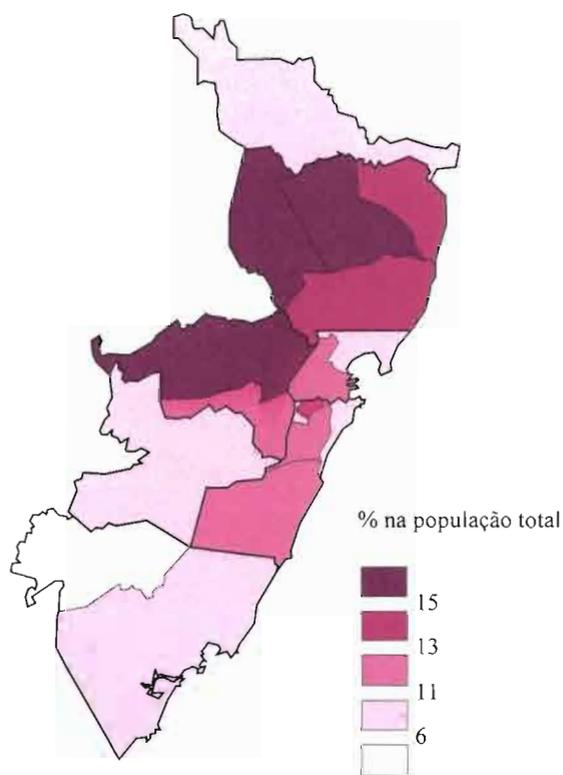
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Salvador



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.07

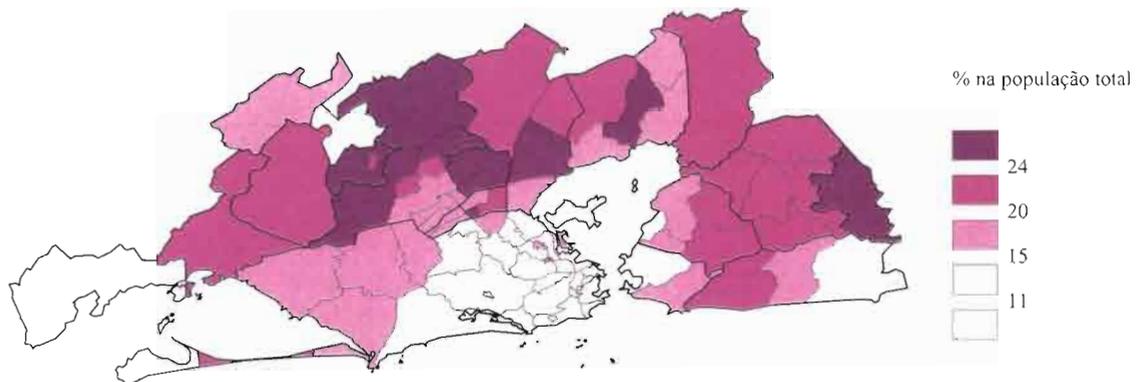
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Vitória



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.08

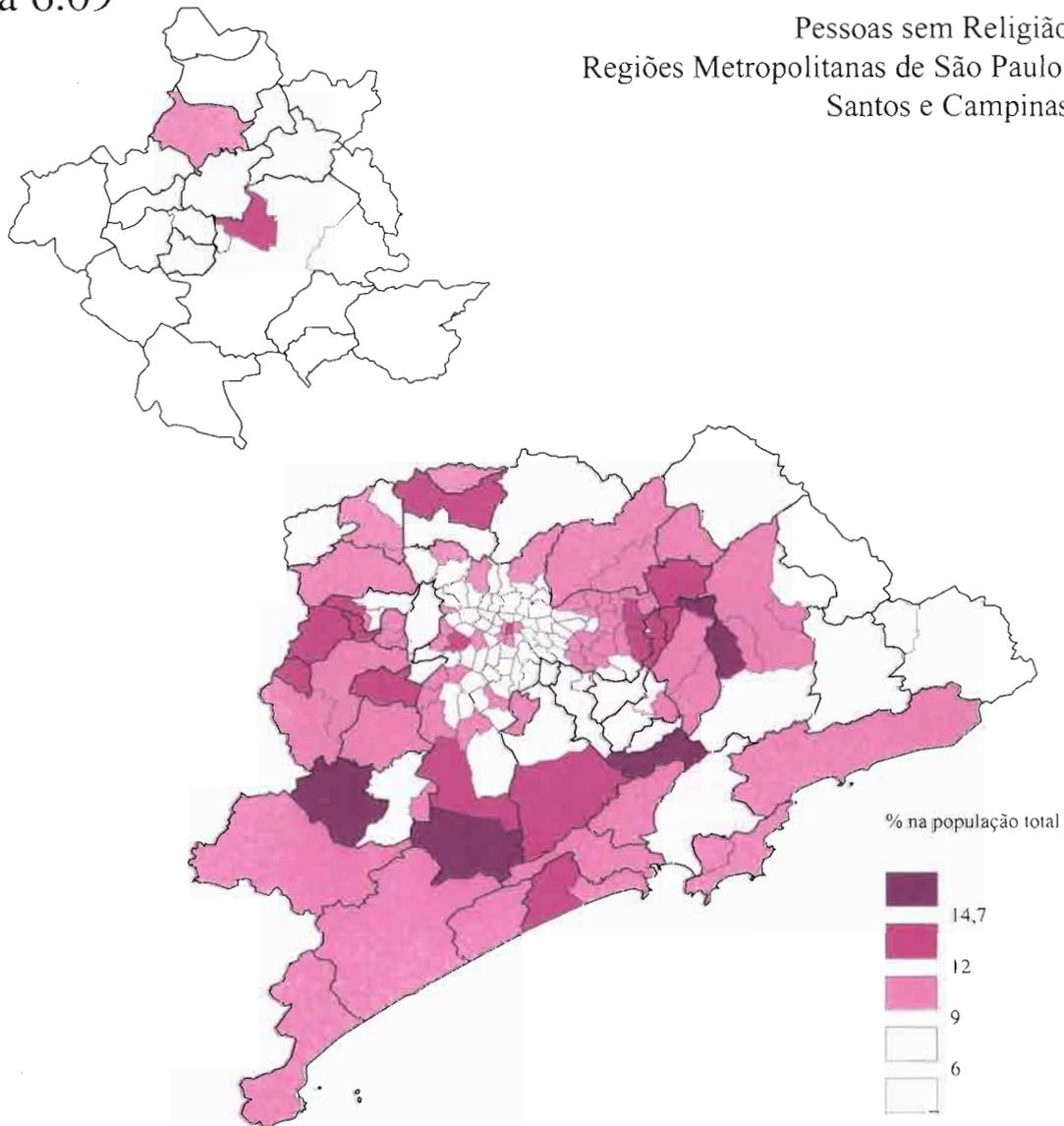
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.09

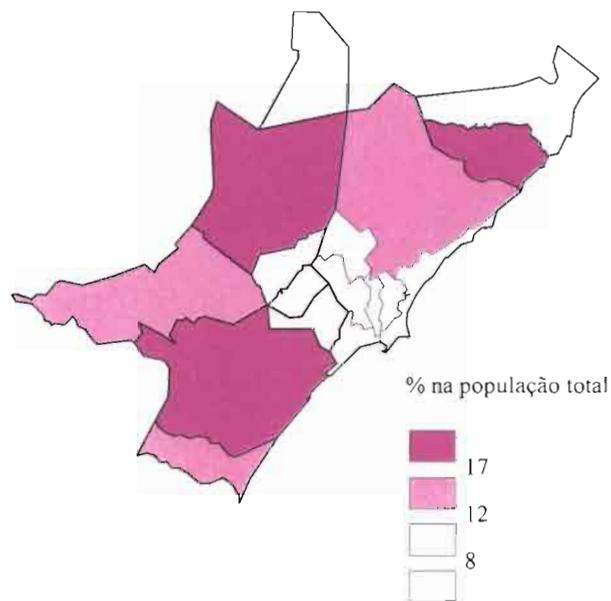
Pessoas sem Religião
Regiões Metropolitanas de São Paulo,
Santos e Campinas



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.10

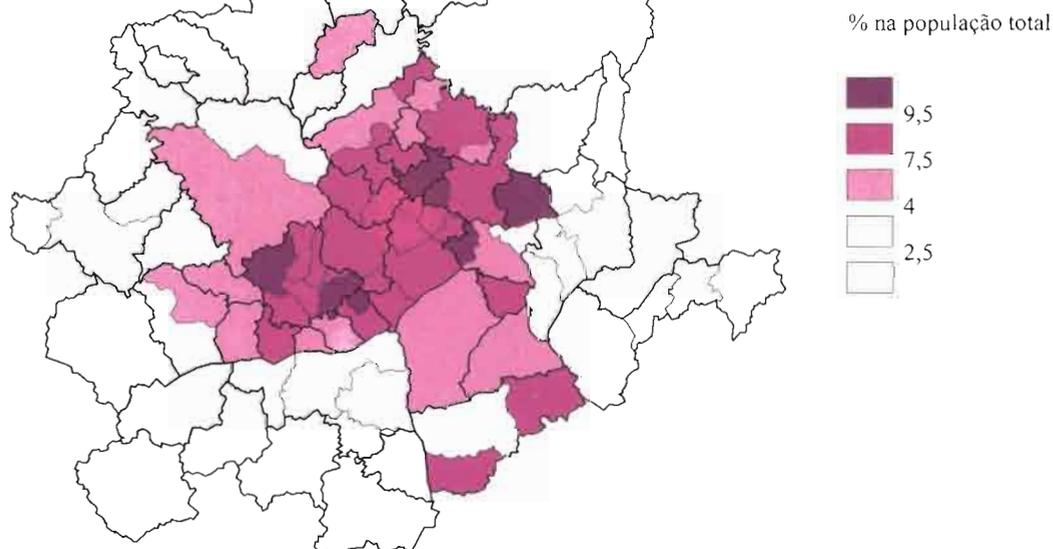
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Maceió



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.11

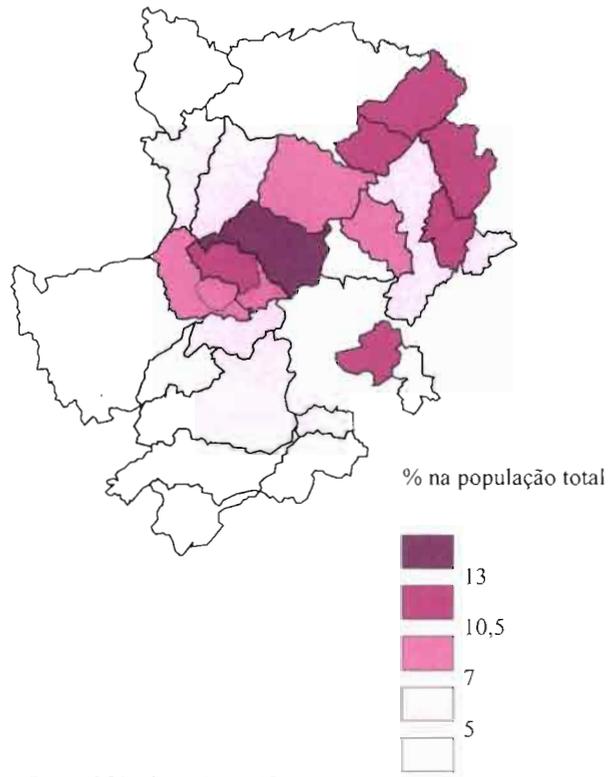
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.12

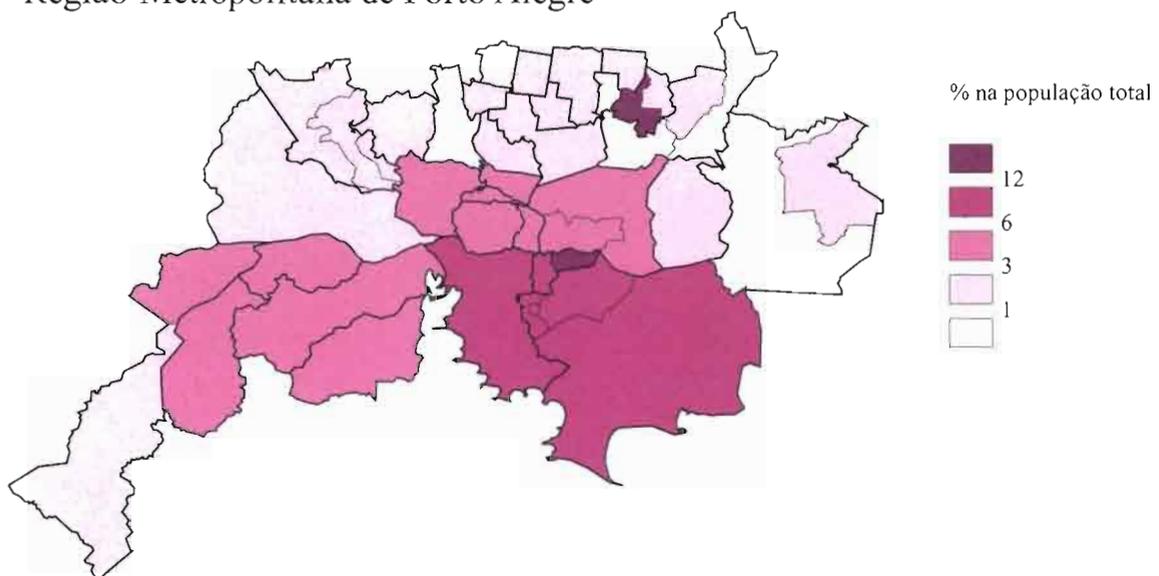
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 6.13

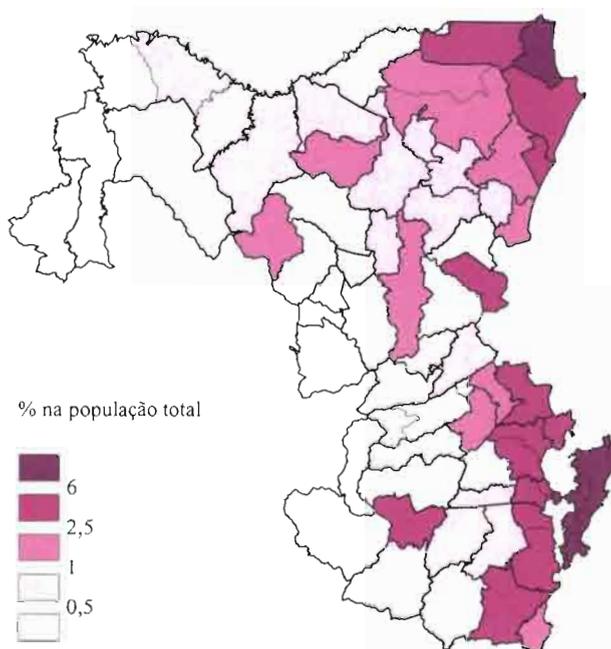
Pessoas sem Religião
Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Pessoas sem Religião
Regiões Metropolitanas de Florianópolis
e do Vale do Itajaí

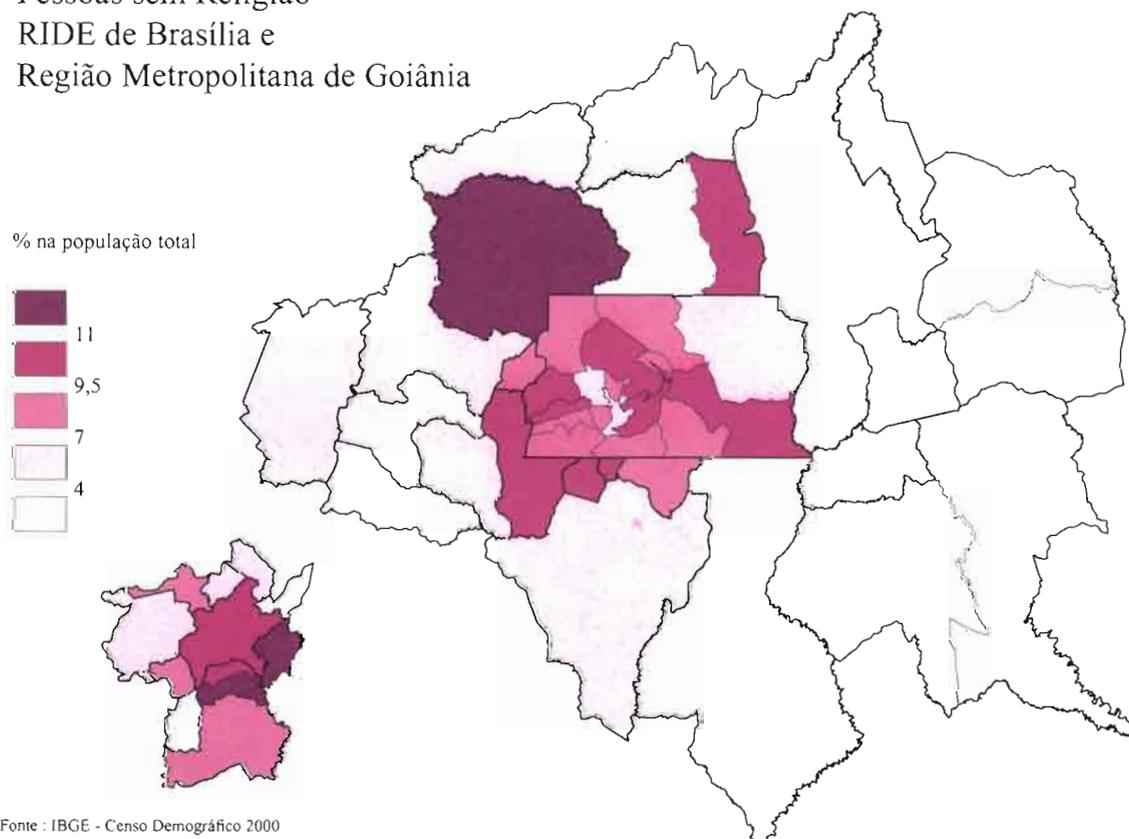
Figura 6.14



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Pessoas sem Religião
RIDE de Brasília e
Região Metropolitana de Goiânia

Figura 6.15



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Capítulo 7

A síntese religiosa

Os capítulos anteriores mostraram a forte tendência à diversificação da filiação religiosa existente no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX. Este fenômeno constitui, sem dúvida, uma das principais mudanças em curso na sociedade brasileira. Este *Atlas* procura então identificar os contornos geográficos dessas transformações sem, no entanto, pretender esgotar o tema que antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e teólogos não deixarão de analisar, cada um com suas preocupações específicas e seus métodos próprios de pesquisa.

Após estudar com detalhe a geografia das mudanças na filiação religiosa no Brasil, no período de 1991 a 2000, pareceu-nos interessante estabelecer uma síntese das práticas religiosas existentes no país, que permitisse fixar as principais características do território brasileiro do ponto de vista religioso. Além da proliferação de igrejas de orientações muito diversas e de origens geográficas muito diferentes, pode-se indagar se não existem alguns grandes recortes territoriais que delimitem geograficamente as transformações em curso.

Com esse objetivo, a primeira dificuldade consiste em classificar as 558 microrregiões do país, em função das proporções, mais ou menos acentuadas, dos católicos, evangélicos pentecostais, evangélicos de missão, outras religiões e dos “sem religião” na população total. Do ponto de vista estatístico, esse problema pode ser resolvido aplicando-se um algoritmo de classificação à tabela de correspondência, onde nas linhas constam as microrregiões e nas colunas as religiões. Na interseção das linhas e colunas, tem-se o número de pessoas que praticam a religião X, na região Y. A tabela realizada para se obter a síntese apresentada aqui compreende, assim, 23 denominações religiosas diferentes, às quais se acrescenta a categoria dos “sem religião”.

A exposição que se segue mostra os resultados obtidos da aplicação, a essa tabela de dados, do algoritmo de classificação ascendente hierárquica, cujo objetivo é obter classes homogêneas e, ao mesmo tempo, o mais diferente possível uma das outras. Estas classes são obtidas cortando-se a árvore que resulta da hierarquização das microrregiões, em função das religiões, de maneira a se obter um determinado número de classes que não seja nem muito pequeno, pois isso simplificaria muito a informação inicial, nem muito grande, pois o resultado se tornaria confuso e contrário à idéia de síntese que se pretende aqui. Estabeleceram-se assim 6 classes que dão conta de 55% da informação contida na tabela inicial de dados.

A interpretação dessas classes baseia-se no gráfico, calculado para cada religião, que apresenta os seus desvios em relação à média brasileira. Quanto maiores forem os desvios, mais a classe se caracteriza pela presença ou ausência de tal ou qual religião, o que permite mostrar, com maior ou menor segurança, o seu significado.

O território de resistência do catolicismo

A classe nº 5¹ agrupa 33,5 milhões de pessoas em 213 microrregiões. Apesar de não ser a classe que reúne o maior número de habitantes, é a que diz respeito ao maior número de microrregiões, ou seja, a quase 40% delas. No perfil médio dessa classe, todas as religiões apresentam um desvio negativo em relação à média, menos a religião católica (Fig.7.01). Pode-se considerar então que a principal característica da classe nº 5 seja a capacidade de resistência da Igreja Católica às transformações em curso no campo religioso.

No mapa de síntese, reconhece-se o espaço descrito no primeiro capítulo, que é abrangido por essa classe e compreende a maior parte do Nordeste (menos a metade-oeste do Maranhão e o sudeste da Bahia), quase todo o estado de Minas Gerais (com exceção do Triângulo Mineiro e do leste do estado), a parte central de Santa Catarina e as regiões próximas do sul do Paraná e do norte do Rio Grande do Sul. Pode-se perguntar sobre as razões pelas quais esses territórios resistem mais do que outros ao forte movimento de diversificação religiosa que vem afetando o país, desde o começo dos anos 1980. Algumas interpretações podem ser aventadas ao se considerar a geografia desses espaços.

Em relação ao Nordeste, pode-se afirmar que essa área de resistência do catolicismo inclui frequentemente espaços de reduzidas densidades de população, sobretudo no sertão, onde há um forte controle social e político, antigo e eficaz, por parte das oligarquias tradicionais. Mas para se entender melhor a força da religião católica, sobretudo no interior dessa região, é preciso considerar também o peso da religiosidade, das crenças populares, da tradição oral e a menor influência dos meios de comunicação na mudança de atitudes da sua população. Além disso, a oferta de outras religiões no Nordeste é menor do que nas demais áreas do país, uma vez que o esforço para a conversão dos seus habitantes seria muito maior, tanto em relação à imensidão dos espaços envolvidos, quanto às barreiras impostas pelo controle social e político ali existentes.

Já no Sul do Brasil, as razões dessa resistência parecem um pouco diferentes. Acredita-se que a origem do povoamento de muitas dessas áreas favoreça a Igreja Católica, sobretudo no que diz respeito aos imigrantes de origem italiana, cuja identidade cultural está estreitamente ligada ao catolicismo. Mas esta talvez não seja a única razão. O mapa mostra que o território de resistência do catolicismo no sul do país encontra-se praticamente cercado por outras religiões e isto pode favorecer um comportamento de resistência, diante de vizinhos diferentes do ponto de vista da cultura e da religião.

O espaço de diversificação religiosa

A classe nº 1 apresenta características opostas à nº 5, uma vez que nas microrregiões que integram esta classe a Igreja Católica é mais fraca, e a maior parte das religiões possui percentuais superiores aos da média brasileira, com exceção da Igreja Luterana, da Congregação Cristã do Brasil e do Evangelho Quadrangular. As principais religiões representadas nessa classe são a Metodista, a Batista, a IURD e o Candomblé. Isto não significa dizer, no entanto, que todas essas religiões estejam presentes com a mesma intensidade em cada uma das microrregiões que compõem a classe nº 1, mas sim que elas apresentam, numa ou noutra microrregião, proporções superiores à média brasileira.

Observa-se que é também nesta classe que aparece o maior desvio positivo em relação às pessoas “sem religião”. Essa característica completa o significado sociológico desta classe que compreende espaços onde tudo, ou quase tudo, é possível ser encontrado no plano religioso.

O mapa mostra que são poucas as microrregiões que pertencem à classe nº 1, apenas 15, mas reúnem 17,3 milhões de pessoas. Quase todo o estado do Rio de Janeiro está incluído nesta classe, com exceção de 6 microrregiões, quase todas na fronteira com o estado de Minas Gerais. Além do estado do Rio, podem-se acrescentar duas microrregiões urbanas: Vitória e Salvador.

Os territórios de missionários evangélicos

A classe nº 3 é caracterizada principalmente pela presença acentuada da Assembléia de Deus, a principal igreja pentecostal do país. Além da Assembléia, acrescentam-se também as duas igrejas protestantes tradicionais mais importantes do Brasil: a Batista e a Adventista. Notam-se também, nesta classe, percentuais dos “sem religião” acima da média brasileira. Ela compreende 168 microrregiões geográficas, onde vivem 45,4 milhões de habitantes, sendo a classe que ocupa a maior extensão do território nacional.

O mapa mostra que duas partes muito diferentes do país estão incluídas nessa classe. Trata-se, de um lado, de toda a Região Norte, além da metade-oeste do Maranhão e grande parte de Goiás e de Mato Grosso. Esses espaços que compõem a classe nº 3 podem ser classificados como amazônicos ou pré-amazônicos, onde as vias de comunicação são geralmente escassas e a circulação não se dá com a mesma rapidez como em outras áreas do país.

A importância das religiões evangélicas que se desenvolvem nessa porção do território brasileiro é o resultado palpável do trabalho de *formiguinha* realizado pelos missionários junto às populações nativas, ou junto aos *pioneiros* de todo tipo que exploram as riquezas do imenso domínio amazônico. Essas missões evangélicas oferecem, freqüentemente, aos seus fiéis lugares de culto, escolas e postos de saúde, e se dirigem muitas vezes a grupos sociais desenraizados, migrantes que se dirigiram para as frentes *pioneiras* da Amazônia.

O segundo território de missionários evangélicos compreende uma longa faixa do litoral, que se estende do Ceará ao Espírito Santo, sem praticamente nenhuma descontinuidade espacial. No estado da Bahia, no entanto, a largura dessa faixa é muito maior. Nessa região onde a Igreja Católica sempre foi muito bem implantada, verifica-se que hoje ela vem sofrendo forte concorrência dos evangélicos e, com isso, perdendo terreno em relação às populações que se urbanizam, cada vez mais, e que se situam nos principais eixos de circulação com a Região Sudeste. O trabalho de catequese realizado pelos evangélicos junto aos mais pobres tem sido facilitado pela densidade populacional existente nessa região, mais elevada do que em outras áreas do Nordeste.

Os espaços de fraqueza das igrejas tradicionais

A classe nº 6 é caracterizada pela menor expressão das igrejas tradicionais mais importantes do país: Católica, Assembléia de Deus, Batista e Adventista. Observa-se, nesta classe, uma maior participação das demais Igrejas Evangélicas Pentecostais, das Neocristãs (Testemunhas de Jeová e Mórmons), do Espiritismo, do Budismo e da Igreja Messiânica. Tem-se, assim, no caso da classe nº 6 uma diversidade de religiões, que lembra o perfil da classe nº 1, mas que difere dela pela posição abaixo da média dos “sem religião” e, sobretudo, dos evangélicos de missão.

A localização das microrregiões que formam a classe nº 6 revela uma grande concentração no estado de São Paulo, uma vez que somente três microrregiões desse estado não estão nela incluídas. Uma grande parte do estado vizinho do Paraná se agrega ao bloco *paulista*, princi-

palmente as regiões metropolitanas de Curitiba e de Londrina e Maringá, no norte. Acrescentam-se a esse território de fraqueza das igrejas tradicionais, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Uruguaiana. Esta classe está presente também no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, nas regiões limítrofes entre esses dois estados e no Triângulo Mineiro (Uberaba e Uberlândia).

Um outro aspecto que chama a atenção na geografia da classe nº 6 é a sua extensão considerável em regiões de fronteiras agrícolas consolidadas, como Mato Grosso do Sul e o sul de Goiás, ou de novas frentes *pioneiras*, como o norte de Mato Grosso (Sinop, Colider, Aripuanã e Alta Floresta). Observa-se nessas áreas a influência direta de São Paulo e do Paraná, cujos migrantes propiciaram a integração dos solos de cerrados ao processo de produção agrícola nacional.

Os luteranos

A classe nº 2 é marcada pela participação expressiva dos luteranos, o que explica a sua localização no Rio Grande do Sul (Ijuí, Lajeado-Estrela, Gramado-Canela e Pelotas), em Santa Catarina (Blumenau e Rio do Sul) e no Espírito Santo (Afonso Cláudio e Santa Tereza).

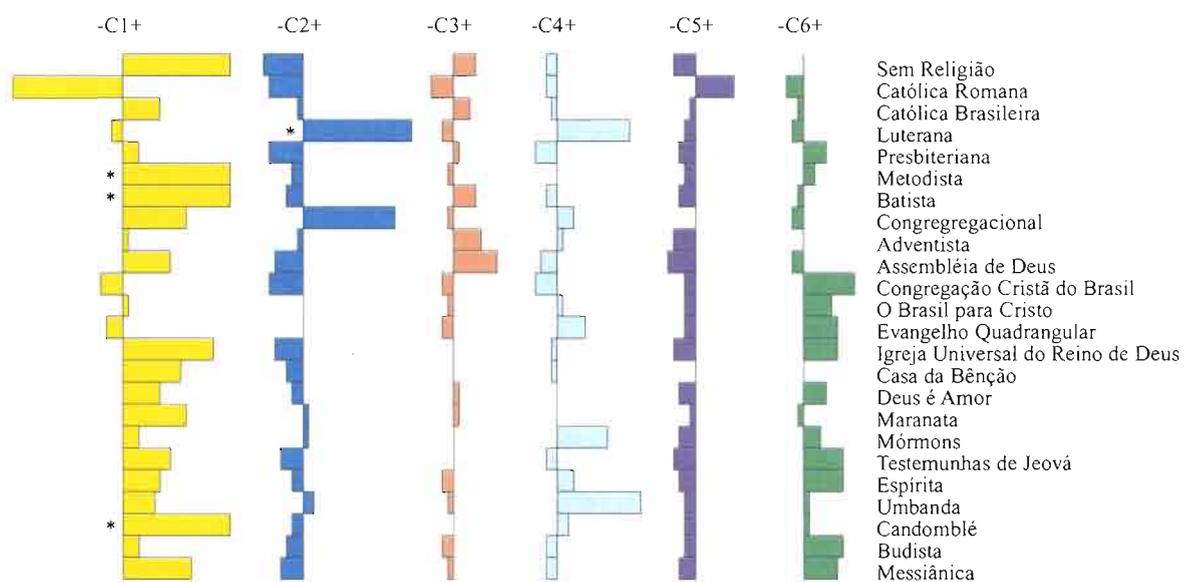
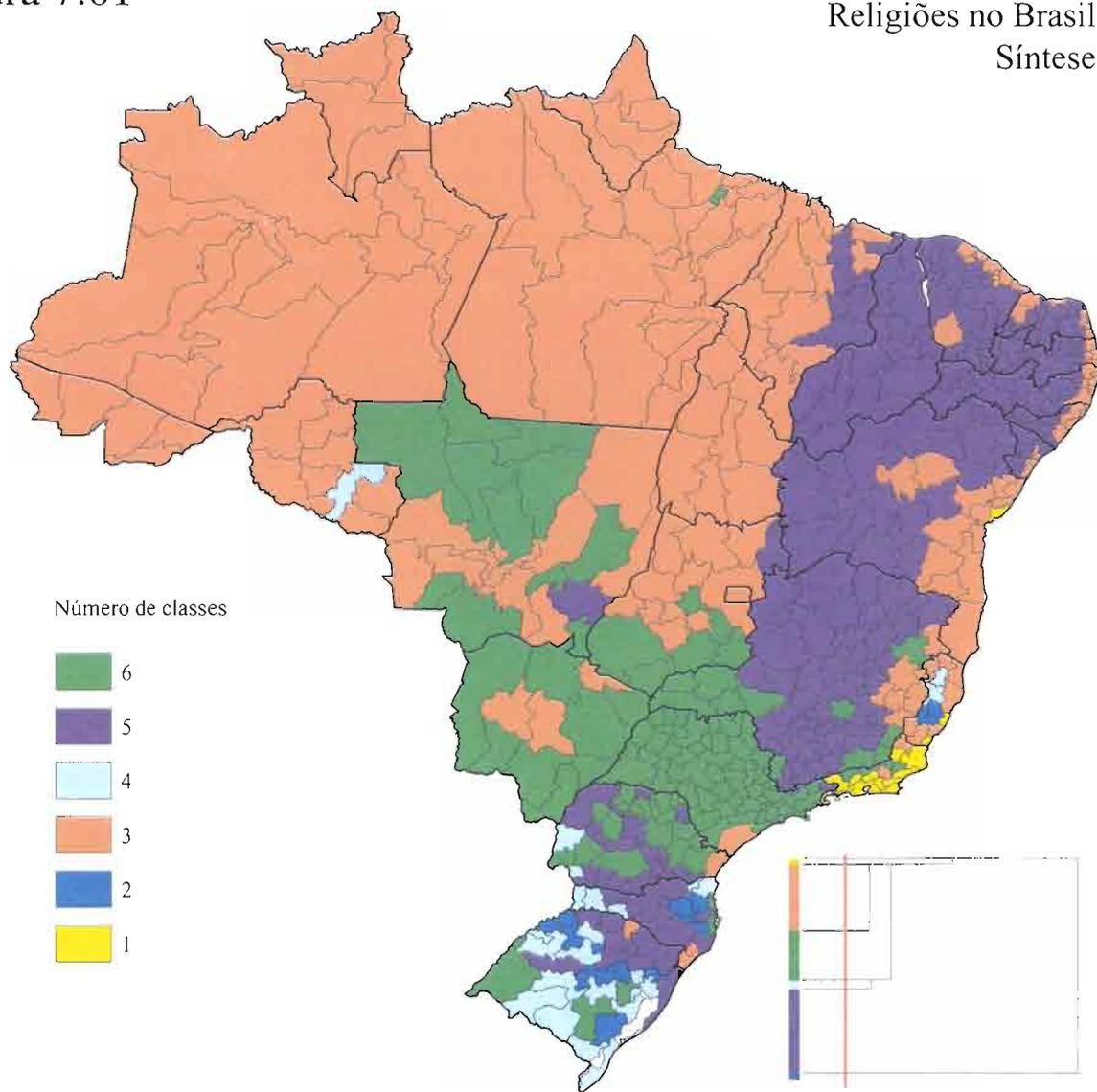
Finalmente, a classe nº 4 compreende também luteranos, mas desta vez associados aos mórmons e aos umbandistas. Esta correlação estatística revela de fato uma imbricação dessas religiões nas microrregiões vizinhas aos *feudos* luteranos, citados anteriormente.

Nota

1. Os números das classes são determinados pelo algoritmo de classificação.

Figura 7.01

Religiões no Brasil
Síntese



* = menos de -1,5 ou mais de 1,5 desvio padrão

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Capítulo 8

Os indicadores demográficos, sociais e econômicos

Para complementar os mapas da filiação religiosa no Brasil, é importante que se disponha de um conjunto de informações relativas à população e à sociedade. Como se sabe, a filiação religiosa não é somente uma questão de posicionamento dos indivíduos na sociedade na qual eles vivem, mas também um elemento que depende muito das estruturas demográficas e sociais das regiões onde se desenvolve a esfera religiosa.

Sem pretender abarcar a totalidade dos aspectos demográficos e sociais, propõe-se aqui uma série de mapas, resultantes exclusivamente do Censo Demográfico de 2000, que permite comparar o mapeamento da filiação religiosa com as principais estruturas territoriais engendradas pela sociedade brasileira. De maneira a assegurar a coerência do trabalho, os mapas foram realizados para o conjunto do país, por microrregiões geográficas, e para as principais regiões metropolitanas, por municípios, distritos ou subdistritos.

Desse modo, o leitor poderá confrontar este ou aquele indicador relativo à população ou à sociedade com os mapas da filiação religiosa, como em parte já foi feito nos capítulos anteriores. É preciso, no entanto, relativizar o peso de cada região, em função de sua população, pois uma forte porcentagem nas Regiões Norte ou Centro-Oeste diz respeito a um número de pessoas muito inferior ao das conurbações do Sudeste, uma vez que as disparidades do povoamento são uma das características principais do território brasileiro (Fig. 8.01). Assim como a filiação religiosa foi mapeada para o Brasil, considerado em seu conjunto, e para as principais regiões metropolitanas do país, pareceu-nos importante também cartografar os indicadores que compõem o Perfil Socioeconômico Brasileiro Médio 2000, nesses dois níveis de observação (Fig.02).

De fato, esse mapeamento permite uma melhor compreensão de como se articulam os espaços urbanos com o território nacional, destacando-se certas especificidades das grandes cidades do país. Para cada região metropolitana dispõe-se então de um microatlas demográfico, social e econômico realizado com base nos municípios, distritos ou subdistritos. Para a numeração dos mapas foi adotado um sistema alfanumérico, atribuindo-se a cada região metropolitana uma letra (A para Belém, B para São Luís, e assim sucessivamente, até P para Brasília), seguida de um número de ordem (1, 2, até 17). Como foi feito para o Brasil, o primeiro mapa é o da

população total, que permite relativizar o peso demográfico de cada município, distrito ou subdistrito e avaliar assim as concentrações demográficas.

Taxa de urbanização

Este indicador resulta do item “situação do domicílio” do questionário do Censo Demográfico, que compreende as modalidades “urbano” e “rural”. A taxa de urbanização expressa o número de pessoas por 100 habitantes, cujo domicílio é situado na zona urbana. Convém lembrar que um Decreto-lei assinado por Getúlio Vargas, em 1938, transformou todas as sedes municipais em cidades, independentemente de sua população. Isto teve como resultado o crescimento artificial dos efetivos de população urbana, apesar de a urbanização ser uma tendência real no Brasil, cuja taxa atingiu 81% em 2000. Se o Brasil adotasse os critérios da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), órgão internacional que considera uma zona urbana quando ela apresenta uma densidade de população igual ou superior a 150 habitantes por quilômetro quadrado, obteríamos uma taxa de urbanização em torno de 57% no país.

Apesar da elevada taxa de urbanização registrada em 2000, o mapa desse indicador apresenta importantes contrastes no interior do território nacional (Fig. 8.02). Observa-se inicialmente a elevada urbanização do Sudeste, onde as taxas situam-se, quase sempre, acima de 72% da população. De fato, encontram-se ali verdadeiras regiões urbanas que cobrem a maior parte do território, como é o caso dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e em menor proporção o de Minas Gerais. Da mesma forma, no Sul do país, verificam-se também regiões muito urbanizadas, porém em menores proporções, abrangendo boa parte dos territórios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Região Centro-Oeste é também fortemente urbanizada, ainda que uma boa parte do seu território seja dedicada à atividade agrícola. Trata-se, no entanto, de uma agricultura com tecnologia moderna que exige pouca mão-de-obra, que freqüentemente reside nos distritos urbanos.

Além das áreas urbanas do centro-sul do Brasil, as microrregiões das capitais estaduais do Norte e Nordeste apresentam também os mais elevados índices de

urbanização do país, podendo-se observar, no entanto, situações diferenciadas. Nessas regiões, a urbanização se limita às capitais, e eventualmente às suas áreas vizinhas. Observa-se o fenômeno do isolamento urbano, em capitais como Manaus, Belém, São Luís ou Teresina, e o da conurbação no litoral nordestino, de João Pessoa a Recife, ou ainda no sudeste da Bahia.

É nesse contexto de fraco grau de urbanização que se encontram na Região Nordeste os espaços de maior resistência da Igreja Católica e, na Região Norte, as áreas de avanço das igrejas evangélicas, tanto pentecostais quanto de missão. Vê-se, assim, que o grau de urbanização relativamente fraco dessas regiões não se constitui num indicador unívoco de resistência à mudança de religião, nem tampouco de abertura a novas confissões.

Quando se muda o nível de observação do Brasil como um todo para o das regiões metropolitanas, verifica-se também que há diferenças quanto ao grau de urbanização no seu interior. Naturalmente, os distritos ou subdistritos centrais do município-sede da RM são os mais urbanizados, mas as áreas de forte urbanização não se limitam à parte central da região. Este é principalmente o caso de São Paulo (Fig. J2), Rio de Janeiro (Fig. I2), Porto Alegre (Fig. M2) e Belo Horizonte (Fig. N2). Assim há regiões metropolitanas muito urbanizadas, que incluem as maiores cidades do país, mas há também outras que apresentam ainda espaços rurais, em vias de urbanização.

Taxa de masculinidade

A taxa de masculinidade, que representa o número de homens por 100 mulheres, origina-se do item "sexo", do Censo Demográfico. No caso brasileiro, ela expressa diferenças na composição da população, ligadas às migrações. Assim, há em geral mais mulheres do que homens nas cidades, em função das maiores oportunidades de emprego existentes para o sexo feminino (Fig. 8.03). O mapa mostra claramente que, mesmo nas regiões onde os homens predominam, como Norte e Centro-Oeste, as capitais têm em média mais mulheres do que homens. Existe, portanto, uma relação evidente entre urbanização e maior presença de mulheres, que se explica pela possibilidade que elas têm de encontrar trabalho remunerado nas cidades.

Há, no entanto, uma exceção a esta regra que se verifica no sertão, pois nessa área a urbanização é em geral muito reduzida e, no entanto, encontra-se maior número de mulheres do que de homens. Trata-se de espaços rurais em crise, de onde partem os homens em busca de trabalho noutras áreas do país, sobretudo nas

frentes *pioneiras*. Em função disso, as mulheres mais velhas e as crianças permanecem nos lugares onde residem e sobrevivem graças a uma parte do rendimento dos homens que lhes é enviada e, às vezes, das próprias mulheres mais jovens, que também migraram em direção a outras regiões do país.

Assim, em consequência das migrações, observa-se que nas frentes *pioneiras* o número de homens é superior ao de mulheres. Isto se relaciona diretamente ao tipo de atividade predominante nessas áreas, que demandam, sobretudo, mão-de-obra masculina para os trabalhos de desmatamento e de extração mineral. Convém ressaltar que é exatamente nessas regiões *pioneiras* que os evangélicos estão mais bem implantados, principalmente os pentecostais, mas é expressivo também o número de pessoas sem religião.

Esta situação está ligada, de um lado, ao aumento do número de pessoas em situação anômica, quer dizer, indivíduos que perderam parte das suas referências culturais com as migrações e, de outro, ao reenquadramento de parte desses migrantes pelas igrejas pentecostais. Portanto, assim como a urbanização, a taxa de masculinidade não pode ser considerada também um indicador unívoco da adoção desta ou daquela atitude em relação à religião.

Ao se examinar o número de homens por 100 mulheres nas regiões metropolitanas, constata-se que é no município-sede da RM que a proporção de mulheres é superior à dos homens. Esta observação não admite nenhuma exceção entre as regiões metropolitanas brasileiras. Porém, como a superioridade do número de mulheres está estreitamente ligada ao grau de urbanização, a presença significativa das mulheres vai muito além do centro nas regiões metropolitanas mais importantes do país, como fica evidente em São Paulo (Fig. J3), Rio de Janeiro (Fig. I3), Porto Alegre (Fig. M3) e Belo Horizonte (Fig. N3).

A estrutura por idades

A estrutura por idades da população brasileira resulta do tratamento do item "idade calculada em ano completo", do Censo Demográfico. Assim, as idades foram objeto de uma classificação em três grupos: os jovens (15 anos ou menos), os adultos (de 16 a 60 anos) e os idosos (61 anos e mais). Esta classificação permite dar conta muito grosseiramente das três fases da vida: a infância, a vida adulta e a velhice. A distribuição desses grupos no país está ligada, por sua vez, à fecundidade das mulheres, quer dizer, ao número de nascimentos por mulher, e às migrações da população ativa.

O mapa dos jovens revela uma clara oposição norte/sul, situando-se a metade-norte do país com os mais altos percentuais de jovens, numa espécie de negativo do mapa da urbanização (Figs. 8.04 e 8.02). As maiores porcentagens de jovens nessa porção do território brasileiro devem-se, tanto às elevadas taxas de natalidade quanto ao efeito das migrações. No caso específico do Nordeste, os jovens predominam, ainda, porque grande número de adultos ativos migraram para outras regiões, o que explicaria também a maior proporção de pessoas idosas existentes nessa região (Figs. 8.05 e 8.06). Em contrapartida, este não parece ser o caso da Região Norte, onde a proporção de pessoas adultas e idosas é baixa. A forte presença de jovens ali se deve, provavelmente, à existência de taxas de natalidade mais elevadas do que em outras regiões do país.

Já nas regiões metropolitanas, a estrutura da população por idade se estabelece geralmente da seguinte maneira: a população com idade entre 15 e 60 anos é superior na parte central da RM, o que é normal, uma vez que ali são maiores e mais variadas as possibilidades de emprego. Por sua vez, a população com menos de 15 anos encontra-se em proporção mais elevada nos distritos periféricos, o que se explica em parte pela maior fecundidade das camadas populares que habitam a periferia das grandes cidades. Finalmente, as pessoas idosas são mais numerosas em duas situações muito diferentes: na periferia, mas não obrigatoriamente nos bairros pobres, porque não é indispensável para os aposentados permanecer nos bairros mais centrais da cidade; e nos bairros chiques das capitais, pois os idosos abastados não precisam deixar sua residência quando atingem uma idade mais avançada.

Cor ou raça

Este indicador provém da questão “cor ou raça”, do questionário da Amostra do Censo Demográfico, que oferece as seguintes opções de resposta: branca, preta, amarela, parda, indígena e ignorada. Como se trata de uma declaração da própria pessoa recenseada, a resposta deve ser analisada com certo cuidado, sobretudo no que diz respeito ao tipo “pardo”, em função da imprecisão do seu significado. Calculou-se aqui a porcentagem de pessoas não brancas na população total (Fig. 8.07).

O mapa obtido revela, em linhas gerais, uma grande oposição entre São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, com as menores porcentagens de população não branca do país, e o restante do território nacional. Tal diferenciação espacial deve-se ao processo de ocupação dessa parte do Brasil que, como se sabe, rece-

beu no século XIX fortes contingentes migratórios de origem européia, particularmente italianos e alemães. Já na Região Nordeste e na metade-norte de Minas Gerais, onde predominam populações de cor não branca, este fato se relaciona às *plantations* e à exploração mineral, com base na mão-de-obra escrava africana.

Quanto à Região Norte, verifica-se que os acentuados percentuais de não brancos estão diretamente ligados à forte presença de população de origem indígena na sua composição. O Centro-Oeste, no entanto, mostra uma situação intermediária entre esses “dois brasis”, o que se deve não só à influência dos migrantes sulistas que para lá se dirigiram nas últimas décadas, mas também à presença de populações de origem indígena que habitam essa região.

Ao se analisar a composição da população quanto à cor ou raça nas regiões metropolitanas, observa-se que, de modo geral, as populações não brancas habitam sobretudo os seus distritos periféricos, o que significa dizer que elas fazem parte freqüentemente das classes menos favorecidas da população. Isto pode ser percebido claramente em Recife (Fig. E4), Fortaleza (Fig. F4), São Paulo (Fig. J4) e Brasília (Fig. P4).

Em Belo Horizonte (Fig. N4), a repartição geográfica segue mal este modelo, pois se observa uma forte oposição nordeste/sudoeste, o que se explicaria talvez pelo fato de a RM se situar no limite entre as duas áreas em que se divide o estado de Minas Gerais: áreas de altos percentuais de não brancos na metade-norte e de baixos percentuais na metade-sul. Já em Porto Alegre (Fig. M4), é na metade-sul da região metropolitana que são mais elevados os percentuais de não brancos, enquanto no norte as populações de origem alemã seriam responsáveis pela maior presença de brancos, o que é corroborado pelo mapa dos luteranos na Região Sul (Fig. 4.26).

Tipos de casamentos

Este tema encontra-se, em certa medida, relacionado com a prática religiosa e se origina do tratamento do item “natureza da última união”, do questionário da Amostra, e contém 5 modalidades: casamento civil e religioso, casamento somente civil, casamento somente religioso, união consensual e nunca viveu.

A união consensual apresenta uma repartição geográfica semelhante à das pessoas sem religião, que se caracteriza por fortes percentuais nas Regiões Norte e Centro-Oeste e numa longa faixa do litoral, que se estende de Fortaleza, no Ceará, até Paranaguá, no Paraná (Figs. 8.08 e 6.02). Pode-se pensar que a explicação para

esta coincidência deva-se à possibilidade moral que as pessoas sem religião possuem de não formalizar a sua união através do casamento civil ou religioso.

O mapa do casamento civil e religioso se assemelha, em suas grandes linhas, ao mapa da urbanização, uma vez que é na metade-sul do país que esse tipo de união se constitui na forma mais comum de criação de uma nova célula familiar (Figs. 8.09 e 8.02). Há, no entanto, uma exceção a este padrão, que diz respeito à maior parte do sertão, área que se destaca por baixos níveis de urbanização. Levando-se em conta a forte presença da Igreja Católica nessa parte do Nordeste, pode-se pensar que a pressão social seja grande para que a união seja realizada na Igreja. Já o registro civil do casamento que é feito na Igreja é uma decisão deixada a cargo das famílias, em função de suas necessidades. Alguns escolhem o registro civil, mas uma parte não desprezível da população realiza somente o casamento religioso (Fig. 8.10).

Isto acontece menos em Pernambuco onde o casamento civil e religioso é mais comum do que no Ceará ou Piauí, cuja proporção de casamentos do tipo "somente religioso" ultrapassa muitas vezes 15% das pessoas recenseadas. Este modo de união é importante em toda a metade-norte do país, e corresponde, de uma maneira geral, ao casamento de pessoas pobres para as quais o que conta realmente é o sacramento religioso. Finalmente, o mapa do casamento "somente civil" guarda certas semelhanças com o das pessoas que se declaram sem religião, uma vez que, para elas, o casamento é um simples ato civil, sem qualquer conotação religiosa (Figs. 8.11 e 6.02).

A análise da "natureza da última união" nas regiões metropolitanas revela que naquelas que possuem ainda um grande espaço rural, o casamento civil e religioso é claramente mais importante nas áreas mais rurais da RM. Situam-se neste caso Belo Horizonte (Fig. N8), Vale do Itajaí (Fig. L8) e Brasília (Fig. P8). Em contrapartida, a proporção da união consensual aparece muito ligada à presença de pessoas que se declaram sem religião. Isto é bastante nítido em Belém (Fig. A11), Rio de Janeiro (Fig. I11), Belo Horizonte (Fig. N11) e no Vale do Aço (Fig. O11).

Nível de Educação

Para se avaliar as disparidades dos níveis de educação, um indicador foi construído com base nas respostas ao item da Amostra "curso mais elevado que frequentou, concluindo pelo menos uma série". Estabeleceu-se então a relação entre o número de habitantes com nível elementar (nenhum, alfabetização de adultos, antigo pri-

mário, ensino fundamental ou primeiro grau) e o número de habitantes com nível superior (graduação, mestrado ou doutorado). Através desse cálculo tem-se um número de pessoas de nível básico para cada pessoa de nível superior.

O mapa obtido não nos surpreende, levando-se em conta outros aspectos sociais já analisados. Assim, é na metade-norte do país que o nível de educação é mais baixo, enquanto a metade-sul se destaca por melhor situação educacional dos seus habitantes (Fig. 8.12). Porém, no interior de cada uma dessas duas grandes partes em que se divide o país, surgem diferenças significativas. Observa-se, então, que na metade-norte, todas as capitais estaduais apresentam situação mais favorável do que as demais áreas dos seus respectivos estados, o que é compreensível, já que nas capitais se concentram as principais instituições de ensino, as universidades, os empregos qualificados, etc. Da mesma forma, na metade-sul, os estados do Paraná, Santa Catarina e, em menor proporção, o Rio Grande do Sul situam-se em posição inferior à de São Paulo e do Rio de Janeiro, que se destacam como os de melhor nível educacional do país. Já o estado de Minas Gerais divide-se em duas partes: o norte se assemelhando à Região Nordeste, e o sul se aproximando das características da Região Sudeste.

Nível de renda

Medir o rendimento de uma pessoa é uma tarefa difícil, e os resultados obtidos dão uma idéia aproximada da realidade. Isto se relaciona à própria noção de rendimento e à diversidade das situações encontradas. Assim, entre o rendimento de um assalariado de São Paulo e o de um trabalhador nordestino, os elementos que compõem as suas rendas não são, naturalmente, os mesmos. Apesar disso, a noção de salário mínimo no país é bem conhecida da população que trabalha, que pode expressar o seu rendimento, ou pelo menos uma parte dele, em número de salários mínimos. Desse modo, pôde-se então estabelecer a seguinte relação: número de pessoas em atividade, que recebe, no máximo, um salário mínimo por mês, para cada pessoa que recebe mais de dez. O resultado desse cálculo expressa um número de pessoas de baixo rendimento, para cada pessoa com renda elevada (considerando-se que 10 salários mínimos é tido como um salário elevado no Brasil).

O mapa deste indicador é semelhante ao dos níveis de educação e revela a mesma oposição entre a metade-norte e a metade-sul do país. Assim como acontece com a educação, as capitais estaduais da metade-norte apresentam menores discrepâncias de rendimentos que

as demais microrregiões dos seus respectivos estados. Na metade-sul do Brasil, o Paraná e Minas Gerais se mostram menos bem situados que São Paulo e Rio de Janeiro, quanto a este indicador (Fig. 8.13).

Nas regiões metropolitanas, observa-se igualmente uma forte correlação entre este indicador de disparidade de rendimentos e o de níveis de educação. Como vimos no primeiro capítulo, tem-se quanto à renda e à educação o modelo clássico de centro-periferia, que se constitui numa das modalidades de segregação social existentes nas cidades, com as classes trabalhadoras sendo empurradas para as periferias metropolitanas. Isto é particularmente claro nos mapas de Belém (Figs. A16 e A17), Fortaleza (Figs. C16 e C17), Natal (Figs. D16 e D17), Recife (Figs. E16 e E17), Rio de Janeiro (Figs. I16 e I17) e São Paulo (Figs. J16 e J17).

Atividade econômica

A análise das atividades econômicas da população se constituiria numa pesquisa em si mesma, dada a riqueza de dados contidos no Censo Demográfico de 2000. Com base nessas informações, foi possível estabelecer inicialmente a taxa de atividade da população, que é uma avaliação global do número de habitantes que exercia algum trabalho remunerado na semana de referência do Censo. Além disso, procurou-se analisar as atividades da população, a partir do “código de ocupação”, segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), que especifica os setores nos quais as pessoas em atividade exercem a sua profissão. Assim, foram escolhidos quatro setores de atividade: agricultura, indústria, serviço às empresas e trabalho doméstico, com base no item “posição na ocupação”. Os indicadores relativos a esses setores de atividades foram mapeados para o Brasil, considerado como um todo, e para as regiões metropolitanas, com exceção da agricultura, cujos mapas não foram, naturalmente, realizados para as RMs.

Assim como o mapa das desigualdades dos níveis de educação e renda, o da taxa de atividade da população remunerada apresenta também uma nítida oposição norte/sul, que por sua recorrência mostra que se trata de uma clivagem fundamental na geografia brasileira (Fig. 8.14). Os coeficientes de correlação entre as “discrepâncias de educação”, de um lado, e as “discrepâncias de rendimentos”, de outro, com a “taxa de atividade”, se situam, respectivamente, em: $R = -0,8$ e $R = -0,7$. Tais coeficientes revelam que quanto maior a proporção de pessoas em atividade, menor o peso da educação ou do rendimento como elementos de segregação social.

Nesse sentido, pode-se considerar que a taxa de atividade remunerada seja um indicador de desenvolvimento. Assim, é muitas vezes em regiões industriais que a taxa de atividade atinge valores mais elevados, como no eixo urbano-industrial São Paulo-Campinas-São Carlos, no estado de São Paulo, na região de Joinville-Blumenau, em Santa Catarina, e ainda em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, com coeficiente de correlação de $R = +0,6$ (Fig. 8.15).

Além dessas áreas, as capitais estaduais da metade-norte do país apresentam taxas de atividades mais elevadas do que as regiões circunvizinhas. De fato, a taxa de atividade correlaciona-se positivamente com a taxa de urbanização ($R = +0,7$), o que pode ser observado também em algumas regiões dinâmicas do interior, como Imperatriz no Maranhão, Mossoró no Rio Grande do Norte, Barreiras e Ilhéus-Itabuna, no estado da Bahia (Fig. 8.14).

Em contrapartida, a ocupação na atividade agrícola correlaciona-se negativamente com a taxa de atividade ($R = -0,7$). Isto significa que quanto maior o número de pessoas ocupadas na atividade agrícola, no conjunto da população ativa, menor o nível de desenvolvimento das regiões, no sentido produtivista do termo, porque o valor acrescentado pela agricultura familiar é pequeno em relação às atividades industriais e de serviço às empresas (Fig. 8.16). Observa-se que, nas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, a presença de pessoas ocupadas na atividade agrícola é reduzida, em função do *modelo agrícola tecnológico* que caracteriza essa região. Isso não impede, no entanto, que o Centro-Oeste apresente taxas de atividades elevadas, porque o sistema econômico que aí se consolidou oferece oportunidades de emprego em outros setores, além da agricultura.

Assim, a observação anterior sobre outras possibilidades de emprego no Centro-Oeste é confirmada pelo mapa da porcentagem dos empregados domésticos, no total da população ativa (Fig. 8.17). De fato, essa região se destaca no país como uma das grandes detentoras desse tipo de emprego, que ocorre principalmente nas cidades mais importantes, sendo o coeficiente de correlação entre a porcentagem de empregos domésticos e a taxa de urbanização de $+0,7$.

Já os empregos nos transportes e serviços às empresas são atividades típicas das capitais, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Observa-se ainda a importância dessa atividade em alguns centros urbanos que se localizam na fronteira do Brasil com os demais países do Mercosul, como Foz do Iguaçu, Uruguaiana e Chuí (Fig. 8.18). No estado de São Paulo essas funções essenciais à economia moderna são implantadas na maior parte do seu território e se estendem ainda pelo Triân-

gulo Mineiro, área conhecida pelo seu dinamismo agro-industrial.

A análise dos indicadores das atividades econômicas nas regiões metropolitanas revela uma forte correlação entre a porcentagem de pessoas com idade de 15 a 60 anos e a taxa de atividade. Compreende-se que esses dois indicadores possuem significados muito próximos, e a diminuição dos percentuais do centro para a periferia, observada nos dois casos, revela simplesmente que as atividades são mais intensas na parte central das cidades do

que na periferia. Isto mostra também que o setor de serviços é hoje o maior gerador de emprego num grande número de cidades brasileiras.

Isto é particularmente claro em Brasília (Figs. P12 e P14), Fortaleza (Figs. C12 e C14), Rio de Janeiro (Figs. I12 e I14) e São Paulo (Figs. J12 e J14). Várias regiões metropolitanas revelam, no entanto, que a indústria desempenha sempre um papel importante no grau de atividade da população, como na metade-norte de Porto Alegre (Figs. M12 e M13) e no Vale do Itajaí (Figs. L12 e L13).

Figura 8.01

População total 2000



Figura 8.02

Taxa de urbanização

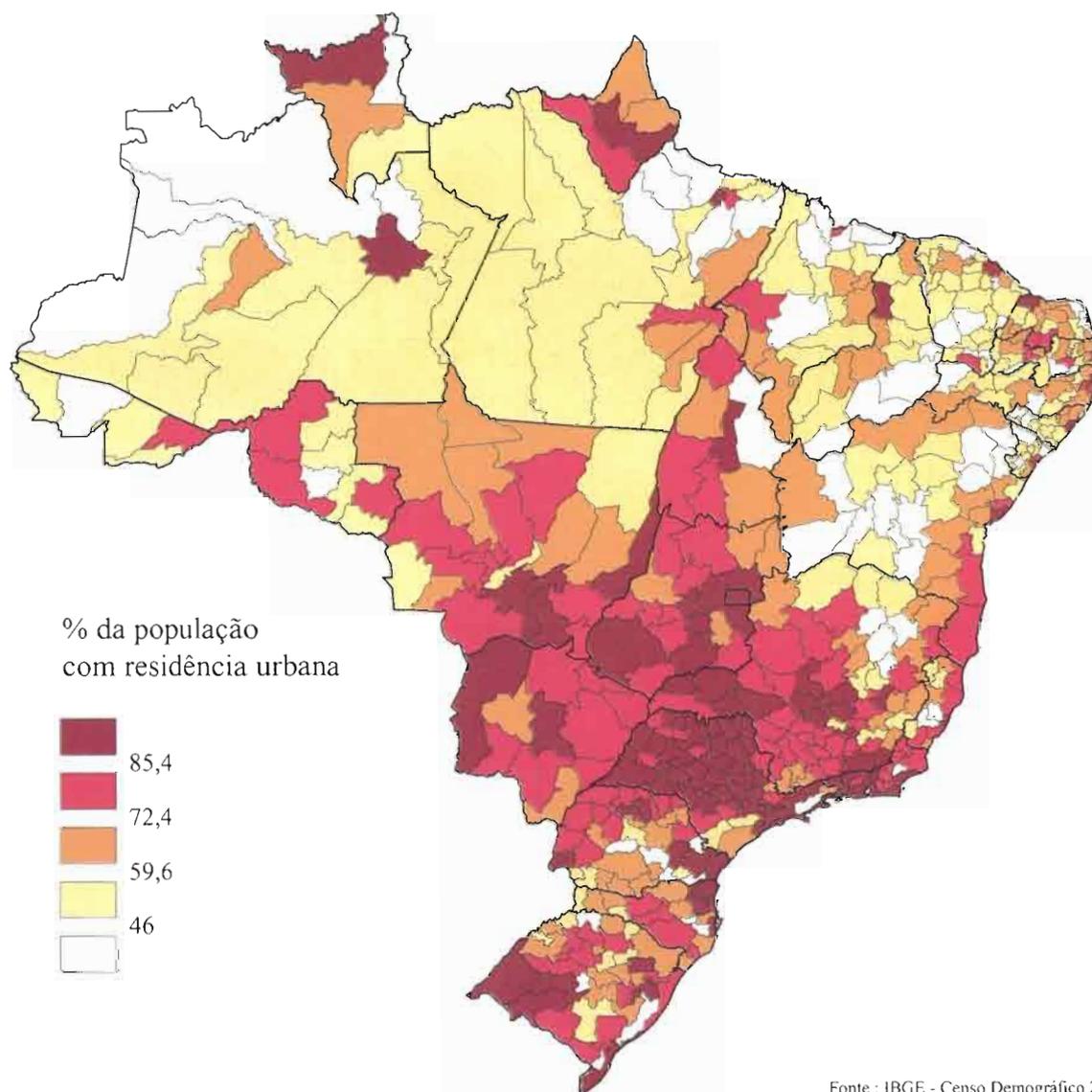


Figura 8.03

Taxa de masculinidade

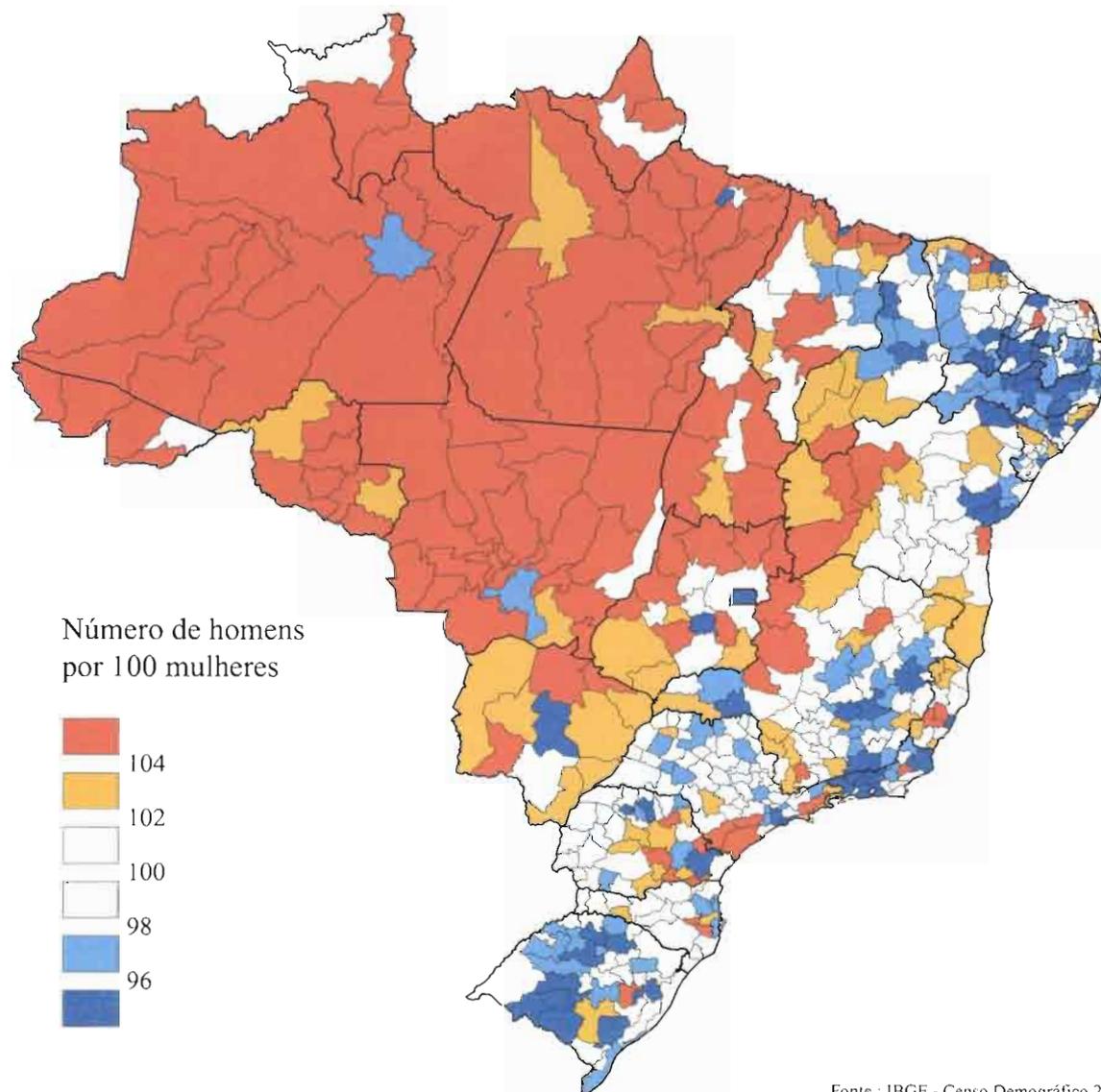


Figura 8.04

População com até 15 anos de idade

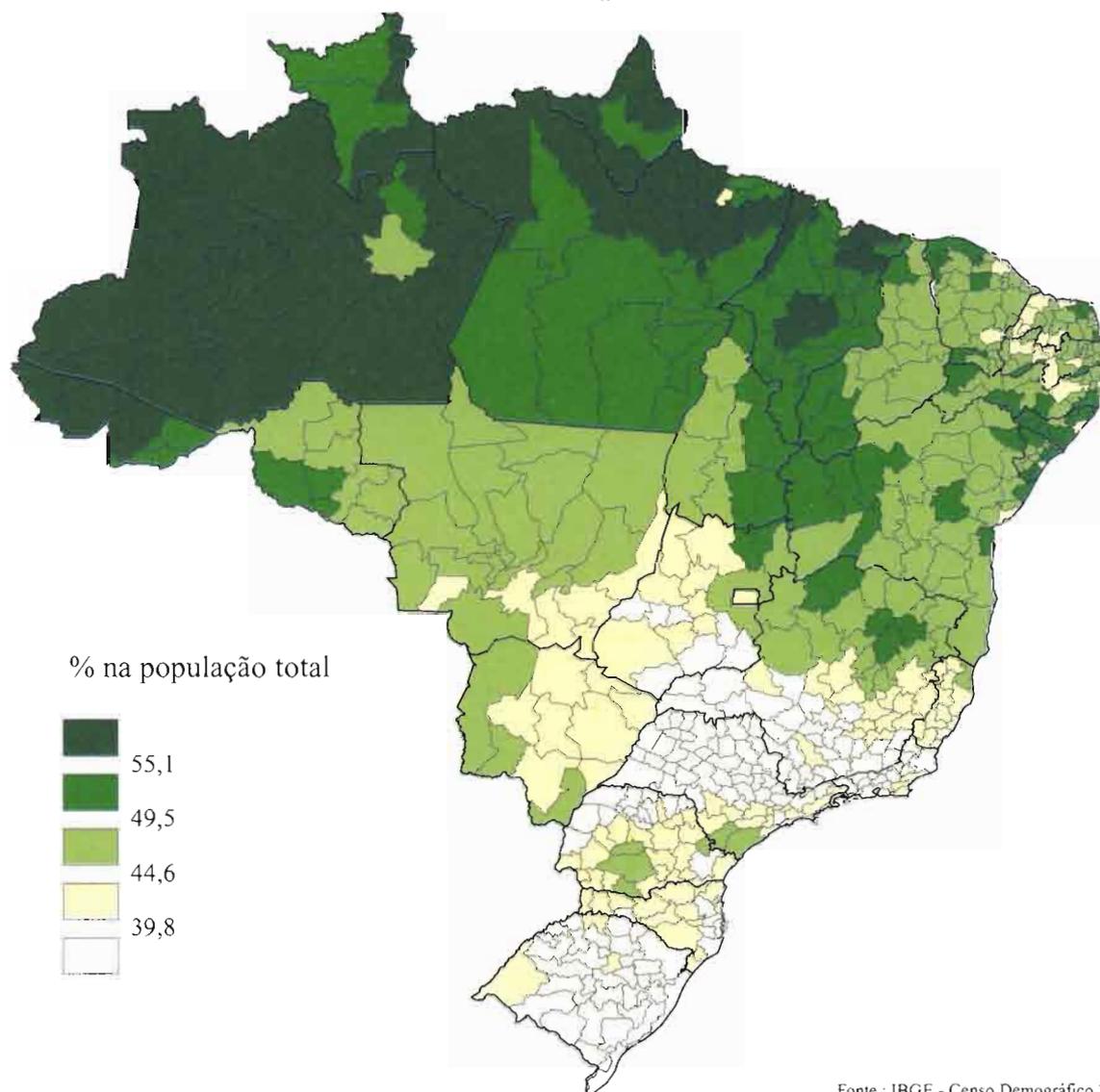


Figura 8.05

População com mais de 15 e até 60 anos de idade

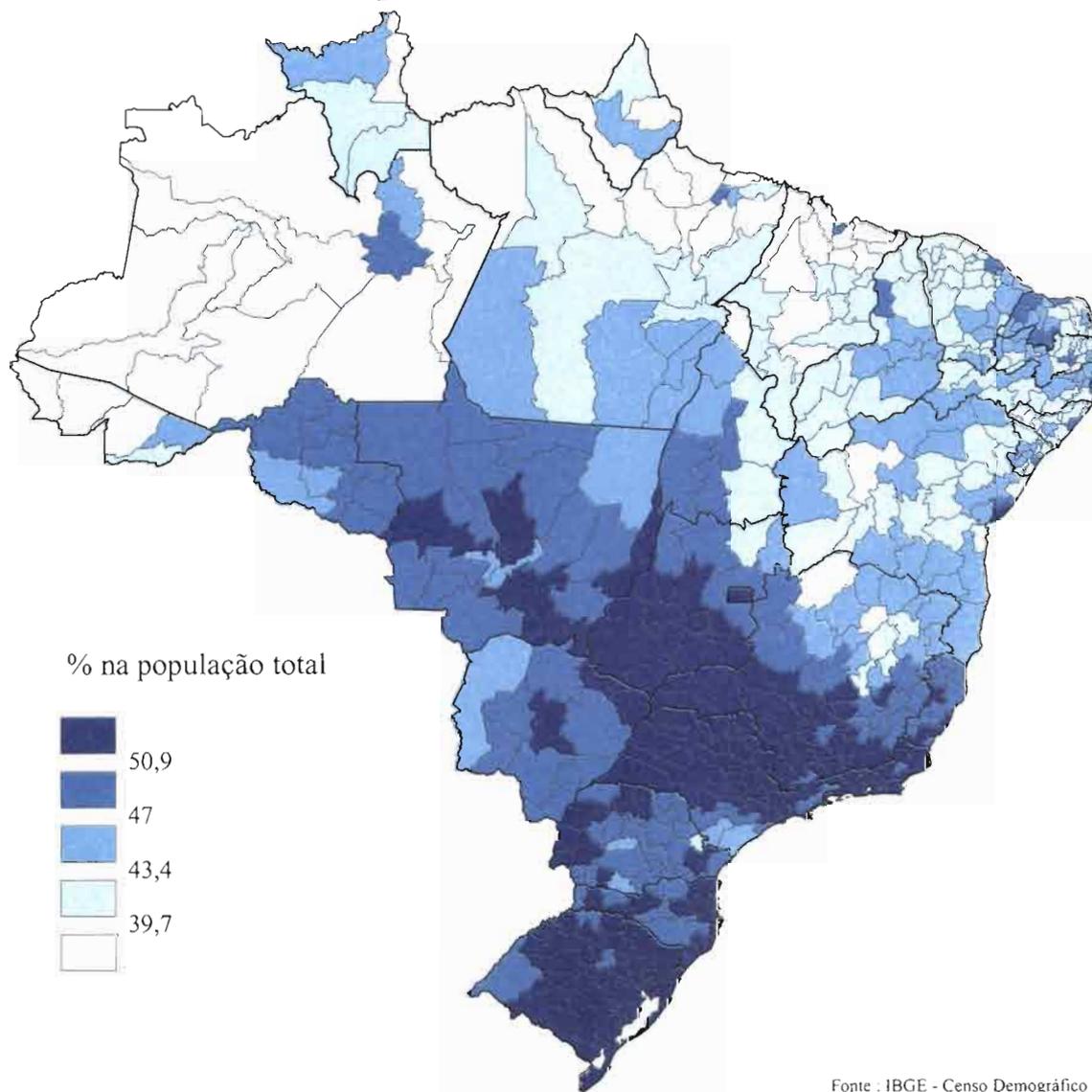
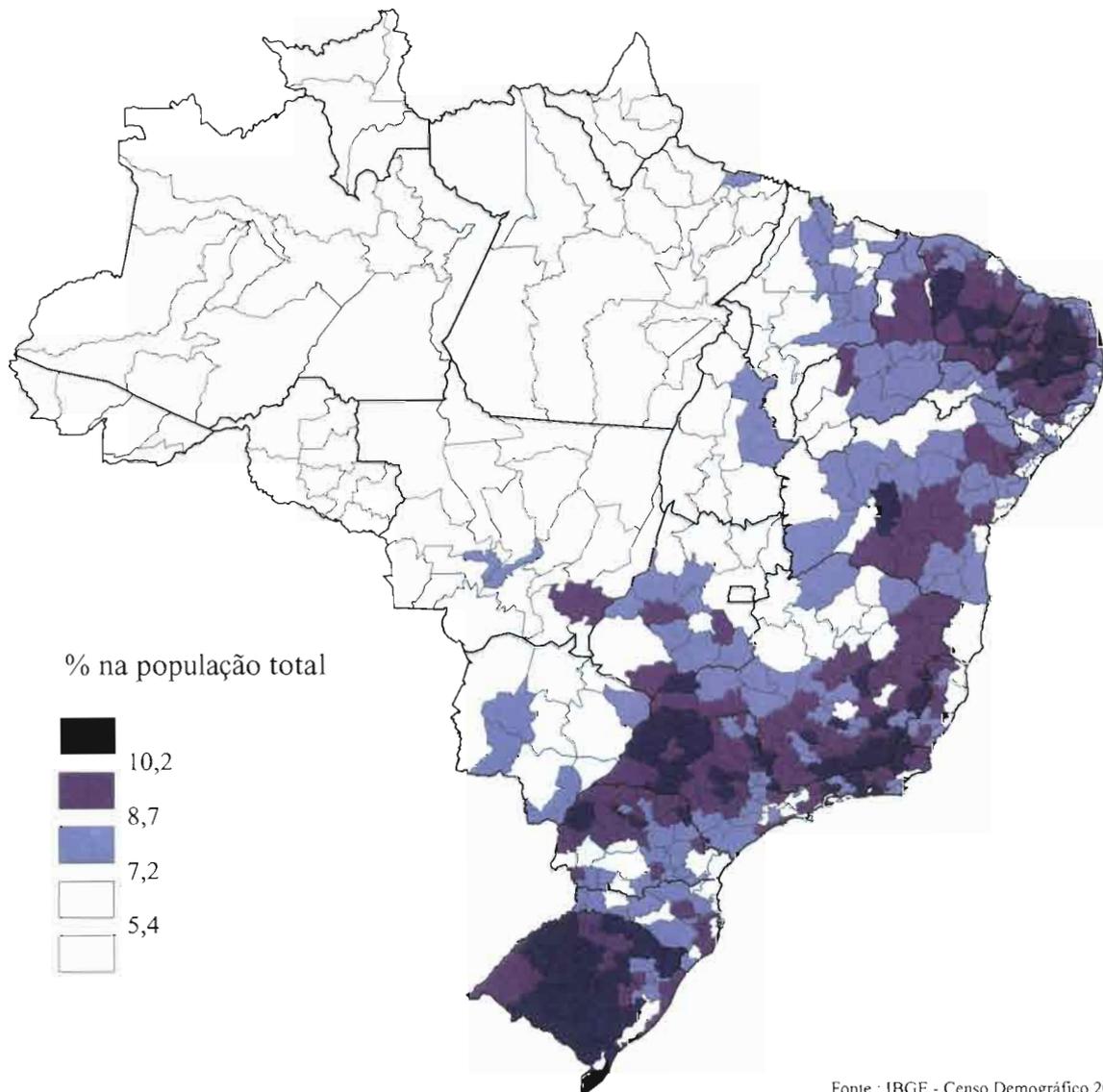


Figura 8.06

População com mais de 60 anos de idade



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura 8.07

População de cor não branca

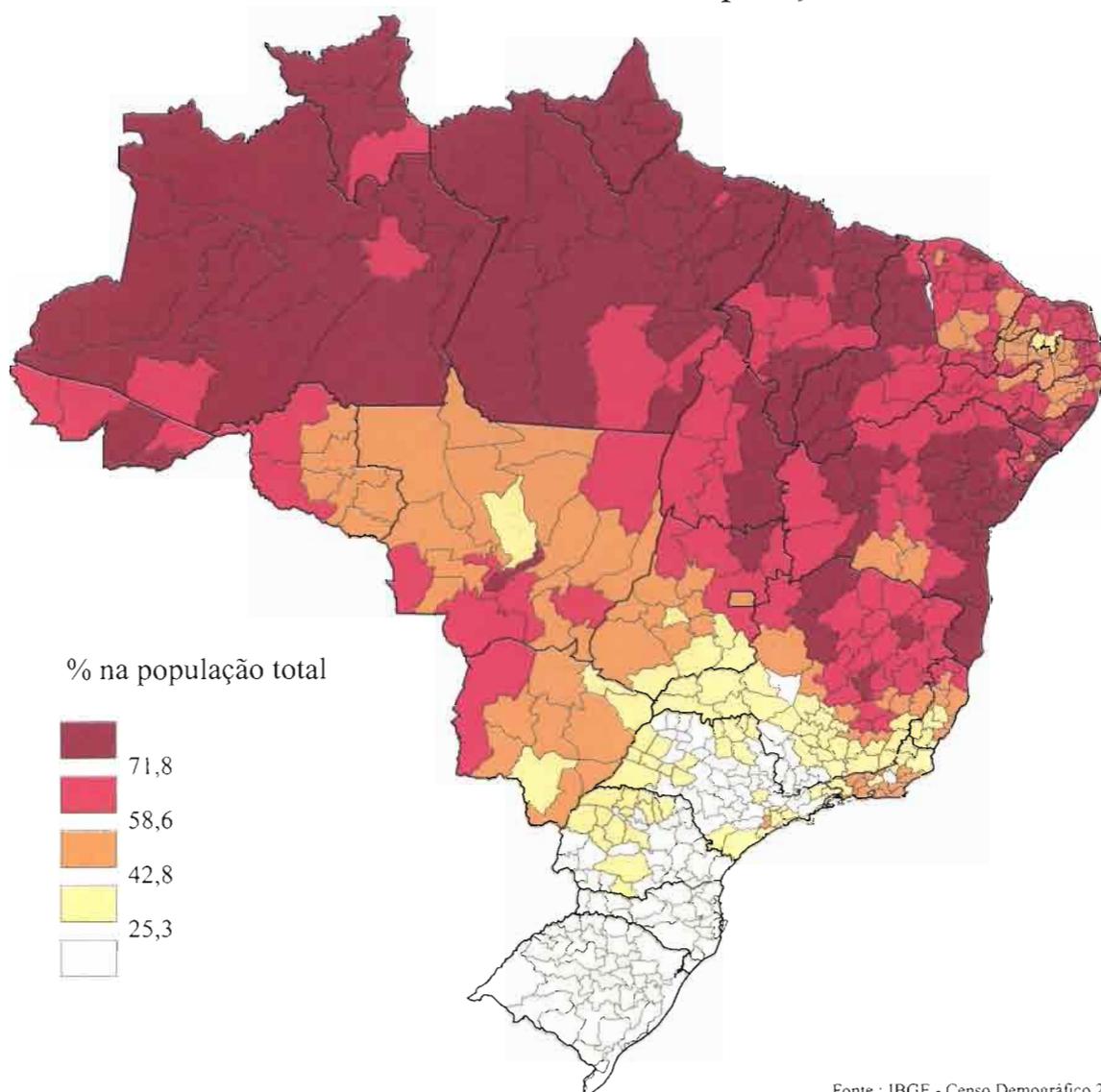


Figura 8.08

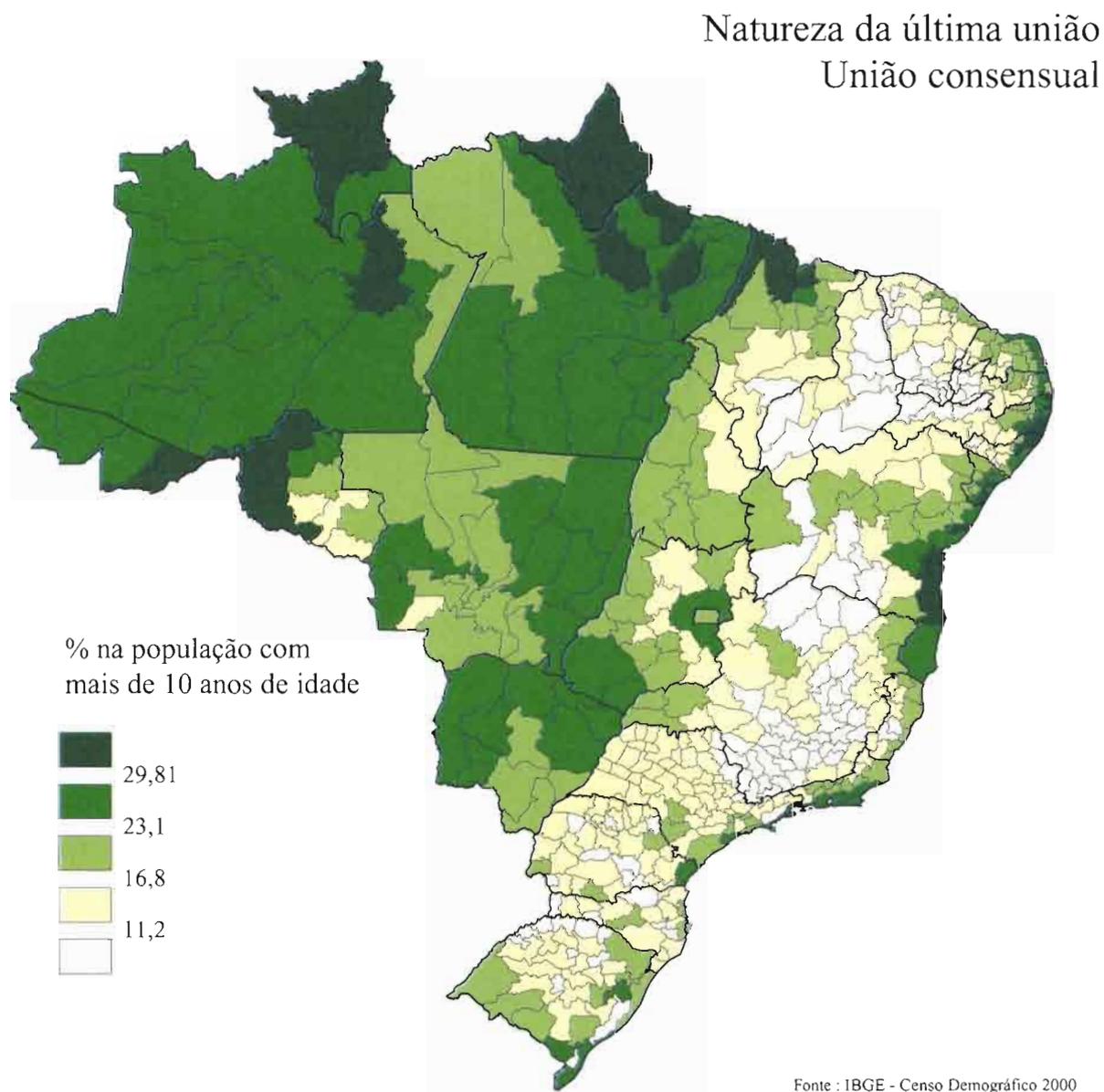


Figura 8.09

Natureza da última união Casamento civil e religioso

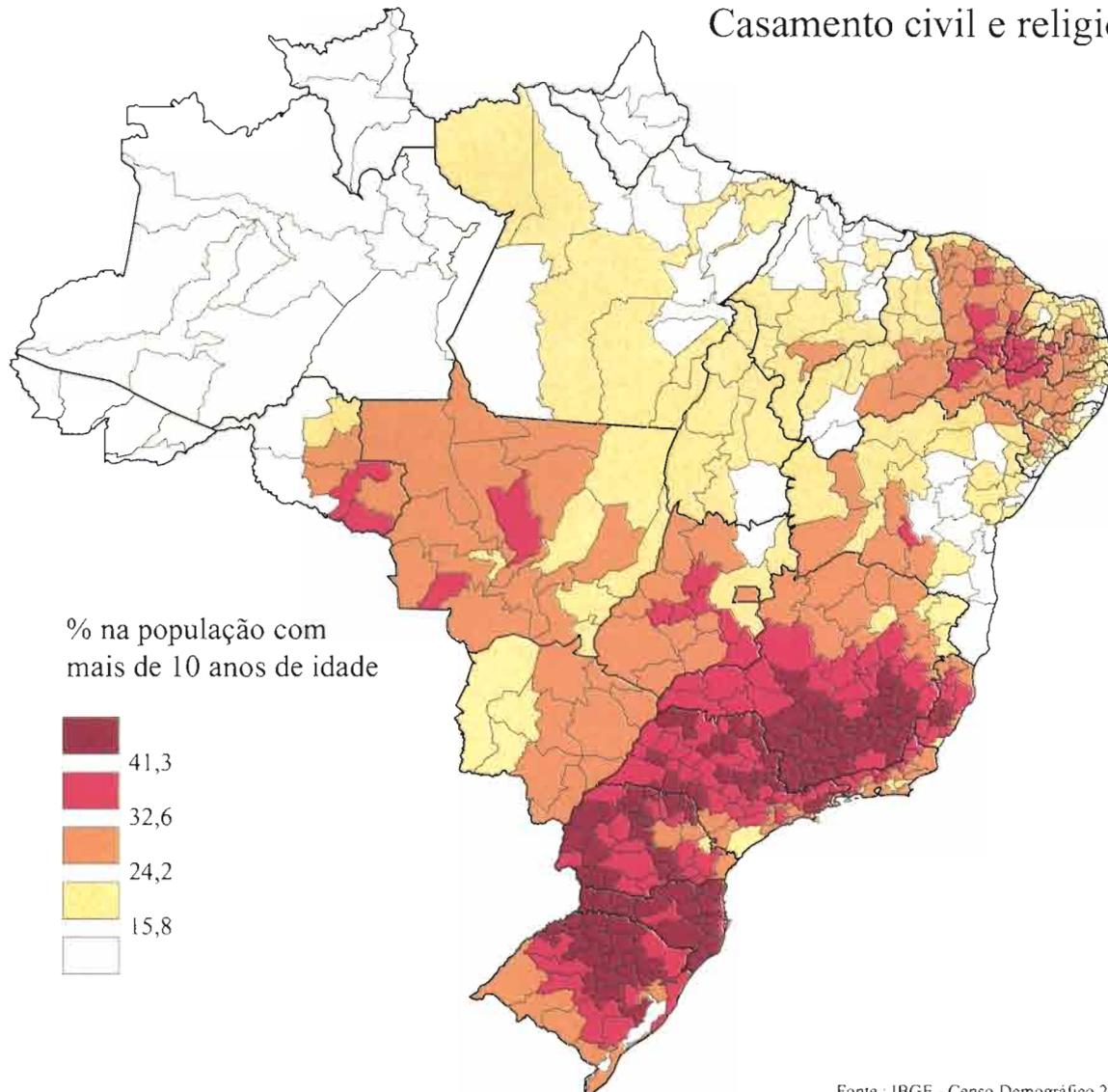


Figura 8.10

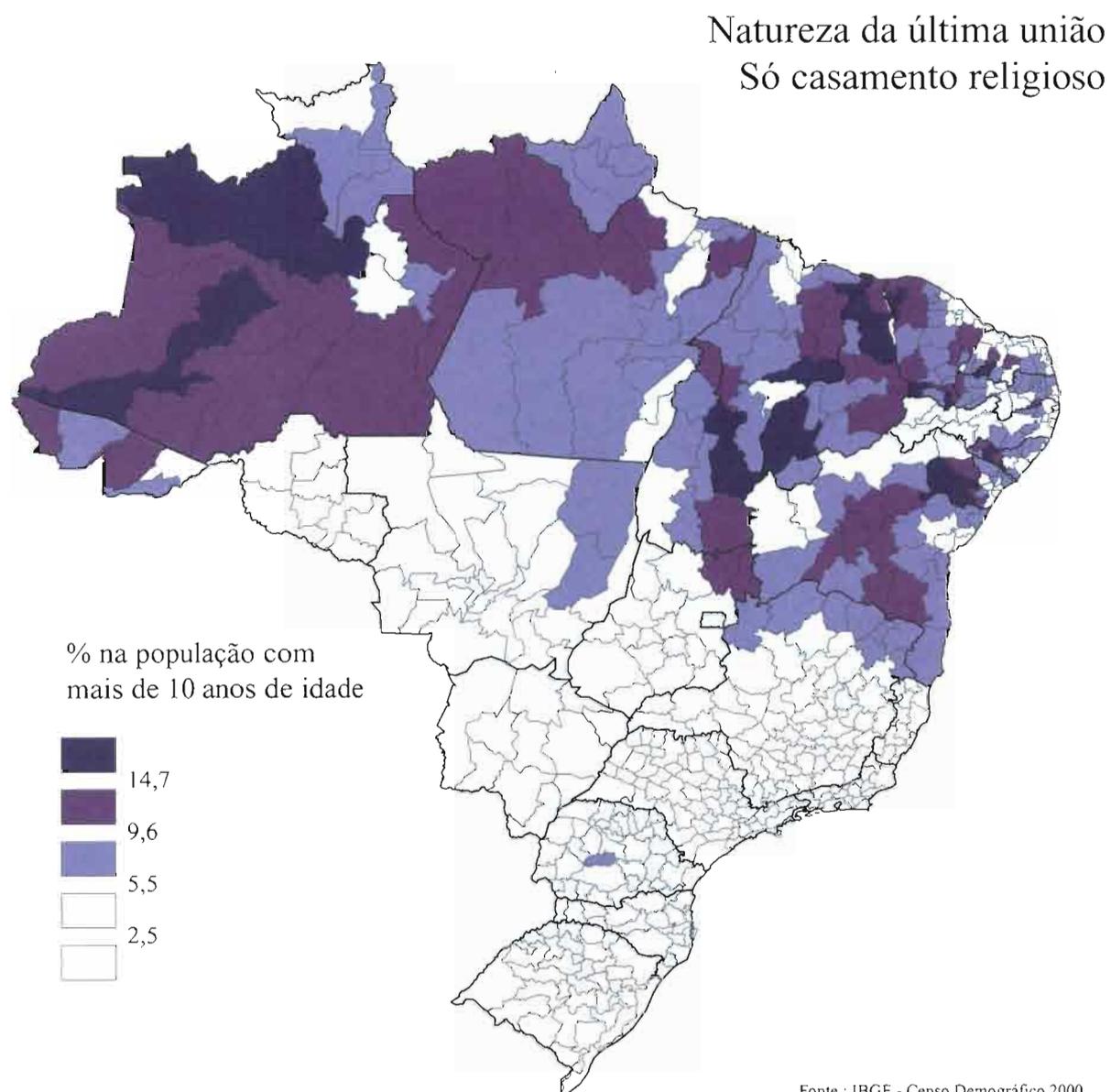


Figura 8.11

Natureza da última união
Só casamento civil

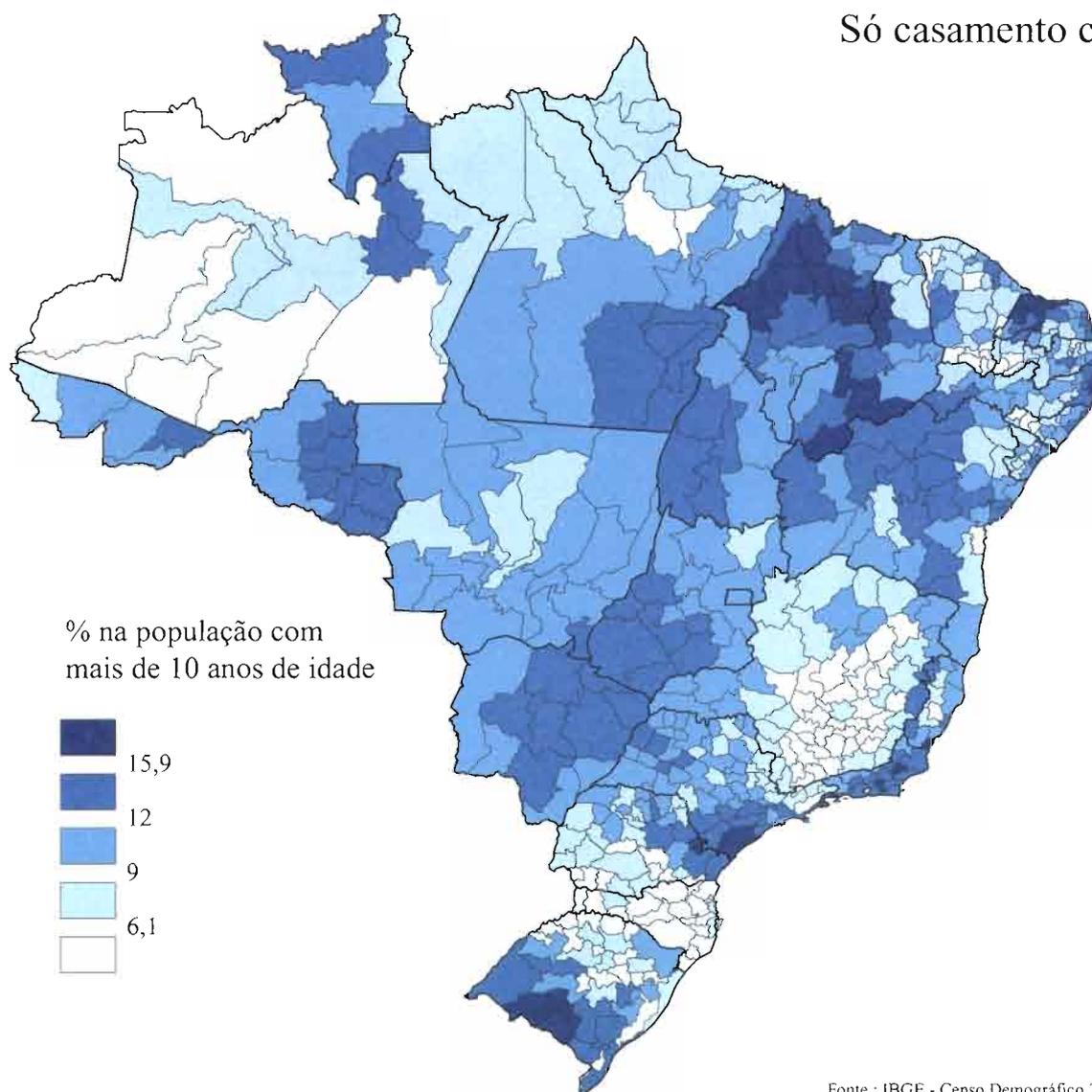


Figura 8.12

Discrepâncias de educação

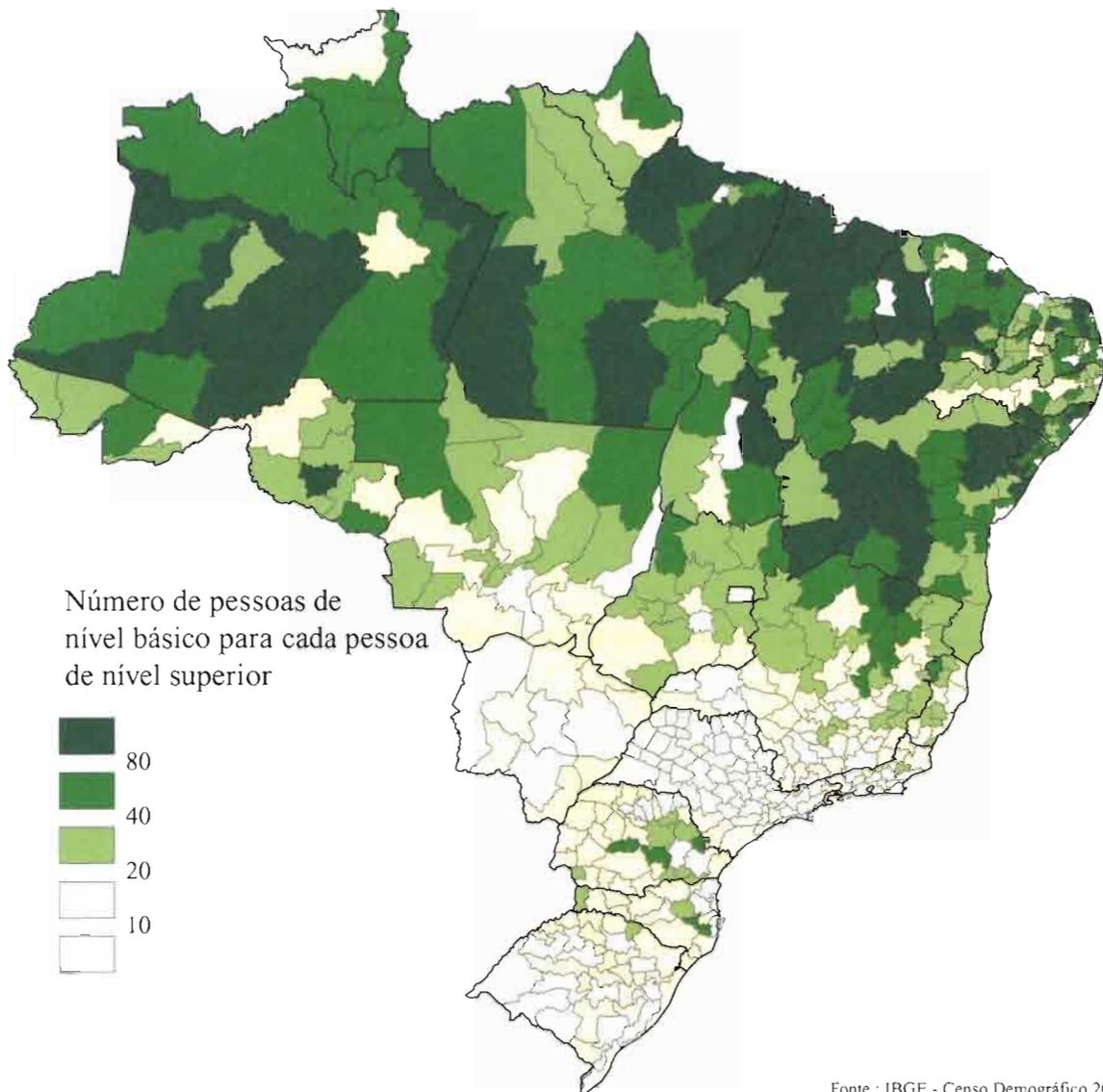


Figura 8.13

Discrepâncias de rendimentos

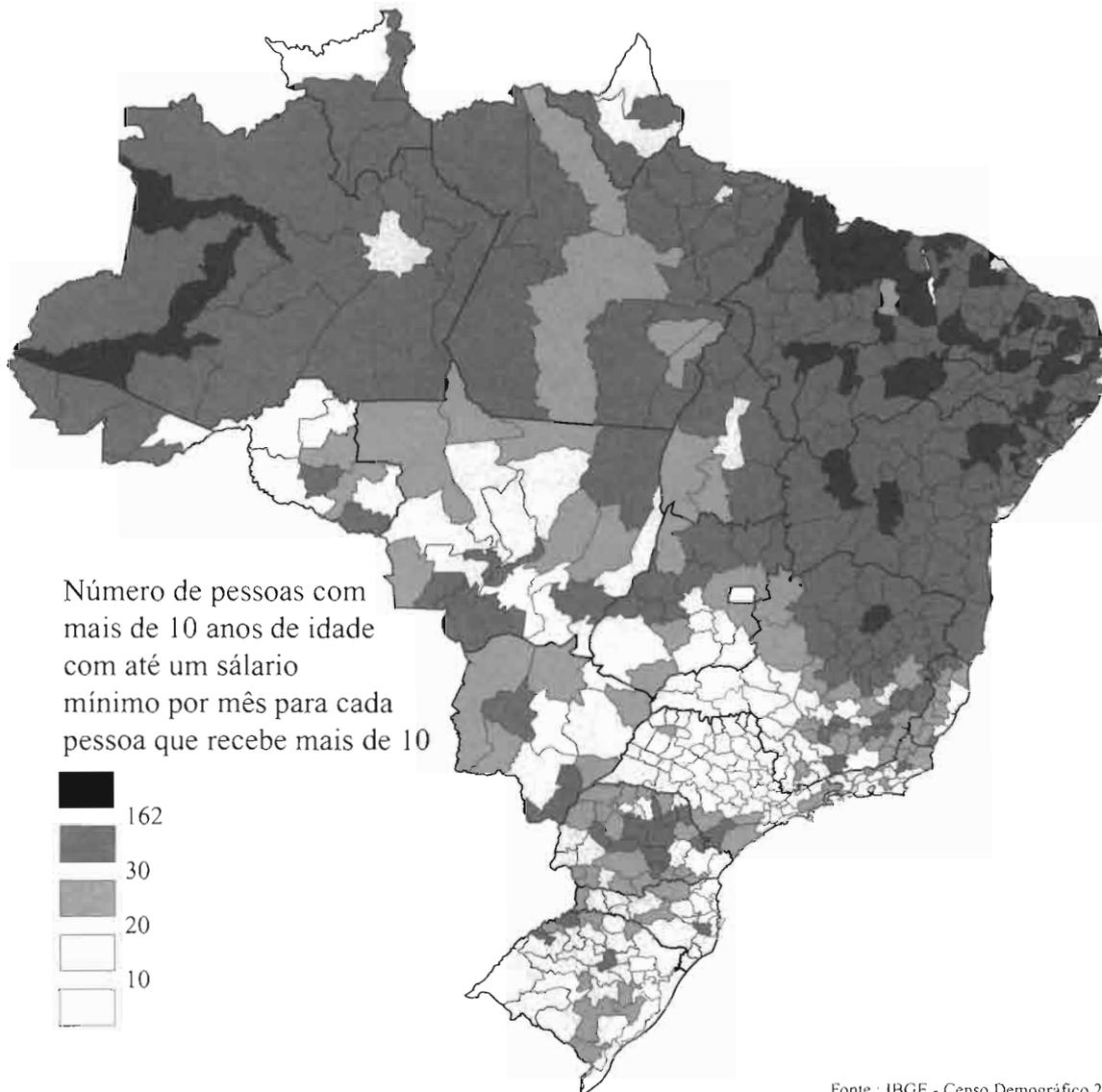


Figura 8.14

Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana de referência do censo

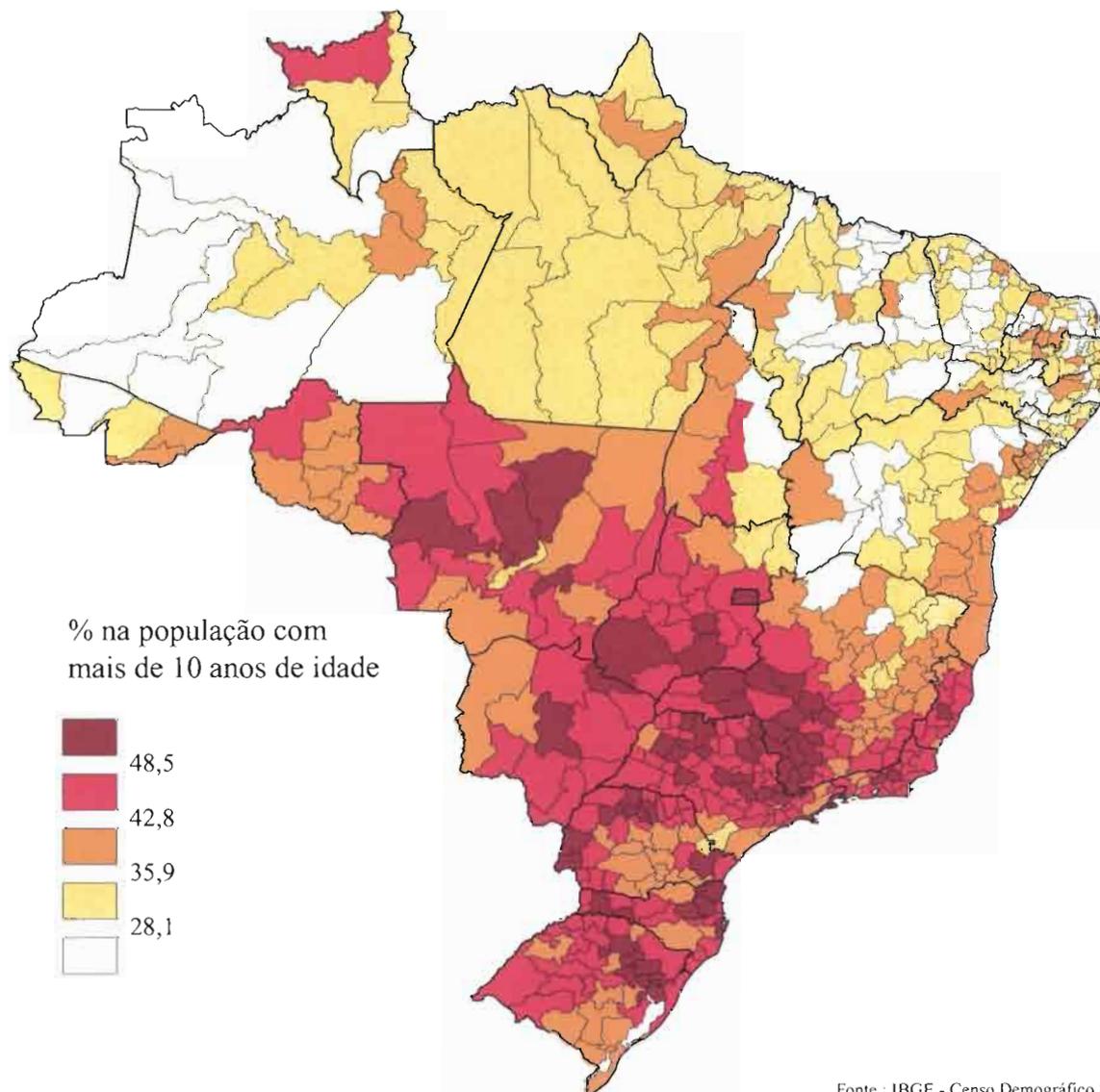


Figura 8.15

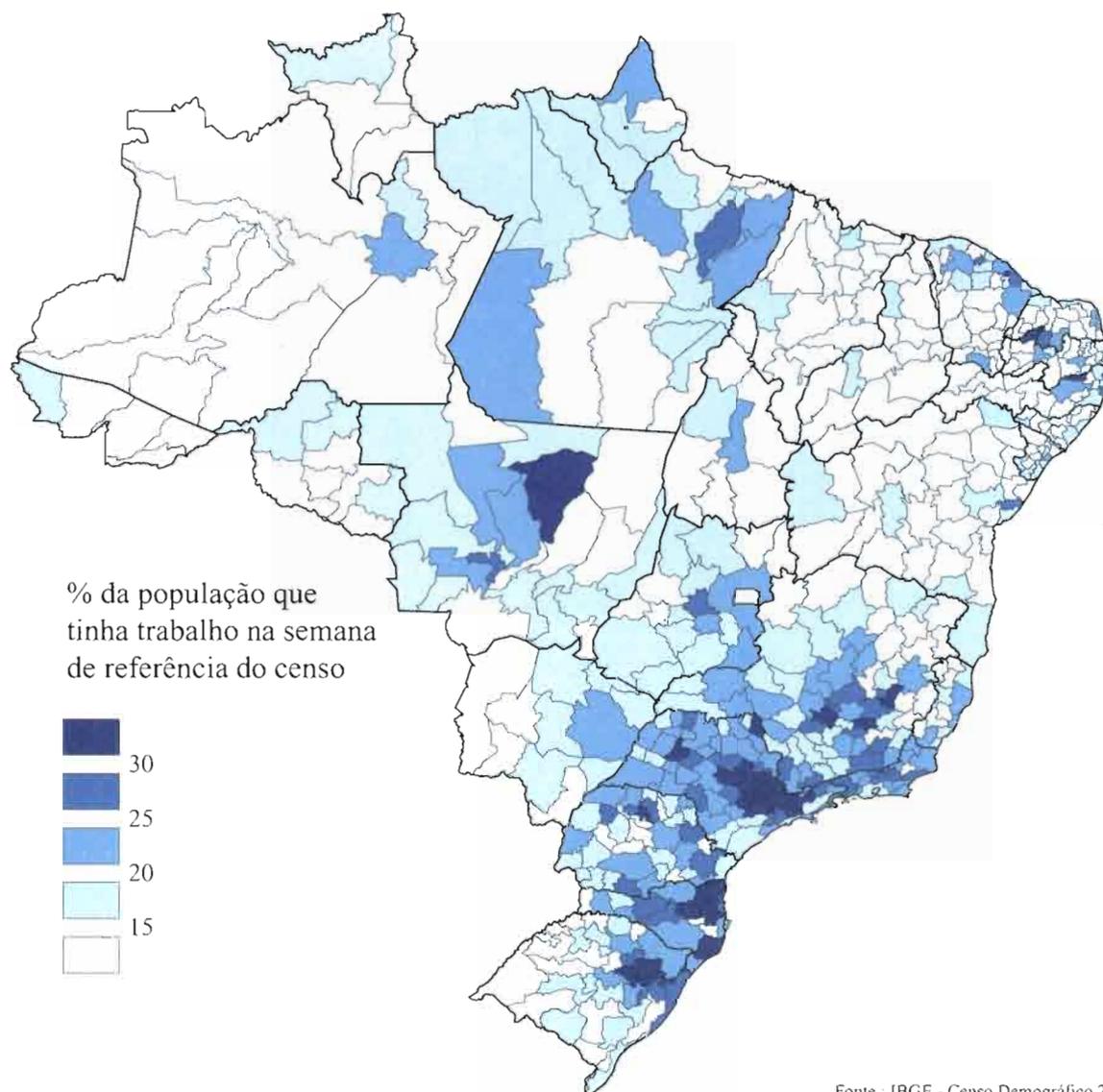
Setor de atividade
Indústria

Figura 8.16

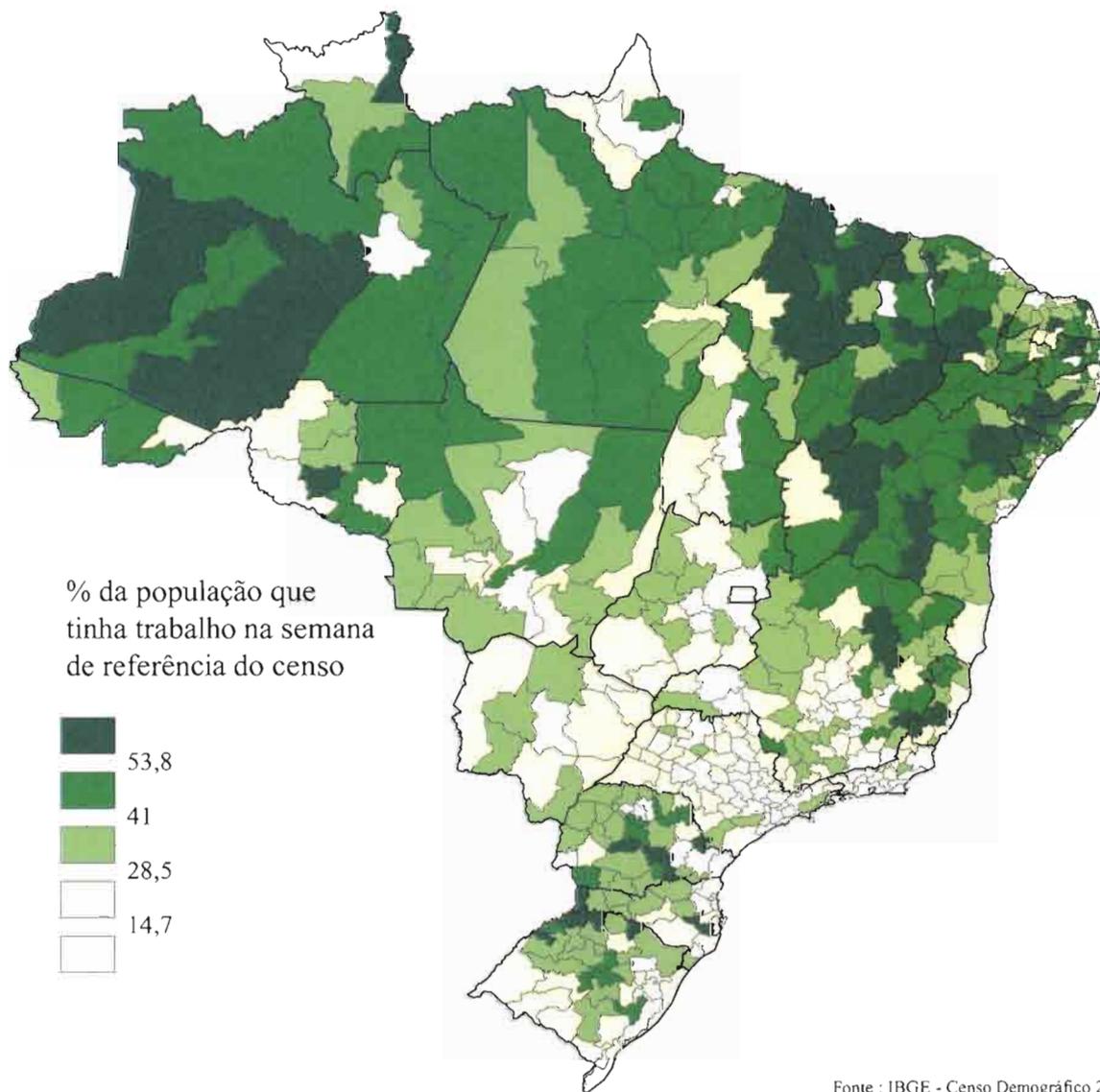
Setor de atividade
Agricultura

Figura 8.17

Posição na ocupação
Trabalhador doméstico

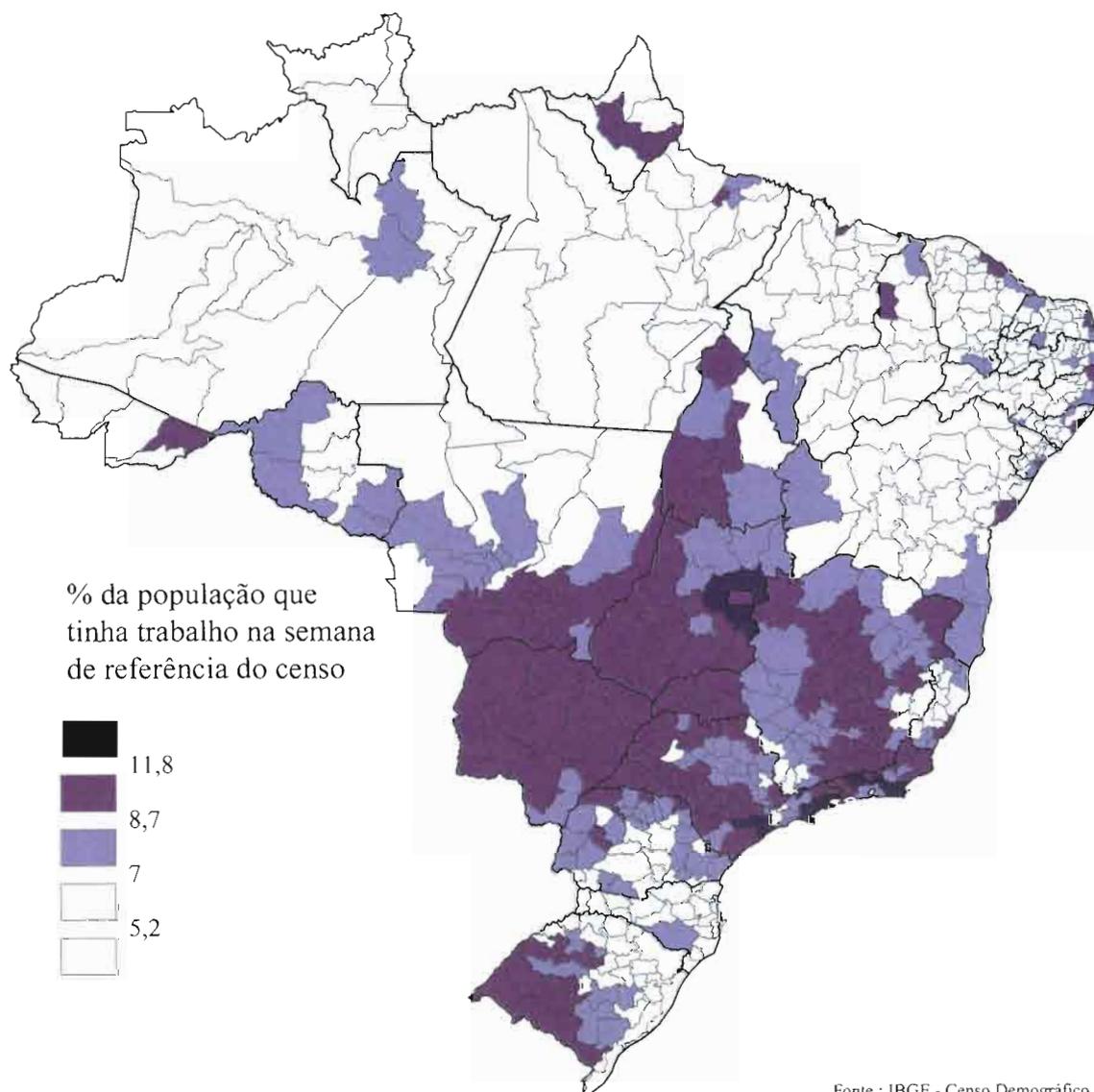


Figura 8.18

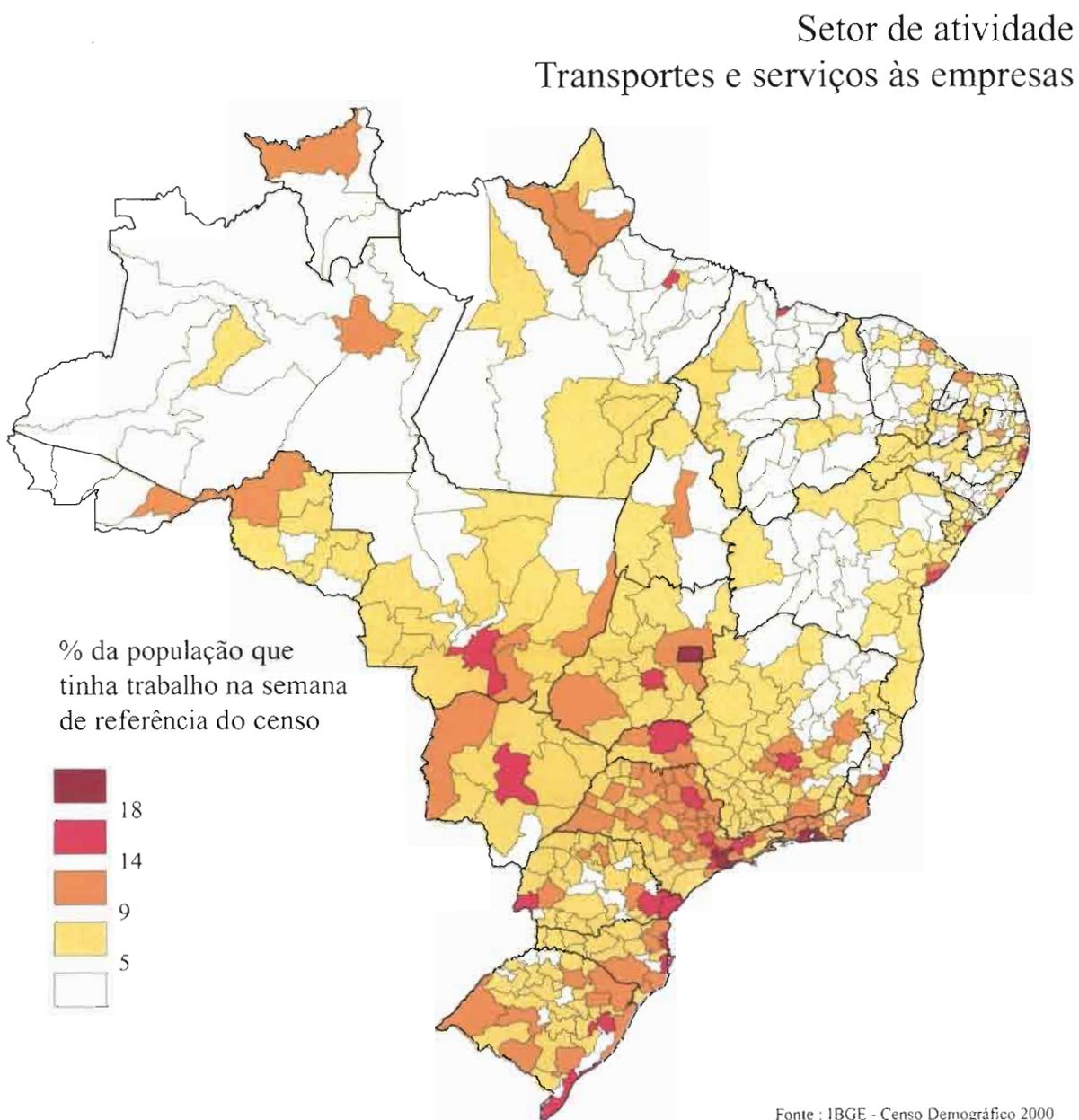
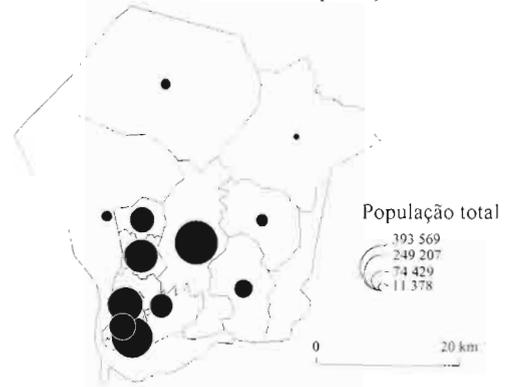


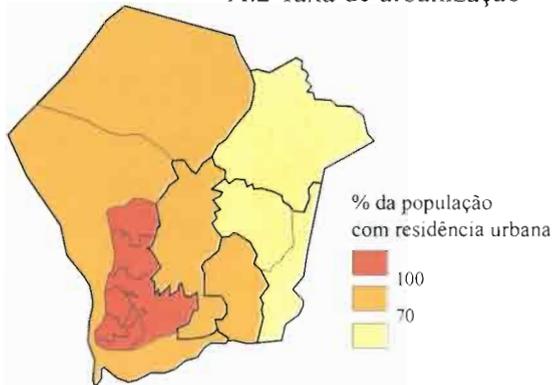
Figura A1

Região Metropolitana de Belém

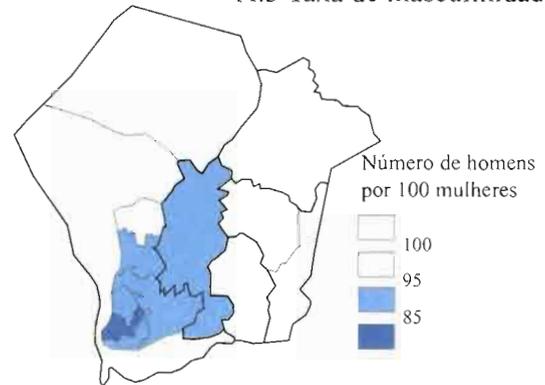
A.1 População total 2000



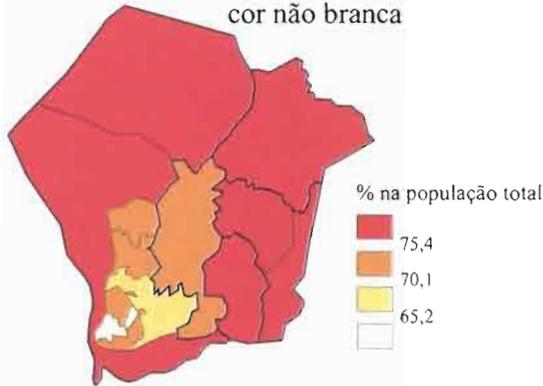
A.2 Taxa de urbanização



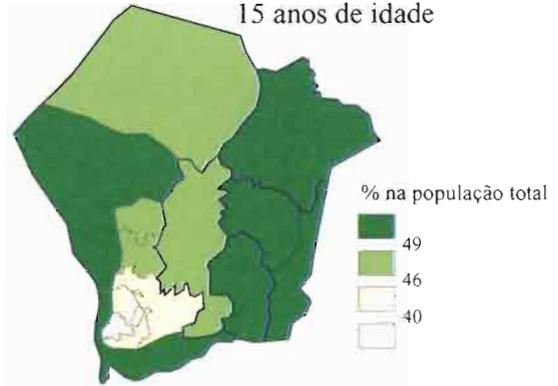
A.3 Taxa de masculinidade



A.4 População de cor não branca



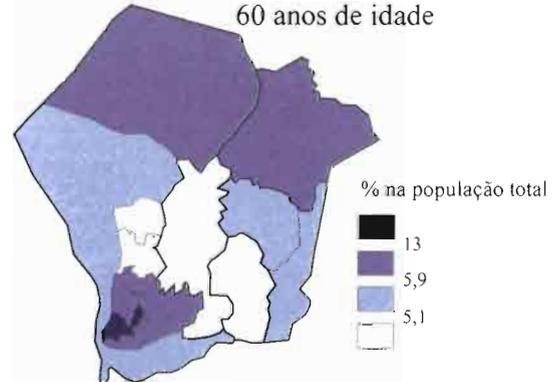
A.5 População com até 15 anos de idade



A.6 População com mais de 15 e até 60 anos de idade



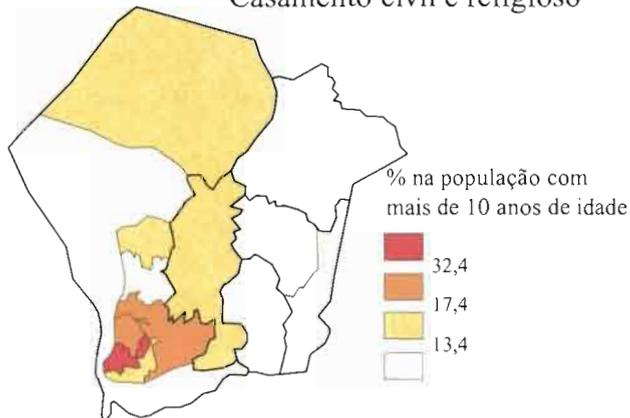
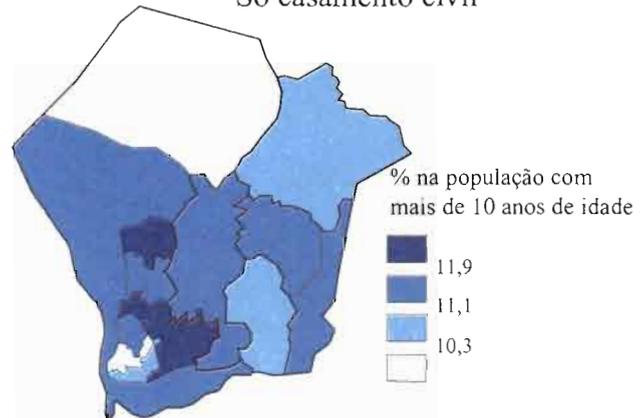
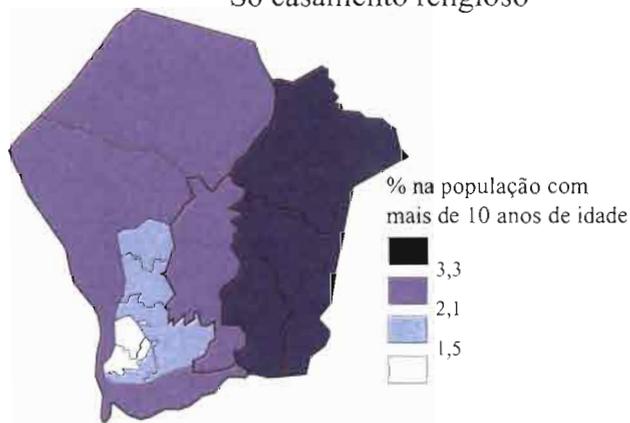
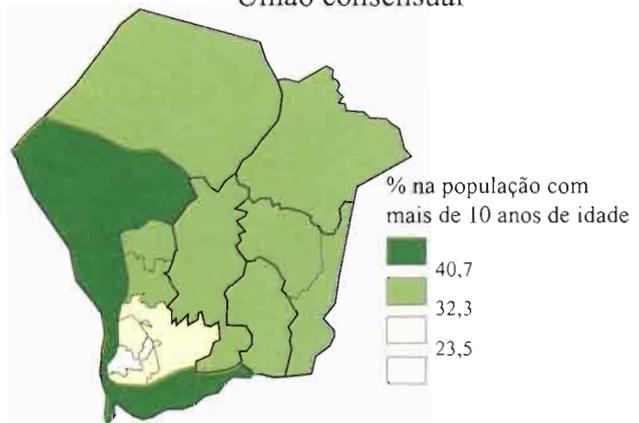
A.7 População com mais de 60 anos de idade



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura A2

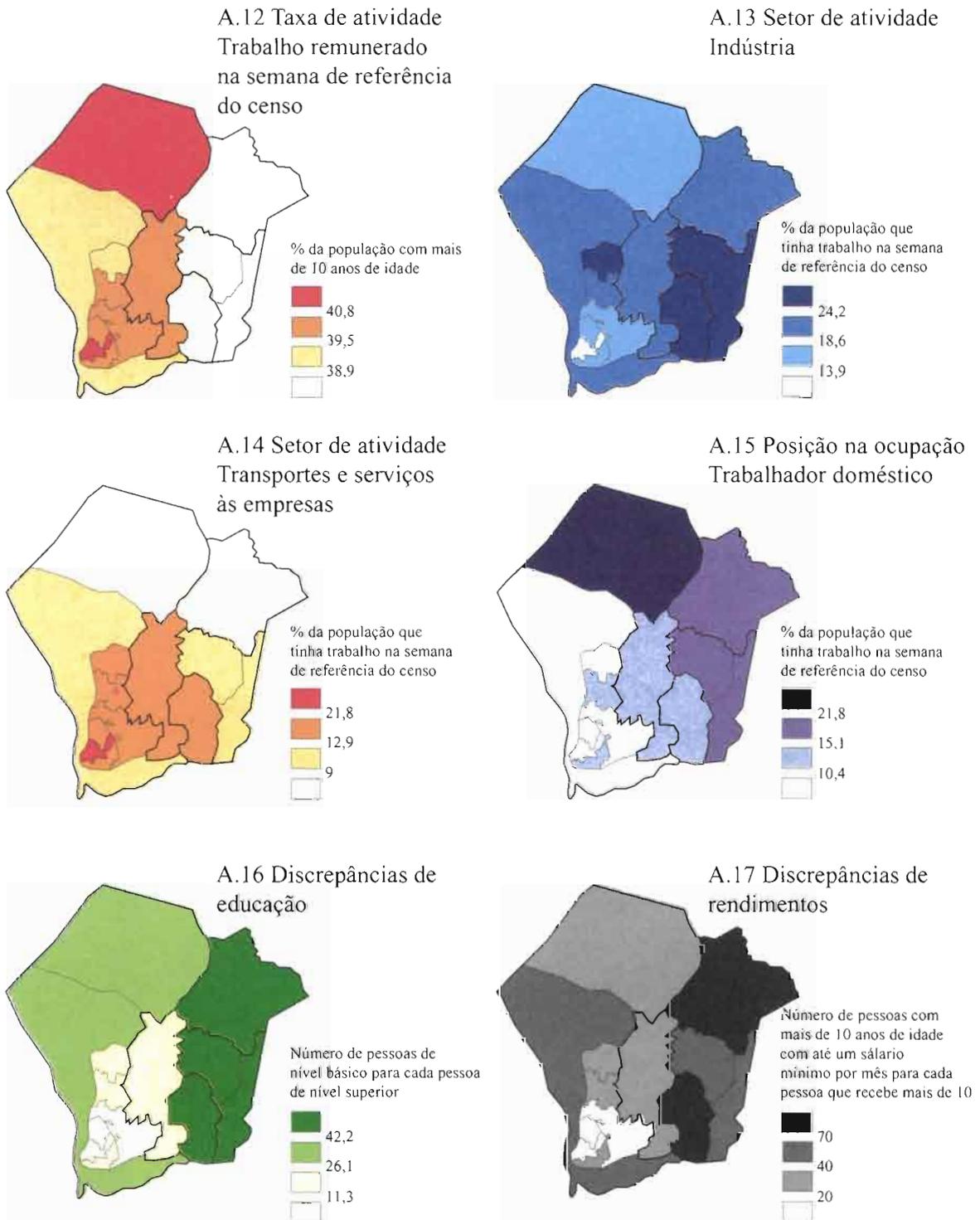
Região Metropolitana de Belém

A.8 Natureza da última união
Casamento civil e religiosoA.9 Natureza da última união
Só casamento civilA.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoA.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura A3

Região Metropolitana de Belém

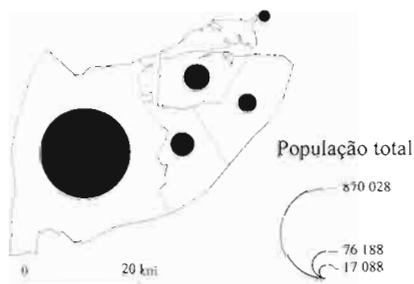


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

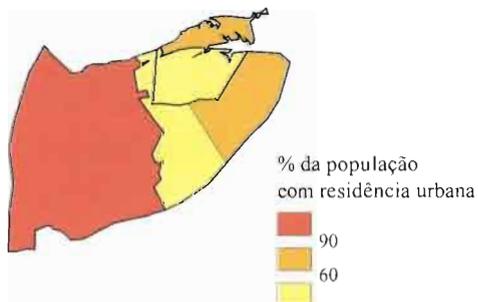
Figura B1

Região Metropolitana de São Luís

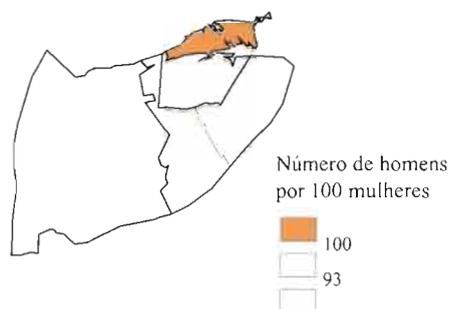
B.1 População total 2000



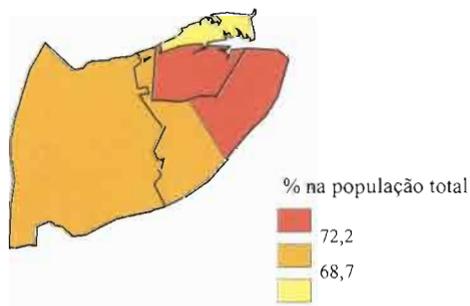
B.2 Taxa de urbanização



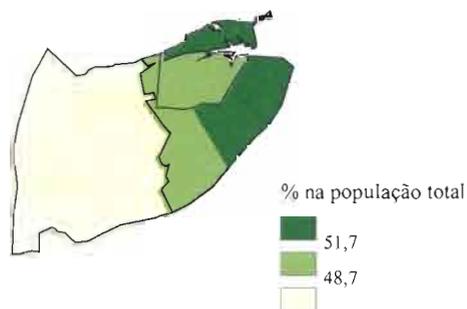
B.3 Taxa de masculinidade



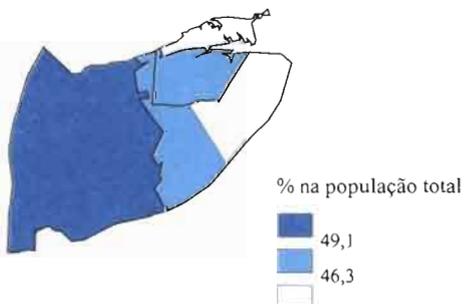
B.4 População de cor não branca



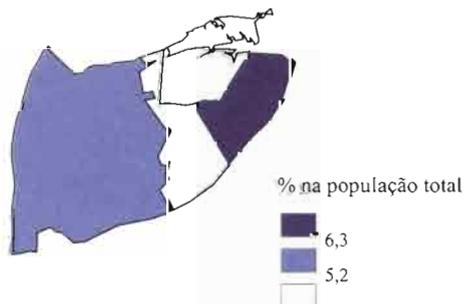
B.5 População com até 15 anos de idade



B.6 População com mais de 15 e até 60 anos de idade



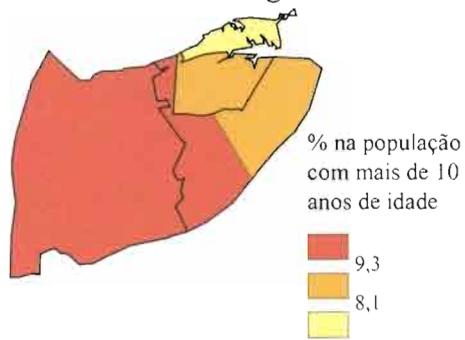
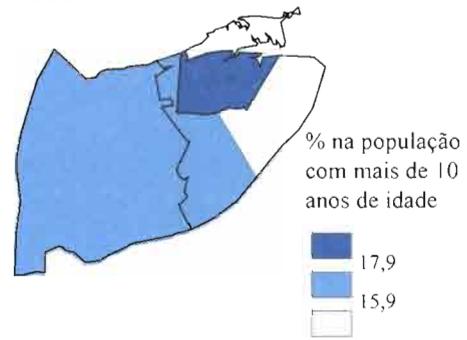
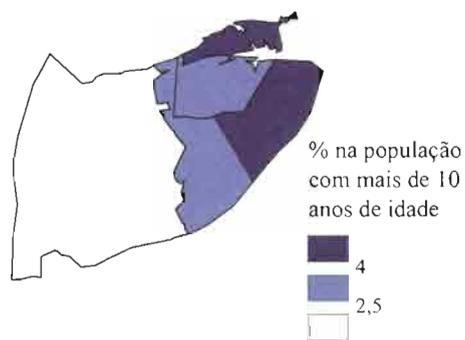
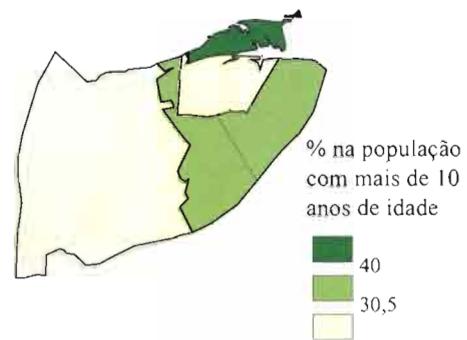
B.7 População com mais de 60 anos de idade



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura B2

Região Metropolitana de São Luís

B.8 Natureza da última união
Casamento civil e religiosoB.9 Natureza da última união
Só casamento civilB.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoB.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura B3

Região Metropolitana de São Luís

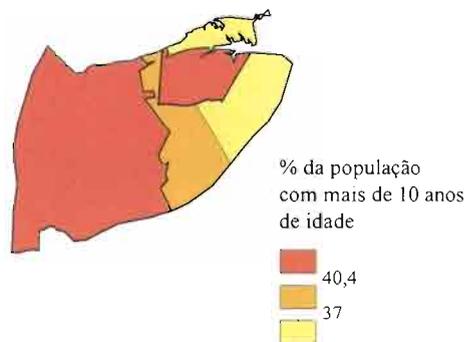
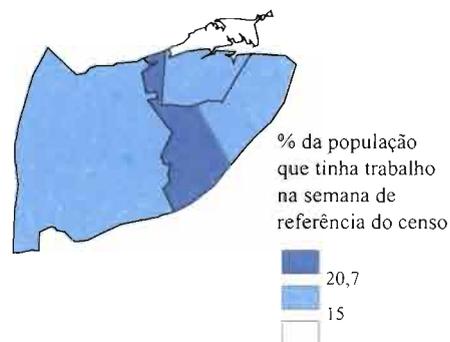
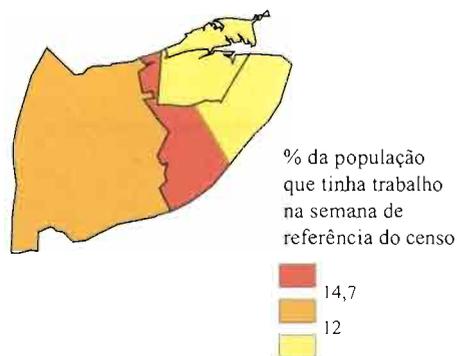
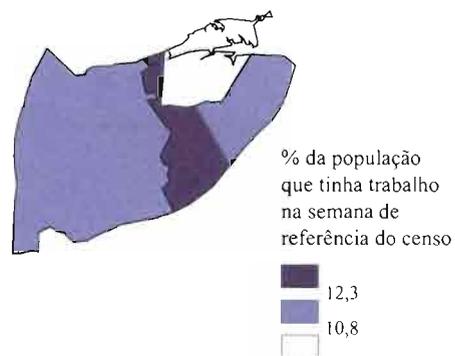
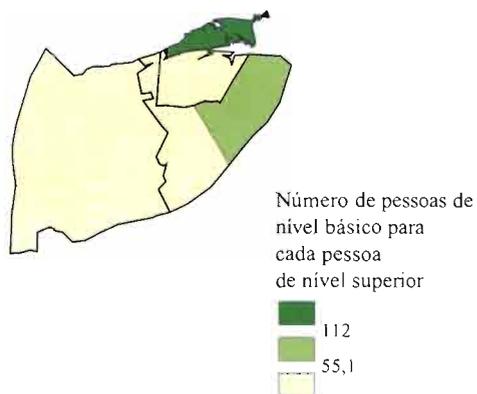
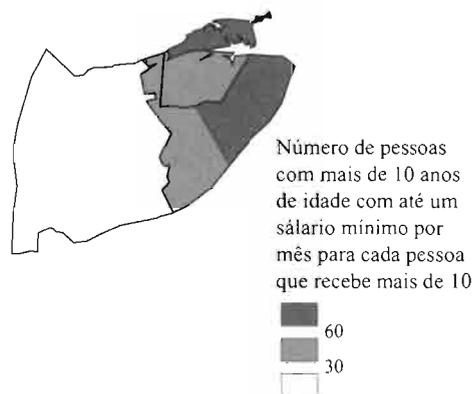
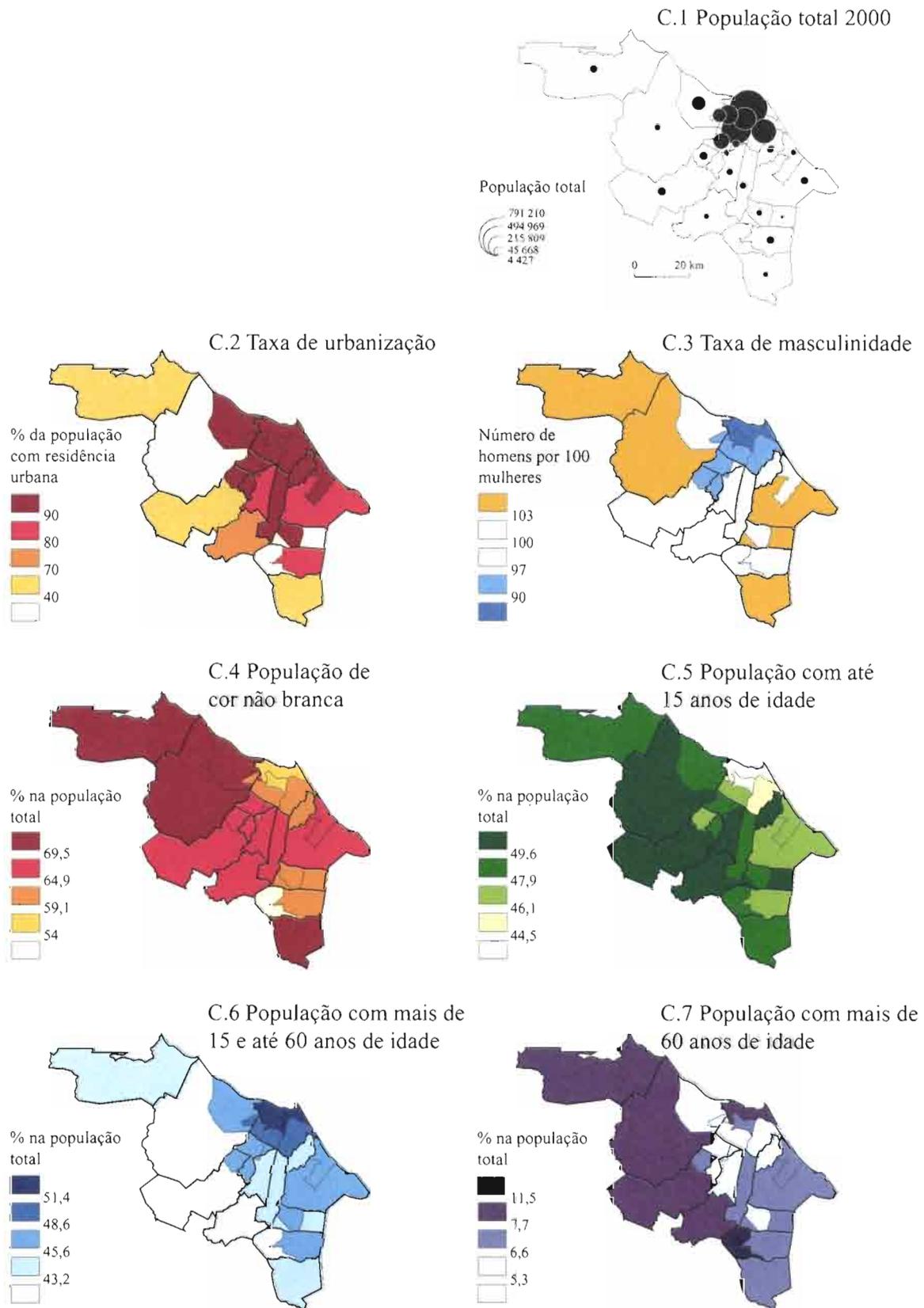
B.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censoB.13 Setor de atividade
IndústriaB.14 Setor de atividade
Transportes e serviços às empresasB.15 Posição na ocupação
Trabalhador domésticoB.16 Discrepâncias de
educaçãoB.17 Discrepâncias de
rendimentos

Figura C1

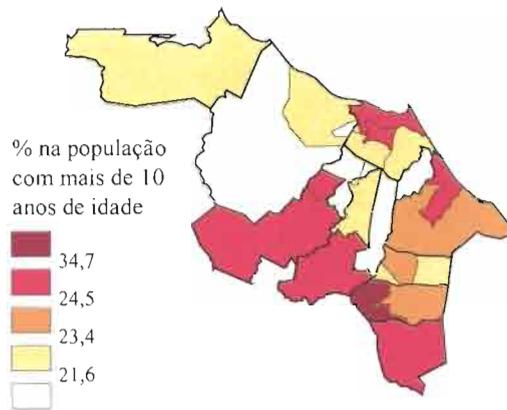
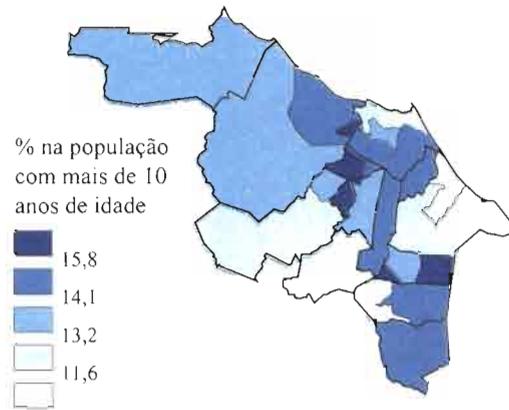
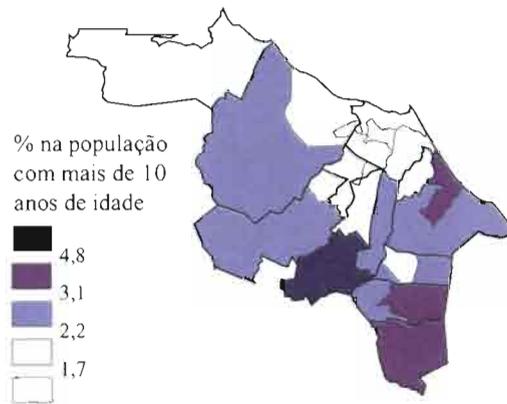
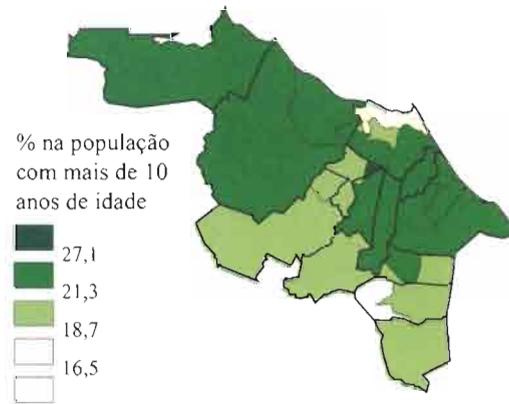
Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura C2

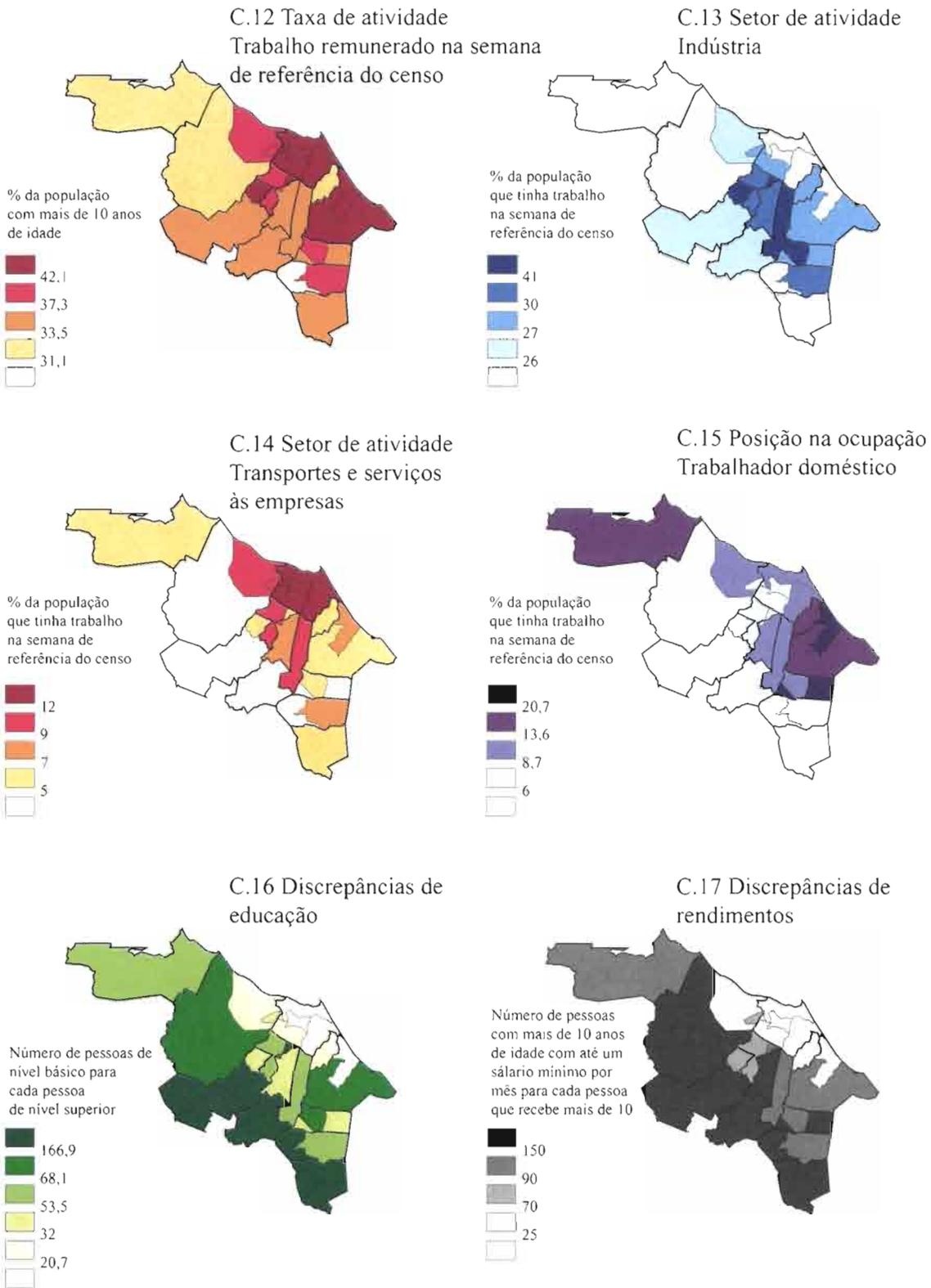
Região Metropolitana de Fortaleza

C.8 Natureza da última união
Casamento civil e religiosoC.9 Natureza da última união
Só casamento civilC.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoC.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura C3

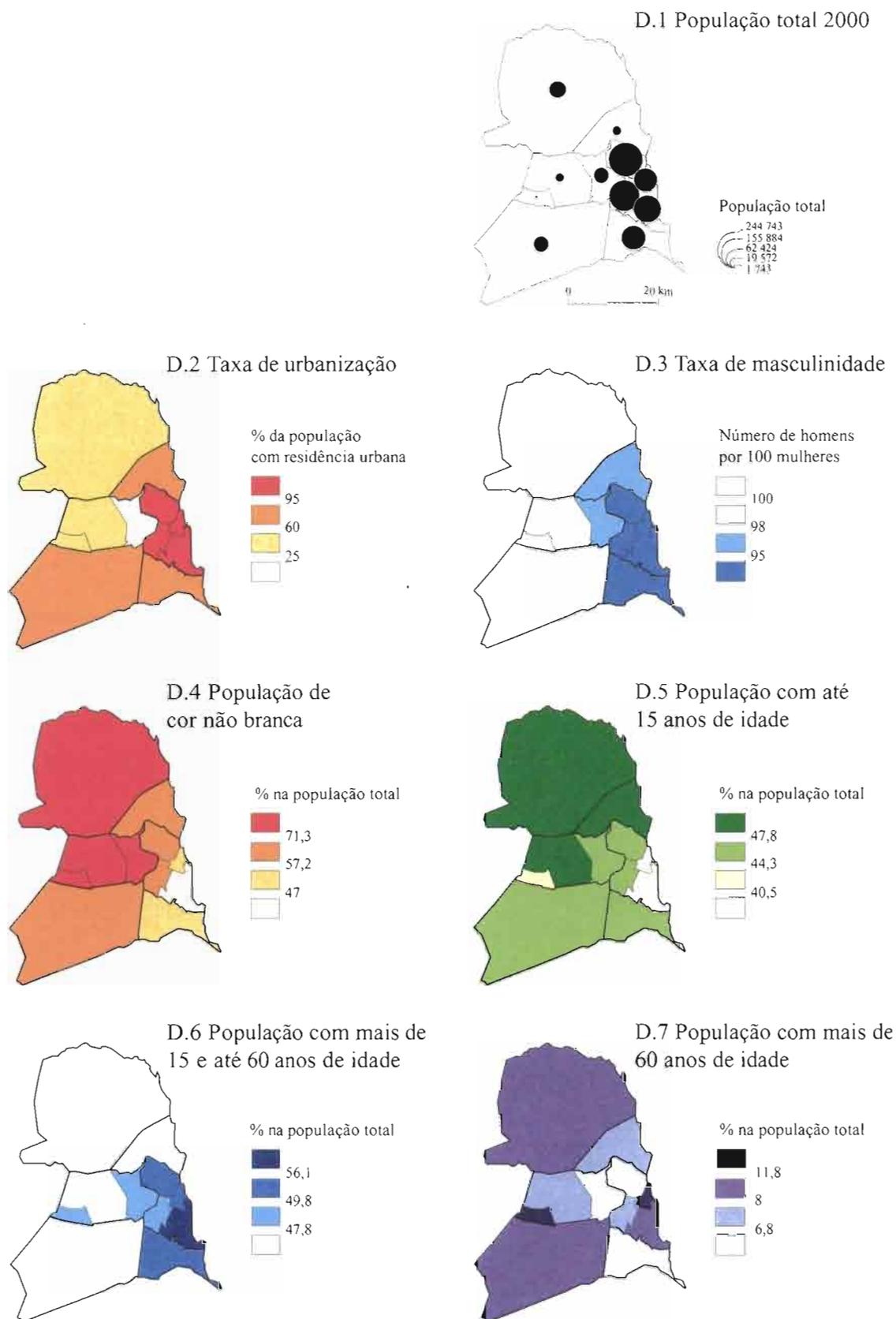
Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura D1

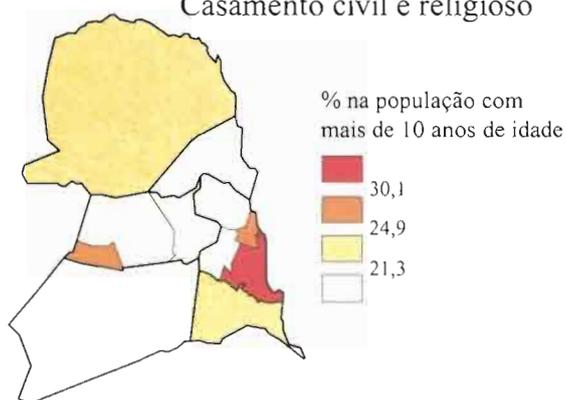
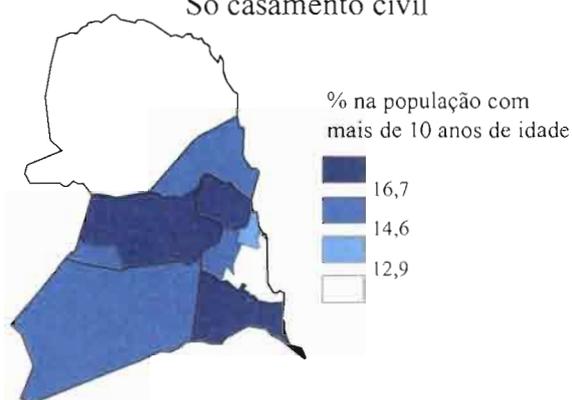
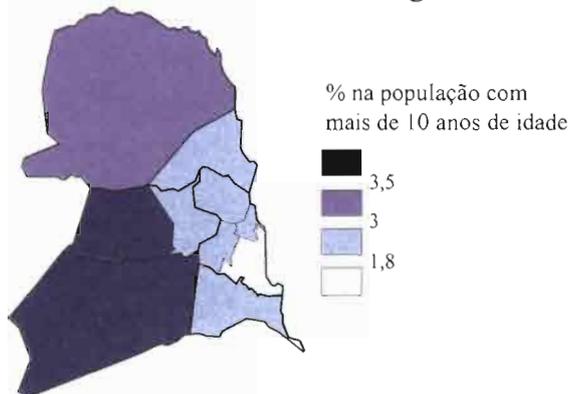
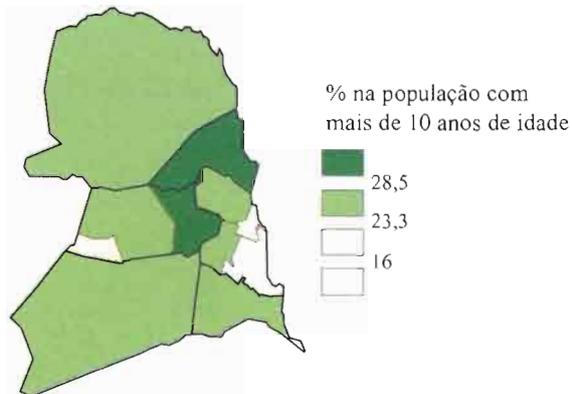
Região Metropolitana de Natal



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura D2

Região Metropolitana de Natal

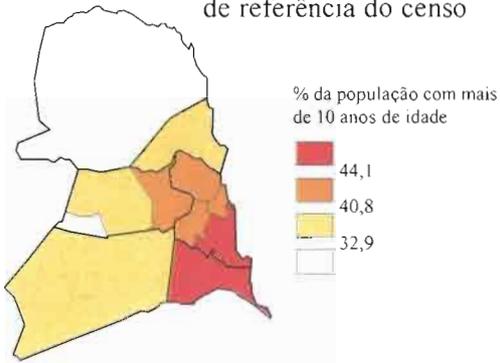
D.8 Natureza da última união
Casamento civil e religiosoD.9 Natureza da última união
Só casamento civilD.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoD.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

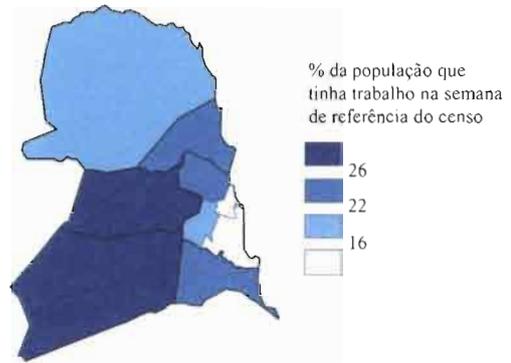
Figura D3

Região Metropolitana de Natal

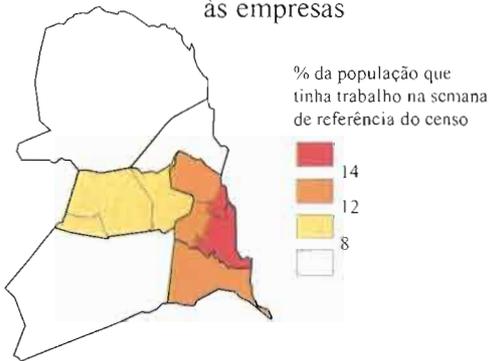
D.12 Taxa de atividade Trabalho remunerado na semana de referência do censo



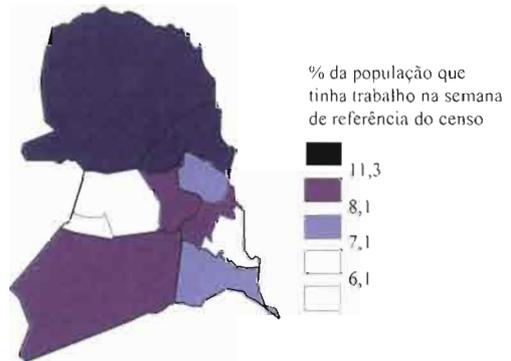
D.13 Setor de atividade Indústria



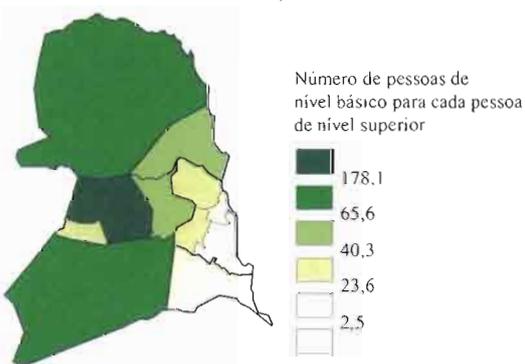
D.14 Setor de atividade Transportes e serviços às empresas



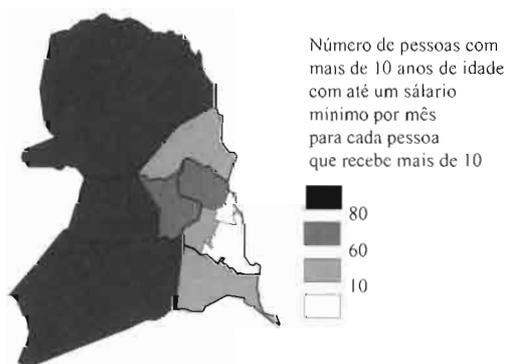
D.15 Posição na ocupação Trabalhador doméstico



D.16 Discrepâncias de educação



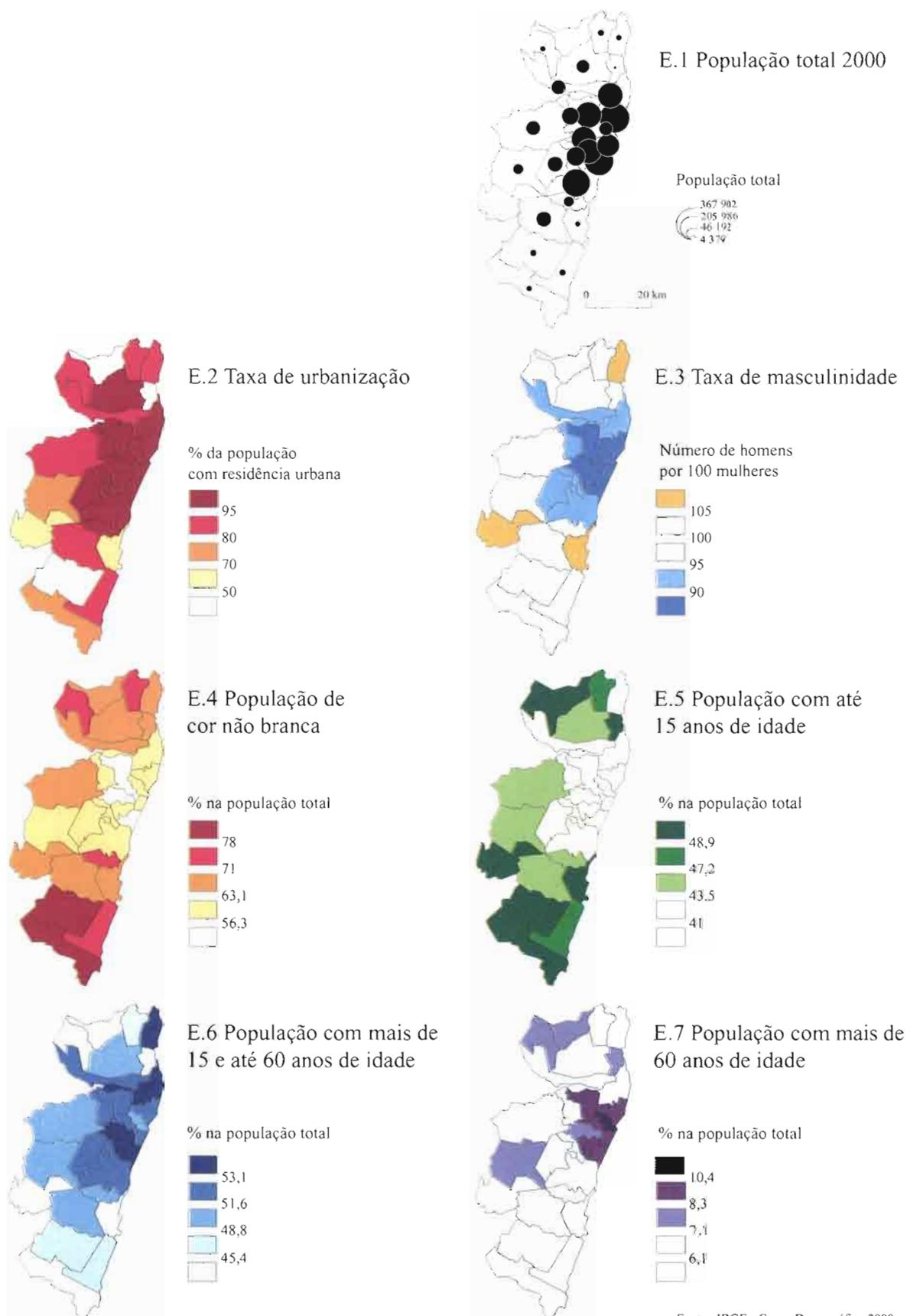
D.17 Discrepâncias de rendimentos



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura E1

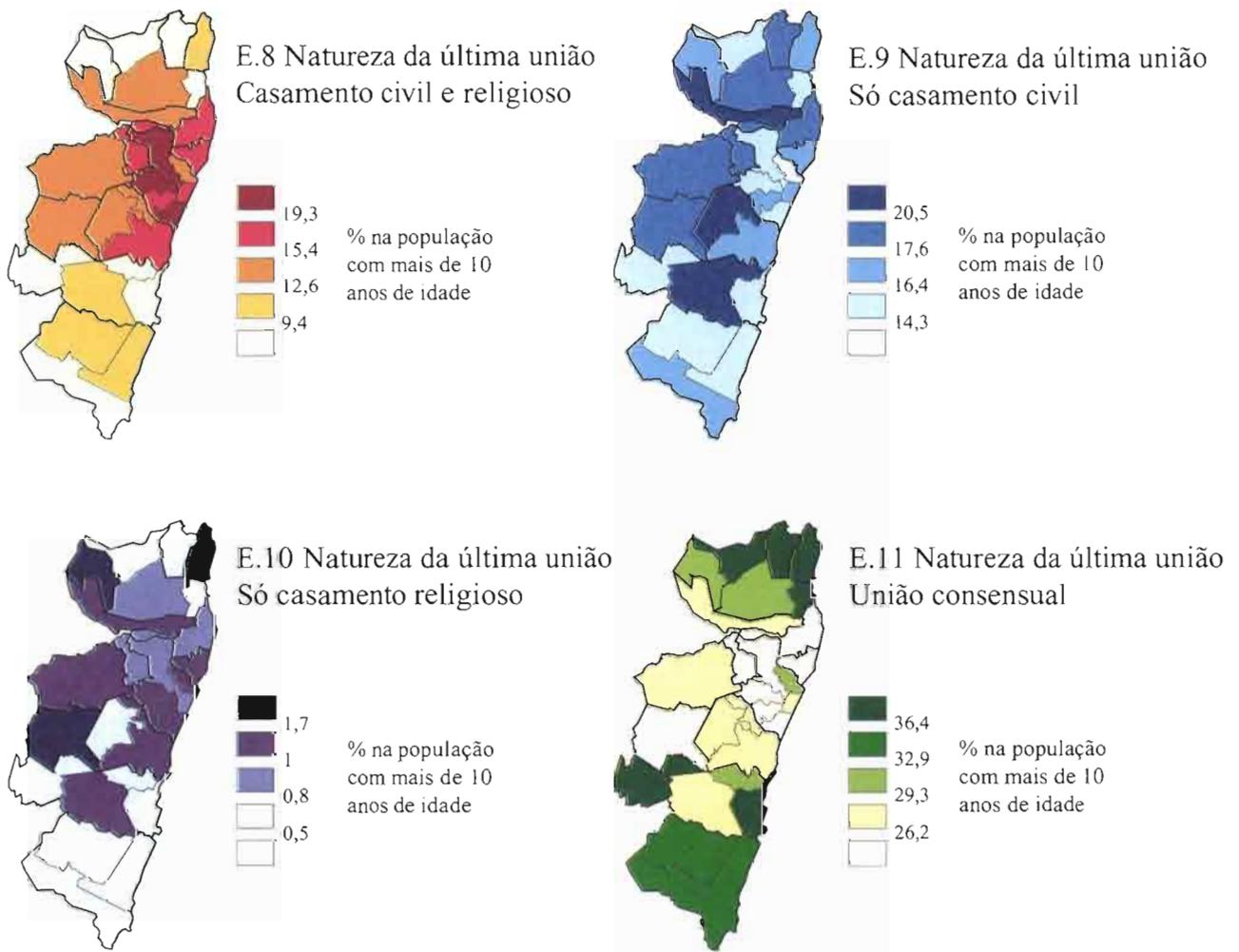
Região Metropolitana de Recife



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura E2

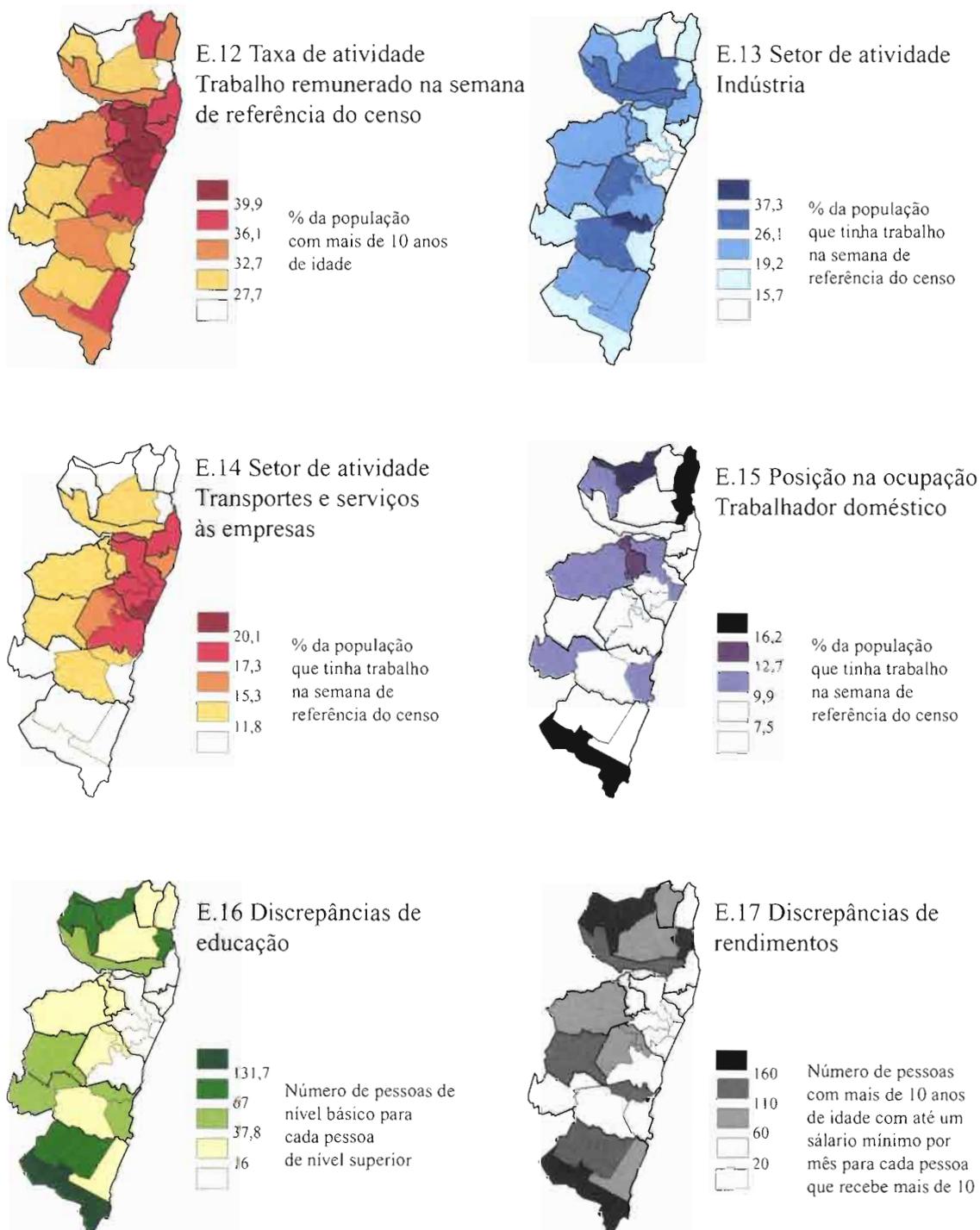
Região Metropolitana de Recife



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura E3

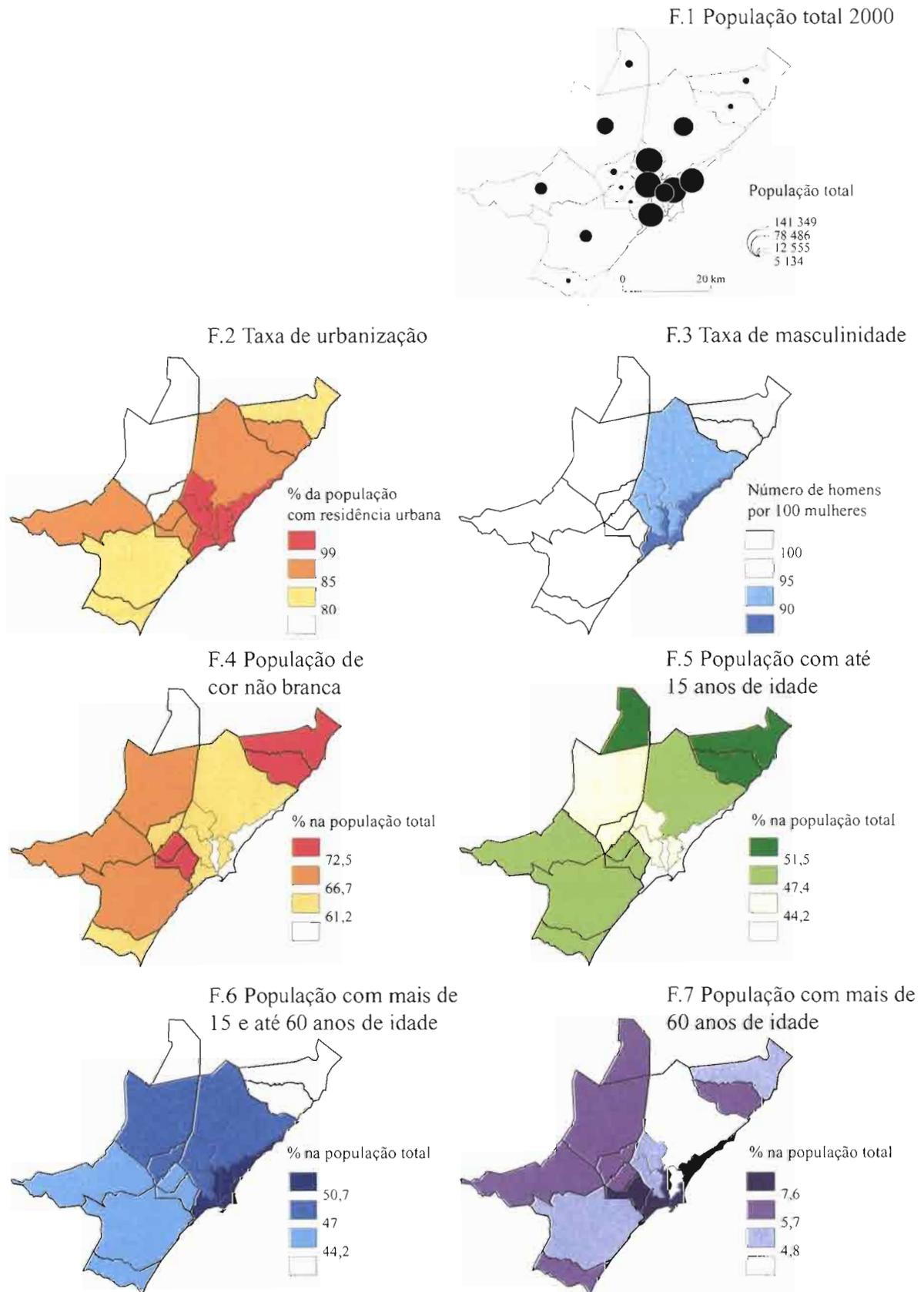
Região Metropolitana de Recife



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura F1

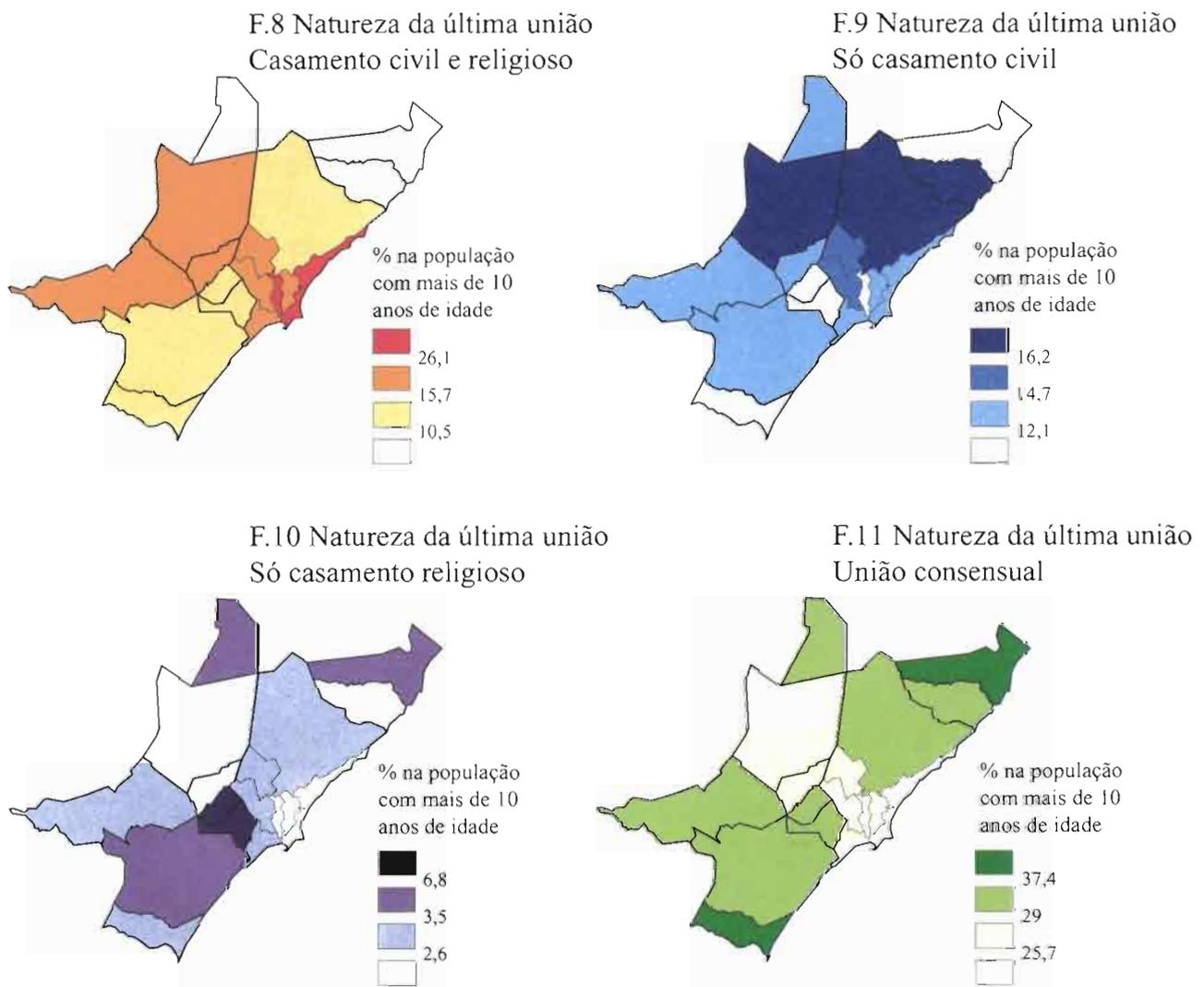
Região Metropolitana de Maceió



Fonte - IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura F2

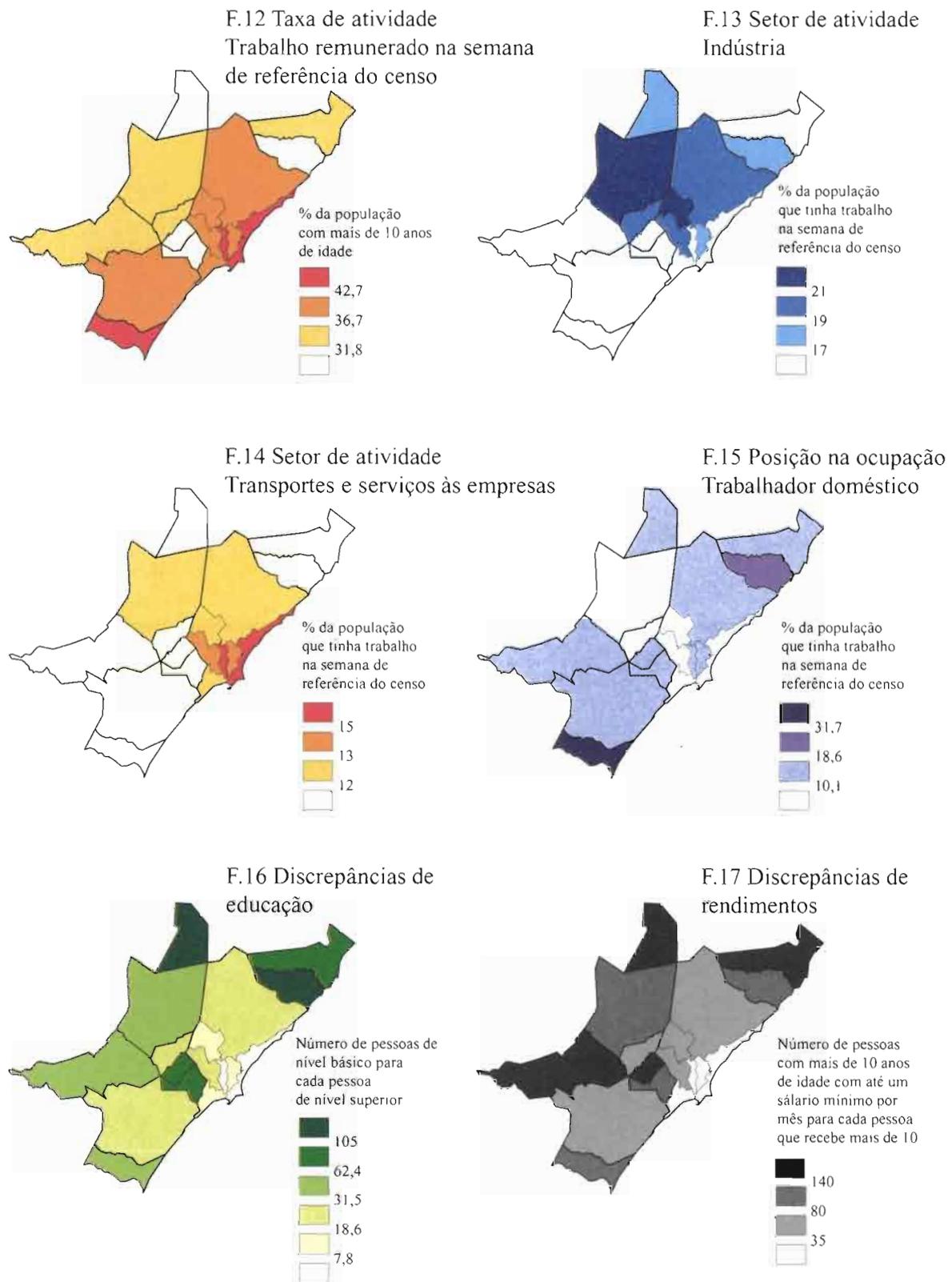
Região Metropolitana de Maceió



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura F3

Região Metropolitana de Maceió

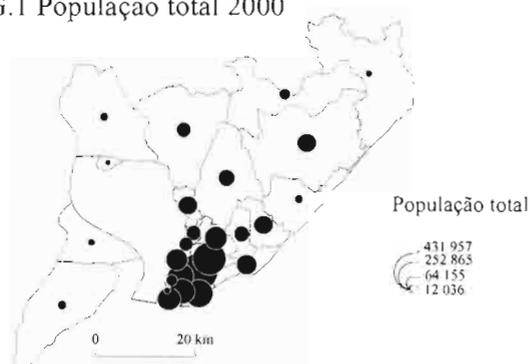


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

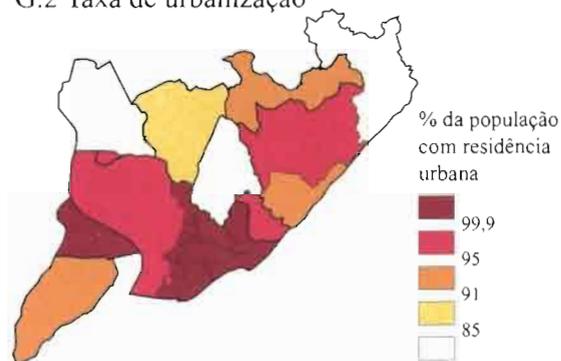
Figura G1

Região Metropolitana de Salvador

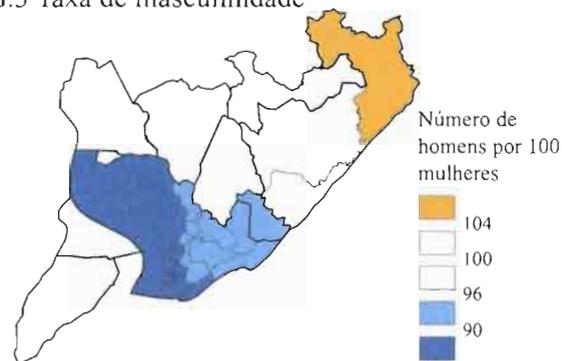
G.1 População total 2000



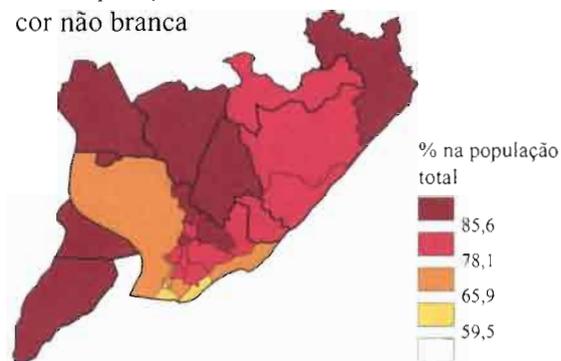
G.2 Taxa de urbanização



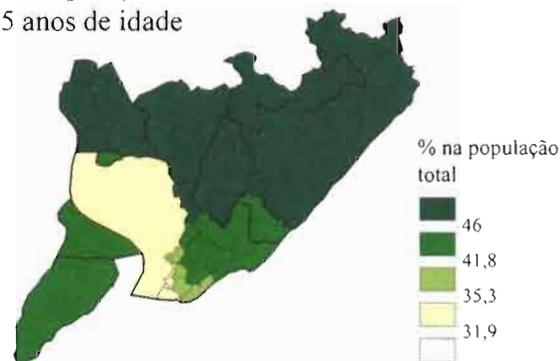
G.3 Taxa de masculinidade



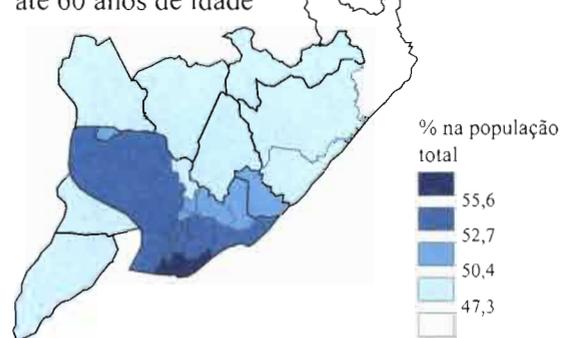
G.4 População de cor não branca



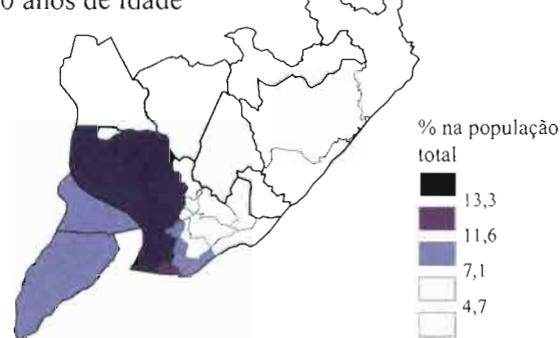
G.5 População com até 15 anos de idade



G.6 População com mais de 15 e até 60 anos de idade



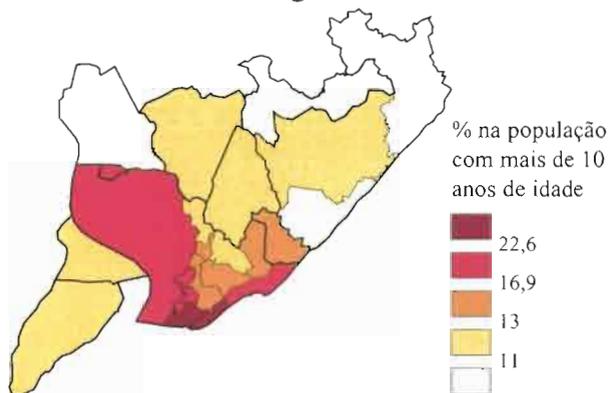
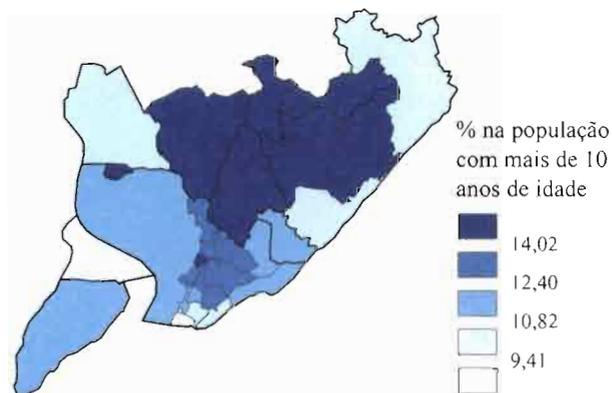
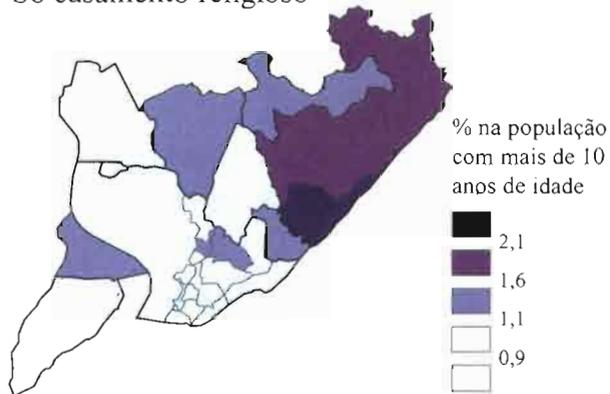
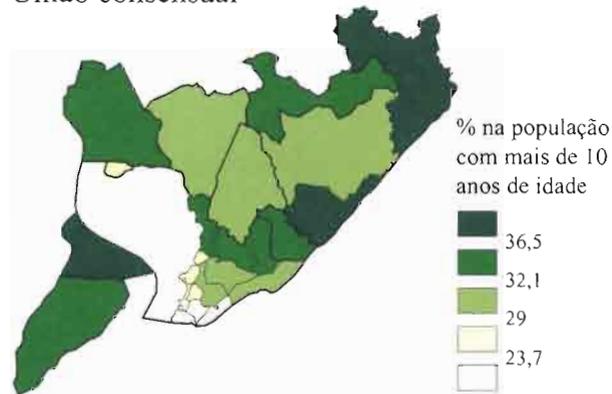
G.7 População com mais de 60 anos de idade



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura G2

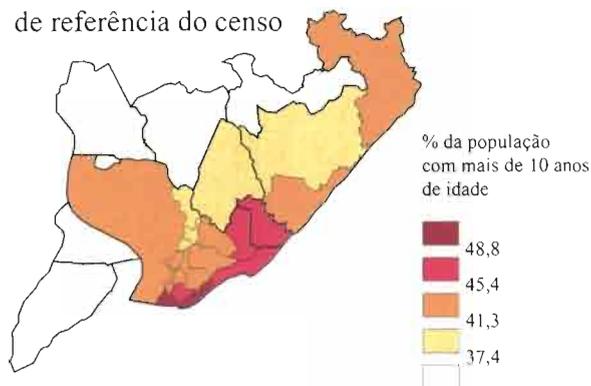
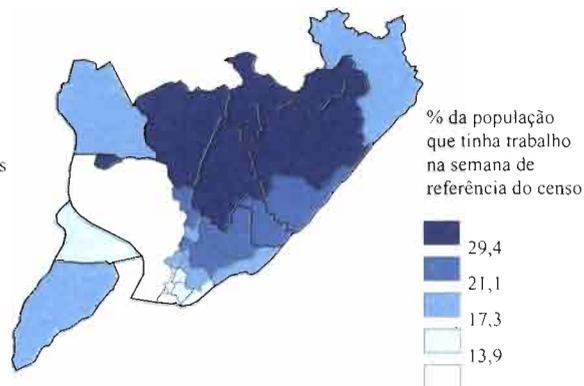
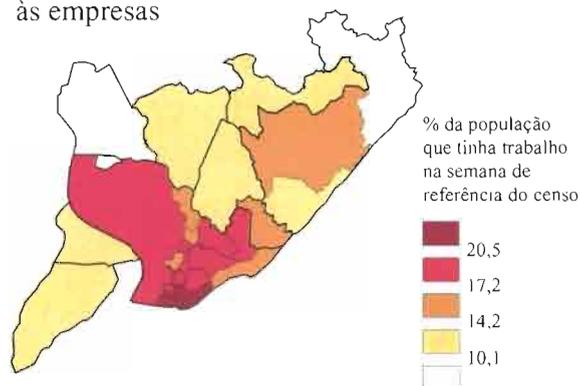
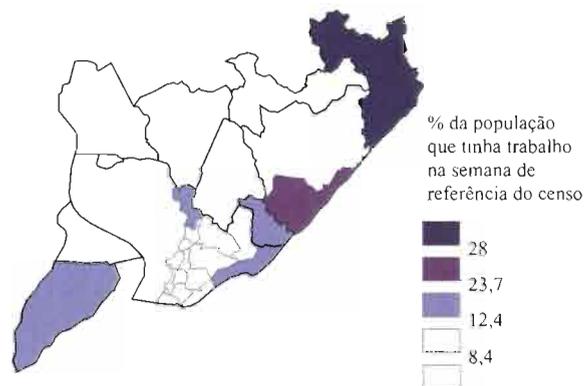
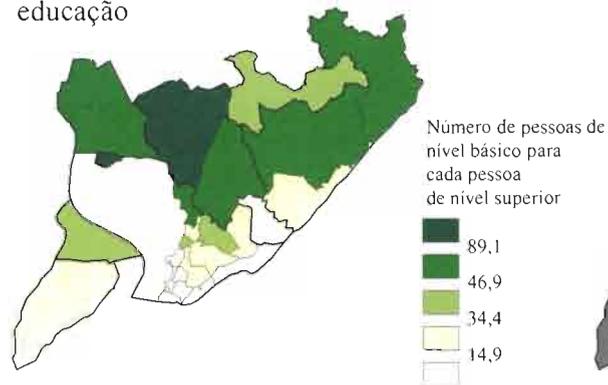
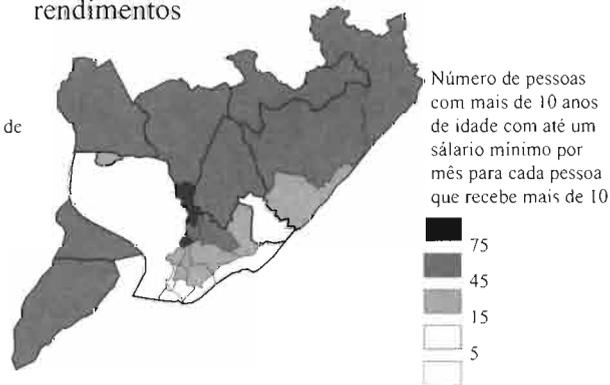
Região Metropolitana de Salvador

G.8 Natureza da última união
Casamento civil e religiosoG.9 Natureza da última união
Só casamento civilG.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoG.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

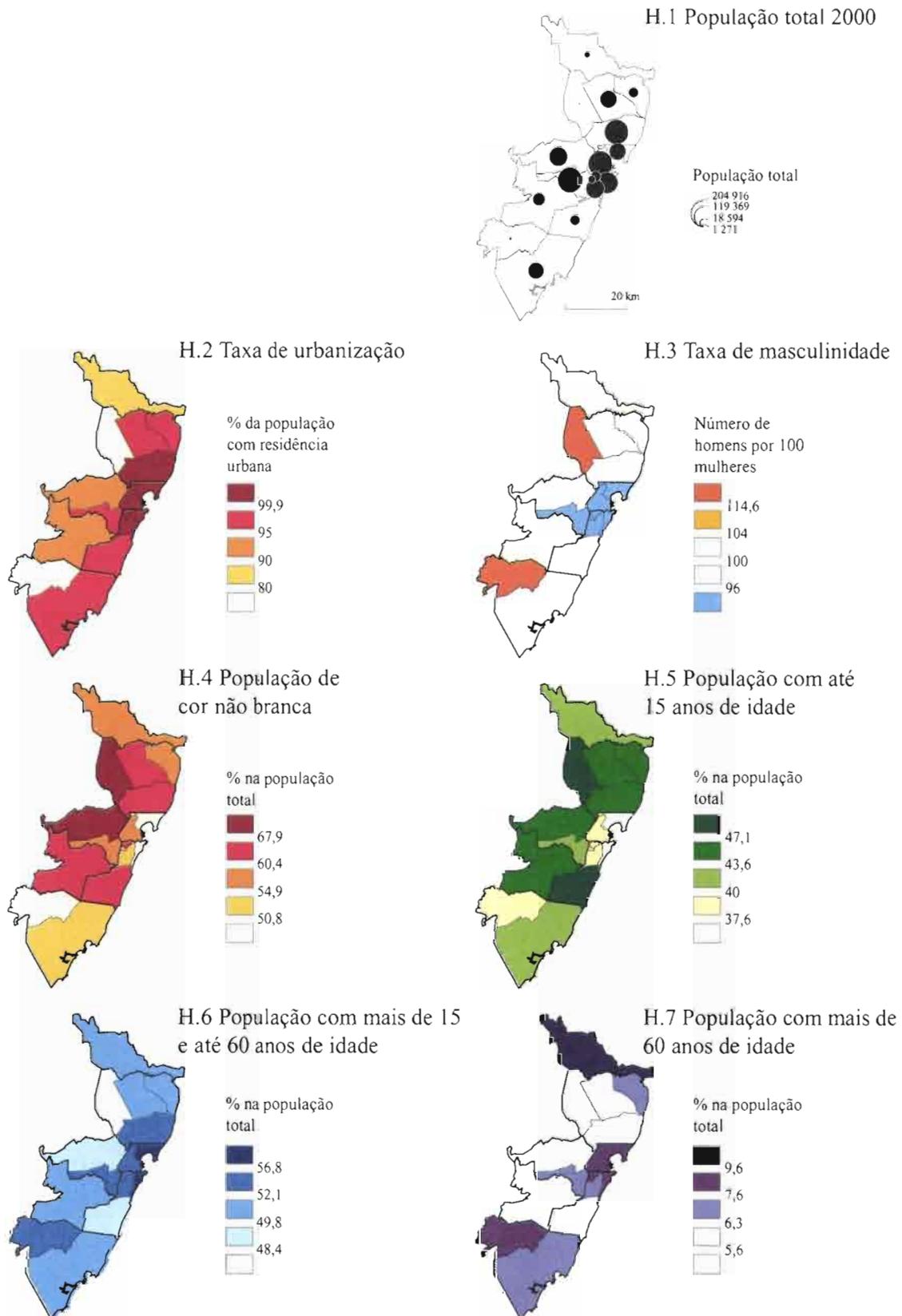
Figura G3

Região Metropolitana de Salvador

G.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censoG.13 Setor de atividade
IndústriaG.14 Setor de atividade
Transportes e serviços
às empresasG.15 Posição na ocupação
Trabalhador domésticoG.16 Discrepâncias de
educaçãoG.17 Discrepâncias de
rendimentos

Fonte - IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura H1
Região Metropolitana de Vitória



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura H2

Região Metropolitana de Vitória

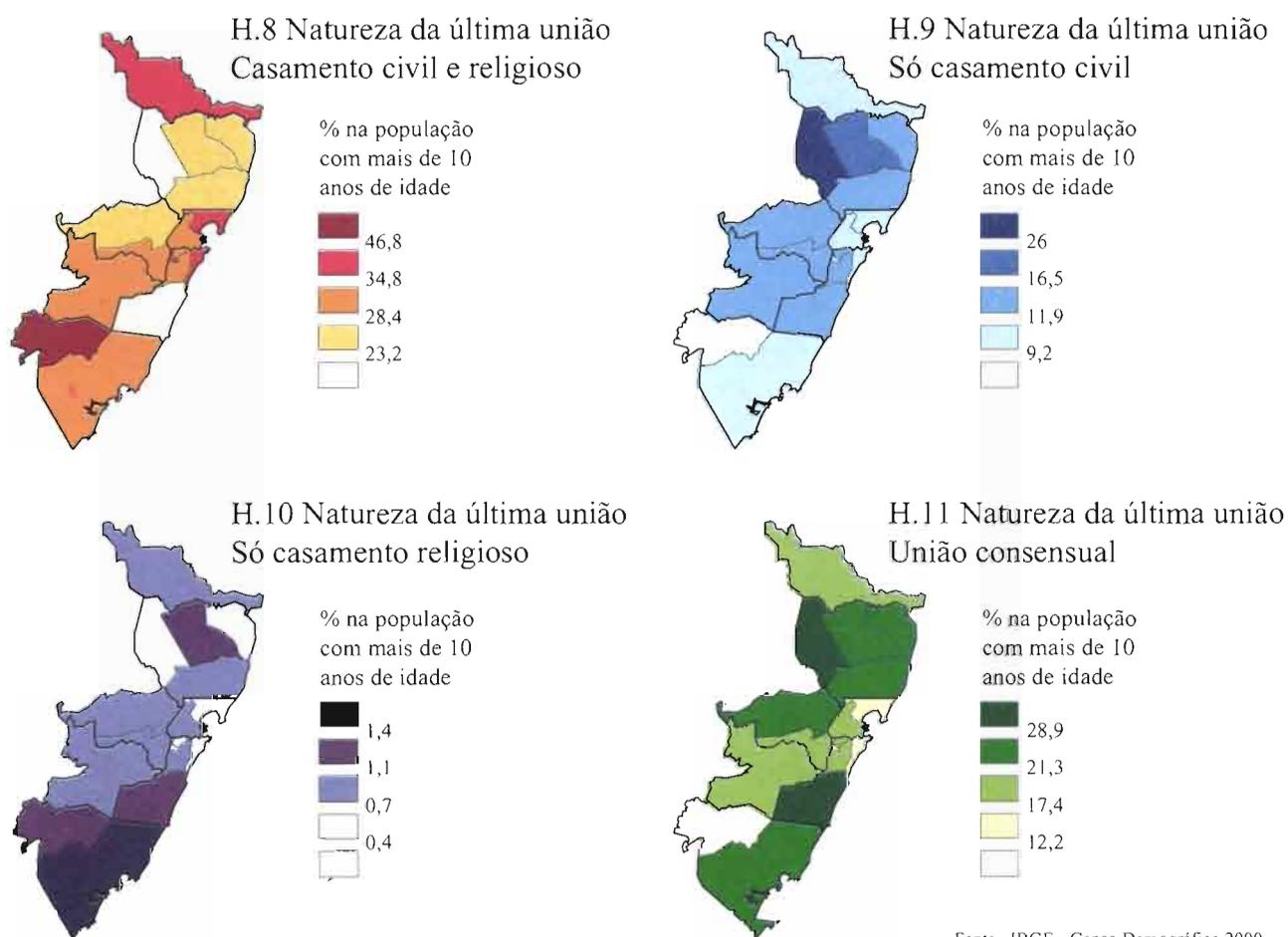
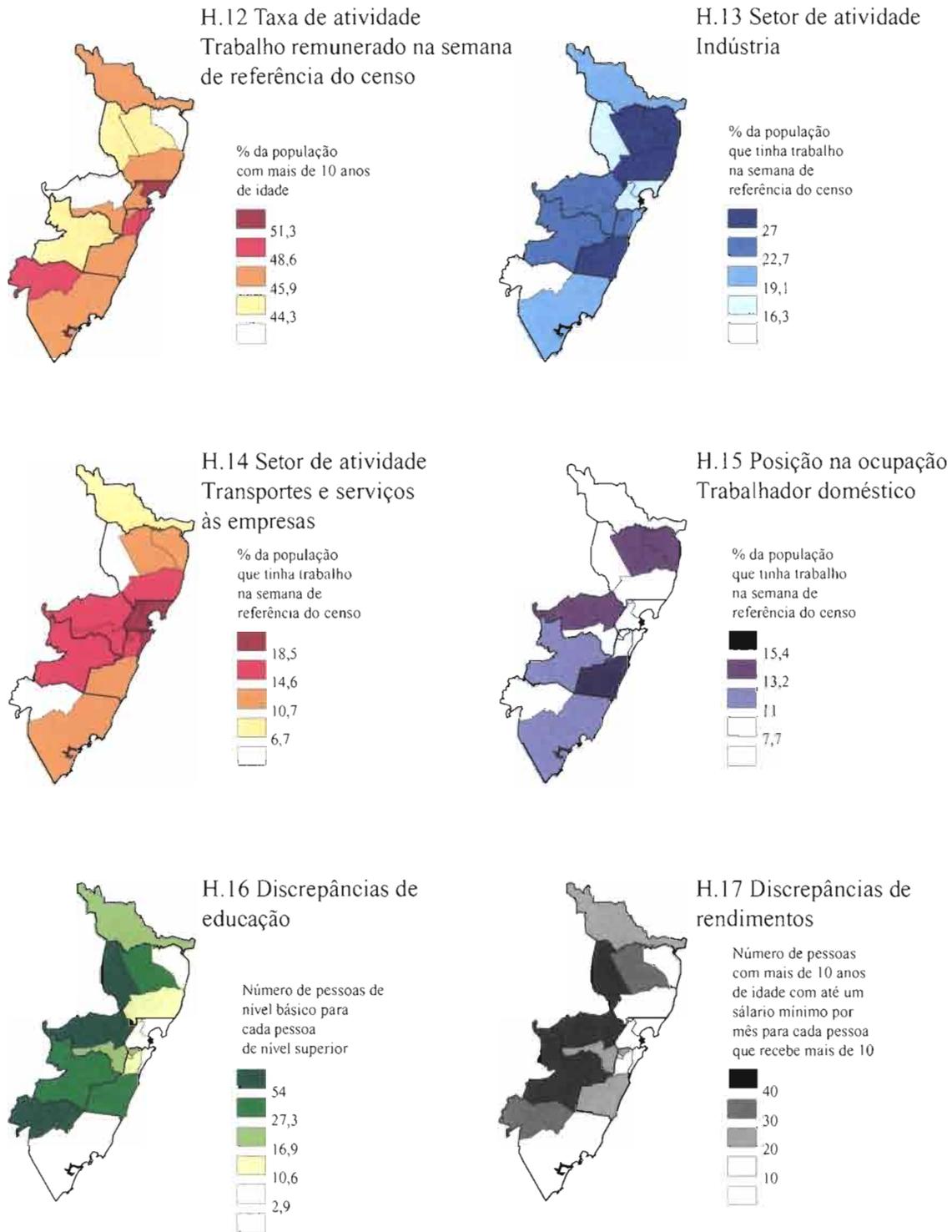


Figura H3

Região Metropolitana de Vitória

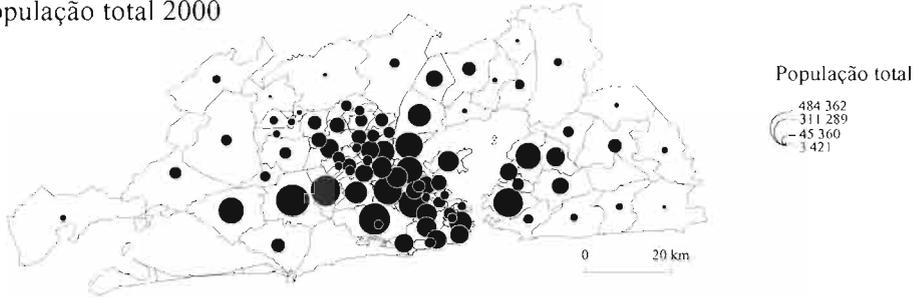


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

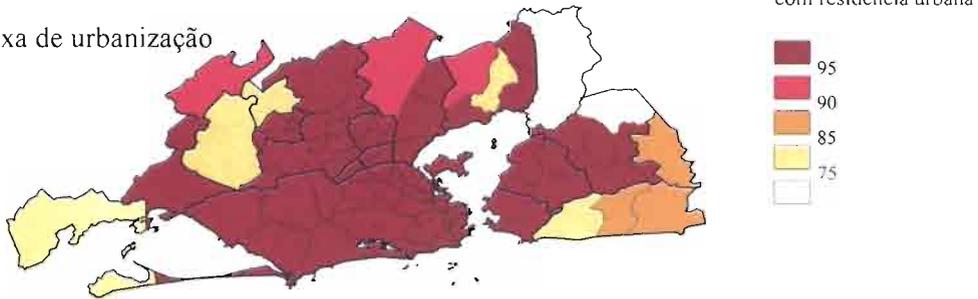
Figura I1

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

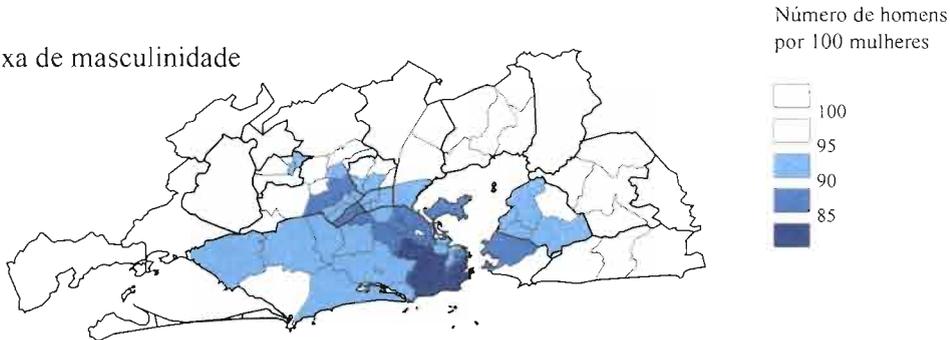
I.1 População total 2000



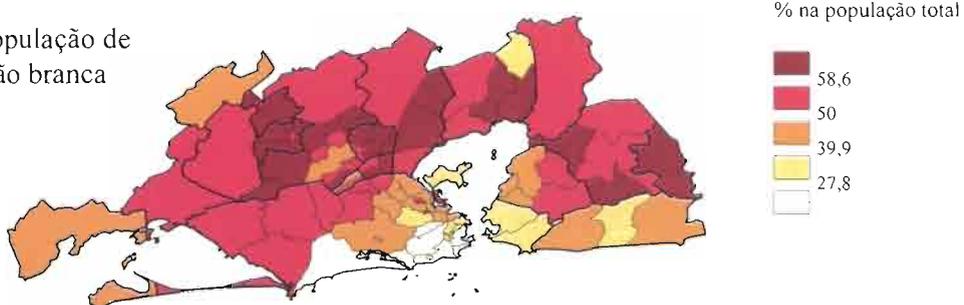
I.2 Taxa de urbanização



I.3 Taxa de masculinidade



I.4 População de cor não branca

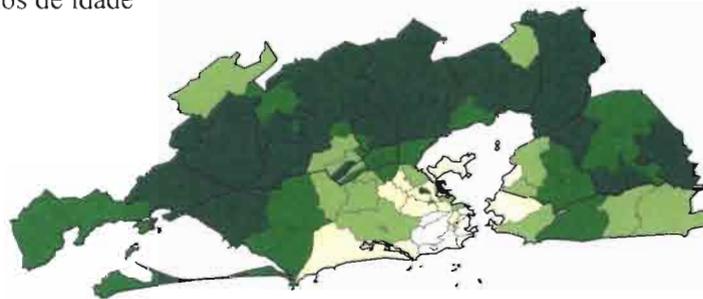


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

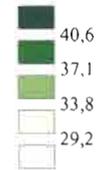
Figura I2

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

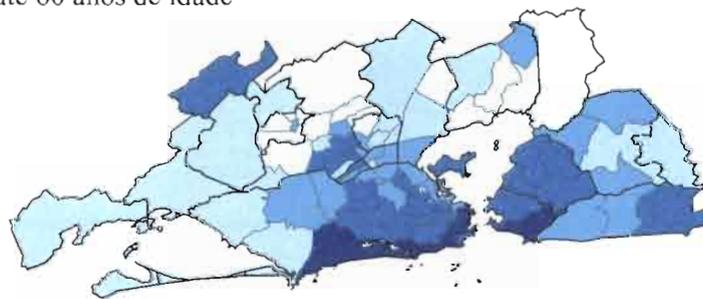
I.5 População com até
15 anos de idade



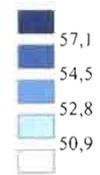
% na população total



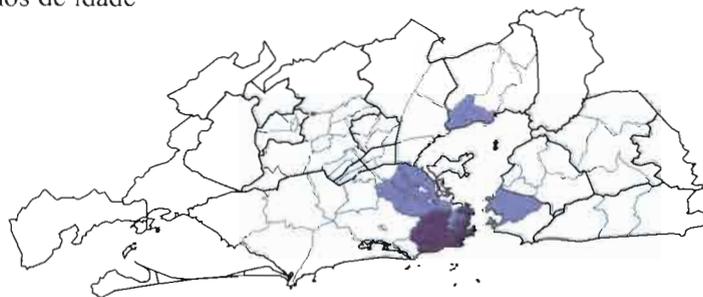
I.6 População com mais de
15 e até 60 anos de idade



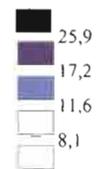
% na população total



I.7 População com mais de
60 anos de idade



% na população total

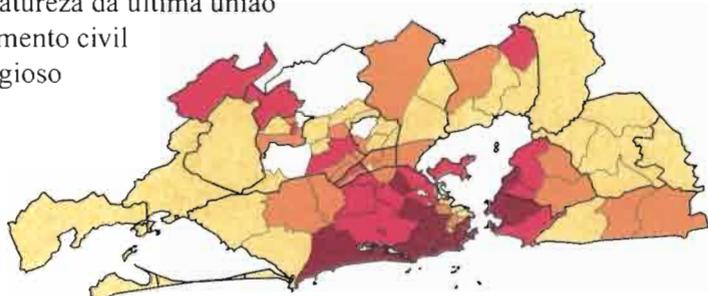


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

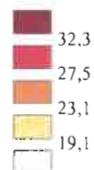
Figura I3

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

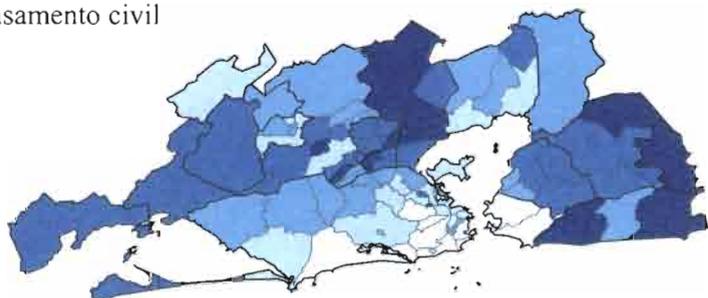
I.8 Natureza da última união
Casamento civil
e religioso



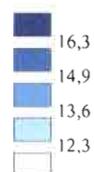
% na população com
mais de 10 anos de idade



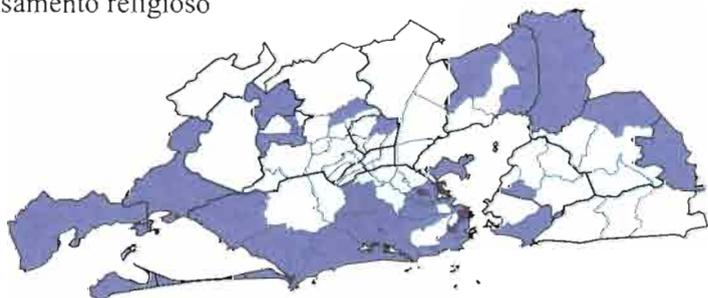
I.9 Natureza da última união
Só casamento civil



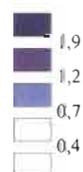
% na população com
mais de 10 anos de idade



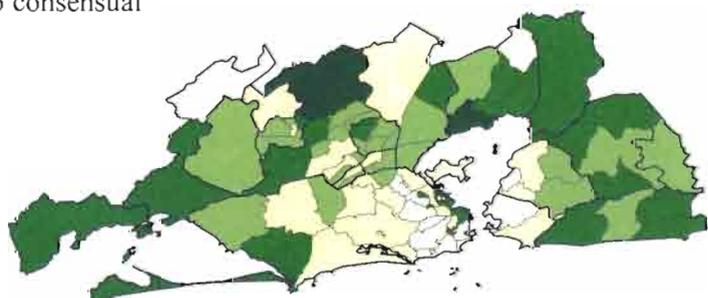
I.10 Natureza da última união
Só casamento religioso



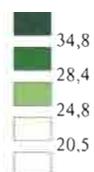
% na população com
mais de 10 anos de idade



I.11 Natureza da última união
União consensual



% na população com
mais de 10 anos de idade

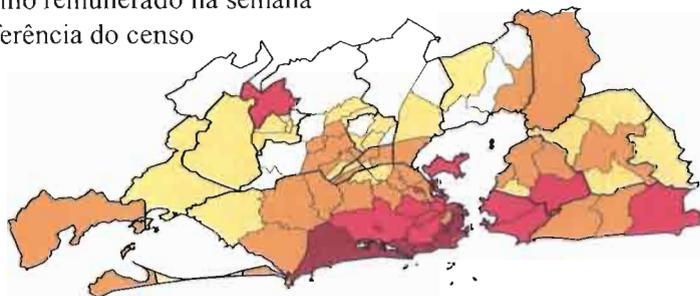


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

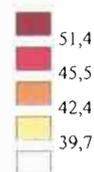
Figura I4

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

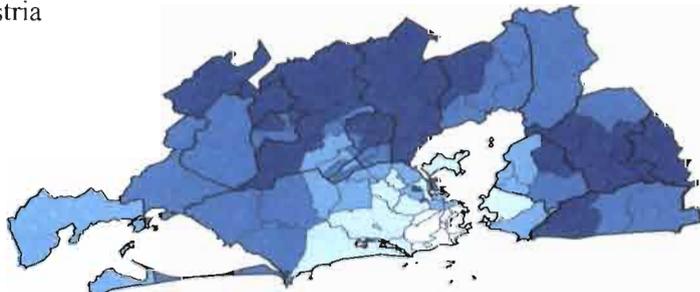
I.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censo



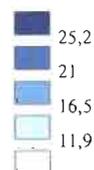
% da população com mais
de 10 anos de idade



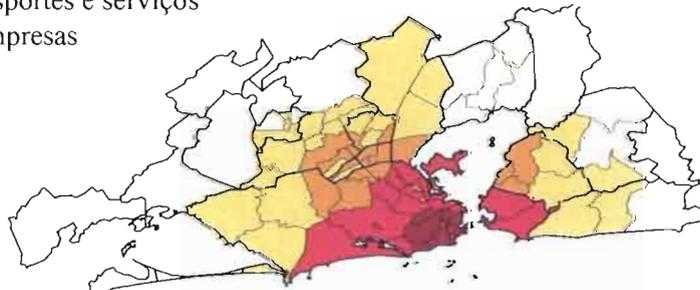
I.13 Setor de atividade
Indústria



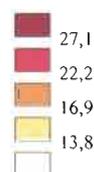
% da população que
tinha trabalho na semana
de referência do censo



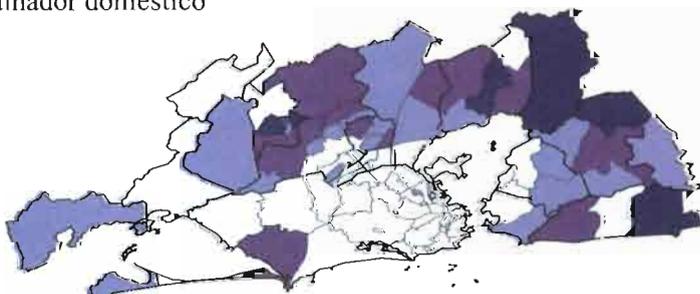
I.14 Setor de atividade
Transportes e serviços
às empresas



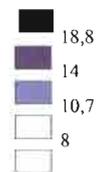
% da população que
tinha trabalho na semana
de referência do censo



I.15 Posição na ocupação
Trabalhador doméstico



% da população que
tinha trabalho na semana
de referência do censo

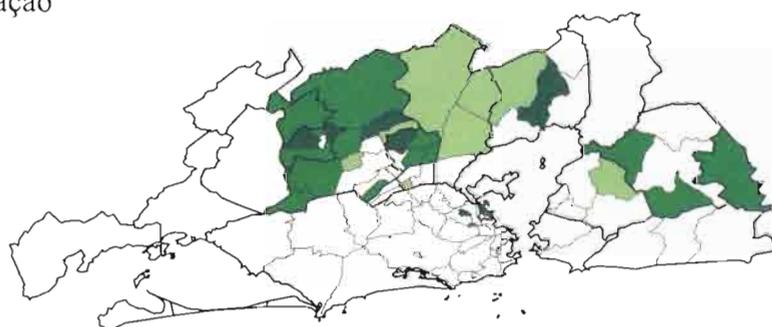


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

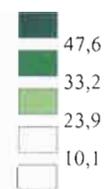
Figura I5

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

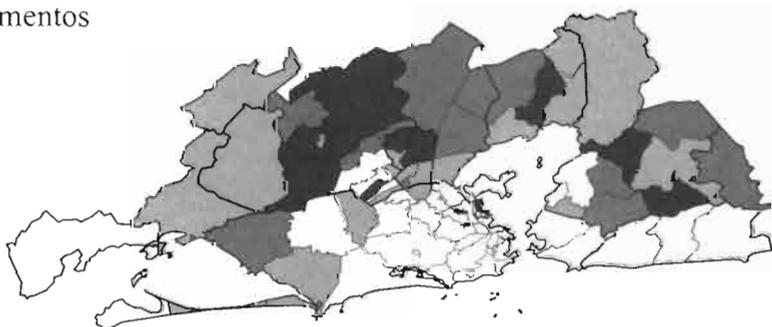
I.16 Discrepâncias de educação



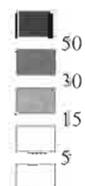
Número de pessoas de nível básico para cada pessoa de nível superior



I.17 Discrepâncias de rendimentos



Número de pessoas com mais de 10 anos de idade com até um salário mínimo por mês para cada pessoa que recebe mais de 10

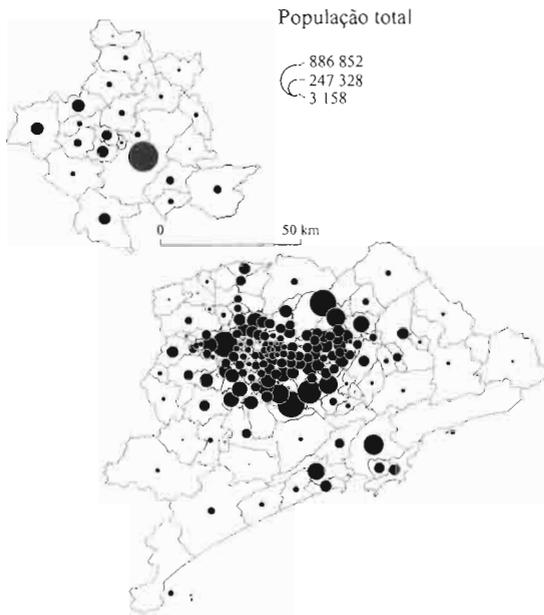


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

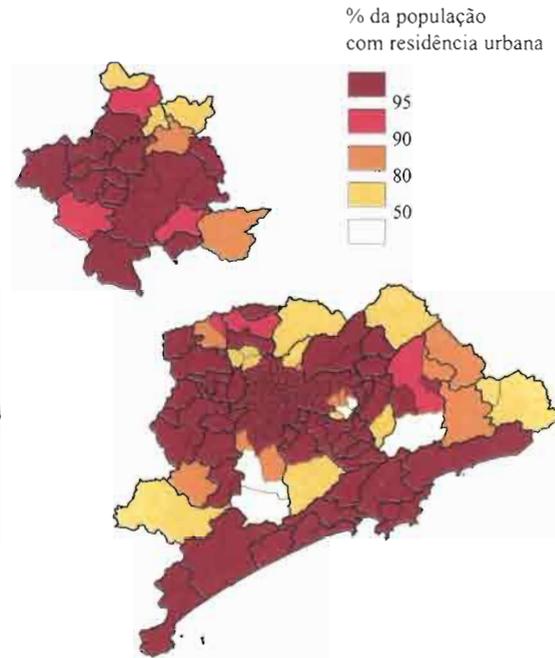
Figura J1

Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos e Campinas

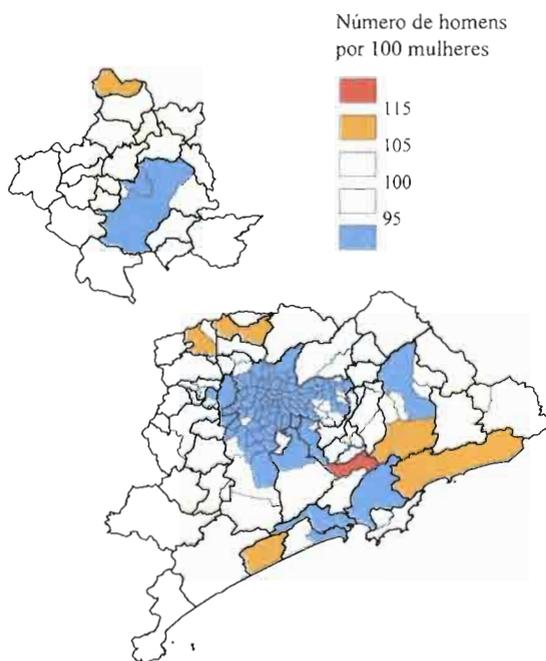
J.1 População total 2000



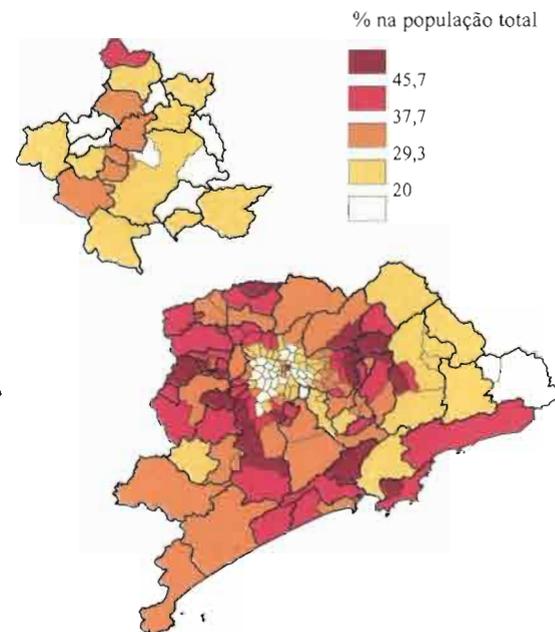
J.2 Taxa de urbanização



J.3 Taxa de masculinidade



J.4 População de cor não branca

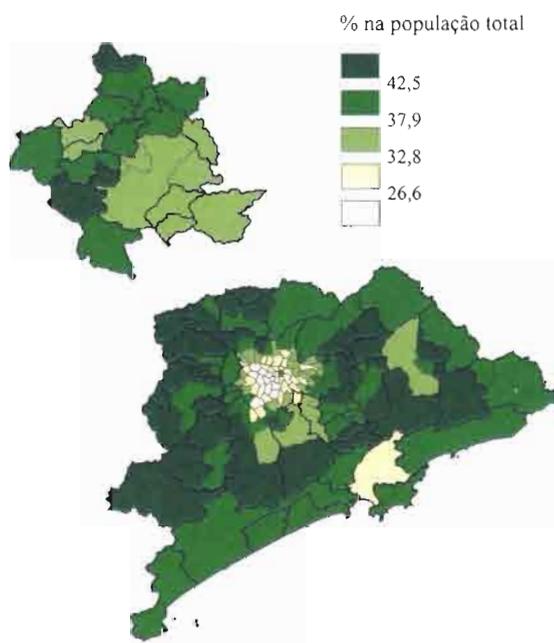


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

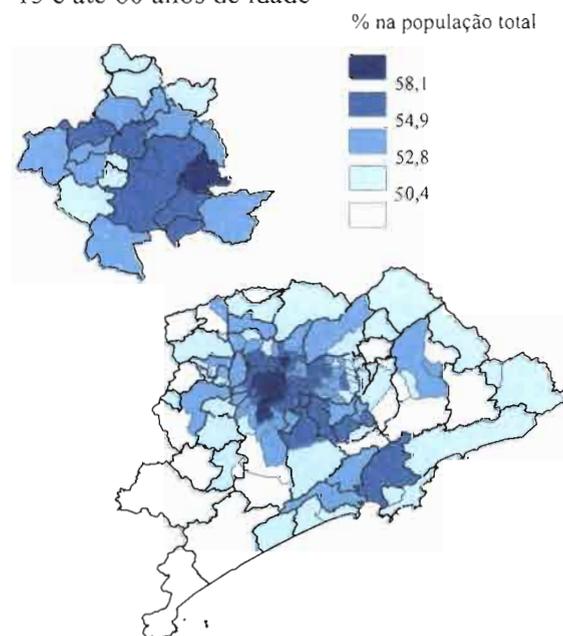
Figura J2

Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos e Campinas

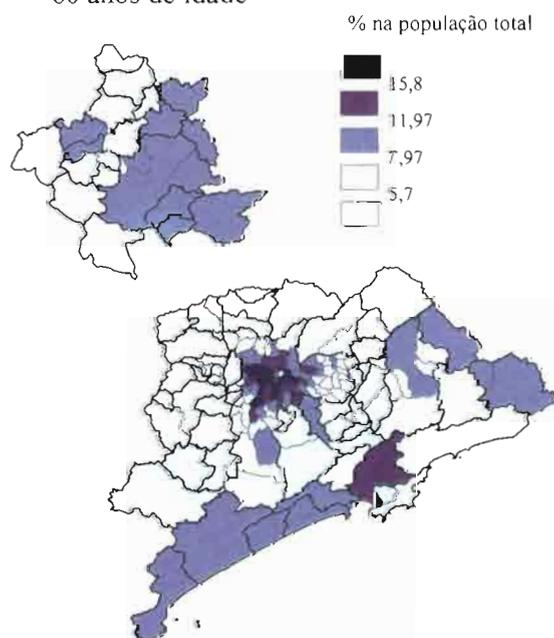
J.5 População com até 15 anos de idade



J.6 População com mais de 15 e até 60 anos de idade

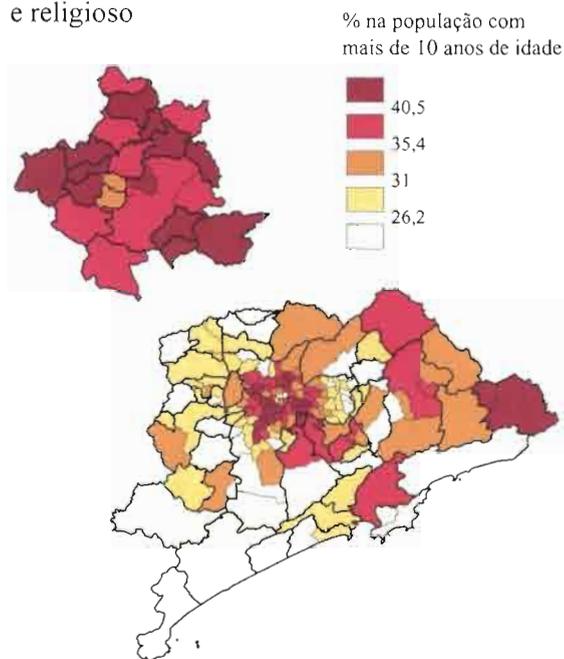
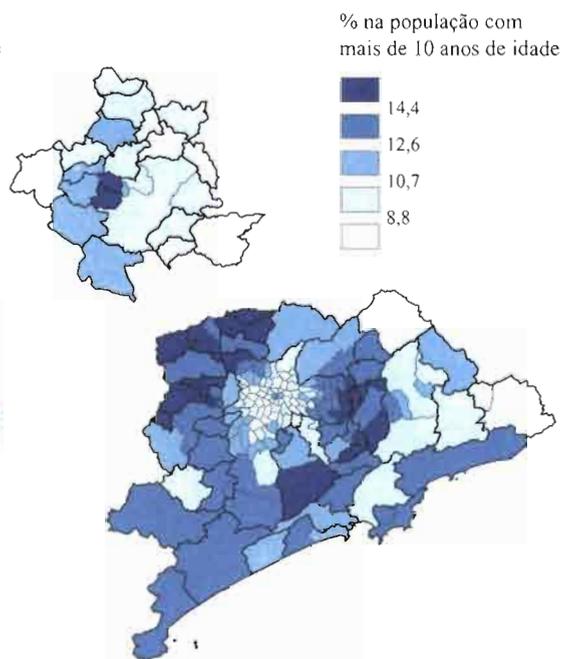
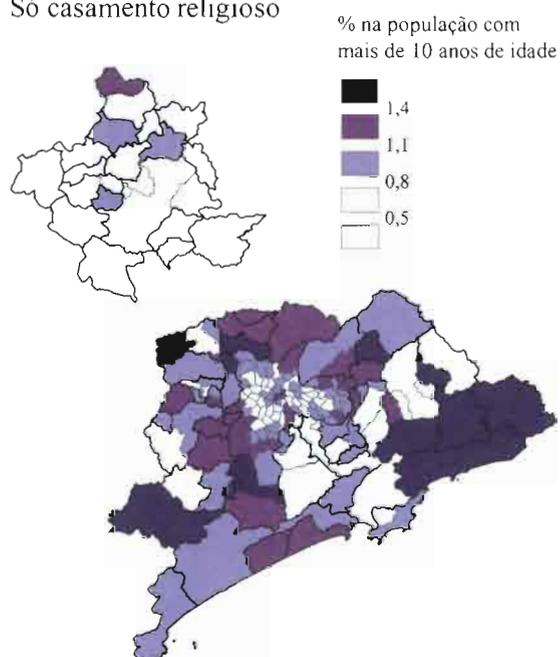
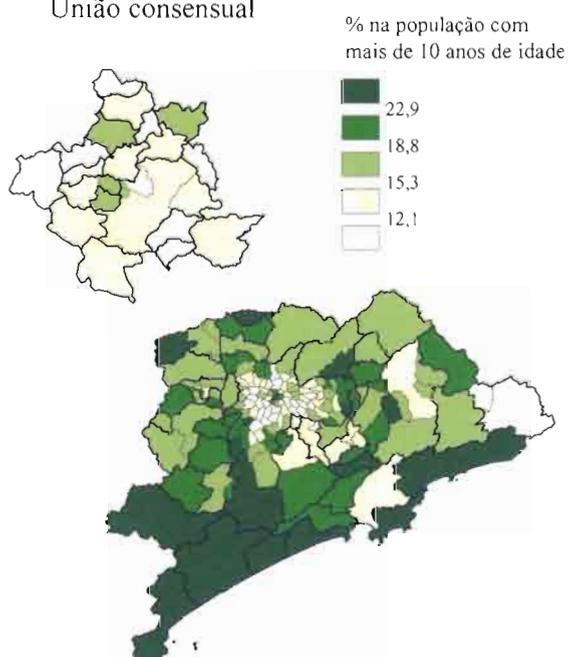


J.7 População com mais de 60 anos de idade



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura J3

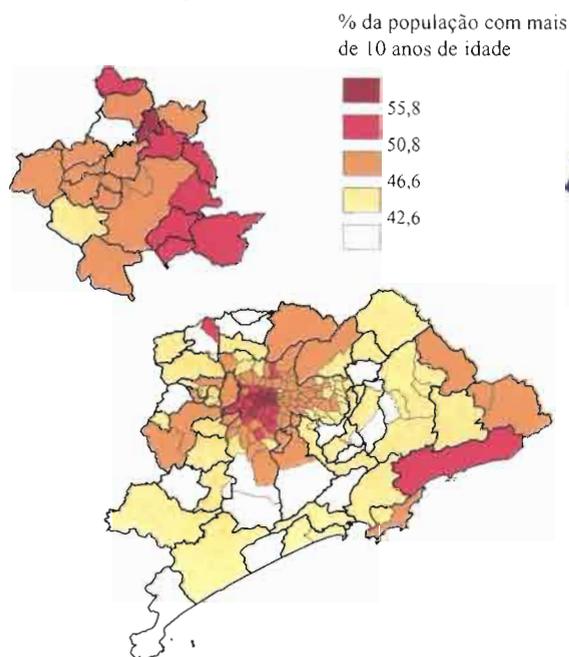
Regiões Metropolitanas de São Paulo,
Santos e CampinasJ.8 Natureza da última união
Casamento civil
e religiosoJ.9 Natureza da última união
Só casamento civilJ.10 Natureza da última união
Só casamento religiosoJ.11 Natureza da última união
União consensual

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

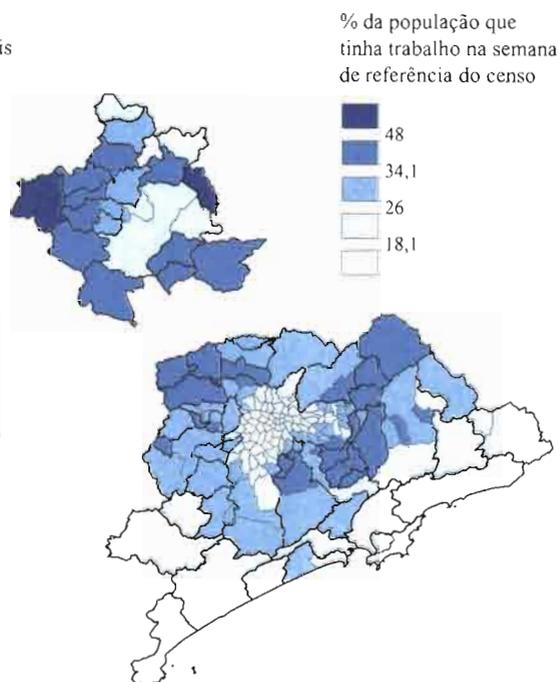
Figura J4

Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos e Campinas

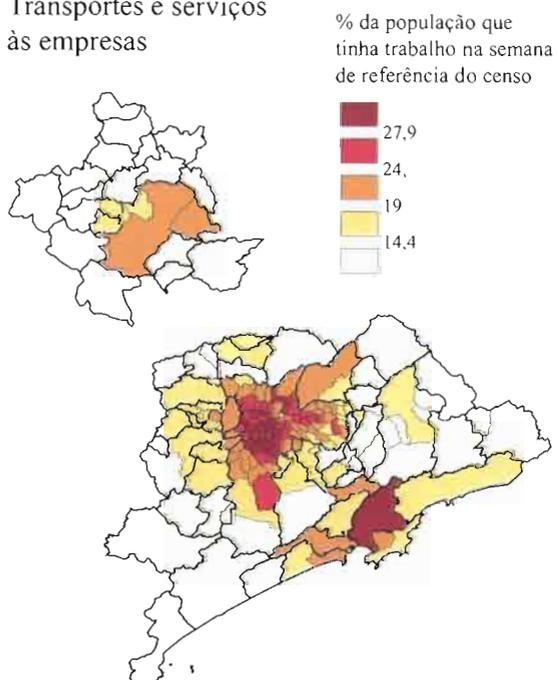
J.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censo



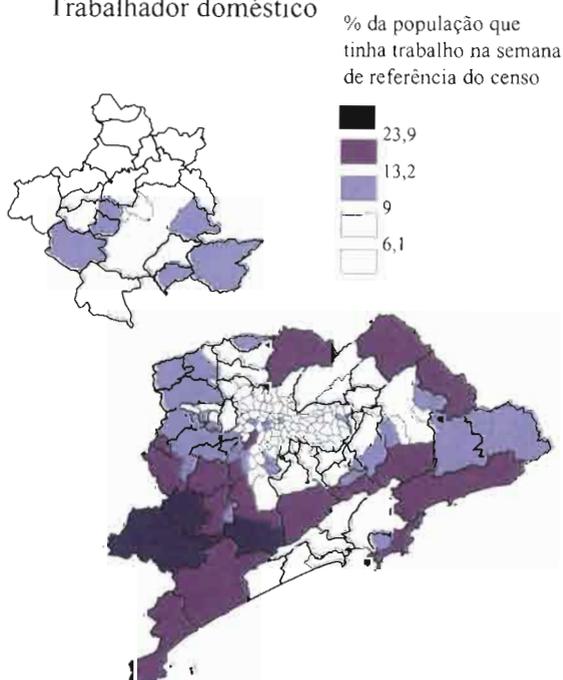
J.13 Setor de atividade
Indústria



J.14 Setor de atividade
Transportes e serviços
às empresas

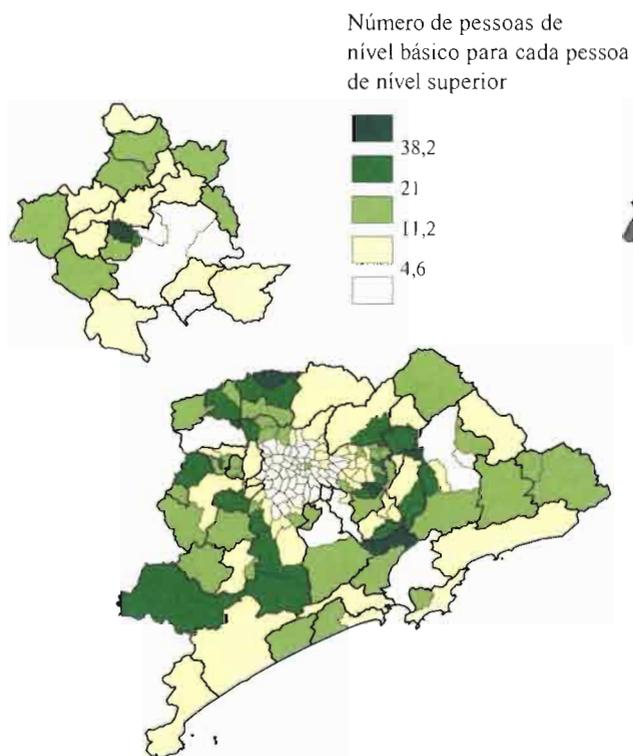
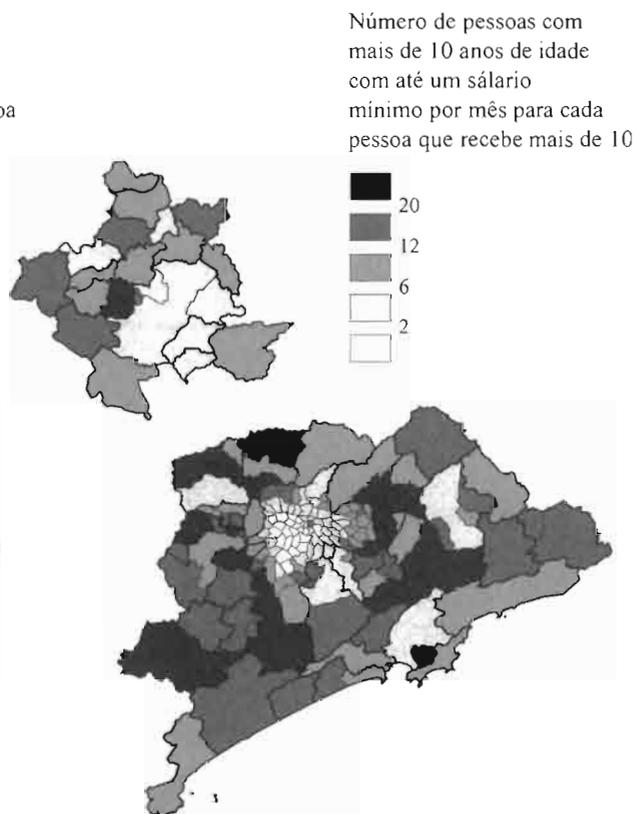


J.15 Posição na ocupação
Trabalhador doméstico



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura J5

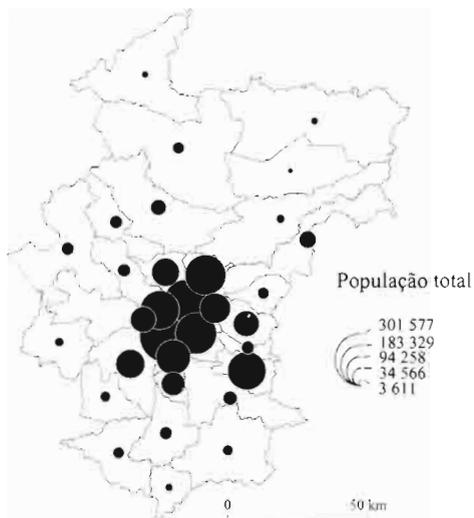
Regiões Metropolitanas de São Paulo,
Santos e CampinasJ.16 Discrepâncias de
educaçãoJ.17 Discrepâncias de
rendimentos

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

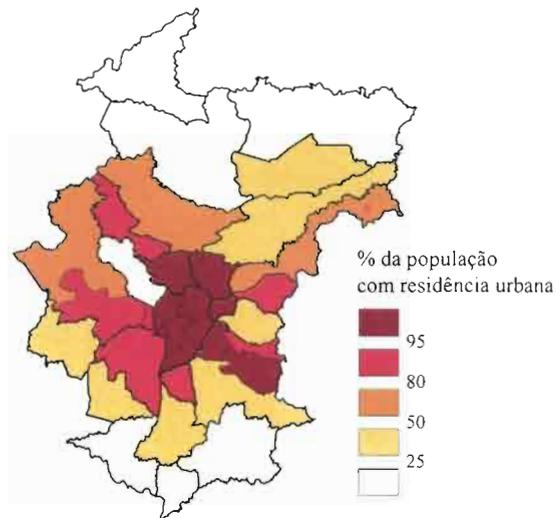
Figura K1

Região Metropolitana de Curitiba

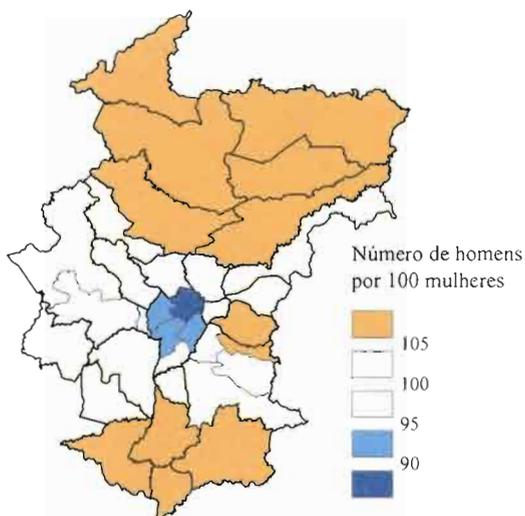
K.1 População total 2000



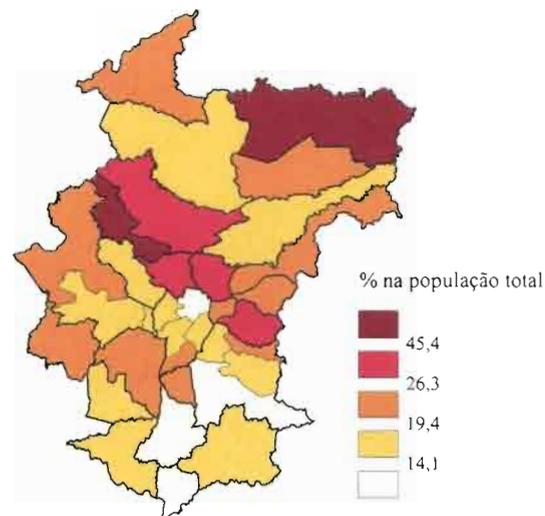
K.2 Taxa de urbanização



K.3 Taxa de masculinidade



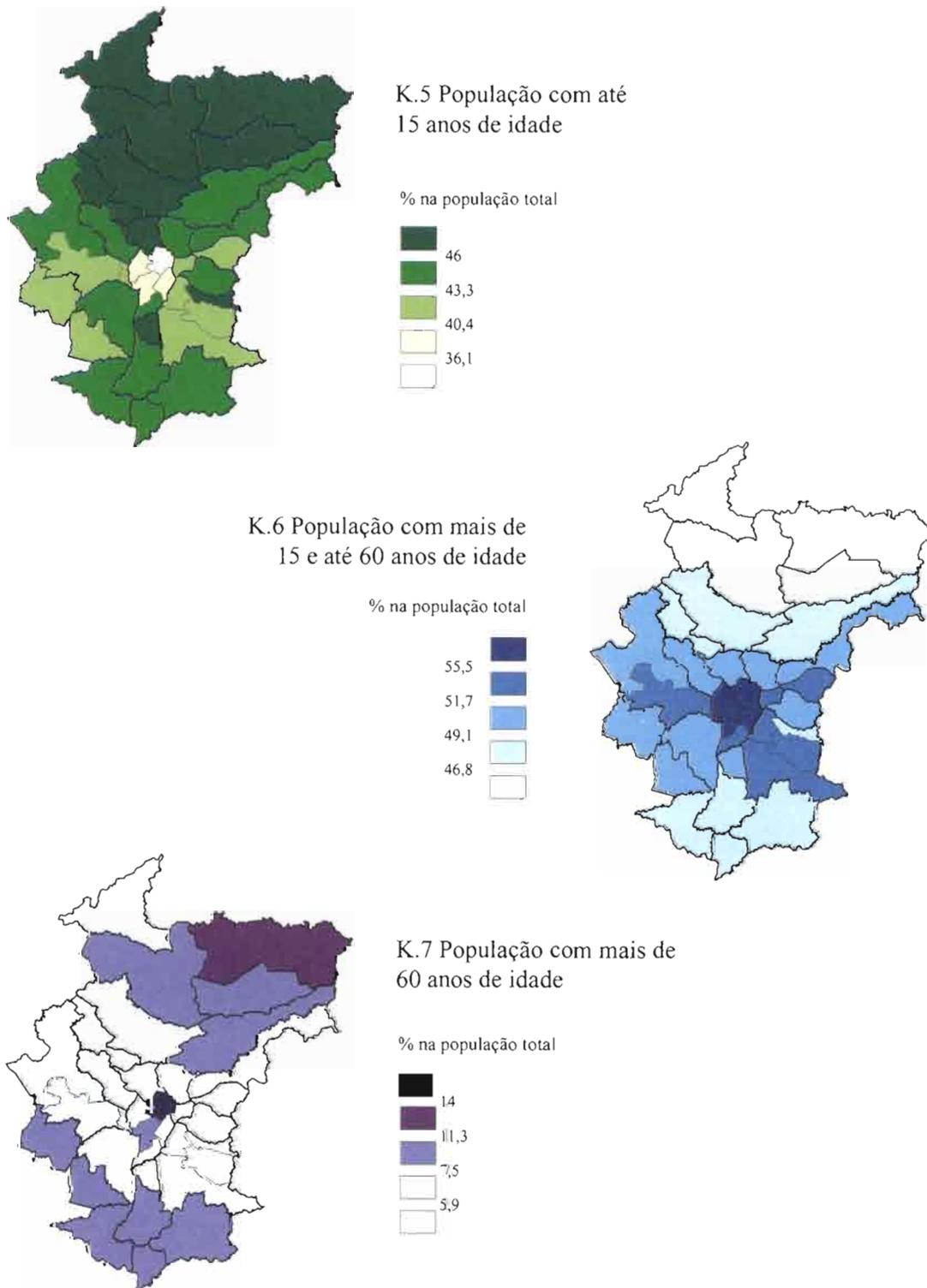
K.4 População de cor não branca



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura K2

Região Metropolitana de Curitiba

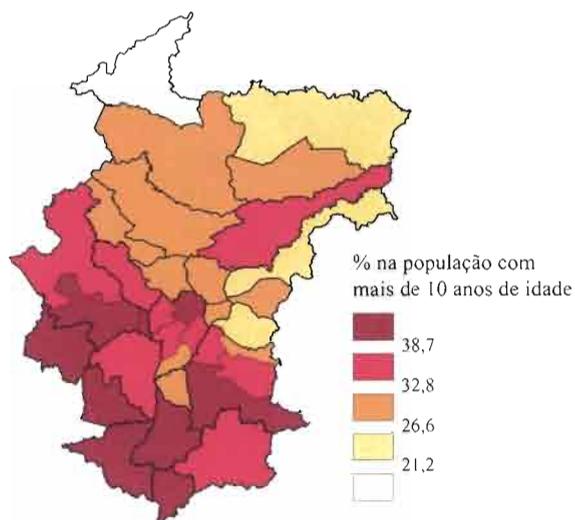


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

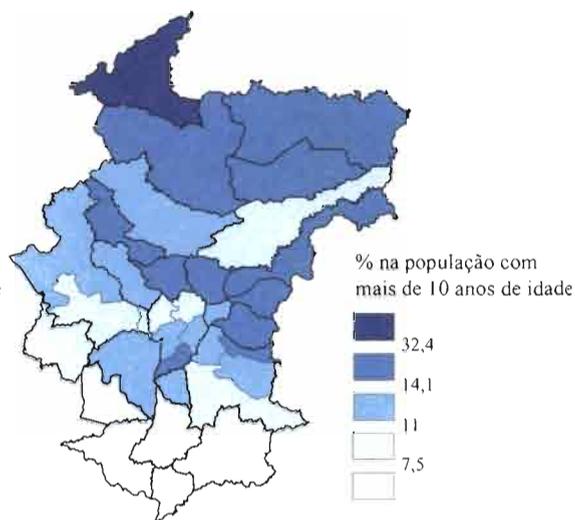
Figura K3

Região Metropolitana de Curitiba

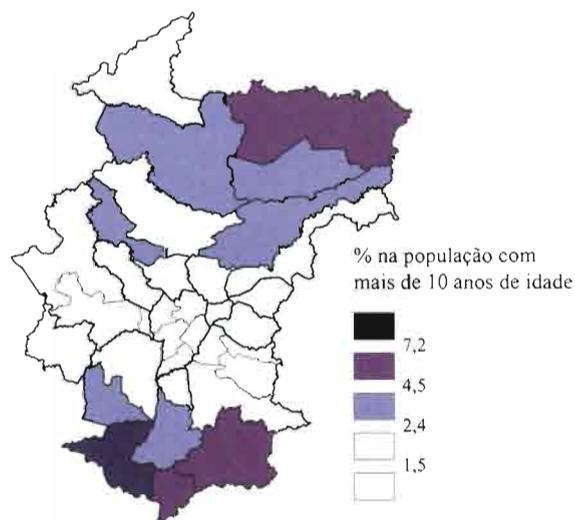
4.8 Natureza da última união
Casamento civil
e religioso



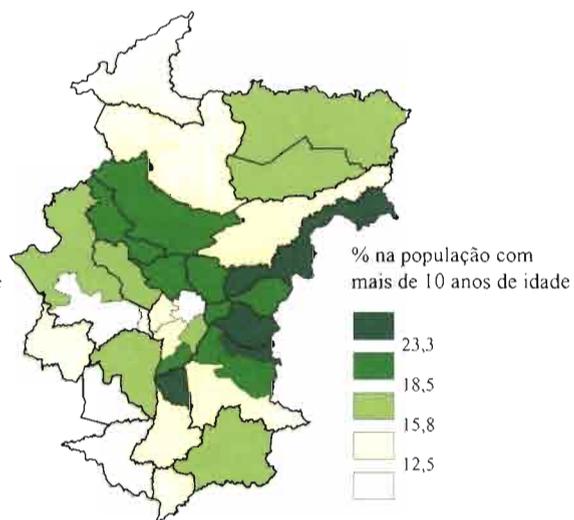
K.9 Natureza da última união
Só casamento civil



K.10 Natureza da última união
Só casamento religioso



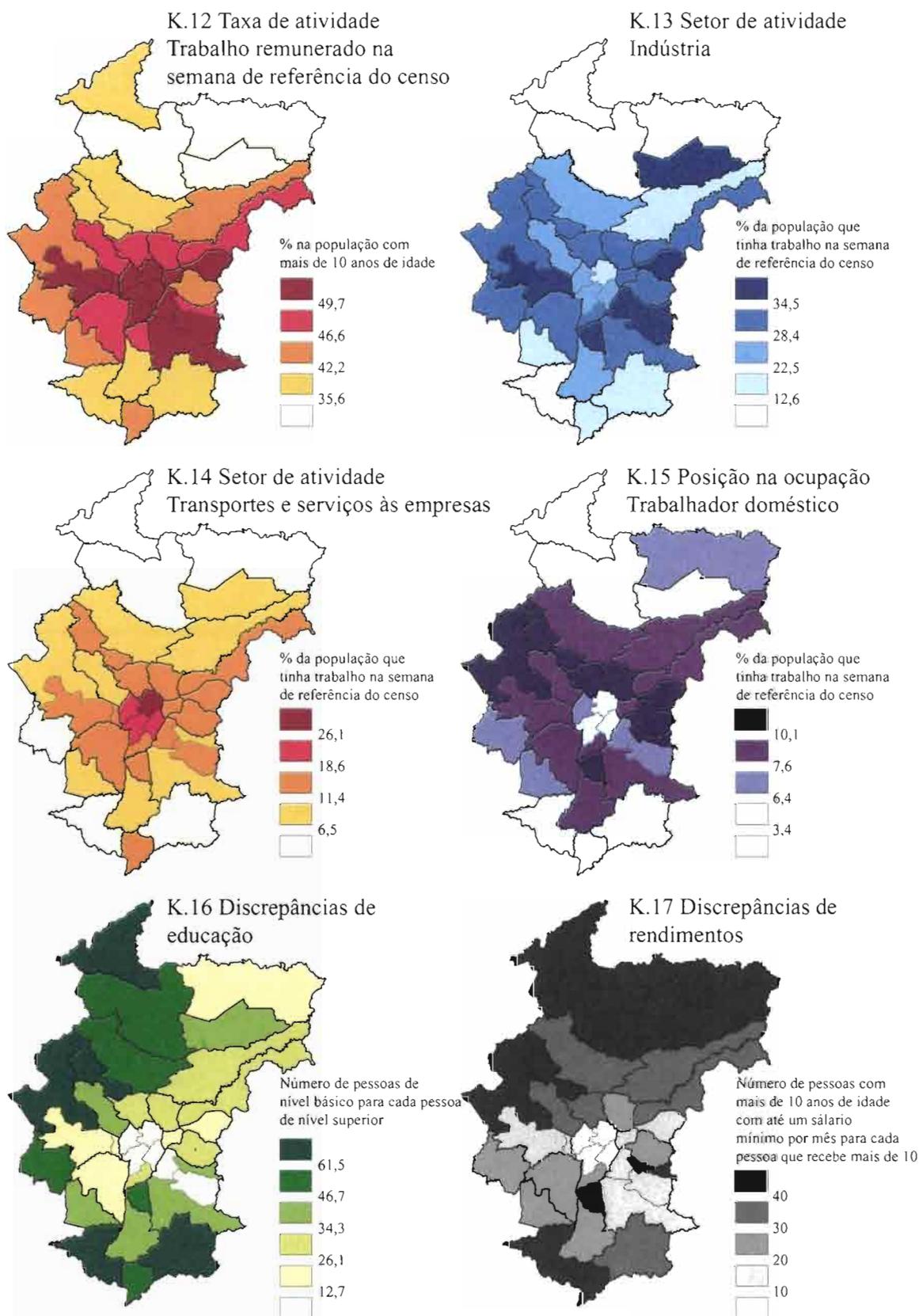
K.11 Natureza da última união
União consensual



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura K4

Região Metropolitana de Curitiba

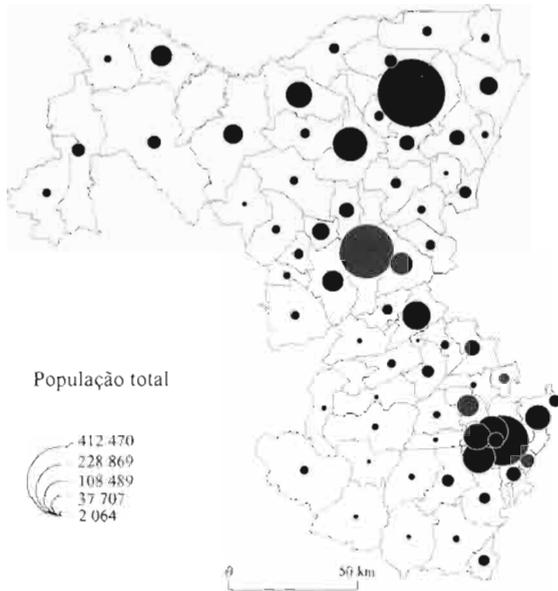


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

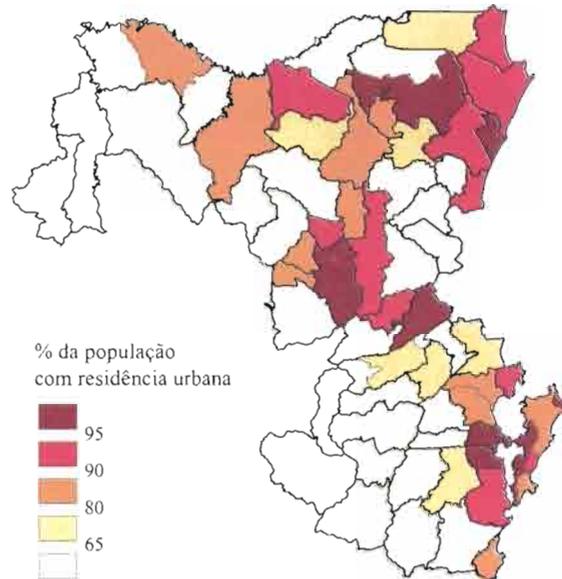
Figura L1

Regiões Metropolitanas de Florianópolis e do Vale do Itajaí

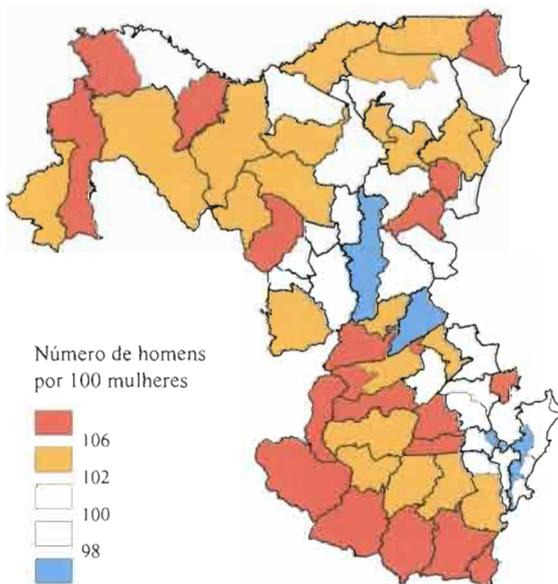
L.1 População total 2000



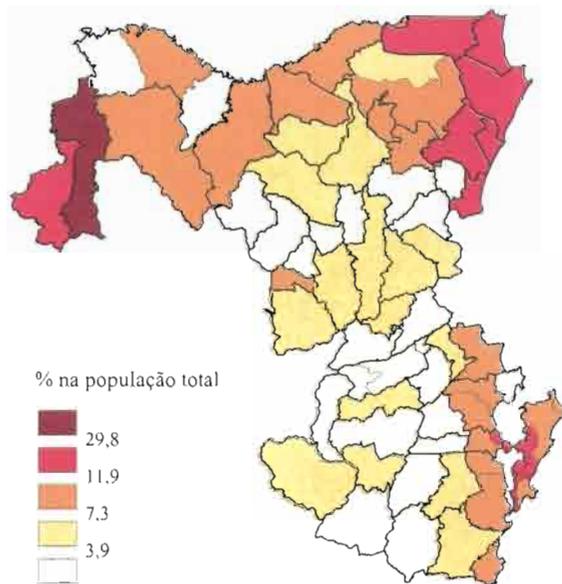
L.2 Taxa de urbanização



L.3 Taxa de masculinidade



L.4 População de cor não branca

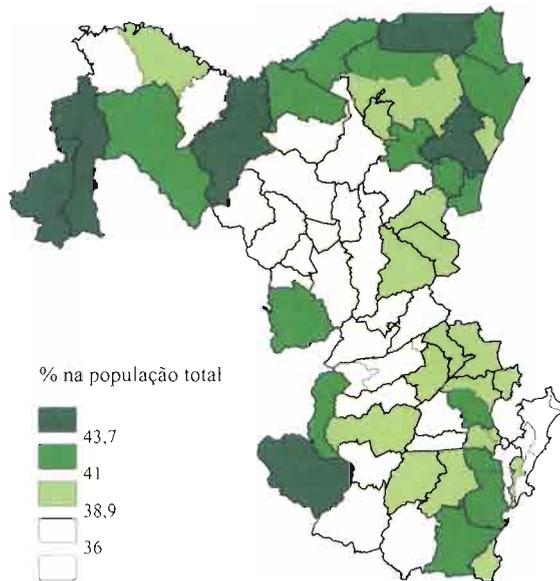


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

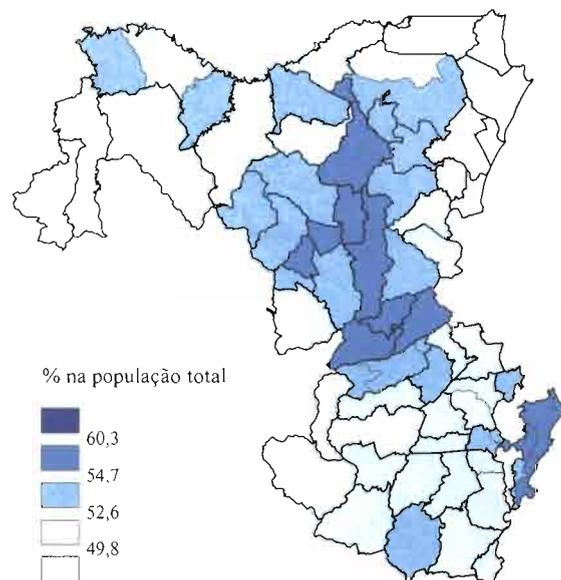
Figura L2

Regiões Metropolitanas de Florianópolis e do Vale do Itajaí

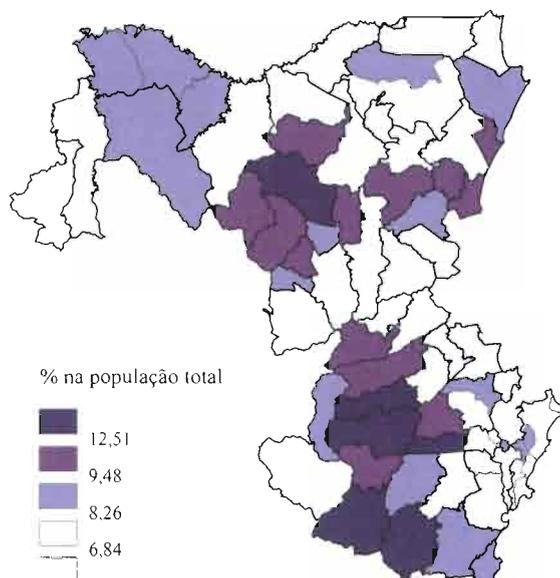
L.5 População com até 15 anos de idade



L.6 População com mais de 15 e até 60 anos de idade



L.7 População com mais de 60 anos de idade

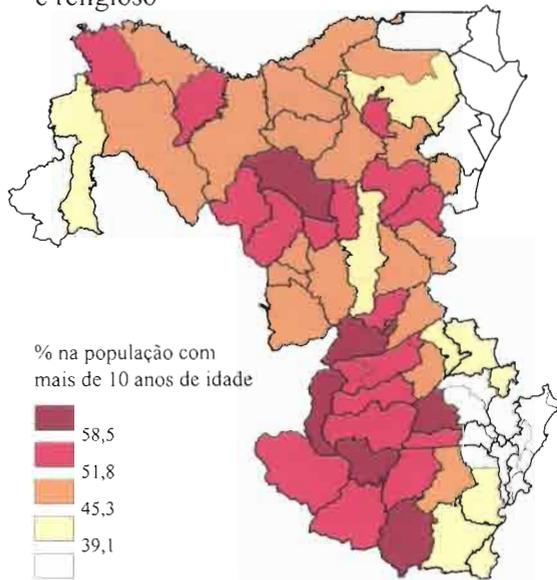


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

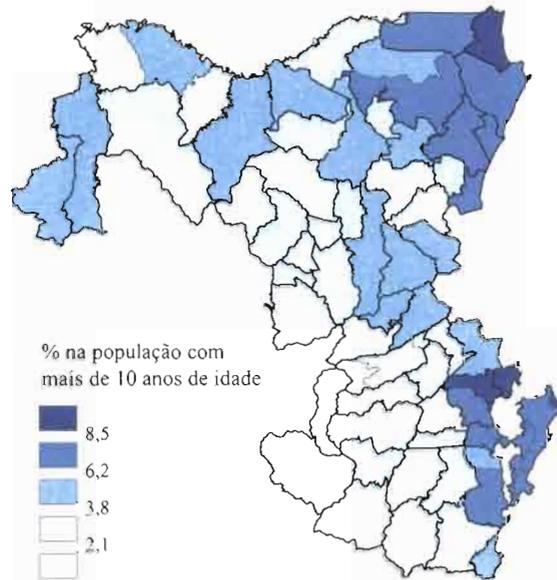
Figura L3

Regiões Metropolitanas de Florianópolis e do Vale do Itajaí

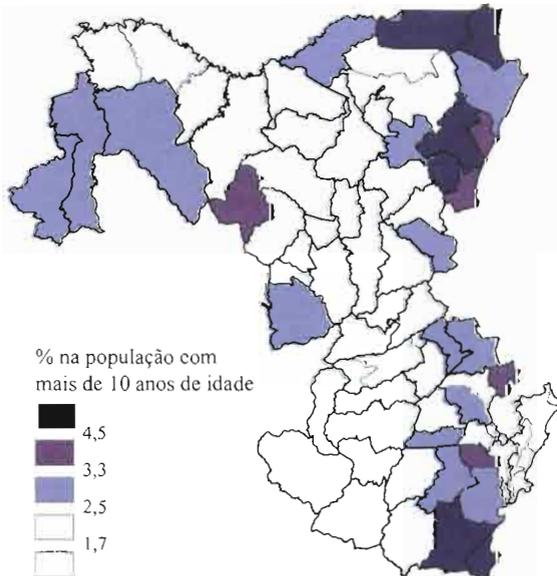
L.8 Natureza da última união
Casamento civil
e religioso



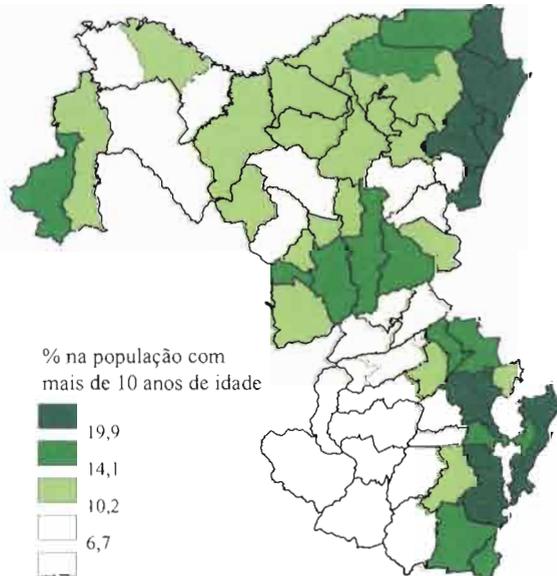
L.9 Natureza da última união
Só casamento civil



L.10 Natureza da última união
Só casamento religioso



L.11 Natureza da última união
União consensual



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura L4

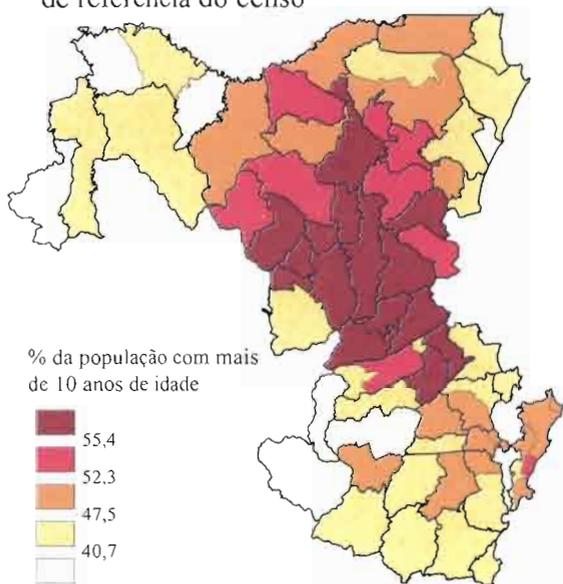
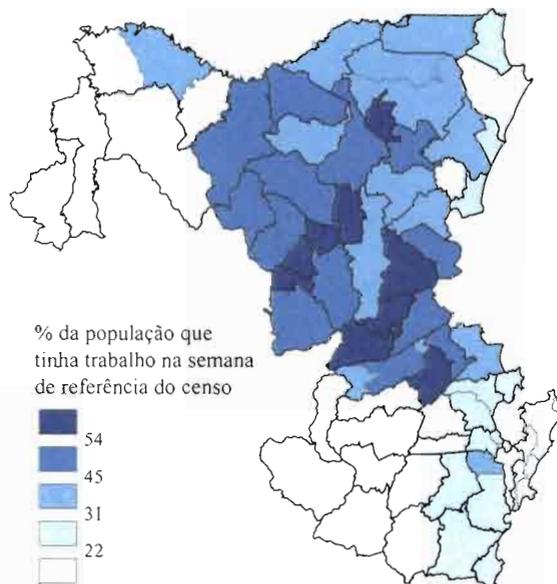
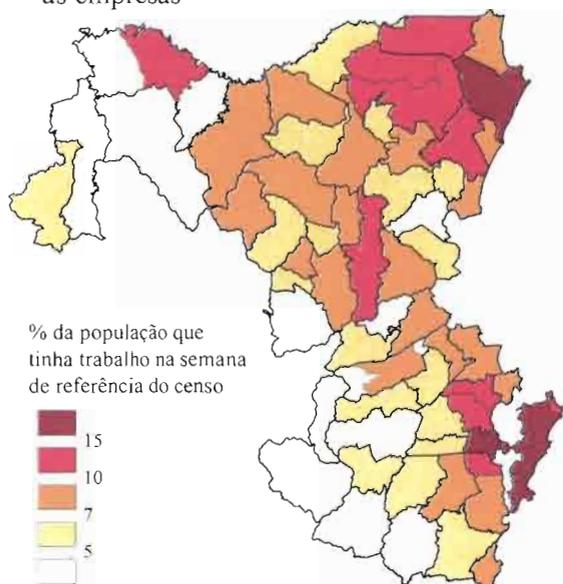
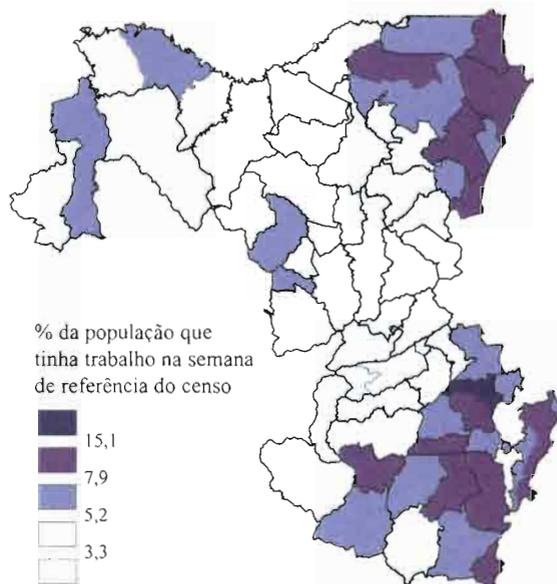
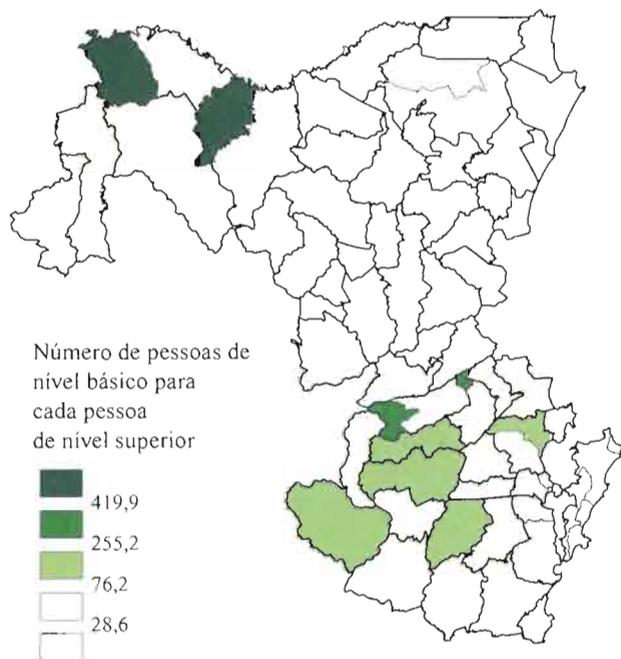
Regiões Metropolitanas de Florianópolis
e do Vale do ItajaíL.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censoL.13 Setor de atividade
IndústriaL.14 Setor de atividade
Transportes e serviços
às empresasL.15 Posição na ocupação
Trabalhador doméstico

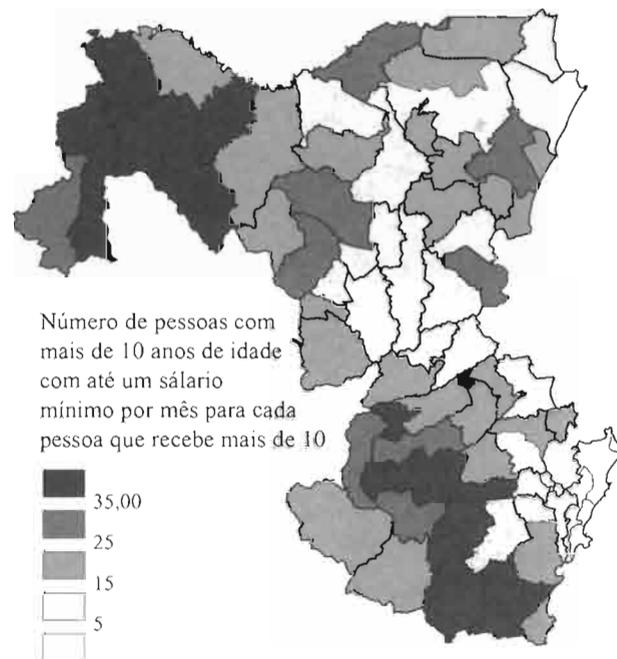
Figura L5

Regiões Metropolitanas de Florianópolis e do Vale do Itajaí

L.16 Discrepâncias de educação



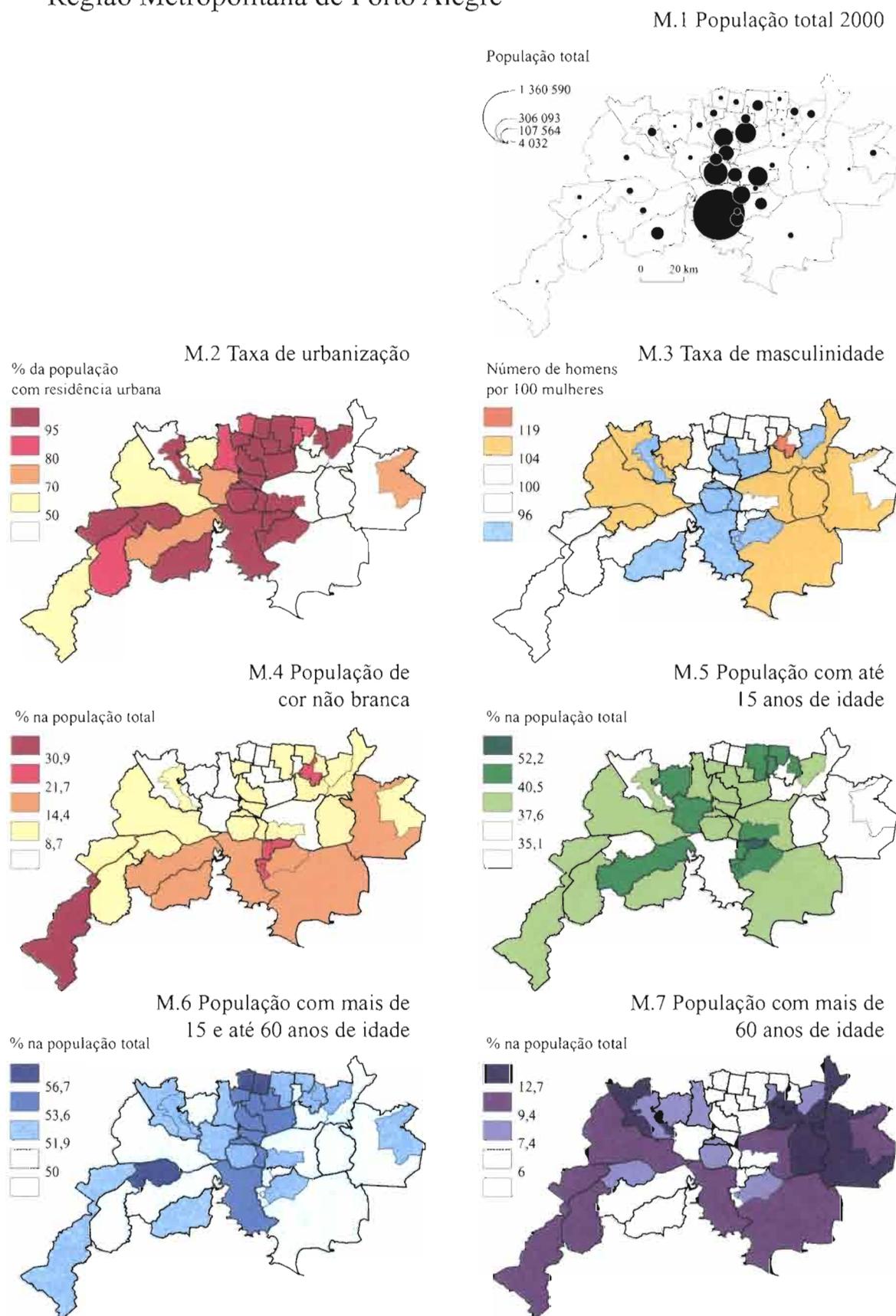
L.17 Discrepâncias de rendimentos



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura M1

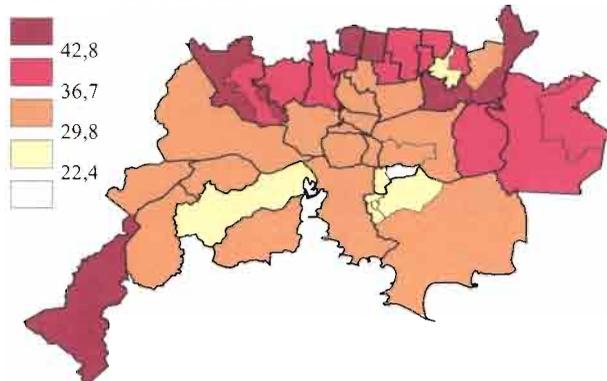
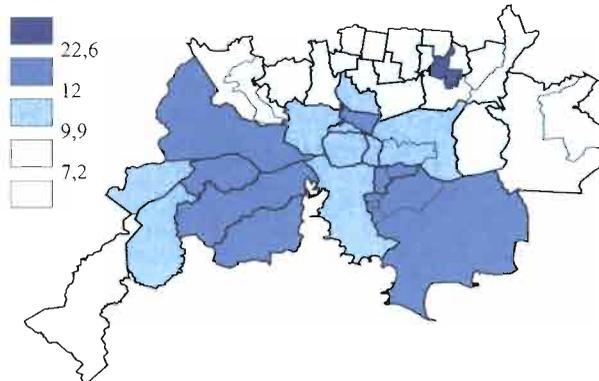
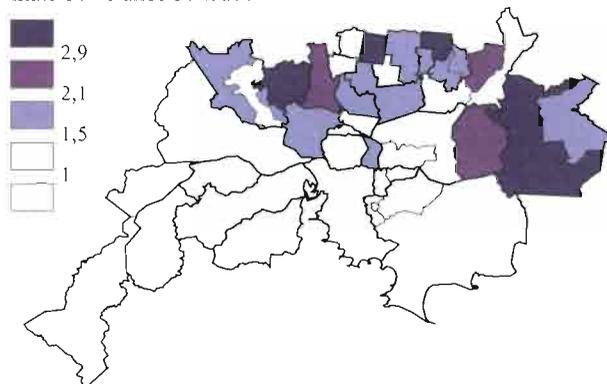
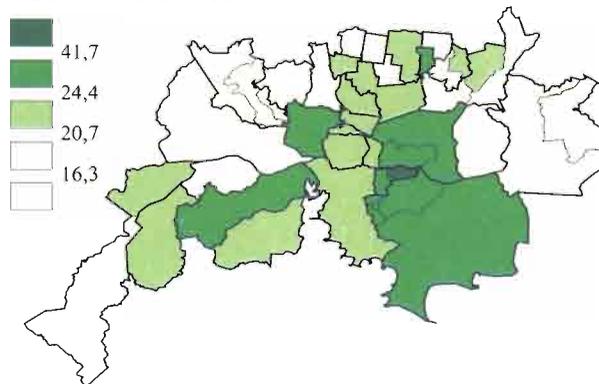
Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura M2

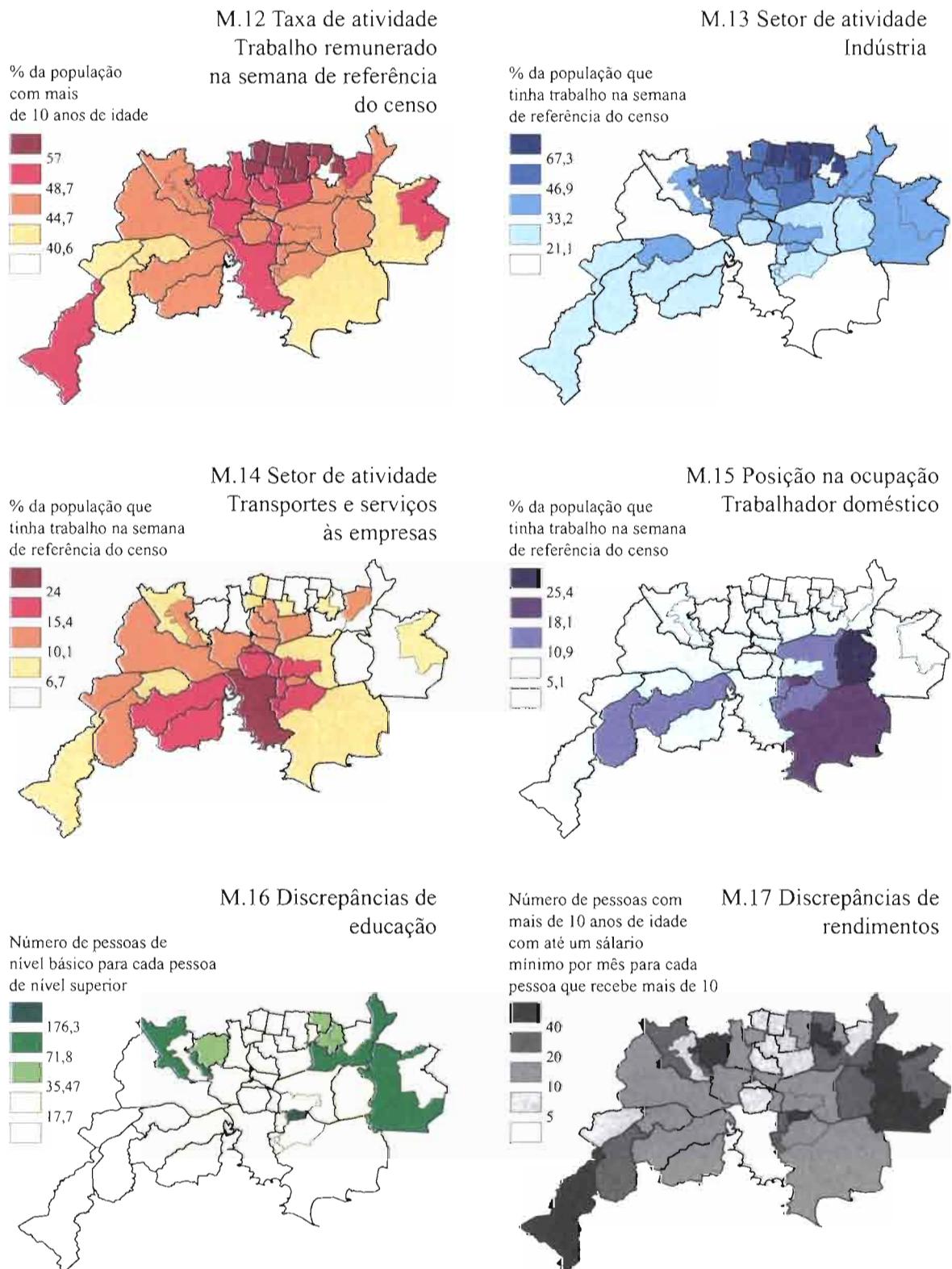
Região Metropolitana de Porto Alegre

M.8 Natureza da última união
Casamento civil e religioso% na população com
mais de 10 anos de idadeM.9 Natureza da última união
Só casamento civil% na população com
mais de 10 anos de idadeM.10 Natureza da última união
Só casamento religioso% na população com
mais de 10 anos de idadeM.11 Natureza da última união
União consensual% na população com
mais de 10 anos de idade

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura M3

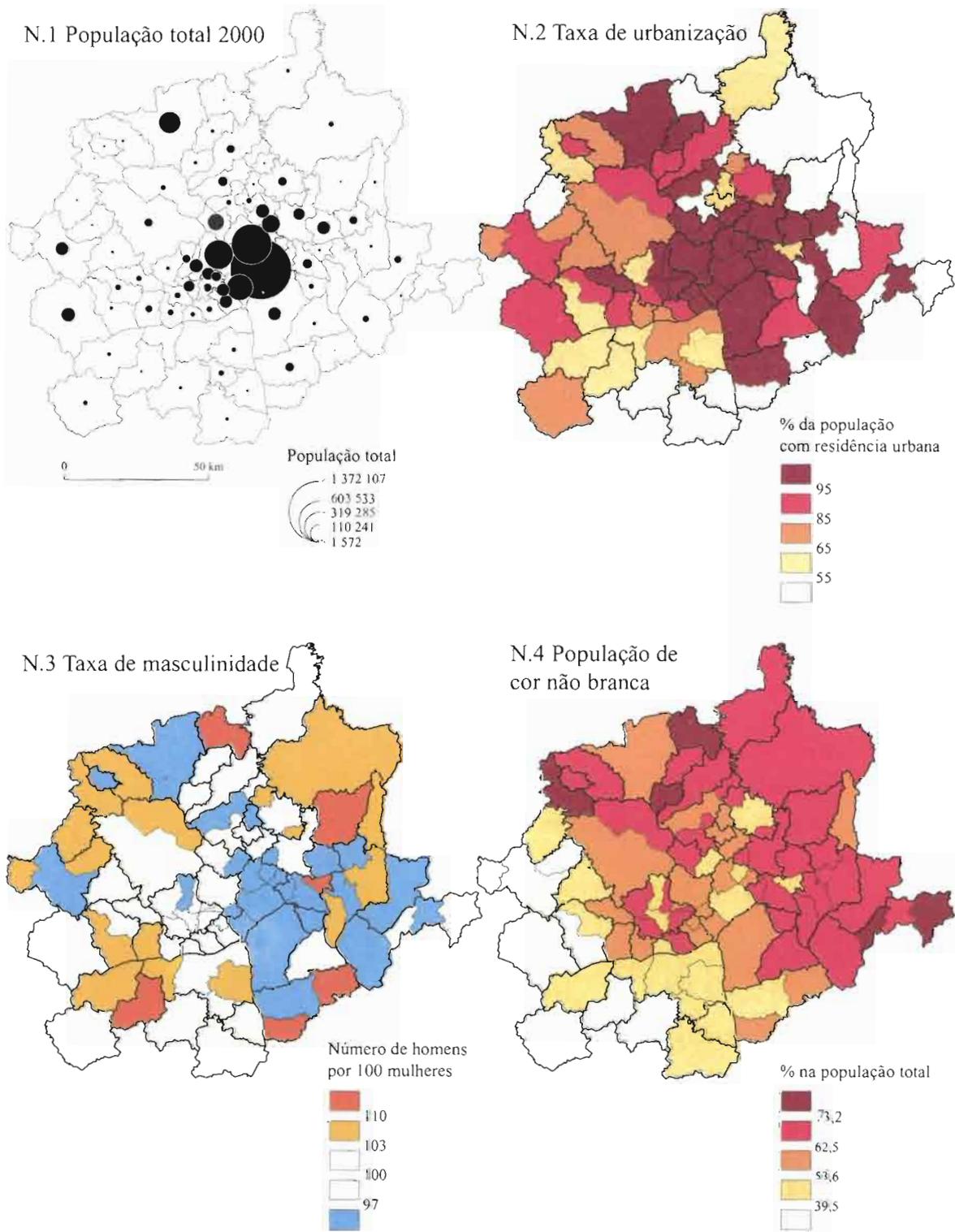
Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura N1

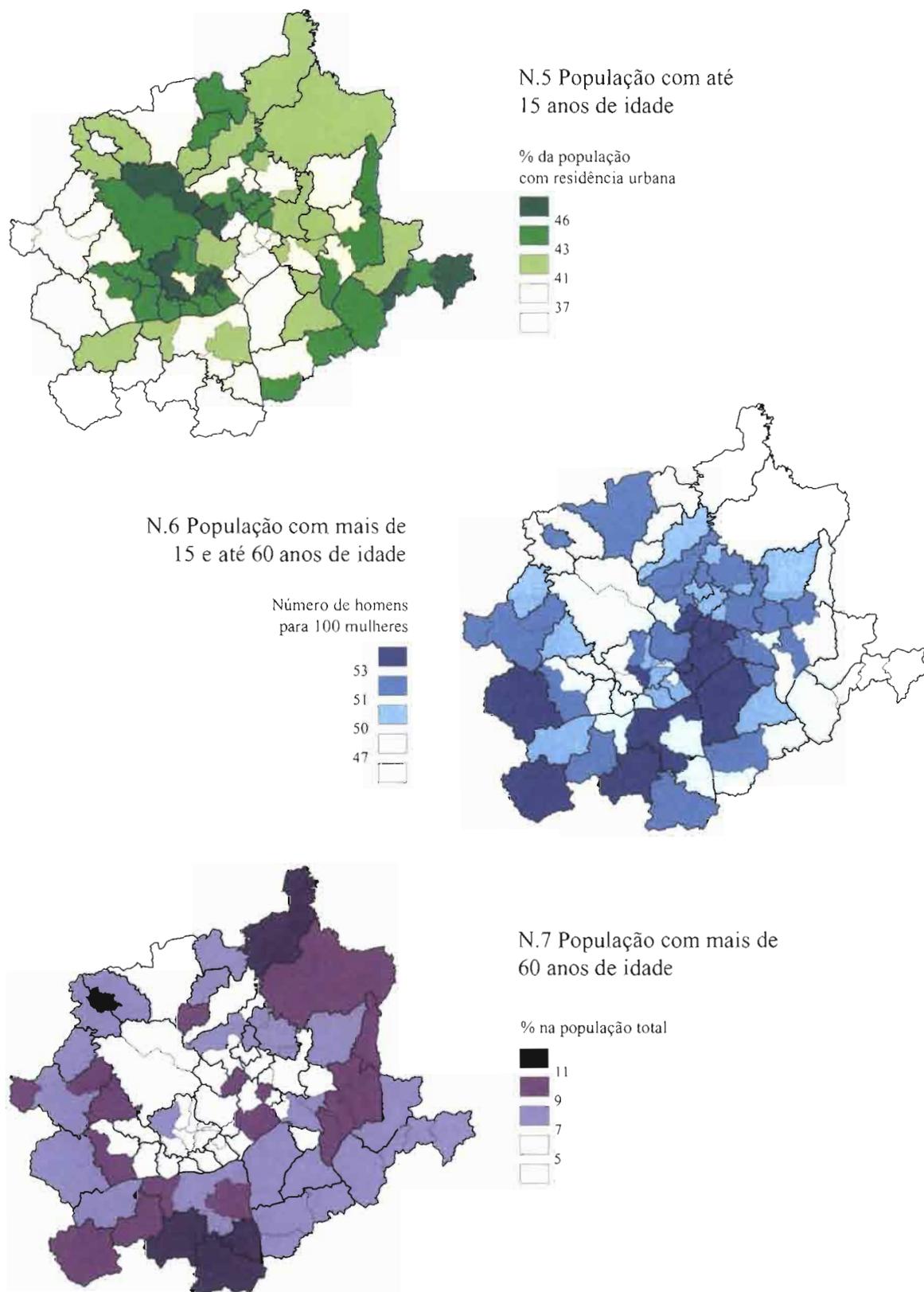
Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura N2

Região Metropolitana de Belo Horizonte

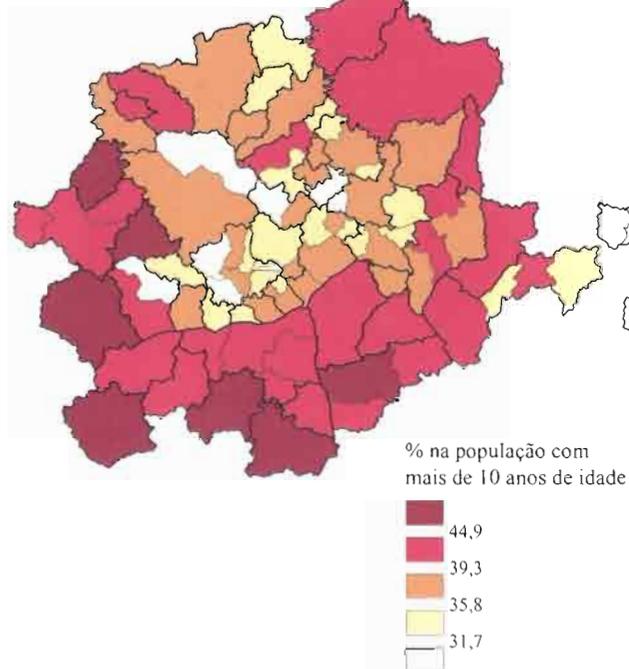


Fonte - IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura N3

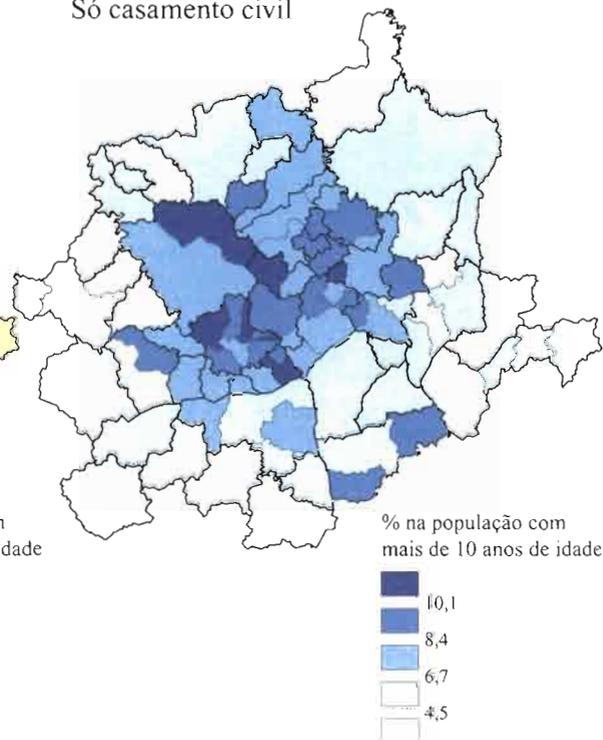
Região Metropolitana de Belo Horizonte

N.8 Natureza da última união

Casamento civil
e religioso

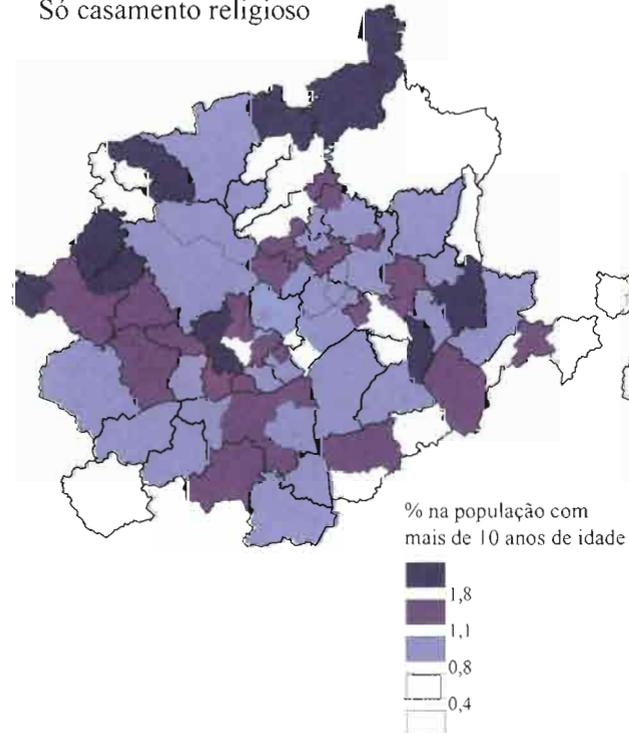
N.9 Natureza da última união

Só casamento civil



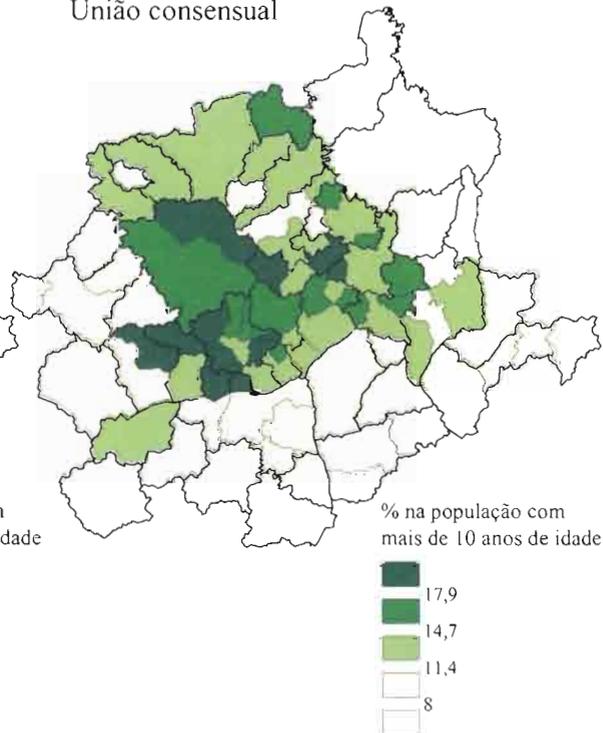
N.10 Natureza da última união

Só casamento religioso



N.11 Natureza da última união

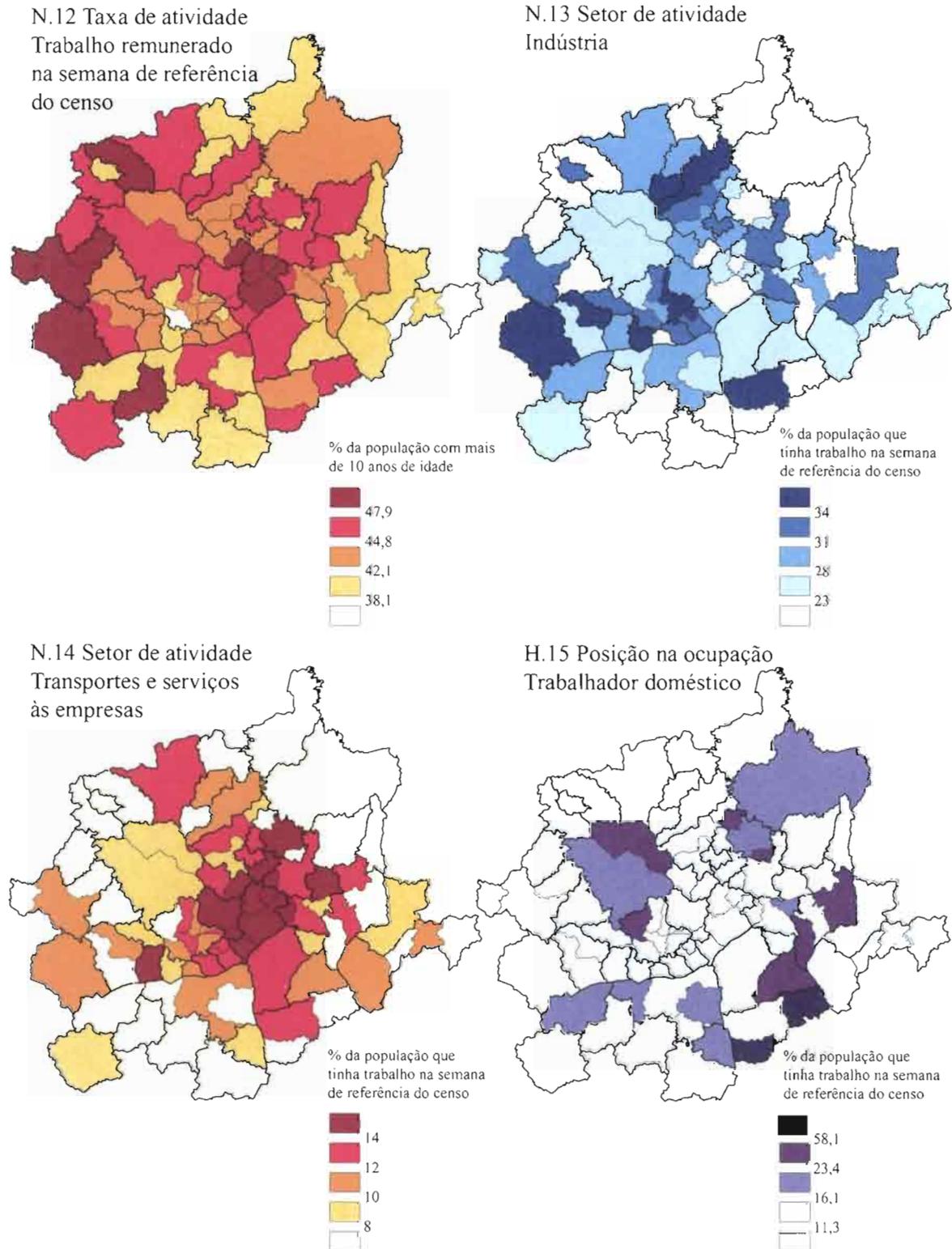
União consensual



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura N4

Região Metropolitana de Belo Horizonte

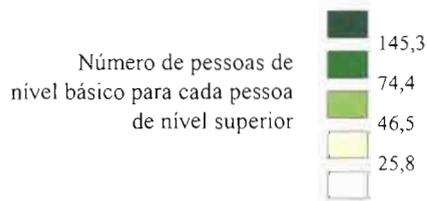
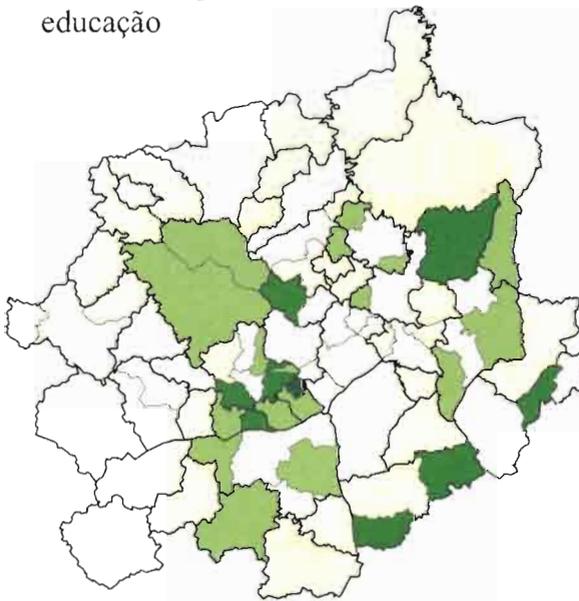


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

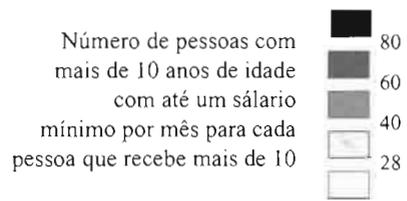
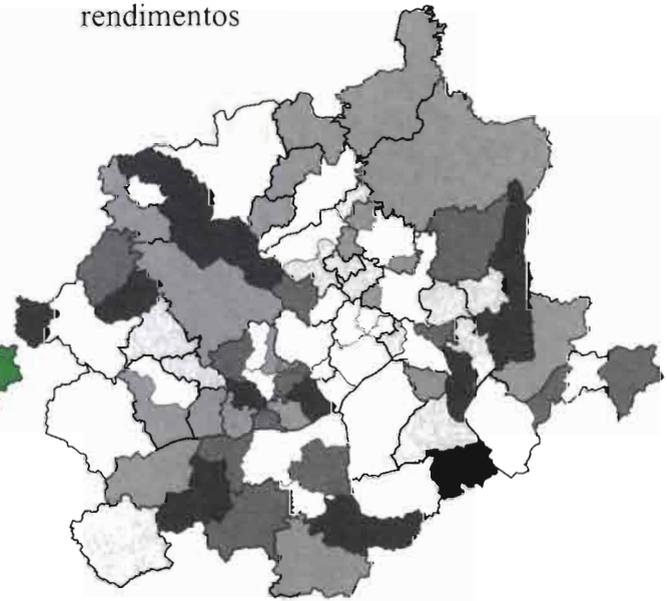
Figura N5

Região Metropolitana de Belo Horizonte

N.16 Discrepâncias de educação

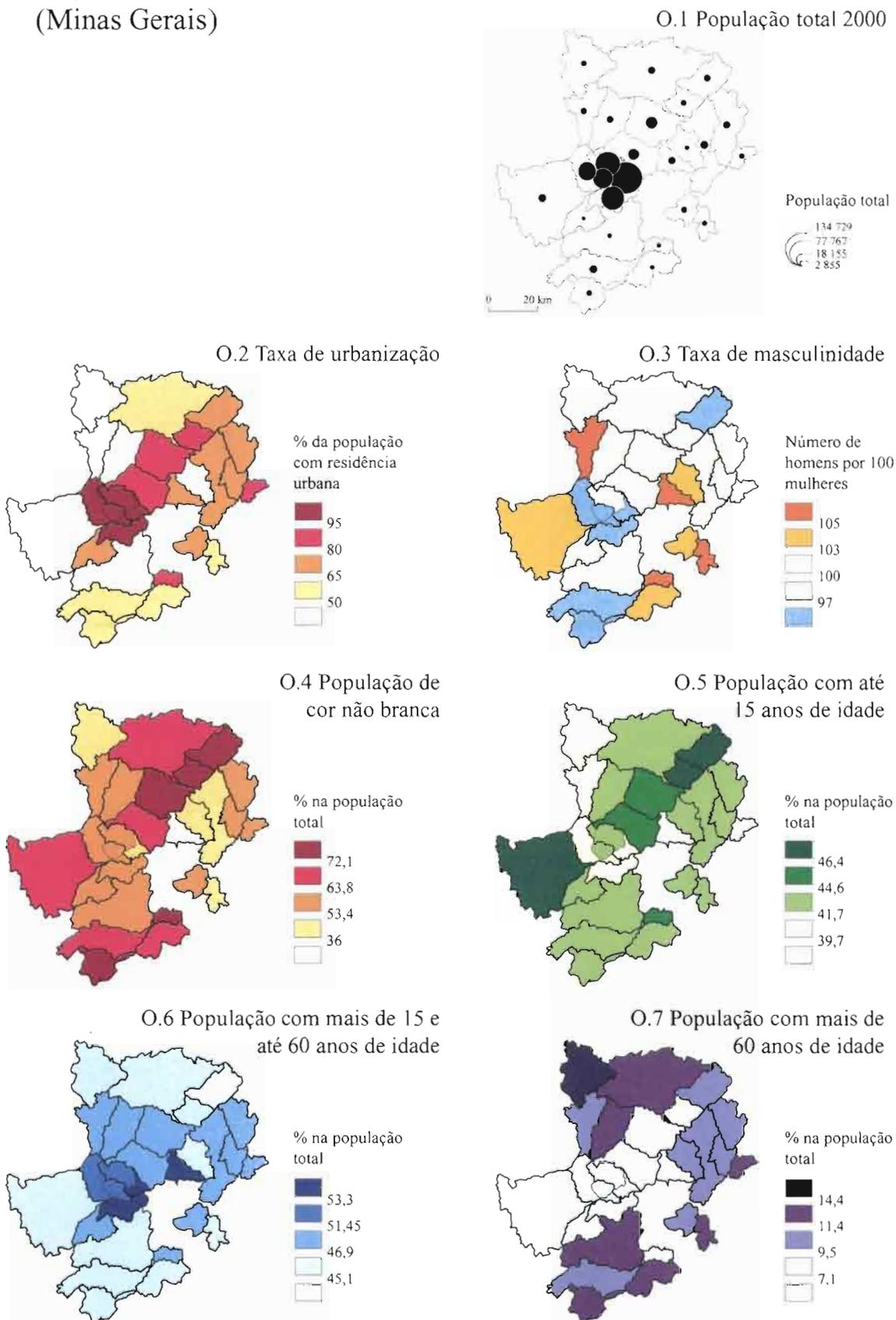


N.17 Discrepâncias de rendimentos



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

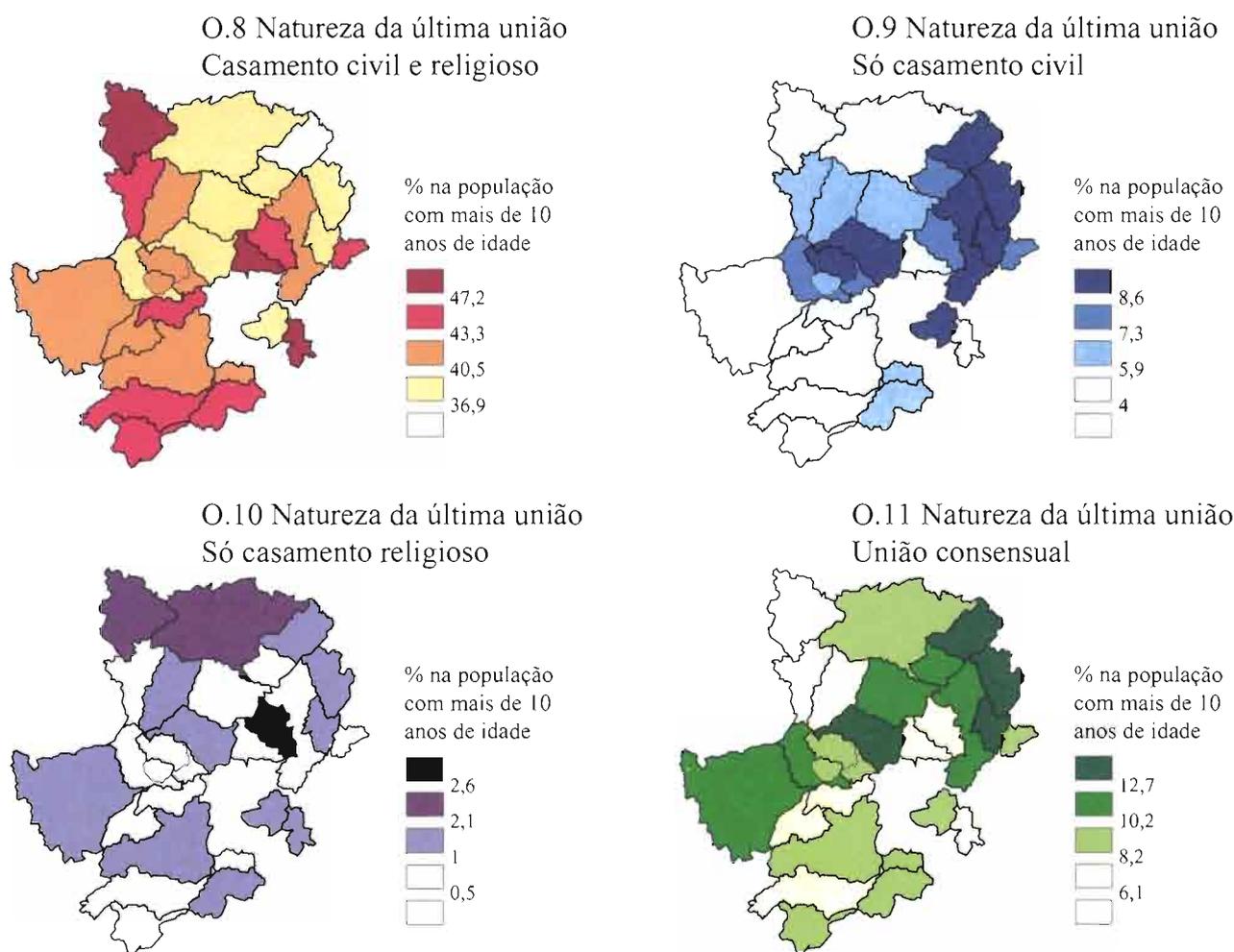
Figura O1

Região Metropolitana do Vale do Aço
(Minas Gerais)

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura O2

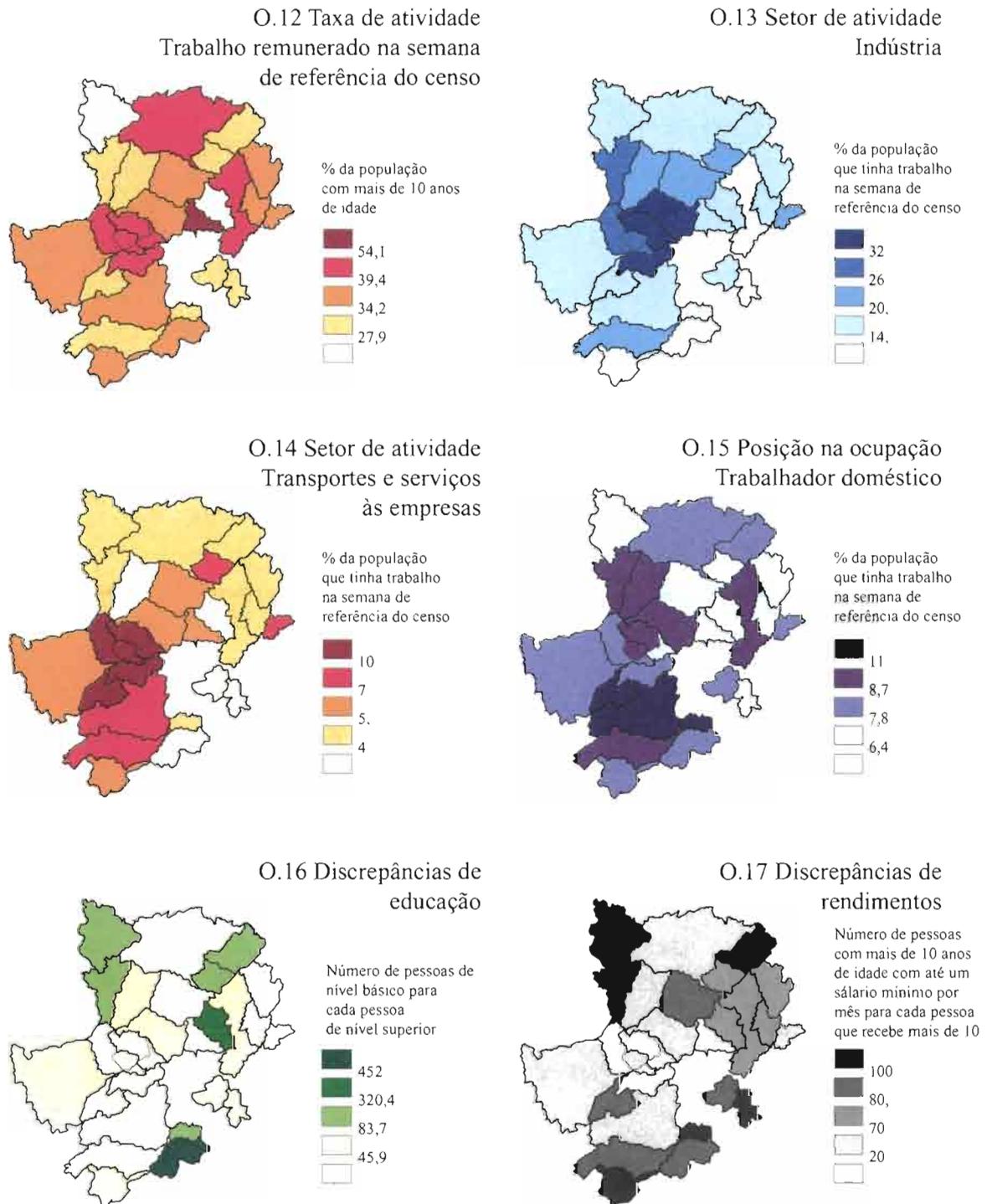
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura O3

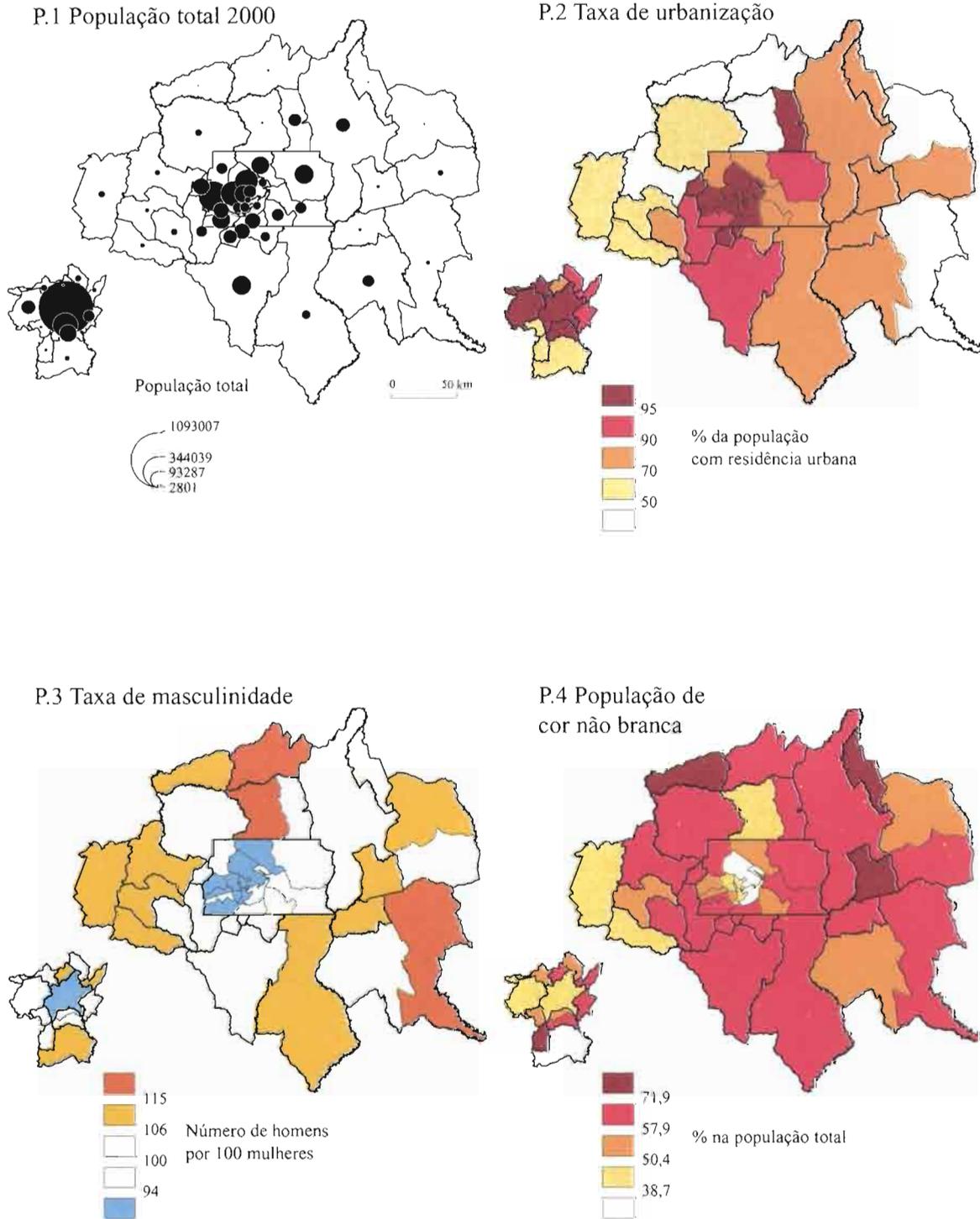
Região Metropolitana do Vale do Aço (Minas Gerais)



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura P1

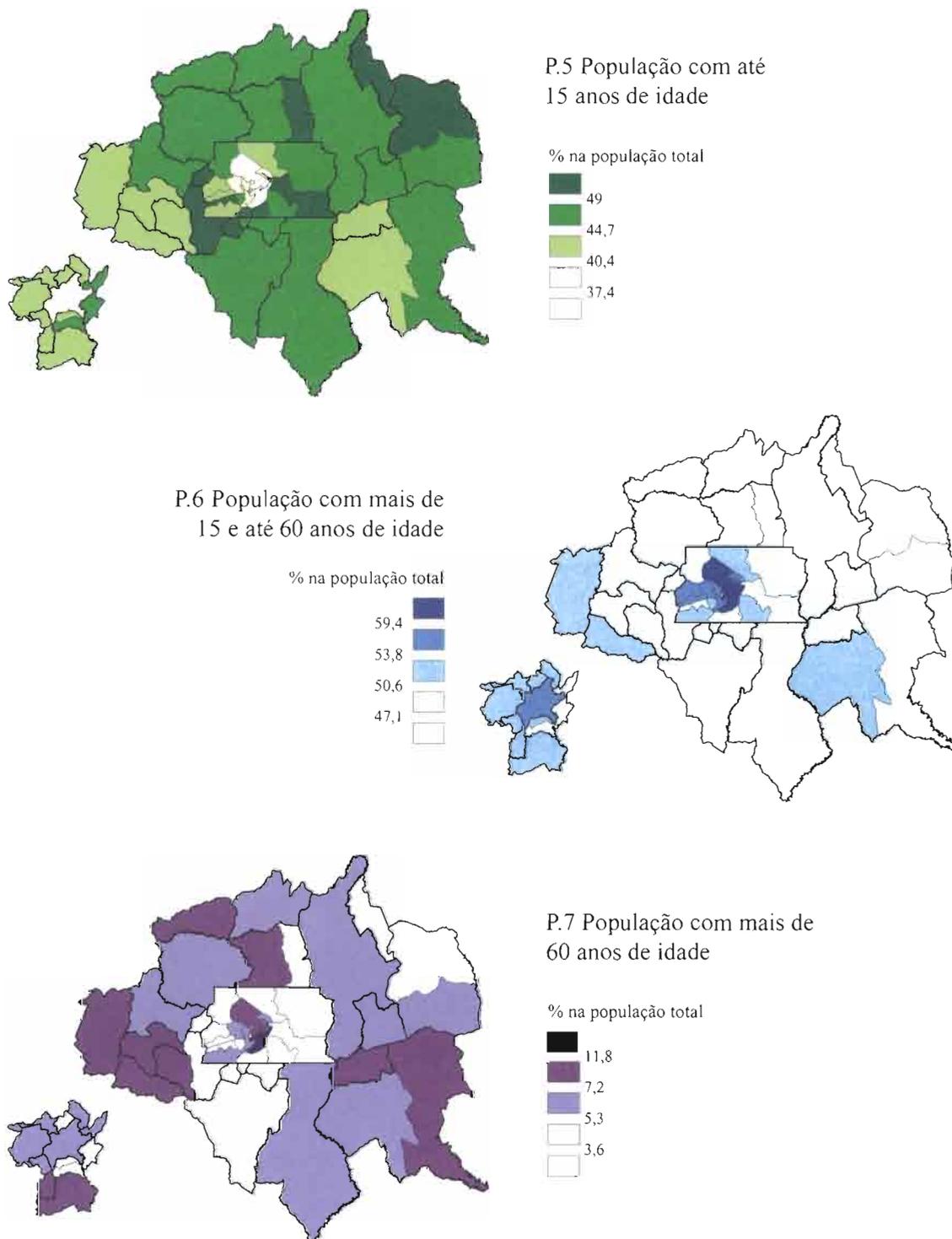
Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura P2

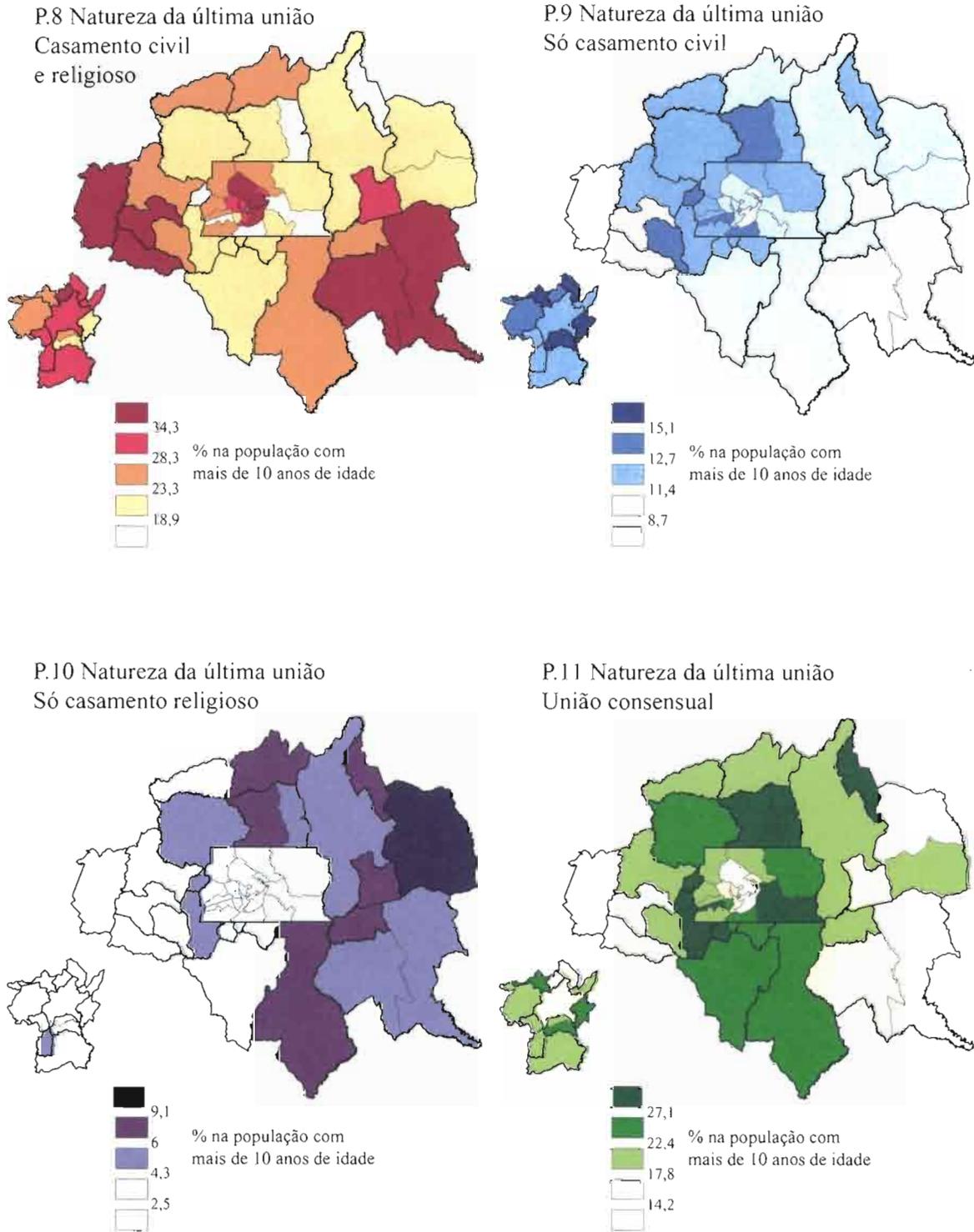
Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília e
Região Metropolitana de Goiânia



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Figura P3

Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia

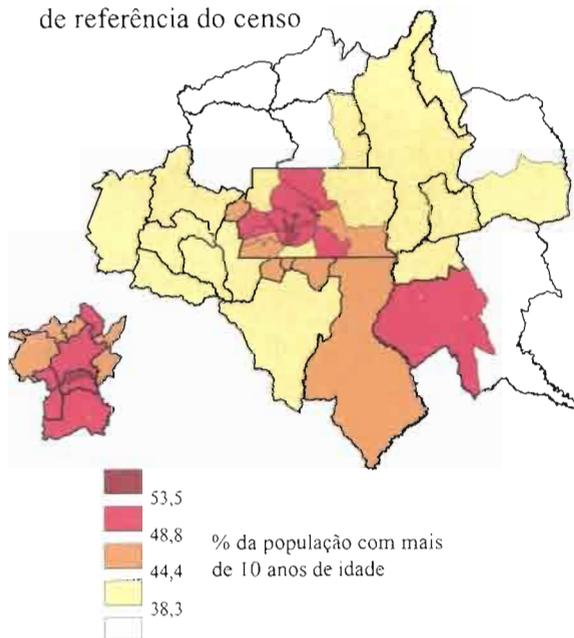


Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

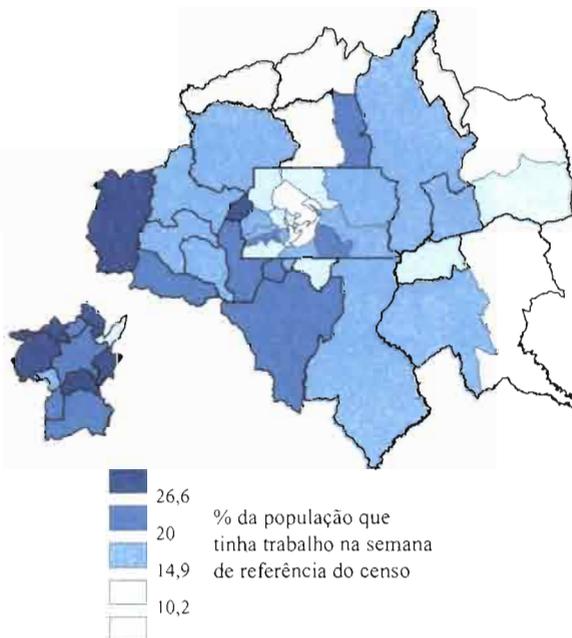
Figura P4

Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília e
Região Metropolitana de Goiânia

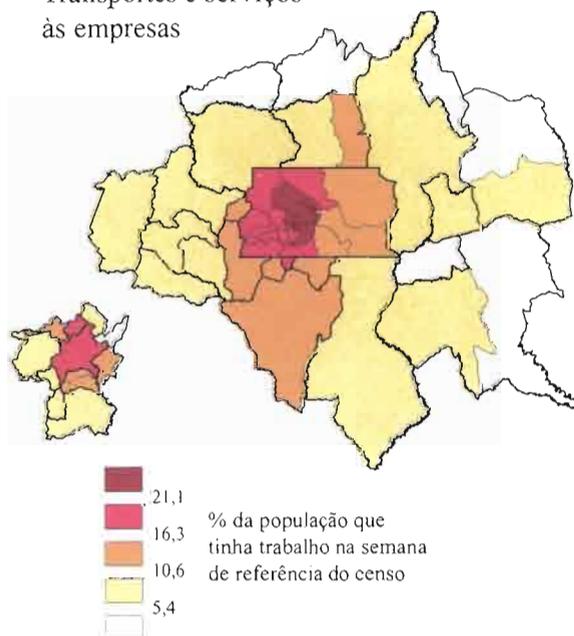
P.12 Taxa de atividade
Trabalho remunerado na semana
de referência do censo



P.13 Setor de atividade
Indústria



P.14 Setor de atividade
Transportes e serviços
às empresas



P.15 Posição na ocupação
Trabalhador doméstico

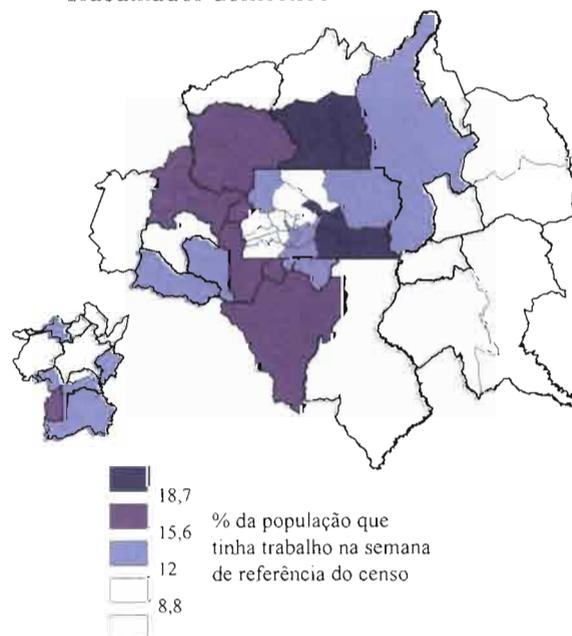
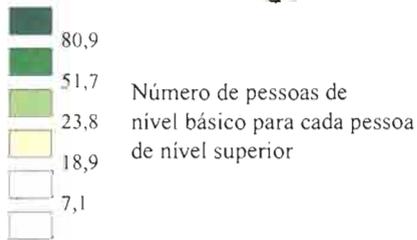
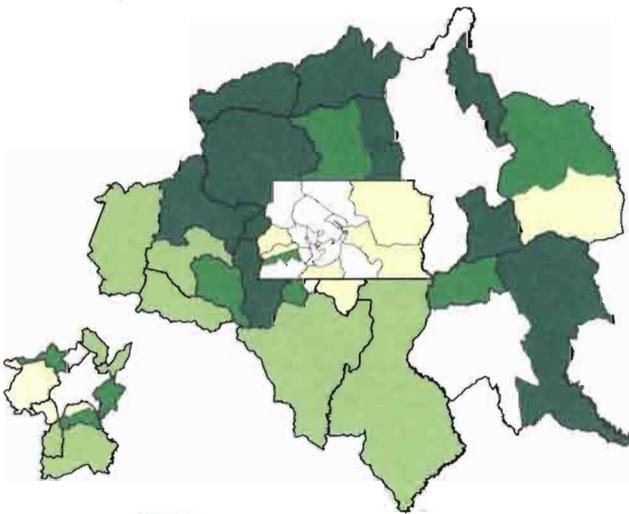


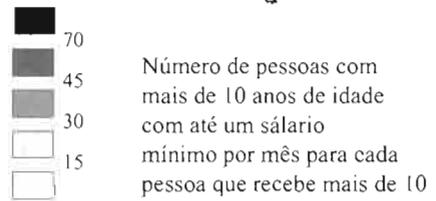
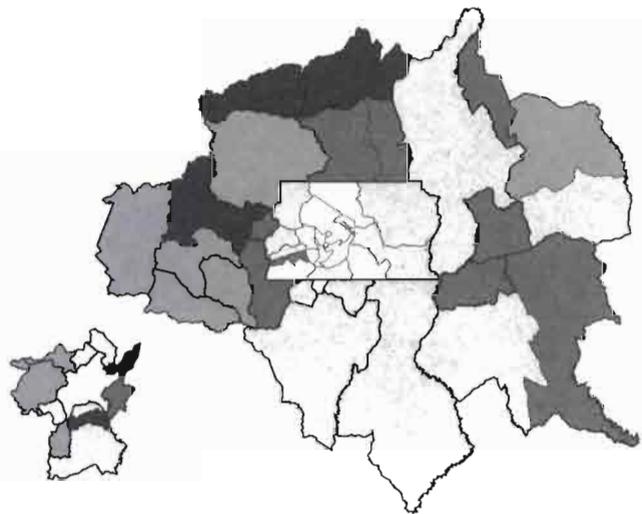
Figura P5

Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia

P.16 Discrepâncias de educação



P.17 Discrepâncias de rendimentos



Fonte . IBGE - Censo Demográfico 2000

Conclusão

Para concluir este *Atlas*, procurou-se caracterizar cada um dos territórios identificados a partir da síntese religiosa no Brasil, com base nos indicadores demográficos e socioeconômicos. Assim, para cada classe territorial, foram representados os desvios de cada indicador demográfico e socioeconômico em relação à média brasileira (Fig. 9.01). A parte superior desta figura diz respeito aos indicadores demográficos e socioeconômicos, enquanto a parte inferior reproduz os desvios relativos às religiões. Convém lembrar, no entanto, que ao se interpretar os gráficos, uma precaução deve ser tomada: os desvios não caracterizam a totalidade dos fiéis de cada um dos grupos religiosos, como nos gráficos do mesmo tipo nos capítulos sobre os católicos, os evangélicos pentecostais, os evangélicos de missão, etc., mas sim os territórios onde este ou aquele grupo religioso se destaca. Esses espaços são caracterizados primeiramente pelo seu perfil religioso, uma vez que foram as religiões que deram origem às classes, e em seguida pelo seu perfil demográfico e socioeconômico. Trata-se, de algum modo, de uma abordagem *ecológica*, ou seja, mostra em que ambientes demográficos, sociais e econômicos vêm se desenvolvendo as diferentes religiões.

O território de resistência do catolicismo, que equivale à classe nº 5, compreende, como vimos, a maior parte do Nordeste, quase todo o estado de Minas Gerais, o sul do Paraná, a parte central de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Este território se caracteriza por desvios relativamente fracos em relação ao perfil médio do Brasil. No entanto, algumas características sobressaem em relação a esse perfil, como o casamento do tipo “somente religioso”, as discrepâncias de rendimentos, as pessoas ocupadas na atividade agrícola e a existência de idosos. Isto resume bem as características do território de resistência do catolicismo, que, na verdade, abrange regiões tradicionais, e muitas vezes pouco dinâmicas em termos demográficos e socioeconômicos. De fato, todos os indicadores que expressariam dinamismo apresentam desvios negativos em relação à média brasileira, como taxa de atividade, taxa de urbanização, pessoas ocupadas em transportes e serviços às empresas e a presença de adultos.

O espaço de diversificação religiosa, que corresponde à classe nº 1, engloba a maior parte do estado do Rio de Janeiro e as cidades de Vitória e Salvador. Esta classe apresenta um nítido desvio positivo em relação ao casamento “somente civil”, “união consensual”, trabalho doméstico, taxa de urbanização, transportes e serviços às

empresas e presença de adultos. Assim, as microrregiões em questão possuem características que traduzem uma certa *modernidade* e alguns aspectos típicos de espaços urbanos dinâmicos. As formas de casamento dos tipos “somente civil” e “união consensual” estão de acordo com um dos traços marcantes deste espaço que é a porcentagem acima da média brasileira de pessoas sem religião.

Os espaços de fraqueza das igrejas tradicionais, que incluem a classe nº 6, abrangem sobretudo o estado de São Paulo, parte do Paraná, Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e norte de Mato Grosso. Esta classe possui características demográficas e sociais que se aproximam da classe nº 1, apesar de o seu perfil religioso apresentar uma proporção menor de pessoas sem religião. Tem-se aqui algumas das áreas mais dinâmicas do país, que se destacam por desvios positivos quanto ao perfil médio brasileiro, em relação à taxa de urbanização, taxa de atividade, existência de indústrias, transportes e serviços às empresas, bem como à presença de adultos e de trabalhadores domésticos.

Os territórios de missionários evangélicos, que equivalem à classe nº 3, compreendem a Região Norte, a metade-oeste do Maranhão, grande parte de Goiás e de Mato Grosso, além de uma faixa litorânea que se estende do Ceará ao Espírito Santo. Trata-se de espaços caracterizados pelo número acentuado de jovens, de população de cor não branca e por uma taxa de masculinidade mais elevada do que a média brasileira. O casamento do tipo “civil e religioso” nessas áreas é menos praticado do que no restante do país, enquanto as outras formas de união situam-se acima da média, sobretudo a “união consensual”.

Os territórios luteranos, que correspondem à classe nº 2, englobam parte dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo. Essas áreas apresentam, em relação ao perfil médio brasileiro, características de uma organização social bem sucedida, como se observa, sobretudo, pelos bons níveis de educação e pelas menores desigualdades de rendimentos. Além disso, revelam um desvio positivo em relação à taxa de atividade, e se constituem nos únicos territórios a revelarem um certo equilíbrio entre as atividades agrícolas e industriais. Tem-se aqui uma população mais velha, com predomínio de adultos e idosos, essencialmente branca, que pratica o casamento “civil e religioso”. Nesses espaços, o trabalho doméstico é menos utilizado do que nas demais áreas do país, encontrando-se abaixo da média brasileira.

A classe nº 4, além da forte presença dos luteranos, inclui outros grupos religiosos como os mórmons e os umbandistas. As áreas que integram esta classe são, em geral, vizinhas aos territórios dos luteranos que compõem a classe nº 2. Apesar do perfil religioso, demográfico e socioeconômico semelhante à classe anterior, a de nº 4 apresenta algumas diferenças, como a urbanização mais acentuada, mais “transportes e serviços às empresas” e, naturalmente, menor importância das atividades agrícolas.

Além da análise do Brasil considerado em seu conjunto, por microrregiões geográficas, na qual o país foi dividido em territórios de acordo com as características religiosas de sua população, deu-se ênfase neste *Atlas* ao estudo das regiões metropolitanas, num nível mais detalhado de investigação, o dos municípios, distritos ou subdistritos. Assim, através da série de mapas da filiação religiosa e de indicadores demográficos e socioeconômicos nas grandes cidades brasileiras, pôde-se identificar situações que se mostram recorrentes num grande número de RMs.

Na maior parte das regiões metropolitanas, isto é, em 15 das 16 analisadas, percebe-se claramente o modelo de organização espacial do tipo centro-periferia, no qual o centro se caracteriza sobretudo por população de cor branca, com melhor nível de educação e de rendimentos. Inversamente, na periferia se localizam as pessoas não brancas, com níveis de educação e renda mais baixos. Observa-se ainda, como um traço comum das periferias metropolitanas, a presença mais acentuada de pessoas que vivem do trabalho doméstico.

Já em relação à filiação religiosa, constatam-se situações um pouco mais diferenciadas. Em Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo é no município central da RM que os católicos estão mais presentes. Em algumas regiões metropolitanas, no entanto, como Fortaleza, Natal, Belo Horizonte, Distrito Federal e Vale do Aço, os católicos apresentam percentuais mais elevados nos municípios de sua periferia metropolitana, sobretudo naqueles mais distantes do centro, de caráter mais rural. Constitui-se, porém, numa característica comum da quase totalidade das regiões metropolitanas brasileiras a localização dos evangélicos pentecostais nas suas periferias. Da mesma forma, as pessoas que se declaram sem religião se localizam mais na periferia do que no centro, com exceção de Belo Horizonte, Vale do Aço, Florianópolis e Porto Alegre.

Como vimos ao longo deste trabalho, muitos fatores estão envolvidos nesse processo de mudança do perfil religioso brasileiro, que se traduz, principalmente, na redução do percentual dos católicos e no aumento da porcentagem dos evangélicos pentecostais e dos sem religião. Sabe-se que a diversificação religiosa que vem acontecendo no país não é exclusividade do Brasil, pois se verifica também em outras partes do mundo, como nos EUA e na Europa¹. Na verdade, o pluralismo religioso tem-se reve-

lado uma das características do mundo atual, uma vez que, em diferentes países, ao lado das religiões tradicionais, vê-se o aparecimento de novos grupos religiosos, ao mesmo tempo em que se expande a secularização². Assim, no caso brasileiro, o que se procurou buscar neste trabalho foi identificar em que territórios e em que condições demográficas, sociais e econômicas tais transformações vêm se dando no país.

Desse modo, pôde-se observar que algumas áreas se destacam mais do que outras pela expansão dos evangélicos pentecostais e das pessoas sem religião, como as Regiões Norte e Centro-Oeste e as periferias metropolitanas. Esta situação nos leva a pensar que a Igreja Católica tem dificuldade de lidar com os espaços *pioneiros* de fronteira agrícola e mineral e de acompanhar o intenso crescimento populacional da periferia das grandes cidades.

O traço comum a esses dois tipos de espaços tão diferentes entre si – as frentes *pioneiras* e as periferias urbanas – é a existência de populações migrantes que, em função da ausência do Estado como instrumento de promoção social, são desprovidas de condições mínimas para uma vida digna, pela carência de moradia, emprego, saneamento básico, escolas, hospitais, segurança pública, etc.

Diante desse quadro de anomia, resultante da ausência do Estado, criam-se situações de *vácuo estatal*, que acabam sendo preenchidas pelos grupos religiosos que mais rapidamente conseguem se instalar nesse novo ambiente. Pode-se supor, então, que os migrantes, desenraizados e fragilizados, convivendo com a pobreza, violência, alcoolismo e prostituição, encontrem nas igrejas pentecostais, mais ágeis do que a católica, espaço para a reconstrução da sua identidade social, cultural e religiosa³.

Assim, a incapacidade de a Igreja Católica acompanhar as transformações que acontecem no campo religioso brasileiro se deve, em parte, à sua própria organização. Sendo ela uma igreja muito institucionalizada, com uma sólida estrutura administrativa e burocrática, encontra grande dificuldade de se adaptar às rápidas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira⁴. Não é por acaso que Rondônia, alvo nos anos 1970 de um dos mais impressionantes movimentos migratórios da história do país, seja hoje o estado mais evangélico do Brasil.

O crescimento dos evangélicos pentecostais e, mesmo o de algumas igrejas protestantes tradicionais, é visto com frequência como um processo espontâneo, em função do *vácuo espiritual* deixado pela Igreja Católica. No entanto, a comparação dos mapas de 1991 com os de 2000 nos leva a crer que esse aumento não se realize de modo natural, mas, ao contrário, seja fruto de um projeto mais amplo de expansão dos evangélicos no Brasil. Além disso, acredita-se também que a *galáxia evangélica* atue de modo desarticulado, numa acirrada competição entre os diversos grupos religiosos que a compõem.

O que se observa, porém, é que o crescimento evangélico resulta de um projeto religioso bem articulado, com divisão de atuação territorial entre eles. Este é o caso, por exemplo, do trabalho realizado pelos missionários batistas na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas e Roraima) e pelos adventistas, na Amazônia Oriental (Pará, Amapá e oeste do Maranhão). Um bom exemplo dessa ação articulada são os percentuais acima da média brasileira de indígenas que se declararam evangélicos, no Censo de 2000.

Tal projeto, não se limita, porém, à Amazônia. Ao se analisar a situação do Nordeste, área de maior resistência do catolicismo, percebe-se que os evangélicos, principalmente os pentecostais, atuam pelas bordas dessa região, procurando penetrar nesse território através de quatro frentes diferentes: pelo oeste do Maranhão, pelo litoral de Pernambuco, pelo sul da Bahia e pelo leste do Tocantins.

Além da Amazônia e do Nordeste, identifica-se a formação de *anéis* evangélicos nas regiões metropolitanas brasileiras, que parecem ter o propósito de, a partir das periferias das grandes cidades, atingir os municípios centrais, que freqüentemente apresentam nítido predomínio de católicos.

O plano de expansão dos evangélicos no Brasil, que inicialmente tinha um caráter mais religioso do que político, vai aos poucos adquirindo uma feição político-religiosa, como se pôde observar pelo bom desempenho da candidatura de Anthony Garotinho, para presidente da República, nas áreas com maiores percentuais de evangélicos do país, como as Regiões Norte e Centro-Oeste⁵. Essa mesma estratégia se deu com a candidatura de Rosinha Matheus para o governo do estado do Rio de Janeiro. Neste caso, o que se viu foi a conquista do governo estadual, sobretudo com os votos da periferia metropolitana e dos bairros populares da Zona Oeste, limítrofes à essa periferia, que apresentam maiores percentuais de evangélicos.

Às vezes, porém, esse projeto político-religioso leva os seus fiéis a votarem em candidatos não-evangélicos, como por exemplo o apoio às candidaturas de Fernando Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998. Assim, a indicação de candidatos por parte dos pastores pentecostais resulta, normalmente, em votações maciças dos evangélicos em tais políticos, atitude que costuma ser valorizada pelos dirigentes dessas igrejas. Isto, no entanto, se constitui num verdadeiro paradoxo. Ora, a expansão dos evangélicos no Brasil é decorrente, em parte, da liberdade de consciência política e religiosa garantidas pela Constituição de 1946 e reafirmadas pela de 1988. No entanto, os pastores ao levarem os seus fiéis a votarem disciplinadamente nos candidatos por eles indicados, reproduzem os *coronéis* do interior do país, que através dos *currais eleitorais*, determinam em quem os eleito-

res devem votar. Evidentemente, tal atitude colide com a liberdade de consciência assegurada pela Constituição brasileira.

Mas este não é, porém, o único paradoxo. Nas últimas décadas, por exemplo, a Igreja Católica, que fez a "opção preferencial pelos pobres", vê parte dessa mesma população engrossar os contingentes das igrejas evangélicas pentecostais⁶. Em contrapartida, os pastores pentecostais, que apoiaram as candidaturas de centro-direita a presidente da República, vitoriosas em 1989, 1994 e 1998, cujos governos adotaram políticas econômicas que agravaram a situação de exclusão social existente no país, acabaram realimentando essa mesma exclusão que vitima exatamente a população mais pobre que vem aderindo a essas igrejas.

Finalmente, após o exame das mudanças ocorridas no que diz respeito à filiação religiosa no Brasil, à identificação dos espaços de aumento ou de redução das diversas confissões e à caracterização demográfica e socioeconômica dos principais grupos, a abordagem *ecológica* aqui adotada, apesar da contribuição que possa dar aos estudos da religião, não é suficiente para explicar as transformações que vêm ocorrendo no campo religioso no país nas duas últimas décadas.

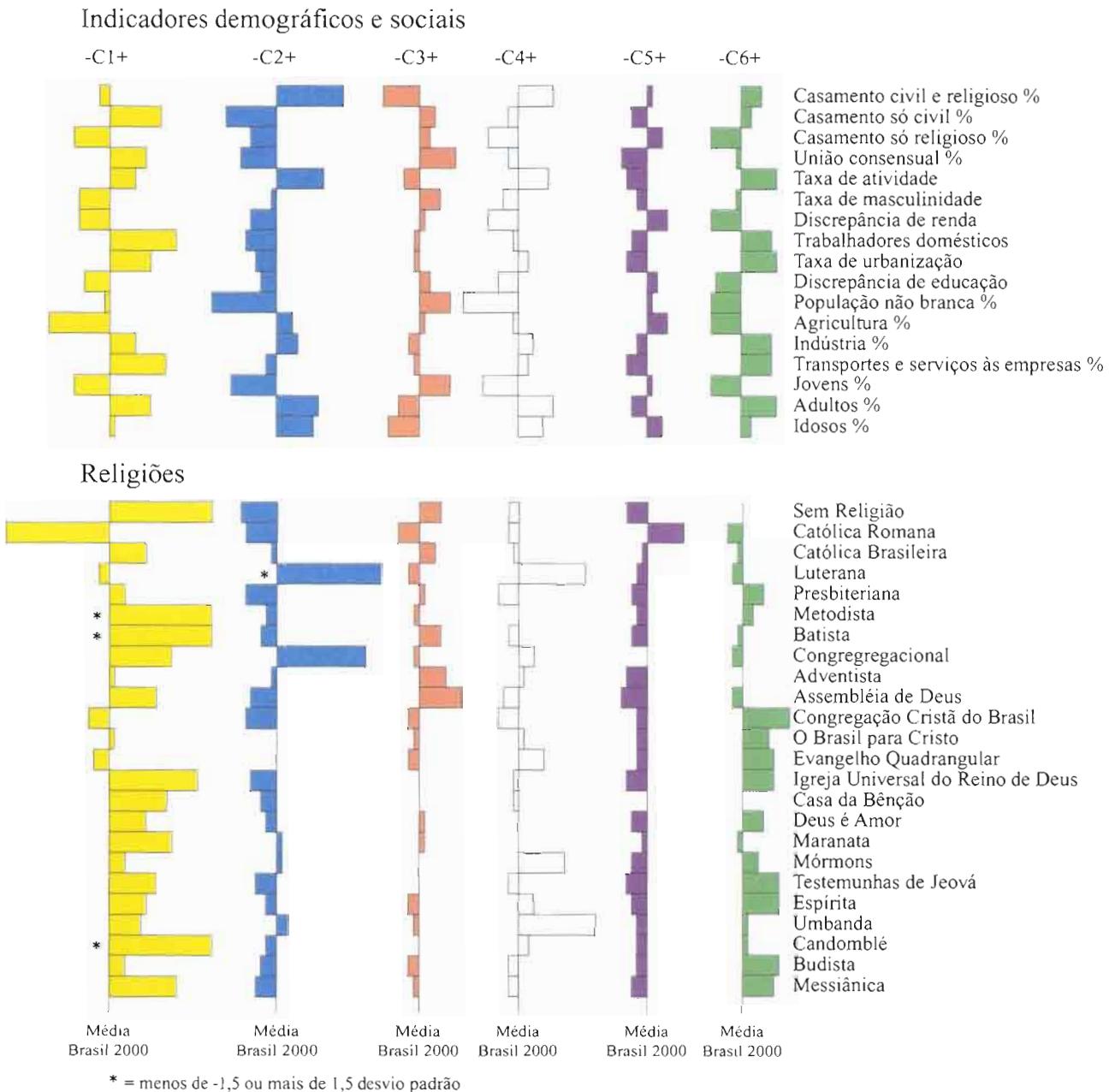
Assim, será preciso avançar nos estudos sobre essas transformações, através de novas pesquisas, como, por exemplo, a procedência rural ou urbana do clero católico e evangélico, a origem étnica dos padres e dos pastores, a localização dos templos, o uso da mídia, o *marketing* religioso e a gestão empresarial de algumas igrejas com a adoção de *franchising*. Tais pesquisas se mostram urgentes e fundamentais, na medida em que essas mudanças são parte de um processo amplo e complexo que tende a continuar na sociedade brasileira.

Notas

1. HORTAL, S. J., Pe. Jesus. *A Igreja e os novos grupos religiosos*. Coleção Estudos da CNBB, n° 68. São Paulo, Paulinas, 1993, p.7.
2. LORSCHETER, Dom Ivo. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil*. Coleção Estudos da CNBB, n° 62. São Paulo, Paulinas, 1991, p.5.
3. HORTAL, S. J., Pe. Jesus. *A Igreja e os novos grupos religiosos*. Coleção Estudos da CNBB, n° 68. São Paulo, Paulinas, 1993, p.10.
4. Idem, *ibidem*, p.9.
5. JACOB, César, HEES, Dora, WANIEZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. Eleições Presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, n° 6, 2003.
6. A esse respeito ver Pe. Jesus Hortal, S. J. *A religião no Brasil*. Rio de Janeiro: s/d., mimeo.

Figura 9.01

Características demográficas e sociais das classes territoriais religiosas no Brasil



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2000

Bibliografia

- ANTONIAZZI, Pe. Alberto. As religiões no Brasil, segundo o Censo de 2000. In: *Magis, Cadernos de fé e cultura*. Rio de Janeiro, Especial n°1, agosto de 2002, pp. 83-109.
- BASTIAN, J. P. La dérégulation religieuse de l'Amérique Latine. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n°24, janvier-mars 1997, pp. 3-16.
- BAUBÉROT, J. e WILLAIME, J. P. *Le Protestantisme*. Paris, M.A. Éditions, 1987. Col. L'Encyclopédie de poche, 207 p.
- BENNASSAR, B. e MARIN, R. *Histoire du Brésil*. Paris, Fayard, 2000, 629 p.
- BIRMAN, P. e LEITE, M. Pereira. Qu'est devenu l'ancien plus grand pays catholique du monde ? In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n°46/47, automne-hiver 2002, pp. 179-197.
- BRUNET, R. *Champs et contrechamps, raisons de géographe*. Paris: Belin, 1997, Col. Mappemonde, 319 p.
- CAMPÉS JR., L. Castro. *Pentecostalismo*. São Paulo, Ática, 1995, 166 p.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (I)*. São Paulo, Paulinas, 1991, 120p. Coleção Estudos da CNBB, n° 62.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (II)*. São Paulo, Paulinas, 1993, 133 p. Coleção Estudos da CNBB, n° 69.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil (III)*. São Paulo, Paulus, 1994, 235 p. Coleção Estudos da CNBB, n° 71.
- CORTEN, A. Pentecôtisme et politique en Amérique Latine. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n°24, janvier-mars 1997, pp. 17-31.
- COSTA, Evandro R. A. Dinâmica populacional e Igreja Católica no Brasil, 1960-2000. In: *Cadernos Ceris*. Rio de Janeiro, Ano II, n°3, outubro de 2002, 50 p.
- HORTAL, Pe. Jesus. *A Igreja e os novos grupos religiosos*. São Paulo, Paulinas, 1993, 45 p. Coleção Estudos da CNBB, n° 68.
- HORTAL, Pe. Jesus. *E haverá um só rebanho*. São Paulo, Loyola, 1996, 271 p.
- JACOB, C. R., HEES, D. R., WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. Eleições Presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, n° 6, 2003. Inclui CD-ROM.
- MONTES, M. L. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: Lilia Moritz Schwarcz. *História da vida privada no Brasil*, n°4. São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pp. 63-171.
- SORJ, B. *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Imago, 1997, 152 p.
- WANIEZ, P. e BRUSTLEIN, V. Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social. In: *Alceu*. Rio de Janeiro, n°2, jan/jun 2001, pp. 155-180.
- WANIEZ, P. et alii. Geografia da filiação religiosa no Brasil. In: *Magis, Cadernos de fé e cultura*. Rio de Janeiro, Especial n°1, agosto de 2002, pp. 199-228. Inclui CD-ROM.
- WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V. e HEES, D. *Comunicação cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio & São Paulo, Loyola, 2002, 111p. Inclui CD-ROM.

Extraído do manual de instrução do recenseador sobre a questão “Qual é a sua religião ou culto?”, do Censo Demográfico de 2000 do IBGE

Religião ou Culto

Finalidade: conhecer quais as religiões ou cultos declarados pela população e o número de seus adeptos.

Quesito 4.09 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO ?

O registro deve identificar a seita, culto ou ramo da religião professada, como, por exemplo: CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, CATÓLICA ORTODOXA, CATÓLICA BRASILEIRA, ANGLICANA, EPISCOPAL, LUTERANA, BATISTA, IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS, CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL, ADVENTISTA, KARDECISTA, XINTOÍSTA, TESTEMUNHA DE JEOVÁ, CANDOMBLÉ, UMBANDA, BUDISTA, ISRAELITA, MAOMETANA, ESOTÉRICA, etc.

Não registre expressões genéricas como Católica, Protestante, Espírita, Crente, Evangélica, Pentecostal, etc.

Para a pessoa que não professa qualquer religião, registre SEM RELIGIÃO.

Em caso de dúvida na definição da religião dos menores de idade, registre a religião da mãe.

Indague ao entrevistado sobre a religião de cada pessoa do domicílio.

Não faça deduções a partir da declaração da pessoa que estiver prestando as informações; procure saber a religião de cada morador do domicílio.

- 13 CATÓLICA ORTODOXA
130 Católica Ortodoxa
- 14 ORTODOXA CRISTÃ
140 Ortodoxa Cristã
149 Outras
- 19 OUTRAS CATÓLICAS
199 Outras Católicas
- 21 EVANGÉLICA DE MISSÃO LUTERANA
210 Igrejas Luteranas
219 Outras
- 22 EVANGÉLICA DE MISSÃO PRESBITERIANA
220 Igreja Evangélica Presbiteriana
221 Igreja Presbiteriana Independente
222 Igreja Presbiteriana do Brasil
223 Igreja Presbiteriana Unida
224 Presbiteriana Fundamentalista
225 Presbiteriana Renovada
229 Outras
- 23 EVANGÉLICA DE MISSÃO METODISTA
230 Igreja Evangélica Metodista
231 Evangélica Metodista Wesleyana
232 Evangélica Metodista Ortodoxa
239 Outras
- 24 EVANGÉLICA DE MISSÃO BATISTA
240 Igreja Evangélica Batista
241 Convenção Batista Brasileira
242 Convenção Batista Nacional
243 Batista Pentecostal
244 Batista Bíblica
245 Batista Renovada
249 Outras
- 25 EVANGÉLICA DE MISSÃO CONGREGACIONAL
250 Igreja Evangélica Congregacional
251 Igreja Congregacional Independente
259 Outras
- 26 EVANGÉLICA DE MISSÃO ADVENTISTA
260 Igreja Evangélica Adventista do Sétimo Dia
261 Igreja Evangélica Adventista Movimento de Reforma
262 Igreja Evangélica Adventista da Promessa
269 Outras
- 27 EVANGÉLICA DE MISSÃO EPISCOPAL ANGLICANA
270 Igreja Evangélica Episcopal Anglicana
279 Outras
- 28 EVANGÉLICA DE MISSÃO MENONITA
280 Igreja Evangélica Menonita
289 Outras
- 30 EXÉRCITO DA SALVAÇÃO
300 Exército da Salvação
- 31 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL ASSEMBLÉIA DE DEUS
310 Igreja Evangélica Assembléia de Deus
311 Igreja Assembléia de Deus Madureira
312 Igreja Assembléia de Deus Todos os Santos
319 Outras
- 32 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL CONGREGACIONAL CRISTÃ DO BRASIL
320 Igreja Congregacional Cristã do Brasil
329 Outras
- 33 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL O BRASIL PARA CRISTO
330 Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo
339 Outras
- 34 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL EVANGELHO QUADRANGULAR
340 Igreja Evangelho Quadrangular
349 Outras
- 35 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
350 Igreja Universal do Reino de Deus
359 Outras
- 36 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL CASA DA BÊNÇÃO
360 Igreja Evangélica Casa da Bênção
369 Outras
- 37 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL CASA DE ORAÇÃO
370 Igreja Evangélica Casa de Oração
379 Outras

38 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL DEUS É AMOR

- 380 Igreja Evangélica Pentecostal Deus é Amor
- 389 Outras

39 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL MARANATA

- 390 Igreja Evangélica Pentecostal Maranata
- 399 Outras

40 EVANGÉLICA RENOVADA SEM VÍNCULO INSTITUCIONAL

- 400 Evangélica Renovada, Restaurada e Reformada Sem Vínculo Institucional
- 401 Pentecostal Renovada, Restaurada e Reformada Sem Vínculo Institucional
- 409 Outras

41 EVANGÉLICA PENTECOSTAL SEM VÍNCULO INSTITUCIONAL

- 410 Evangélica Pentecostal Sem Vínculo Institucional
- 419 Outras

42 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL COMUNIDADE CRISTÃ

- 420 Igreja Evangélica Comunidade Cristã
- 429 Outras

43 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL NOVA VIDA

- 430 Igreja de Origem Pentecostal Nova Vida
- 439 Outras

44 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL COMUNIDADE EVANGÉLICA

- 440 Igreja Evangélica Comunidade Evangélica
- 449 Outras

45 OUTRAS IGREJAS EVANGÉLICAS DE ORIGEM PENTECOSTAL

- 450 Outras Igrejas Evangélicas Pentecostais

46 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL AVIVAMENTO BÍBLICO

- 460 Igreja Pentecostal Avivamento Bíblico
- 469 Outras

47 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL CADEIA DA PRECE

- 470 Igreja Evangélica Cadeia da Prece
- 479 Outras

48 EVANGÉLICA DE ORIGEM PENTECOSTAL IGREJA DO NAZARENO

- 480 Igreja do Nazareno
- 489 Outras

49 EVANGÉLICA NÃO DETERMINADA

- 490 Evangélica Não Determinada
- 491 Evangélica Sem Vínculo Institucional
- 492 Declaração Múltipla de Religião Evangélica
- 499 Outros Evangélicos

51 IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS

- 510 Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias / Mórmons
- 519 Outras

52 EVANGÉLICOS TESTEMUNHA DE JEOVÁ

- 520 Testemunha de Jeová
- 529 Outras

53 LBV / RELIGIÃO DE DEUS

- 530 Legião da Boa Vontade / Religião de Deus

59 ESPIRITUALISTA

- 590 Espiritualista
- 599 Outras

61 ESPÍRITA

- 610 Espírita, Kardecista
- 619 Outras

62 UMBANDA

- 620 Umbanda
- 629 Outras

63 CANDOMBLÉ

- 630 Candomblé
- 639 Outras

64 OUTRAS DECLARAÇÕES DE RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA

- 640 Religiosidades Afro-Brasileiras
- 641 Declaração Múltipla de Religiosidade Afro com Outras Religiosidades
- 649 Outras

71 JUDAÍSMO

- 710 Judaísmo
- 719 Outras

74 HINDUÍSMO

- 740 Hinduísmo
- 741 Ioga
- 749 Outras

75 BUDISMO

- 750 Budismo
- 751 Nitiren
- 752 Budismo Theravada
- 753 Zen Budismo
- 754 Budismo Tibetano
- 755 Soka Gakkai
- 759 Outras

76 NOVAS RELIGIÕES ORIENTAIS

- 760 Igreja Messiânica Mundial
- 761 Seicho No-Ie
- 762 Perfect Liberty
- 763 Hare Krishna
- 764 Discípulos Oshoo
- 765 Tenrykyo
- 766 Mahicari

79 OUTRAS RELIGIÕES ORIENTAIS

- 790 Religiões Orientais
- 791 Bahai
- 792 Shintoísmo
- 793 Taoísmo
- 799 Outras

81 ISLAMISMO

- 810 Islamismo
- 819 Outras

82 TRADIÇÕES ESOTÉRICAS

- 820 Esotérica
- 821 Racionalismo Cristão
- 829 Outras

83 TRADIÇÕES INDÍGENAS

- 830 Tradições Indígenas
- 831 Santo Daime
- 832 União do Vegetal
- 833 A Barquinha
- 834 Neoxamânica
- 839 Outras

85 RELIGIOSIDADE CRISTÃ SEM VÍNCULO INSTITUCIONAL

- 850 Religiosidade Cristã Sem Vínculo Institucional

89 NÃO DETERMINADA

- 890 Religiosidade Não Determinada / Mal Definida
- 891 Declaração Múltipla de Religiosidade Católica / Outras Religiosidades
- 892 Declaração Múltipla de Religiosidade Evangélica / Outras Religiosidades
- 893 Declaração Múltipla de Religiosidade Católica/ Espírita
- 894 Declaração Múltipla de Religiosidade Católica/Umbanda
- 895 Declaração Múltipla de Religiosidade Católica/Candomblé
- 896 Declaração Múltipla de Religiosidade Católica/Kardecista

990 SEM DECLARAÇÃO

Anexo 3

Mapa de localização das microrregiões geográficas
Brasil

11-Rondônia

- 1 Porto Velho
- 2 Guajará-Mirim
- 3 Ariquemes
- 4 Ji-Paraná
- 5 Alvorada D'Oeste
- 6 Cacoal
- 7 Vilhena
- 8 Colorado do Oeste

12-Acre

- 1 Cruzeiro do Sul
- 2 Tarauacá
- 3 Sena Madureira
- 4 Rio Branco
- 5 Brasiléia

13-Amazonas

- 1 Rio Negro
- 2 Japurá
- 3 Alto Solimões
- 4 Juruá
- 5 Tefé
- 6 Coari
- 7 Manaus
- 8 Rio Preto da Eva
- 9 Itacoatiara
- 10 Parintins
- 11 Boca do Acre
- 12 Purus
- 13 Madeira

14-Roraima

- 1 Boa Vista
- 2 Nordeste de Roraima
- 3 Caracará
- 4 Sudeste de Roraima

15-Pará

- 1 Óbidos
- 2 Santarém
- 3 Almeirim
- 4 Portel
- 5 Furos de Breves
- 6 Arari
- 7 Belém
- 8 Castanhal
- 9 Salgado
- 10 Bragançinha
- 11 Cametá
- 12 Tomé-Açu
- 13 Guamá
- 14 Itaituba
- 15 Altamira
- 16 Tucuruí
- 17 Paragominas
- 18 São Félix do Xingu
- 19 Parauapebas
- 20 Marabá
- 21 Redenção
- 22 Conceição do Araguaia

15-Amapá

- 1 Oiapoque
- 2 Amapá
- 3 Macapá
- 4 Mazagão

15-Tocantins

- 1 Bico do Papagaio
- 2 Araguaína
- 3 Miracema do Tocantins
- 4 Rio Formoso
- 5 Gurupi
- 6 Porto Nacional
- 7 Jalapão
- 8 Dianópolis

21-Maranhão

- 1 Litoral Ocidental Maranhense
- 2 Aglomeração Urbana de São Luis
- 3 Rosário
- 4 Lençóis Maranhenses
- 5 Baixada Maranhense
- 6 Itapecuru Mirim
- 7 Gurupi
- 8 Pindaré
- 9 Imperatriz
- 10 Médio Mearim
- 11 Alto Mearim e Grajaú
- 12 Presidente Dutra
- 13 Baixo Parnaíba Maranhense
- 14 Chapadinha
- 15 Codó
- 16 Coelho Neto
- 17 Caxias
- 18 Chapadas do Alto Itapecuru
- 19 Porto Franco
- 20 Gerais de Balsas
- 21 Chapadas das Mangabeiras

22-Piauí

- 1 Baixo Parnaíba Piauiense
- 2 Litoral Piauiense
- 3 Teresina
- 4 Campo Maior
- 5 Médio Parnaíba Piauiense
- 6 Valença do Piauí
- 7 Alto Parnaíba Piauiense
- 8 Bertolínia
- 9 Floriano
- 10 Alto Médio Gurgúcia
- 11 São Raimundo Nonato
- 12 Chapadas do Extremo Sul Piauiense
- 13 Picos
- 14 Pio IX
- 15 Alto Médio Canindé

22-Ceará

- 1 Litoral de Camocim e Acaraú
- 2 Ibiapaba
- 3 Coreaú
- 4 Meruoca
- 5 Sobral
- 6 Ipu
- 7 Santa Quitéria
- 8 Itapipoca
- 9 Baixo Curu
- 10 Uruburetama
- 11 Médio Curu
- 12 Canindé
- 13 Baturité
- 14 Chorozinho
- 15 Cascavel
- 16 Fortaleza
- 17 Pacajus
- 18 Sertão de Crateús
- 19 Sertão de Quixeramobim
- 20 Sertão de Inhambuns
- 21 Sertão de Senador Pompeu
- 22 Litoral de Aracati
- 23 Baixo Jaguaribe
- 24 Médio Jaguaribe
- 25 Serra do Pereiro
- 26 Iguatu
- 27 Várzea Alegre
- 28 Lavras da Mangabeira
- 29 Chapada do Araripe
- 30 Caririçu
- 31 Barro
- 32 Cariri
- 33 Brejo Santo

24-Rio Grande do Norte

- 1 Mossoró
- 2 Chapada do Apodi
- 3 Médio Oeste
- 4 Vale do Açu
- 5 Serra de São Miguel
- 6 Pau dos Ferros
- 7 Umarizal
- 8 Macaú
- 9 Angicos
- 10 Serra de Santana
- 11 Seridó Ocidental
- 12 Seridó Oriental
- 13 Baixa Verde
- 14 Borborema Potiguar
- 15 Agreste Potiguar
- 16 Litoral Nordeste
- 17 Macaíba
- 18 Natal
- 19 Litoral Sul

25-Paraíba

- 1 Catolé do Rocha
- 2 Cajazeiras
- 3 Sousa
- 4 Patos
- 5 Piancó
- 6 Itaporanga
- 7 Serra do Teixeira
- 8 Seridó Ocidental Paraibano
- 9 Seridó Oriental Paraibano
- 10 Carri Ocidental
- 11 Carri Oriental
- 12 Curimatá Ocidental
- 13 Curimatá Oriental
- 14 Esperança
- 15 Brejo Paraibano
- 16 Guarabira
- 17 Campina Grande
- 18 Itabaiana
- 19 Umbuzeiro
- 20 Litoral Norte
- 21 Sapé
- 22 João Pessoa
- 23 Litoral Sul

26-Pernambuco

- 1 Araripina
- 2 Salgueiro
- 3 Pajeú
- 4 Sertão do Moxotó
- 5 Petrolina
- 6 Itaparica
- 7 Vale do Ipanema
- 8 Vale do Ipojuca
- 9 Alto Capibaribe
- 10 Médio Capibaribe
- 11 Garanhuns
- 12 Brejo Pernambucano
- 13 Mata Setentrional Pernambucana
- 14 Vitória de Santo Antão
- 15 Mata Meridional Pernambucana
- 16 Itamaracá
- 17 Recife
- 18 Suape
- 19 Fernando de Noronha

27-Alagoas

- 1 Serrana do Sertão Alagoano
- 2 Alagoana do Sertão do São Francisco
- 3 Santana do Ipanema
- 4 Batalha
- 5 Palmeira dos Índios
- 6 Arapiraca
- 7 Traipu
- 8 Serrana dos Quilombos
- 9 Mata Alagoana
- 10 Litoral Norte Alagoano
- 11 Maceió
- 12 São Miguel dos Campos
- 13 Penedo

28-Sergipe

- 1 Sergipana do Sertão do São Francisco
- 2 Carira
- 3 Nossa Senhora das Dores
- 4 Agreste de Itabaiana
- 5 Tobias Barreto
- 6 Agreste de Lagarto
- 7 Propriá
- 8 Cotinguiba
- 9 Japaratuba
- 10 Baixo Cotinguiba
- 11 Aracaju
- 12 Boquim
- 13 Estância

29-Bahia

- 1 Barreiras
- 2 Cotigipe
- 3 Santa Maria da Vitória
- 4 Juazeiro
- 5 Paulo Afonso
- 6 Barra
- 7 Bom Jesus da Lapa
- 8 Senhor do Bonfim
- 9 Itacé
- 10 Jacobina
- 11 Itaberaba
- 12 Feira de Santana
- 13 Jeremoabo
- 14 Euclides da Cunha
- 15 Ribeira do Pombal
- 16 Serrinha
- 17 Alagoinhas
- 18 Entre Rios
- 19 Catu
- 20 Santo Antônio de Jesus
- 21 Salvador
- 22 Boquira
- 23 Seabra
- 24 Jequié
- 25 Livramento do Brumado
- 26 Guanambi
- 27 Brumado
- 28 Vitória da Conquista
- 29 Itapetinga
- 30 Valença
- 31 Ilhéus-Itabuna
- 32 Porto Seguro

29-Minas Gerais

- 1 Unaí
- 2 Paracatu
- 3 Januária
- 4 Janaúba
- 5 Salinas
- 6 Pirapora
- 7 Montes Claros
- 8 Grão Mogol
- 9 Bocaiúva
- 10 Diamantina
- 11 Capelinha
- 12 Araçuaí
- 13 Pedra Azul
- 14 Almenara
- 15 Teófilo Otoni
- 16 Nanuque
- 17 Ituiutaba
- 18 Uberlândia
- 19 Patrocínio
- 20 Patos de Minas
- 21 Frutal
- 22 Uberaba
- 23 Araxá
- 24 Três Marias
- 25 Curvelo
- 26 Bom Despacho
- 27 Sete Lagoas
- 28 Conceição do Mato Dentro
- 29 Pará de Minas
- 30 Belo Horizonte

28-São Paulo

- 31 Itabira
- 32 Itaguara
- 33 Ouro Preto
- 34 Conselheiro Lafaiete
- 35 Guanhães
- 36 Peçanha
- 37 Governador Valadares
- 38 Mantena
- 39 Ipatinga
- 40 Caratinga
- 41 Amoreiras
- 42 Pium
- 43 Divinópolis
- 44 Formiga
- 45 Campo Belo
- 46 Oliveira
- 47 Passos
- 48 São Sebastião do Paraíso
- 49 Alfenas
- 50 Varginha
- 51 Poços de Caldas
- 52 Pouso Alegre
- 53 Santa Rita do Sapucaí
- 54 São Lourenço
- 55 Andrelândia
- 56 Itajubá
- 57 Lavras
- 58 São João del Rei
- 59 Barbacena
- 60 Ponte Nova
- 61 Manhuaçu
- 62 Viçosa
- 63 Muriaé
- 64 Ubá
- 65 Juiz de Fora
- 66 Cataguases

32-Espirito Santo

- 1 Barra de São Francisco
- 2 Nova Venécia
- 3 Colatina
- 4 Montanha
- 5 São Mateus
- 6 Linhares
- 7 Afonso Cláudio
- 8 Santa Teresinha
- 9 Vitória
- 10 Guarapari
- 11 Alegre
- 12 Cachoeira de Itapemirim
- 13 Itapemirim

33-Rio de Janeiro

- 1 Itaperuna
- 2 Santo Antônio de Pádua
- 3 Campos dos Goytacazes
- 4 Macaé
- 5 Três Rios
- 6 Cantagalo-Cordeiro
- 7 Nova Friburgo
- 8 Santa Maria Madalena
- 9 Bacia de São João
- 10 Lagos
- 11 Vale do Paraíba Fluminense
- 12 Barra do Pirai
- 13 Baía da Ilha Grande
- 14 Vassouras
- 15 Serrana
- 16 Macacu-Caceribu
- 17 Itaguaí
- 18 Rio de Janeiro

- 1 Jales
- 2 Fernandópolis
- 3 Votuporanga
- 4 São José do Rio Preto
- 5 Catanduva
- 6 Auriflama
- 7 Nhandeara
- 8 Novo Horizonte
- 9 Barretos
- 10 São Joaquim da Barra
- 11 Ituverava
- 12 Franca
- 13 Jaboticabal
- 14 Ribeirão Preto
- 15 Batatais
- 16 Andradina
- 17 Araçatuba
- 18 Birigui
- 19 Lins
- 20 Bauru
- 21 Jaú
- 22 Avaré
- 23 Botucatu
- 24 Araraquara
- 25 São Carlos
- 26 Rio Claro
- 27 Limeira
- 28 Piracicaba
- 29 Pirassununga
- 30 São João da Boa Vista
- 31 Moji-Mirim
- 32 Campinas
- 33 Amparo
- 34 Dracena
- 35 Adamantina
- 36 Presidente Prudente
- 37 Tupã
- 38 Marília
- 39 Assis
- 40 Ourinhos
- 41 Itapeva
- 42 Itapetininga
- 43 Tatuí
- 44 Capão Bonito
- 45 Piedade
- 46 Sorocaba
- 47 Jundiaí
- 48 Bragança Paulista
- 49 Campos do Jordão
- 50 São José dos Campos
- 51 Guaratinguetá
- 52 Bananal
- 53 Paraíba/Paraitinga
- 54 Caraguatatuba
- 55 Registro
- 56 Itanhaém
- 57 Osasco
- 58 Franco da Rocha
- 59 Guarulhos
- 60 Itapeçerica da Serra
- 61 São Paulo
- 62 Moji das Cruzes
- 63 Santos

41-Paraná

- 1 Paranavai
- 2 Umuarama
- 3 Cianorte
- 4 Goioerê
- 5 Campo Mourão
- 6 Astorga
- 7 Porecatu
- 8 Florai
- 9 Maringá
- 10 Apucarana
- 11 Londrina
- 12 Faxinal
- 13 Ivaiporã
- 14 Assaí
- 15 Cornélio Procopio
- 16 Jacarezinho
- 17 Ibaté
- 18 Wenceslau Braz
- 19 Telêmaco Borba
- 20 Jaguariáiva
- 21 Ponta Grossa
- 22 Toledo
- 23 Cascavel
- 24 Foz do Iguaçu
- 25 Capanema
- 26 Francisco Beltrão
- 27 Pato Branco
- 28 Pitanga
- 29 Guarapuava
- 30 Palmas
- 31 Prudentópolis
- 32 Irati
- 33 União da Vitória
- 34 São Mateus do Sul
- 35 Cerro Azul
- 36 Lapa
- 37 Curitiba
- 38 Paranaguá
- 39 Rio Negro

42-Santa Catarina

- 1 São Miguel d'Oeste
- 2 Chapecó
- 3 Xanxerê
- 4 Joaçaba
- 5 Concórdia
- 6 Canoinhas
- 7 São Bento do Sul
- 8 Joinville
- 9 Curitiba
- 10 Campos de Lages
- 11 Rio do Sul
- 12 Blumenau
- 13 Itajaí
- 14 Ituporanga
- 15 Tijucas
- 16 Florianópolis
- 17 Tabuleiro
- 18 Tubarão
- 19 Criciúma
- 20 Araranguá

43-Rio Grande do Sul

- 1 Santa Rosa
- 2 Três Passos
- 3 Frederico Westphalen
- 4 Erechim
- 5 Sananduva
- 6 Cerro Largo
- 7 Santo Ângelo
- 8 Ijuí
- 9 Carazinho
- 10 Passo Fundo
- 11 Cruz Alta
- 12 Não-Me-Toque
- 13 Soledade
- 14 Guaporé
- 15 Vacaria
- 16 Caxias do Sul

- 17 Santiago
- 18 Santa Maria
- 19 Restinga Seca
- 20 Santa Cruz do Sul
- 21 Lajeado-Estrela
- 22 Cachoeira do Sul
- 23 Montenegro
- 24 Gramado-Canela
- 25 São Jerônimo
- 26 Porto Alegre
- 27 Osório
- 28 Camaquã
- 29 Campanha Ocidental
- 30 Campanha Central
- 31 Campanha Meridional
- 32 Serras de Sudeste
- 33 Pelotas
- 34 Jaguarão
- 35 Litoral Lagunar

50-Mato Grosso do Sul

- 1 Baixo Pantanal
- 2 Aquidauana
- 3 Alto Taquari
- 4 Campo Grande
- 5 Cassilândia
- 6 Paranaíba
- 7 Três Lagoas
- 8 Nova Andradina
- 9 Bodoquena
- 10 Dourados
- 11 Iguatemi

51-Mato Grosso

- 1 Aripuanã
- 2 Alta Floresta
- 3 Colíder
- 4 Parecis
- 5 Arinos
- 6 Alto Teles Pires
- 7 Sinop
- 8 Paranaíta
- 9 Norte Araguaia
- 10 Canarana
- 11 Médio Araguaia
- 12 Alto Guaporé
- 13 Tangará da Serra
- 14 Jauru
- 15 Alto Paraguai
- 16 Rosário Oeste
- 17 Cuiabá
- 18 Alto Pantanal
- 19 Primavera do Leste
- 20 Tesouro
- 21 Rondonópolis
- 22 Alto Araguaia

52-Goiás

- 1 São Miguel do Araguaia
- 2 Rio Vermelho
- 3 Aragarças
- 4 Porangatu
- 5 Chapada dos Veadeiros
- 6 Ceres
- 7 Anápolis
- 8 Iporá
- 9 Anicuns
- 10 Goiânia
- 11 Vão do Paraná
- 12 Entorno de Brasília
- 13 Sudoeste de Goiás
- 14 Vale do Rio dos Bois
- 15 Meia Ponte
- 16 Pires do Rio
- 17 Catalão
- 18 Quirinópolis

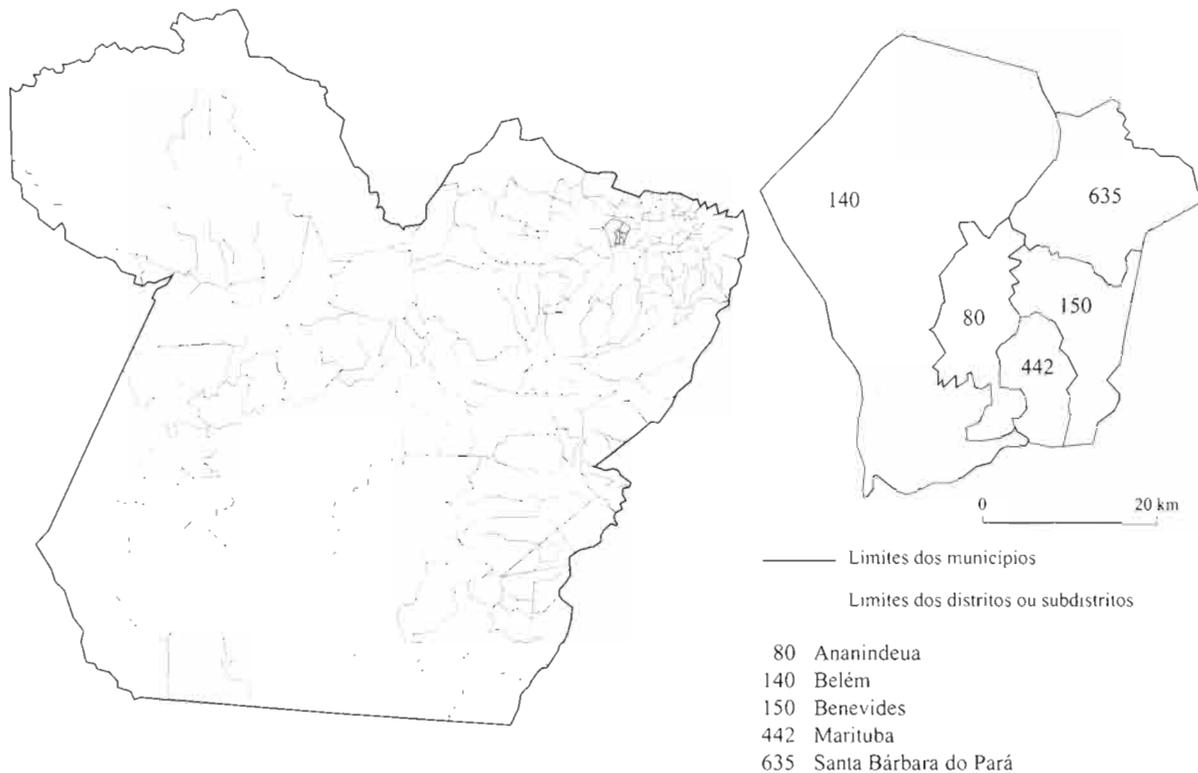
52-Distrito Federal

- 1 Brasília

Anexo 4

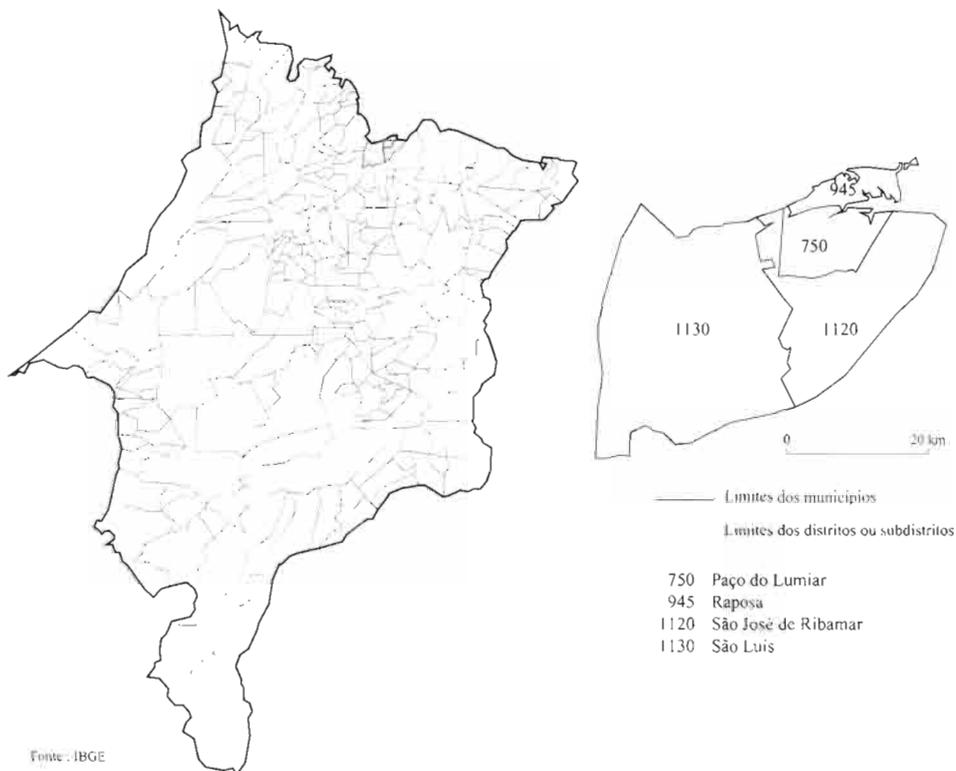
Mapas de localização das regiões metropolitanas

Região Metropolitana de Belém (PA)



Fonte: IBGE

Região Metropolitana de São Luís (MA)

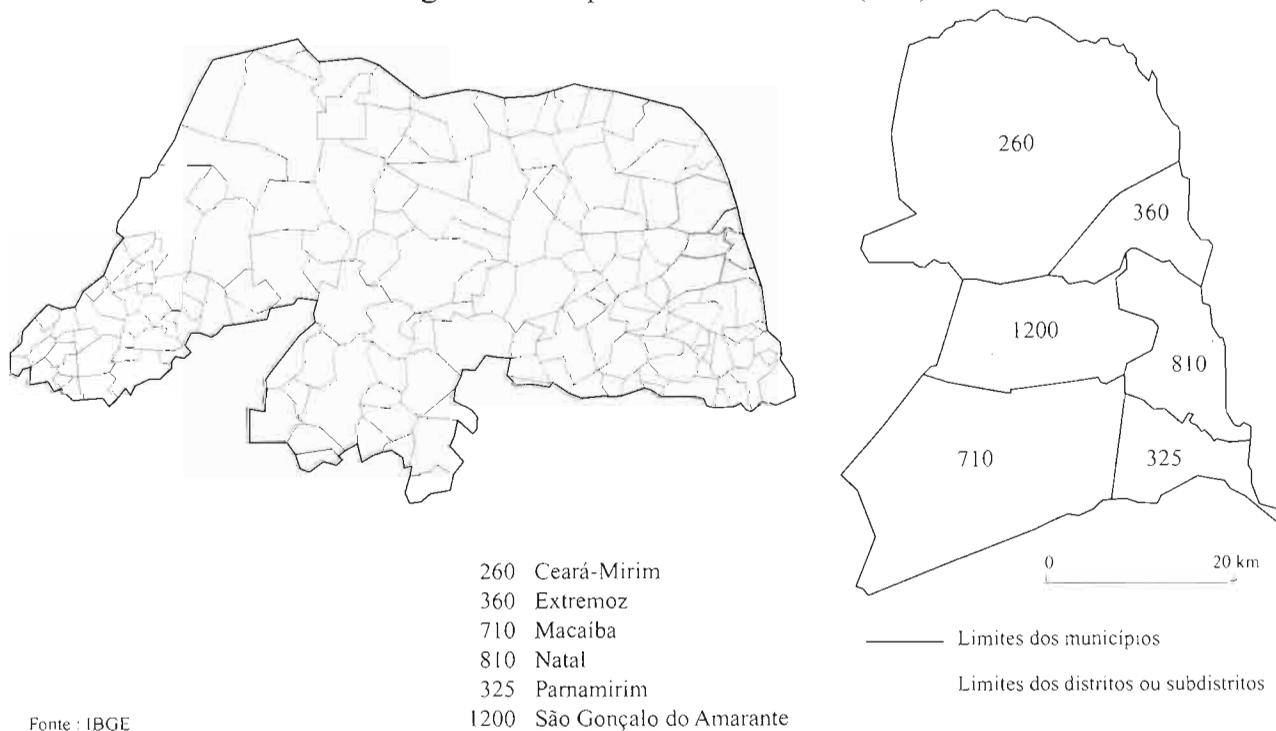


Fonte: IBGE

Região Metropolitana de Fortaleza (CE)



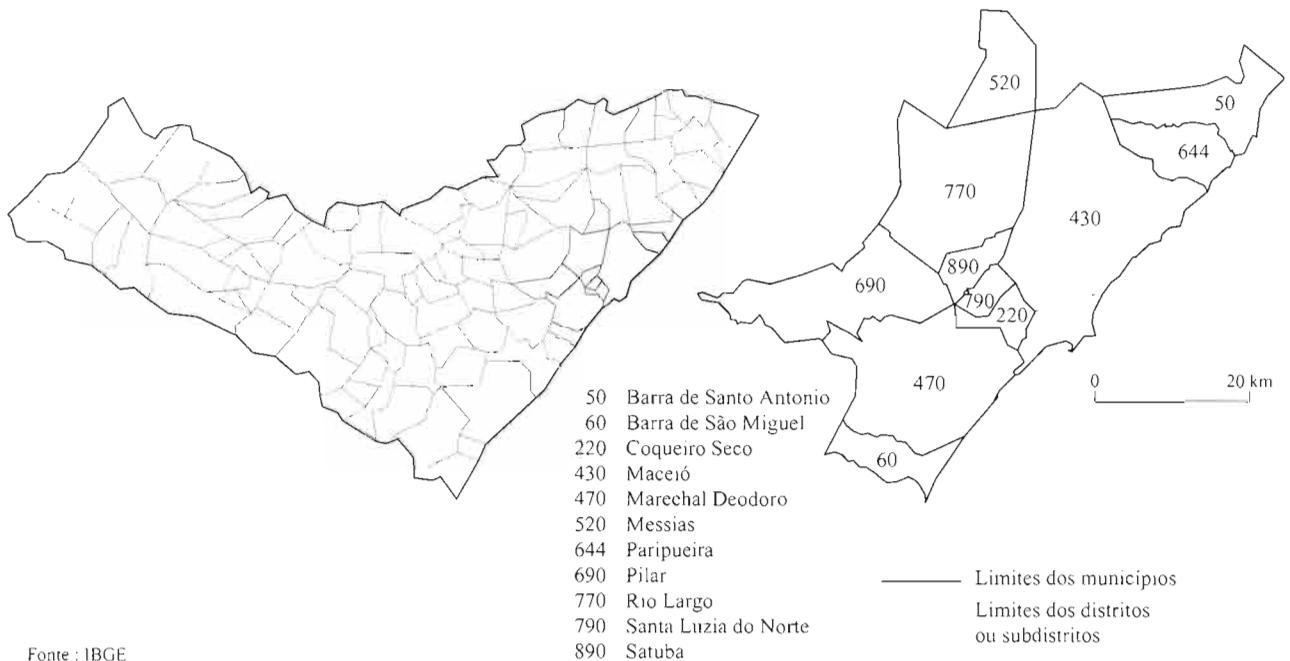
Região Metropolitana de Natal (RN)



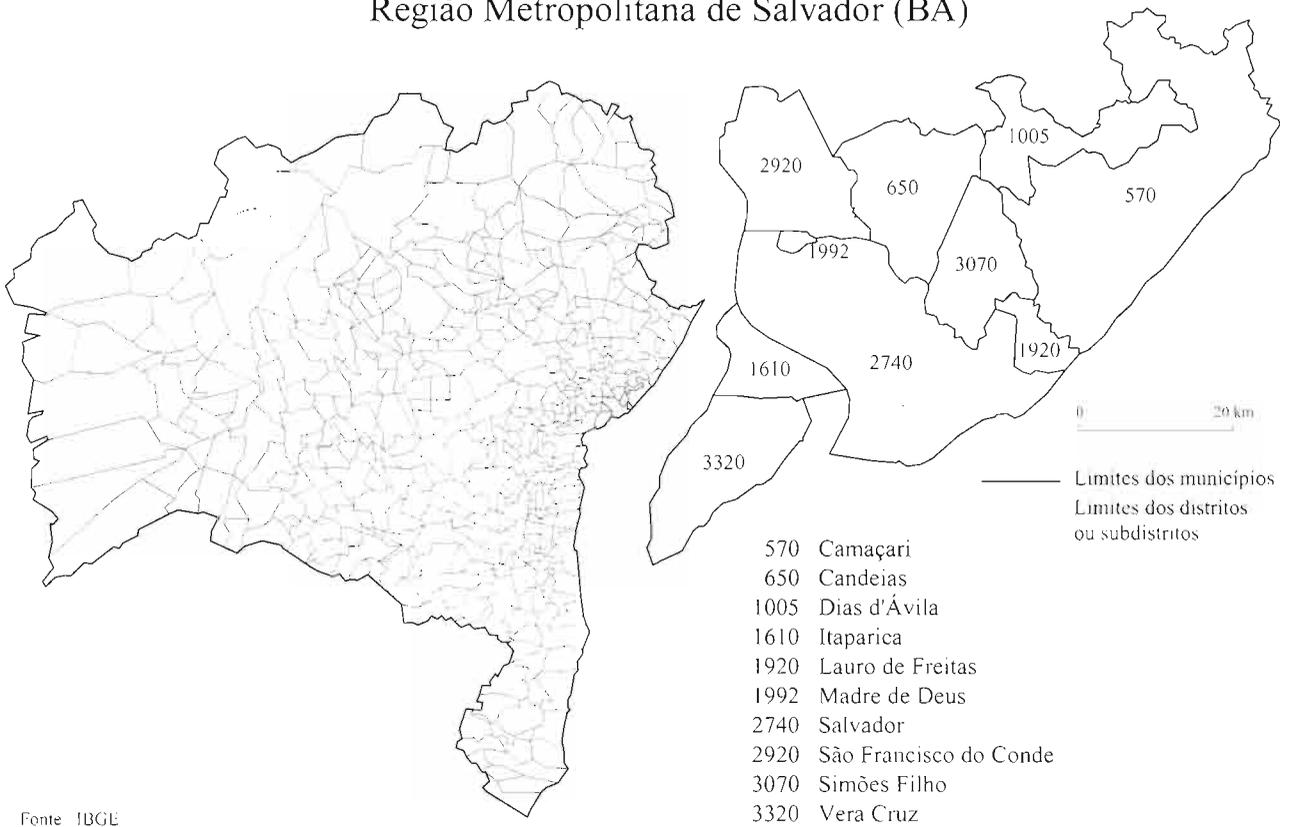
Região Metropolitana de Recife (PE)



Região Metropolitana de Maceió (AL)



Região Metropolitana de Salvador (BA)



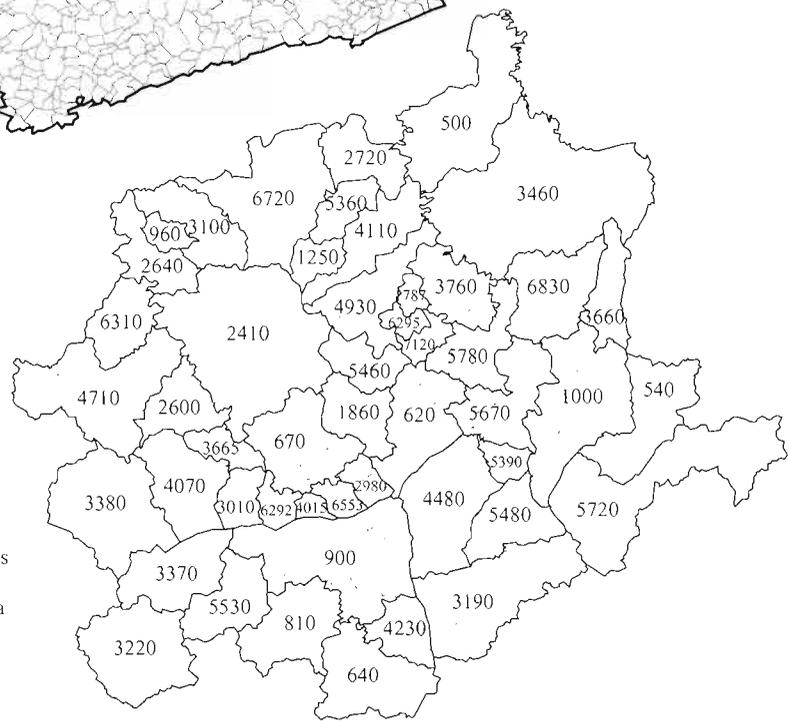
Fonte: IBGE

Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)



Fonte : IBGE

500	Baldim	3760	Lagoa Santa
540	Barão de Cocais	4015	Mário Campos
620	Belo Horizonte	4070	Mateus Leme
640	Belo Vale	4110	Matozinhos
670	Betim	4230	Moeda
810	Bonfim	4480	Nova Lima
900	Brumadinho	3660	Nova União
1000	Caeté	4710	Pará de Minas
1250	Capim Branco	4930	Pedro Leopoldo
1787	Confins	5360	Prudente de Moraes
1860	Contagem	5390	Raposos
2410	Esmeraldas	5460	Ribeirão das Neves
2600	Florestal	5480	Rio Acima
2640	Fortuna de Minas	5530	Rio Manso
2720	Funilândia	5670	Sabará
2980	Ibirité	5720	Santa Bárbara
3010	Igarapé	5780	Santa Luzia
3100	Inhaúma	6292	São Joaquim de Bicas
3190	Itabirito	6295	São José da Lapa
3220	Itaguara	6310	São José da Varginha
3370	Itatiaiuçu	6553	Sarzedo
3380	Itaúna	6720	Sete Lagoas
3460	Jaboticatubas	6830	Taquaraçu de Minas
3665	Juatuba	7120	Vespasiano



0 20 km

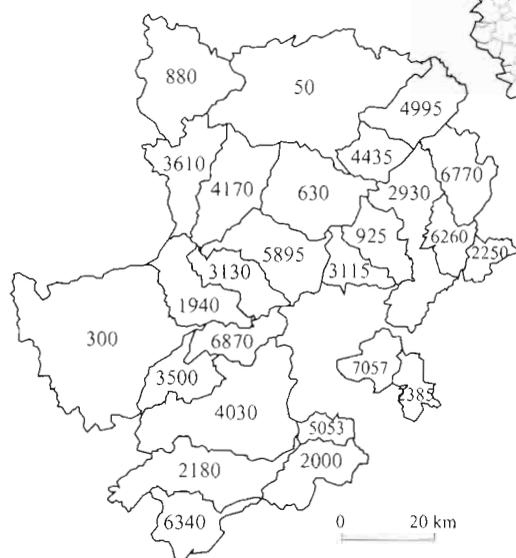
Limites dos municípios

Limites dos distritos ou subdistritos

Região Metropolitana do Vale do Aço (MG)



Fonte : IBGE

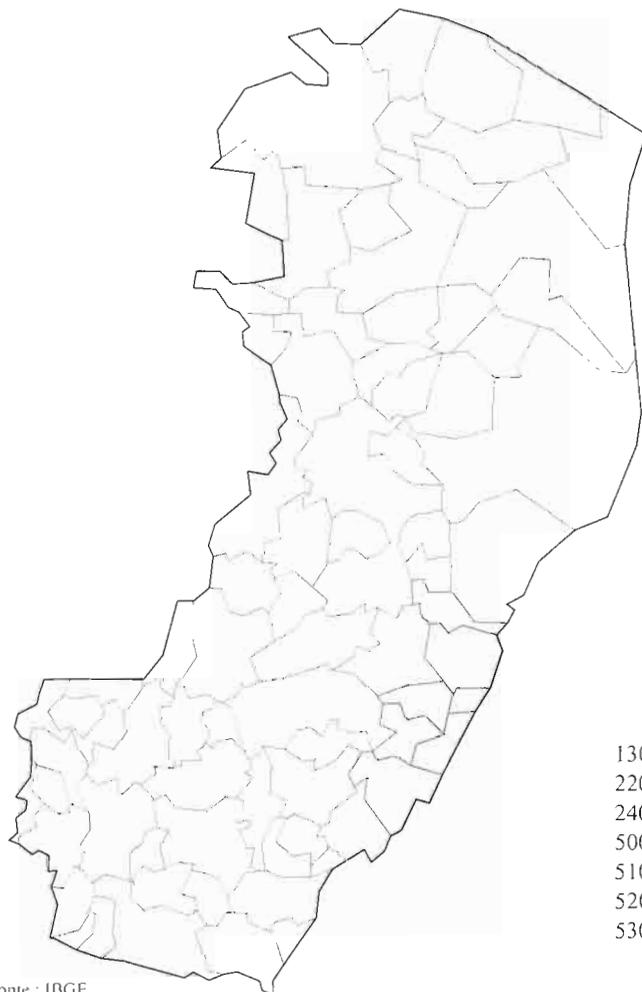


Limites dos municípios

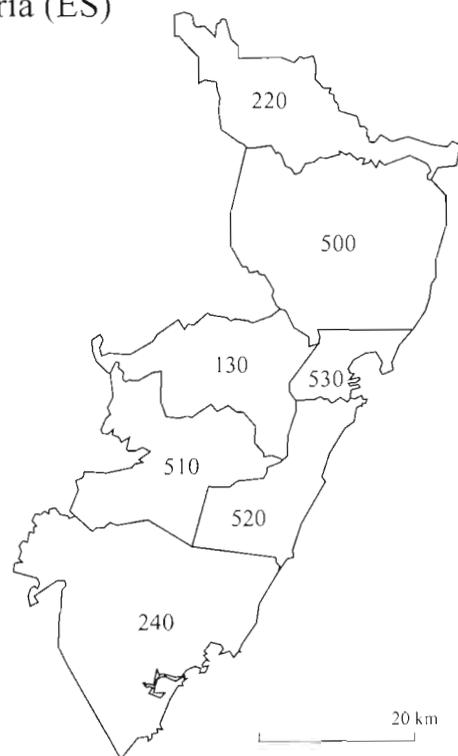
Limites dos distritos ou subdistritos

50	Açucena	3500	Jaguaraçu
300	Antônio Dias	3610	Joanésia
630	Belo Oriente	4030	Marlândia
880	Braúnas	4170	Mesquita
925	Bugre	4435	Naque
1940	Coronel Fabriciano	4995	Periquito
2000	Córrego Novo	5053	Pingo d'Água
2180	Dionísio	5895	Santana do Paraíso
2250	Dom Cavati	6260	São João do Oriente
2385	Entre Folhas	6340	São José do Goiabal
2930	Iapu	6770	Sobralia
3115	Ipaba	6870	Timóteo
3130	Ipatinga	7057	Vargem Alegre

Região Metropolitana de Vitória (ES)



Fonte : IBGE

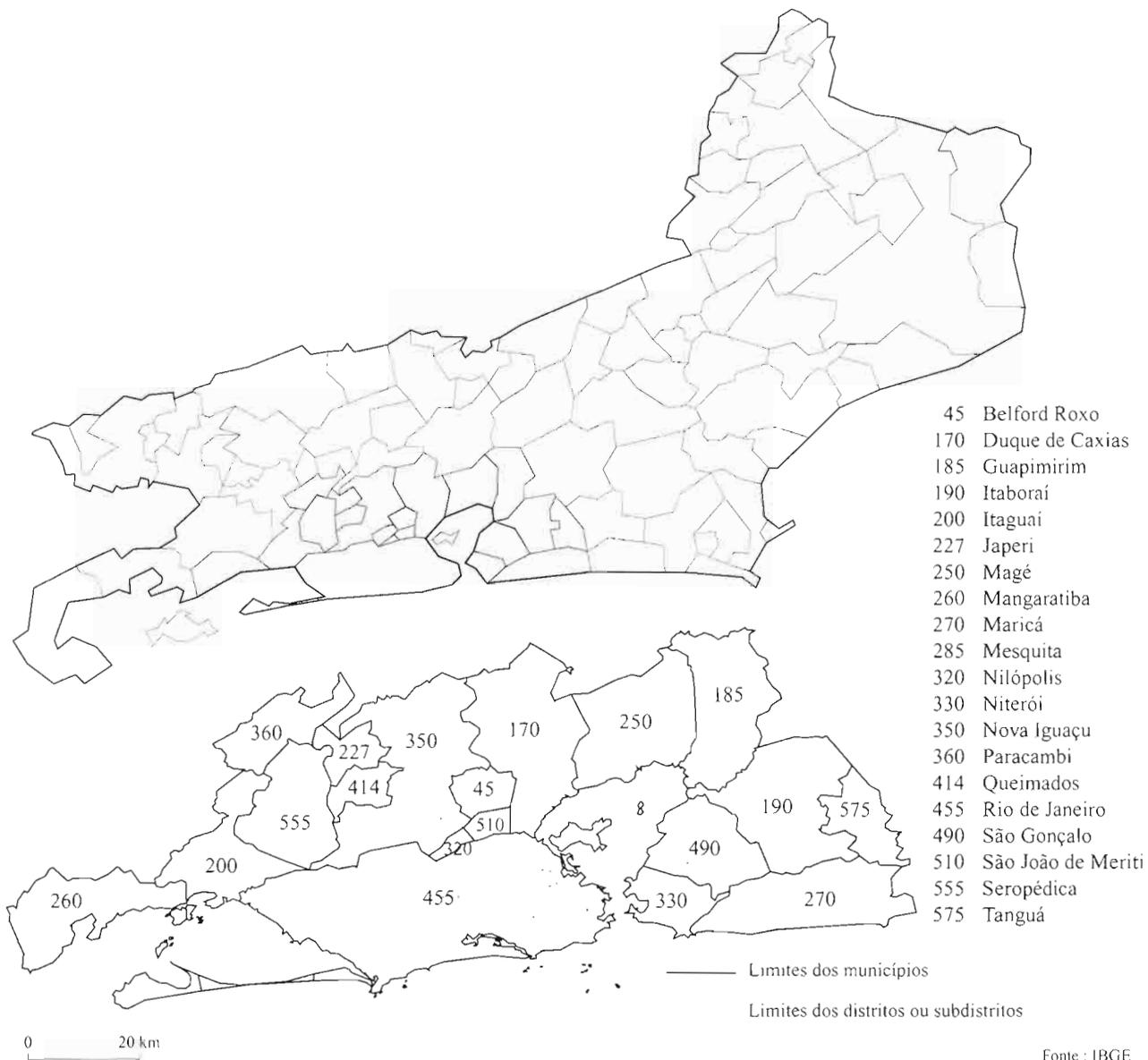


- 130 Cariacica
- 220 Fundão
- 240 Guarapari
- 500 Serra
- 510 Viana
- 520 Vila Velha
- 530 Vitória

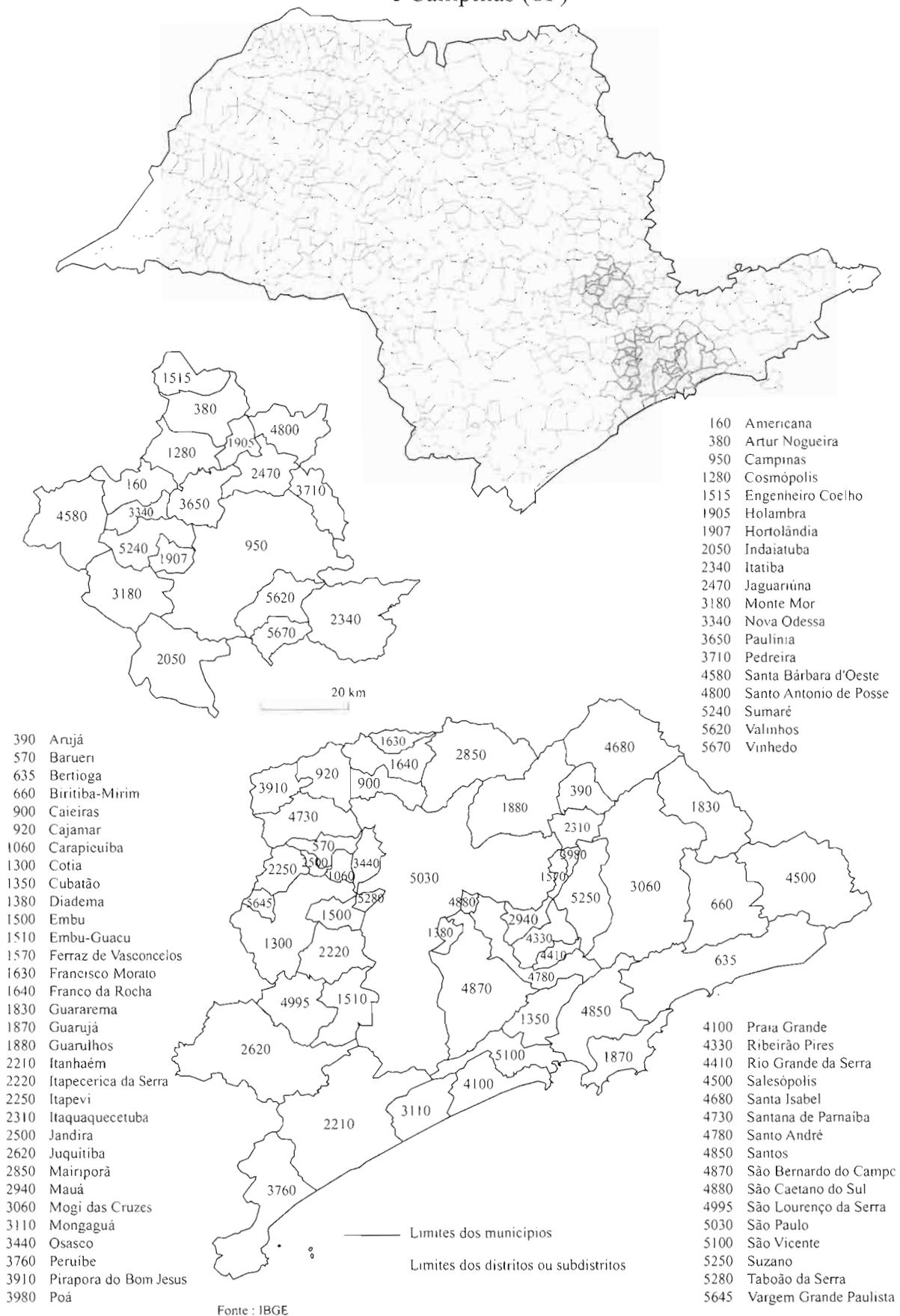
— Limites dos municípios

— Limites dos distritos ou subdistritos

Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)



Regiões Metropolitanas de São Paulo, Santos e Campinas (SP)

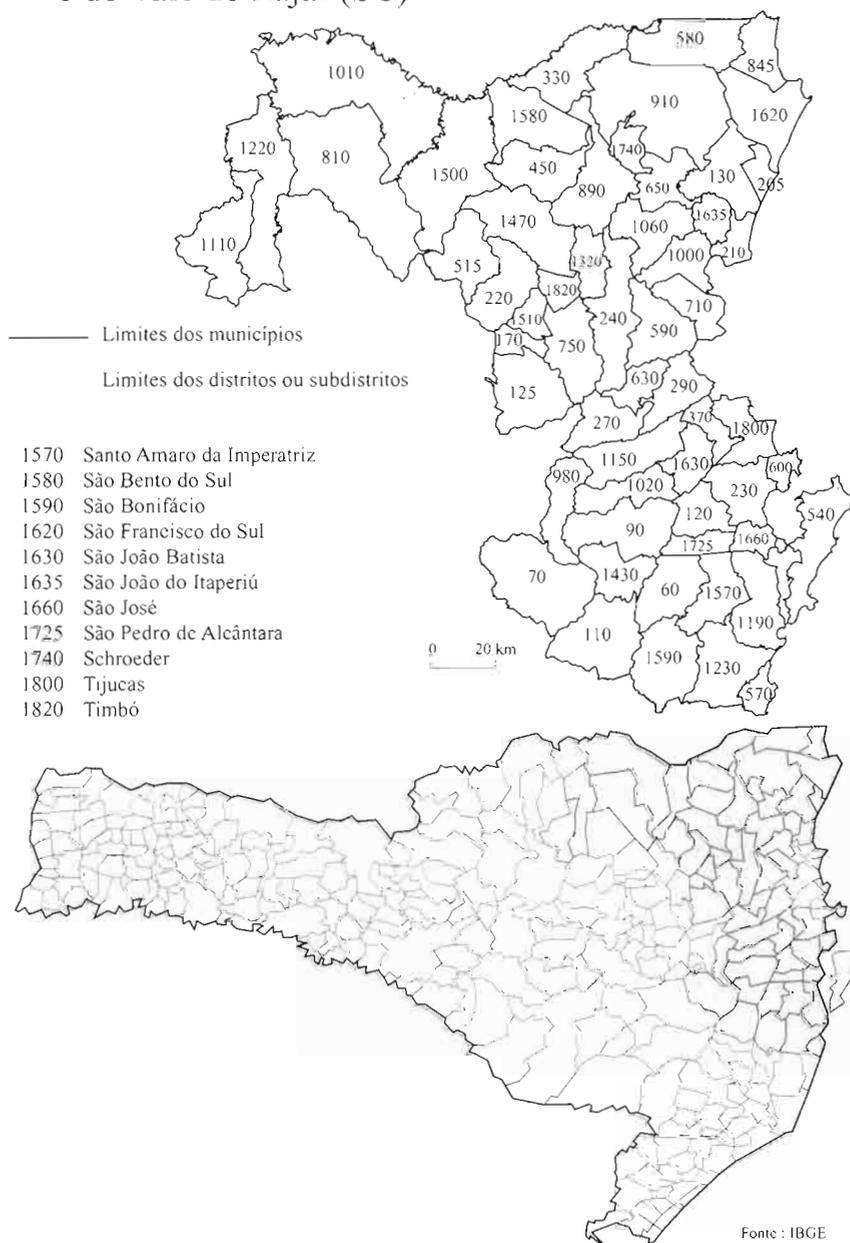


Região Metropolitana de Curitiba (PR)



Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Norte/Nordeste Catarinense e do Vale do Itajaí (SC)

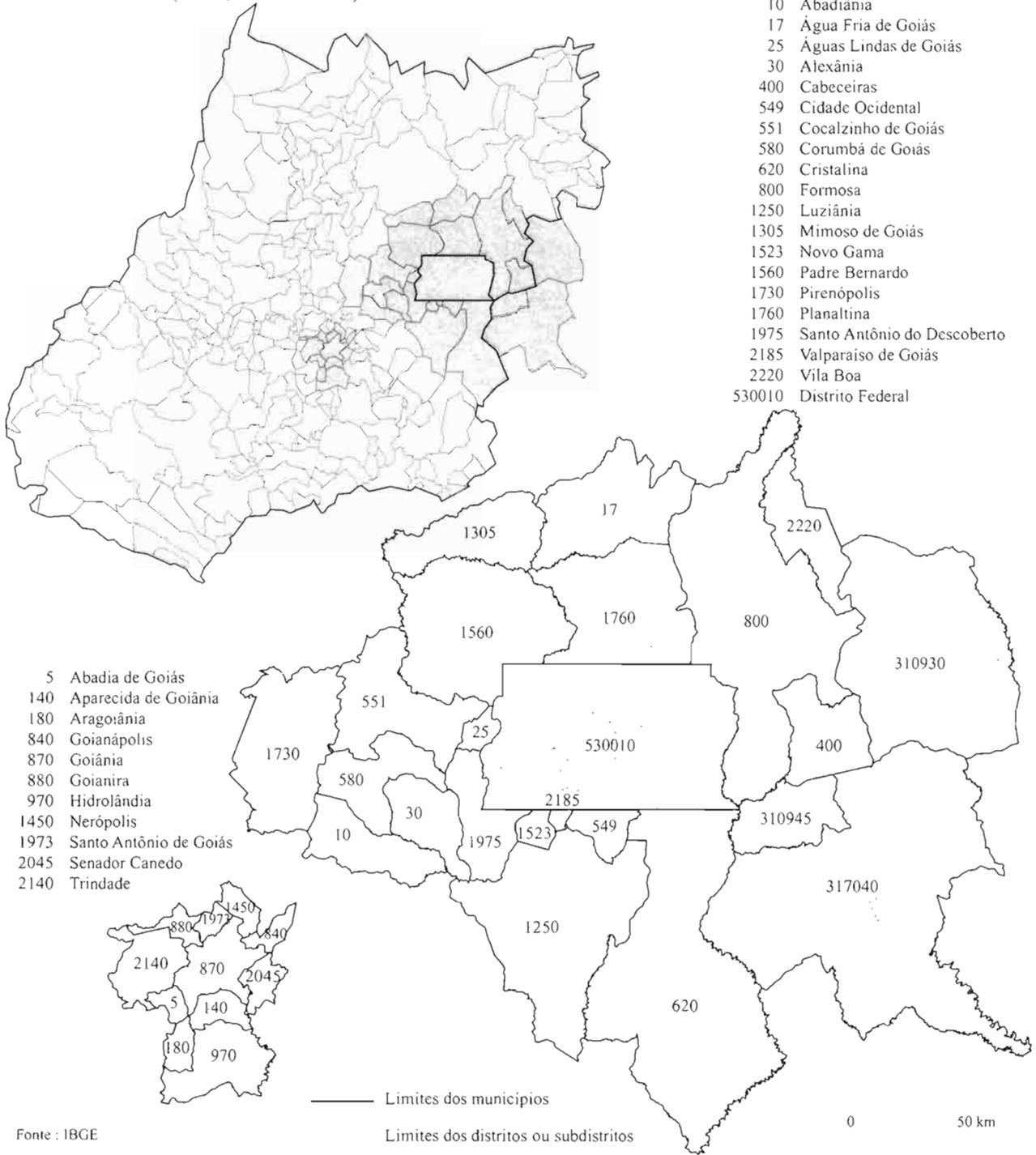
- 60 Águas Mornas
- 70 Alfredo Wagner
- 90 Angelina
- 110 Anitápolis
- 120 Antônio Carlos
- 125 Apiúna
- 130 Araquari
- 170 Ascurra
- 205 Balneário da Barra do Sul
- 210 Barra Velha
- 220 Benedito Novo
- 230 Biguaçu
- 240 Blumenau
- 270 Botuverá
- 290 Brusque
- 330 Campo Alegre
- 370 Canelinha
- 450 Corupá
- 515 Doutor Pedrinho
- 540 Florianópolis
- 570 Garopaba
- 580 Garuva
- 590 Gaspar
- 600 Governador Celso Ramos
- 630 Guabiruba
- 650 Guaramirim
- 710 Ilhota
- 750 Indaial
- 810 Itaiópolis
- 845 Itapoá
- 890 Jaraguá do Sul
- 910 Joinville
- 980 Leoberto Leal
- 1000 Luiz Alves
- 1010 Mafra
- 1020 Major Gercino
- 1060 Massaranduba
- 1110 Monte Castelo
- 1150 Nova Trento
- 1190 Palhoça
- 1220 Papanduva
- 1230 Paulo Lopes
- 1320 Pomerode
- 1430 Rancho Queimado
- 1470 Rio Dos Cedros
- 1500 Rio Negrinho
- 1510 Rodeio



Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)



RIDE de Brasília e Região Metropolitana de Goiânia (MG, GO e DF)



Em todo o mundo surgem novas religiões a cada dia, originadas nos próprios países ou importadas de outros lugares, que abalam as religiões tradicionais. A *profecia* do escritor francês André Malraux, "o século XXI será religioso ou não será!" parece acontecer sob os nossos olhos e confirma que a dimensão religiosa é uma componente do processo de mundialização.

Este processo atinge fortemente o Brasil, apesar de ser considerado *o maior país católico do mundo*. No entanto, segundo os resultados do Censo de 2000 realizado pelo IBGE, o país vem se tornando menos católico, mais evangélico pentecostal e apresentando um número crescente de pessoas que se declara "sem religião".

Este *Atlas*, com textos interpretativos, gráficos, tabelas e mais de 400 mapas do Brasil e das 16 regiões metropolitanas mais importantes, procurou identificar em que territórios e em que condições demográficas, sociais e econômicas tais transformações vêm se dando no país. Ele detalha as mudanças no perfil religioso da população brasileira, permitindo ao leitor encontrar respostas para muitas perguntas: quem são os membros dos diferentes grupos religiosos existentes no país, onde habitam, qual o sexo, a cor da pele, a idade, o nível de escolaridade, o tipo de união matrimonial, as atividades econômicas que exercem ou os salários que recebem.

Cooperação científica França-Brasil:



ISBN 85-15-02719-4



Cód. 8898